

ARQUIVOS PESSOAIS

FRONTEIRAS

JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS
(ORGANIZADOR)



ARQUIVOS PESSOAIS
FRONTEIRAS

Eventus, 6

**ARQUIVOS PESSOAIS
FRONTEIRAS**

**JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS
(ORGANIZADOR)**

Associação de Arquivistas de São Paulo
2020

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS DE SÃO PAULO

Av. Prof. Lineu Prestes, 338, Sala N. Cidade Universitária, São Paulo (SP)
05508-000 (11) 3091-3795 www.arqsp.org.br

Presidente

Ana Célia Navarro de Andrade

Vice-presidente

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Secretária

Camilla Campoi de Sobral

Tesoureira

Raquel Oliveira Melo

Comissão editorial

Ana Maria de Almeida Camargo (coordenadora), Heloísa Liberalli Bellotto,
Johanna Wilhelmina Smit

Arquivos pessoais : fronteiras [recurso eletrônico] / organização José Francisco Guelfi Campos ; Associação de Arquivistas de São Paulo. -- São Paulo: ARQ-SP, 2020.

619 p. -- (Eventus, 6).

Trabalhos apresentados no III Encontro "Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas" ocorrido em São Paulo, em 5 e 6 de dezembro de 2019

Inclui bibliografia

E-book

ISBN 978-65-991726-3-2

1. Arquivos pessoais I. Campos, José Francisco Guelfi II. Associação de Arquivistas de São Paulo III. Título III. Série.

CDD – 025.1

Ficha elaborada por Andre Vieira de Freitas Araujo (CRB-8: 6831)

Copyright (C) 2020, dos autores

Permitida a reprodução, desde que citada a fonte

A revisão é de responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

Apresentação **12**

Arquivos entre fronteiras **14**

José Francisco Guelfi Campos

I - Reflexões

A propósito do respeito aos fundos **25**

Vitor Serejo Ferreira Batista

O caso do arquivo pessoal de Júlia Lopes de Almeida: uma reflexão sobre a aplicação do princípio de respeito aos fundos **49**

Lorena dos Santos Silva e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

A análise da aplicação do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras **72**

Bárbara Moreira da Silva

Arquivo Rodrigo Octavio da Academia Brasileira de Letras: as fronteiras do público e do privado em um arquivo pessoal **94**

Gabriel Andrade Magalhães do Vabo

Contexto arquivístico na aquisição de arquivos pessoais: a doação do acervo do Visconde de Cairu ao Arquivo Público do Império **109**

Cleice de Souza Menezes e Georgete Medleg Rodrigues

Arquivos pessoais de interesse público e social: as articulações entre arquivo e biblioteca **134**

Renato de Mattos e Renata Geraissati Castro de Almeida

II - Experiências

Descarte de documentos em arquivos pessoais: um estudo de caso a partir do fundo Camargo Guarnieri **154**

Adriano de Castro Meyer e Elisabete Marin Ribas

Revisitando a experiência de organização dos documentos de Erthos Albino de Souza **177**

Pedro José de Carvalho Neto

Os arquivos pessoais no contexto das artes cênicas: notas para um debate sobre abordagens e métodos de organização **194**

Caroline Cantanhede Lopes

A memória dos imortais: a organização dos arquivos dos membros da Academia Brasileira de Letras **221**

Juliana Amorim de Souza

*João Antônio de Souza Mascarenhas (1927-1988), líder
ativista do movimento homossexual no Brasil: tratamento
arquivístico de seu acervo* **244**

Silvia Rosana Modena Martini e Danielle Dantas de Souza

*Arquivos pessoais de cientistas: a organização arquivística
do fundo pessoal de Lauro Travassos Filho* **267**

Juliana Cabral da Silva e Suzana Cesar Gouveia Fernandes

Bibliotecas pessoais: proposta para uma exposição **292**

Dina Elisabete Uliana e Elly Rozo Ferrari

III - Perspectivas

*A aquisição de arquivos pessoais por instituições de ensino
superior: uma reflexão necessária* **313**

Alice Veridiana de Sousa

*Arquivos pessoais sob a ótica dos processos de
institucionalização* **335**

Bruna Pimentel Lopes e Georgete Medleg Rodrigues

*Os arquivos pessoais do Arquivo Nacional: uma análise de
seus produtores* **355**

Kalila de Oliveira Bassanetti e Patricia Ladeira Penna
Macêdo

A presença - ou a ausência - feminina nos arquivos pessoais e coleções da Seção de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional **375**

Luciane Simões Medeiros

Arquivos de família e teatro **396**

Elizabeth R. Azevedo

O teatro, os arquivos pessoais e os registros dos processos de criação **421**

Fabiana Siqueira Fontana e Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Cartas de intelectuais: o arquivo pessoal de Plínio Barreto **446**

Ana Luíza Mello Santiago Andrade

Os documentos de d. Luís de Almeida, 2o. Marquês do Lavradio (século XVIII): um arquivo pessoal entre fronteiras arquivísticas **469**

Adriana Angelita da Conceição

Arquivos pessoais de um ex-combatente da Guerra Civil Espanhola (1936-39): registros de uma trajetória de sobrevivência e resistência **492**

Geny Brillas Tomanik

Entre caminhos e desvios: a experiência e o relato de uma (possível) experiência de trabalho com o arquivo de um historiador catarinense **517**

Karla Simone Willemann Schütz

A pesquisa em arquivos como fonte de originalidade **535**

Marcel Villemor Jofily de Lima

Francisco Pompêo do Amaral: como tornou-se um acadêmico **545**

Maria Lucia Mendes de Carvalho

Arquivologia e seu caleidoscópio de atuação: o arquivista proativo frente aos novos desafios contemporâneos **571**

Rafaella de Souza Serafim e Patricia Ladeira Penna Macêdo

Tipologia documental em arquivos pessoais: o acervo Joaquim Ignacio Baptista Cardoso **587**

Renato de Mattos

Sobre o organizador **608**

Sobre os autores **609**

APRESENTAÇÃO

ANA CÉLIA NAVARRO DE ANADRADE

Presidente da Associação de Arquivistas de São Paulo

Criada em 1998, a Associação de Arquivistas de São Paulo tem por objetivos contribuir para o desenvolvimento técnico e científico da Arquivologia, congregando profissionais de arquivo e áreas afins, defendendo seus interesses, e cooperar com entidades públicas e privadas na solução de problemas relacionados aos arquivos. Para tanto, vem dividindo seus esforços entre a promoção de cursos de atualização e aprimoramento técnico dos profissionais de arquivo, a publicação de literatura de interesse da área e a organização de congressos, palestras e outros eventos.

Em 2012, a ARQ-SP oficializou sua função de editora autônoma, reeditando obras já publicadas e abrindo espaço para novos trabalhos. A série *Eventus*, lançada em 2016, destina-se à publicação de volumes derivados dos eventos realizados pela Associação e, ocasionalmente, daqueles por ela apoiados.

Realizado em dezembro de 2019, no Auditório do Centro de Capacitação do Centro Paula Souza, o III Encontro “Arquivos pessoais: experiências, reflexões, perspectivas” reuniu estudantes, profissionais e pesquisadores num espaço aberto de aprendizagem e troca de experiências. Em sua terceira edição, o Encontro

se consolida na agenda dos eventos da Arquivologia brasileira. A publicação deste volume atesta o sucesso do evento e dá continuidade ao projeto editorial da ARQ-SP e à sua missão de difundir o conhecimento construído na área da Arquivologia.

ARQUIVOS ENTRE FRONTEIRAS

JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS

“Conhece alguém as fronteiras à sua alma,
para que possa dizer - eu sou eu?”

Fernando Pessoa

Nem tudo é o que parece ser. Esta máxima, bastante conhecida, poderia bem ser transportada para o terreno dos arquivos: “um domínio contestado”, no dizer de Terry Eastwood [1], “um país estrangeiro”, como sugeriu Terry Cook [2] ao tomar de empréstimo a metáfora de Lowenthal [3]. A faceta potencialmente sedutora dos arquivos, especialmente aqueles acumulados por pessoas, tem sido bastante explorada nos últimos anos e continua instigando pesquisadores das mais diversas searas do conhecimento, dentro e fora do Brasil. Por anos ocupada dos conjuntos de documentos produzidos pela administração pública, a teoria tradicional reservou aos chamados arquivos pessoais um lugar obscuro. Não espanta, assim, que exista quem afirme que eles sejam desprovidos de organicidade [4], princípio primeiro e geral pelo qual se fundamenta o quefazer arquivístico [5] e que marca, de maneira indelével, “o ponto essencial da especificidade dos documentos de arquivo” [6].

Os contornos fluidos e a aparência fragmentária dos conjuntos de documentos acumulados por indivíduos

desenham os limites da primeira de suas muitas fronteiras: a delicada relação entre eles e a teoria arquivística.

A presunção de que os indivíduos forjam continuamente seus arquivos, produzindo intencionalmente certos documentos e selecionando aqueles que valem ou não a pena guardar, somada ao suposto peso das interferências perpetradas por agentes externos (que resultariam em novas e sucessivas “modelagens”), bastaria, no entendimento de alguns, para dissolver os atributos basilares – proveniência, ordem original, organicidade, unicidade, cumulatividade – que caracterizam a singularidade do objeto da Arquivologia em relação às demais ciências documentárias, como apontaram Adrian Cunningham e, mais recentemente, Jennifer Douglas [7]. Por consequência, seria o suficiente para contrariar outra noção cara à teoria arquivística, ainda que mal compreendida, qual seja, a de que os arquivos são, por natureza, imparciais em relação aos interesses dos pesquisadores. Convém não esquecer a lição de Jenkinson: com apenas alguma exceção, os interesses de pesquisa aos quais os arquivos podem servir não coincidem com as razões que presidiram sua acumulação [8]. Isso nos coloca diante de outra fronteira, a dos arquivos pessoais com o próprio conceito de arquivo.

Se concordamos com a afirmação de que *arquivos pessoais são arquivos*, pois os documentos que os compõem não escapam à condição de subprodutos das atividades rotineiras executadas por seus titulares ao longo do tempo [9], a experiência mostra que a manutenção do estatuto arquivístico destes conjuntos documentais

depende, em larga medida, das circunstâncias em que foram adquiridos e das seleções arbitradas, por quem quer que seja, nesse processo. Se o tamanho do conjunto pouco importa para defini-lo como arquivo ou coleção, o comprometimento de sua representatividade no que tange ao espectro das atividades de seu titular pode, muito bem, destituí-lo de sua condição instrumental e probatória, impondo, assim, uma abordagem mais próxima daquilo que se pratica para as agregações artificiais de documentos. Talvez disso resulte a popularização do uso da palavra *acervo* para denominar os arquivos pessoais, conferindo novo sentido ao termo que, tradicionalmente, designa a totalidade dos fundos e/ou coleções conservados numa instituição de custódia [10].

Outro ponto digno de discussão tem a ver com a natureza e as características dos documentos que compõem os arquivos de pessoas. Não raro produzidos em esferas de ação que escapam aos ditames do Direito e às rotinas administrativas, apresentam-se em formatos e suportes inusitados e sob formas às vezes surpreendentes. Nomeá-los de maneira inequívoca, no que diz respeito à identidade da estrutura utilizada para a comunicação de seus conteúdos, isto é, reconhecer as espécies documentais pelas quais podem ser designados, acaba sendo tarefa das mais desafiadoras e seu desdobramento natural - encontrar nas espécies as atividades que lhes deram origem, para então chegar aos tipos documentais - pode, em muitos casos, resultar em exercício ainda mais complicado. Ao impor a necessidade do contato com outros campos do saber, entre os quais a Diplomática, dentro de seus devidos limites, e o ramo da Linguística

que se ocupa do estudo dos gêneros textuais, a definição das espécies e dos tipos documentais [11], sobretudo nos arquivos pessoais, enquadra o profissional de arquivo e, por que não, os próprios arquivos, em outra zona fronteira [12].

A familiaridade com diferentes áreas do conhecimento e esferas da atuação humana é mais um limite a ser vencido por aqueles que se dedicam a organizar e descrever arquivos de pessoas. Se os documentos são subprodutos de atividades mais ou menos constantes, conhecê-las a fundo torna-se a chave para compreender o contexto de produção - e, em boa medida, as circunstâncias de uso primário - dos itens documentais. Qualquer esforço em outra direção resvalaria, inevitavelmente, pela criação de categorias contextuais desmedidamente abrangentes e, no mais das vezes, temáticas, dando aos quadros de arranjo e aos instrumentos descritivos uma feição que subverte os critérios funcionais pelos quais, via de regra, deveria pautar-se a "representação" arquivística. A compreensão do circuito fechado entre o documento e a razão de sua gênese é o que credencia o arranjo e a descrição como funções de pesquisa [13].

Quando vem à tona o uso secundário dos arquivos para fins de pesquisa, orientado quase sempre por interesses muito diversos daqueles para os quais os documentos foram originalmente produzidos e acumulados, as fronteiras se dilatam e assumem extensões insondáveis. A expectativa de encontrar, nos arquivos pessoais, a faceta mais desnudada dos indivíduos e os

aspectos potencialmente comprometedores da vida privada sucumbe, no mais das vezes, ante a percepção aguda de uma renomada arquivista alemã, quando afirma que os arquivos não contêm bombas ou tesouros escondidos [14]. No complicado jogo entre o perfil público e a intimidade das pessoas, o “mapa da mina” tende a estar muito mais fora do que dentro dos arquivos [15].

Já não compete ao arquivista superar essas fronteiras, mas visitá-las, na medida do possível, resulta sempre em saudável aprendizado. Afinal, é por meio dos trabalhos de historiadores, linguistas, literatos, antropólogos e estudiosos de tantas outras áreas do conhecimento que o profissional de arquivo pode tomar contato com os desdobramentos de seu próprio ofício e vislumbrar as tendências que, de tempos em tempos, afloram nos diversos ramos da pesquisa científica. Não estaria aí uma oportunidade auspiciosa de abrir um canal para o diálogo entre o que mais importa à arquivística, a ponto de definir e pautar seus métodos e procedimentos, e aquilo pelo que anseia o usuário final dos arquivos? Não se trata, é bom frisar, de ceder à tentação de se projetar “reservas de sentido” sobre os documentos [16], mas, sim, de compreender melhor os meios pelos quais o arquivista pode reafirmar tudo aquilo que dá sentido ao seu trabalho: o zelo pela proveniência, a manutenção da organicidade, o esforço para estabelecer o elo entre os documentos e as razões pelas quais se originaram. Talvez nisso - e não na mea-culpa do arquivista a respeito de sua suposta (ou inevitável) subjetividade - resida a essência de uma descrição “mais honesta” [17].

Não foi à toa que o tema “fronteiras” tenha sido escolhido para presidir a pauta das discussões levadas a cabo por ocasião do III Encontro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”, realizado em São Paulo em dezembro de 2019. Durante dois dias, profissionais, pesquisadores e estudantes vivenciaram um espaço instigante de reflexão e troca de experiências a respeito dos desafios impostos pelos arquivos pessoais aos princípios da arquivística e aos procedimentos metodológicos do arranjo e da descrição, bem como dos limites que se desenham quando estes arquivos se transformam, pelas mãos dos usuários, em fontes de pesquisa. É o que se verá neste volume, que reúne, sob três diferentes eixos, os trabalhos apresentados no evento.

No primeiro deles, “Reflexões”, concentram-se os trabalhos que ensejam discussões relacionadas à manifestação dos princípios arquivísticos à luz das especificidades dos arquivos de pessoas.

O princípio do respeito aos fundos é tema dos trabalhos de Vitor Serejo Ferreira Batista, que apresenta interessante revisão de literatura, e de Lorena dos Santos Silva e Clarissa Schmidt, que o analisam em face de um caso específico, o arquivo da escritora Júlia Lopes de Almeida. Derivado da organicidade, o princípio do respeito à ordem original é explorado por Bárbara Moreira Silva de Barros, a partir de sua experiência com arquivos de mulheres ligadas à literatura. Já a questão da aquisição de arquivos pessoais pauta as discussões apresentadas por Cleice Menezes e Georgete Rodrigues, em trabalho a respeito da doação do acervo do Visconde de Cairu ao

Arquivo Público do Império, por Alice Veridiana de Sousa, que transporta a discussão para o terreno das instituições públicas de ensino superior, e por Bruna Pimentel Lopes e Georgete Rodrigues, que tratam dos processos de institucionalização dos arquivos pessoais. Renato de Mattos e Renata Geraissati Castro de Almeida complementam o quadro das reflexões ao abordarem o problema da articulação entre arquivo e biblioteca nos acervos de interesse público e social.

“Experiências”, segunda parte desta coletânea, reúne estudos de caso apresentados por profissionais de arquivo e de áreas afins. Destacam-se aí os trabalhos relativos à prática arquivística, especialmente no que diz respeito aos métodos e procedimentos de organização de arquivos pessoais, que não deixam de apresentar desdobramentos interessantes no campo da teoria.

Neste sentido, vale a pena observar as opções metodológicas adotadas em arquivos de titulares vinculados a diferentes esferas de atuação: Pedro José de Carvalho Neto expõe os desdobramentos do trabalho com os documentos do poeta Erthos Albino de Souza, caso exemplar da nebulosa fronteira entre arquivo e coleção, Juliana Amorim de Souza trata dos arquivos dos imortais da Academia Brasileira de Letras, enquanto Juliana Cabral da Silva aborda o arquivo de um cientista. Silvia Martini e Daniele Dantas de Sousa refletem sobre o tratamento dispensado ao arquivo de um ativista e as estratégias de abordagem dos arquivos ligados ao universo das artes cênicas são discutidas por Caroline Cantanhede Lopes. Dina Uliana e Elly Roza Ferrari colocam em pauta a

questão da difusão dos acervos. Adriano Castro Meyer e Elisabete Marin Ribas compartilham a experiência do Instituto de Estudos Brasileiros da USP a respeito do descarte de documentos do fundo Camargo Guarnieri.

O terceiro e último bloco, “Perspectivas”, é dedicado aos trabalhos que partem do universo dos arquivos e vão além, na direção do contato com outras áreas do conhecimento.

A relação do historiador com os arquivos e a questão do uso dos documentos como fonte podem ser percebidas, sob diferentes ângulos, nas reflexões de Adriana Angelita da Conceição, Ana Luiza Santiago de Andrade, Karla Schütz e Marcel Villemor Jofily de Lima. Os trabalhos de Geny Tomanik e Maria Lúcia Mendes de Carvalho permitem vislumbrar o potencial dos arquivos pessoais para a construção das narrativas biográficas. Os arquivos de família, pouco comuns na tradição arquivística brasileira, são tema das reflexões de Elizabeth Azevedo. Fabiana Fontana e Clarissa Schmidt, por seu turno, discutem os arquivos de artistas de teatro, com foco nos documentos oriundos dos processos criativos. A questão da necessidade de se conhecer os produtores dos arquivos é explorada por Kalila Bassanetti e Patrícia Macêdo, à luz dos arquivos pessoais custodiados pelo Arquivo Nacional, e por Luciane Simões Medeiros, que trata de averiguar a representatividade feminina nos arquivos e coleções da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Por fim, Rafaela Serafim e Patrícia Macêdo projetam perspectivas para a difusão dos arquivos pessoais com base na bem-sucedida experiência de um

perfil em rede social. Cumpre, ainda, registrar a inclusão do trabalho de Renato de Mattos sobre tipologia documental em arquivos pessoais, apresentado originalmente em mesa-redonda na segunda edição do evento.

Em comparação com as coletâneas relativas às edições anteriores do Encontro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”, este volume ostenta expressivo aumento na quantidade de trabalhos reunidos. Trata-se de dado que não deve ser menosprezado, pois reflete o crescimento do interesse pelos arquivos pessoais dentro e fora do terreno da Arquivologia, sinalizando a abertura de um horizonte promissor para novos desenvolvimentos teóricos e metodológicos e para a afirmação do debate interdisciplinar. Diante das reflexões e experiências aqui compartilhadas, resta a certeza de que ainda são muitas as fronteiras a serem desbravadas.

NOTAS

[1] Eastwood, Terry. A contested realm: the nature of archives and the orientation of archival science. In: Terry Eastwood, Heather MacNeil (Eds.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara (CA), Libraries Unlimited, 2010, p. 3-21.

[2] Cook, Terry. The archive(s) is a foreign country: historians, archivists, and the changing archival landscape. *The Canadian Historic Review*, Toronto, v. 90, n. 3, p. 497-534, 2009.

[3] Lowenthal, David. *The past is a foreign country*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

[4] Calleja, Mireya. ¿Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad. Congreso de Archivología del Mercosur, 7, Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007, 17 p.

[5] Heredia Herrera, Antonia. El principio de procedencia y los otros principios de la archivística. In: Ana Célia Navarro de Andrade (Org.). *Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo, ARQ-SP, 2015, p. 43-56.

[6] Bellotto, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004, p. 253.

- [7] Cunningham, Adrian. The mysterious outside reader. *Archives and Manuscripts*, Canberra, v. 24, n. 1, p. 130-144, 1996; Douglas, Jennifer. Toward more honest description. *Archivaria*, Ottawa, v. 79, n. 1, p. 26-55, 2016.
- [8] Jenkinson, Hilary. *A manual of archive administration*. London, Percy Lund, Humphries and Co., 1937, p. 11-12.
- [9] Camargo, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, n. 2, p. 26-39, 2009.
- [10] Camargo, Ana Maria de Almeida; Bellotto, Heloísa Liberali (Coord.). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo, ARQ-SP, 2012, p. 18.
- [11] O esforço de definição das espécies e tipos documentais ganha especial importância quando se assume que as séries documentais são formadas pelo conjunto de documentos de mesmo tipo documental, noção ainda pouco consensual entre os profissionais e teóricos da arquivística. Neste sentido, vale confrontar as definições apresentadas pelos dicionários especializados: Camargo; Bellotto (Coord). *op. cit.*, p. 76, e Arquivo Nacional (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005, p. 153.
- [12] Para Bakhtin, a combinação de três fatores - o conteúdo temático, o estilo e a estrutura composicional - resulta em "tipos relativamente estáveis de enunciados" em cada esfera da atividade com as quais se relacionam. Em muitos casos, tais elementos se evidenciam no padrão formular que, segundo a Diplomática, caracteriza as espécies documentais. Convém recordar que, segundo a terminologia arquivística, o conceito de gênero tem a ver com o sistema de signos empregado na comunicação do conteúdo dos documentos. Cf. Bakhtin, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo, Martins Fontes, 1997, p. 276 e Camargo; Bellotto (Coord.). *op. cit.*, p. 52.
- [13] Camargo, Ana Maria de Almeida; Goulart, Silvana. *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007, p. 50.
- [14] Menne-Haritz, Angelika. Die Verwaltung und ihre Archive. Überlegungen zur Latenz von Zeit in der Verwaltungsarbeit. *Verwaltung & Management*, Hannover, v. 5, n. 1, p. 4-10, 1999.
- [15] Em outra oportunidade, examinamos alguns casos em que a imprensa diária resultou muito mais reveladora de episódios obscuros da intimidade de certos indivíduos do que seus próprios arquivos. À guisa de curiosidade, ver: Campos, José Francisco Guelfi. A lei, a ética e a divulgação dos arquivos pessoais. In: Lucia Maria Velloso de Oliveira, Bianca Therezinha Carvalho Panisset, Isabel Cristina Borges de Oliveira (Org.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 271-284.
- [16] Camargo, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.
- [17] Cf. Douglas, *op. cit.*

I REFLEXÕES

A PROPÓSITO DO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A PROVENIÊNCIA E ORGANICIDADE DOS ARQUIVOS PESSOAIS

VITOR SEREJO FERREIRA BATISTA

A Arquivologia obteve seu estabelecimento em finais do século XIX, precedida do surgimento de princípios estipulados pela área e que acabaram por ser de grande valor à prática e teoria arquivística. Com o passar dos anos, já em meados do século XX, na eminência de possibilitar ao público o devido acesso à informação e de preservá-la como fonte de prova das atividades desempenhadas pelo produtor, a Arquivologia acabou por propor, desde então, novas visões sobre os princípios e propósitos da área. Por razão do foco em pesquisas voltadas para questões, sobretudo, relacionadas aos arquivos institucionais, a disciplina só demonstrou mudanças de interesse sobre investigações dedicadas aos arquivos de pessoas físicas na segunda metade do século XX, em função do reconhecimento do potencial informativo desses acervos por pesquisadores de diferentes áreas.

Assim sendo, nosso trabalho se debruça na investigação sobre análises realizadas por Jennifer Douglas e Eric Ketelaar, os quais apresentam críticas à forma como foram estabelecidos e compreendidos o princípio da proveniência e o caráter de organicidade dos

Arquivos. Como problema proposto em nossa discussão, procuramos responder se é possível estabelecer uma ponte entre estas críticas propostas pelos autores, e sua possível aplicação ao tratamento dado aos arquivos pessoais. Visto isso, a base escolhida para esse exercício de investigação é de cunho teórico, por meio da revisão bibliográfica. Advertimos que não é do intuito deste trabalho dar prioridade à compreensão ou discussão sobre o Arquivo em decorrência da sua organização, do seu tratamento ou mesmo sobre a preservação do mesmo. Assim sendo, utilizaremos como objeto de nossa pesquisa o conceito de fundo arquivístico, sendo este compreendido como o conjunto de documentos gerados por um mesmo produtor. Ao longo de nossa análise, utilizaremos de conceitos clássicos da ciência arquivística, como os princípios da Proveniência ou Respeito aos Fundos, assim como o Princípio da Ordem Original.

ARQUIVO PESSOAL: DO DOCUMENTO AO ARQUIVO

Os arquivos pessoais, em relação a sua natureza teórica, apresentam certa resistência por parte dos pesquisadores e profissionais da área. Segundo Callejas (2007), essa situação pode ser verificada pelo fato dos documentos surgirem de forma aleatória. Essa afirmação nos possibilita verificar a ausência formal e a dificuldade na transição da disciplina para campo científico, devido a existência de certas particularidades envolvendo os arquivos pessoais. Isso também evidencia que os arquivos pessoais não apresentam, de forma linear, os princípios arquivísticos,

margem e parâmetro no estudo sobre Arquivologia. Nesse sentido, podemos encontrar nesta discussão situações em que não se admite a natureza do documento, presente em um arquivo pessoal, como sendo de caráter arquivístico.

Deste modo, são comuns rótulos aos arquivos pessoais, que os remetem a diversas realidades, menos arquivos, como, por exemplo: coleções pessoais, acumulações de documentos manipulados, fabricação de memória de um indivíduo, entre outras. Estes argumentos parecem encaminhar o estudo dos arquivos pessoais para uma espécie de visão autobiográfica de seu produtor. Camargo (2009) afirma que:

Supor que todo arquivo pessoal, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades *ménagères*. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo (CAMARGO, 2009, p. 36).

Por essa razão, acreditamos que, para compreendermos os arquivos pessoais, é necessário não somente o contexto de produção do documento pessoal, mas compreender dois conceitos elementares: o documento e o arquivo.

Documento

Para podermos falar sobre um documento de arquivo, é necessária a compreensão do que seja este, assim como o que vem a ser um documento. Em termos gerais, o

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DIBRATE - afirma que documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 73). Aqui falamos do documento qualquer, não necessariamente de arquivo, e que esteja registrando uma informação. Sabemos que, no caso da Arquivologia, o contexto de produção sobre determinado documento faz com que possamos identificar nele a ação ou atividade desenvolvida pelo produtor. Isto, por sua vez, é crucial para a compreensão do mesmo documento, como sendo de arquivo.

Segundo Delmas (2010, p. 57), “não é qualquer documento que pode ser qualificado como de arquivo. O documento de arquivo é o instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado”. Como podemos observar na afirmação de Delmas, o documento de arquivo, além das características de necessário e preservado, tem a qualidade de ser pessoal. Ao nos depararmos com esta afirmação, podemos pensar que os documentos, independentemente do produtor (entidade, pessoa ou família) e do suporte utilizado, provém da ação natural daquele, o que confere ao documento seu caráter único. Isso se apresenta de forma interessante, se pensarmos que os documentos de arquivo, os quais não nasceram de arquivo, mas tornaram-se de arquivo, provém de uma ação humana.

O DIBRATE (2015) também nos afirma que o documento pessoal vem a ser um “documento cujo teor é de caráter estritamente particular [...] serve à identificação de uma pessoa” (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 78). Podemos compreender, pela afirmação do DIBRATE, que o

documento pessoal é o registro de uma ação ou atividade particular de um indivíduo. É interessante, no entanto, pensarmos que as ações de um indivíduo provêm de sua relação com o seu ambiente de convívio.

Arquivo

Na história da Arquivologia, podemos perceber que os arquivos pessoais não foram percebidos como foco primário em relação aos estudos sobre a área. Ainda hoje, podemos verificar grande parte dos arquivos pertencentes a pessoas em instituições custodiadoras, por exemplo, bibliotecas. Nem mesmo com o lançamento do *Manual de Arranjo e Descrição dos Arquivos*, em 1898, o tema dos Arquivos Pessoais obteve devido destaque de interesse. O livro, escrito pelos teóricos holandeses Muller, Feith e Fruin, conhecido por nós como o *Manual dos Holandeses* (1973), afirma que um arquivo é:

[...] o conjunto de documentos escritos, desenhos ou material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13).

Podemos notar, na sentença destacada, que ainda não é mencionado o termo *privado*, assim como qualquer outro que possa se referir a uma pessoa. Com o passar dos anos, verificamos a presença do termo “pessoa” em definições referentes ao conceito de Arquivo, como na

realizada pelo italiano Eugenio Casanova, o qual define Arquivo como "acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa" (CASANOVA, 1928, p. 9 *apud* SCHELLENBERG, 2006 p. 37). Assim como Casanova, também encontramos a mesma compreensão associada a Adolf Brenneke, que afirma que arquivos são "o conjunto de papéis e documentos que promanam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado" (BRENNEKE, 1953, p. 97 *apud* SCHELLENBERG, 2006, p. 37).

Ambos, Casanova e Brenneke, apontam para a atuação da pessoa física na produção de um arquivo. Os autores tratam de conceitos que antecipam uma preocupação maior, que se dará algumas décadas depois, com os teóricos preocupados com a temática dos arquivos pessoais.

Arquivo Pessoal

A segunda metade do século XX possibilitou a descentralização sobre o tema Arquivo e sua caracterização quase estrita aos ambientes institucionais e públicos. Isso fez com que teóricos voltassem seus olhares para a importância dos arquivos pessoais, como objeto de destaque da disciplina arquivística, em razão dos acervos estarem dotados de questões de âmbito social. Dito de outra maneira, os arquivos podem produzir resultados para

estudos sobre a memória social, cultural, antropológica etc. Essas ações sociais conferem aos arquivos pessoais um status interessante em relação a investigação de fatos quaisquer, uma vez que preenchem possíveis vazios, encontrados em visões centralizadoras de fatos históricos. Cook (1998) afirma que:

A ciência arquivística, ou a teoria tradicional da arquivística não são, apesar do que alguns arquivistas de documentos públicos ainda gostam de afirmar, nem verdade universal, nem realidade fundamental aplicável a todas as circunstâncias e meios arquivísticos em qualquer tempo e lugar (COOK, 1998, p. 7).

Podemos verificar que, ao se encontrarem em meio às discussões teóricas da área, os arquivos pessoais acabaram também por provocar discussões caras à disciplina, como é o caso dos princípios arquivísticos. Enxergamos esta crítica quando observamos o trabalho referido de Jennifer Meehan (2018), no qual a autora norte-americana afirma que:

Antes de considerarmos que o princípio da observância da ordem original (o conceito metodológico) é irrelevante fora de um contexto organizacional, os arquivistas devem primeiramente levar em conta as questões referentes à natureza e à história dos documentos, bem como a importância do "sistema" de organização do produtor (o conceito teórico) que se inclui no âmbito de aplicação desse princípio. Em suma, no que se refere aos documentos pessoais, é necessário adotar um novo enfoque da ordem original para facilitar o trabalho arquivístico de arranjo e descrição (MEEHAN, 2018, p. 306).

Podemos por meio desta afirmação evidenciar alguns problemas em relação aos dois princípios canônicos da arquivística: princípio da proveniência e o da ordem original. O que podemos verificar aqui, em relação ao princípio da ordem original, é que os documentos pessoais não necessariamente irão demonstrar entre si aspectos que são de maior evidência em arquivos institucionais. Isto porque os documentos pessoais não vão, segundo Callejas (2007), obedecer a um rigor científico, uma vez que resultam de produção alheia às imposições jurídicas comuns a instituições públicas e privadas. O que podemos observar então é que, se tratando dos documentos pessoais, o que temos é, por vezes, uma ausência no alinhamento dos princípios arquivísticos em relação a determinadas formas de tratamento dos documentos. Podemos identificar, assim, tipos de caminhos trilhados pelo estudo em arquivos pessoais: ausência de rigor científico; questões ligadas à subjetividade e memória do sujeito produtor; identificação dos princípios de natureza arquivística “plena”.

No caso dos arquivos pessoais, é possível também encontrarmos os princípios fundamentais da Arquivologia, no momento em que pudermos analisar mais precisamente determinado Arquivo. Porém, o que encontramos também é uma característica individual de cada documento, no que tange ao seu relacionamento com os princípios. Camargo (2009) afirma que:

A explicação que me parece mais adequada para essa aparente contradição, particularmente aguda no caso dos

arquivos pessoais, é da complexidade das operações necessárias para compreender a funcionalidade dos documentos em sua dimensão temporal (CAMARGO, 2009, p. 34).

Podemos observar então que, por serem dotados de unicidade, nem sempre vão condizer especificamente com o princípio, mas vão refletir consigo as características de um documento de arquivo. Por essa razão, podemos dizer que muito do que é compreendido em um arquivo pessoal provém da forma como pensamos o seu Fundo.

FUNDO DE ARQUIVO: CONCEITO E COMPOSIÇÃO

Apresentamos a relação entre o conceito de Fundo e os Arquivos Pessoais, uma vez que os documentos que compõem o *fundo* de um produtor (pessoa) podem evidenciar o que acreditamos ser o *rastro* deste. Podem ser evidências de suas atividades, que apresentam caráter orgânico junto ao Arquivo. Quando mencionamos o termo *rastro* de um indivíduo, retomamos McKemmish (2018) ao discutir sobre as "necessidades fundamentais ligadas a uma percepção de si, de identidade, de um 'lugar' no mundo" (MCKEMMISH, 2018, p. 242). As atividades de um produtor podem refletir seu ambiente pessoal e sua produção de discurso.

Conceitos de Fundo

A definição de fundo arquivístico constante do DIBRATE (2015) é a de "conjunto de documentos de uma mesma

proveniência" (ARQUIVO NACIONAL, 2015, p. 97). Observarmos que a utilização do termo *proveniência* pelo DIBRATE nos remete à interligação e necessidade do princípio basilar da arquivística, na compreensão e organização do fundo de arquivo. O conceito de Fundo para a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (2001) - ISAD(G) - diz ser este um

Conjunto de documentos, independentemente de sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por um indivíduo, família ou entidade coletiva no decurso das suas atividades e funções (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2001, p. 5).

Podemos, através destas duas definições, compreender que o fundo diz respeito a um acúmulo de documentos, que são, por sua vez, resultados de ações e atividades praticadas pelo produtor dos mesmos. Segundo Duchein (1992), o fundo de arquivo é "o conjunto de documentos cujo acréscimo é efetuado no exercício das suas atividades" (DUCHEIN, 1992, p.1). Por isso mesmo, podemos diferenciar um fundo pelo seu estado ativo de produzir documentos, podendo ser este um fundo aberto ou fechado. Além disso, também observamos a necessidade de entendermos o fundo como um espaço orgânico, em que os elementos que o compõem dialogam entre si.

Uma vez pensado isso, chamamos atenção para a afirmação de Couture e Rousseau (1994) sobre o fundo de arquivo, sendo este definido como "o agrupamento intelectual de informações registradas em suportes de toda a espécie [...] de preferência uma unidade intelectual

e não uma unidade material e física” (COUTURE; ROUSSEAU, 1994, p. 90). Podemos observar na afirmação que o Fundo tem sua dimensão intelectual, e não física, podendo ter forma abstrata e plástica. Essa noção de formato trazida para discussão nos promove a reflexão sobre como entender a composição de um fundo. Visto isso, um fundo de arquivo tanto pode estar concentrado em um determinado espaço físico, como por vezes estar destacado em ambientes diferentes. Podemos, então, dizer que o que possibilita a ligação ou conexão entre os documentos de um mesmo produtor, ainda que separados em espaço físico, para que sejam do mesmo fundo, é o caráter orgânico, através das inter-relações entre eles.

Sobre o Princípio da Proveniência

Podemos afirmar que a maneira como se deu o tratamento dispensado aos documentos de arquivo, assim como enxergamos o mesmo arquivo, nem sempre teve seu mesmo fim. Para serem vistos de forma a dar suporte ao pensamento científico da disciplina, os princípios arquivísticos surgem, ao longo do século XIX, da necessidade em manter e gerar organização aos Arquivos Nacionais. Em razão de proporcionar um arranjo para o conjunto de documentos gerados por um produtor, surge o princípio da proveniência, em 1841, por Natalis de Wailly, na França. Seu desenvolvimento como princípio de vital importância para a disciplina, assim como sua relevância para a compreensão do *fundo*, fez com que o Arquivo fosse visto como um objeto de investigação

científica. Duchein (1992) nos afirma que o princípio da proveniência, ou respeito aos fundos, é considerado:

Desde a segunda metade do século XIX, como o princípio fundamental do arquivo. É pela prática que o arquivista se distingue nitidamente por um lado do bibliotecário e do documentalista por outro. Mas como muitos princípios é mais fácil enunciá-lo do que defini-lo e defini-lo do que aplicá-lo (DUCHEIN, 1992, p. 1).

A dificuldade na compreensão do conceito de *fundo* de Arquivo, ao pensarmos este de forma prática e em vias de classificação, também pode ser evidenciada nas questões teóricas sobre o mesmo. O fato é que, em relação ao Fundo e sua importância para a Arquivologia, não há dúvidas sobre sua imagem como ponto chave no debate sobre os Arquivos. Podemos questionar, no entanto, a maneira como ocorre ou como é compreendida a formação do Fundo, assim como esta pode ser investigada, em vias de pensarmos sobre os princípios arquivísticos. Sobre isso, Schellenberg (2006) afirma que "os princípios de arranjo de arquivo dizem respeito, primeiro, à ordenação dos grupos de documentos, uns em relação aos outros e, em segundo lugar, ao ordenamento das peças individuais dentro dos grupos" (SCHELLENBERG, 2006, p. 239).

Assim como traz Schellenberg à discussão, a questão das inter-relações dos documentos de arquivo para com o seu produtor e a produção destes documentos, é um dos pontos chave para tentarmos dar outra visão sobre o Fundo de Arquivo. Para isso, trazemos, em destaque, o

parecer histórico do tratamento junto a documentos de arquivo. Segundo Douglas (2016):

Antes da articulação do conceito de *respect des fonds*, os arquivistas dos Arquivos Nacionais da França utilizaram, no arranjo de documentos históricos, um sistema de classificação 'metódica' criada arbitrariamente a partir da experiência em bibliotecas (DOUGLAS, 2016, p. 48).

Neste tipo de análise feita por Douglas (2016), podemos observar que os princípios arquivísticos, por mais que tenham se desenvolvido das necessidades em resolver problemas encontrados em relação ao seu tratamento, também proporcionaram um modelo seguido a partir de determinado momento na história dos arquivos. Mas esta adoção de princípios, como os da proveniência e o da ordem original, está atrelada a uma construção de ideia de sobre o que vem a ser um fundo. Logo, podemos dizer que o Fundo, para existir, depende de uma construção de fatores, os quais estarão registrados como ações referentes à composição do Fundo. Sobre essa compreensão de organicidade em relação ao fundo de arquivo, Douglas (2016) também afirma que:

O *archief* é 'um todo orgânico, um organismo vivo, que cresce, toma forma e sofre mudanças' de acordo com o crescimento, o desenvolvimento e as mudanças que têm dentro da administração que o cria. Portanto, cada *archief* é 'sempre o reflexo das funções' da entidade que o cria, o que faz com que ele possua 'sua própria personalidade, sua individualidade (DOUGLAS, 2016, p. 52).

Assim como podemos retomar o entendimento sobre a ideia dos teóricos holandeses (1973) de que o Arquivo é um todo orgânico, também podemos observar, pela afirmação de Douglas, que este é um reflexo das ações registradas pelo seu produtor. Esses registros evidenciam as atividades de um produtor, assim como mapeiam um campo de discurso do mesmo. Segundo Douglas (2016) nos adverte, a composição de um Fundo de Arquivo provém de três interferências sobre como podemos pensar sua Proveniência, sendo estas: Princípio Organizativo; Construto Físico e Intelectual e Contexto Sócio Histórico.

Proveniência como Princípio Organizativo

Sobre entendermos a proveniência como um Princípio Organizativo, Douglas (2016) destaca a existência do *Manual dos Holandeses* como um divisor-de-águas na compreensão do *fundo* (Arquivo), para que possamos entendê-lo como um organismo vivo. Com o surgimento deste, em 1898, o que podemos destacar é a possibilidade e concretude de entender o Princípio da Proveniência como um instrumento de apoio à organização e arranjo do Fundo. Também destacamos de Douglas (2016) o que esta afirma sobre o princípio ser descrito como "um 'método' de organização de material arquivístico e, apesar de fazer alusão à justificativa teórica do método, sua ênfase prática fica evidente" (DOUGLAS, 2016, p. 54).

Sobre esta questão, podemos pensar que o princípio organizativo evidenciado por Douglas (2016) diz respeito a como vemos usualmente o Princípio da Proveniência: um

meio de organizar o *fundo* de Arquivo. Em relação ao processo organizativo do Fundo, podemos pensar que este é uma tarefa que procura refletir as ações de seu produtor, o que nos faz crer na possibilidade de formação discursiva do mesmo.

Proveniência como Constructo Físico e Intelectual

Para falarmos sobre a proveniência como “constructo intelectual e físico”, trazemos a reflexão do teórico arquivista italiano Giorgio Cencetti, que, para explicar o que vem a ser Arquivo, nos afirma que:

O arquivo reflete seu criador ou, mais exatamente, é o próprio criador, no sentido de que a ordem original do arquivo, a ordem dada ao arquivo por seu criador, é a manifestação da estrutura administrativa, da história e, de certa forma, da própria "essência" do criador dos documentos (CENCETTI *apud* DOUGLAS, 2016, p. 59).

Nesta compreensão do Princípio da Proveniência, o que verificamos é que a essência de cada documento de um Fundo vai fazer com que este Fundo seja visto de uma maneira particular. Podemos com isso associar esta ideia com a característica de Unicidade do documento arquivístico. A historiadora francesa Anne Zink nos afirma que “os mais preciosos são os documentos que não têm nenhum equivalente institucional, que não têm cópias em lugar algum, que informam sobre o que é exclusivamente privado” (ZINK *apud* CAMARGO, 2009, p. 30). Neste caso, o documento adquire caráter individual em relação a sua proveniência, visto que este passa por um discurso

anteriormente existente. Adquire, portanto, caráter especial na compreensão do Arquivo. Segundo Douglas (2016), "os arquivos são um espelho não da história de seu criador, mas de sua própria história enquanto documentos" (DOUGLAS, 2016, p. 59).

Podemos pensar exatamente nos documentos pertencentes a pessoas em geral, e como que a existência de determinados documentos em meio ao Arquivo Pessoal não produz um discurso específico para este. Mas este documento, como elemento histórico, traz consigo as características intelectuais pertencentes ao seu existir. Douglas (2016), para confirmar este pensamento, nos apresenta o parecer da arquivista canadense Debra Barr no momento em que afirma:

Como forma de respeitar e representar a história de um documento, Barr sugere mantê-lo fisicamente em unidades de entrada de documentos e estabelecer ligações intelectuais entre eles por meio de descrições em referência cruzada dos vários criadores com os quais tenham sido associados antes de aportar ao arquivo (DOUGLAS, 2016, p. 57).

Novamente, observamos que, nesta abordagem sobre o princípio da proveniência, Douglas se preocupa em relacionar as duas maneiras de olharmos para um documento, ou seja, enquanto um objeto físico e material, presente no momento em que o avistamos, e como objeto intelectual, que carrega consigo um valor histórico que não será evidenciado sem o contato e entendimento sobre o mesmo.

Proveniência como Contexto Sócio-Histórico

Como última forma de identificarmos a proveniência do documento, chamamos atenção para o seu caráter sócio-histórico. Para isso, precisamos observar a necessidade de compreender o espaço do arquivo como um resultado de ações do produtor que, por sua vez, está inserido em um meio social. Visto isso, Douglas (2016) nos alerta que "o primeiro passo rumo a uma expansão do contexto de produção é chamar atenção para os sistemas sociais, o que pressupõe a identidade de um criador e a necessidade deste de gerar um documento" (DOUGLAS, 2016, p. 61). Com isso, podemos evidenciar as características de naturalidade em gerar os documentos, pois não existem por conta de uma interferência deliberadamente autoritária. Ao contrário, surgem como resultado de uma ação. Segundo Douglas (2016), isso faz com que surja a noção de "proveniência social", a qual "pede aos arquivistas que reconheçam que os produtores de documentos não atuam isoladamente, mas são, na verdade, membros de uma coletividade que influencia suas escolhas e seu comportamento" (DOUGLAS, 2016, p. 61).

Ao vermos que o princípio da proveniência pode ser encarado de diversos ângulos e compreendido a partir de outras origens, sua finalidade como um instrumento puro e simplesmente de organização, que auxilia na elaboração do arranjo do fundo de arquivo, perde um pouco seu caráter intocável. Porém, mas importante do que pensarmos no princípio, é o fato de refletirmos sobre como esses meios de compreensão sobre este princípio

canônico da arquivística podem ser vistos em Arquivos Pessoais.

PRÉ-ARQUIVO: DESCONSTRUIR PARA COMPREENDER

Como advertência sobre como podemos ver os arquivos pessoais, Cook (2017) nos afirma que "arquivos não são coleções artificiais adquiridas, arranjadas e descritas inicialmente por tema, local ou tempo, e sim em uma relação contextual, orgânica e natural com sua entidade produtora e com os atos de sua produção" (COOK, 2017, p. 9).

As relações provocadas pelos documentos de arquivo demonstram ser um importante caminho para a investigação dos arquivos pessoais. Porém, não se tratam de uma construção deliberada de forma artificial, como orienta Cook (2017). Ao pensarmos nas características pertencentes aos documentos de arquivo, destacamos seu caráter natural e imparcial. Contudo, temos que separar a ideia de que um documento não é gerado, no intuito de provocar uma construção de algo futuro para aquela ação. Segundo Jenkinson (1922), podemos identificar o documento como um resultado "natural" de uma ação, assim como a imparcialidade do documento como a "razão da criação do documento (não intencionalidade) livres da suspeita de preconceito no que diz respeito aos interesses em nome dos quais os usamos hoje" (JENKINSON, 1922, p.11-12, tradução nossa).

Em relação aos arquivos pessoais, assim como aos institucionais, um documento, quando gerado, é o

resultado de uma ação exercida e registrada pelo seu produtor. O interessante, neste caso, é pensarmos nesta atividade a partir de uma construção de discurso própria. Nesse ponto, chamamos atenção para a relação produtor e usuário de Arquivo. Segundo Ketelaar (2018), “os arquivos não falam por si: refletem os interesses, as esperanças e os receios do usuário” (KETELAAR, 2018, p. 193). Quando pensamos sobre essas *reflexões* trazidas por Ketelaar, estamos falando como os arquivos estão à mercê de interpretações, a partir do que um dia fora registrado.

Para podermos compreender melhor esse tipo de afirmação proposta pelo teórico holandês, trilhamos nossa análise a partir da investigação e compreensão dos arquivos em divisões de entendimento, sendo estas: *arquivização*, *arquivação* e *arquivamento*. Esses tipos de conceitos adotados por Ketelaar dizem respeito à compreensão do surgimento e composição dos Arquivos, em meio ao seu espaço/tempo de análise.

Processo de arquivamento

Para compreendermos Ketelaar (2018), no que este nos apresenta por *arquivamento*, precisamos conceituar o termo. Sobre arquivamento, o autor nos afirma que “entende-se geralmente a atividade que se segue à criação de um documento” (KETELAAR, 2018, p. 198). Essa noção de arquivamento pode nos indicar diferentes compreensões sobre determinado documento, em detrimento do espaço/tempo e das circunstâncias em que o analisamos. Segundo Ketelaar (2018), “é um ‘regime de práticas’ variável conforme a época e o lugar” (KETELAAR,

2018, p.199). Por simplificar sua compreensão, é um processo administrativo de tratamento arquivístico.

Porém, a própria ação de arquivamento é resultado de situações precedentes, as quais Ketelaar também tenta nos esclarecer. Sobre essas ações anteriores, podemos destacar a priori o que compreendemos por arquivamento. O conceito diz respeito, de acordo com Ketelaar (2018), a uma ação que “vai além da captura e inclui a fase preliminar da criação; ela consigna, inscreve um vestígio em algum lugar, em algum espaço exterior (KETELAAR, 2018, p.198). No caso, verificamos que esse tipo de ocorrência acontece até mesmo de forma a antecipar a própria função arquivística de produção. Podemos pensar então que a arquivamento funciona como uma espécie de preparação para o que vai ser registrado. Estaria mais próxima ao ato de pré-ocorrência do registro.

Ainda mais pré-arquivística do que a “arquivamento”, para Ketelaar (2018), estaria a “arquivamento”. Esta última diz respeito à motivação em criar determinado documento, ou registrar uma ação. A “arquivamento” diz respeito ao próprio documento na sua essência. Sua existência vai depender da compreensão do produtor sobre o mesmo ser produzido ou não, como nos afirma Stuckey (1997) em determinado “momento de verdade” (STUCKEY, 1997, p. 220 *apud* KETELAAR, 2018, p. 198).

Ketelaar (2018) afirma que “a arquivamento não determina apenas se e como as ações serão registradas nos arquivos” (KETELAAR, 2018, p.199). Essa ação pré-arquivística está relacionada ao ambiente em que o produtor se encontra, assim como o discurso que o envolve. Em outras palavras, tem influência externa de

outros pilares construídos pela sociedade em que está integrada. Por fim, Ketelaar (2019) nos afirma que é:

Por isso que a arquivologia não diz respeito somente aos documentos dos arquivos tais como foram criados, mas engloba igualmente a cultura organizacional daqueles que concebem os arquivos, e isso nos contextos sociais, religiosos, culturais, políticos e econômicos (KETELAAR, 2018, p. 199).

Junto aos princípios gerais da Arquivologia, podemos questionar então como que estabelecemos a ideia da Proveniência, assim como a da própria Ordem Original, em relação ao que influencia o produtor. Diferentemente dos primórdios da ciência arquivística, o que nos deparamos aqui são questões que podem ser vistas de forma consciente ou inconsciente pelos produtores. Como nos questiona Cook (1998):

A ciência arquivística apenas lentamente está reconhecendo o impacto fundamental dessas mudanças sobre os princípios tradicionais, que foram desenvolvidos para documentos e organizações em uma época bem mais simples. Podemos certamente acreditar no "respeito aos fundos", mas qual é o "fundo" que deveremos respeitar neste novo mundo? (COOK, 1998, p. 8).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa análise teve por princípio a questão que envolve o tema dos arquivos pessoais, envoltos em críticas à visão clássica do que seja Arquivo. A partir dessa premissa, procuramos investigar meios de questionamento sobre a

composição do fundo arquivístico, a partir de elementos que fossem passíveis de debate. Como questão de nossa proposta inicial, procuramos relacionar a ação dos produtores com a natureza dos documentos por estes produzidos. Assim, tratamos de ver como a investigação sobre a gênese documental é resultado de contextos culturais, sociais e antropológicos, que perpassam tanto uma memória coletiva, quanto os costumes e hábitos dos sujeitos presentes em uma sociedade, vistos como produtores de seus próprios documentos.

Podemos evidenciar que um dos pontos mais relevantes sobre o problema proposto se dá na ligação de críticas ao princípio da proveniência e ao caráter orgânico dos arquivos, estabelecendo-se o fato de que os autores escolhidos para esta discussão não tratam o assunto, necessariamente, em função dos arquivos pessoais. Nesse sentido, a crítica utilizada pelos autores pode ser aplicada tanto aos arquivos institucionais e públicos, como aos de caráter privado e pessoal. Sendo assim, podemos aproximar, e porque não nivelar, o status destes tipos arquivísticos, institucionais e públicos, desde sempre investigados e tratados como “verdadeiros” arquivos, aos então questionáveis arquivos pessoais.

Por concluir, esperamos que nossa análise tenha contribuído com a ciência arquivística, no intuito não só de provocar a reação de novos métodos de estudo sobre o objeto Arquivo, mas também, como fora de nosso interesse, proporcionar a revisão de determinados pilares estipulados pela disciplina. Junto a isso, trazer o tema dos arquivos pessoais como instrumento de questionamento sobre a origem do documento, a visão única de um fato e

a centralização de conceitos pré-estipulados, ao passo de compreender que o sujeito é o produtor de documentos, um ser que reage a tendências temporais e que reflete modelos criados, em razão da própria sociedade em que vive.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: 2005, p.231.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2ª edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p.167.

CALLEJAS, Mireya. **¿Archivos Privados o colecciones?**: Fuentes Primarias para la investigación de la identidad. In: VII Congreso de Archivología do Mercosur “Archivos: Patrimonio Documental del Futuro”. 2007, Viña del Mar, Chile.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 26-39, jul-dez. 2009.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivo institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-149, 1998.

_____. **Fundo Arquivístico**: Teoria, Descrição e Proveniência na Era Pós-Custodial. Rio de Janeiro, 2017. 68p.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

DELMAS, Bruno. **Arquivos Para Que?**: textos escolhidos. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196p.

DOUGLAS, Jennifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p.47-74

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/11453>>. Acesso em: 01 Jul 2019.

ISAD(G): norma geral de descrição arquivística. 2.ed. Rio de Janeiro: Conselho Internacional de Arquivos/Arquivo Nacional, 2001.

JENKINSON, Hillary. **A manual of Archives Administration**. Oxford: The Claredon Press. 1922.

KETELAAR, Eric. (Des)construir o arquivo. In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.193-206.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim... In: HEYMANN, Luciana Quillet; NEDEL, Letícia (org.). **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.239-259.

MEEHAN, Jennifer. Novas considerações sobre ordem original e documentos pessoais. In: **Pensar os Arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. p.305-328.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6ª edição. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006. p. 388.

O CASO DO ARQUIVO PESSOAL DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA: UMA REFLEXÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DE RESPEITO AOS FUNDOS

LORENA DOS SANTOS SILVA
CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT

A Arquivologia, enquanto área do conhecimento, desenvolve-se para suprir as demandas de organização e, fundamentalmente, de acesso, aos arquivos produzidos, recebidos e acumulados no âmbito das administrações públicas. Nesse cenário, pilares teóricos que sustentam a área são articulados a partir de meados do século XIX na Europa, uma vez que necessidades advindas da realidade, qual seja a de organizar documentos de arquivo, demandou a busca por soluções que pudessem resolver essa questão (SCHMIDT, 2015). Desse modo, o Princípio de Respeito aos Fundos, e conseqüentemente a ideia de Fundo, são apresentados como alternativa, sendo considerados importantes marcos teóricos da área.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento desse princípio tem origem na necessidade de tratamento de documentos considerados históricos. Todavia, anteriormente a meados do século XIX, os documentos recebidos pelos arquivos

eram incorporados às coleções existentes, cuja classificação era baseada em temas. E, através da formulação do conceito de fundo e da promulgação do Princípio de Respeito aos Fundos, que ainda são conceitos chaves para organização de conjuntos documentais na fase permanente, o cenário passa a se modificar.

Nesse sentido, a primeira tentativa de arranjar documentos que não fosse por assuntos ou temas ocorreu quando Guizot (1787-1874), ministro da Instrução Pública de 1832 a 1839 e primeiro-ministro de 1840-1848, “[...] baixou regulamentos relativos ao arranjo de documentos dos *départements* que haviam sido colocados sob a jurisdição dos *Archives Nationales*, pela lei de 26 de outubro de 1796” (SCHELLENBERG, 2006, p. 241, grifo do autor). Em 08 de agosto de 1839, o primeiro desses regulamentos foi propagado, sendo complementado pela circular emitida pelo Ministro do Interior, o conde Duchatel (1803-1867), em 24 de abril de 1841 (SCHELLENBERG, 2006). O conteúdo dessa circular foi elaborado e divulgado pelo arquivista Natalis de Wailly. Essa circular, denominada *Instructions pour la mise en ordre et Le classement des archives départementales et communales*, estipulou princípios gerais para um novo método de organização de documentos. Essa circular recomenda que

[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos. Documentos que *apenas se refiram* a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição,

dessa corporação ou dessa família (DUCHEIN, 1986, p. 16, grifo do autor).

Para reforçar sua abordagem, Wailly argumentou que classificar documentos através do Respeito aos Fundos era a única maneira de deixá-los em uma ordem uniforme.

Assim, propôs uma abordagem original aos arquivos que em linhas gerais estipulava

a) os documentos deviam ser agrupados por fundos (*fonds*), isto é, todos os documentos originários de uma determinada instituição, tal como uma entidade administrativa, uma corporação ou uma família, seriam agrupados e considerados como o *fonds* daquela determinada instituição; b) os documentos de um *fonds* deviam ser arranjados por grupos de assuntos, e a cada grupo seria atribuído um lugar definitivo em relação aos outros grupos; e c) as unidades, nos grupos de assuntos, seriam arranjadas conforme as circunstâncias, em ordem cronológica, geográfica ou alfabética (SCHELLENBERG, 2006, p. 241-242, grifo do autor).

Dessa maneira foi formulado o Princípio de Respeito aos Fundos, *respect des fonds*, que tinha como premissa, em um primeiro momento, arranjar os documentos provenientes de uma mesma origem em um grupo maior e, dentro desse grupo, formular subgrupos. Esses subgrupos eram arranjados a partir do assunto de seus documentos componentes que, por sua vez, eram organizados de acordo com os esquemas alfabético, cronológico ou geográfico.

Entretanto, essa perspectiva teórica foi construída para os arquivos provenientes de instituições públicas. Nessa

linha de pensamento, os arquivos pessoais não foram contemplados, durante muito tempo, pela Arquivologia, o que nos leva a considerar que os arquivos de pessoas foram, e por vezes ainda são, organizados a partir de referenciais utilizados para o tratamento de material de bibliotecas.

Dessa perspectiva, os documentos são tratados um a um, gerando unidades descritivas autônomas. Resultado: transferem-se para o documento de arquivo atributos do livro, cuja autonomia de significado - que o leva a constituir um verdadeiro universo de auto-suficiência - corresponde à possibilidade de ser descrito a partir de regras gerais, sem levar em conta o contexto em que foi produzido (CAMARGO: GOULART, 2007, p. 37).

Como resultado desse cenário, o arquivo pessoal muitas vezes é organizado em arranjos cujas séries são agrupadas por temas, assuntos, formatos ou técnicas de registro. Exemplo disso são séries como "Correspondência", "Fotografias" e "Hemeroteca", comumente encontradas e geralmente formadas quando os arquivos são recolhidos e organizados pelas instituições que os custodiam.

Uma instituição, de caráter privado, que custodia arquivos pessoais de seus membros, é a Academia Brasileira de Letras. Um desses é o conjunto de documentos do poeta e jornalista Filinto de Almeida, cuja organização envolveu decisões que perpassaram o âmbito político do Arquivo dos Acadêmicos da ABL e, também, das teorias e metodologias arquivísticas.

A Academia Brasileira de Letras é uma instituição privada que possui como atividade-fim o cultivo da língua e da literatura nacionais. Inaugurada em 20 de julho de 1897 e sediada no Rio de Janeiro, a instituição é formada por 40 membros efetivos e perpétuos, denominados acadêmicos, e 20 sócios correspondentes estrangeiros.

Foi criada a partir da iniciativa de Lúcio de Mendonça, e as primeiras notícias de sua fundação foram publicadas na *Gazeta de Notícias* e pelo *Jornal do Commercio* em 10 e 11 de novembro de 1896, respectivamente. Assim, em 20 de julho de 1897 foi realizada a sessão inaugural, com a presença de dezesseis acadêmicos e discurso do presidente Machado de Assis.

Além disso, cumpre informar que o Arquivo da ABL é dividido em duas linhas de acervo: o Arquivo Institucional, composto por documentos produzidos, recebidos e acumulados no decorrer das funções e atividades meio e fim da instituição, e o Arquivo dos Acadêmicos, composto por documentos produzidos, recebidos e acumulados na trajetória de vida dos acadêmicos e sócios-correspondentes.

Diante disso, esse artigo tem como objetivo refletir acerca da organização de arquivos pessoais à luz da teoria arquivística, a partir do conjunto de documentos da escritora Júlia Lopes de Almeida, que foi classificado como um grupo do Arquivo Filinto de Almeida, seu marido.

PERCEPÇÕES SOBRE OS ARQUIVOS PESSOAIS À LUZ DA TEORIA ARQUIVÍSTICA

Os indivíduos, assim como as instituições públicas e privadas, produzem, recebem e acumulam documentos de arquivo ao longo de sua trajetória de vida. Esses documentos podem ser produtos das relações entre o sujeito e o Estado, tal como certidão [1] de nascimento, de casamento ou cédula de identidade, caracterizando seu papel de cidadão perante a sociedade, de suas relações consigo mesmo ou com outros indivíduos. Dessa forma, compreendemos que os arquivos pessoais são constituídos por diferentes espécies e tipos documentais, o que os tornam um campo de pesquisa rico para analisar criticamente como a teoria arquivística é utilizada para tratá-los, uma vez que a Arquivologia, enquanto área do conhecimento, surge e constrói suas teorias e metodologias a partir de documentos oriundos de ações públicas governamentais.

Mesmo que atualmente contemplados por pesquisas da área, o arquivo pessoal foi, durante muito tempo, deixado à margem no espaço de discussão teórica da Arquivística, talvez porque “tradicionalmente, os arquivos pessoais [...] têm tido um tratamento bem diferente daquele que concedemos aos arquivos institucionais” (CAMARGO, 2008, p. 05). Nessa linha de pensamento, Oliveira (2012, p. 24) atribui essa conjuntura ao “[...] lugar que os documentos produzidos e acumulados pelos indivíduos ocuparam e ainda ocupam no âmbito das instituições com vocação para a preservação dos registros da sociedade”, ao passo que Camargo (2007) explicita que os autores clássicos da área se ocuparam com os documentos produzidos pelas

instituições públicas, enquanto que os pessoais eram considerados coleções de documentos e não arquivos.

O conceito de arquivo pessoal

Por mais que o conceito “arquivo pessoal” seja aquele que a comunidade arquivística brasileira aceitou como o melhor para ser utilizado ao se referir a esse tipo de arquivo, este precisa ser melhor esmiuçado. Nessa esteira de discussão, Camargo (2009) afirma que

Embora se admita seu uso na comunidade arquivística brasileira, o mais correto seria dizer *arquivos de pessoas* (desta ou daquela pessoa, tratada individualmente) ou de categorias ocupacionais (de estadistas, de literatos, de cientistas etc.), ao menos para não conflitar com três situações distintas, igualmente questionáveis, em que o epíteto é aplicado. Refiro-me aos documentos sobre pessoas, presentes nos arquivos institucionais, e, no âmbito dos documentos efetivamente acumulados por indivíduos, a parcelas específicas do arquivo: àquelas que não resultam do exercício de funções públicas e àquelas representadas por documentos identitários (CAMARGO, 2009, p. 28, grifo da autora).

Além da inadequação da nomenclatura apresentada pela autora, as definições também possuem divergências. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística - DIBRATE apresenta que arquivo pessoal é o “arquivo de pessoa física” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). Tal assertiva nos possibilita entendê-la como insuficiente, ao passo que não esclarece o vínculo arquivístico entre os

documentos e seus equivalentes e entre os documentos e o produtor. A publicação também apresenta o arquivo pessoal na definição de arquivo privado, registrado como “arquivo de entidade coletiva de direito privado, *família* ou *pessoa*. Também chamado arquivo particular” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35, grifo nosso).

O Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado pelas professoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto não apresenta o termo “arquivo pessoal”, todavia, o observamos na definição de arquivo privado, fixado como “conjunto de documentos acumulados em decorrência das atividades de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, depositados ou não em instituições públicas” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996, p. 08).

Observamos que, embora o arquivo pessoal esteja inserido nos arquivos privados, a definição do DIBRATE pode dar margem a dúvidas em relação ao caráter natural e orgânico daquele arquivo. Entretanto, ao analisá-la, percebemos que o caráter natural e orgânico está contemplado no termo “arquivo”, visto que este dicionário o define como “conjunto de documentos produzidos e acumulados por entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Em contrapartida, o dicionário elaborado pelas professoras Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto aponta a qualidade de ser arquivístico dos arquivos privados, apresentando a necessidade do conjunto de documentos ser acumulado, ou seja, formado progressivamente, organicamente e

naturalmente, no exercício de atividades de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

No que tange a essa conjuntura, Bellotto expressa que

A conceituação de arquivos pessoais está embutida na própria definição geral de arquivos privados, quando se afirma tratar-se de papéis produzidos/recebidos por entidades ou pessoas físicas de direito privado. O que se pode aqui especificar é que, sendo papéis ligados à vida, à obra e às atividades de uma pessoa, não são documentos funcionais e administrativos no sentido que possuem os de gestão de uma casa comercial ou de um sindicato laboral. São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade ou comportamento (BELLOTTO, 2006, p. 256).

As discussões supracitadas demonstram a complexidade que ronda o conceito. E, nesse sentido, por entendermos que este deve englobar o caráter arquivístico, concordamos com Oliveira (2012, p. 33), para quem o arquivo pessoal é o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social”. Cabe ressaltar que, nesse artigo, nos ateremos a essa definição para circunscrever o conceito de arquivo pessoal.

O CASO DO ARQUIVO PESSOAL DE JÚLIA LOPES DE ALMEIDA

Júlia Valentim da Silveira Lopes de Almeida foi escritora, cronista, teatróloga e abolicionista brasileira. Nasceu em 24 de setembro de 1862 na cidade do Rio de Janeiro e faleceu, na mesma cidade, em 30 de maio de 1934. Foi esposa do acadêmico Filinto de Almeida e uma das idealizadoras, juntamente com o grupo de escritores e intelectuais, da Academia Brasileira de Letras. Apesar disso, teve seu nome excluído desse contexto, visto que optou-se em deixar a instituição exclusivamente masculina, nos moldes da Academia Francesa.

Sobre tal exclusão, Fanini (2013) explicita que

Por mais que tenha obtido reconhecimento e notabilidade entre seus pares, a posição de Júlia Lopes no campo literário brasileiro jamais correspondeu àquela ocupada pelos escritores canônicos. A esse respeito, um acontecimento simbólico capaz de atestar seu "relativo destaque", i.e., tanto o considerável prestígio por ela amealhado, quanto seu pertencimento, por assim dizer, "marginal" ao campo literário brasileiro, foi [...] a inclusão e subsequente exclusão de seu nome da lista extraoficial de membros fundadores da Academia Brasileira de Letras, em fins da década de 1890. Mais propriamente, à cogitação de seu nome, proposta por Lúcio de Mendonça em artigo publicado no *Estado de S. Paulo*, datado de 3 de dezembro de 1896, seguiu-se a decisão esmagadoramente majoritária, perpetrada por aqueles que ocupariam as primeiras quarenta cadeiras da ABL, segundo a qual a vaga em questão seria preenchida por seu cônjuge, Filinto de Almeida, que passou a ser considerado por alguns como o "acadêmico consorte" (FANINI, 2013, p. 164).

O arquivo pessoal de Júlia Lopes de Almeida, embora não seja assim denominado, é custodiado pela Academia Brasileira de Letras e foi doado para a instituição em 2010, por Cláudio Lopes de Almeida, seu neto, ao Arquivo Múcio Leão. Esse acervo é constituído pelos documentos produzidos, recebidos e acumulados pela escritora tanto no âmbito profissional quanto no âmbito familiar, íntimo. É composto por originais manuscritos e datilografados, tais como rascunhos, obras e discursos, contratos, cartas trocadas entre ela e seus contemporâneos, recortes de jornais, fotografias e revistas.

O Arquivo Filinto de Almeida

Francisco Filinto de Almeida foi jornalista e poeta português. Nasceu na cidade do Porto, Portugal, em 04 de dezembro de 1857, e faleceu em 28 de janeiro de 1945 na cidade do Rio de Janeiro. Foi o fundador da cadeira n. 3 da Academia Brasileira de Letras, cujo patrono é Artur de Oliveira.

Foi considerado cidadão brasileiro quando a República foi instaurada visto que, residindo no Brasil em 15 de novembro de 1889, não declarou, no prazo de seis meses, a vontade de conservar a nacionalidade de origem. Assim, foi trabalhar como redator de *A Província de São Paulo*, depois transformada em *O Estado de São Paulo*, de 1889 a 1895. Foi deputado na Assembleia Legislativa de São Paulo, além de colaborar, juntamente com sua esposa, no romance *A Casa Verde*, publicado nos folhetins do *Jornal do Comércio*.

Na ABL, o arquivo que leva seu nome é composto de documentos produzidos, recebidos e acumulados ao longo da trajetória de vida do acadêmico. Foi doado à instituição em 2008 pelo neto Cláudio Lopes de Almeida, sendo formado por publicações do titular, contratos, recortes de jornais, fotografias e cartas trocadas entre o produtor e seus contemporâneos. Além disso, também foram identificados documentos produzidos e acumulados por sua filha, Margarida Lopes de Almeida.

A organização do Arquivo Filinto de Almeida

Anterior às doações dos arquivos de Filinto de Almeida, Júlia e Margarida Lopes de Almeida, a ABL já possuía uma coleção composta por documentos de Filinto enquanto Acadêmico, tais como: fotografias, recortes de jornais e cartas. Esses documentos foram identificados e organizados no ano de 2006, tendo o acesso como premissa.

O arquivo pessoal de Filinto de Almeida, juntamente com o arquivo de Júlia Lopes de Almeida e Margarida Lopes de Almeida, doados em 2008 e 2010 por seu neto, começou a ser organizado a partir de métodos da Arquivologia no ano de 2015 pela equipe do Arquivo Múcio Leão, da ABL. Inicialmente os documentos foram identificados de modo que pudessem ser reconhecidas as espécies e tipos documentais. Posteriormente, esses documentos foram classificados de modo que foi incluído, no arranjo, a coleção que a instituição já possuía antes das doações, conforme demonstra a imagem abaixo.

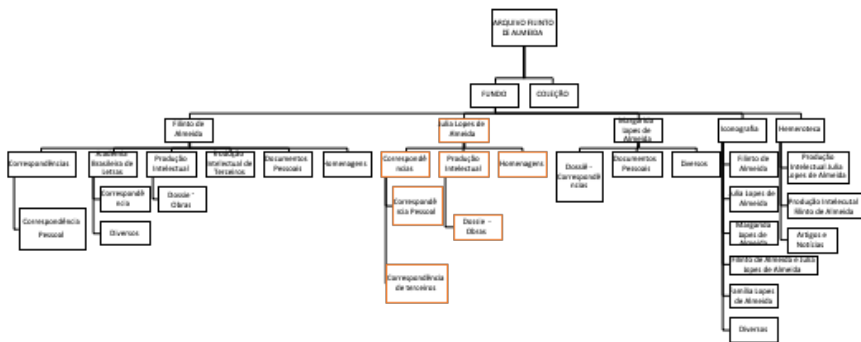


Figura 1 - Arranjo do Arquivo Filinto de Almeida
 Fonte: Academia Brasileira de Letras.

Assim, o arranjo adotado para o Arquivo Filinto de Almeida foi dividido em Fundo e Coleção. A Coleção é composta pelos seguintes agrupamentos: (i) Correspondências, (ii) Diversos, (iii) Documentos institucionais, (iv) Hemeroteca, (v) Iconografia e (vi) Produção intelectual. Em contrapartida, o Fundo foi dividido em cinco grupos, a saber: (i) Filinto de Almeida, (ii) Julia Lopes de Almeida, (iii) Margarida Lopes de Almeida, (iv) Iconografia, (v) Hemeroteca.

O grupo Filinto de Almeida é composto pelas seguintes séries:

Correspondências	“Nessa série foram reunidas as correspondências enviadas e recebidas por Filinto de Almeida; a organização foi feita por dossiê respeitando, alfabeticamente, os remetentes de cada carta” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
Academia Brasileira de Letras	“[...] correspondências ligadas à ABL recebidas e envidas por Filinto de Almeida, [...] a organização das correspondências foi feita por dossiê respeitando, alfabeticamente, os rementes de cada carta [...]” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
Produção Intelectual	“[...] obras produzidas por Filinto de Almeida além de contratos relacionados a essas obras; a organização dessas produções foi feita por dossiê respeitando, alfabeticamente, o título de cada obra” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
Produção Intelectual de terceiros	“Nessa série foram reunidas todas as obras produzidas por terceiros que se referem, de alguma maneira, à Filinto de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
Documentos Pessoais	“Nessa série foram reunidos todos os documentos referentes à Filinto de Almeida (carteira de escritor, apólices etc); a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).

Homenagens	“Nessa série encontra-se o encadernado feito por Margarida Lopes de Almeida em homenagem à Filinto de Almeida e Julia Lopes de Almeida [...]” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
------------	---

Tabela 1 - Séries do grupo Filinto de Almeida
 Fonte: Elaborada pelas autoras.

Já o grupo Margarida Lopes de Almeida é composto pelas seguintes séries:

Correspondências	“Nessa série foram reunidas as correspondências enviadas e recebidas por Margarida Lopes de Almeida; a organização foi feita por dossiê respeitando, alfabeticamente, os remetentes de cada carta” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Documentos Pessoais	“Nessa série foram reunidos todos os documentos referentes à Margarida Lopes de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Diversos	“[...] reunidos todos os documentos referentes à Margarida Lopes de Almeida que não se encaixavam nas séries descritas acima; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).

Tabela 2 - Séries do grupo Margarida Lopes de Almeida
 Fonte: Elaborada pelas autoras.

Em relação ao grupo Iconografia, este é constituído pelas séries:

Filinto de Almeida	“Nessa série foram reunidas todas as fotografias de Filinto de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Julia Lopes de Almeida	“Nessa série foram reunidas todas as fotografias de Julia Lopes de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Margarida Lopes de Almeida	“Nessa série foram reunidas todas as fotografias de Margarida Lopes de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Filinto de Almeida e Julia Lopes de Almeida	“Nessa série foram reunidas todas as fotografias de Filinto e Julia Lopes de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Família Lopes de Almeida	“Nessa série foram reunidas todas as fotografias da Família Lopes de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Diversos	“Nessa série foram reunidas todas as fotografias que não se encaixavam nas séries descritas acima” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).

Tabela 3 - Séries do grupo Iconografia
Fonte: Elaborada pelas autoras.

E o grupo Hemeroteca é formado pelas séries:

Produção Intelectual de Julia Lopes de Almeida	"[...] reunidas todas as colunas em que Júlia colaborou, além de outros artigos escritos pela mesma; a organização foi feita por dossiê de cada coluna e os outros artigos em um único dossiê" (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Produção Intelectual de Filinto de Almeida	"Nessa subsérie foram reunidos artigos de jornais que referem-se a Julia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida" (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).
Artigos e Notícias	"Nessa subsérie foram reunidos artigos de jornais que referem-se a Julia Lopes de Almeida e Filinto de Almeida" (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 05).

Tabela 4 - Séries do grupo Hemeroteca
Fonte: Elaborada pelas autoras.

A partir dessa sistematização, podemos compreender que essas séries não refletem a trajetória, seja profissional ou pessoal, de Filinto de Almeida, o que descaracteriza o documento de arquivo como aquele cujo potencial probatório está embutido nas relações contextuais que possui desde o momento de sua produção.

É possível analisar criticamente diferentes aspectos desse arranjo. Observamos a dificuldade em nomear as séries, visto que estas são compostas por documentos de diferentes espécies e tipos documentais. Dessa maneira, os títulos selecionados para sua nomeação precisou ser expansivo, de modo que abarcasse os documentos que as

compõem. Além disso, examinamos outras características. Séries compostas por documentos produzidos, recebidos e acumulados no exercício de uma determinada função do titular foram inseridas em mais de um grupo. Por exemplo: a série Produção Intelectual de Júlia Lopes de Almeida está inserida no grupo Hemeroteca, enquanto que a mesma se encontra no grupo Júlia Lopes de Almeida. Esse cenário se relaciona com a nomeação das séries, visto que os documentos que compõem o grupo Hemeroteca são, majoritariamente, recortes de jornais, mesmo que esses sejam produto de uma função da escritora.

Todavia, mesmo que esse arranjo nos permita analisar vários de seus aspectos, nesse artigo nosso foco de análise será no grupo Júlia Lopes de Almeida.

O grupo Júlia Lopes de Almeida foi dividido em três séries que, por sua vez, foram divididas em três subséries. Essas séries são compostas por:

Correspondências	[...] correspondências enviadas e recebidas por Julia Lopes de Almeida [...]; a organização da subsérie “correspondência pessoal” foi feita por dossiê respeitando, alfabeticamente, os remetentes de cada carta; as cartas que não foram enviadas nem recebidas por Júlia, mas que de alguma maneira referiam-se à mesma foram arranjadas em dossiê na subsérie “correspondências de terceiros” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
------------------	--

Produção Intelectual	"[...] obras produzidas por Julia Lopes de Almeida além de discursos e conferências, além de contratos relacionados a essas obras [...]" (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).
Homenagens	"Nessa série foram reunidos todos os documentos que homenageiam, de alguma maneira, Julia Lopes de Almeida; a organização dessa série foi feita em ordem cronológica" (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, 2016, p. 04).

Tabela 5 - Séries do grupo Júlia Lopes de Almeida
Fonte: Elaborada pelas autoras.

Ao analisarmos tanto a constituição deste grupo dentro do Fundo Filinto de Almeida, como das séries, compreendemos que além de não refletirem as funções e atividades do titular, das relações contextuais que os documentos de arquivo possuem, bem como não possuir séries constituídas por tipos documentais, esse arranjo mistura produtores diferentes, ou seja, fundos distintos, descaracterizando o proposto pelo Princípio de Respeito aos Fundos.

Os documentos produzidos, recebidos e acumulados ao longo da vida de Júlia Lopes de Almeida, o seu arquivo pessoal, foram colocados como "parte" do Arquivo Filinto de Almeida a partir de algumas diretrizes. Uma delas foi o desejo do doador em manter os documentos de Filinto de Almeida e sua esposa reunidos e custodiados pela Academia Brasileira de Letras, visto que tanto Filinto quanto Júlia tiveram um papel no âmbito da instituição. Todavia, o Arquivo da ABL possui uma política de nomear

os arquivos pessoais de seus membros sob sua custódia com o nome dos próprios acadêmicos, não constituindo arquivo familiar. Essa política possibilita que o Arquivo estabeleça padrões para o recebimento de doações por parte dos herdeiros dos acadêmicos, ou seja, aceitar os arquivos pessoais de seus membros, e não de toda sua família. Entretanto, em alguns casos, como o de Filinto de Almeida, Júlia e Margarida Lopes de Almeida, abriu-se uma exceção. Dessa forma, para atender o desejo do doador e para disponibilizar os arquivos pessoais de Júlia Lopes de Almeida e Margarida Lopes de Almeida aos pesquisadores, optou-se em organizá-los física e intelectualmente no arranjo do Arquivo Filinto de Almeida.

Nessa linha de pensamento, entendemos que apesar dos arquivos pessoais de Filinto de Almeida, Júlia e Margarida Lopes de Almeida estarem organizados e que seus documentos não estejam fisicamente misturados, a aplicação do Princípio de Respeito aos Fundos não foi respeitada, visto que, a partir da análise do arranjo, os diferentes fundos, isto é, documentos de diferentes produtores, foram misturados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos pessoais, assim como os arquivos institucionais, são produzidos, recebidos e acumulados no decurso das funções e atividades do produtor. Além disso, esses arquivos também refletem as relações do titular ao longo de sua trajetória de vida, sejam elas com o Estado, com sua família, amigos, colegas de trabalho, de seus interesses íntimos. Essas esferas, íntima, pessoal,

profissional, produzem documentos, mesmo que em um primeiro momento não se consiga identificar a espécie ou o tipo documental. Dito isso, entendemos que os arquivos pessoais, assim como aqueles provenientes de instituições, devem ser organizados de acordo com as teorias e os métodos da Arquivologia. Esses arquivos ocupam uma posição privilegiada, ainda que os estudos sobre os mesmos ainda sejam poucos se comparados àqueles nos arquivos institucionais. Dessa forma, compreender suas especificidades e refletir acerca de como os principais princípios da área – como por exemplo o Princípio de Respeito aos Fundos – se relacionam com os arquivos pessoais, de modo que possibilite que sua organização seja realizada para que a relação orgânica entre o documento e a ação que o gerou seja mantida e conservada.

Nessa linha de pensamento, esse artigo teve como objetivo demonstrar como o Princípio do Respeito aos Fundos foi aplicado no arquivo pessoal da escritora Júlia Lopes de Almeida, custodiado pela Academia Brasileira de Letras, considerando que o mesmo, por razões políticas do Arquivo da instituição, foi organizado e colocado como um grupo dentro do Arquivo Filinto de Almeida.

NOTAS

[1] Segundo Bellotto (2002, p. 57), certidão é um “documento diplomático testemunhal comprobatório. Documento emanado de fé pública, mediante o qual se transcreve algo já registrado em documento de assentamento, elaborado segundo as normas notariais ou jurídico-administrativas”.

FINANCIAMENTO

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em: academia.org.br/. Acesso em: 01 set. 2019.

_____. **Relatório Arquivo Filinto de Almeida.** Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2016.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: 2005.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 2009, p. 27-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

_____.; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

_____. Sobre arquivos pessoais. **Arq&Adm**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jul./dez. 2008.

_____.; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

DUCHEIN, Michael. O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, abr. 1982/ago. 1986.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em "retrato e prosa": a propósito dos diálogos entre as imagens da escritora e sua produção literária. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 41, jul./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332013000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 10 set. 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa:** reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Mobile, 2012.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos:** princípios e técnicas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

A ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ORDEM ORIGINAL EM ARQUIVOS DE PESSOAS DE ESCRITORAS

BÁRBARA MOREIRA SILVA DE BARROS

O feitiço [1] causado pelos arquivos de pessoas - optou-se por esta nomenclatura (CAMARGO, 2009), pois entende-se que transmite claramente a mensagem de que se trata do acervo deste ou daquele indivíduo, e não de documentos sobre pessoas existentes nos arquivos de empresas/instituições, como no caso dos documentos pessoais - em pesquisadores é, por vezes, antagônico aos desafios encontrados por arquivistas no decorrer de suas atividades nestes mesmos arquivos. Uma verticalização aos estudos sobre os conjuntos documentais produzidos no âmbito da intimidade exponenciou as afirmações de que estes arquivos são o que alguns autores definem como “montagem” por parte de seus titulares, a fim de produzirem narrativas capazes de construir e perpetuar determinadas imagens a respeito do produtor, sintetizada por Artières (1998) como “produção de subjetividades”.

Os documentos de um arquivo são resultados de processos naturais e funcionam como prova das ações e das atividades que lhes deram origem, ao servirem como evidência de processos e funções para fins de cumprimento de direitos e deveres civis. (BARROS, 2019). Inclusive também, neste *rol*, os que são relacionados às

questões familiares, ao trabalho e/ou aos círculos sociais e, conseqüentemente auxiliam as atividades cotidianas no presente.

Diante desse entendimento, chegou-se ao problema da pesquisa: de que maneira poder-se-ia demonstrar que os documentos de um arquivo de pessoa são imbuídos de características arquivísticas? A solução está no tratamento desses acervos sob a teoria e metodologia da Arquivologia, solidificando seu papel como arquivo de fato, e não coleções.

O artigo apresenta uma parte do resultado de uma pesquisa [2] que defende que os arquivos de pessoas são arquivos e que o tratamento dos documentos produzidos por indivíduos sob o prisma da Arquivologia, e o uso da teoria e dos princípios da área e, em destaque aqui, o *princípio da ordem original*, torna possível a identificação das relações entre os documentos e as atividades que lhe originaram, evidenciando o processo orgânico nos arquivos e não intencional.

Decomposto em quatro segmentos, o trabalho em um primeiro momento apresenta uma discussão teórico-introdutória. Em seguida, demonstra o resultado da análise da existência (ou não) da aplicação do princípio da ordem original, por meio de uma metodologia exploratória, com o intuito de identificar indícios e evidências da relação orgânica e dos vínculos arquivísticos nos três fundos das escritoras: Hilda Hilst, Henriqueta Lisboa e Lygia Fagundes Telles.

Em um terceiro momento, com uma abordagem quantitativa, por meio de um questionário, expõe o perfil e o entendimento dos profissionais que desenvolvem o

tratamento em arquivos de pessoas no que tange, especialmente, ao respeito do princípio da ordem original nas instituições envolvidas nesse estudo. E, por fim, a compreensão a que se chegou após toda a pesquisa do trabalho.

Atrair a pesquisa a fundos arquivísticos produzidos por mulheres está contíguo ao anseio de evidenciar estas fontes primárias do gênero feminino no Brasil, que classificamos como escassas (BARROS, 2018) [3], dificultando a recuperação das histórias dessas mulheres na sociedade.

A literatura de autoria feminina foi o ponto de interseção entre as personalidades femininas selecionadas. E, como já esperado, a quantidade de arquivos de pessoas de escritoras brasileiras também é menor comparada com a de homens. Com isso, almeja-se destacar a relevância desses acervos como fonte de estudo e de pesquisa historiográfica; principalmente, aqueles ligados aos estudos de gênero.

O PRINCÍPIO DA ORDEM ORIGINAL EM ARQUIVOS DE PESSOAS

As reflexões, em torno dos arquivos de pessoas no âmbito nacional, eram escassas até a década de 1970. Neste período, houve uma reversão deste quadro com o aumento de produções científicas [4], com influência desses estudos de que acervos pessoais são “construções” a partir de uma “produção de si” ou “narrativas” com aspirações a um “legado”.

Entretanto, a premissa de que existe uma intenção no processo de acumulação de documentos de pessoas desqualifica tais documentos como arquivísticos. Como ressalta Camargo, isto “compromete sua organicidade e sinaliza a renúncia ao caráter probatório que sua funcionalidade originária lhes proporciona” (CAMARGO, 2009, p. 31). A quase indissociável correlação entre arquivos e memória resulta também em uma reprodução de que os acervos têm, por natureza, uma função social de auxílio à memória, o que causa uma revelia diante da teoria arquivística, bem como ilustra Campos (2015), o qual explica que a função dos arquivos está em atuarem no presente de seu produtor e não no futuro.

É necessário destacar que, antes de serem instrumentos para pesquisas, os documentos são objetos de prova. Ressaltando que o uso do documento é para atender a uma demanda imediata e sua elaboração é o resultado dos interesses do produtor, “levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 171); sendo assim, trata-se de um documento de valor primário, em que é possível analisá-lo dentro do seu contexto de produção. Mesmo que, no momento da sua produção ou ao término do valor primário, passe a obter um valor secundário.

A imprecisão é reflexo de um cenário carente de discussões mais densas sobre o “primo pobre” da Arquivologia - termo utilizado por Rob Fisher (2009), que argumenta a influência dos teóricos Jenkinson e Schellenberg na insuficiência de formulação de uma teoria para tais arquivos, visto que ambos os deixaram à margem,

concentrando-se em suas experiências profissionais: os arquivos governamentais.

Em consonância, Bass (2012) acredita que a distinção entre os arquivos começou no mesmo período em que os princípios arquivísticos começaram a ser estabelecidos e sendo totalmente excluídos dos textos de idioma inglês.

Autores como McKemmish (1996), Cox (1996), Hurley (1996), Cunningham (1996) e Cook (1998), em abordagens distintas, defendem que os conceitos fundamentais utilizados na gestão de arquivos públicos possam também ser aplicados aos arquivos de pessoas, uma vez que compreendem que as pessoas produzem documentos pelos mesmos motivos que as instituições. Lopez (2003) afirma que, ainda que possuam uma característica informal e testem os limites dos princípios arquivísticos, serão esses mesmos princípios que salvaguardarão a unicidade e a coesão arquivísticas dos arquivos de pessoas.

Com os arquivos produzidos por pessoas, o arquivista encontra tarefas complexas, já que não existem regimentos; dessa forma, caberá ao profissional um levantamento e análise de fontes bibliográficas e arquivísticas sobre o produtor para a confecção do arranjo intelectual e, por meio de uma análise do princípio da ordem original, determinará a estruturação intelectual do arquivo, por onde provavelmente será possível a recuperação e/ou reconhecimento dos vínculos arquivísticos.

O princípio da ordem original foi formulado pela primeira vez em países de tradições germânicas, originalmente para ser utilizado, de forma exclusiva, no âmbito dos arquivos públicos. E, quando transportado ao

campo dos documentos pessoais, comumente criados e usados sem normatizações, torna-se mais complexa.

Há uma longa história de intensos debates e discussões em torno do seu real significado, assim como divergências sobre a sua aplicação na prática. Refletida na pesquisa de Douglas (2013), arquivista atuante em arquivos de escritores, que, ao entrevistar profissionais que trabalham em arquivos produzidos na intimidade, impressionou-se com os diferentes tipos e formas de identificação do mesmo princípio. E questiona: a ordem original deve ser entendida como física? Caso sim, qual ordem deve ser considerada e preservada? O que capturamos como ordem original?

Douglas (2013) acredita que a ordem original e a sua aplicação em acervos pessoais foram enriquecidas ao longo dos anos; entretanto, não o suficiente para acabar com as confusões de compreensões. Alguns arquivistas que atuam em registros pessoais hesitam em concordar com a usabilidade da ordem original fora da esfera dos arquivos do governo.

Nesmith (2005) chegou a sugerir que a nomenclatura “ordem recebida” melhor representaria o sentido do conceito. Porém, foi rebatido com o argumento de que a substituição não resolveria o problema. E, embora Yeo afirme que o princípio não seja universalmente eficaz, para ele ainda “no mundo do papel, a ordem original é a melhor abordagem que temos” (YEO, apud HARRIS, 2007, p. 205, tradução nossa).

Pode-se citar o exemplo de Powell (1995), ao afirmar que a observância não é aplicável à acumulação pessoal por inúmeras razões, entre elas: o conjunto documental é

concebido em estado de desordem; os criadores, em geral, não mantêm os registros organizados e arquivados; e, quando isso ocorre, é realizado somente imediatamente antes de serem doados. Em sentido contrário, Hurley (1995) sustenta que é justamente a ordem original que resgatará a globalidade de sua lógica e extrairá mais informações de sua essência. E prossegue:

O respeito à ordem original não depende de haver uma numeração ou ordem alfabéticas originais, e não deve ser descartado simplesmente por se estar diante de uma obra inexplorada ou não produzida. (HURLEY, 1995, p. 146).

Meehan (2010) defende que o conceito de ordem original sempre representou um desafio para os arquivistas que lidam com arquivos de pessoas e critica a ausência de diretrizes de procedimentos quando não há uma ordem, como ocorre em alguns casos dos documentos pessoais.

Para complexificar a discussão, há o relato da experiência profissional de Harris (2012), que discute e reflete sobre a observância do princípio em fundos de pessoas abertos e contemporâneos para a criação de um quadro de arranjo. E faz o seguinte questionamento: o que o profissional deve considerar? Última ordem de uso? Ordem de custódia? Ou a ordem recebida? A autora descobriu-se dividida entre o ideal e a realidade.

Enquanto minha mente estava focada na criação, intenção originária do documento e o vínculo arquivístico, a prioridade de Simpson era facilitar o acesso dos usuários ao fundo. [...] Dadas as circunstâncias, era importante encontrar

um equilíbrio entre respeitar o arranjo que Simpson tinha enquanto ainda trazer à luz as informações contextuais da criação de registros. Não se podia permitir um para substituir o outro. (HARRIS, 2012, p. 202-204, tradução nossa).

Há circunstâncias recorrentes na pré-aquisição, ou seja, quando os titulares ou custodiadores decidem estabelecer uma (re)organização ou selecionar quais documentos deverão ser descartados ou preservados seguindo critérios desconhecidos. E que, em conjunto com a inexistência de informações sobre o modo como documentos são criados, utilizados, guardados e transmitidos, somada às idiosincrasias de seus criadores e/ou custodiadores, dificulta o modo como os documentos serão processados e tratados quando confiados à custódia arquivística.

Endossando a discussão de maneira um pouco mais radical e desafiando o modo como os arquivistas veem o conceito de ordem original, Nesmith (2005, apud HEYMANN; NEDEL, 2018, p. 161) é enfático:

O tradicional conceito arquivístico de ordem original tem pouco significado nos arquivos pós-modernos, onde as origens nunca são definitivas, e sim dependentes de novas histórias a serem elaboradas. Ao chegarem a um arquivo, os documentos terão algum tipo de ordenação, mas esta provavelmente não será a sua verdadeira ordem original, já que eles podem ser facilmente e repetidamente deslocados antes de seu arquivamento. De fato, quem poderá afirmar que a ordem dos documentos que chegam

a um arquivo é a original, ou mesmo que, nos arquivos, essa ordem nunca foi alterada, deliberadamente ou por um acaso, por um arquivista ou pesquisador? Parece-me que já é tempo de descartar o conceito tradicional de ordem original. Evidentemente, isso não significa que a ordenação física dos documentos não tem importância, podendo ser modificada sem mais nem menos. Talvez seja o caso de falarmos não de ordem original, e sim da ordem em que os documentos são recebidos por um arquivo.

Douglas (2013), apresenta a *ordem criativa*, quando, ao invés de se concentrar numa ordem lógica e descritiva, busca-se o processo criativo através do arranjo e da descrição. Como aconteceu no caso de dois arquivistas que receberam os arquivos em bolsas de lixo e malas, realiza-se um trabalho investigativo utilizando números de páginas, datas, tipos de papéis, tintas, fontes e nome de personagens, aspirando identificar a ordem criativa.

Há também a *ordem física*, na qual preservam-se os documentos da forma como foram encontrados pela primeira vez, sendo assim possível uma contextualização sem a necessidade de serem (re)imaginados. E, por fim, os que trabalham com a *ordem lógica*, ou como Douglas prefere definir, "melhor palpite" (no original, "*bestguess*", DOUGLAS, 2013, p.11, tradução nossa). A prática também é defendida por Meehan, que sinaliza que as demais abordagens apresentadas anteriormente enfatizam os usuários e as práticas de gestão de documentos pessoais e não os contextos arquivísticos. Ela propõe que o princípio da ordem original deixe de ser uma norma rigorosa e torne-se um esquema conceitual, método que analisa, cria,

esclarece e estabelece um quadro de arranjo concentrado e reflexo dos exercícios das atividades originárias.

Para interpretar e representar o arquivo, não se deve ponderar apenas a forma em que eram mantidos, mas também outros dois aspectos específicos. Ou seja, o *contexto funcional* (a estrutura original conecta as atividades do produtor) e a *contextualidade* (quais outros motivos também ocasionaram as produções e o arquivamento). Dessa forma, arquivistas preocupar-se-ão em compreender processos utilizados pelo produtor em suas criações documentais, e de como, onde e quando estes mesmos processos se entrecruzam, as diversas atividades desempenhadas por ele em diferentes momentos da sua vida e as tipologias documentais. O diferencial é não questionar o *quê*, mas *como* e o *porquê*.

ANÁLISE DE FUNDOS ARQUIVÍSTICOS DE ESCRITORAS BRASILEIRAS

Nesta segunda parte do trabalho, apresenta-se uma pesquisa empírica, onde buscou-se observar, na prática, a aplicação do princípio da ordem original. Isso porque, presumivelmente, se os documentos de um arquivo se mantiverem conectados às atividades de origem, não só resultará em um contexto arquivístico esclarecido, como também não terá comprometido a sua organicidade e/ou perdido seu significado.

A parte empírica da pesquisa deu-se por meio da análise de três fundos arquivísticos. Já de início, a primeira dificuldade foi localizar arquivos produzidos por escritoras

brasileiras; e, em seguida, o universo, nos quais os arquivos estavam organizados, tratados e descritos.

Superadas essas questões, o problema foi localizar os arquivos das escritoras que possuísem o registro da ordem original dada por elas antes da incorporação dos seus respectivos arquivos em instituições de custódia. Este motivo acarretou a expansão da nossa pesquisa para os estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Após contatos com as quinze instituições por telefone e *e-mail* [5], selecionamos três fundos de escritoras:

Estado	Instituição	Fundo arquivístico
Rio de Janeiro	Instituto Moreira Salles	Lygia Fagundes Telles
São Paulo	Centro de Documentação Alexandre Eulálio	Hilda Hilst
Minas Gerais	Acervo de Escritos Mineiros	Henriqueta Lisboa

Quadro 1 - Fundos arquivísticos selecionados

Fonte: A autora (2019)

Apesar de as respostas, em um primeiro contato, terem sido de que as três respeitaram ao princípio, ao realizar-se análise da relação de entrada de documentos e do quadro de arranjos, constatou-se que o respeito à ordem original não foi aplicado com unanimidade. Dos três fundos pesquisados, apenas um teve o princípio mantido, o fundo Hilda Hilst.

Diante da análise, observou-se que a manutenção da ordem original trouxe maior nitidez do contexto

arquivístico; em outras palavras, compreensão por quais as razões foram produzidos os documentos das atividades estudadas.

Um exemplo prático do que estamos discutindo, ocorre no *Subgrupo Produção Literária/Conjunto da Obra*, >>Série - *A obscena Senhora D.*, (título de uma das obras de Hilda), onde a escritora produziu, recebeu e preservou, no total, sessenta e oito documentos relacionados à obra, desde o trâmite do processo de editoração do livro até os registros da estreia da peça teatral baseada na obra. Ali, encontram-se diversos documentos oriundos de agentes do campo literário e afins como, por exemplo: escritores, leitores, críticos, editores, jornalistas, instituições de ensino, teatrólogos, entre outros. O quadro abaixo ilustra o vínculo arquivístico existente entre todos os documentos que participam da mesma atividade desde o momento de sua criação.



Quadro 2 - Análise do vínculo arquivístico do arquivo de Hilda Hilst
Fonte: A autora (2019)

Segundo o registro da ordem original do arquivo de Hilda Hilst, que nos foi enviado pelo responsável pela organização do arquivo, a autora mantinha seus documentos organizados por função, o que facilitou a elaboração do arranjo.

Ainda que afirmações defendam a ideia das intenções autobiográficas nas práticas dos escritores que “parece manifestar o desejo de distanciar-se de si mesmo, tornando-se um personagem” (MARQUES, 2003, p. 149), o que observamos, no fundo de Hilda Hilst, aproxima-se mais de documentos providos de vínculos que unem os documentos entre si as atividades das quais se originaram.

No fundo de Lygia Fagundes Telles, averiguou-se que a instituição tem, como política de organização, de separar os documentos de maneira temática; sendo assim, houve uma certa dificuldade em localizar e em evidenciar, no arquivo, as relações orgânicas existentes. Acredita-se que seja em decorrência do arquivo não ter sido submetido ao princípio da ordem original.

No caso do arquivo de pessoa de Henriqueta Lisboa, é política do AEM que se ordenem, cronologicamente, os documentos ao receber o material. Com esse exercício, não fica garantida a fidelidade ao contexto de produção; impossibilitando, dessa forma, o arquivo de representar a entidade ou a pessoa produtora.

Recorreu-se à biografia de ambas as escritoras para uma análise de documento a documento, entretanto sem completo êxito. Ao não aplicarem o princípio arquivístico da ordem original, as instituições contribuíram para uma incompreensão dos contextos dos documentos, fazendo com que não ficassem explícitos os mecanismos utilizados

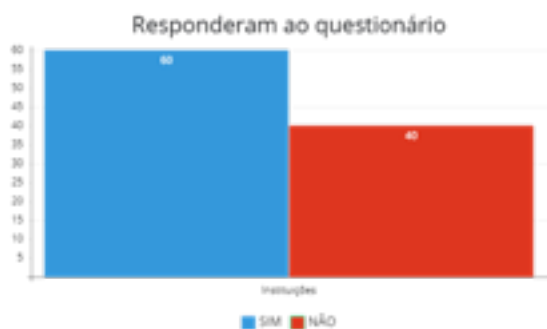
pelos titulares em produzir seus documentos e na forma de organizarem e manterem o seu arquivo.

Ainda durante a análise, evidenciou-se a diferença entre os fundos os que não mantiveram a ordem original aplicada e os que mantiveram. Com a ordem original preservada, o fundo Hilda Hilst teve as atividades da escritora e as funções dos documentos mantidas presas a um tipo de fio condutor, que, por meio da lógica intelectual que também reflete na ordenação dos documentos, corroborou para a visibilidade das relações orgânicas.

APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO

Nesta terceira parte da pesquisa apresentam-se os resultados de dados analisados, almejando compreender como é realizado o tratamento dos arquivos de pessoas aqui analisadas sob o prisma da teoria arquivística. Acredita-se que estes resultados parciais do atual cenário brasileiro farão apontamentos sobre as interpretações e compreensões dos profissionais aos arquivos de pessoas.

Empregado o método de coleta de dados por meio de um questionário estruturado e aplicado *online*, direcionado aos profissionais responsáveis pelos acervos pessoais nas quinze instituições, a pesquisa teve, como objetivos específicos, de identificar: **a)** a formação acadêmica dos profissionais que tratam de acervos pessoais e **b)** o entendimento sobre o princípio da ordem original.



O princípio da Ordem Original está ligado a:



Na primeira pergunta direcionada aos responsáveis pelos acervos *“Qual a sua formação acadêmica?”*, constatou-se que 56% são oriundos de outras áreas de formação (divididos em historiadores, área de letras e bibliotecários) que não a Arquivologia. Essa foi a primeira inconsistência, abrindo precedentes para a existência de um tratamento metodológico inadequado por consequência de um desconhecimento científico.

Na segunda pergunta, onde questionou-se *“Para você, o princípio da ordem original está diretamente ligado a:”*, eram cinco opções disponíveis [6] e, como já era esperado, em consonância com a pesquisa teórica e como apresentado por Douglas (2013), o entendimento acerca do princípio da ordem original é divergente. Sem surpresas, percebeu-se uma disparidade no conceito de ordem original por parte dos responsáveis dos arquivos de pessoas. 42% consideram que o princípio da ordem original está ligado à ordem lógica. 22%, à ordem física. E outros 22% reconhecem no princípio as duas respostas anteriores, além de 12% não reconhecerem nas opções apresentadas qualquer ligação com ordem original.

Referentes a essa questão, a resposta de que o princípio está ligado à lógica não está de todo incorreto, entretanto, o ideal seria atrelar à ordem original a lógica e a física, pois a acumulação ocorre de forma lógica, mas acaba refletindo no aspecto físico também.

Pode-se observar uma inconsistência conceitual no discurso desses profissionais, porque acredita-se ser resultado da presença de profissionais de outras áreas nos arquivos, e da lacuna teórica sobre a ordem original, devido a uma escassez de discussões e produções científicas sobre a temática.

CONCLUSÃO

O trabalho apresentado pretendeu analisar os arquivos de pessoas enquanto produto orgânico, a partir da perspectiva do princípio da ordem original e também por intermédio de uma análise empírica em fundos de escritoras brasileiras.

Por isso, ressalta-se que o fundo arquivístico de Hilda Hilst foi o único arquivo de escritora com a manutenção da ordem original localizado em um universo de quinze instituições e que vislumbra, com clareza, o contexto arquivístico e os vínculos entre os documentos.

Há três pontos para serem observados. O primeiro é que talvez o foco da questão deva ser o que as instituições entendem e delimitam por acervos pessoais. O fato de as biografias serem enaltecidas, causa uma desvalorização dos arquivos de pessoas como produtos orgânicos. Para que faça sentido o termo em sua totalidade, é preciso conter não somente os tão almejados egodocumentos, com seus discursos em primeira pessoa, mas os acervos devem ser constituídos também por tantas outras tipologias que um arquivo de pessoa pode produzir e acumular.

O segundo ponto, é que as instituições devem considerar a reflexão de Jenkinson (1937), de que a primeira característica do documento arquivístico é a imparcialidade, no sentido de que o documento deve exprimir a sua relação com a atividade da entidade ou pessoa e, por isso, não devemos nos ater ao conteúdo.

E, por fim, que 56% dos responsáveis por arquivos não são da área da Arquivologia; ou seja, trata-se de um resultado considerado expressivo. E, alinhado à análise empírica, os arquivos tratados por profissionais de outras áreas são submetidos a metodologias que “rompem” as relações orgânicas. Como, por exemplo, o arquivo de Henriqueta Lisboa, que recebeu uma nova ordem, uma ordem cronológica.

O cerne do marco empírico foi o princípio da ordem original. Entretanto, ainda na discussão teórica, detectaram-se muitas divergências sobre a definição e a aplicação em arquivos de pessoas, fatores que se repetiram na pesquisa por meio do questionário.

Constatou-se, assim, a existência de uma inconsistência no conceito de ordem original. E conclui-se que o princípio da ordem original precisa ser discutido e estudado tanto quanto os outros princípios, pois os profissionais necessitam de um entendimento sólido.

E espera-se que esta reflexão sobre a teoria arquivística tenha fornecido subsídios para o desenvolvimento de outras pesquisas.

NOTAS

[1] O termo foi utilizado como referência ao artigo “Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados” GOMES,

Ângela Maria de Castro. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998.

[2] BARROS, Bárbara Moreira Silva de. "Escritas de si" ou "Provas de mim"? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras. Dissertação (Mestrado em memória e acervos) - Programa de pós-graduação em memória e acervos, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.

[3] Na pesquisa com recorte entre os anos de 1900 a 1950, das instituições do estado do Rio de Janeiro que possuem arquivos de pessoas apenas, aproximadamente, 9% deles são de mulheres (BARROS, 2018).

[4] Em destaque a Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998 do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV.

[5] As instituições consultadas do estado do Rio de Janeiro foram: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ); Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ); Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC); Fundação Nacional de Artes (FUNARTE); Instituto Moreira Salles (IMS); Academia Brasileira de Letras (ABL); Biblioteca Nacional (BN); Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB); Arquivo Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ); Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); Casa de Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ); Museu Nacional (MN) e Arquivo Nacional (AN). No estado de São Paulo: Centro de Documentação Alexandre Eulálio (CEDAE/ UNICAMP) e no estado de Minas Gerais: Acervo de Escritos Mineiros (AEM/UFMG).

[6] A- Lógica de acumulação; B- Ordem física dos documentos; C- Todas as respostas acima; D- Nenhuma das respostas acima e E- Não compreendo muito bem este princípio.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998, p. 9-34.

BARROS, Bárbara Moreira Silva de. A escassez de fontes primárias de feministas da primeira metade do século XX no Rio de Janeiro. *Revista Fontes Documentais*. Aracaju. n. 01, v. 01, p. 47-61, set./dez., 2018.

BARROS, Bárbara Moreira Silva de. "Escritas de si" ou "Provas de mim"? A busca por respostas por meio do princípio da ordem original em arquivos de pessoas de escritoras. Rio de Janeiro, 2019. 149 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) - PPGMA, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2019.

BASS, Jordan. *Getting personal: confronting the challenges of archiving personal records in the digital age*. Winnipeg, 2012. Tese (Mestrado em artes) - Departamento de história (estudos arquivísticos), Universidade de Manitoba/Universidade de Winnipeg.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 45, n. 2, jul.-dez. 2009, p. 27-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1092>. Acesso em: 27 maio 2017.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa. *Revista Escrita da História*. São Paulo, v. 2, n. 4, set./dez. 2015, p. 100-109.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, Rio de Janeiro, 1998, p. 129-149.

COX, Richard J. The record in the manuscript collection. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, 1996, p. 46-61.

CUNNINGHAM, Adrian. Beyond the pale? The "flinty" relationship between archivists who collect private records of individuals and rest of the archival profession. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, maio 1996.

DOUGLAS, Jennifer. What we talk about when we talk about original order in writers' archives. *Archivaria*, v. 76, nov. 2013, p. 7-25.

DURANTI, Luciana. *Diplomática: usos nuevos para una antigua ciencia*. Trad. Manual Vázquez. Carmona (Sevilla): S&C, 1996.

DURANTI, Luciana. *I documenti archivistici: la gestione dell'archivio da parte dell'ente produttore*. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1997. (Quaderni della rassegna degli Archivi di Stato, 82).

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n. 13, 1994b, p. 49-64.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*, Spring, v. 57, n. 2, 1994, p. 328-344.

FISHER, Rob. In search of a theory of private archives: the foundational writings of Jenkinson and Schellenberg revisited. *Archivaria*, Ottawa, n. 67, p. 1-24, Spring 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Nas malhas do feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2069>. Acesso em: 18 fev. 2018.

HARRIS, Carolyn. Paper memories, presented selves: original order and the arrangement of the Donald G. Simpson Fonds at York University. *Archivaria*, v. 74, nov. 2012, p. 195-217.

HURLEY, Chris. Beating the French. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 1, maio 1996.

JENKINSON, Hilary. *A manual of archive administration: including the problems of war archives and archives making*. Oxford: Oxford University Press, 1937.

LOPEZ, André Porto Ancona. Arquivos pessoais e as fronteiras da arquivologia. *Gragoatá, Niterói*, n. 154, 2. sem. 2003, p. 69-82.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. O arquivamento do escritor. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Melo (org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003. p. 183-202.

MCKEMMISH, Sue. Evidence of me. *The Australian Library Journal*, 45:3, p 174-187, 1996.

MEEHAN, Jennifer. Rethinking original order and personal records. *Archivaria*, v. 70, p. 27-44, out. 2010.

NESMITH, Tom. Relendo os arquivos: novas contextualidades para a teoria e a prática arquivísticas. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.) *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. P. 155-176.

POWELL, Graeme T. Archival principles and the treatment of private papers. In: BISKUP, Peter et al (ed.). *Debates and discourses: selected Australian writings on archival theory, 1951-1990*. Canberra, 1995.

YEO, Geoffrey. Concepts of record (I): evidence, information and persistent representation. *The American Archivist*, Chicago, v. 70, p. 315-343, fall/winter 2007.

ARQUIVO RODRIGO OCTÁVIO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS: AS FRONTEIRAS DO PÚBLICO E DO PRIVADO EM UM ARQUIVO PESSOAL

GABRIEL ANDRADE MAGALHÃES DO VABO

O presente trabalho constitui-se primeiramente de uma breve apresentação do Arquivo Mucio Leão da Academia Brasileira de Letras. Esse primeiro esforço é parte fundamental para o desenvolvimento dos nossos dois objetivos principais: apresentar o Arquivo Rodrigo Octavio e refletir sobre os domínios desse tipo específico de arquivo - um arquivo pessoal de uma pessoa pública do cenário político brasileiro.

A especificidade desse tipo de arquivo está no fato de possuir uma composição muito heterogênea que vai de documentos familiares a documentos administrativos da esfera pública. Uma atenção maior será dada aos documentos públicos e administrativos, que apresentam uma área de conflito de interesses individuais e coletivos.

Como exemplo para nosso debate, tomaremos como referência a trajetória do arquivo pessoal do Acadêmico Rodrigo Octávio da Academia Brasileira de Letras. Sendo assim, propõem-se refletir sua constituição, organização e preservação a partir de aspectos teóricos e legais da Arquivologia.

O ARQUIVO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

O Arquivo da Academia Brasileira de Letras, Arquivo Múcio Leão, recebeu o nome desse acadêmico em homenagem a sua dedicação e preocupação com o setor. Múcio Leão ingressou na ABL em 1935 e em 1943, durante as discussões do Projeto de Reforma do Regimento Interno propôs a estruturação de um arquivo. A proposta foi aprovada no mesmo ano e Múcio tomou posse como primeiro presidente, cargo que exerceu até 1969, ano de sua morte. (SILVA, 2003)

Porém, vale mencionar que antes da década de 1940 já podemos encontrar referências a um arquivo ou setor responsável pela guarda de documentos de interesse da Instituição. Há menções desde as primeiras sessões plenárias, em 1896, onde os acadêmicos expõem a preocupação de preservar determinados documentos.

A grande transformação no Arquivo da ABL vai ocorrer em 1997 durante a presidência da acadêmica Nélida Piñon. Até esse momento, o Arquivo funcionava de forma modesta, com apenas duas funcionárias com formação técnica e sem atendimento aberto ao público; os trabalhos eram de organização dos documentos e de pesquisa interna.

O projeto de revitalização do Arquivo da ABL constituiu na contratação de uma consultoria com um arquivista para a concepção, o planejamento, a coordenação e o desenvolvimento de um projeto para a revitalização do arquivo. A partir desse projeto de revitalização, o Arquivo ganhou novo desenho e novas rotinas, baseadas nos

conceitos da Arquivística moderna, quando passou a contar também com uma estrutura própria, espaço físico para arquivamento e atendimento a usuários, rotinas e práticas arquivísticas estabelecidas, além de uma equipe técnica composta somente de arquivistas e estagiários de Arquivologia. (MOLINARI JÚNIOR, 1998)

Atualmente a equipe do Arquivo é formada por 11 integrantes, sendo 3 arquivistas e 8 estagiários. O Arquivo faz parte do Centro de Memória da ABL, mantendo assim forte vínculo com outros setores como, por exemplo, o Núcleo de Conservação e Restauração de Documentos, que possui 3 arquivistas conservadoras/restauradoras, e o setor de Museologia. Esta grande equipe é responsável pela administração de, atualmente, cerca de 600 metros lineares de documentos textuais e mais de 40 mil documentos audiovisuais e iconográficos, todos gerenciados pelo Sophia Acervo.

O Arquivo da ABL é composto por duas linhas de acervo: o Arquivo dos Acadêmicos, com a documentação pessoal dos membros efetivos, patronos e sócios correspondentes e o Arquivo Institucional, com a documentação administrativa e funcional, produzida, recebida e acumulada em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da instituição.

O ACADÊMICO RODRIGO OCTAVIO DE LANGGAARD MENESES

A escolha de Rodrigo Octávio para figurar como eixo da nossa pesquisa e comunicação ganha sentido quando reconhecemos que ele era parte integrante da

intelectualidade brasileira da sua época, exemplificado na sua presença como membro fundador da Academia Brasileira de Letras personagem nacional expressivo ao lado de Machado de Assis, Euclides da Cunha, Oliveira Lima, Domício da Gama, Silvio Romero, José Veríssimo, Salvador de Mendonça, Graça Aranha, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco entre tantos outros formadores de opinião. (ABL, 2019)

Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses nasceu em Campinas, SP, em 11 de outubro de 1866, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 28 de fevereiro de 1944. Era filho do advogado filiado ao Partido Liberal, o Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses, e de Luísa Langgaard, neta de um médico dinamarquês. (ABL, 2019)

Rodrigo Octavio era advogado de formação pela Faculdade de São Paulo (1886), professor magistrado, contista, cronista, poeta e memorialista. Participou desde o início do grupo de escritores que fundaram a ABL, sendo o fundador da cadeira n.º 35 que tem como patrono Tavares Bastos.

Ingressou para vida pública da magistratura em 1894 como secretário da Presidência da República no governo de Prudente de Moraes (1894-1896). Exerceu a advocacia até 1929, data em que foi nomeado, pelo presidente Washington Luís, ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que se aposentou em 1934. (ABL, 2019)

Foi, desde 1896, professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil. Fez conferências nas Universidades de Paris, Roma, Varsóvia e Montevidéu, e um curso sobre os selvagens americanos perante o Direito, na Academia de Direito Internacional de

Haia. Doutor Honoris Causa das Universidades do México, La Plata, Buenos Aires, Lima, Arequipa e Havana. (ABL, 2019)

Suas atividades internacionais nos primeiros anos de república marcam um esforço de divulgação a nível mundial do novo sistema político brasileiro instaurado em 1889, a República. Rodrigo Octavio na função de agente público participou de diversas investidas nesse sentido, representando o Brasil em encontros, conferências e demais atos políticos ao redor do mundo, tais como: consultor-geral da República (1911-1929); delegado plenipotenciário do Brasil em diversas conferências Internacionais, como as de Haia, para o Direito relativo à Letra de Câmbio (1910 e 1912); de Bruxelas, para o Direito Marítimo (1909, 1910 e 1912); a Conferência Científica Pan-Americana de Washington (1916); da Paz, de Paris (1919), tendo assinado o Tratado de Versalhes; foi vice-presidente na I Assembléia da Liga das Nações (1920); membro da Comissão Internacional de Jurisconsultos Americanos, reunida no Rio de Janeiro (1927); presidente da Seção de Direito Internacional Privado; membro da Comissão Permanente para a Codificação do Direito Internacional e da Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual.

Outras funções públicas que exerceu e que merecem destaque foram sua atuação como subsecretário de Estado das Relações Exteriores no governo Epitácio Pessoa (1920-1921), presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional; membro honorário e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na Academia Brasileira, além de primeiro-secretário (1897-1908), foi secretário-geral (1915-1924) e presidente (1927). Fez parte da Comissão de Bibliografia (1909-1910); da Comissão de Redação da Revista (1911-1912 e 1915-1916) e da Comissão de Publicações (1919). (ABL, 2019)

Entender e estudar a vasta e diversificada trajetória de Rodrigo Octavio implica em esforço maior que o de constituir sua biografia, mas um esforço em entender sua atuação com o processo de modernização e desenvolvido nos primeiros anos do período republicano.

O Arquivo Rodrigo Octavio

Os documentos pessoais de Rodrigo Octavio de Langgaard Meneses, ou simplesmente Rodrigo Octavio, chegaram ao Arquivo Mucio Leão da Academia Brasileira de Letras (ABL) por meio de duas doações, a primeira feita em 2003 por Stella Rodrigo Octavio Moutinho, filha do Acadêmico, e a segunda em 2015 feita pela neta Irene Moutinho. Essas doações foram fruto de uma longa negociação entre a ABL e os familiares do Acadêmico. Os documentos estavam de posse exclusiva da família, na Chácara da Tijuca de Rodrigo Octavio, desde 1944.

O arquivo está organizado por critérios do seu produtor, possuindo documentos familiares, administrativos e institucionais relativos a suas atividades como membro da Diretoria da ABL e produzidos em suas funções como representante e agente do Estado e por fim, suas produções intelectuais artísticas-literárias. Dessa forma, podemos encontrar no Arquivo Rodrigo Octavio

relatórios, agendas, roteiros de cerimônias e eventos diversos, registros fotográficos de audiências, discursos e viagens, notas preparatórias das viagens ao exterior, condecorações, presentes etc.

A totalidade do Arquivo Rodrigo Octavio compõe-se de cerca de 500 envelopes pardos e 300 pastas. Estima-se que este conjunto contenha mais de 8.000 unidades físicas.

No referido segmento têm destaque os originais da vasta correspondência com seus confrades (Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Oliveira Lima, Lúcio de Mendonça e Salvador de Mendonça, entre tantos outros) e também aspectos da vida intelectual, como os famosos “banquetes literários” (Club Rebelais, Revista Brasileira e Panelinha), recepções acadêmicas, visitantes ilustres, pedidos de votos, registros de viagem oficiais, etc.

Os documentos já encontram-se todos higienizados, acondicionados em caixas arquivo e pastas suspensas. O próximo passo será realizar um inventário detalhado para identificar todas as espécies e tipos documentais e o mapeamento do “arranjo” preexistente, formulado por Rodrigo Octavio. A proposta é seguir o princípio da Arquivologia de respeito à ordem original e apenas criar estudos e ferramentas que tornem sua organização inteligível ao usuário através da recuperação das ligações entre a vida pessoal e profissional do titular, as funções dos documentos e o significado dos itens do arquivo.

Documentos públicos na esfera privada e documentos privados para a esfera pública

Wellington Ramalho em seu trabalho “O que um presidente pode levar dos palácios quando seu mandato termina?” coloca uma questão pertinente não somente ao executivo, mas a todos os ocupantes de cargos públicos ou a serviço do Estado.

O uso recorrente em correspondências oficiais de expressão de tratamento muito informais e íntimas entre os envolvidos trás para alguns uma confusão e dúvida quanto a qual âmbito realmente alguns documentos pertencem, se seriam esses documentos públicos ou privados. Para esse tipo de análise devemos fazer uso da Diplomática para uma melhor identificação das categorias documentais através de um criterioso estudo das características internas e externas do documento.

Em muitos dos casos, após uma Análise Diplomática, verifica-se que certos documentos foram produzidos totalmente fora dos padrões e recomendações às quais se propuseram não possuindo a estrutura convencional a sua tipologia e todos os elementos validadores exigidos ou recomendados. Nesses casos poderíamos considerar apenas o conteúdo e o propósito ao qual se coloca a ação e desconsiderar essas ausências?

Essa questão levantada pode trazer muitas discussões, debates e estudos sobre o assunto em pauta, porém optaremos por outro viés ao em vez de respondê-la diretamente.

Esse tipo de situação reflete em muitos dos casos não o desconhecimento de protocolos, rotinas administrativas e

burocráticas, mas a personificação e individuação da função do Estado pelo seu agente em exercício. Há dessa forma uma relação muito íntima entre o Estado e o indivíduo, relação tão próxima que se pode dizer ser difícil determinar as fronteiras do público e do privado, do coletivo e individual. Essa prática fica mais evidente quando nos deparamos com documentos claramente públicos, e na maioria dos casos não poucos, em arquivos pessoais.

Em arquivos pessoais como o de Rodrigo Octavio, em que o produtor sistematizou a formação e organização de sua documentação, podemos inferir uma intencionalidade do produtor de construir sua memória, vinculando a si, de forma muito marcada, atos políticos e públicos com os quais teve relação direta e relevante. Esse tipo de ação memorialista muito presente em alguns arquivos pessoais, remete a uma prática narrativa tradicionalista, a História construída de forma parcial e individualista: a história dos grandes homens da política e seus grandes atos.

No caso em estudo, nunca teremos certeza se essas foram as reais motivações para formação desse arquivo pessoal. O que temos hoje são apenas testemunhos e indícios para podermos criar versões da história da criação desse arquivo. Segundo Irene Moutinho, Rodrigo Octavio já na infância possuía o hábito do “arquivamento” quando guardava correspondências que recebia. Porém, ao lermos *“Minhas Memórias dos Outros”* podemos encontrar um Rodrigo Octavio usando os documentos que acumulou para construir sua obra, como exemplo, tomemos o trecho:

Aquela fotografia, que saiu ótima e ainda se conserva perfeitamente nítida, é um precioso documento, pois nela se encontram magníficos retratos de algumas das grandes figuras de nossas letras e artes naquele tempo: - Machado de Assis, Lucio de Mendonça, João Ribeiro, José Veríssimo, Valentim, Olavo, Guimarães Passos, Filinto de Almeida, Sousa Bandeira, Rodolfo Bernardelli, Rodolfo Amoedo, Artur Azevedo, Silva Ramos; nela também figuram o autor destas linhas e o Dr. Heitor Peixoto. (MENESES, 1934)

O problema de desvincular totalmente os documentos oficiais e administrativos da sua esfera original para o âmbito privado está no fato de incorrer o risco de induzir seus usos como fontes históricas apenas para análise da biografia do titular do arquivo e não para o estudo de uma História Total e Global, para a construção de uma Memória Coletiva.

Os documentos públicos apesar de serem validados por agentes pontuais, como por exemplo, presidentes, deputados e ministros, sua construção é coletiva, fruto de demandas sociais de vários segmentos e articulações políticas. O que propomos aqui é dizer que a política, seja na esfera administrativa pública ou privada, é resultado da ação de vários atores e não apenas daqueles que são citados e que assinam um documento.

Outro ponto que podemos frisar quanto a heterogeneidade de documentos nos arquivos pessoais seria o forte vínculo afetivo dos produtores com suas funções profissionais a tal ponto em que não exista para ele uma barreira entre esses dois espaços, não sendo claras as fronteiras do que seria sua vida particular e sua vida pública. No caso de Rodrigo Octavio isso é

facilmente identificado. Durante suas viagens internacionais exercendo atividades diplomáticas e políticas sua família o acompanhava. Seus álbuns de fotografia são resultados dessas viagens, com registros dele exercendo sua função profissional onde o identificamos com autoridades e representantes de Estados em atividades oficiais. Porém, algumas fotografias registram seus familiares nesses encontros oficiais e profissionais. Nesse último caso, a qual esfera pertenceria esse registros?

Ao analisarmos os álbuns de fotografias de Rodrigo Octavio e suas agendas de viagens podemos fazer uso da fala de Danielle Ardaillon quando comenta que “é possível reconhecer, em meio aos documentos resultantes das atividades desenvolvidas em cargos e ofícios públicos, conjuntos a que se pode atribuir um caráter pessoa e, portanto, privado”. Porém, a sua natureza de produção e acumulação, dentro da teoria arquivística o tornam de interesse público.

Sendo assim, a organização e tratamento do Arquivo Rodrigo Octavio pode vir a contribuir muito com a Arquivologia, podendo servir de arcabouço para alavancar novos estudos no campo da diplomática e arranjo. Além disso, pode servir ao incentivo da interdisciplinaridade da Arquivologia, visto que casos como esse, nas palavras de Garcia:

não há dúvida que a natureza jurídica dos arquivos dos titulares de cargos políticos é uma questão muito complexa, que transcende a arquivística e entra no domínio da política,

da legislação, da jurisprudência e da administração (GARCIA, 1998, p. 179).

O Arquivo Rodrigo Octavio se diferencia de outro, como por exemplo, os de escritores e cientistas, por seu produtor possuir uma grande diversidade de atividades e funções, advogado, professor, magistrado, contista, cronista, poeta e memorialista. Desse modo, o seu acervo distingue-se das demais categorias de acervos privados apresentadas por Bellotto e tipificadas por documentos produzidos por instituições não-governamentais ou indivíduos, tais como arquivos econômicos, arquivos sociais e arquivos pessoais. (LOPES, 2019)

Cabe destacar, por fim, que o Arquivo Rodrigo Octavio transcende a definição de arquivo pessoal como “arquivo de pessoa física” contida no Dicionário de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). A sua capacidade de personificar a própria sociedade e Estado ao transferir documentos administrativos da ABL e governamentais para seu domínio dota o seu acervo também com características dos arquivos institucionais.

CONCLUSÃO

De acordo com o exposto, é possível observar as diversas peculiaridades contidas no Arquivo Rodrigo Octavio relacionadas não só à produção, mas principalmente, às formas de sua organização e acumulação.

É importante um cuidado maior no processo de tratamento e organização desse tipo de arquivo, para que haja um equilíbrio dos interesses privados e públicos.

Desse modo, enfatizamos que é importante que instituições que detêm acervos e os profissionais envolvidos nesta problemática estejam abertos à discussão sobre o tema.

O Arquivo Rodrigo Octavio atualmente constitui um potencial instrumento de novos estudos para a Arquivologia, podendo colaborar nos estudos já em andamento no campo da Diplomática e Arranjo. Para outras áreas, como a História, pode fornecer novas fontes para o melhor entendimento da História Nacional de um importante período, o de transição da Monarquia para a República.

Um último alerta para a relevância do estudo apresentado está para o fato de que arquivos com as características apresentadas não são exceções. Somado a questão da intencionalidade do produtor em construir e perpetuar sua memória temos a falta de iniciativas do Estado voltadas para o tratamento da documentação que produz. Tal ausência de sistematização no processo de identificação, recolhimento, processamento, divulgação, conservação no ambiente público acaba por colaborar para a dispersão dos documentos e fazendo que muito sejam incorporados em arquivos pessoais.

Pensando-se não mais o lugar físico, mas social do documento, podemos considerar que a doação de arquivos pessoais como o de Rodrigo Octavio para a Academia Brasileira de Letras ou para qualquer outra instituição que dê acesso a documentação é uma forma de devolver o caráter público a documentos públicos que haviam sido deslocados para o privado.

Ao transferir arquivos pessoais para os seus repositórios, tenta se consertar o que os produtores aparentemente podem ter quebrado, consertando as consequências do seu modo espontâneo de produção de arquivos, de sua falta de disciplina e de sua abordagem não sistemática na organização e gestão, e de seu desconhecimento das distinções entre documentos arquivísticos e de outros documentos e objetos. (THOMASSEN, 2012)

REFERÊNCIAS

ABELLÁS, J. B. Y. **Arquivos pessoais, saberes coletivos: a organização da documentação pessoal e pública de cientistas - o caso Hussak**. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Org.). Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012. p. 75-88.

ARDAILLON, D. Apresentação. In: **Seminário documentos privados de titulares de cargos públicos**, 2004, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: IFCH, 2005. 192 p. Tema: Documentos privados de interesse público: o acesso em questão.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21. p. 201-207, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2063/1202>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

CARDOSO, F. H. Palavras de abertura. In: **Seminário documentos privados de titulares de cargos públicos**, 2004, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: IFCH, 2005. 192 p. Tema: Documentos privados de interesse público: o acesso em questão.

COOK, T.; SCHWARTZ, J. M. **Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna**. Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba, v. 3, n. 3, p. 15-30, jul. 2004.

COSTA, C. M. L. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. *Revista Estudos Históricos*, [s.l.], v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.

DUARTE, R. C. **A patrimonialização do arquivo pessoal: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO**. 2013. 222 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93682>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

GARCIA, M. M. A. M. M. **Os documentos pessoais no espaço público. Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 175-187, 1998.

MENESES, Rodrigo Octavio de Langgaard. **Minhas Memórias dos Outros**. J. Olympio. Rio de Janeiro, 1934.

MOLINARI JÚNIOR, C. **Parecer Técnico**. Academia Brasileira de Letras, Centro de Memória, Arquivo. Rio de Janeiro, 1998. (Documento Interno).

PERFIL Acadêmico - **Rodrigo Octavio. Academia Brasileira de Letras (ABL)**, 2019. Disponível em: <http://www.academia.org.br>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

RAMALHOSO, W. **O que um presidente pode levar dos palácios quando seu mandato termina?** 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/11/o-que-um-presidente-pode-levar-dos-palacios-quando-seu-mandato-termina.html>. Acesso em: 6 jul. 2018.

SILVA, S. C. A.(org.). **Arquivo dos acadêmicos: guia geral**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2003, p. 232.

THOMASSEN, Theo. **Arquivistas e o desejo privado de ser ou não documentado**. Arquivo & Administração: publicação oficial da AAB, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, jul./dez. 2012.

CONTEXTO ARQUIVÍSTICO NA AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS: A DOAÇÃO DO ACERVO DO VISCONDE DE CAIRU AO ARCHIVO PUBLICO DO IMPERIO

CLEICE DE SOUZA MENEZES
GEORGETE MEDLEG

O presente artigo visa compreender o contexto arquivístico da entrada do primeiro conjunto documental privado, o de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu [1], para o então *Archivo Publico do Imperio*, criado em 1838, que viria a se tornar o Arquivo Nacional do Brasil. Esta pesquisa utilizou-se de métodos qualitativos para a análise histórico-documental sobre a doação do referido acervo. Foi realizado um levantamento no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian), para mapear qual teria sido o primeiro acervo adquirido pela instituição; na pesquisa multinível, pode-se acessar todos os fundos custodiados pelo Arquivo Nacional; ao clicar no título do Fundo, é verificada a “descrição” que segue as divisões estabelecidas pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). Na área de contextualização, por sua vez, no item “procedência”, observa-se o ano em que o acervo deu entrada na instituição. Ao mapear todos os fundos privados, constatou-se que o Fundo Visconde de Cairu ingressou na instituição em 1850. Cabe ressaltar que

foram realizadas pesquisas em periódicos a fim de contextualizar o Archivo, o indivíduo e o seu acervo.

O objetivo principal deste artigo é entender qual foi o contexto arquivístico e institucional que embasou a aquisição do primeiro acervo pessoal adquirido pelo Archivo Publico do Imperio. O trabalho está estruturado em três partes que espelham os objetivos secundários, que são os seguintes: contextualizar os fatores arquivísticos que abarcam o período da doação; analisar as funções e prerrogativas do Archivo Publico do Imperio, entre 1838 e 1850; apresentar o personagem produtor do acervo documental, para entender as razões da doação do seu acervo ao Archivo Publico.

O CONTEXTO DA PESQUISA E A INFLUÊNCIA NA ARQUIVÍSTICA NO SÉCULO XIX

A necessidade de conservar os documentos para comprovação das atividades de uma pessoa física ou jurídica culmina na criação de um espaço voltado para as demandas administrativas, cuja finalidade é manter os documentos comprobatórios íntegros e acessíveis. No entanto, esses processos estão intimamente ligados à definição de documento e aos usos que se fazem deles. Segundo Le Goff (1990, p. 537), o termo “documento” é derivado do latim *documentum*, que, por sua vez, provém do termo *docere*, que significa “ensinar”. O seu significado sofreu alterações e passou a ser entendido como “prova”. Esse autor historiciza os usos e os sentidos do termo ao longo dos séculos. Para ele, no século XVII, difunde-se a expressão *titres et documents* (títulos e documentos), cuja

noção é a de que os documentos estariam intimamente atrelados às questões jurídicas. No entanto, para o autor, apenas no século XIX o termo “documento” passou a designar testemunho histórico.

Peter Burke (1997, p. 17) observa que, no século XVIII, ocorreu uma tentativa de ampliação do uso das fontes históricas. Pesquisadores da Escócia, França, Itália e Alemanha começaram a se preocupar com uma “história das sociedades”, dos seus costumes, comportamentos, trocas comerciais; não limitada às guerras e à política. Um historiador que seguiu essa vertente foi Edward Gibbon, no livro *Declínio e Queda do Império Romano*. Nesse viés, os documentos oficiais responderiam às perguntas que abarcariam um entendimento mais amplo da sociedade. Esse modo de encarar as pesquisas não foi hegemônico, já que a escola histórica positivista (fim do século XIX e século XX) agregou mais adeptos.

De acordo com os positivistas, a definição de documento associa a prova histórica aos documentos escritos. Esse segmento tem nos seguidores do historiador alemão Leopold Von Ranke grandes defensores e propagadores. Eles argumentavam que apenas por meio das pesquisas aos documentos oficiais se poderia ter acesso ao relato verídico dos fatos e ao conhecimento sobre a história política e de seus personagens. Segundo Burke (1997, p. 19), os positivistas foram mais organizados, instituíram revistas e excluíram a disciplina “história não política” da cadeira institucional-profissionalizante de formação de historiadores. Contudo, “é inexato pensar que os historiadores profissionais desse período estivessem

exclusivamente envolvidos com a narrativa dos acontecimentos políticos” (BURKE, 1997, p. 21).

Não obstante, os historiadores eram vistos pelos cientistas sociais como descritores de eventos. Marx e Durkheim, considerados, juntamente com Weber, os pais das Ciências Sociais, por exemplo, utilizam-se da pesquisa em documentos (tanto oficiais como aqueles “desprezados” pelos historiadores) para evidenciar suas proposições e teses. François Simiand (2003, p. 108), historiador e economista francês e seguidor de Durkheim, mencionou que havia três ídolos que deveriam ser combatidos: 1) o ídolo político: eterna preocupação com a história política; 2) o ídolo individual: atenção voltada para os grandes homens; e 3) o ídolo cronológico: de perder-se nas origens dos problemas. Já no século XX, com Paul Otlet e com a Escola dos Annales, tem-se uma ampliação do conceito de documento e dos seus usos.

Dentro do processo histórico que abarca as teorias arquivísticas, esse período é o do paradigma custodial, cujos traços permeiam as pesquisas empírico-patrimonialistas e/ou tecnicistas. Voltado para guarda e conservação documental, o paradigma custodial destaca a memória como legitimadora do Estado-nação, valorizando o acesso ao conteúdo documental mais que o seu imperativo informacional (Santos, 2016, p.04). Nessa direção, Cornelsen (2013), afirma que:

No paradigma custodial, a informação é sobejamente referida como um registro, um documento, onde há existência de um «culto» ao suporte técnico, sempre abordado como memória. É facto que nesta perspectiva, herança da vertente historicista, a memória não pode existir

sem o suporte técnico, como algo puramente cerebral; o passado não sobrevive sem os suportes técnicos que o inscrevem numa determinada cultura e tradição. Neste paradigma, a memória é associada, inequivocamente, com o patrimônio, pressupondo uma materialização estática e permanente dos registros. (CORNELSEN, 2013, p.775).

Santos (2016, p. 5 e 6) cita que o século XIX é marcado pela aproximação da arquivologia e da diplomática, reforçando o contexto metodológico das práticas e técnicas arquivísticas que visavam à objetividade das fontes históricas e de suas análises. O historicismo marca profundamente a pesquisa e essa concepção do modo de se fazer história, caracterizado pelo romantismo e nacionalismo, os quais colocam os documentos à disposição do saber histórico. A Arquivologia, que posteriormente ganhará autonomia, nesse período torna-se a auxiliar da História, assim como a Paleografia e a Diplomática (MARQUES, 2011, p. 95).

O século XIX assiste à aproximação entre a Arquivologia e a Diplomática, com a verificação metódica dos documentos, à disposição de um público erudito preocupado com a sua análise histórica. É assim que os arquivos se colocam a serviço da Paleografia e Diplomática, disciplinas em ascensão desde o final do século anterior. (MARQUES, 2011, p. 90).

Segundo Duchein (1993), no século XIX começam a ganhar espaço publicações sobre as práticas profissionais relacionadas aos documentos, as quais passam a ser consideradas as primeiras iniciativas de formulação das

bases teóricas da área. O século XIX é marcado pela expansão das cidades, que estão se tornando cada vez mais urbanas e as áreas de conhecimento, por sua vez, estão se fragmentando; portanto passam a necessitar de um corpus teórico que respalde sua inserção no meio social. As obras sobre o saber fazer são redigidas de forma mais sistemática, e é nesse contexto que as bases teóricas da Arquivologia estão se adensando. A publicação de manuais, por exemplo, entre eles o Manual dos Arquivistas Holandeses, constitui um dos marcos do pensamento teórico arquivístico mundial (Marques, 2011).

No Brasil, a atividade científica nesse período ainda era incipiente. Expedições de pesquisadores estrangeiros foram realizadas como forma de conhecer o território nacional, o que fomentou um intenso intercâmbio entre pesquisadores brasileiros e de outros países, em especial da França. Segundo Martins (1987), para entender a formação de uma “intelligentsia” no Brasil no século XX, deve-se remeter ao século XIX, período no qual filhos de famílias tradicionais educados na Europa se engajam em duas grandes causas: a abolição da escravatura e a proclamação da República. Aquelas que compunham essa elite tinham um sentimento de “desonra”, uma vez que sua imagem, como brasileiro, estava associada a assuntos que eram condenados pelo “mundo civilizado”. Outrossim, o Brasil não está apartado de um movimento mundial que reivindica o desenvolvimento científico, a unidade nacional, a disseminação da imprensa e a influência romântica em direção ao retorno a um passado legitimador da identidade nacional:

[...] o modelo de Estado implantado no Brasil, bem como a nação que se constrói a partir de meados do século XIX, integram o projeto da facção dominante da classe dirigente no Império; projeto esse que, mesmo inspirado no modelo liberal europeu, guarda certas particularidades que contradizem o próprio modelo, tais como escravidão e a grande propriedade de terras (COSTA,1997, p. 5)

A Arquivologia, como área do conhecimento, passa a ganhar maior visibilidade nesse momento, já que as pesquisas encaram os arquivos como instituições de guarda do “verdadeiro conhecimento”. Segundo Reis (2006, p. 136), no século XIX, a Arquivologia está em busca de novas teorias e novas práticas que facilitem a organização documental e o acesso aos documentos, objetivando “prestar um bom serviço à História”. Ao final do século XIX, em 1898, é publicado o Manual dos Arquivistas Holandeses, considerado um dos marcos de autonomia da área, que deixa de ser histórico-tecnista para se tornar científico-informacional. Contudo, para os objetivos do presente artigo, também é importante o mapeamento que relaciona a Arquivologia e o século XIX ao contexto da criação do Archivo Publico do Imperio e da doação de seu primeiro acervo privado, o do Visconde de Cairu.

AS FUNÇÕES E PRERROGATIVAS DO ARCHIVO PUBLICO DO IMPERIO

O Archivo Publico do Imperio é criado pelo Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838, todavia já havia menção a ele na Constituição de 1824, no capítulo IV:

“Art. 70. Assignada a Lei pelo Imperador, referendada pelo Secretario de Estado competente, e sellada com o Sello do Imperio, se guardará o original no Archivo Publico, e se remetterão os Exemplares della impressos a todas as Camaras do Imperio, Tribunaes, e mais Logares, aonde convenha fazer-se publica”.

No momento da pesquisa para a redação deste artigo, tínhamos um pressuposto segundo o qual o Archivo Publico, mencionado na Constituição, era um espaço já constituído, onde se realizavam a guarda dos documentos administrativos. No entanto, artigos [2] que abordam o período afirmam que o arquivo público citado é o mesmo criado 14 anos após a promulgação da primeira Carta Magna do Brasil. É provável que houvesse um espaço para a guarda dos documentos públicos antes da consolidação do Archivo Publico do Imperio, no entanto não é o objetivo deste artigo se debruçar sobre tal questão.

Segundo Costa (1997), em 1838, tem início um movimento de reformas no Brasil que objetivava:

[...] o fortalecimento do Estado de modo a garantir a delimitação territorial do Império, a unidade nacional e, sobretudo, o regime monárquico. Para tanto fazia-se necessário adotar medidas centralizadoras. O período que se inicia em 1838 e que vai até o final da década de 1850

será caracterizado por grandes modificações nas áreas jurídica e administrativa, pela implementação de políticas públicas, particularmente nos setores de educação, saúde, segurança e finanças, e também pela criação de instituições voltadas para o desenvolvimento científico e cultural do país (p. 26)

Antes de 1838, o Archivo Publico do Imperio foi tema de alguns debates da Assembleia Geral Legislativa. Na reunião de ambas as Câmaras (Câmara dos Deputados e Câmara do Senado), no dia 31 de maio de 1836, sob a presidência de Bento Barroso Pereira, este menciona que

“hum dos autographos será guardado e recolhido no archivo publico; e o outro por huma deputação extraordinaria de ambas as Camaras será levado e apresentado ao Imperador no dia e hora que elle designar para fazer a aceitação em nome do Principe Imperial” (JORNAL DO COMMERCIO (RJ), ed. 120, 1836, p. 02).

Em 1º de janeiro de 1838, um dia antes da criação do Archivo, o regente interino Pedro de Araújo Lima decretou, em nome do Imperador, o regulamento no qual estabeleceu que todos os atos do poder legislativo e do governador em geral deveriam ser registrados, impressos e incluídos na Colleção de Leis do Imperio do Brazil, onde os originais seriam remetidos ao “archivo publico”, conforme consta no Jornal do Commercio (RJ) (ed. 0005, 1838, p. 2). Nesse mesmo regulamento, no art. 28, é determinado que “em quanto se não estabelecer e organizar o archivo publico, serão archivados na secretaria

de estado dos negócios do Imperio, sob cargo e direcção do official maior della, os originaes declarados no artigo 10”.

No Jornal do Commercio do dia 18 de janeiro de 1838 (edição 00014, p. 1), foi publicado um Artigo de Officio assinado por Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Senhor - A constituição do imperio e varios actos legislativos suppoem hum archivo publico, onde se recolhão e guardem os originaes das leis, e os documentos concernentes á administração topographia e historia do Brazil. No decreto incluso, tenho a honra de submetter á consideração de Vossa Magestade Imperial o regulamento para este archivo; e com quanto não possa ser definitivamente estabelecido sem que o corpo legislativo ministre ao governo os meios necessarios, todavia importa desde já prover a que se guardem com a devida distincção e ordem estes preciosos documentos; reservando a construção de hum edificio proprio, e as providencias adequadas, para época em que o governo estiver competentemente habilitado com os recursos necessarios.

Rio de Janeiro, em 2 de janeiro de 1838. - De V.M.I. - Subdito muito reverente. - Bernardo Pereira de Vasconcellos.

Na mesma publicação, foi decretado que o Archivo Publico estaria provisoriamente estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Fisicamente ele foi instalado nas dependências dessa mesma secretaria; e o mobiliário refletiu a divisão atribuída aos documentos, compreendendo três seções: legislativa, administrativa e histórica. Na seção legislativa, foram arquivados os originaes dos atos legislativos, incluindo a constituição, os documentos da assembleia legislativa constituinte e da

assembleia geral; as cópias autenticadas dos atos legislativos das assembleias provinciais; as atas de eleições dos senadores e deputados; as cópias autênticas das propostas e mensagens do poder executivo apresentadas na assembleia geral legislativa; as atas das eleições dos senadores e deputados; e as cartas imperiais com a nomeação dos senadores. Na administrativa, eram arquivados os atos do poder executivo, do poder moderador, dos presidentes das províncias; as manifestações dos governos gerais; os documentos sobre propriedade de bens nacionais; as cópias autênticas das nomeações de arcebispo, bispos, presidentes das províncias, comandante das armas, embaixadores, empregados do corpo diplomático e cônsules; as credenciais, instruções e plenos poderes que apresentarem os embaixadores, diplomatas estrangeiros e cônsules; e os documentos relativos à diplomacia.

Já na seção histórica, eram arquivados, conforme a disposição legal, originais dos contratos de casamento do imperador, dos príncipes e das princesas; atos de casamento, batismo e óbito do imperador, dos príncipes e das princesas; mapas e relações estatísticas enviadas pelos presidentes das províncias; correspondências dos presidentes das províncias que forem relativas ao estado cuja guarda julgar conveniente; notícias de qualquer descoberta útil em qualquer província, de produtos de história natural, mineralogia e botânica; notícias de eventos agradáveis ou desastrosos provenientes de causas naturais; cópias autênticas das patentes que se concederem aos descobridores ou inventores da indústria útil e aos que melhorarem as descobertas ou invenções

bem como exposições, planos, desenhos e modelos que os mesmos tiverem apresentado; originais de todas as memórias ou planos que se ofereceram ao governo e que forem relativos à história do Império, ao aumento e ao progresso da sua agricultura, comércio, navegação indústria, ciências e artes.

Ao observar o regulamento, nota-se que o Archivo foi criado com o viés de guarda documental (local onde documentos ficariam concentrados para evitar a dispersão) e também como uma instituição onde os documentos seriam conservados (permitindo assim a adoção de medidas que retardem a sua degradação), e esses fatores pressupõem que o documento será acessado em algum momento. O caráter administrativo e legal é evidente no normativo que o cria.

O sr. Vasconcellos, na Sessão da Câmara realizada em 1º de maio de 1938, em resposta a um deputado, menciona que:

“sendo hum dos fins do archivo conservar os documentos interessantes, não só a legislação, não só á administração, mas também á história do paiz, importava que taes actos lhe fossem remetidos; assim como importa que esta augusta câmara e o senado, envie também seus documentos para o archivo publico, a fim de que não se extraviem; porque não posso afirmar, mas asseverar-se ser verdade o facto de não existir o autographo da constituição do império. Outros muitos documentos importantes tem sido perdidos. Eis huma das razões, pelas quaes o governo entendeu que devia dar regulamente ao archivo publico que a constituição pressupõe”.

Segundo Costa (1997), apesar de o *Archivo* ter sido criado dentro da estrutura do Ministério do Império - o que demonstrava a importância com que o Estado encarava essa instituição -, a fragilidade política com que foi tratado no decorrer do Império demonstra que essa importância teórica não se refletia em termos práticos. O Decreto nº 47 de 1840 retira o *Archivo* das dependências da Secretaria de Estado dos Negócios do Império e o torna um órgão a ele vinculado, gozando agora de maior autonomia.

“Entretanto, ao longo dos seus primeiros vinte anos de existência, exatamente no período em que se consolidavam a estrutura do Estado, o Arquivo desenvolve um enorme esforço para sobreviver enquanto instituição, chegando inclusive a ter sua frágil autonomia ameaçada quando, em 1953, um projeto da Câmara dos Deputados propõe sua reanexação à secretaria do Império” (COSTA, 1997, p. 27).

Em 1840, foi nomeado o primeiro diretor do *Archivo* [3] e editado o primeiro regimento interno da instituição, com suas normas de funcionamento. No primeiro artigo, ficou estabelecido que o Edifício Nacional seria a sede do *Archivo*. No mesmo artigo, definiu-se seu mobiliário e a forma como seria disposto (refletindo as seções documentais). Os documentos seriam trancados e as chaves acondicionadas em cofres, e apenas o diretor teria acesso a ela. Em uma sala destinada ao diretor e ao oficial maior, ficariam os documentos remetidos ao Arquivo enquanto não eram efetivamente arquivados. Em uma terceira sala, seria feito o tratamento documental, e esse espaço teria restrição de acesso.

Nesse regimento, foi estipulado de que forma os documentos entrariam no Arquivo e como seriam expedidos - pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império ao Diretor do Arquivo Público. Os documentos eram entregues pelo diretor ao oficial, que os registrava no Livro do Registro das Ordens do Governo e conferia se a descrição dos documentos batia com os documentos físicos. Atestada a conformidade, ele remeteria uma cópia da relação documental assinada para o secretário com um ofício do diretor. Caso houvesse incongruências, o oficial comunicava o diretor, que tomaria as providências cabíveis. Competia aos oficiais lançar nos livros "os sumários dos papéis pela ordem de suas datas" e fazer as divisões e subdivisões convenientes. No entanto, não fica claro se esses procedimentos também seriam adotados para os documentos privados, já que esses ainda não eram uma realidade na instituição, a não ser aqueles já previstos na seção histórica.

O primeiro relatório de atividades data de 1843 e refere-se aos anos de 1840-1842, nele o diretor demonstra preocupação com os documentos que não estavam sendo recolhidos. Dessa forma, seria impossível prosseguir com a atividade finalística do Arquivo. O mesmo tom é mantido nos relatórios subsequentes e se torna mais eloquente no ano de 1847. Reclama ainda dos documentos provinciais que estão em mosteiros e daqueles que se encontram na Torre do Tombo. "É interessante observar que o projeto de coleta, na Torre do Tombo, de documentos importantes para a história do país, tão sonhado e aclamado pelo diretor do Arquivo, será realizado por Francisco Varnhagen para IHGB, a mando do Imperador" (COSTA, 1997, p. 30).

Em 1844, é montada uma comissão para que se realizasse o diagnóstico (examinar e relacionar) e o recolhimento dos documentos das secretarias do Estado. Na Secretaria dos Negócios Estrangeiros, a comissão não consegue acessar os documentos. Existe, nesse período, uma disputa entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), a Casa Imperial e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Era evidente que todos eles queriam manter sob sua guarda documentos que deveriam ser encaminhados ao Archivo. Ciro de Brito insistia na importância de se ter uma legislação que versasse sobre a obrigatoriedade do recolhimento e da preservação documental, posição mencionada nos relatórios de 1850 e de 1851, redigidos por esse diretor, que destaca a importância de uma lei de arquivos. Foi no contexto da direção de Ciro de Brito que o primeiro acervo privado deu entrada no Archivo Publico, o de Visconde de Cairu.

ACERVO PESSOAL E SUA APROPRIAÇÃO POR UM ENTE PÚBLICO

A teoria tradicional de concepção dos documentos arquivísticos privilegia os documentos estatais em detrimento daqueles “não oficiais”, como menciona Jenkinson: “os arquivos são documentos que fizeram parte de uma transação oficial e foram preservados para fins de referência oficial” (apud Hobbs, 2016, p. 306). Esses documentos recebiam (ou deveriam receber) a interferência direta das políticas públicas do Estado, quando essas existiam. Segundo Heymann (2009, p. 43),

ao passo que as legislações arquivísticas de uma nação refletem o interesse do Estado em proteger seu patrimônio documental, entende-se o lugar periférico atribuído aos acervos privados que estão fora da tutela estatal. Contudo, os documentos privados, enquanto fontes reveladoras de verdades possíveis sobre o passado e/ou o presente, quando custodiados por uma instituição pública, são tratados e disponibilizados tendo em vista os objetivos e os interesses do Estado.

Catela (2002), em *El mundo de los archivos*, analisa os arquivos como parte importante da identidade nacional e aponta (p. 388) que, se tomarmos por base os documentos do Estado, das instituições, dos grupos (associações, organizações não governamentais) e de indivíduos, é provável que poucos acontecimentos não deixem vestígios. No entanto, só conservamos uma pequena parte deles. Os acervos privados ganharam maior projeção e notoriedade a partir da década de 1930 com o surgimento da Escola dos Annales. Esse grupo de historiadores criticava a visão positivista de enaltecimento dos grandes homens, dos grandes marcos históricos, do fazer história tendo por base apenas documentos escritos. Questionava a historiografia tradicional, a rigidez com que o conhecimento sobre os fatos era produzido sem levar em consideração o uso de outras fontes que não os documentos oficiais.

Luciana Heymann (1997) problematiza o fato de os acervos privados serem tratados com uma “aura de sedução”, como se fossem reflexo da vida do indivíduo, não obstante esse fetiche não leva em consideração as interferências do próprio produtor, dos indivíduos que

fazem a seleção para a aquisição por uma instituição pública e do próprio corpo técnico no momento do arranjo e da descrição documental. No entanto, cabe ainda pontuar quais podem ter sido os prováveis poderes (de sedução ou não) que justificam a entrada do acervo no Archivo Publico do Imperio.

Visconde de Cairu: o intelectual, o contexto e seu acervo

Em 1850, ingressa, por doação de Bento Lisboa [4], o primeiro fundo pessoal, conforme registros disponibilizados pelo Arquivo Nacional, antigo Archivo Publico do Imperio: o Fundo Visconde de Cairu. Tal acervo parece ter gozado de certo “privilégio” por ser o primeiro “não público” a ser aceito pelo Archivo. No entanto, na descrição do fundo não há informações sobre como foi a entrada do acervo na instituição e quais as motivações.

Para compreender a notoriedade atribuída a esses documentos, faz-se necessário, portanto, entender quem foi esse personagem. José Maria da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu, foi economista, historiador e jurista brasileiro conhecido pela participação ativa na redação dos decretos de abertura dos portos brasileiros e por seu apoio à família real portuguesa, tendo ocupado diversos cargos na administração pública do Brasil [5] após a instalação da corte, em 1808, no Rio de Janeiro. Nasceu em Salvador, BA, em 16 de julho de 1756, e faleceu em 1835 aos 79 anos. Aos 18 anos, muda-se para a capital de Portugal, Lisboa, onde completou seus estudos com o gramático Pedro José da Fonseca. Em seguida, ingressou na Universidade de Coimbra nos cursos jurídicos e

filosóficos. Em 1779, bacharelou-se em Direito Canônico e Filosofia. Na mesma Universidade, um ano antes, foi reconhecido como professor substituto de grego e hebraico.

Em 1797, quando estava em Portugal, foi designado como secretário da Mesa de Inspeção, Agricultura e Comércio [6] da Cidade da Bahia, cargo no qual permaneceu até 1808. Atuar nesse órgão permitiu que Lisboa adquirisse o conhecimento sobre as dificuldades econômicas da Colônia Portuguesa. “Após a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi nomeado membro da Mesa do Desembargo do Paço, tornando-se censor da Imprensa Régia do Rio de Janeiro a 24 de junho de 1808” (MAGALHÃES, 2012, p.75).

Magalhães (2012) escreve um artigo que investiga as origens de um livreto intitulado *Flores celestes colhidas entre os espinhos da sagrada coroa da augusta, veneravel e soberana cabeça do divino e immortal rei dos seculos Jesus Christo*, impresso em 1807, cuja autoria era de José Cortez Sol Posto, também conhecido como Cigano da Bahia. O autor menciona que o nome do autor do livro era um pseudônimo, já que, no século XIX, não havia na Bahia uma família com o sobrenome Sol Posto, e o texto demonstra que as poesias seriam alegorias para as “confissões de um dos mais representativos personagens da História do Brasil desse século”, José Maria da Silva Lisboa. “O contato de José da Silva Lisboa com os principais impressores de sua época também se estendeu à América portuguesa, após a liberação da imprensa na colônia. Era uma das figuras mais influentes, senão a mais, da Imprensa Régia do Rio de Janeiro”. Magalhães

demonstra ainda a influência que Lisboa exercia sobre a imprensa régia no período, sendo considerado uma das figuras mais influentes da sociedade brasileira do século XIX.

Nomeado por D. João VI professor de economia política, cargo instituído pelo Decreto nº 23 de fevereiro de 1808, foi um dos maiores propagadores do liberalismo econômico no Brasil. Por ocasião da revolução do Porto, em 1820, defendeu a manutenção da monarquia luso-brasileira, constitucional e centralizada por meio das páginas do periódico *O Conciliador do Reino-Unido*, lançado em 1821.

Depois da independência, continuou a exercer cargos públicos. Foi agraciado em 1825 pelo Imperador D. Pedro I com o título de barão e depois, em 1826, de Visconde de Cairu. Foi ainda deputado pela província da Bahia na Assembleia Constituinte de 1823 e senador do Império. Escreveu várias obras sobre economia e política editadas pela Imprensa Régia. Publicou *Princípios de economia política* (1804), livro em que defendeu o livre comércio. Outro livro de sua autoria intitula-se *Observações sobre a fraqueza da industria e estabelecimento de fabricas no Brazil*, de 1810. Na área de História, escreveu *Historia dos principaes sucessos politicos do Imperio do Brasil* (1826), obra escrita por encomenda de D. Pedro I. Morreu em 20 de agosto de 1835, no Rio de Janeiro.

É importante salientar que o Visconde de Cairu, enquanto um propagandista do Império brasileiro, era um homem que estava inserido no contexto do Antigo Regime:

[...] o oferecimento de um livro ao soberano, com o objetivo de elogiá-lo e homenageá-lo, constituiu um dos gestos mais tradicionais de submissão do autor e uma das melhores formas de atrair-lhe as boas graças. Estabelece-se uma relação entre autor e soberano, ao se publicar uma dedicatória, e essa relação iniciava-se, nas primeiras páginas de um livro, saído de um prelo. (DELMAS, 2010, p.03).

No Brasil, durante todo o Oitocentos, o mercado literário era incipiente, de forma que os escritores dependiam do poder da Coroa:

“carente de um público consumidor mais amplo, que pudesse proporcionar aos produtores dos bens simbólicos determinada autonomia -, era a Coroa quem assumia a função não somente de mercado para os bens simbólicos que surgiam, mas de instância de reprodução, difusão e, especialmente, de consagração para eles” (DELMAS, 2010, p.4).

Visconde de Cairu parece ter sido um intelectual que, segundo a divisão estabelecida por Gramsci, estaria diretamente ligado à sua classe social e não pretendia modificá-la, considerando-se um elemento organizador dessa mesma sociedade:

Por intelectuais, deve-se entender [...] todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo [...]. Para analisar a função político-social dos intelectuais, é preciso investigar e examinar sua atitude psicológica em relação às classes fundamentais que eles põem em contato nos diversos campos: têm uma atitude “paternalista” para com as classes instrumentais ou se

consideram uma expressão orgânica destas classes? Têm uma atitude “servil” para com as classes dirigentes ou se consideram, eles próprios, dirigentes, parte integrante das classes dirigentes? (C1, § 43 p. 37; C 19, § 26, p. 2041/v. 5, p. 93 apud Durigetto, 2014, p. 270).

Por fim, o Visconde de Cairu pode ser enquadrado em uma definição de intelectual tradicional, e esse pode ser um dos motivos pelo qual seu acervo está no Arquivo Nacional. Desde sua criação, essa instituição era ligada diretamente ao poder moderador e realizava a guarda de documentos do poder executivo, o qual era comandado pelo Imperador, com quem o acumulador mantinha relações próximas. Apesar de ser inexato considerar as pesquisas do século XIX como exclusivamente políticas, voltadas para os grandes marcos históricos e para os homens que ganharam projeção, foi nesse período que o positivismo se destacou e que as pesquisas que seguiam essa vertente ganharam mais notoriedade. Dessa forma, pode-se entender que esse era mais um dos motivos para que houvesse um local destinado à guarda do “verdadeiro conhecimento” materializado através dos documentos escritos (fontes documentais) de um ícone da política nacional. Essa seria uma das melhores formas de se ter acesso aos “documentos verídicos” de um personagem histórico que difundia os ideais do Império. O fato de o acervo ter sido doado ao Archivo Publico do Imperio reafirma o vínculo do Visconde de Cairu com o Império do Brasil.

O acervo ao ingressar no Archivo foi classificado na seção histórica, “tendo em vista que o Imperador era a

nação e que havia, portanto, total identificação entre o Estado, a nação e a dinastia de Bragança, a nada mais natural do que considerar como histórico os documentos pessoais dos membros da família real” (COSTA, 1997, p. 45). Apesar de Visconde de Cairu não ter consanguinidade com membros da família imperial, sua trajetória e os documentos o evidenciam enquanto homem público integrante das tomadas de decisões do estado imperial brasileiro, no entanto não há apenas uma proximidade do seu produtor com o poder moderador, mas uma notoriedade social exercida pelo mesmo.

NOTAS

[1] Neste artigo, quando o texto se referir tanto à pessoa portadora do título de visconde quanto ao nome do Fundo, Visconde de Cairu, será grafado com as iniciais em letra maiúscula conforme título da descrição arquivística do Arquivo Nacional.

[2] Costa (1997) e Estevão e Fonseca (2010).

[3] Ciro Cândido Martins de Brito. Antes desse cargo, ele havia atuado em atividades próximas à família imperial; foi escrivão dos Filhamentos da Casa Imperial; oficial da Secretaria do Senado; e guarda-roupa da Casa Imperial. Segundo Costa (1997, p. 28), isso é um indício de que havia um vínculo de confiança para a nomeação do diretor dessa instituição.

[4] Filho mais velho de José da Silva Lisboa, foi oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e publicou o livro *Compendio da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith*.

[5] Foi desembargador da Relação da Bahia, membro da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens, desembargador da Casa de Suplicação, deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, censor régio, membro da Junta de Direção da Imprensa Régia e inspetor dos Estabelecimentos Literários e Científicos do Reino.

[6] Órgão que regulamentava os preços dos produtos agrícolas.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998.

CORNELSEN, Julce Mary. O Arquivo Público e a transição paradigmática na sociedade da informação: a entrada do digital em instituições custodiais. **VI Encontro Ibérico EDICIC**, Porto (Portugal), p. 774-796, 2013.

COSTA, Célia. Memória e administração: o Arquivo Público do Império e a consolidação do Estado Brasileiro/ Célia Maria Costa - Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1997. 242 fl. (Tese de Doutorado).

_____. O Arquivo Público do Império: o legado absolutista na construção da nacionalidade. **Revista Estudos Históricos**, v. 14, n. 26, p. 217-231, 2000.

Camara dos Deputados. Sessão de 8 de julho de 1834. Jornal do Commercio - Rio de Janeiro - 08/07/1834 - Edição 150 - p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/5474?pesq=arquivo%20PUBLICO>. Acesso em: 06/07/2019.

Camara dos Deputados. Sessão de 7 de junho de 1834. Jornal do Commercio - Rio de Janeiro - 09/06/1834 - Edição 126 - p.04. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/5366?pesq=arquivo%20PUBLICO>. Acesso em: 06/07/2019.

Assembléia Provincial. Praia Grande. Sessão de 12 de março de 1835. Jornal do Commercio - Rio de Janeiro - 13/03/1835 - Edição 58 - p.02. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/6338?pesq=arquivo%20PUBLICO>. Acesso em: 07/07/2019.

Assembléia Geral Legislativa. Reunião de ambas as Câmaras. Sessão de 31 de maio de 1836. Jornal do Commercio - Rio de Janeiro - 01/06/1836 - Edição 120 - p. 04. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/7772?pesq=arquivo%20PUBLICO>. Acesso em 07/07/2019.

Artigo de Officio. Jornal do Commercio - Rio de Janeiro -18/01/1838 - Edição 14 - p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/9691?pesq=arquivo%20PUBLICO>. Acesso em 07/07/2019.

Camara dos Deputados. Sessão de 19 de maio de 1838. Presidência de Araújo Viana. Jornal do Commercio - Rio de Janeiro - Edição 114 - 21/05/1838 - p. 08. Disponível em: < http://memoria.bn.br/DocReader/364568_02/10097?pesq=arquivo%20PUBLICO>. Acesso em 07/07/2019.

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, p.41-60, 1997.

_____. De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção do "legado" de Darcy Ribeiro. (Tese de doutorado) Rio de Janeiro, IUPERJ, 2009.

_____. O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012. 238p.

_____. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 77-95, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/579/333> . Acesso em: 24/07/2018.

_____. Velhos problemas novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. Flores celestes: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu?. **História (São Paulo)**, v. 31, n. 1, p. 65-100, 2012.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, vol. 25, número 2, 1995.

KUROKI, Ívina Flores Melo. Demarcações conceituais dos princípios científicos da arquivologia e da ciência da informação: Contribuições para a configuração científica das disciplinas no Campo da Informação/ Ívina Flores Melo Kuroki- Brasília: CID/UNB, 2016. 141fl. (Dissertação de Mestrado). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angelica Alves da Cunha Marques

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil/** Angelica Alves da Cunha Marques. - Brasília: FCI/UnB, 2011. 399 fl. (Tese de Doutorado). Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Georgete Medleg Rodrigues.

ARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História**, v. 38, n. 78, p. 17-38, 2018.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil (1920 a 1940). **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 2, n. 4, p. 65-87, 1987.

MONTEIRO, Pedro Meira. **Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de la Rochefoucauld/** Pedro Meira Monteiro - Campinas, SP, 2001. 285 fl. (Tese de Doutorado). Orientador: Luiz Carlos da Silva Dantas.

ESTEVÃO, Sílvia Ninita de Moura; FONSECA, Vitor Manuel Marques da. A França e o Arquivo Nacional do Brasil. **Revista Acervo**, v. 23, n. 1, jan-jun, p. 81-108, 2011.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios**, v. 7, n. 24, abr-jun, p.0, 2006.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. **Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Patrimônio**, v.01, n. 01, p. 97-110, 2002.

ROCHA, Antonio Penalves. José da Silva Lisboa, visconde de Cairu. São Paulo: Ed. 34, 2001.

SANTOS, Hercules Pimenta. História e Arquivologia: relação, individualização e mídias contemporâneas. In: **VIII Encontro Estadual de História da Anpuh-BA**. Feira de Santana - BA: Anpuh-BA, v. 1. p. 209-210, 2016

WEHLING, Arno. Lisboa, José da Silva (Visconde de Cairu). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Verbo, p. 487-489, 1994.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (Ed.). Nobreza de Portugal: bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática. Editorial Enciclopédia, 1961.

ARQUIVOS PESSOAIS DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL: AS ARTICULAÇÕES ENTRE ARQUIVO E BIBLIOTECA

RENATA GERAISSATI CASTRO DE ALMEIDA
RENATO DE MATTOS

Nos meses seguintes à morte de Antonio Candido de Mello e Souza, ocorrida em maio de 2017, não parecia haver dúvidas de que a Universidade de São Paulo seria o lugar mais apropriado para a guarda e a difusão de seu acervo. Afinal, a extensa trajetória de pesquisa e de ensino de Antonio Candido esteve institucionalmente associada à universidade paulista desde 1939, ano de seu ingresso na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), até a década de 1990, época em que se manteve vinculado ao programa de pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, mesmo depois da aposentadoria e de seu reconhecimento como professor emérito. Com efeito, no início de 2018, os familiares de Antonio Candido e a Universidade de São Paulo formalizaram a doação de mais de 40 mil documentos textuais, além de 5 mil fotografias e 800 vinis e fitas cassetes para o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP), centro multidisciplinar reconhecido por custodiar arquivos de outros reputados intelectuais, a exemplo de Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Mário de Andrade.

No entanto, em abril de 2018, a iniciativa de incorporar a biblioteca do acadêmico junto ao restante dos itens doados foi frustrada por um parecer emitido pela própria universidade. De acordo com a avaliação, os livros não deveriam ser recebidos, pois, além de problemas relativos à higienização dos volumes, a aquisição geraria “duplicatas” no acervo da instituição (MEIRELES, 2018). Surpreendidas pelo aparente desinteresse da Universidade de São Paulo em acolher o acervo bibliográfico formado por mais de 7 mil exemplares, dentre os quais muitos contendo em suas páginas anotações feitas por um dos principais críticos literários brasileiros, as herdeiras de Antonio Candido decidiram doar a biblioteca para a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no interior do estado.

Em uma primeira análise, os percalços que culminaram na separação da biblioteca de Antonio Candido do restante do seu acervo poderiam ser atribuídos a problemas materiais e de infraestrutura que impediriam a custódia adequada da coleção na Universidade de São Paulo. No entanto, a alegação de que os livros de Antonio Cândido não passariam de duplicatas dos volumes já existentes na instituição, não obstante a presença de elementos distintivos como dedicatórias e marginalias feitas por seu titular, sugere aspectos que precedem eventuais questões relacionadas ao espaço ou aos meios essenciais à garantia da conservação física da biblioteca. Referimo-nos aos desafios que a presença de acervos bibliográficos impõe aos arquivistas em função da dificuldade de compreendê-los como itens organicamente

relacionados aos documentos que compõem o arquivo dos mesmos titulares.

Tais desafios são frequentes em instituições públicas e privadas dedicadas à guarda de arquivos pessoais e exigem dos profissionais responsáveis por sua organização a compreensão dos conceitos de documento de arquivo, de formato e de gênero documental. É o que atesta o exame de 12 pareceres emitidos, entre os anos de 2004 e 2016, pela comissão nomeada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) para a avaliação do “interesse público e social” de conjuntos documentais privados considerados relevantes para a história brasileira. Nas páginas a seguir, analisaremos os resultados das avaliações técnicas elaboradas conforme previsto no Decreto 4.073, de 3 de janeiro de 2002 (BRASIL, 2002), a fim de identificarmos se os acervos bibliográficos foram compreendidos como parcelas indissociáveis aos arquivos pessoais declarados de “interesse público e social” e quais foram os critérios que determinaram o eventual desmembramento de seus volumes dos demais documentos de arquivo.

A SALVAGUARDA DOS ARQUIVOS PESSOAIS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A preservação dos arquivos pessoais não constitui preocupação recente no Brasil. Em 1937, a proteção dos documentos pessoais foi delineada no texto do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro, que instituiu a conservação do patrimônio histórico e artístico nacional a partir do registro em Livros de Tombo do conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação era

considerada de interesse público, “quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). De acordo com Lopes e Rodrigues (2017), ainda que os documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas não fossem explicitamente mencionados no texto do Decreto-lei, eles estariam contemplados no Livro de Tombo dedicado às “coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica”, uma vez que, naquele contexto, a concepção de “valor bibliográfico” compreendia os conjuntos documentais das seções de manuscritos alocados em bibliotecas públicas e privadas sob a rubrica de “coleções especiais”.

Anos mais tarde, o Decreto-lei nº 8.534 de 2 de janeiro de 1946 transformou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), órgão responsável pelo registro dos Livros de Tombo, em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Além da alteração do nome da entidade incumbida no tombamento, o Decreto-lei nº 8.534 pormenorizou suas funções, atribuindo ao DPHAN a tarefa de “inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, documentos e objetos de valor histórico e artístico existentes no país”, e promover ações voltadas à “catalogação sistemática e à proteção dos arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos interessem à história nacional e à história da arte no Brasil” (BRASIL, 1946)

Não obstante a importância dessas iniciativas, a proteção do patrimônio arquivístico no país carecia de uma regulamentação mais específica. Um importante passo nessa direção foi dado quase meio século depois,

quando, em 1991, a Lei nº 8.159 foi promulgada. Em seus termos, a Lei nº 8.159 estipula que os documentos gerados por pessoas físicas ou jurídicas, “em decorrência de suas atividades”, poderiam ser identificados pelo Governo Federal como “de interesse público e social, desde que [...] considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” (BRASIL, 1991).

Embora compreenda os arquivos pessoais em suas disposições, observa-se no texto da Lei nº 8.159 a falta de clareza acerca das fronteiras entre o público e o privado, além da ausência de qualquer orientação específica quanto à maneira como seria feita a sua preservação. Da mesma forma, a Lei nº 8.394 de 30 de dezembro de 1991, que reconhecia de interesse público os acervos documentais privados de presidentes da República, também foi alvo de críticas pela falta de precisão conceitual daquilo que é definido como “acervo documental privado” de presidentes. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 13).

Tanto a regulamentação da Lei de Arquivos quanto a formalização das diretrizes específicas sobre quais conjuntos documentais poderiam ser considerados de interesse público e social somente foram efetivadas em 2002 após a assinatura do Decreto nº 4.073. Dentre os diferentes tópicos abordados pelo dispositivo, cumpre destacar o vigésimo segundo artigo, que estabelece que os “arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional” sejam considerados

como documentos de interesse público e social (BRASIL, 2002).

De acordo com o Decreto, caberia ao Conarq a identificação dos arquivos privados de interesse público e social, os quais, por intermédio do Ministério da Justiça, deveriam ser submetidos à apreciação do presidente da República, autoridade responsável pela homologação do reconhecimento (BRASIL, 2002).

Na prática, a declaração de um determinado arquivo como de interesse público e social não implica necessariamente que o responsável pela custódia dos documentos receba algum tipo de subvenção estatal destinada à preservação e ao tratamento da documentação, tampouco obriga a transferência do respectivo acervo para guarda em instituição arquivística pública (ALMEIDA; MATTOS, 2018). Apesar disso, o reconhecimento previsto no Decreto nº 4.073 representa importante instrumento contra possíveis descartes e dispersões comuns aos arquivos privados, pois, uma vez declarados de interesse público e social, os proprietários ou detentores de arquivos passam a ser obrigados a “comunicar previamente ao Conarq a transferência do local de guarda do arquivo ou de quaisquer de seus documentos”, ficando ainda sujeito “à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente” (BRASIL, 2002). Da mesma forma, o Decreto determina que a alienação desses arquivos seja necessariamente precedida de notificação à União, caracterizado como “titular do direito de preferência, para

que manifeste, no prazo máximo de sessenta dias, interesse na aquisição” (BRASIL, 2002).

ARQUIVOS PESSOAIS DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL

Entre os anos de 2004 e 2016, os acervos pessoais de Barbosa Lima Sobrinho, Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer, Abdias Nascimento, César Lattes, Paulo Freire, Dom Lucas Moreira Neves receberam a chancela de arquivos privados de interesse público e social da Presidência da República (Quadro 1). Embora tenham obtido da comissão técnica parecer favorável à declaração de interesse público privado, os acervos de Augusto Ruschi, Isaac Rozemberg e Moyses Welfman aguardam, atualmente, providências no Ministério da Justiça antes de serem encaminhadas ao gabinete do presidente.

Arquivos	Decreto presidencial
Barbosa Lima Sobrinho	Decreto de 6 de setembro de 2004
Glauber Rocha	Decreto de 7 de abril de 2006
Darcy Ribeiro	Decreto de 20 de janeiro de 2009
Berta Gleizer Ribeiro	Decreto de 20 de janeiro de 2009

Oscar Niemeyer	Decreto de 16 de abril de 2009
Abdias Nascimento	Decreto de 16 de junho de 2010
César Lattes	Decreto de 1º de junho de 2011
Paulo Freire	Decreto de 9 de maio de 2012
Dom Lucas Moreira Neves	Decreto de 20 de outubro de 2016

Quadro 1 - Arquivos Pessoais Declarados de interesse Público e Social pela Presidência da República (2004 - 2016)

Fonte: elaborado pelos autores

A avaliação técnica destes e de outros acervos pertencentes às instituições privadas foi realizada de acordo com os procedimentos expressos na Resolução nº 17 de 25 de julho de 2003 (BRASIL, 2003). Em linhas gerais, a Resolução padroniza a emissão dos atos declaratórios de interesse público e social de arquivos privados conforme estabelece o 23º artigo do Decreto nº 4.073, o qual determina que o Conarq, “por iniciativa própria ou mediante provocação”, deverá encaminhar solicitação acompanhada de parecer instruído com avaliação técnica ao Ministério da Justiça. A visita e a avaliação dos acervos ficam a cargo de uma Comissão Técnica de Avaliação composta de três membros indicados entre os servidores ocupantes de cargos efetivos do Arquivo Nacional, da Biblioteca Nacional e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (BRASIL, 2003).

Em sua avaliação, a Comissão deve observar informações imprescindíveis para sustentar o parecer conclusivo: dados sobre a mensuração aproximada, traduzida em unidades, metros lineares ou metros cúbicos;

o estado de conservação dos documentos, incluindo o tipo de acondicionamento e armazenamento; e o resumo do conteúdo e histórico do acervo. Concluído o trabalho da Comissão, o processo acompanhado do parecer deve ser encaminhado ao presidente do Conarq, que, por sua vez, poderá determinar o arquivamento do processo, caso a avaliação seja desfavorável, ou poderá submeter ao plenário do Conselho para a apreciação do processo, no caso de parecer favorável. Uma vez aprovado pelo plenário e homologado pelo presidente do Conarq, o processo é encaminhado ao Ministério da Justiça para, posteriormente, ser apresentado ao Presidente da República para seja formalizada a declaração de interesse público por meio de assinatura de decreto federal.

Com base nas informações reunidas nos pareceres emitidos pela Comissão Técnica de Avaliação, é possível identificar os critérios que orientaram o reconhecimento do interesse público e social de cada um dos arquivos pessoais ora examinados. Da mesma forma, o detalhamento dos itens documentais encontrados pelos integrantes da comissão revelam que as bibliotecas foram compreendidas de formas distintas.

O LUGAR DAS BIBLIOTECAS NOS ARQUIVOS PESSOAIS

De acordo com os pareceres finais emitidos pela Comissão do Conarq, dos doze conjuntos documentais vistoriados, apenas os acervos de Berta Glezer Ribeiro (CONARQ, 2008b) e de Moysés Weltman (CONARQ, 2013) não abrangiam as bibliotecas de seus respectivos titulares. Nos

pareceres relativos aos demais acervos é possível observar que as coleções de livros foram identificadas ora como documentos de arquivo do gênero textual ou bibliográfico, ora como coleções específicas que preservavam vínculos contextuais com os arquivos pessoais.

É o caso do acervo de Glauber Rocha (CONARQ, 2005), que, à época da avaliação, era preservado pela Tempo Glauber, instituição dedicada à preservação e difusão da obra do cineasta baiano. Conforme o parecer emitido em dezembro de 2005, a Comissão havia encontrado “documentos textuais e audiovisuais”, com destaque para a produção intelectual do titular, “tanto inédita quanto publicada, englobando textos manuscritos e datilografados, anotações, roteiros feito à mão em margens de livros”, além da correspondência ativa e passiva, documentos pessoais, contos, poesias, argumentos, coleções de fotografias e recortes de jornal. Totalizando cerca de 20 metros lineares de documentos textuais, pouco mais de um metro linear de fotografias, documentos audiovisuais e sonoros e cerca de 1.200 livros, o acervo de Glauber Rocha, segundo os avaliadores, refletia “de forma bastante detalhada a vida, o pensamento e a obra de seu titular”. Partindo dessas considerações, em reconhecimento da “relevância histórica e cultural” do acervo, os avaliadores recomendavam a declaração de interesse público e social, a qual deveria ser restrita aos “elementos do acervo arquivístico”, dentre os quais, segundo os membros da Comissão, a biblioteca também era contemplada.

Da mesma forma, a decisão de declarar o arquivo de Abdias Nascimento como de interesse público e social

também compreendeu sua biblioteca. No parecer emitido em dezembro de 2009 (CONARQ, 2009), o acervo depositado no Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) se destacava pela relevância da trajetória do titular “como ativista, na esfera parlamentar, da promoção da igualdade racial, nacional e internacionalmente” (CONARQ, 2009). Além de 14 mil fotografias e negativos e 7 metros lineares de documentos audiovisuais e sonoros em formatos e suportes distintos, no acervo foram encontrados 24 metros lineares de documentos textuais que reuniam “correspondências pessoais, roteiros de peças teatrais, livros (originais e publicados), recortes de jornais, panfletos, programas e catálogos de exposições, fotografias e cartazes” (CONARQ, 2009).

Por sua vez, em visita técnica realizada na Fundação Memorial Dom Lucas Moreira Neves, em junho de 2014, a Comissão identificou que a instituição custodiava um “acervo arquivístico, uma biblioteca e um museu com a sua reserva técnica” (CONARQ, 2014a). Apesar dessa distinção, os dez mil exemplares de livros “dos mais diversos assuntos” não foram descritos como parte da biblioteca, mas como pertencentes ao “gênero documental bibliográfico” (CONARQ, 2014a). Na literatura arquivística brasileira, a concepção de “gênero bibliográfico” remete necessariamente à definição proposta pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, segundo o qual deve ser compreendido como “gênero documental integrado por impressos como livros, folhetos e periódicos” (DIBRATE, 2005, p. 73). Entretanto, considerando que a referida acepção

compreende indistintamente documentos apenas por seu formato e técnica de registro, é notório que, no mesmo acervo, documentos impressos, a exemplo de crônicas publicadas em jornais tenham sido agrupados enquanto pertencentes ao “gênero documental textual”, o qual, segundo o mesmo Dicionário, integra documentos manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios” (DIBRATE, 2005, p. 79).

A mesma situação pode ser observada no parecer emitido em novembro de 2014 após a avaliação do acervo do cineasta Isaac Rozemberg. Ao lado dos documentos iconográficos, audiovisuais e cartográficos, o acervo também reúne documentos do gênero textual, a exemplo de documentos manuscritos e impressos como jornais, revistas e programas de cinema, e documentos do “gênero bibliográfico”, representados por 150 livros “de referência sobre cinema” (CONARQ, 2014b).

No entanto, a identificação de bibliotecas como conjuntos documentais do “gênero bibliográfico” pertencentes ao acervo arquivístico não constitui regra em todas as avaliações. Em parecer emitido em agosto de 2010, os avaliadores certificavam o interesse público e social do acervo de César Lattes, o qual reunia “documentos textuais, iconográficos, sonoros e de imagens em movimento, além do mobiliário de seu escritório e sua biblioteca” (CONARQ, 2010a). De modo semelhante, após análise do acervo privado de Paulo Freire, a Comissão ressaltava que o material declarado de interesse público e social “abrange não somente o acervo

arquivístico, como também o bibliográfico e tridimensional” (CONARQ, 2010b).

Já em outros casos, a distinção entre documentos arquivísticos do “gênero bibliográfico” e bibliotecas não são devidamente explicitadas. No parecer relativo ao acervo de Augusto Ruschi, no âmbito do acervo arquivístico declarado de interesse público e social são identificados como “gênero bibliográfico” cerca de mil “livros de biologia, ecologia e demais ciências naturais, obras de apoio à pesquisa e consulta” (CONARQ, 2012). No entanto, mais adiante, os avaliadores afirmam que os documentos bibliográficos não “são objetos do presente parecer, embora encontrem relação intrínseca com o titular” (CONARQ, 2012).

Apesar das ambiguidades existentes entre a compreensão do que seriam os acervos arquivísticos e bibliográficos e a presença de documentos dotados de formatos, suportes e técnicas de registros distintas, grande parte dos pareceres examinados expressam com clareza a importância dos arquivos e bibliotecas serem declarados de interesse público e social por decorrem das atividades exercidas por cada um dos titulares em suas respectivas áreas de atuação. Em um dos pareceres, a importância da manutenção da integridade dos diferentes documentos é sublinhada pelos avaliadores. Em parecer de julho de 2004, por exemplo, a Comissão Técnica de Avaliação destacava que os acervos arquivístico, bibliográfico e museológico de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho configuravam um “todo harmonioso e articulado” (CONARQ, 2004).

Não obstante, ao avaliar o acervo de Oscar Niemeyer, a Comissão chegou a conclusões distintas. Apesar de terem encontrado na sede do Centro de Pesquisa e Documentação “o maior acervo bibliográfico e documental sobre o arquiteto” e de reconhecerem que a instituição tinha como objetivo a criação de meios de “intercomunicação entre o acervo arquivístico, as informações provenientes de pesquisa, além de documentos bibliográficos”, os avaliadores restringiram a declaração de interesse público social apenas aos “elementos do acervo arquivístico (...) já declarados permanentes (...) ficando excluídos os elementos referentes ao acervo bibliográfico e ao acervo museológico, bem como os caracterizados como de arquivo corrente” (CONARQ, 2008c).

FRONTEIRAS E ARTICULAÇÕES ENTRE ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

Analisados em conjunto, os pareceres elaborados pela Comissão Técnica de Avaliação do Conarq suscitam questões importantes que não se limitam apenas ao universo dos arquivos pessoais. Com efeito, a discussão proposta nos leva à própria delimitação conceitual dos documentos de arquivo e as particularidades que os distinguem em relação aos documentos de biblioteca. Sem nos determos em uma caracterização exaustiva, é importante destacar que, se os documentos de arquivo se particularizam pelo fato de serem produzidos “de forma natural e rotineira, por imperativos de ordem prática, sem qualquer intenção de se transformar em fonte para a

história” (CAMARGO, 2003, p. 11), nas bibliotecas, os documentos são dotados de “autonomia de significado e constituem unidades de autossuficiência cuja descrição pode ser feita a partir de regras gerais, sem que se considere o contexto em que foram produzidos ou acumulados” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 54)

Para além das propriedades específicas dos documentos de arquivo e de biblioteca, outro aspecto a ser assinalado é o modo como tais conjuntos são organizados. Se a classificação das bibliotecas recai sobre o conteúdo, no âmbito dos arquivos, o tratamento dispensado depende exclusivamente da apreensão do contexto de produção. A primazia do “vínculo referencial estável” entre o documento e as atividade das quais se originou constitui o cerne do tratamento arquivístico, o que se traduz no preceito essencial da área, o princípio da proveniência (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 47). Tal princípio, explica Bellotto, “fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor” ao estabelecer que os arquivos devem ser “organizados em obediência à competência e às atividades da instituição ou pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda dos documentos” (BELLOTTO, 2011, p. 13). Nessa mesma perspectiva, Bruno Delmas (2010, p. 58) reforça o caráter orgânico dos arquivos ao defini-los enquanto “conjuntos solidários organizados segundo as necessidades de cada ação, e não por uma escolha arbitrária”. De acordo com o autor:

É necessário, ainda, considerar, como documentos de arquivo o material científico de pesquisadores e pessoas de

notório saber - naturalistas, arqueólogos, etnólogos - em que se encontram amostras de rochas, fósseis, herbários, insetos, conchas, ossos, lâminas histológicas e frascos de anatomia patológica, cacos de cerâmica, objetos da vida cotidiana, peças acompanhadas de identificações e observações sobre seu contexto: lugar de descoberta, condições ambientais, circunstâncias, usos. Os pesquisadores transformam esses objetos inanimados em documentos de arquivo no sentido pleno do termo, já que assumem a função probatória e de informação confiável, que todo documento de arquivo possui. (DELMAS, 2010, p. 73)

Nesse sentido, em que pese as especificidades dos documentos de arquivo e de bibliotecas, é possível compreender as coleções de livros coexistentes em arquivos pessoais como parcelas representativas das atividades e das áreas de interesse dos respectivos titulares. Partindo da experiência do tratamento dos acervos de Ruth Cardoso e Fernando Henrique Cardoso, Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007) apontam para a possibilidade da aplicação de práticas descritivas comuns ao arquivo e à biblioteca. De acordo com as autoras:

A necessidade de dar à biblioteca a funcionalidade que lhe é própria, descrevendo e indexando seus documentos de acordo com normas convencionais da área, não impediu que as diferentes unidades que a integram se submetessem, sempre que possível, a um processo de contextualização. (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 55)

Com efeito, o tratamento proposto pressupõe a identificação do contexto específico dos livros, folhetos e periódicos reunidos em função das atividades exercidas pelo casal Cardoso. A partir de dedicatórias, cartões de encaminhamento, marginalias, bem como outros elementos distintivos, foi possível delimitar rigorosamente o “contexto imediato que justifica a presença de tais documentos no acervo” (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 56). Em última instância, preservado o seu caráter instrumental, os documentos de biblioteca também podem contribuir como testemunho das ações empreendidas por pessoas físicas no cumprimento de suas funções e atividades, uma vez que são capazes de espelhar os contextos e as relações em que seus produtores se inseriram e atuaram.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de; MATTOS, Renato de. À margem do interesse público: a preservação dos arquivos de empresários. In: **XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIX ENANCIB**, 2018, Londrina. Anais do XIX ENANCIB. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. v. 1. p. 1-18.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivística: objetos, princípios e rumos. In: **I Ciclo de palestras sobre arquivos e gestão de documental**: aperfeiçoamento e atualização profissional. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo/Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 2011.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Decreto-lei 8.534**, de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Disponível em: <http://>

www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Lei nº 6.757**, de 17 de dezembro de 1979. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6757-17-dezembro-1979-366080-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

_____. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm#art26>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. **Decreto nº 4.073**, de 03 de fevereiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 24 jul. 2018

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CONARQ. **Resolução nº 17**, de 25 de Julho de 2003. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br>> Acesso: 14 ago. 2019.

_____. **Parecer 01/2004**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Barbosa Lima Sobrinho. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

_____. **Parecer 06/2005**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Glauber Rocha. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. **Parecer 08/2008**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008a.

_____. **Parecer 09/2008**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Berta Gleizer Ribeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008b.

_____. **Parecer 10/2008**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008c.

_____. **Parecer 13/2009**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Abdias Nascimento. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

_____. **Parecer 14/2010** – Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de César Lattes. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010a.

_____. **Parecer 15/2010**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2010b.

_____. **Parecer 15-A/2011**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Paulo Freire. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. **Parecer 17/2012**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Augusto Ruschi. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

_____. **Parecer 20/2013**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Moysés Weltman. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

_____. **Parecer 22/2014**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Dom Lucas Moreira Neves Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014a.

_____. **Parecer 23/2014**. Manifesta-se sobre a declaração de interesse público e social do acervo de Isaac Rozemberg. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014b.

_____. **Arquivos Privados Declarados de interesse Público e Social pela Presidência da República**. 2015. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/arquivos-declarados.html>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

DICIONÁRIO **Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005,

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Os arquivos privados na legislação brasileira: do anteprojeto da Lei de Arquivos às regulamentações do Conarq. **Revista do Arquivo**, v. 2, p. 01-15, 2017.

MEIRELES, Maurício. Após não da USP, biblioteca de Antonio Candido vai para a Unicamp. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 7 abr. 2018. Disponível em: <www1.folha.com.br/fsp/fac-simile/2018/04/07/>. Acesso em: 11 ago. 2019.

II EXPERIÊNCIAS

DESCARTE DE DOCUMENTOS EM ARQUIVOS PESSOAIS: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DO FUNDO CAMARGO GUARNIERI

ADRIANO DE CASTRO MEYER
ELISABETE MARIN RIBAS

Nunca é demais reconstituir sumariamente o histórico dos estudos sobre arquivos pessoais e mencionar as principais instituições de guarda no Brasil, uma vez que o país, hoje, ocupa um lugar de referência na área. Apesar de ter havido, muitas vezes, deficiências de estrutura física e falta de investimentos em recursos materiais e humanos, a excepcionalidade brasileira pôde ser construída com o entusiasmo de pesquisadores dedicados [1] que consolidaram a área com muito trabalho, reflexões teóricas e estudos técnicos, de modo a fortalecer a valorização desses arquivos como importante fonte de pesquisa e contribuir com o crescimento tanto dos acervos tratados quanto das instituições de custódia especializadas.

Um dos pioneirismos vem da Fundação Getúlio Vargas. Nela, os chamados arquivos pessoais, “uma das matérias primas do trabalho da instituição e, poderíamos dizer, a vocação primeira da casa, inaugurada em 1973 com a recepção do arquivo de Getúlio Vargas” (CAMARGO et al, 1998, p.4), passam a ter um local de destaque. Com poucos anos de antecedência, o Instituto de Estudos Brasileiros, criado em 1962, recebe no ano de 1968 o acervo de Mário de Andrade.

As duas instituições são aqui lembradas, pois foi desde a recepção desses dois arquivos de grandes nomes da

história brasileira que se consolidaram seus setores de documentação dedicados à guarda, tratamento e apoio à pesquisa a partir de arquivos pessoais: na FGV, o CPDOC e no IEB, o Serviço de Arquivo. As experiências e a metodologia para tratamento de arquivos pessoais foram compartilhadas por ambas instituições [2], pois todo pioneirismo tem a responsabilidade (e o desafio) de se “aventurar” [3] por caminhos bem pouco pavimentados. Estamos entre as décadas de 1960 e 1970, e os arquivos pessoais começam, ainda de forma tímida, a ser considerados importantes fontes de pesquisa, diferente do que até então acontecia. A apresentação da *Revista Estudos Históricos* da FGV, do número que agrega tanto as comemorações dos 25 anos da instituição quanto o resultado de um Seminário dedicado ao tema dos arquivos pessoais, contextualiza essa questão:

Entre as comemorações previstas para este ano, pensou-se em editar um número especial de *Estudos Históricos*, publicação que há dez anos acompanha, e em certa medida divulga a trajetória do Centro. Os fecundos resultados de um seminário recentemente organizado pelo CPDOC, que teve como objeto exatamente os arquivos pessoais (...) apresentaram-se como material absolutamente oportuno para este número.

Estamos nos referindo ao Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, promovido pelo CPDOC em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, da USP, e realizado na semana de 17 a 21 de novembro do ano passado, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nesse seminário, pioneiro na sua concepção, reuniram-se nomes de destaque tanto na área arquivística quanto no campo das ciências sociais, para refletir sobre o tema dos arquivos

personais a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Seu objetivo principal era lançar alguma luz sobre a especificidade desse tipo de conjunto documental dentro da área de arquivos e assim permitir o avanço das discussões teóricas e metodológicas que envolveram seu tratamento e usos. (CAMARGO et al, 1998, p.3 e 4)

Hoje o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas dedica-se aos acervos voltados à história contemporânea, pública, social e política do país, além de ser o celeiro de sólidas pesquisas que fazem da Fundação uma referência na área.

Por sua vez, no IEB, o Serviço de Arquivo [4] ocupa-se da guarda de acervos “considerados notórios, relacionados às áreas constitutivas do Instituto, a saber: Antropologia; Arquitetura; Artes Plásticas; Cinema; Direito; Economia; Educação; Geografia; História; Língua; Literatura; Música; Sociologia; Teatro; Toponímia” (LANNA, 2010, p.33). É desse segundo espaço - o Serviço de Arquivo do IEB - que falaremos hoje. Sendo um setor integrante de um grande organismo que se tornou o Instituto, é importante lembrar que o IEB nasce como fruto das ideias e empenho do professor Sérgio Buarque de Holanda. Utilizamos suas palavras destinadas a justificar a criação do IEB, em 6 de junho de 1962, quando se dirige ao então diretor da FFCL - USP [5], professor Cândido L. da Silva Dias:

A consideração das dificuldades que se oferecem de modo cada vez mais sensível à ampliação e intensificação, em nível superior, dos cursos de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, mostrou-me, desde há longo tempo, que não é tarefa

simples o querer superá-las dentro da simples órbita da cadeira sob minha responsabilidade. Tanto as perspectivas de aplicação e desenvolvimento, segundo critérios científicos, de métodos de abordagem de fontes inéditas ou pouco acessíveis, como ainda, e principalmente, as de estímulo, escolha e melhor aproveitamento dos alunos e ex-alunos que revelem mais decidido pendor para a pesquisa histórica referente ao Brasil, escapam, em grande parte, às finalidades estritas e aos recursos próprios de uma cátedra como a da História da Civilização Brasileira. (HOLANDA, 1966, p.163)

A partir da percepção das limitações da sua atividade como professor da cadeira de História do Brasil e visando a uma formação mais ampla dos alunos, Sérgio Buarque de Holanda desenha a estrutura de um instituto dedicado à reflexão interdisciplinar, por meio das humanidades, reflexão esta que partirá de pesquisas, disciplinas e extroversão de um acervo a ser acumulado, o qual suprirá a falta, por exemplo, de arquivos organizados e acessíveis com fontes documentais para a alimentação das investigações necessárias, objetivando um efetivo desenvolvimento das ciências das humanidades.

Observemos que estamos falando de quase 60 anos atrás. Dependendo da perspectiva, pode tanto se tratar de um longo período quanto de um curto período. Para um jovem país como o nosso, 60 anos é um longo recorte temporal. Para nossa análise, focada na construção de um acervo como o do IEB, estando hoje nos anos de 2019, é impressionante verificar que 60 anos após sua criação, o IEB formou um rico conjunto de arquivos pessoais, em quantidade e qualidade, reunindo nomes de um

importante panteão de intelectuais que estruturaram, alteraram e consolidaram algumas das principais áreas do pensamento brasileiro.

O recebimento de acervos de intelectuais teve orientação e início a partir dos regimentos do Instituto, muitas vezes definido (e reformulado) por diretores e colegiados internos. Atualmente, o IEB fortalece sua política de acervos e permanece recebendo doações. Contando com uma novíssima sede, não só o IEB, mas outras instituições de guarda da memória e história nacional, como dito no início do presente estudo, têm evoluído em políticas de recepção, formas de recolhimento, normas de tratamento documental e atendimento ao público.

No Arquivo do IEB, atualmente nos dedicamos a planejarmos o futuro, mas sem nos esquecermos do passado. A tradição que construiu um preciosíssimo acervo dedicado aos arquivos pessoais de intelectuais também remonta a momentos delicados, em que a instituição, por exemplo, não teve sede adequada ou recursos humanos e financeiros. A coragem da recepção durante estes quase 60 anos de história, de nomes de intelectuais que firmaram o IEB, nos trouxe até aqui e cabe à nossa geração de pesquisadores e técnicos, valorizar a tradição institucional, revisitando e atualizando protocolos de tratamento técnico do acervo, tanto daquilo que nos chega na atualidade, quanto do que já está conosco.

Planejar o futuro envolve um responsável uso dos espaços de guarda que agora nos são apropriados, mas que possuem limites finitos. Por isso, um dos pontos de revisão do nosso tratamento técnico recai sobre o descarte

documental e é sobre as reflexões e experiências com as quais estamos envolvidos que se debruça o presente estudo. Trata-se de um estudo de caso aplicado a partir do Fundo Camargo Guarnieri, importante ator da história da música brasileira.

A partir daqui faremos a justificativa da escolha desse acervo, seu histórico, explanação sobre a metodologia aplicada e revisitação de conceitos da arquivologia que nos amparam nesse trabalho.

DESCARTE NOS ARQUIVOS PESSOAIS

O descarte em arquivos pessoais é uma questão delicada e polêmica, pois as especificidades desses arquivos tangenciam questões subjetivas e muitas vezes fogem às questões técnicas facilmente estabelecidas por conceitos da arquivologia. Em outras palavras: para Schellenberg, há “fatores concretos (*tangibile*)” e “fatores abstratos (*intangibile*)” (SCHELLENBERG, 2006, p.37). Façamos uma pequena revisão de alguns conceitos importantes considerados como pontos de partida para o desenvolvimento da nossa reflexão.

O clássico texto *Arquivos pessoais são arquivos*, de Ana Maria Camargo, desde o título chama nossa atenção e responsabilidade para a aplicação da teoria arquivística aos arquivos pessoais [6].

Ainda com Schellenberg, selecionamos uma das várias definições de arquivo presentes na bibliografia da área:

Arquivos são aqueles documentos de qualquer instituição pública ou privada que tenham sido considerados de valor,

merecendo preservação permanente para fins de pesquisa ou para referência e que tenham sido depositados ou selecionados para guarda em um arquivo de custódia permanente. (IDEM, 2006, p.41)

Os arquivos pessoais são considerados de natureza privada [7], pois são acumulados por seu titular, no exercício de suas funções. Até esse ponto, tudo caminha bem. Mas lembremos de que são arquivos pessoais e por consequência, envolvem pessoas, sejam elas as que os acumulam; as que os recebem como legado no caso da falta do titular; as que os recebem em instituições de guarda; “pessoas que pesquisam em arquivos de pessoas” (SILVA, 2019, p.289).

No trabalho cotidiano do Arquivo do IEB temos uma máxima sempre proferida pelos membros da equipe que é “organizar o papel é fácil; organizar as pessoas que é difícil”. No caso dos arquivos pessoais, a recepção do acervo envolve inúmeras questões *intangíveis*, pois mesmo partindo da simples definição do que são arquivos, para Schellenberg, a frase “*que tenham sido considerados de valor, merecendo preservação permanente*” nos remete ao dilema: quais as pessoas que são consideradas “de valor” para terem sua memória perpetuada em uma instituição de guarda permanente?

No caso dos arquivos institucionais, tanto a teoria das três idades quanto a legislação que regula a aplicação das tabelas de temporalidade ajudam na objetividade - e podemos dizer impessoalidade - da aplicação dos descartes documentais. Em se tratando dos arquivos pessoais, o simples fato de se receber ou não um determinado conjunto, segundo políticas de incorporação

estabelecidas pela instituição, tem o potencial de tornar-se um ponto delicado. Dizer “não” faculta a inferência de que determinado indivíduo não “tem valor” de guarda permanente?

Para o IEB, há também um ponto que deve ser analisado com cuidado. A atual política da instituição recomenda que uma das características a serem consideradas na incorporação de um acervo é a manutenção de sua integralidade:

I. Diretrizes que orientam a política de ampliação de acervos do IEB

O IEB incorpora acervos considerados notórios por:

(...)

5. Preservarem a integralidade do acervo mantendo a indissociabilidade entre suas diferentes partes. (LANNA, 2010, p.33 e 34)

Talvez essa recomendação busque sanar experiências relatadas em outras instituições, que, durante a consolidação de suas políticas, buscaram: (i) não receber conjuntos de temáticas não relevantes à sua linha curatorial, muitas vezes mutilando arquivos; (ii) não receber documentos que tivessem caráter repetido, como, por exemplo, conjuntos que foram durante alguns anos classificados por sua tipologia, a exemplo dos então chamados “Recortes de Jornais” ou “Matérias Extraídas de Periódicos”. Hoje, com o avanço das pesquisas, reconhece-se que a seleção de artigos de jornais feita pelos titulares de fundos pessoais lança luz, por exemplo, à reconstituição do seu pensamento, processo de criação de ideias e/ou à sua atuação na mídia impressa da época, demonstrando a

importância da manutenção desses conjuntos. Além disso, qualquer seleção que ampute e aliene partes de um arquivo fere os princípios arquivísticos, transformando o conjunto documental em qualquer outra coisa que não poderá ser caracterizada como um fundo arquivístico.

Vale lembrar também que a retirada do material da casa do doador quando o titular já tenha falecido, ou mesmo do titular que opta doar em vida, não é uma tarefa simples, nem barata [8]. Sempre que possível, no caso da nossa experiência no IEB, as equipes técnicas que retiram o material fazem inspeção prévia do conjunto e mapeiam os documentos, pré classificando-os a partir dos seus locais de acumulação, tal como orientam Priscilla Moraes Varella Fraiz e Célia Maria Leite Costa, no manual *Como organizar arquivos pessoais*:

De preferência, não se devem desfazer prévias organizações antes da identificação completa do arquivo. Se, durante a transferência, não for possível manter os conjuntos e/ ou documentos da mesma forma que se encontravam no seu local de origem, recomenda-se que estas informações sejam anotadas. (FRAIZ; COSTA, 2001, p.15)

Essa retirada sempre é acompanhada pela consciência de que a equipe está adentrando no quase sagrado espaço do privado, para manipular, muitas vezes diante dos familiares do titular, a materialidade de uma memória que envolve inúmeras questões pessoais ali imiscuídas nos papéis. Essa é apenas uma das dimensões que impedem, muitas vezes, que seja feita uma análise pormenorizada dos conjuntos documentais e aplicada uma pré-seleção *in-*

loco. Em outras palavras: o acervo é retirado sob um clima de delicada tensão e só mais tarde, já dentro da instituição custodiadora, é possível levantar, por exemplo, itens repetidos ou descontextualizados [9].

Façamos aqui uma pequena pausa para esclarecermos algumas questões: (i) o tipo de descarte no qual o presente estudo foca não envolve a já citada política de incorporação de acervos, apesar de estarmos cientes de que todo processo de seleção do que será incorporado ou não na instituição poder ser lida como uma modalidade de descarte; (ii) o descarte de invólucros primários que previamente guardaram os conjuntos documentais na própria casa do titular e que, por questões de tratamento do acervo, especialmente por motivos de conservação, devem ser substituídos logo que informações contextuais neles inscritos, sejam transportas a suportes estáveis, e que apoiarão os técnicos na classificação dos conjuntos; (iii) a permuta de acervos completos que fortaleçam linhas curatoriais de instituições [10].

Nosso estudo de caso recai especialmente nos conjuntos que já se encontram dentro da instituição e que por inúmeras questões, apresentam itens tipológicos repetidos em um número que ocupa espaço indevido dentro das reservas técnicas. Pode-se perceber que, inicialmente, trata-se de tipologias que mais estariam associadas às bibliotecas, devidos ao seu caráter de produção seriada. Até o momento, levantou-se a partir do acervo do Arquivo IEB - USP algumas tipologias básicas, que ao que tudo indica, ao contrário do processo de acumulação natural, orgânica e da unicidade de seu contexto de produção, fazem-se presentes dentre os

documentos de arquivos pessoais. Um exemplo disso são convites impressos como os de casamento, santinhos funerários, panfletos políticos, cartazes de propaganda, catálogos e convites de exposições que na ausência de inscrições que os tornam exemplares únicos, nada mais são que um item repetido produzido por gráficas, ocupando um espaço que com o passar dos anos, pode tornar-se fundamental para a manutenção das áreas de guarda.

Outro exemplo é o caso dos folhetos de cordel, coligidos como pequenas coleções que se encontram dentro de fundos pessoais de intelectuais interessados em questões de Cultura e Literatura Popular. Encontramos tais exemplares em arquivos como o de Mário de Andrade e Marlyse Madeleine Meyer, cujas especificidades são analisadas em outros estudos [11].

Chegamos assim, finalmente, ao ponto de análise do nosso objeto: o Fundo Camargo Guarnieri. Sendo um conjunto documental acumulado por um titular que tem como suas atividades prioritárias a dedicação à atuação como músico, dentre as várias tipologias presentes em seu arquivo pessoal encontramos os programas musicais de concertos, principalmente nos quais ele atuou como executor das obras ou quando obras de sua autoria foram apresentadas. Produzidos em série por meios de impressão, alguns dos documentos chegam a dezenas de exemplares. A partir de agora, analisaremos a proposta de descarte desses itens, considerando-se as características particulares dos arquivos pessoais de músicos.

UM ESTUDO DE CASO - O FUNDO CAMARGO GUARNIERI

No amplo universo de arquivos pessoais encontram-se os arquivos de músicos, que contam com especificidades documentais relacionadas às suas atividades, além de outras fontes não diretamente referenciadas a ações musicais. Dessa maneira encontram-se documentos pessoais, correspondência particular e profissional, contratos de trabalho, tratativas para edição, venda e circulação de sua produção, registros fonográficos, dentre outros mais, conforme elenca Montero García, estudiosa espanhola da área. Muitos desses arquivos não são preservados em sua integridade, sofrendo fragmentação e dispersão de seu conteúdo por variadas razões, como mudanças de residência, disputas familiares, doações em vida pelo autor ou por seus herdeiros, interesses editoriais e o próprio colecionismo, que resultam em perdas significativas, algumas vezes irreparáveis, parciais ou totais. A importância desses arquivos não se restringe exclusivamente a musicólogos ou estudiosos desses compositores: eles são fontes com interesse sociológico, histórico ou mesmo de ordem comercial (MONTERO GARCÍA, 2008, p.392-396).

O fundo pessoal de Camargo Guarnieri, custodiado pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, corresponde às colocações da estudiosa espanhola. Sua sobrevivência e conservação representam um raro e feliz procedimento quando comparado ao cenário recorrente de desatenção e desprezo a essa documentação.

Considerado um dos mais importantes compositores brasileiros, Mozart Camargo Guarnieri (Tietê 1907 - São Paulo 1993) teve variada e extensa carreira profissional, atuando como professor, regente e compositor. O compositor considerava Mário de Andrade (1893-1945) seu mentor artístico, cujas ideias sobre uma arte brasileira comprometida com a construção e afirmação de uma nacionalidade foram determinantes para Guarnieri, e fielmente seguidas.

Estudo recente sobre o arquivo do compositor relembra a formação e características desse acervo bem como sua chegada ao Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Após o falecimento do titular sua documentação permaneceu em seu endereço original de trabalho e ensino - um estúdio na capital paulista próximo à sua residência. Nesse local estava seu arquivo pessoal: suas obras em diversas formas e formatos (manuscritos, impressos, cópias em papel vegetal), sua biblioteca com livros e partituras de outros autores, sua vasta correspondência (estimada em 14 mil cartas), um piano, prêmios recebidos e outros diversos objetos, fotografias de familiares, amigos e situações profissionais, além de uma vasta seleção de recortes de periódicos retratando sua carreira. Tratativas sobre a doação desse acervo à Universidade de São Paulo encontravam-se em estágio avançado quando em abril de 2000 um incêndio no estúdio tornou urgente sua transferência para a destinação atual (FAVIANO, 2019, p.291-301). Mesmo com a perda resultante desse acidente, felizmente em pequena escala, o Fundo Camargo Guarnieri é um dos mais extensos acervos custodiados

pelo Instituto. Sua documentação textual totaliza 325 caixas, contando ainda com registros sonoros em discos e fitas magnéticas. O Fundo Camargo Guarnieri relaciona-se com afinidade aos acervos de Mário de Andrade e Francisco Mignone, dentre outros, por suas contemporaneidades e focos de atuação.

A documentação acumulada por Guarnieri como criador e regente foi por ele guardada com esmero e atenção notáveis. Sua criação artística anterior a 1928, momento de seu contato com Mário de Andrade, é um exemplo dessa preocupação. Essa conexão foi de fundamental importância para o compositor e a produção anterior a esse momento foi por ele próprio considerada como de importância secundária, devido à orientação artística distinta das colocadas por Mário. Mas apesar dessa avaliação, surpreendentemente e de maneira oposta a outros artistas em situações semelhantes, essa parcela de sua criação não foi destruída ou descartada. Ao contrário, o músico a manteve em seu acervo, mas a qualificou como "Obra de Difusão Interdita", ressaltando que estas composições não deveriam ser executadas, restringido seu uso exclusivamente para estudos sobre sua produção.

A manutenção de parcela específica de sua criação, com uso restrito, aliada a outras características de sua personalidade percebidas em seu acervo, demonstram a intenção do compositor na construção biográfica de sua personalidade através de escrupulosa atenção na seleção e resguardo dessa documentação, conforme exposto também por Faviano.

No fundo Guarnieri uma série chama a atenção por sua dimensão significativa: uma grande quantidade de

programas de concerto, que se torna ainda maior pela grande quantidade de duplicatas de um mesmo evento, como veremos a seguir.

PROGRAMAS DE CONCERTO - O DOCUMENTO

Programas de concerto são documentos que informam o público sobre as obras que serão executadas em uma apresentação, contendo também a duração dessas composições, sua estrutura interna e outras informações que possam situar o ouvinte sobre esse repertório a ser apresentado. Informações a respeito dos intérpretes e dos grupos envolvidos são igualmente fornecidas, como currículos com especiais detalhes biográficos. Também estão presentes dados institucionais, indicando os patrocinadores, gestores ou mesmo governos e governantes relacionados ao grupo executante e/ou ao local onde o evento acontece, dentre várias outras informações. Trata-se de documentação impressa, produzida em grande quantidade, em número suficiente para atender o volume de espectadores dessas apresentações, alcançando geralmente centenas de exemplares, ou ainda mais. Devido à sua utilidade relacionar-se diretamente a evento notadamente temporal, o valor primário desses documentos mostra-se efêmero: ao final da apresentação sua utilidade principal, informar as obras a serem executadas, é imediatamente perdida: a música acabou. Contudo, seus valores secundários, como os repertórios apresentados, os locais das apresentações, o registro dos atores envolvidos no processo e outras

práticas sociais são extremamente significativos, possuindo valiosas informações históricas, sociológicas e culturais.

Camargo Guarnieri acumulou uma notável quantidade de programas de concerto em seu estúdio, compreendendo desde o período de sua formação, na década de 1920, até seu falecimento em 1993. Alguns dos programas são exemplares únicos de um evento, mas também se encontram grande número de duplicatas referentes a uma única apresentação. Os materiais duplicados remetem a concertos com obras do compositor, geralmente interpretadas por ele ou sob sua regência. Dessa maneira localizamos programas de concertos e recitais ocorridos em diversas cidades: São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Uberlândia, Campos do Jordão, e outras no exterior. A série Programas de Concerto no Fundo Camargo Guarnieri originalmente compreendia 52 caixas, o que corresponde a 16% do total da documentação textual do fundo. Nessa série destaca-se uma peculiar quantidade de duplicatas que correspondem a apresentações da OSUSP, a Orquestra Sinfônica da Universidade de São Paulo.

A relação de Guarnieri com essa orquestra era diferenciada: convidado pela Reitoria da Universidade, ele foi o responsável pelo efetivo estabelecimento do grupo e seu primeiro diretor, de 1975 até seu falecimento (MEYER, 2019, p.87). O trabalho com a OSUSP ocupou seus últimos 18 anos de vida e o fato de dispor de uma orquestra de cordas sob sua direção (situação extremamente especial para um compositor) direcionou em parte sua produção musical. As duplicatas de programas de concerto da OSUSP referem-se a concertos ocorridos sob sua direção e

com obras de sua autoria. Guarnieri não se contentou em guardar apenas alguns exemplares de programas desses concertos - um pequeno número, ou apenas um único exemplar, seriam suficientes como prova ou como recordação afetiva do evento. Ao contrário, foram encontradas dezenas de duplicatas de um mesmo programa de concerto, especialmente aqueles ocorridos em datas significativas, como a primeira apresentação do grupo, ou concertos em homenagem aos 70 anos do maestro.

A acumulação dessa espécie documental em um arquivo pessoal é distinta da ocorrida em um congêneres institucional. No caso da OSUSP um programa de concerto constitui produção do próprio órgão, como resultado natural e acumulação orgânica, ambos referentes à suas atividades fins. Em um arquivo pessoal esse documento pode ser compreendido como um simples comprovante das atividades do titular, entretanto a expressiva quantidade de duplicatas encontrada aproxima-se do colecionismo, sugerindo uma ferramenta de construção autobiográfica baseada no próprio arquivo, em possível tentativa de automonumentalização para a posteridade.

O DESCARTE

Devido à dimensão do Fundo Camargo Guarnieri e da série documental de Programas de Concerto, e tendo em vista a já citada crucial importância desses documentos para pesquisa, a subsérie OSUSP de Programas foi escolhida como exercício para discussão, experiência e aprendizado sobre o descarte de documentos em um

arquivo pessoal - ação delicada, sensível e polêmica, e por isso raras vezes enfrentada. Uma documentação com tal dimensão e excessivo número de duplicatas mostra-se de difícil manuseio e requer espaço físico considerável, além de exigir esforços consideráveis em recursos humanos e funcionais para sua descrição e disponibilização. A opção pelo descarte justifica-se e também se consolida pelo recolhimento do acervo da OSUSP em data recente, direcionando a documentação de guarda definitiva para o Arquivo Geral da USP (MEYER, 2017).

As ações de descarte adotadas guiaram-se estritamente pela metodologia de processamento arquivístico. O acervo já havia sido classificado parcialmente, com foco na produção do compositor, mas a série de programas estava em processo inicial de ordenação. Dessa maneira programas com datas e locais diferentes estavam misturados e armazenados nas 52 caixas correspondentes. A ação inicial foi a separação dos programas de acordo com sua origem, observando o grupo que o interpretou. Assim, os programas relacionados com a OSUSP foram separados e organizados cronologicamente, e totalizaram 17 caixas.

Esses programas foram então dispostos de acordo com a data. Como citado anteriormente, foram encontradas dezenas de exemplares referentes à uma única apresentação. A opção adotada foi a manutenção de 3 documentos de cada programa duplicado. Os exemplares excedentes foram separados para contagem e totalização.

Terminada a operação de reorganização o resultado mostrou-se extremamente satisfatório. As 17 caixas relativas à OSUSP resumiram-se a 7, demonstrando

sensível economia de espaço para reserva técnica. A contagem dos exemplares em duplicata também surpreendeu: foram totalizados 2.825 programas qualificados para possível descarte. O espaço liberado na reserva com esse procedimento significou 10% do total da série, e aproximadamente 3% quando comparado ao fundo. Cumpre relembrar que o Fundo Camargo Guarnieri é um dos maiores dentre os acervos custodiados pelo Instituto, e assim qualquer redução em sua dimensão mostra-se significativa para gestão de espaço e tratamento documental.

Fundamental esclarecer que a opção pelo descarte e a quantidade de duplicatas eliminadas constarão na descrição da subsérie, pois a economia de espaço de guarda e questões de logística interna referentes ao arquivo de maneira alguma se sobrepõe às intenções do titular do fundo.

A opção pelo descarte de documentação duplicada encontrou segurança por se tratar de documentos impressos, produzidos em série e em grande quantidade, e também, talvez principalmente, por igualmente constarem em fundo recentemente recolhido ao Arquivo Geral da USP, conforme citado. Importante notar que os mesmos documentos correspondem a unicidades específicas em cada acervo. Enquanto no Fundo Camargo Guarnieri os programas representam suas atividades como compositor ou intérprete, na OSUSP eles relacionam-se diretamente às atividades da orquestra, elencados inclusive na Tabela de Temporalidades do Sistema de Arquivos da Universidade, o SAUSP.

Futuras ações nessa direção, de avaliação e descarte de programas de concerto, podem constituir em possível e pertinente reutilização e direcionamento desses documentos. O resultado desse procedimento aplicado às outras subséries pode ser dirigido às instituições de origem desses programas. Dessa maneira, o Museu do Teatro Municipal, o Centro de Documentação da OSESP, ou os arquivos da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e da Orquestra Sinfônica Brasileira, no Rio de Janeiro, podem beneficiar-se das duplicatas armazenadas por Camargo Guarnieri em seu intuito biográfico, colaborando assim com instituições que nem sempre estão atentas ou mesmo preparadas para a manutenção de sua própria memória institucional e da memória da música brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de bases legais para o descarte de documentos em arquivos pessoais não pode ser um fator limitador ou proibitivo no avanço dessa discussão. Vários arquivos apresentam grande número de duplicatas de um mesmo exemplar e uma visão dogmática sobre a questão impede qualquer procedimento técnico que objetive uma otimização desses acervos. Situações que apresentam massa documental formada por duplicatas devem ser objeto de estudos e discussões atentas e cuidadosas que indiquem possíveis ações em prol de uma gestão mais eficiente desses fundos.

Essencial notar que as operações de descarte de material não podem e nem pretendem eliminar intenções dos titulares desses fundos e coleções. Não compete às

instituições ignorarem ou julgarem características pessoais ou traços psicológicos dos titulares simbolizados em seus acervos, no que remete à sua formação e acumulação. As ações de descarte programadas para o Fundo Camargo Guarnieri constarão na descrição da subsérie, indicando as características encontradas no acervo e assim esclarecendo a intenção original do artista. Um descarte controlado, discutido e consciente mantém a integralidade do acervo e os desejos de seu titular, permitindo ações eficientes e profícuas, tão necessárias em momentos de crise como o atualmente observado em todas as instituições de custódia.

NOTAS

- [1] Destaque para Heloísa Liberalli Bellotto, pioneira na arquivologia brasileira; na área de arquivos pessoais, temos Ana Maria de Almeida Camargo, Angela de Castro Gomes, Luciana Quillet Heymann, Paulo Roberto Elian dos Santos, Priscila Fraiz citando apenas alguns dos tantos nomes que formaram (e formam) gerações de profissionais brasileiros.
- [2] Na época, a metodologia em voga pautava-se na organização por séries, semelhante ao tratamento aplicado aos arquivos institucionais. No caso do IEB, atualmente, revemos tal método e sempre que possível aplicamos a contextualização como sistema básico para o estabelecimento da classificação dos arquivos pessoais sob nossa guarda.
- [3] Mesma terminologia utilizada pelas editoras convidadas da *Revista Estudos Históricos*, número 21. Para tal, ver (CAMARGO et al, 1998, p.7).
- [4] O Serviço de Arquivo compõe o que é chamado de ABC do IEB - Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes Visuais. "De acordo com a especificação técnica, os diversos conjuntos documentais, mantidos integralmente, são trabalhados pelo Arquivo, Biblioteca e Coleção de Artes, a fim de garantir a preservação, organização e disponibilização pública". (LANNA, 2010, p.18)
- [5] Sigla da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Atualmente, a sigla a designar a unidade é FFLCH - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- [6] Por mais que hoje tal reflexão pareça óbvia, especialmente aqui no Brasil onde como dito, a área dedicada ao tratamento de arquivos pessoais tem se consolidado de forma exemplar, ainda há linhas de tradição europeia nas quais tais arquivos são tratados como "coleções especiais" onde muitas vezes, ignora-se a aplicação dos princípios arquivísticos e das demais teorias da arquivologia. Um exemplo dessa discussão está em (CALLEJA, 2007) e (BOSSIÉ, 2008).
- [7] No caso da legislação brasileira, o capítulo III da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, versa sobre a especificidade dos arquivos privados.

[8] Em questões de deslocamento de equipes, caso o arquivo esteja localizado em outra cidade, é preciso considerar um alto gasto envolvendo estadia e traslado da equipe, isso sem considerar os custos envolvendo a embalagem e o transporte do próprio acervo. Além disso, a doação de um arquivo pessoal sempre implica no trato delicado com o doador, seja ele um representante familiar do titular do acervo, seja ele o próprio acumulador do acervo. No caso dos representantes, em geral, a doação vem atrelada à morte do titular e a retirada, muitas vezes, representa o revisitar da perda causada pela morte, pois o arquivo dessa pessoa pode representar o último (ou últimos) registros materiais deixados pelo ente querido que faleceu. Seria preciso um ensaio exclusivo analisando experiências que acumulamos nos últimos anos de trabalhos junto ao Arquivo do IEB para podermos analisar com o devido cuidado as dimensões psicológicas que recaem em todos os envolvidos na retirada de um acervo pessoal, e que por isso, não serão aprofundadas aqui.

[9] Reforça-se, mais uma vez, a delicada, mas necessária interação com a família doadora ou o próprio doador, pois por inúmeros motivos, eles atuarão junto às instituições de guarda, sendo muito raro a não necessidade de trabalhos, tratos e trocas conjuntas antes, durante e depois da recepção do acervo.

[10] Sobre tal proposta, estudos têm sido realizados pela equipe do Arquivo - IEB e serão publicados em breve oportunidade. Destaque para o exemplo de Geraldo Barbosa Tomanik, que na década de 1970, quando então diretor do Museu Histórico de Jundiaí, promoveu ações de devolução de documentação de cidades vizinhas, que anteriormente pertenciam à Jundiaí. A tal referência, agradecemos a indicação da professora Ana Maria de Almeida Camargo.

[11] É importante salientar que, especificamente, no caso dos Folhetos de Cordel, a partir dos trabalhos coordenados pelo IPHAN envolvendo o Registro de Patrimônio Imaterial da Literatura de Cordel, instituições de guarda como o IEB integram uma rede de troca, capitaneados pela Biblioteca Nacional, que tem recebido duplicatas de instituições, como forma de fortalecer o acervo da Biblioteca Nacional, bem como de estruturar e valorizar a Literatura de Cordel no Brasil. Uma ação conjunta, efetiva, prática e estruturada com diretrizes norteadoras para sua aplicação.

REFERÊNCIAS

BOSSIÉ, Florencia. Archivos personales: Su tipo particular de organización y tratamiento documental. **3er Congreso Internacional CELEHIS de Literatura**, al 9 de abril de 2008, Mar del Plata, Argentina. Literatura española, latinoamericana y argentina. En Memoria Académica. Disponible em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.3577/ev.3577.pdf

CALLEJA, M. Archivos privados o colecciones? Fuentes primarias para la investigación de la identidad. In: **Congreso de Archivología del Mercosur, 7**, Viña del Mar, 21 al 24 de noviembre de 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.45, f.2., p. 27-39, jul. / dez. 2009.

_____. CPDOC: 25 anos. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p.3-9, 1998.

FAVIANO, Giovana Beraldi. Fundo Camargo Guarneri: reflexões multidisciplinares. In: **Revista do IEB - USP**, São Paulo: IEB - USP, n. 73, p.291-301, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/161924/155873>.

FRAIZ, Priscila Moraes Varella; COSTA, Célia Maria Leite. **Como organizar arquivos pessoais**. São Paulo: ARQ-SP, 2001. Série Projeto Como Fazer.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Instituto de Estudos Brasileiros - regulamento, histórico, organização. In: **Revista do IEB - USP**, São Paulo: IEB - USP, n. 1, p.183-195, 1966.

LANNA, Ana Lúcia Duarte (org.). **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: IEB, 2010.

MEYER, Adriano de Castro. Da Orquestra Universitária de Concertos à Osusp: a música esquecida da Universidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado) - UNESP, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183572>

_____. O Arquivo da OSUSP. In: **BOLETIM SAUSP**, São Paulo: Arquivo Geral da USP. Março-abril, 2017. Disponível em: <https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2017/02/2017n02-SAUSP.DOC.pdf>

MONTERO GARCÍA, JOSEFA. Los archivos musicales familiares y personales. In: GÓMEZ GONZÁLEZ, Pedro José; HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis; MONTERO GARCÍA, Josefa; BAZ, Raúl Vicente. **El archivo de los sonidos: la gestión de fondos musicales**. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León (ACAL), p.389-411, 2008.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SILVA, Denise de Almeida. Especialização do atendimento ao pesquisador em Arquivos Pessoais: a experiência do Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org.). **Arquivos pessoais: experiências e perspectivas**. São Paulo: ARQ-SP, 2019.

REVISITANDO A EXPERIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ERTHOS ALBINO DE SOUZA

PEDRO JOSÉ DE CARVALHO NETO

O poeta em seu ofício deve ser preciso na palavra, exato na rima e rígrado na métrica. Mesmo na ausência de algum desses elementos, como num poema concreto, o poeta não perde seu caráter minucioso. A organização de um arquivo precisa ser, tal como um poema, preciso, exato e rígrado. Esse trabalho poderia ser, então, quase interminável, dada a necessidade da constante revisão e da minúcia exigida.

A última afirmação seria completamente verdadeira se não houvesse no trabalho do arquivista um elemento imutável: a circunstância que gera um documento de arquivo. Num conjunto orgânico e de proveniência definida, quando organizado e identificados os contextos originários dos documentos, o trabalho do arquivista estaria terminado. Mas o que fazer quando um fundo é fragmentado em detrimento dos interesses da instituição de guarda? Como tratar documentos cujos contextos, apesar de identificáveis, são pouco representativos de uma trajetória, no caso de um arquivo pessoal?

O presente texto pretende rerepresentar o trabalho de organização dos documentos produzidos e acumulados por Erthos Albino de Souza, hoje sob custódia da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo (BBM-USP), a partir do desenvolvimento de uma metodologia própria para coleções. Uma versão preliminar do trabalho foi exposta no II Encontro "Arquivos

peçoais: experiências, reflexões, perspectivas” e publicada no livro *Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas* (CAMPOS, 2019), mas aqui corrigiremos erros e mostraremos os avanços em relação ao trabalho anterior.

A comparação com o mundo dos poemas, feita no primeiro parágrafo, não é totalmente gratuita: Erthos foi um poeta concreto, pioneiro no uso de computadores na diagramação de poemas e uma espécie de mecenas de outros companheiros de profissão, como os irmãos Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari. A documentação da qual trataremos se resume, portanto, a cartas trocadas entre Erthos e os autores do movimento concretista.

A PRIMEIRA EXPERIÊNCIA [1]

O ato de organizar um conjunto documental tem como finalidade, antes de mais nada, torná-lo acessível, inteligível e, por fim, público. Segundo Heloísa Bellotto,

O sentido da descrição documental está no estabelecer-se o elo suficiente e necessário entre a indagação do pesquisador e sua solução, tornada possível por meio dos instrumentos de pesquisa. A qualidade de um arquivista no arquivo permanente transparece na precisão dos instrumentos de pesquisa que elabora. Um instrumento incompleto ou equivocado pode esterilizar uma pesquisa, uma vez que o acervo não é de livro acesso ao consulente. (BELLOTTO, 2014, p. 290)

No âmbito da organização dos arquivos pessoais, cada vez mais se mostra claro a importância de adotar uma

abordagem contextual na descrição, pois, por um lado, respeita os princípios básicos da arquivologia - tais como proveniência e organicidade; e, por outro, permite ao consulente percorrer os documentos divididos pelas múltiplas esferas da vida de uma pessoa, como sua atuação profissional, suas relações familiares, seus interesses etc. [2]

No caso dos documentos de Erthos Albino de Souza, tentamos descrever os documentos a partir de seus contextos originários. Como seus papéis se resumiam a cartas recebidas e recortes de jornais, percebemos que não seria possível identificar sua trajetória de vida; pelo contrário, estaríamos contando por meio daquilo que acumulou a história da vida dos outros, daqueles com quem se comunicou e por quem se interessou.

Assim, a saída encontrada foi tratar os documentos não pela circunstância de produção, mas por seu conteúdo; tirando o foco de Erthos, mas dando ênfase para o movimento concretista brasileiro a partir dos descritores encontrados nas cartas e jornais. Abaixo reproduzimos uma ficha de descrição documental:

Área de identificação (descreve os elementos formais do documento)	Fundo	EAS
	Notação	1.1375.10

Tipo documental	Carta de notícias
Local de produção	Rio de Janeiro
Data de produção	17/04/1974
Tipo de abordagem	Unitária
Suporte	Papel
Formato	Folha
Técnica de Registro	Textual
Idioma	Português
Responsáveis	José Lino Grunewald (remetente); Erthos Albino de Souza (destinatário)
Número de folhas	5
Número de itens	4
Área de descritores (descreve os autores do documento e as pessoas, publicações e eventos citados)	Autoria José Lino Grunewald
	Citação Stéphane Mallarmé
	Outras áreas

Quadro 1: Ficha de descrição documental
Fonte: CARVALHO NETO; SOUZA (2019, p. 138)

Nessa busca pelos descritores, na ficha de descrição os dividimos entre “autoria” e “citação”. Conforme apresentamos em trabalho anterior,

O campo de autoria diz respeito aos responsáveis pela produção do documento, já o de citação refere-se às pessoas, eventos ou publicações citadas ao longo deste. Como os documentos tratam de temas específicos, as referências à poesia concreta são constantes, justificando a existência [do campo] da citação. (CARVALHO NETO; SOUZA, 2019, p. 137)

Concomitantemente, pensamos o acesso aos documentos por meio de um inventário que teria como base os autores e citações encontrados durante a descrição dos documentos. Cada pessoa, evento, livro ou revista ganharia um verbete próprio, em que seriam listadas todas as ocorrências desse nome, separados por data e por origem. Nessa abordagem, privilegiamos a espécie e o tipo documental como forma de acesso à atividade originária do documento. A seguir, reproduzimos um excerto desse inventário:

José Lino Grünewald (13 fev. 1931 - 26 jul. de 2000)

Autoria

1972

(13 mar.) *artigo* no Correio da Manhã 2.137.5

1974

(17 abr.) carta de encaminhamento: 1.1375.10

(18 abr.) carta de notícias: 1.1375.11

1975

(29 ago.) carta de elogio: 1.1375.9

Sem data

bilhete: 1.1375.13

Citação

1964

(17 jul.) carta de pedido de colaboração de Augusto de Campos: 1.1397.8

1967

(26 jul.) *carta de notícias* de Augusto de Campos: 1.1398.9

1970

(27 jul.) *carta de notícias* de Augusto de Campos: 1.1399.6

1972

(4 jan.) *crítica* de Mauro Gama n'O Globo: 2.127.2

1984

(22 jan.) *notícia* na Folha de S. Paulo: 2.122.8

1986

(5 dez.) *artigo* de Isa Cambará n'Estado de S. Paulo: 2.127.3

Quadro 2: Extrato selecionado do instrumento de pesquisa de Erthos Albino de Souza

Fonte: CARVALHO NETO; SOUZA (2019, p. 139)

A NOVA EXPERIÊNCIA: UM RETORNO À COLEÇÃO ALBERTO LAMEGO: CATALOGO DOS MANUSCRITOS

Julgávamos, com esse modelo de inventário, atender aos pressupostos de Heloísa Bellotto. Contudo, após cerca de um ano da primeira experiência, foi preciso voltar aos documentos de Erthos. A essa altura, entendemos que o inventário, tal como previsto originalmente, não se sustentaria numa eventual publicação, por não permitir um acesso de qualidade aos consulentes. Assim, voltamo-nos a uma experiência exitosa no trato de coleções em arquivos pessoais: a Coleção Alberto Lamego, sob guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, cuja organização foi publicada no *Catálogo dos manuscritos: Coleção Alberto Lamego* (NOGUEIRA; BELLOTTO; HUTTER, 2002).

Nesse trabalho, os documentos do bibliófilo brasileiro Alberto Lamego foram, a partir de uma descrição individualizada, transformados em verbetes que se referem ao conteúdo do documento e sua produção. Como a coleção trata de papéis de origens e temas muito diversos, as informações podem ser recuperadas por meio de seis índices (onomástico, temático, toponímico, cronológico, de instituições e de espécies documentais) que remetem ao código dado aos verbetes. A estrutura dos verbetes proposta pelas autoras do guia foi a seguinte:

O dado inicial é a espécie/tipo/tipologia documental, designação da língua estrangeira (se for o caso), seguida de autoria/autor (nomes, títulos e cargos), do destinatário (quando houver, nome, título e cargos), do verbo no gerúndio que designa a ação implícita no conteúdo

documental e a ação propriamente dita, ou melhor a razão pela qual o documento foi gerado, sua razão de ser, seu “assunto”. Os dados que se seguem são a data tópica (isto é, o lugar de onde o documento está datado) e a data cronológica (dia, mês, ano).

[...] Segue-se a designação da tradição documental, e, se o documento é original, essa condição vem informada após o número de páginas. Na certeza de seu traslado, a designação vem logo após a da espécie documental. No caso de dúvida sobre a originalidade, o espaço foi deixado em branco, por não se ter certeza da modalidade de cópia e nem se se tratava de cópia contemporânea ou posterior ao original. [...] O verbete completa-se, em alguns casos, com a menção a um ou mais anexos citados entre parênteses. O dado final, impresso de forma não contígua a do verbete, é referente à notação, isto é, o número do códice dentro da Coleção e o número do documento dentro do códice. (NOGUEIRA; BELLOTTO; HUTTER, 2002, pg. 25)

Assim, os verbetes adquirem a seguinte configuração expressa no quadro abaixo:

872 -	CARTA de George Granfiels Berkeley a D. Miguel de Pereira Forjaz pedindo informação sobre o estado das pontes do Zêrere e do Tejo, número de pontões e barcas necessárias para completar as ditas pontes. <i>Quartel general da Marinha, 8 de julho de 1811</i> . 2p. Original. Cod. 25.22
-------	---

Quadro 3: Exemplo de verbete do Catálogo dos manuscritos: Coleção Alberto Lamego

Fonte: NOGUEIRA; BELLOTTO; HUTTER, 2002, p.81.

Partindo, enfim, do trabalho com a Coleção Alberto Lamego, buscamos empregar nos documentos de Erthos a mesma metodologia, escrevendo verbetes que obedecem a seguinte ordem: espécie documental; remetente e destinatário; verbo no gerúndio que indica a ação que originou o documento seguido do “assunto”. Em um segundo momento, as datas tópica e cronológica, quantidade de folhas, técnica e registro e, se existir, os anexos, que aparecem indicados pela espécie documental. Seguimos, em separado, com uma listagem dos nomes citados nos documentos, seja de pessoas, revistas ou livros – ou seja, aquilo que durante o processo de descrição dos documentos foi chamado de descritores. Por fim, a notação do documento, sua localização no acervo da BBM-USP. Assim, obtivemos o seguinte resultado:

5	<p>Carta de Augusto de Campos a Erthos Albino de Souza, informando sobre o andamento de suas pesquisas referentes ao poeta Pedro Kilkerry; e noticiando o lançamento do livro <i>Panorama do Finnegans Wake</i>, de Augusto e Haroldo de Campos. São Paulo (SP), 26 de março de 1963. 1 f. Datilografada. Em anexo, envelope.</p> <p>Descritores: Álvaro Kilkerry; Haroldo de Campos; Oswald de Andrade; Sousândrade</p> <p style="text-align: right;">1.1397.3</p>
----------	--

Quadro 4: Exemplo de verbete de carta recebida por Erthos Albino de Souza
 Fonte: elaborado pelo autor

Para o banco de dados da BBM-USP, prevaleceu a descrição apresentada no Quadro 1, mas para o instrumento de pesquisa adotamos a forma de catálogo em vez de inventário [3]. Para a publicação, serão produzidos índices onomástico e bibliográfico, relacionados aos verbetes. Vale destacar que somente as cartas constantes no acervo foram tratadas para o catálogo, uma vez que julgamos que os recortes de jornais não constituem um conjunto coeso e podem facilmente ser encontrados online por meio dos acervos dos jornais e da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional – mas que, de qualquer jeito, estarão disponíveis para consulta no banco de dados.

FUNDOS, COLEÇÕES E... ACERVOS: BREVES CONSIDERAÇÕES

Entre fundos e coleções, como conceituar os documentos de Erthos Albino de Souza?

Nessa altura, cabe a pergunta: por que considerar esse conjunto de documentos sob guarda da BBM-USP como uma coleção [4] sobre o Movimento Concretista e não como representativo da trajetória pessoal de Erthos?

Em trabalho anterior, discutimos o porquê de no contexto de guarda da BBM-USP, os documentos de Erthos não poderiam ser considerados um fundo de arquivo. Naquele momento, argumentamos que

Se o conjunto de documentos acumulado por Erthos Albino de Souza é formado essencialmente por cartas trocadas com nomes da literatura brasileira e recortes de jornal sobre esses mesmos nomes, podemos considerar, de saída, que este conjunto tem o caráter de coleção. Por outro lado, cumpre considerar que tal conjunto de documentos, como dito anteriormente, foi comprado, em 1998, por José Mindlin e que, no momento da compra, houve provavelmente a seleção daquilo que seria adquirido - operada pelo próprio titular, por sua família ou pelo comprador -, procedimento que pode ter descaracterizado o arquivo a ponto de torná-lo coleção. Nesse sentido, os documentos que hoje estão sob guarda da BBM-USP são capazes de representar tão somente os interesses de Erthos pela literatura brasileira, que coincidem, não por acaso, com os interesses de José Mindlin. (CARVALHO NETO; SOUZA, p. 2019, p. 141)

Ora, isso não significa que, originalmente, o conjunto não fazia parte do fundo de Erthos, mas que, ao ser fragmentado e vendido, ganhou um novo caráter e uma nova finalidade: se primeiro a documentação servia como prova e testemunho das ações de seu acumulador, passou, então, a servir para os interesses pessoais de José Mindlin. Com a doação e a formação da BBM-USP, esse agrupamento de documentos é novamente ressignificado.

Vale retomarmos o conceito de contexto arquivístico proposto por Theo Thomassem. Para o autor, esse seria a junção dos contextos de proveniência, de administração, de uso e sócio-político, cultural e econômico. A nós, interessa os dois primeiros: se o contexto de proveniência - que diz respeito à produção do documento -, no caso dos documentos de Erthos, perdeu sua razão de ser no

momento da aquisição por José Mindlin, o segundo, que é o

contexto de administração de documentos e sua conservação. Ele é constituído de todos os procedimentos, métodos, conhecimento, meios e documentos com os quais o produtor assegura a disponibilidade e integridade dos arquivos. O contexto de administração é muito relacionado ao chamado contexto documentário, o qual é identificado aqui como estrutura do arquivo. (THOMASSEM, 2006, p. 10)

Assim, se considerarmos a história do conjunto, e que ele, com a compra feita por José Mindlin, passou a ter um novo significado, é plenamente compreensível a mudança no status de fundo para coleção, uma vez que a documentação passou a ter essa função dentro do arquivo pessoal de Mindlin. Ao serem doados para a BBM-USP, tais documentos passaram a fazer parte de um todo que continua justificando o tratamento como coleção, uma vez que se trata de uma biblioteca especializada em história e literatura brasileira.

Acervo como possibilidade

Nessa confusão terminológica, entre fundos e coleções, é preciso se questionar quanto à necessidade nos prendermos às normas nacionais e internacionais que dividem o mundo dos arquivos entre essas duas categorias. Essa questão não parece ser somente nossa, uma vez que na bibliografia encontramos perguntas parecidas:

No pior dos casos, chega a ser mesmo difícil - quando não quase impossível - assimilar a organicidade que deveria permear o conjunto, ou seja, a relação de complementaridade entre os documentos e sua correlação com atividades que lhes deram origem e das quais constituem subprodutos. A hesitação, neste caso, não é descabida: afinal, trata-se de um arquivo? Coleção? Ou, quem sabe, algo entre uma coisa e outra, para o que ainda nos falta palavra com a qual designá-lo? Seria preferível, diante da dúvida, ceder à expressão "acervo", tendo em vista que já vem sendo empregada em sentido diverso de seu significado original? Campo aberto à discussão e a novas sondagens. (CAMPOS, 2018, p.47)

Em trabalho recente, Ana Maria de Almeida Camargo também sugere o termo "acervo" como uma possibilidade prática, a partir da descrição dos documentos da artista Claudia Wonder:

Um dispositivo simples, na ficha descritiva, livrou-nos do falso dilema imposto pelas normas internacionais: o de escolher entre fundo e coleção. Passamos a utilizar o termo "acervo" para designar o novo conjunto de documentos, formado agora pelo arquivo propriamente dito [...]. (CAMARGO, 2019, no prelo)

Assim, o que propomos é: não seria o ideal considerar aquilo que há sob custódia da BBM-USP como um grande acervo José e Guita Mindlin, no qual coexistem diferentes grupos de documentos, inclusive os arquivos pessoais daqueles que emprestam seus nomes à biblioteca? Nessa totalidade, cada conjunto documental poderia ser

considerado um pequeno acervo especializado em um determinado tema - como o caso do Movimento Concretista - que, outrora interesses de José e Guita Mindlin, agora passam a ser parte de uma biblioteca especializada em história e literatura nacionais.

Para preservar a história da documentação e - em respeito aos princípios da arquivologia - sua proveniência e organicidade, deve ser adotado, no momento da descrição, um campo que poderia ser chamado de "origem", que relacionasse todos os documentos que, naquele acervo, vieram do mesmo lugar. Esse campo, que não é nossa invenção, vem sendo utilizado com êxito em instituições como a Fundação Fernando Henrique Cardoso e o Museu da Diversidade Sexual. [5]

É claro que tal terminologia não exclui a discussão acerca dos fundos e coleções, mas nos parece que "acervo", como algo amplo e totalizante, permite um caráter orgânico às instituições de custódia, podendo agrupar livros de biblioteca, documentos de arquivo e, por que não, obras de artes - tudo que, inclusive, está presente na BBM-USP. Especialmente no caso dos acervos privados, isso facilitaria a política de aquisição das instituições e mesmo o entendimento dos pesquisadores no momento da consulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O significado real dessa experiência só será vislumbrado com a publicação do catálogo da documentação, a ser feita pela Publicações BBM, editora da BBM-USP, mas é possível desde já, imaginar os impactos sobre as

instituições que têm sob sua guarda arquivos pessoais. O conceito de coleção ainda carece de uma boa definição dentro dos arquivos e sua diferenciação frente aos fundos permitirão o desenvolvimento de metodologias precisas de descrição, que tenham como foco os consulentes e suas necessidades.

Enquanto o debate acontece, podemos retomar experiências anteriores, tal como aquela desenvolvida com a Coleção Alberto Lamego, um rico e exaustivo trabalho que merece voltar à cena. No caso de Erthos, seu exemplo foi fundamental no tratamento das cartas, ainda que isso tenha significado uma escolha perante o total dos documentos, que nos levam a perguntas a serem respondidas: esse método vale para diferentes espécies documentais? Considerando que a organização não é feita apenas do catálogo, mas também é fundamental pensar os bancos de dados, como adaptar os metadados aos campos da metodologia específica das coleções?

Por fim, é válido destacar o papel das políticas de aquisições das instituições de guarda na aplicação da metodologia: os documentos de Erthos foram acumulados no exercício de suas funções e atividades, tal como em qualquer outro arquivo pessoal, mas no momento da compra por José Mindlin - da fragmentação do todo -, essa documentação adquiriu um outro caráter, porque separado de seu conjunto. Tornou-se, assim, uma coleção? Seguiu sendo um fundo? Para nós, admitimos a documentação como uma coleção dentro daquilo que um dia foi o acervo de José Mindlin, doado para a Universidade de São Paulo e hoje acessível ao público como como BBM-USP. Acreditamos que nessa lógica

respeitamos a história da documentação, sua acumulação, sua compra e seu sentido dentro da instituição que a guarda atualmente.

NOTAS

[1] A primeira experiência no tratamento dos documentos de Erthos Albino de Souza foi feita por Laiza Gomes de Souza e Pedro José de Carvalho Neto, sob supervisão de Ana Maria de Almeida Camargo e descrita em CARVALHO NETO; SOUZA, 2019. Já a segunda foi empreendida por Pedro José de Carvalho Neto, Beatriz Helena Silva e Juliane Aparecida Santos, também sob supervisão de Ana Maria de Almeida Camargo. À todas as integrantes do projeto, fica o agradecimento pelas discussões que levaram ao trabalho aqui apresentado, em especial à Ana Maria de Almeida Camargo, pela generosidade com que, como sempre, compartilhou conosco seu imenso conhecimento.

[2] Para um histórico da abordagem contextual ver CARVALHO NETO; SOUZA; NEVES (2018) e para a aplicação do método em arquivos pessoais ver CAMPOS (2017) e CARVALHO NETO; SOUZA (2019). A experiência originária, no acervo da Fundação Fernando Henrique Cardoso, está descrita em CAMARGO; GOULART (2007).

[3] Entendemos catálogo como descrição unitária dos documentos componentes das séries documentais, enquanto inventário se caracteriza pela descrição coletiva das séries. Ver NOGUEIRA; BELLOTTO; HUTTER, 2002, p.25.

[4] Aqui definimos coleção como um conjunto artificial de documentos - portanto, sem organicidade -, com uma determinada temática estabelecida por um acumulador ou por uma instituição, em contraposição ao conceito de fundo, conjunto orgânico de documentos acumulados em função das áreas de atuação de um produtor. Nossas considerações sobre a diferença entre fundo e coleção foram baseadas nos conceitos propostos por Antônia Heredia Herrera (2007).

[5] Um excelente estudo dos efeitos benéficos da utilização do campo "origem", assim como do conceito de acervo, pode ser visto no relato de experiência da organização da documentação de Cláudia Wonder, pertencente ao acervo do Museu da Diversidade Sexual. Ver CAMARGO, 2019, no prelo.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais no mundo LGBTQ+: o caso Cláudia Wonder. **Anais do XIII Congresso de Arquivologia do Mercosul**, 2019, no prelo.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Arquivo Zila Mamede**: Inventário. São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2017.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. **Recortes de jornal**: da prática social aos arquivos. São Paulo, 2018. 398 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO NETO, Pedro José de; SOUZA, Laiza Gomes de; NEVES, José Victor das. A abordagem contextual em arquivos pessoais: o caso do fundo Guita Mindlin. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v.8, n.1, p. 1-11, 2018.

CARVALHO NETO, Pedro José de; SOUZA, Laiza Gomes de. Notas sobre a abordagem contextual em arquivos pessoais: a documentação de Guita Mindlin e Erthos Albino de Souza. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (org). **Arquivos pessoais**: novas reflexões, outras perspectivas. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2019.

HEREDIA HERRERA, Antonia. El contenido documental: fondos y colecciones. In: **Qué es un archivo?**. Gijón: Trea, 2007, p. 107-119.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha; BELLOTTO, Heloísa Liberalli; HUTTER, Lucy Maffei. **Catálogo dos manuscritos**: Coleção Alberto Lamego. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/ USP, 2002.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

OS ARQUIVOS PESSOAIS NO CONTEXTO DAS ARTES CÊNICAS: NOTAS PARA UM DEBATE SOBRE ABORDAGENS E MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

CAROLINE CANTANHEDE LOPES

Este trabalho tem como objetivo exercitar uma reflexão a respeito do reconhecimento da natureza arquivística dos acervos das artes cênicas durante o seu processo de patrimonialização em instituições de preservação da memória, ao longo do século XX. Iremos tomar como exemplo dois casos: o Teatro Municipal do Rio de Janeiro e Serviço Nacional de Teatro (SNT), com ênfase no segundo, devido à nossa experiência profissional na instituição.

Identificamos que, em ambos, a principal estratégia de formação de acervos se deu a partir de doações de artistas e demais profissionais do teatro. Muitas delas configuravam arquivos, condição que não foi devidamente reconhecida no momento em que passaram para a custódia destas instituições de preservação da memória. De fato, a discussão sobre arquivos pessoais é recente no campo da Arquivologia, porém, no âmbito das artes cênicas, ainda se constitui como um tema a ser encampado e defendido.

Isso porque são graves as condições de desmembramento e de perda de contexto de produção de muitos conjuntos documentais atualmente. Quando

consideramos o SNT e as instituições que o sucederam ao longo do tempo, até a atual Fundação Nacional de Artes (Funarte), observamos, a partir de vestígios em seu acervo, como foi (e, em parte, ainda é) moroso o processo de compreensão da necessidade de uma abordagem contextual dos arquivos de artistas, empresários teatrais, cenógrafos etc. Tal fato reflete o quão incipiente é a discussão a respeito do status arquivístico desse material, bem como a sua devida abordagem teórico-metodológica.

Por isso, nos dedicaremos nesta comunicação, em lançar um olhar um pouco mais abrangente, ou seja, para além dos contextos institucionais, a fim de tentar compreender algumas das escolhas metodológicas adotadas para o tratamento do patrimônio documental das artes cênicas brasileiras. Pretendemos, assim, lançar luz sobre a necessidade de reflexão para a nossa prática profissional. Ao conhecermos os caminhos percorridos pelos acervos sob nossa responsabilidade, podemos rever e atualizar nossos procedimentos com o propósito de mantermos o rigor metodológico e o compromisso de garantir o seu acesso.

ARQUIVOS PESSOAIS E A ARQUIVOLOGIA

Cabe, a título de organização de nossa análise, um breve preâmbulo sobre o lugar ocupado pelos arquivos pessoais no bojo da disciplina. O pensamento arquivístico fundou seus paradigmas disciplinares fundamentais ao longo do século XIX. A partir do advento das instituições voltadas para a guarda de documentos e arquivos históricos, os documentos produzidos pelas administrações dos séculos

anteriores serviram de substrato para o ofício de arquivistas com formação em história, idiomas antigos, paleografia e diplomática (Eastwood, 2017).

Não há dúvida de que o pensamento europeu tradicional privilegiou os arquivos produzidos por instituições. Fazia-se com frequência a distinção entre arquivos públicos, gerados por agentes da autoridade soberana, e arquivos privados, gerados por organizações que não faziam parte do aparelho de Estado. [...] O que não fica muito claro é onde os arquivos pessoais se encaixam nessa visão tradicional de arquivo. Em boa parte da Europa, os arquivos pessoais eram deixados a cargo de bibliotecas nesse período e, muitas obras, como o próprio manual holandês, se voltavam para arquivos produzidos em contextos institucionais. [...] No meio arquivístico vem se discutindo de forma permanente se os arquivos institucionais e os arquivos pessoais partilham da mesma natureza ou diferem e, portanto, precisam receber tratamento diferenciado (Eastwood, 2017: p. 24-25).

Esse embate é bastante duradouro, sendo, inclusive, a tônica do entendimento a respeito dos arquivos de indivíduos até meados do século XX. Os documentos pessoais, designados como manuscritos, eram frequentemente recolhidos e preservados em bibliotecas. Sua organização também estava mais alinhada aos preceitos da Biblioteconomia, uma vez que, segundo os princípios tradicionais da Arquivologia, eles consistiriam em coleções (COOK, 1998).

A partir das décadas de 1960/1970 os documentos de caráter privado e pessoal começam a receber maior atenção por parte de historiadores e de arquivistas. Esse

movimento está diretamente relacionado com a forma em que a sociedade passa a experimentar o tempo e a sua própria existência, especialmente após a II Guerra Mundial. Vários teóricos se dedicaram à compreensão desse fenômeno, e como ele impactaria as relações entre os indivíduos e seu presente, passado e futuro.

Estou me referindo, tanto às proposições de Koselleck, sobre a disjunção entre o que chama de 'espaço de experiência' e 'horizonte de expectativa' dos atores sociais; como as de Hartog, que propõe o conceito de regime de historicidade presentista. A elas ainda se pode agregar, a ideia de Huysen, de que as sociedades contemporâneas, devido a essa nova consciência temporal, tornam-se sociedades memoriais. Para este autor, tais sociedades estariam dominadas por um fenômeno político -cultural surpreendente: o da emergência de uma 'cultura da memória' ou de um desejo e até necessidade de 'volta ao passado', como ancoragem para a conformação de identidade de todos os tipos (GOMES, 2017: p.142-143).

Uma vez reconhecido o seu valor patrimonial, como submeter ao rigor teórico-metodológico documentos oriundos de um universo tão íntimo, sujeitos ao caos da subjetividade, e já arraigados em uma tradição biblioteconômica de organização? Relegados a uma "zona de penumbra", devido à sua fluidez frente às formalidades jurídicas que regulamentam o funcionamento de instituições, sejam públicas ou privadas, os arquivos pessoais encontram resistência em serem organizados segundo uma abordagem contextual (CAMARGO; GOULART, 2007).

Mesmo que tenham sido “abraçados” pela teoria arquivística, suas peculiaridades muitas vezes desafiam os postulados, situando o arquivo pessoal em uma posição secundária dentro da disciplina. Entretanto, Camargo e Goulart refutam essa impregnação subjetiva atribuída aos arquivos pessoais ao afirmar que tal posição corresponde a “um entendimento superficial e linear dos princípios arquivístico” (2007: p.42). Dessa forma, a autora salienta que todo arquivo pessoal é um “conjunto indissociável, cujas parcelas só tem sentido se considerada em suas mutuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram” (CAMARGO; GOULART, 2007: p.35-36).

Ao passo que os arquivos pessoais conseguem inserção no campo da Arquivologia, se instaura um embate teórico-metodológico a respeito das abordagens mais adequadas:

[...] a primeira é de responsabilidade de teóricos que concordam que as práticas de procedimento técnico aplicadas a arquivos de instituições podem ser integralmente aplicadas a arquivos pessoais; a segunda é postulada por aqueles que ainda vislumbram espaço para novas explorações e conseqüente afastamento de tais métodos (HOBSS, 2017: p.316).

Não pretendemos desenvolver aqui esse rico debate, o qual ilustra o quanto os arquivos pessoais ganharam em visibilidade e relevância no contexto da disciplina. Desejamos, com esse rápido panorama, salientar que tais conjuntos obtiveram, em um dado momento, o reconhecimento de seu valor patrimonial. Ainda que os

métodos empregados na sua organização sejam alvo de discussões, a natureza arquivística destes acervos parece ter encontrado ressonância.

Tanto que nos anos de 1990, o Estado brasileiro finalmente legitimou a relevância dos arquivos pessoais ao editar dispositivos legais que versam sobre o interesse público e social desses acervos: a chamada Lei de Arquivos (lei 8.159), de 1991; o Decreto nº 2.942 e a Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), ambas de 1999.

No entanto, os acervos das artes cênicas parecem ainda se situar de forma bem incipiente nessa discussão. Mesmo que os arquivos pessoais sejam uma matéria recente e ainda constituam um desafio para a Arquivologia, no caso dos conjuntos documentais de artistas e demais gente do teatro, a multiplicidade dos documentos, a preponderância do uso imediato (de peças teatrais, por exemplo), o caráter artístico (croquis, cartazes, fotografias) e a presença, muitas vezes, de artefatos (figurinos, elementos cênicos) fizeram deles um território privilegiado da museologia e da biblioteconomia.

O TEATRO NA VITRINE

Museu do Teatro Municipal e Museu do Serviço Nacional do Teatro

A Prefeitura está organizando o Museu do Teatro Municipal. Em prédio anexo à casa, onde estão localizadas as máquinas e têm lugar os ensaios da orquestra, há uma sala

em que, até bem poucos dias, eram encontrados apenas, catalogados por ordem cronológica, os recortes de jornais referentes ao teatro, sua construção e sua já longo e intensa vida. São elementos indispensáveis para a história escrita, que vem a ser enriquecida com a doação valiosa feita pelo pintor Eliseo Visconti, autor dos esboços utilizados para a decoração do pano de boca e do foyer [...] Eles constituem, no museu em organização, a primeira contribuição para a história viva do Municipal. [1]

Essa notícia do *Diário Carioca* evidencia que o museu do Teatro Municipal começou a ser gestado ainda em 1942. A doação feita pelo renomado artista plástico certamente criou um clima favorável ao museu, motivando, dessa maneira, a mudança do acervo já existente para um espaço mais adequado à sua exposição ao público. Aliás, no próprio termo de doação, ele expressa claramente seu desejo de que as obras fiquem disponíveis à visitaçãõ pública:

Estes estudos, dos quais envio anexo uma detalhada relação, estiveram em meu poder durante 37 anos e sempre zelei carinhosamente pela sua conservação, com o objetivo de um dia poder oferecê-los à cidade que foi o berço da minha formação intelectual e estética, para que, incorporados ao seu patrimônio de arte pudessem meus trabalhos exercer uma função educativa, expostos ao público. [2]

No mesmo documento, Visconti revela que já havia acordado com o diretor da geral dos teatros da prefeitura, José Alves Filgueiras, que seus trabalhos seriam expostos em caráter permanente. Questionado se tal sala poderia

ser chamada de Museu do Teatro, Filgueiras vaticinou: “Museu propriamente não – pondera o diretor – pois o Teatro ainda é relativamente novo, mas tal sala há de ser, desde agora, o núcleo desse museu e queremos crer que muita coisa interessante se reunirá ali, como documentação desta casa” [3]. Portanto, conforme se vê por essa declaração, no museu em organização, o objetivo era contemplar a história institucional do Teatro Municipal.

Algumas notícias dão conta de que tal museu foi simbolicamente inaugurado na própria solenidade que firmou a doação de Visconti, em 1942, enquanto outras consideram esse evento como “a pedra fundamental” de seu processo de organização. De qualquer forma, foram iniciados os procedimentos para dar realidade a este museu, finalmente aberto à visitação pública em janeiro de 1944, integrando um conjunto de melhorias realizadas nas dependências do Teatro Municipal. A cerimônia de abertura comportou mais uma importante doação: a do crítico musical Andrade Muricy, que ofereceu o primeiro exemplar da ópera *Abul* de Nepomuceno, representada no Colón, de Buenos Aires [4].

A partir de 1950, o Museu passou a ocupar o tradicional Salão Assírio do Teatro Municipal. Para a reinauguração, foi amealhado para o seu acervo “precioso arquivo, com os programas de todos os espetáculos e concertos realizados desde a fundação até a presente data”, bem como “partituras, objetos históricos, autógrafos, fotografias num conjunto de real valor para os estudiosos” [5].

Não há evidências claras como se deu a coleta de tais documentos, no entanto, o crítico teatral Brício de Abreu foi contactado, logo após o evento, pelo diretor do

Departamento de Difusão Cultural do Distrito Federal. Francisco Gomes Maciel Pinheiro, questiona se Brício teria interesse em vender materiais de interesse à organização do Museu, como autógrafos, programas, cartazes, fotografias, peças e livros sobre teatro. Cabe-nos ressaltar que Brício de Abreu era reconhecido como notório colecionador e profissional profícuo, atuando como editor, dramaturgo, crítico e tradutor.

Essa foi uma estratégia bastante empregada para recolher documentos para compor o acervo do Museu: recorrer às personalidades da área com o intuito de comprar ou receber por doação peças que pudessem ser expostas em suas vitrines. De acordo com Stella Pacheco Werneck, conservadora/diretora responsável pelo órgão, foi necessário muito esforço para ocupar o Salão Assírio, pois havia pouco material: “adotamos o critério de ocupá-lo aos poucos [...] e hoje, como se vê, [...] o Assírio é pequeno para conter aquilo que [...] fomos obtendo graças à confiança que em nós depositaram os que amam o Teatro” [6].

De fato, a partir de 1950 até a década seguinte, o Museu dos Teatros desenvolveu uma série de ações para aumentar seu acervo inaugural. Houve um planejamento para incorporação de patrimônio, que englobava ações como buscas no Teatro Municipal, no Teatro João Caetano e demais teatros da cidade. Essa pesquisa visou coletar peças de valor artístico e/ou histórico; comprar itens que não excedessem a dotação orçamentária da repartição; estimular a doação de colecionadores particulares e de artistas, para que “cedessem ao Museu objetos relacionados com sua vida profissional, estendendo essa

campanha junto aos parentes e amigos íntimos de atores, cantores, bailarinos e músicos falecidos” [7].

Já na década de 1970, a prefeitura do Estado da Guanabara planejava fechar o Museu para abrir um restaurante no Salão Assírio, apesar deste ser um espaço de intensa visitação. O artigo intitulado “Um museu pobre, mas visitado” esclarece que, mesmo com horário de funcionamento reduzido, de segunda a sexta, das 13 às 17 horas, o espaço atingiu a marca de 23.686 visitantes em 1973 [8].

O Teatro Municipal foi fechado para reformas em 1975 e sob este pretexto, o Museu também encerrou suas atividades. O Teatro foi reaberto apenas em 1978 [9], porém o Museu ficou em um limbo durante várias décadas. Neste mesmo ano, seu acervo foi transferido em caráter provisório para duas casas geminadas em Botafogo, na Rua São João Batista. A sede definitiva seria no futuro Centro Cultural da Fundação Estadual de Museus do Rio de Janeiro, a ser construído na Barra da Tijuca. O espaço abrigaria também o Museu Carmem Miranda, e funcionaria como um apêndice do Museu da Imagem e do Som [10]. Ou seja, uma grande mudança, que teria o MIS como a referência museológica principal, integrando acervos de música e teatro.

Novas atividades eram pensadas para esse novo órgão, denotando as transformações teórica e tecnológica em curso no campo da memória, no fim da década de 1970: “Em sua nova fase o Museu dos Teatros dará início ao registro da vida teatral do Estado, filmando e fotografando espetáculos, gravando músicas, editado textos, promovendo cursos, palestras e debates, arquivando

programas, documentos, etc.” [11]. Parece, por sua vez, mais com as atribuições de um centro de documentação do que um museu propriamente dito.

Na prática, o acervo do Museu ficou fechado para a visitação até recentemente. Entre os anos de 2008 e 2013, ele foi preparado para retornar ao Teatro Municipal. A partir de então, toda a documentação referente à história do Teatro Municipal e de seus espetáculos, passou para a custódia do Centro de Documentação da Fundação do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, criado em 1986 [12].

Trouxemos o exemplo do Museu do Teatro Municipal para evidenciar, sobretudo, como a prática de coleta de itens, por assim dizer, junto a personalidades das artes cênicas (dança, teatro e ópera) e a seus herdeiros, era uma prática difundida para a formação de acervos. Não é possível ter certeza se as doações chegavam a configurar arquivos, ou se eram documentos e objetos isolados, uma vez que as fontes utilizadas para este levantamento foram, basicamente, artigos e colunas de jornais da época.

Museu do SNT

Já em relação ao Museu do SNT, possuímos mais evidências sobre suas atividades e procedimentos adotados para a formação de acervo. O SNT foi a primeira instituição criada na esfera pública federal para tratar de questões de ordem cultural, mais especificamente das questões que envolviam o teatro e seus profissionais, em 1937, através do Decreto-lei nº 92, que dispunha sobre suas atribuições:

Promover ou organizar a construção de teatros em todo o país; orientar e auxiliar, nos estabelecimentos de ensino, nas fábricas e outros centro de trabalho, nos clubes e outras associações, ou ainda isoladamente, a organização de grupos amadores de todos os gêneros; incentivar o teatro para crianças e adolescentes, nas escolas e fora delas; promover a seleção dos espíritos dotados de real vocação para o teatro, facilitando-lhes a educação profissional no país ou no estrangeiro; estimular, no país, por todos os meios, a produção de obras de teatro de todos os gêneros; fazer inventário da produção brasileira e portuguesa em matéria do teatro, publicando as melhores obras existentes; providenciar a tradução e publicação das grandes obras de teatro escrita em idioma estrangeiro (Brasil, 1937).

Apesar de ser um tema recorrente no órgão, a criação de um museu só foi possível anos depois de sua fundação, apenas em 1958. De fato, desde o início, a entidade foi alvo de inúmeros debates no seio da classe teatral sobre suas atribuições. O museu se situa nesse contexto e dialoga diretamente tanto com as discussões sobre memória e patrimônio, como sobre o teatro brasileiro daquele período. Daí decorre, também, as peculiaridades que vão se expressando no próprio acervo.

Diferente do Museu do Teatro Municipal, o Museu do SNT nunca teve um espaço destinado para a exposição de seus documentos. Esta, inclusive, foi uma das mais colocações mais presentes em relatórios do setor, a respeito de suas dificuldades de atuação. Outras questões também abordadas diziam respeito à ausência de parâmetros institucionais para o seu funcionamento. Ou

seja, a criação não foi acompanhada pela regulamentação do novo setor.

A lei que criou o Museu do SNT permite o seu funcionamento, mas necessário se torna a elaboração dos seus regulamentos ou estatutos, que providenciem sobre funcionamento dos serviços, os quadros de direção e administração, a ação educativa e social do museu, as conferências, as visitas comentadas, consultas e a facilitação de elementos informativos aos que se interessem pelos assuntos afetos à nova instituição. [13]

As primeiras peças que compuseram o acervo do incipiente museu consistiam em 26 gravuras francesas que haviam sido doadas por Brício de Abreu ao Conservatório Nacional de Teatro, que também era um setor do SNT. Sem maiores diretrizes de como proceder o desenvolvimento do acervo, o Museu dependeu do esforço individual da profissional responsável por sua gestão: Ruth Jacome de Campos. Com formação de conservadora, Campos adotou como estratégia o envio de dezenas de ofícios solicitando a Embaixadas, companhias profissionais e amadoras de teatro, empresários e artistas, doações que fossem representativas de seus países (no caso das embaixadas) e de suas atividades. Observamos aqui, mais uma vez, uma instituição recorrer às doações para solucionar a problemática de aquisição de acervo.

Porém, foram necessários 13 anos para que o Museu constituísse, efetivamente, um acervo robusto. Novamente, por intermédio de Brício de Abreu. O crítico, falecido em 1970, organizou um imenso arquivo de trabalho. Essa sua atividade de grande organizador da memória do teatro,

em especial, mas também da música e da cidade do Rio de Janeiro, o distinguiram no meio teatral e cultural da época. Após o seu falecimento, se iniciaram as tratativas entre a viúva, D. Odete, e o Conselho Federal de Cultura, para a aquisição do acervo, bem como a sua destinação.

A partir de um critério temático, os documentos foram distribuídos conforme o assunto em diferentes instituições culturais: a Biblioteca Nacional absorveu os registros referentes à música e à cidade do Rio, ao SNT foram destinados aqueles sobre o teatro, sendo incorporados ao museu, biblioteca e setor de difusão cultural; e as duplicatas do material doado ao SNT foram encaminhadas para a Escola de Teatros da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

Inventário do material constante no acervo da Biblioteca de Brício de Abreu entregue ao SNT nos dias 25 e 26 de janeiro de 1972:

Volumes (obras e revistas encadernados): 2416

Revistas diversas: 945

Revistas e peças de teatro: 176

Fotografias avulsas: 6

Negativos em envelopes: 78

Pastas e álbuns de recortes: 124

Arquivo particular (pastas): 41

Quadros: 47

Estatuetas: 3

Arquivo de aço contendo material fotográfico: 4

Estantes: 5

Pastas com recortes de crítica teatral: 4

Pastas com recortes e fotografias: 13

Programas de teatro avulsos: 530

Caixa contendo fotografias diversas e jornais: 1

Pastas com programas e fotos: 15
Jornais diversos: 29
Índice geral: 1
Illustration Française (vários números) pacote: 1
Total de peças 4.439
Biblioteca Nacional, em 26 de janeiro de 1972 [14]

O inventário acima é bem inconsistente sobre o quantitativo que foi efetivamente incorporado pelo SNT, pois enumera mobiliário juntamente com itens documentais. Certamente o volume do acervo é muito maior do que o apresentado, pois em 4 arquivos de aço cabem muitas fotografias, além de ser impreciso a respeito de, por exemplo, o conteúdo das 5 estantes listadas.

Além desse desmembramento inicial do arquivo de Brício de Abreu, o que já evidencia que em nenhum momento a integridade do conjunto foi priorizada, o órgão devolveu uma parcela de documentos à Biblioteca Nacional, como jornais, obras avulsas, revistas, pastas de recortes e fotografias, dentre outros, provavelmente por julgar que não estariam de acordo com o recorte temático proposto para a instituição, deslocando a compreensão dessa pertinência do produtor do arquivo para os documentos, de forma isolada e descontextualizada.

Após ingressar no Museu do SNT, os numerosos documentos que resistiram a todo esse processo de partilha entre diferentes instituições de guarda, foram organizados segundo a sua espécie. Peças, fotografias, programas, objetos e livros começaram a ser descritos em fichas. Já outros documentos, como anotações e, principalmente, cartas, permaneceram em uma "reserva

técnica”, sem qualquer tratamento até recentemente, em 2013.

Acreditamos que a dificuldade em categorizar tais registros, mais sensíveis e, na maioria dos casos, de assuntos múltiplos, inviabilizou a sua organização dentro dos parâmetros então empregados na época pelos profissionais do Museu. Na verdade, conforme pudemos acompanhar pelos relatórios, a organização desse acervo se prolongou por muitos anos, superando, inclusive, a existência do próprio Museu do SNT.

Juntamente com esse processo de aquisição do arquivo de Brício de Abreu, a década de 1970 também configurou um período de efervescência na área patrimonial e cultural. Nesse período transcorreu um processo de redefinição do papel do setor cultural no seio do Estado, o qual foi alçado para uma posição estratégica. Diferentemente do panorama mais difuso dos anos democráticos, caracterizado por uma profusão de projetos para as mais diversas áreas, a ditadura civil-militar iniciada em 1964 desenvolveu uma política sistemática para a cultura.

Como resultado dos debates engendrados então, foi publicado um novo regimento para o SNT, o qual transformou o museu em Setor de Documentação em 1976. Vale ressaltar que as inúmeras dificuldades relatadas ao longo de sua existência - falta de espaço adequado para exposição e tratamento dos documentos e de pessoal - provavelmente contribuíram para a sua reformulação. Também em 1976, foi anunciado o “Projeto Memória do Teatro Brasileiro” como uma das ações previstas pela instituição:

Considerando que é do interesse do Serviço Nacional de Teatro a preservação da Memória do Teatro Brasileiro, encontra-se em andamento um projeto que visa o levantamento, cadastramento e registro de dados nos mais diversos setores da atividade teatral. O projeto engloba operações de pesquisa, classificação e expansão do acervo documental, coleta de depoimentos, e registros de acontecimentos e obras teatrais através de publicações. Todas essas operações compreendem a preservação dos textos do teatro brasileiro e registro da atuação cênica, com a documentação do espetáculo teatral (e de seus participantes) no passado e no presente (SNT. Plano de Atividades, 1976).

A memória do teatro é alçada a uma posição estratégica dentro do órgão, engendrando várias iniciativas. Uma delas seria a expansão do acervo documental, a ser implementada por uma massiva campanha de doação, com o intuito de em “formar um acervo documental o mais completo possível sobre o teatro brasileiro do passado e do presente” (SNT. Ofício-circular nº 01/1978.).

Solicitamos o seu interesse para o crescimento do Acervo Teatral e do Banco de Peças. Para o primeiro aceitamos, em caráter de doação ou permuta, quaisquer materiais documentais relativos ao teatro brasileiro do passado e do presente, tais como: fotos, programas de peças, cartazes, revistas especializadas, documentos de personalidades do teatro, etc. Para o segundo, pedimos encaminhamento de textos teatrais, publicados ou não, desde que sejam de autores teatrais já conhecidos. (Idem)

A partir desse chamamento, o SNT passou a receber um grande volume de doações, de todo o país e das mais diversas proveniências: artistas, companhias profissionais e amadoras, grupos experimentais de teatro e dança, diretores, coreógrafos, cenógrafos e pessoas “comuns”. Muitas doações configuravam arquivos, conforme os registros que documentam o seu ingresso no órgão. Assim, a Campanha institucionalizou e ampliou o que então era realizado na base do esforço individual dos profissionais do extinto Museu, agora Setor de Documentação. Podemos concluir que a difusão de uma prática recorrente para a formação de acervos de artes cênicas foi absorvida e implementada como uma política pública com essa mesma finalidade.

Ao mesmo tempo em que muitos arquivos eram doados, não observamos uma mudança na forma como eram organizados. Na verdade, não eram mais produzidas fichas museológicas e sim bibliográficas. Mas o que nos interessa, que é a preservação da lógica de acumulação desses conjuntos documentais, notamos que continuou-se a privilegiar o item em detrimento do contexto de produção.

Foi por intermédio das doações que o SNT estabeleceu os seus setores de Acervo Fotográfico, Banco de Peças, Biblioteca e Acervo Teatral (programas, cartazes, recortes de jornal). Por exemplo, a doação de Fernando Torres e de Fernanda Montenegro compreende um vasto papelório de suas empresas teatrais e de suas produções artísticas, como contratos, contra-cheques, borderôs, bem como documentos referentes às suas atuações na televisão e cinema, além de cartas entre o casal e demais artistas,

familiares e fãs (FUNARTE, 2016). Todo esse material permaneceu sem tratamento, juntamente com outros conjuntos que eram designados apenas como “doações”.

Já as fotografias presentes no arquivo do casal de artistas foram incorporadas ao então Acervo Fotográfico e organizadas segundo os espetáculos ou programa de televisão que registravam, sem que fossem realizadas quaisquer relações com os demais documentos. Esse não foi o único caso de desmembramento, como pudemos atestar ao investigar o acervo iconográfico do Cedoc. O setor audiovisual do Centro é formado, em grande medida, por fotografias desvinculadas de seus respectivos acervos, com destaque para o monumental arquivo de Brício de Abreu, que é anterior à Campanha de Doação, como já mencionamos.

As únicas evidências de um passado orgânico desses documentos consistem nas listagens elaboradas como controle das doações e os carimbos da Campanha. O campo “doação” registrava o responsável pela doação. Essas “marcas” possibilitaram, recentemente, a compreensão sobre a origem e sobre o estado atual de muitos documentos dispersos pelo acervo do Centro de Documentação da Funarte, setor responsável por todo esse patrimônio documental formado a partir da Campanha de Doação.

A Campanha foi a principal forma de aquisição de acervos para o SNT e instituições sucessoras: Instituto Nacional das Artes Cênicas e Fundação Nacional das Artes Cênicas, extinta em 1990 pelo governo de Fernando Collor. Mesmo com todas as reformas administrativas que se sucederam a partir do início das atividades do Projeto

Memória do Teatro e da campanha de doação, o volume de material que ingressou no acervo do Setor de Documentação é muito expressivo em diversidade de documentos e de doadores (anônimos, companhias profissionais e amadoras, personalidades consagradas ou em emergência na época).

Quando analisamos as doações recebidas pela Campanha, percebemos que a grande maioria foi dispersa pelo acervo da instituição, tal qual o que fora realizado com os arquivos de Fernanda Montenegro e Fernando Torres. Fotografias, programas, livros e periódicos eram tratados enquanto itens documentais, não havendo, assim a preservação da integridade dos arquivos. Foi possível constatar o grau de dissociação de muitas doações ao consultarmos os inventários confeccionados para a entrada dos conjuntos na instituição. Alguns eram bem extensos, mas, ao localizarmos o acervo dentre os armários de “doações”, consistia em poucas pastas de documentos, como o arquivo da crítica teatral Luíza Barreto Leite ou do ator Jaime Costa (FUNARTE, 2016).

Configuravam, dessa forma, resquícios de conjuntos documentais muito maiores e diversificados, que foram dispersos e distribuídos pelo acervo da instituição segundo sua espécie e gênero documental, sob um viés temático, com preponderância do espetáculo e da personalidade. Nos dossiês temáticos de impressos e de fotografias existem, por essa razão, documentos provenientes de arquivos pessoais. Por exemplo, o dossiê fotográfico de um determinado espetáculo pode abrigar registros de várias proveniências diferentes, reunidas ali apenas em função do assunto.

As implicações metodológicas dessa forma de organização são inúmeras. Além da quebra das relações orgânicas entre os documentos de seu produtor, um impacto relevante é a perda da oportunidade de um estudo mais apurado a respeito das tipologias documentais que possibilitam o exercício das funções e atividades que compõem o fazer teatral. Ao encaixar documentos em categorias pré-existentes ou ao deixá-los à margem (sem organizá-los), eivamos todo o potencial de análises e pesquisas em prol de um uso “imediato” das informações neles contidas.

Se, por um lado, houve uma mudança de paradigma de lugar da memória do teatro brasileiro do museu para o centro de documentação a partir da década de 1970, por outro, algumas “tradições” foram preservadas e fortalecidas, especialmente a forma de aquisição de acervo: a doação de conjuntos documentais, dentre eles os de natureza pessoal. No entanto, outra prática foi mantida, a despeito das mudanças epistemológicas empreendidas no campo da memória e do patrimônio documental: a abordagem descontextualizadas de tais registros.

ARQUIVOS PESSOAIS E CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Essas transformações no campo da memória do teatro não representam uma exclusividade. A partir da década de 1970,

teve início a adoção sistemática desse modelo institucional como alternativa capaz de atender às novas demandas

sociais por informação especializada. [...] A trajetória dos centros de documentação no Brasil apresenta características particulares quando se trata daqueles que se formaram para apoiar o desenvolvimento das ciências humanas, das letras e das artes (CAMARGO, 2003: p. 21).

Havia, pois, um contexto favorável de estruturação da informação técnica e científica por parte do governo federal, desde fins da década de 1960. Porém, os centros de documentação voltados para as ciências humanas distinguiam-se das demais áreas científicas por abarcarem a documentação de caráter histórico, e não apenas informações atualizadas, as quais seriam o grande diferencial destas instituições em relação aos arquivos, bibliotecas e museus (MOREIRA, 1990).

O fato é que, seja pela característica específica dos acervos, seja pelas dificuldades vivenciadas pelas instituições arquivísticas, as novas tendências da pesquisa histórica brasileira ressentiam-se de uma inexistência de uma política efetiva de proteção do patrimônio documental da anção, incluindo-se a preservação dos arquivos privados. Nesse sentido, os centros de documentação que surgem ao longo dos anos 70 tem por objetivo principal a preservação de documentos privados (MOREIRA, 1990: p.69).

Como já abordamos anteriormente, os arquivos pessoais também começavam, nesse mesmo período, a receber mais atenção de pesquisadores e de arquivistas, sendo objeto de discussões metodológicas quanto ao seu uso nas pesquisas e às formas de organizá-los à luz da Arquivologia.

Por custodiar documentos de diferentes naturezas, e pela consistência de algumas práticas há muito desempenhadas na organização de determinados documentos, podem ocorrer ruídos no tocante à correta metodologia de organização de acervos arquivísticos depositados nessas entidades. “Não é a condição de um documento - manuscrito ou impresso, avulso ou encadernado, papel ou disquete, objeto ou não - que o define como um documento de arquivo de biblioteca, museu ou centro de documentação, mas sim a sua origem e função” (TESSITORE, 2003: p.11).

Observamos que foi justamente esse fenômeno que aconteceu no Setor de Documentação implementado no SNT. Durante o processo de expansão de seu acervo muitos arquivos pessoais foram recolhidos, sem que a sua natureza fosse considerada como tal. Acreditamos que a necessidade de disponibilizar aos usuários os documentos mais utilizados, segundo as demandas das pesquisas do âmbito do teatro, também impactaram a forma do processamento de determinados documentos.

Decerto que as necessidades dos usuários devem ser levadas em consideração por parte das instituições de guarda de acervos, porém enquanto uma das estratégias de atuação. Elas não podem se sobrepor aos critérios técnicos e metodológicos. Por outro lado, percebemos que se estabeleceu um certo “fazer” dentro dos acervos que foram reunidos pelo SNT como patrimônio documental das artes cênicas.

Tributário de uma herança museológica, à qual se somou o entendimento bibliográfico, os procedimentos empregados se mostraram eficientes para as necessidades

imediatas daquele momento, de descrição de itens pormenorizadamente, em especial fotografias, livros e periódicos, peças teatrais e croquis de cenário e figurino. A organização de dossiês temáticos de artigos de jornais cumpriu bem a função de fornecer informação ágil em tempos analógicos. Por outro lado, subtraiu-se toda uma gama de possibilidade de informações contidas nas inter-relações destes documentos e, por conseguinte, deles com seu produtor. Em suma, não foram considerados documentos de arquivo.

Atualmente, existe uma maior compreensão das especificidades desses arquivos custodiados pela instituição. Mas, ainda assim, convive-se entre a vontade de disponibilizar os documentos de maneira ágil, uma vez que existe um considerável acúmulo de acervos a ser organizado, e a observação aos critérios que o processamento técnico de arquivos demandam. Como uma ação pioneira, foi organizado o Guia dos Arquivos e Coleções Privados em 2016, cuja principal missão foi dar luz a todos os conjuntos documentais custodiados pelo Cedoc/Funarte, organizados ou não. A partir de sua elaboração, foi possível voltarmos para as práticas do passado a fim de melhor construirmos processos adequados para os tratamentos dos arquivos pessoais das artes cênicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Formalização de procedimentos, investimento intelectual para criação de vocabulário controlado, estudos de tipologias e estratégias de descrição, são importantes

ferramentas para a devida abordagem contextual desses acervos múltiplos em espécies e tipos documentais. Tão múltiplos que muitas vezes inebriam o técnico com sua beleza e valor artístico, que, na ausência de parâmetros bem delineados, replica antigas práticas prejudiciais para a manutenção do contexto de produção dos documentos.

Ou, por outro lado, ficam relegados ao esquecimento, justamente por não se encaixarem nessa ilusão do “registro artístico” que merecia a vitrine do antigo museu, ou do “registro informacional” dos centros de documentação então implementados.

Sendo assim, é necessária uma visão sistêmica dos fazeres, no sentido de constituição de um campo voltado para o tratamento de arquivos pessoais no âmbito das artes cênicas. Que seja capaz de aplicar o conhecimento arquivístico, mas sem ignorar as vicissitudes, as práticas e as dinâmicas engendradas pelas artes do espetáculo. O primeiro passo nesse sentido consiste no reconhecimento da condição de arquivos de parte dos acervos que compõem o patrimônio documental das artes cênicas brasileiras, seja aquele custodiado pelo Cedoc/Funarte ou por outra instituição de memória.

Não pretendemos lançar um olhar anacrônico de julgamento sobre as práticas adotadas no passado. Os apontamentos desta comunicação representam um esforço inicial de análise desse fenômeno, que se pese as especificidades das artes cênicas enquanto um campo específico, inclusive no tocante à gestão de seus registros documentais.

Hoje, no entanto, acreditamos que já existem condições de propormos um diálogo proveitoso entre a

Arquivologia, as Artes Cênicas e a História, a partir da experiência acumulada e dessa vontade de compreender as ações voltadas para os arquivos pessoais no âmbito das artes cênicas. Há, pela frente, um frutífero e inexplorado caminho a ser trilhado com responsabilidade, rigor e também com muito respeito por aqueles profissionais que tanto se empenharam para que estes acervos fossem preservados e chegassem até nós.

NOTAS

- [1] *Diário Carioca*, 27/6/[1942]: p.5.
- [2] Carta de doação de Eliseo Visconti ao prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth. Rio de Janeiro, 18/06/1942. Retirada do folheto informativo do Museu dos Teatros, 1967: p.2. Arquivo José Jansen, Cedoc/Funarte.
- [3] *A Noite*, 27/6/1942: p.2.
- [4] *A Noite*, 10/1/1944: p.3.
- [5] *Diário de Notícias*, 20/6/1950: p.2.
- [6] *Diário da Noite*, 21/7/1959: p.5.
- [7] Folheto informativo do Museu dos Teatros, 1967: 4. Arquivo José Jansen. Cedoc/Funarte.
- [8] *Diário de Notícias*, 19-20/5/1974: 21.
- [9] <http://www.theatromunicipal.rj.gov.br/historia.html>. Acesso em 15/9/2019 às 10:25.
- [10] *Luta Democrática*, 2/4/1978: p.8.
- [11] Idem.
- [12] <http://www.theatromunicipal.rj.gov.br/sobre-o-centro-de-documentacao-2/sobre-o-centro-de-documentacao/>. Acesso em 15/09/2019 às 11:00.
- [13] SNT, 25 de novembro de 1959. Relatório. Arquivo Institucional Cedoc/Funarte.
- [14] Processo 179/72. Biblioteca Nacional.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Célia [et al]. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2003. p.21-44.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. p. 19-45.

FUNARTE. **Arquivos e coleções privados Cedoc/Funarte: guia geral**. Rio de Janeiro: Funarte, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/WpKoKc>>.

GOMES, A. M. C. Pesquisa histórica e arquivos pessoais: o exemplo do arquivo Gustavo Capanema. In: ALVES, Luís Alberto M; PINTASSILGO, Joaquim. (Org.). **Investigar, Intervir e Preservar em História da Educação**. 1ed.Porto: CITCEM, 2017, v. 1, p. 141-152.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry. MACNEIL, Heather. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: UFMG, 2017. p.303-341.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e Centros de Documentação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-75, 1990.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003, volume 9. (Projeto como fazer).

A MEMÓRIA DOS IMORTAIS: A ORGANIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DOS MEMBROS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

JULIANA AMORIM DE SOUZA

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO ARQUIVO DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

A Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897, é uma instituição que tem por finalidade o cultivo da cultura da língua e da literatura nacional. Em 15 de dezembro de 1896 aconteceu a primeira das sessões preparatórias para a fundação da ABL e, nela, Machado de Assis foi aclamado presidente.

Criada seguindo os moldes da Academia Francesa de Letras, a ABL foi formada por “40 cadeiras”, possuindo cada cadeira um patrono. Segundo a tradição francesa, os patronos eram os primeiros ocupantes da cadeira, mas os brasileiros inovaram. Os primeiros acadêmicos brasileiros de cada cadeira, também chamados de fundadores, escolheram seus próprios patronos, que deveriam ser escritores já falecidos, cujas obras marcaram a história literária do país, por exemplo, Machado de Assis escolheu o escritor José de Alencar para ser o patrono da sua cadeira, a de número 23.

Imbricada, desde sua gênese, para a vocação e o culto da memória e da tradição, a ABL, utiliza-se de ritos e celebrações da imortalidade - a eleição, a posse, a

comemoração dos aniversários de nascimento, de falecimento, de publicação das obras e de seus membros; seus símbolos: insígnias, bandeira e fardão – para reafirmar o desejo de seus fundadores em perpetuar a memória da instituição e de si próprios, intitulados *Imortais*.

Esse projeto de perpetuação abre um amplo leque de discussões relativas à construção da memória, fenômeno social que pode ser estudado sob diversas perspectivas. No caso da ABL, essa construção se dá de várias formas, mas uma delas é especialmente interessante. Trata-se da acumulação, pela instituição, de um acervo arquivístico rico para a memória social do país e do mundo.

Um dos responsáveis para o pontapé inicial da cultura de agrupamento e guarda de documentos de acadêmicos foi o imortal Mário de Alencar, segundo ocupante da cadeira 21. Através do empenho em criar na instituição coleções de itens documentais que contassem como forma de lembrança dos acadêmicos falecidos, através da perpetuação da memória da instituição e de si próprios. Alencar incentivava que seus amigos de ABL doassem para a instituição documentos de seus pares. Esse processo nos remete Regina Abreu e a sua explicação para a “fabricação do imortal”:

O longo processo que redundou na socialização do indivíduo relaciona-se intimamente com a invenção da memória individual. Para o culto do eu, a memória é vital. É preciso salvar do esquecimento, do esfumaçamento provocado pela morte, individualidades tão ricamente elaboradas. O sujeito busca então a eternização na memória dos outros sujeitos, guardando e arquivando testemunhos evocativos de suas obras e realizações. Desse

modo, acredita-se poder superar, ao menos em parte, a tragédia da mortalidade humana. (ABREU, 1996, p. 100)

Como dito anteriormente, Mário de Alencar pedia aos colegas de ABL que colaborassem trazendo fotografias, textos, correspondências que haviam pertencido aos membros, como podemos ver na ata da sessão acadêmica do dia 12 de junho de 1919:

Na Europa há o culto generalizado pelos objetos e lembranças dos grandes escritores. Em Weimar, a casa de Goethe é um templo de peregrinação, em que, entre as coisas de uso doméstico, se conservam até os sapatos velhos do poeta; e há carinho em guardá-los e vê-los. Assim também na Inglaterra pelo que foi Shakespeare. (...) Eu, que proponho a ideia de reuni-los e perpetuá-los aqui, quero ser o primeiro no exemplo da abnegação em benefício da Academia. Começarei oferecendo o que possuo do nosso mais recente morto, que foi Olavo Bilac, e comprometo-me a dar em seguida, logo que me seja possível a busca, o que tenho de outros companheiros mortos, Machado de Assis, Souza Bandeira, José Veríssimo e, ainda mais tarde, os manuscritos de José de Alencar. (ABL, 1919)

O Arquivo e a Biblioteca, embora precários, já reuniam algumas cartas e livros. Além desses documentos, Mário de Alencar desejava expor os objetos de uso pessoal de seus companheiros de ofício. A ABL, mesmo sem a antiguidade das instituições europeias, seria um museu de imagens do que foi ou serviu de trabalho para seus escritores membros. Esses objetos seriam contemplados, resgatando na memória dos espectadores o passado de cada um dos acadêmicos.

A história da criação e formação do Arquivo da ABL também aparece, basicamente, em algumas falas de acadêmicos, se formos mais longe ainda no tempo: nas sessões plenárias iniciais, ditas preparatórias, e registradas nas atas da Casa.

A expressão “Arquive-se!”, tão comum na rotina de uma instituição, foi proferida na Academia Brasileira de Letras pela primeira vez pelo Presidente Machado de Assis, na sessão de 23 de dezembro de 1896, antes mesmo de sua fundação. No entanto, a primeira referência direta à estruturação de um Arquivo aparece na ata do dia 9 de dezembro de 1926, quando o Acadêmico Constâncio Alves propôs que fosse criado o cargo de “archivista”, independente das funções do bibliotecário, indicando que o Arquivo estava subordinado à Biblioteca. Porém, a proposta não foi aceita.

No projeto de reforma do Regimento da ABL, apresentado na sessão de 16 de dezembro de 1943, constava uma emenda do Acadêmico Múcio Leão [1] que tratava da eleição do Diretor do Arquivo, desvinculando assim, o Arquivo, da Biblioteca. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em 1979 a Academia inaugura o prédio Centro Cultural do Brasil e o Arquivo transfere-se do porão do Petit Trianon (sua sede desde 1922 - sem nenhuma estrutura ideal para abrigar acervos) para o novo prédio, espaço que ocupa até os dias atuais.

Quase 20 anos depois, em 1997, a ABL comemorou o seu centenário de fundação e, com isso, queria dar início a uma nova era que marcaria o fim do desconhecimento de sua história, demarcando o papel e a importância da instituição na história cultural do país. Iniciou-se um projeto

de aproximação da ABL junto à sociedade, atraindo um grande público para a participação em várias de suas atividades.

Dessa forma, foi implantado um projeto de reformulação do Centro de Memória e revitalização do Arquivo, iniciando-se pelos arquivos privados pessoais dos acadêmicos, até então, consultado apenas por um pequeno e seletivo grupo de pesquisadores, assim, foi montada uma equipe de arquivistas e estudantes de Arquivologia para que se iniciasse o projeto idealizado pela instituição, com a adoção e implantação de modernas técnicas e metodologia arquivística.

No ano 2000 foi implantado um novo projeto de estruturação e sistematização do Arquivo Institucional. Como resultado desta primeira etapa do trabalho de descrição arquivística do Arquivo dos Acadêmicos foram publicados em 2003 o Guia Geral do Arquivo dos Acadêmicos e o Inventário do Arquivo Machado de Assis.

Dessa forma, ficou claro que o Arquivo da ABL, após essas modernizações de 1997 a 2000, foi dividido em duas linhas de acervos: o *Arquivo Institucional*, composto pelos documentos administrativos e funcionais, produzidos, recebidos e acumulados em decorrência das atividades-meio e atividades-fim da instituição, e o *Arquivo dos Acadêmicos*, composto pelos documentos privados e pessoais de seus membros, entregues à custódia da instituição, seja através de seu titular, de herdeiros ou de terceiros. Além disso, possui em sua estrutura o Núcleo de Conservação e Restauração de documentos por onde todos os itens que chegam ao Arquivo passam para serem higienizados e restaurados, caso haja a necessidade.

ARQUIVO DOS ACADÊMICOS

O Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras é um local especializado para a guarda e a difusão dos arquivos pessoais de seus membros. De acordo com Bellotto:

Arquivo pessoal é entendido como [...] o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/ atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade. (BELLOTTO, 2004, p. 266)

No Arquivo dos Acadêmicos, os documentos podem integrar fundos documentais - quando doados pelos herdeiros do titular, ou pelo próprio titular em vida - ou ainda coleções artificiais de documentos, reunidas pela própria instituição intencionalmente.

Para a ABL é importante a reunião de documentos sobre os seus membros, como fonte de pesquisa. Assim, os conjuntos documentais da ABL são reunidos por doações, como dito anteriormente, ou são produzidos pela própria instituição, que acumula documentos cujo conteúdo trate de temas, impressões e aspectos relativos aos acadêmicos. Essas coleções complementam as informações do fundo arquivístico, quando este existir, ou

se constituem nas únicas fontes sobre determinado acadêmico, quando seu arquivo não foi doado pelo titular ou por herdeiros.

Para entender melhor como isto se deu, serão apresentados alguns episódios que retratam esta lógica de acumulação. Na sessão de 31 de maio de 1951, com a apresentação da sugestão do Acadêmico Peregrino Júnior para convocação de uma empresa de *clipping* de notícias para estabelecimento de um acordo para “o fornecimento pontual e completo de todas as informações, notas e comentários que sejam publicados no Rio e em outros estados sobre cada um dos 40 acadêmicos” foi originada a coleção ABL de recortes de jornais, que após o projeto de revitalização do Arquivo foi chamada de Hemeroteca da ABL.

Constava também da sugestão a criação de uma pasta para cada acadêmico, na qual seriam arquivados em ordem cronológica todos os documentos e informações a ele referentes, criando assim, a coleção de documentos de cada acadêmico. Na sessão de 7 de abril de 1960 foi inaugurada a nova seção do Arquivo da ABL, a Filmoteca, com a doação do filme-documentário sobre Manuel Bandeira. Na sessão de 3 de agosto de 1967, o presidente decidiu criar, depois de consulta feita ao Diretor do Arquivo, a seção iconográfica do Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

A preservação e difusão dos arquivos privados e pessoais dos acadêmicos não atende apenas à celebração da imortalidade e memória de seus membros, mas também serve como fonte para pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Isso porque, ao longo dos 122

anos da ABL, acumularam-se quase 300 arquivos de grandes vultos da história literária, cultural e científica do país, assim como 157 coleções de arquivos de sócios correspondentes, e esse número só tende a crescer.

No entanto, um arquivo pessoal, ao ser doado a uma entidade mantenedora desse tipo de acervo, muitas vezes apresenta um ordenamento já muito distante do original, já que este pode ser alterado por diversos fatores, como por exemplo, a peregrinação do acervo nas mãos de vários herdeiros. Isso torna o tratamento arquivístico de um acervo como este uma tarefa árdua e subjetiva, pois, se é ainda possível observar uma certa organicidade entre os documentos, é com grande dificuldade que se recupera a lógica de acumulação.

No caso do Arquivo dos Acadêmicos, apesar de encontrarmos esta situação, podemos também nos deparar com outra, quase oposta à relatada acima: muitos titulares, por doarem os seus arquivos em vida (fundo aberto), apresentam os documentos com um arranjo preliminar já estabelecido por eles mesmos.

O Arquivo é composto de documentos textuais, originais manuscritos, datilografados e impressos sobre suporte papel, recortes de jornais e revistas, películas cinematográficas, registros magnéticos e digitais (fitas de áudio e de vídeo, CD-ROMs, DVD's e disquetes), fotografias, diplomas, cartazes, cartões de visita, etc. O conteúdo de tais documentos consiste de depoimentos pessoais e profissionais, originais literários, discursos, correspondências, entrevistas, atuações culturais, etc. Na maioria das vezes, são documentos únicos, diferenciados, com a marca, com a "impressão digital" de seus titulares.

PROVENIÊNCIA NO ARQUIVO DOS ACADÊMICOS

A formação desses conjuntos documentais denominados como arquivos pessoais, de acordo com o princípio da proveniência, seriam, de fato, coleções de documentos, pois teriam sido reunidos pela ABL e seus membros muitas vezes após o falecimento do titular.

Mas o que fazer com os documentos acumulados pelo titular que foram agrupados a essas coleções? De acordo com o princípio do respeito aos fundos, esses documentos não deveriam ser agrupados a essas coleções e deveriam ser identificados como fundo do titular que os acumulou, tendo assim, em alguns arquivos pessoais de acadêmicos fundos e coleções, a exemplo disso encontramos o Arquivo Machado de Assis, Arquivo Roquette-Pinto, Arquivo José Veríssimo, Arquivo Rodrigo Octávio, Arquivo Austregésilo de Athayde, dentre outros que doaram o arquivo do titular (fundo documental) para a ABL.

Para sacramentar a definição de coleção de documentos e fundo documental, recorro ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística que entende coleção por conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente (2005, p. 52), e fundo documental por conjunto de documentos de uma mesma proveniência (2005, p. 97). Dessa forma, a coleção são os documentos reunidos intencionalmente pela ABL e seus membros, e o fundo é o acúmulo documental realizado pelo titular em vida.

É sabido que os membros efetivos escolhidos são, geralmente, escritores de grande importância e reconhecimento para a sociedade brasileira e mundial.

Neste aspecto, a ABL acaba por ser responsável pela preservação e disseminação de boa parte da memória literária nacional, lembrando que, pela diversidade das áreas de atuação dos acadêmicos, ela acaba por se tornar responsável também, através dos arquivos pessoais dos seus membros, pela guarda de documentos importantes para outras áreas do conhecimento, não só a literária.

O Arquivo dos Acadêmicos possui muitas características que podem identificá-lo como uma coleção reunida pela ABL com documentos de seus membros, fazendo parte assim do seu Arquivo Institucional. No entanto, na prática, os arquivos dos acadêmicos batizados com o nome do titular já assumiram grande importância para os pesquisadores que utilizam o Arquivo da ABL como fonte de informação, obrigando, assim, os arquivistas a adotarem este arquivo como uma segunda linha de acervo. Impõe-se, deste modo, a aplicação de uma metodologia de tratamento baseada na arquivística contemporânea, desenvolvida especialmente para os arquivos privados pessoais dos membros da instituição.

No caso do Arquivo dos Acadêmicos, a oposição fundo X coleção se apresenta como desafio constante, pois para a Academia é de suma importância a reunião de documentos sobre os seus membros para que sirvam de fonte de informação, nas áreas culturais e literárias, para as gerações atuais e futuras. Assim, o critério utilizado para essa reunião é a simples condição de ser acadêmico.

Refletindo à luz do pensamento de Schellenberg, de Bellotto e de Camargo é possível identificar os fundos arquivísticos doados à ABL, pelo próprio titular, como coleções naturais, acumuladas por eles no

desenvolvimento de suas atividades e funções, e, como coleções artificiais, os documentos acumulados pela ABL e seus membros sobre determinado acadêmico, em geral, após o seu falecimento.

Isso demonstra como foi o processo de acumulação dos arquivos dos acadêmicos, ou seja, a proveniência deste acervo. Em um mesmo arquivo, podem ser identificados dois produtores: o acadêmico titular e a ABL.

Os acadêmicos, desde a fundação da ABL, preocupavam-se com o enriquecimento do arquivo da instituição com fontes documentais que pudessem ser utilizadas, principalmente, em suas celebrações e rituais. Talvez eles não imaginassem que os seus arquivos serviriam à produção de conhecimento científico por pesquisadores nacionais e estrangeiros de diversas áreas.

ORGANIZAÇÃO E DIFUSÃO DOS ARQUIVOS DOS ACADÊMICOS

O critério de organização adotado inicialmente nos arquivos da ABL era o biblioteconômico, utilizado até o momento da criação do cargo de Diretor do Arquivo, em 1943. Durante o projeto de revitalização, a equipe de arquivistas, ao realizar o diagnóstico do acervo, constatou a existência de alguns fichários com registros catalográficos para cada item documental, e cada uma dessas fichas possuía um código alfanumérico que era reproduzido no documento.

Mesmo após vários estudos não foi possível entender a lógica adotada nessa codificação, além disso, em muitos casos não há nenhum registro do processo de doação dos

arquivos pessoais para o Arquivo da ABL, já que até o ano de 1997 não havia nenhum termo legal que institucionalizasse a doação.

A partir de 2014 foi definido um cronograma para que todos os arquivos fossem organizados, descritos e inseridos na base de dados para sua divulgação, também, via internet.

O arquivo da ABL é composto atualmente por 296 arquivos entre fundos e coleções. Visando o amplo acesso e a difusão do acervo arquivístico, assim como sua preservação, foi intensificado o projeto de digitalização dos documentos e, para isso, foi necessário refazer as rotinas de trabalho, e criar normas sobre o recebimento, tratamento e disponibilização do acervo para consulta.

O critério adotado para organização e difusão desses arquivos foi o tempo de casa de cada membro, ou seja, a organização a partir de 2014 foi realizada partindo do membro mais antigo ao mais recente. Antes de 2014, nenhum critério existia, eram escolhidos aqueles arquivos que eram mais consultados ou aleatoriamente ao gosto do arquivista. Depois do critério adotado, iniciou-se a organização pelo arquivo dos patronos, que são os mais antigos membros, em seguida, foi a vez da organização dos arquivos dos fundadores e, depois disso, os seus sucessores.

Para entender a antiguidade dos patronos, é preciso voltar no tempo da fundação da ABL. Como dito no início desse trabalho, após estabelecido o número de 40 membros fundadores, cada um dos fundadores ficou responsável por escolher para a sua cadeira um nome de um vulto da literatura nacional como forma de reunir sob o

mesmo teto nomes de homens ilustres que engrandeceram a história literária nacional juntamente com o esforço dos atuais representantes, esses nomes escolhidos são os patronos.

Os arquivos dos patronos são coleções documentais feitas artificialmente pela instituição através de doações de membros da ABL e do serviço de *clipping* para reunião de recortes de jornais, dessa forma são arquivos menores em comparação aos arquivos dos fundadores e dos respectivos sucessores. Nessas coleções encontramos cartas, recortes de jornais, obras e fotografias.

A metodologia e os critérios adotados para o tratamento dos arquivos da ABL são:

Higienização dos itens: o Arquivo da ABL possui um setor responsável somente pela higienização e restauração dos documentos com profissionais da área.

Conhecer o titular do arquivo: é necessário ter informações mínimas tais que possam dar a conhecer e mapear a vida pessoal, familiar, profissional e acadêmica do titular do arquivo. Procurar identificar ou localizar referências históricas da acumulação dos documentos pelo titular, pela ABL ou pelo proprietário original.

Levantamento e identificação documental: identificar as tipologias dos documentos e o teor de seu conteúdo e da informação contida. Toda e qualquer proposta de tratamento arquivístico só poderá fazer algum sentido após esse levantamento inicial.

Identificação de fundo e coleção: identificar os documentos que fazem parte do fundo arquivístico ou da coleção de documentos do arquivo do acadêmico em tratamento.

Elaboração do arranjo intelectual e físico: depois de estabelecida a divisão do que é fundo (caso haja) e do que é coleção, os documentos deverão ser arranjados intelectualmente, tanto no fundo como na coleção (sem misturar o que é fundo do que é coleção) em séries, subséries e/ou dossiês, definidas, originalmente, pelo titular do arquivo, ou, se não houver essa definição original, por critérios que agrupem documentos da mesma natureza, função, atividade, propósito, conteúdo/assunto e ou espécie/tipologia documental. Um arquivo pode possuir documentos em variados e diferentes suportes, como fotografias, fitas magnéticas, filmes cinematográficos, disquetes, CD-ROMs, microfilmes etc. Todos devem ser considerados como parte integrante e indissociável do arquivo.

Ordenação dos itens de acordo com o arranjo: nesta etapa, depois de estabelecido o arranjo intelectual, começamos a organizar os documentos fisicamente dentro de suas respectivas pastas, bem como separar cada item em papel neutro e colocar a notação do documento na parte superior, direita da frente do documento, com lápis 6 b.

Descrição documental: a descrição deve ser uma “radiografia” de um documento. Ela deve ser de tal forma completa e precisa que possibilite ao arquivista executar os tratamentos subsequentes sem a necessidade de consulta aos documentos originais. Nas planilhas de descrição deverão constar todas as informações e características relativas à unidade documental, seguindo as normas da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística).

Inserção dos itens na base de dados: a partir de 2014 iniciamos a alimentação da base de dados do Arquivo da ABL para acesso e divulgação dos arquivos organizados através do *site* da instituição.

Produção do inventário: o inventário é o produto capaz de revelar o potencial de um arquivo, facilitando a identificação das informações desejadas e o percurso do usuário. Ele não substitui a consulta aos originais.

Digitalização: após os arquivos estarem organizados, com notação em cada item documental e descritos na base de dados, é realizada a digitalização item a item e colocada a marca d'água da ABL, para que as imagens sejam inseridas na base de dados e divulgadas no *site*.

Divulgação no *site* da ABL através da base de dados: até o momento os 40 arquivos dos patronos e 30 arquivos de fundadores estão disponíveis no *site* da ABL, através da base de dados Sophia Acervo.

Durante a experiência adquirida através do contato com os arquivos pessoais, percebemos que cada arquivo se apresenta de um jeito ao arquivista no momento da organização. Nas coleções documentais existentes na ABL, os arquivos se assemelham, pois, são compostos, geralmente, por poucos itens, o que facilitou o critério adotado pela equipe de organizá-los em forma cronológica. Já quando se trata de fundo documental, percebemos diversas diferenças entre os arquivos pessoais ao serem tratados.

Por ser um arquivo maior, em quantidade de itens, em alguns fundos documentais é perceptível a intenção do titular em guardar seus "papéis" para a posteridade, bem como outras intencionalidades do próprio titular, ou até

mesmo dos herdeiros, ao nos darmos conta de que uma função da vida do titular ganhou maior destaque em sua papelada em detrimento de outras. Pensando dessa forma, Luciana Heymann comenta:

[...] Muitas vezes os arquivos pessoais, por serem função de uma atividade acumuladora desempenhada pelo titular ou por terceiros, ou seja, por dependerem da “vontade de guardar”, de um lado, e por terem passado por processos de expurgo ou perda acidental, de outro, não retratam de maneira satisfatória, do ponto de vista da pesquisa histórica, a trajetória do seu titular. Muitas vezes ocorre uma concentração documental sobre apenas um período de atuação ou uma das dimensões da sua experiência de vida (a pública ou a privada), ou acontece de o arquivo, simplesmente, ser inexpressivo ou não existir. (HEYMANN, 2012, p. 174)

Reforçando a ideia de Heymann, me debruço em Pomian para entendermos que a reunião de papéis de uma pessoa é a linguagem que engendra o invisível, permitindo assim, ao pesquisador, o acesso aos documentos pessoais de acadêmicos já falecidos, o que muitas vezes encanta, pois permite falar dos mortos como se ainda estivessem vivos, dos acontecimentos passados como se fossem presentes, do longínquo como se fosse próximo, e do escondido como se fosse manifesto (POMIAN, 1984, p. 68).

A relação entre o visível e o invisível sugere uma superioridade atribuída ao último em relação ao primeiro, levando as pessoas a se interessarem por objetos deixados pelos mortos e buscando nos arquivos esses meios de “comunicação” com o invisível. Mas é bom reforçar a ideia

de que um fundo documental, apesar de sedutor, não significa exatamente o espelho da vida do titular, pois sabemos que arquivos pessoais, são, de fato, construções, como afirma Felipe Brandi (2013):

Sedutoras, as fontes contêm, desse modo, algumas ciladas ao pesquisador. Entre elas está, em primeiro lugar, a sensação – ela sim, bastante real – de se ter, finalmente, acesso ao autor “real”, despojado de todas as máscaras da vida pública, tal como ele genuinamente foi. Ora, a própria constituição, organização e disposição dos arquivos é já uma tela deformadora, que distorce a vista do pesquisador e lhe impõe, ainda que de modo não friamente calculado, determinada orientação. Inelutavelmente. Pois o arquivo pessoal é, ele mesmo, um filtro, e o importante talvez seja procurar, não tanto transpor ou dissipar a tela (o que, por direito, é irrealizável), mas tomá-la, primeiro, como um objetivo em si mesma e, logo depois, como ferramenta facultando a observação do autor estudado. Isto é, fazer desse filtro não mais um obstáculo a ser superado, mas um artefato auxiliar do questionário do investigador. (BRANDI, 2013, p. 111)

Tal “tela deformadora”, a que Brandi se refere, é comum em arquivos pessoais desde o momento da doação de um arquivo para uma instituição. Valores estão em jogo e a escolha *do que* será doado e *para onde* será doado são questionamentos presentes para o titular e/ ou seus herdeiros e, junto com a “tela deformadora” vem também a chamada “ilusão biográfica”. Pierre Bourdieu (1996) defende a ideia de que a biografia de um indivíduo não é passível de ser descrita de forma coerente e linear por apresentar diversas possibilidades de atuação, em

diferentes campos mutáveis, sendo, por isso, uma “ilusão” narrar toda uma história de vida de um indivíduo através de seu arquivo pessoal, já que nele acontecem acréscimos, expurgos e silenciamentos que refletem apenas o que se deseja mostrar.

Diante desse cenário que encontramos em fundos documentais de arquivos pessoais, causaria ainda mais perdas informacionais se o critério adotado para a organização dos itens fosse a cronológica, tal como foi utilizada nas coleções. Para que o arquivo pessoal reflita de forma mais clara possível as funções exercidas pelo titular ao longo de sua vida, o critério de organização mais adequado seria o funcional, mantendo a integridade dos conjuntos documentais como informação, refletindo no arranjo as origens e os processos que os criaram.

Bellotto comenta que se o arquivo permanente visa atender ao pesquisador, pode parecer paradoxal que o arranjo seja baseado na forma administrativa. Para o historiador seria mais fácil que a ordenação fosse temática, cronológica ou geográfica. Entretanto, tal ordenação faria desaparecer ou diluiria a percepção da razão de ser do documento, o que, afinal, o deformaria aos olhos do consulente.

Em muitos casos pode vir ao encontro de uma pesquisa muito mais a natureza e o significado do documento dentro do conjunto orgânico do que a informação nele contida. De qualquer forma, o historiador não deixa de ser servido quanto aos conteúdos: para tanto existem os instrumentos de pesquisa e seus respectivos índices, que, se montados seguindo a metodologia preconizada pela análise

documentária, cumprirão a desejada transferência da informação. (BELLOTTO, 2004, p. 139)

CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Adotando o critério que não se esperaria a organização do arquivo para a disponibilização do acervo à consulta, a ABL atende aos consulentes que desejam realizar suas pesquisas mesmo em arquivos em organização. Para isso, é necessário, antes fazer o levantamento documental do acervo que será disponibilizado para consulta para que haja o controle de todos os itens. Esta decisão foi tomada desde a criação do Arquivo e perdura até hoje. Não é possível saber os impactos que essa medida tem, mas acredita-se que muitos pesquisadores prefiram consultar o arquivo sem organização a encontrá-lo fechado à consulta.

Sendo assim, o Arquivo da ABL é aberto ao público de segunda a quinta-feira, das 10 horas às 17 horas, mediante o agendamento via telefone ou *e-mail* [2].

Qualquer pessoa, em qualquer nível de escolaridade, pode acessar os arquivos dos acadêmicos e reproduzir os itens de interesse, mediante a autorização da chefia, o preenchimento e a assinatura do Termo de Reserva de Direitos Autorais. Nele deverá ser explicitado o objetivo da pesquisa, e para qual fim aquela imagem reproduzida será utilizada, bem como a citação dos créditos para o Arquivo da Academia Brasileira de Letras.

Além das pesquisas presenciais, o Arquivo da ABL conta também com o atendimento de pesquisas à distância, via *e-mail*. Tendo uma procura representativa, são atendidos anualmente uma média de 120

pesquisadores à distância sem nenhum tipo de cobrança monetária ou taxa por esta atividade, já que a ABL é considerada uma instituição sem fins lucrativos, isenta de impostos.

CONCLUSÃO

O alargamento da noção de arquivo, remetendo à valorização dos documentos produzidos e acumulados por indivíduos, vem ganhando destaque na nossa história e nas ciências sociais no Brasil, desde a década de 1970, ampliando a noção de produtores de arquivos e conferindo cada vez mais espaços aos arquivos pessoais nas instituições de memória.

Na origem dessa valorização, e também como um de seus efeitos, os arquivos pessoais cada vez mais despertam o interesse de pesquisadores associados a um “encantamento” que poderia levar os pesquisadores a acreditarem que o arquivo é capaz de garantir o contato entre o consulente e o titular, na medida em que o primeiro teria a chance de conhecer a intimidade e os pensamentos do segundo.

Sendo assim, o arquivo pessoal, ao ser incorporado a um acervo de uma instituição, passa do conceito e âmbito de privado ao do público, tornando-se passível de futuras intervenções diferentes do seu propósito inicial de produção e acumulação. Isso pode trazer uma série de problemas, mas também soluções, pois muitas vezes, o que era considerado um amontoado de papéis velhos que ocupavam muito espaço em um ambiente doméstico, se

transforma em relevantes fontes de pesquisa para diversas áreas do conhecimento.

Um arquivo doado a uma instituição está na verdade entrando no processo de ressurreição, ou seja, em vez de sem uso, ele se torna *vivo, pulsante*, ainda que não esteja mais ativo.

A lógica de acumulação dos documentos pessoais é de caráter particular, mas em alguns casos também pode assumir um caráter coletivo. Esta constatação não deve atrapalhar o trabalho do arquivista que deverá construir uma conexão entre a lógica de acumulação e a de acesso, sem que com isso comprometa a contextualização desses documentos e, conseqüentemente, o trabalho de organização e recuperação da informação.

No caso do Arquivo dos Acadêmicos da ABL, além dos arquivos doados pelos herdeiros e familiares, houve um grande esforço por parte dos acadêmicos para a criação de um panteão literário, com a reunião de documentos sobre eles que pudessem ser utilizados como instrumentos de celebração e como fontes de pesquisa. Assim como em outras instituições, a opção metodológica utilizada foi a divisão dos arquivos em fundo e coleção.

Portanto, ao descrever um arquivo pessoal é preciso entender além da lógica de acumulação do titular, a compreensão do que é um arquivo. É óbvio que em arquivos de titulares já falecidos não se terá acesso a esta informação através do titular. Mas pela análise dos documentos também podemos chegar próximo dessa compreensão.

Os arquivos pessoais, assim como os institucionais, são o resultado das ações e de representações de seus

produtores, ou seja, de suas atividades, de suas competências, de seus objetivos, mas também dos seus interesses particulares, dos seus desejos íntimos, de sua forma de lidar com o passado e o futuro. Talvez esta seja sua característica determinante. Dessa forma, consciente do grande valor patrimonial que o Arquivo da Academia Brasileira de Letras possui para a história cultural e literária do Brasil, a organização e divulgação de seu acervo se tornaram urgente e necessária. Iniciadas essas etapas pelos arquivos dos patronos e dos fundadores, como podemos ver brevemente explicitado nesse trabalho, a equipe se vê motivada diante dos resultados positivos obtidos para dar prosseguimento na organização dos arquivos pessoais dos acadêmicos, rumo ao seu maior objetivo: a difusão e o acesso de seu acervo pelo maior número de pessoas.

NOTAS

[1] Múcio Leão foi eleito Diretor do Arquivo, onde permaneceu até o seu falecimento em 12 de agosto de 1969. Após o seu falecimento, o Arquivo recebeu, em sua homenagem, o seu nome.

[2] O e-mail do Arquivo da ABL é arquivo@academia.org.br e o telefone é (021) 2212-1405.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1996.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Estatutos e regimento interno**. Rio de Janeiro: ABL, 1897.

_____. **Livros de atas das sessões da Academia Brasileira de Letras**. Rio de Janeiro: ABL, 1896 - 2008. (manuscrito e datilografado)

_____. **Metodologia Arquivística do Arquivo dos Acadêmicos**. Rio de Janeiro, 2002/ CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE:

norma brasileira de descrição arquivística, adotada em 2006. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRANDI, Felipe. **Arquivos privados e história dos historiadores:** sobrevoo no acervo pessoal de Georges Duby. In.: Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisas. Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo:** a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012

POMIAN, Krzysztof. **Coleção.** In: Enciclopédia Einaudi, vol. 1 Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, p. 51 - 86, 1984.

SOUZA, Juliana Amorim de. **Roquette-Pinto imortal:** constituição, tratamento e usos do Arquivo Roquette-Pinto na Academia Brasileira de Letras. 2015, 125f. Dissertação (mestrado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Orientadora: Luciana Quillet Heymann.

JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS (1927-1998). LÍDER ATIVISTA DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL: TRATAMENTO ARQUIVÍSTICO DO SEU ACERVO

SILVIA ROSANA MODENA MARTINI
DANIELLE DANTAS DE SOUSA

“Quando penetrei pela primeira vez nessas catacumbas manuscritas, nessa necrópole de monumentos nacionais, teria dito de bom grado (...): ‘eis a morada que escolhi e o meu descanso eterno.’ Não tardei, porém, a perceber, no silêncio aparente dessas galerias, que havia um movimento, um murmúrio, algo que não pertence à morte. Esses papéis, esses pergaminhos deixados ali há muito tempo nada pediam a não ser a possibilidade de rever a luz do dia. Esses papéis não são papéis, e sim vidas de homens, de países, de povos.”

Jules Michelet [1], 1833

Os arquivos pessoais ganham relevância quando a arquivologia passa a considerá-los como objeto de estudo e a academia como possibilidades de fontes de pesquisas. Conceitualmente, arquivos pessoais são conjuntos documentais, de origem privada, geralmente acumulados por pessoas físicas. Pessoas ou grupos de pessoas guardam documentos que contam momentos de suas vidas, seus interesses, suas preferências, e trazem como arcabouço registros do cotidiano e da inserção do

indivíduo na sociedade. Constituem-se valiosas fontes de pesquisa, quer seja pelas possibilidades de novos conhecimentos, quer seja pela sua materialidade, que se estudada revela vestígios de uma época. Vale frisar que os documentos administrativos ou pessoais nascem para cumprir uma determinada função na sociedade e/ou expressam uma atividade de quem os produziu, portanto, não se caracterizam desde o seu nascimento como documentos de arquivo, visto que podem se tornar documentos arquivísticos. Seria ingênuo acreditar que alguns titulares dos arquivos pessoais, com relevância social, política, econômica, acadêmica ou cultural não preparam seus arquivos para a posterioridade, ou mesmo, que após sua morte, a família não possa 'editar' o conteúdo de seu acervo dando um viés que lhe convém.

Percebe-se hoje que a busca por estes acervos, principalmente nas áreas de ciências humanas, vem aumentando significativamente. Busca-se cotejar a produção do conhecimento científico com estes acervos pessoais, que podem revelar práticas desconhecidas pelo grande público e até mesmo pelos acadêmicos e profissionais da área. Do ponto de vista das instituições de memória, para trabalhar com esta documentação, faz-se necessário um corpo técnico especializado e interdisciplinar, como arquivistas, bibliotecários, historiadores, sociólogos, profissionais de tecnologia da informação, entre outros, em estado de contínua atenção para a preservação, organização e difusão, em sintonia com as expectativas e anseios da sociedade e da academia.

Quando não processados, os acervos pessoais podem comprometer a memória política, cultural e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia do país. É o caso do arquivo pessoal de João Antônio de Souza Mascarenhas, mantido no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) [2], do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). João Mascarenhas acumulou documentação, periódicos, livros e folhetos no exercício de sua função, enquanto advogado, funcionário público e principalmente, como militante do movimento homossexual brasileiro. A equipe técnica do AEL [3], apoiada por bolsistas do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da universidade, debruçou-se, recentemente, sobre este material e surpreendeu-se ao observar que a documentação existente referia-se ao próprio João Mascarenhas, e não ao grupo Triângulo Rosa, como até então era conhecido no Arquivo. Além dos ajustes técnicos na organização dessa massa documental, a equipe técnica do AEL ratifica a necessidade da organização dos acervos ser realizada de forma conjunta por equipe interdisciplinar, capaz de atentar e oferecer tratamento à documentação de acordo com sua natureza, bem como classificar os documentos de acordo com sua proveniência. Este exemplo demonstra como a forma de organização pode induzir pesquisadores a equívocos, o que nos incentiva a indagar sobre o tratamento dado aos conjuntos documentais em instituições arquivísticas de forma compartimentada.

Diante da sociedade atual, conhecida como sociedade do conhecimento, anteriormente denominada da informação, o que os arquivos pessoais nos incitam? O que

representam para a sociedade, academia, estado, usuários e para os profissionais de arquivo que 'conduzem' esses documentos à "possibilidade de rever a luz do dia", conforme citado na epígrafe inicial? A partir dessas indagações objetiva-se compreender como se organizam os arquivos pessoais nas instituições arquivísticas e como o tratamento dado à documentação pode 'privilegiar' uma leitura do acervo. Vale lembrar, que o AEL, por ser uma instituição híbrida, um centro de documentação, abriga documentação arquivística, biblioteconômica e museológica e conseqüentemente utiliza teorias, normas e metodologias específicas para o tratamento destes acervos.

Isto posto, pode-se dizer que os arquivos pessoais são também de interesse público e social em função da relevância histórica e cultural. Há leis que determinam sua preservação e disponibilização para consulta. No Brasil, temos a Lei de acesso às informações públicas - Lei nº 12.527 de 2011; a Lei federal 8.159 de 1991, conhecida como a lei dos arquivos e seu Decreto 4.073 de 2002 que a regulamenta, e a Resolução n. 17 de 2003, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), entre outras.

Por fim, gostaríamos de frisar que neste processo de dispor ao público esses arquivos, ampliam-se as responsabilidades institucionais. O valor atribuído aos documentos - científico, histórico, cultural ou artístico - influenciam sobremaneira os níveis de tratamento técnico, de preservação e de difusão a serem adotados e pode inclusive comprometer futuras pesquisas e a construção de diferentes saberes.

O ARQUIVO EDGARD LEUENROTH - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SOCIAL (AEL)

O AEL ganhou corpo no início dos anos 1970 quando Paulo Sérgio Pinheiro soube que o arquivo pessoal de Edgard Leuenroth, militante anarquista e do movimento operário, poderia ser vendido pela família à Universidade do Texas - USA. Juntamente com Michael Hall e mediado por Azis Simão, inicia-se um processo de diálogo com a família, que abrigava o acervo em um barracão no Brás, em São Paulo. Manoel Tosta Berlinck (1937-2016) e Fausto Castilho (1929-2015), diretores do IFCH na década de 1970 'sonhavam' com a constituição de um arquivo nos moldes do Centro de Pesquisa e Documentação de História (CPDOC) [4] conforme relato de Pinheiro em entrevista à Ligia Belém (BELÉM, 1999).

Após 45 anos de fundação, tudo indica que o sonho transformou-se em realidade, visto que o AEL se consolidou como um laboratório da área de ciências humanas ao abrigar acervos de diversas temáticas, muitas em consonância com as linhas de pós-graduação do IFCH.

Paulo Sérgio Pinheiro, na referida entrevista, rememora a dificuldade da compra deste acervo pela UNICAMP e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) em função dos "anos de chumbo", regidos à época pelos presidentes Médici e Geisel. A justificativa para a aquisição de um acervo com documentos do anarcosindicalismo foi fundamentada por Azis Simão e Antonio Cândido, que reiteraram a importância de se estudar a história do movimento operário para entender o processo de industrialização no país. Ainda nestes anos,

Pinheiro e Hall submeteram à mesma agência de fomento o projeto “Fontes para História da Industrialização” e Paulo Sérgio Pinheiro assumiu a coordenação, após o nome do pesquisador que ele havia indicado ter sido vedado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

O projeto em questão, além de reunir documentos sobre o movimento operário e sindical, trouxe também ao AEL, alguns conjuntos documentais representativos da história da industrialização, a saber: Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) e Roberto Mange (RM) e acervos fotográficos de empresas datadas das primeiras décadas do século XX. Esse corpo inicial de documentação deu origem ao AEL e levou a comunidade científica a caracterizá-lo como um arquivo do movimento operário e da história da industrialização.

A partir dos anos 1980, respondendo à inquietação da sociedade brasileira pela redemocratização do país e atento à ampliação e diversificação das linhas de pesquisa da pós-graduação do IFCH, os gestores passaram a captar conjuntos documentais representativos do momento. Assim, o AEL passou a incorporar acervos dos movimentos sociais procedentes das temáticas: feminista, homossexual, estudantil, comunidades eclesiais de base, movimento sindical, cultural e outros.

Dando continuidade à formação do acervo do Arquivo, no final do século XX e início do novo milênio, os projetos dos acadêmicos do IFCH dotaram o AEL de fontes de pesquisa sobre o Brasil do século XIX ao adquirirem da Fundação Biblioteca Nacional microformas de periódicos do referido período. Por meio do Projeto FAP-Livros [5]

chegaram também documentos da África, Ásia e América Latina, ampliando o leque de fontes de pesquisa.

Múltiplos usuários se beneficiam da diversidade dessas fontes documentais, hoje somadas a mais de uma centena de fundos e coleções. Nestes quarenta e cinco anos de instituição, sem ter uma política explícita no tocante a captação de resultados e produtos oriundos destas pesquisas, constata-se uma expressiva quantidade de dissertações de mestrado e teses de doutorado [6], livros e filmes produzidos. Vale mencionar que nem só os pesquisadores são usuários da instituição, pois, recebe frequentemente visitas dos estudantes do ensino médio, graduação de outras universidades, jornalistas, familiares, curiosos e historiadores por convicção.

CONJUNTOS DOCUMENTAIS DO MOVIMENTO HOMOSSEXUAL NO BRASIL. O CASO DE JOÃO ANTÔNIO DE SOUZA MASCARENHAS

"A César o que é de César"

Começo de uma frase atribuída a Jesus
nos evangelhos sinóticos

Os acervos documentais guardados no AEL, entre eles os de temática do movimento homossexual, permitem reconstituir a história da comunidade LGBT do país. Os acervos desta temática tornam o Arquivo referência "da memória e das pesquisas sobre direitos humanos da população LGBT brasileira e sobre os movimentos sociais voltados à defesa da diversidade sexual do Brasil

[...]” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2018). A exemplo disso constata-se que estes acervos trazem documentos da primeira fase do movimento, inclusive de grupos que surgiram durante a ditadura civil-militar, quando reivindicavam a redemocratização do país. Exemplo é o Grupo Somos de Afirmação Homossexual, da cidade de São Paulo, que emergiu no final da década de 1970, atualmente em fase de processamento pela equipe técnica do AEL. Um segundo momento, identificado na documentação, expressa que o movimento ganhou novo destaque a partir dos anos 1980, quando militantes do grupo Triângulo Rosa, em especial liderados por João Mascarenhas, passaram a revigorar o movimento *gay*, motivando seus membros a “assumir[em] sua orientação sexual e encontrar os seus iguais” (CÂMARA, 2015).

Cordão (2017) menciona que o processo de socialização e guetificação se deu a partir da década de 1960 quando surge a ideia de uma comunidade *gay* internacional. Nos grandes centros urbanos, que privilegiavam o anonimato, irrompem redes de socialização, entre elas o de comunidades assumidamente homossexuais, por meio de grupos, turmas e associações. O crescimento destas turmas passou a ser exponencial, assim como a publicação de pequenos jornais dos grupos homossexuais, que restringiam-se, inicialmente, a divulgar eventos da comunidade. Com o endurecimento da ditadura civil-militar no Brasil, muitos destes grupos encerraram suas atividades e ressurgiram somente no anos 1980, época da redemocratização do país. Junto aos grupos tivemos também o ressurgimento dos periódicos, que não se ocupavam mais somente dos acontecimentos

internos às agremiações, mas traziam também relatos e informações do universo homossexual.

Contudo, também nos anos 1980, a comunidade homossexual no Brasil sofreu duro golpe; disseminou-se a noção de que a AIDS estava relacionada ao pecado e à homossexualidade (GALLAS; OLIVEIRA, 2012). Porém,

A luta contra a doença acabou se refletindo na reorganização do movimento, na medida em que realizaram campanhas de prevenção e luta contra o preconceito aos portadores. Nesta conjuntura, a militância cresce, sobretudo, por meio da sua institucionalização e formalidade, que foi formatada tanto por ONGs como por meio de iniciativas que visavam concorrer a editais e políticas criadas pelos órgãos do Ministério da Justiça e da Saúde, em contraste com o final dos anos 1970, quando predominava a horizontalidade e a não institucionalização. A partir da década de 1990 as pautas de reivindicações ficam menos reféns da luta contra a AIDS, diversificam-se mais e novos sujeitos ganham protagonismo na luta (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2018).

O movimento homossexual ganha novamente notoriedade no início deste milênio quando emerge a intolerância a padrões de gênero e orientação sexual. Apesar do Supremo Tribunal Federal determinar que a conduta sobre discriminação dos LGBTs passe a ser punida pela Lei de Racismo (7716/89), em pleno século XXI, o que se assiste é uma crescente violência contra a comunidade LGBT, confirmado pelas “estatísticas mundiais como o país onde mais se mata por discriminação LGBT”. Um bom exemplo desta intolerância é a recepção do acervo Identidade - Grupo de Luta pela Diversidade Sexual de

Campinas, em 2015, “recolhido ao AEL num contexto de ataque homofóbico à sede do grupo” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2018).

O papel do AEL neste momento é permitir que os conjuntos documentais LGBT venham à “luz do dia”, quebrando preconceitos e garantindo às futuras gerações subsídios para que parte da história do país seja sempre lembrada e constantemente reelaborada, visto que constituem-se valores inarredáveis ao AEL a salvaguarda do patrimônio documental e o direito à memória. Observa-se que ao dispor à comunidade acadêmica e à sociedade os acervos do movimento homossexual, o AEL contribui com pesquisas na área dos direitos humanos da população LGBT e da defesa da diversidade sexual no Brasil. Outro indicador que sugere a importância desta temática na instituição é a quantidade de usuários presenciais e à distância que se dirigem ao AEL para realizar suas pesquisas antes mesmo que os conjuntos documentais estejam disponíveis para consulta.

O processamento dos acervos do movimento homossexual - alguns em organização, como Paulo Ottoni, Grupos SOMOS, Outra Coisa e João Mascarenhas - além de promover o combate ao preconceito, possibilita aos pesquisadores evidenciar alguns fatos/obras importantes para a história do próprio movimento, como por exemplo, os registros do primeiro grupo lésbico do país, o Grupo de Afirmação Lésbico Feminista (GALF); periódicos de vanguarda como o Okzinho, O Taradinho - considerado de teor pornográfico e erótico, O Snob (1963 a 1969), Gente Gay (1976-1978) e Lampião da Esquina, este último considerado a primeira publicação homossexual de

grande circulação no país (CORDÃO, 2017). Como característica de uma época, as publicações periódicas que incontestavelmente contam a trajetória e história desta comunidade, em sua grande maioria, eram confeccionadas artesanalmente, algumas datilografadas, outras mimeografadas, geralmente de alcance restrito, sem financiamento e de baixo interesse comercial.

Diante das especificidades dos materiais produzidos pelos grupos LGBTs, muitas com periodicidade irregular e sem informações que qualifiquem a publicação, o olhar atento do catalogador é fundamental para que estas - enquanto item no arranjo - integrem e propaguem a história e natureza do conjunto documental. Além de inserir os dados em um sistema de busca, requer que o profissional pesquise a história da publicação e atue em conjunto com a equipe que está organizando a produção textual e imagética do acervo.

Howes (2003) aponta a importância de João Mascarenhas para o movimento ativista gay brasileiro. Menciona que em vida, possivelmente por seu comportamento tímido, não era muito conhecido por seus pares. Porém,

Somente no fim da vida, houve um movimento para reconhecer a contribuição que ele tinha feito para melhorar a situação dos homossexuais brasileiros, simbolizado pela outorga do Prêmio Pedro Ernesto, da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, em 1994.

Assim como a homenagem tardia da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, o AEL, por meio da organização do acervo doado em 1989 por Mascarenhas,

repara uma dívida histórica com o produtor/doador do conjunto documental, ao atribuir a titularidade do acervo à Mascarenhas, e não ao Triângulo Rosa, como foi nominado desde o início. De fato, ele fundou o grupo Triângulo Rosa (1985-1988), e ao longo de sua militância, defendeu os direitos e liberdades individuais dos homossexuais, e neste caso o acervo que estava sob a guarda, retrata sua trajetória pessoal e não somente a do grupo Triângulo Rosa.

Algumas pistas de que a titularidade do conjunto documental possivelmente não era do grupo pode ser encontrada na obra *Cidadania e Orientação Sexual* (CÂMARA, 2015). A autora aponta a dificuldade em realizar suas pesquisas ao estudar a trajetória do grupo Triângulo Rosa em razão da dispersão das fontes documentais. Além da documentação que estava sediada no AEL, entrevistou pessoas que haviam participado deste grupo, bem como teve a oportunidade de consultar os acervos 'particulares' dos entrevistados. Estas duas proposições leva-nos a pensar que o acervo institucional do grupo foi pulverizado e cada integrante do grupo ficou com uma parte.

No Arquivo esta documentação recebeu tratamento fragmentado. Inicialmente, os periódicos foram catalogados e inseridos no sistema de busca do AEL, o Pesquisargh [7] sem contextualização. A documentação textual encontrava-se 'arquivada' no acervo com uma listagem não pormenorizada do conjunto. Somente em 2018, com o início da organização da documentação, começou a se esboçar a ideia de que o conjunto documental doado ao AEL não pertencia ao grupo e sim ao próprio Mascarenhas. Supõe-se que a instituição, por

privilegiar a catalogação do material bibliográfico em detrimento do material arquivístico, comprometeu o vínculo original da documentação, uma vez que o conjunto documental não foi tratado em sua integridade. Como nos alerta Camargo e Goulart (2007, p. 35-36) é necessário tratar “o arquivo pessoal como conjunto indissociável, cujas parcelas só tem sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram”.

Posto isto, cabe à instituição, que abriga o acervo do movimento homossexual e especificamente o de Mascarenhas, discutir os processos técnicos e as formas de divulgação bem como dar vazão a toda a informação retida nas caixas-arquivo que abrigavam o até então conhecido Triângulo Rosa.

OS PROCESSOS TÉCNICOS DO AEL E A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ACERVO JOÃO MASCARENHAS

Arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação, como instituições de memória, salvaguardam acervos nas suas mais variadas tipologias e suportes documentais (TESSITORE, 2003). Considerados patrimônios, os acervos mantidos nestas instituições, cumprem sua função social, qual seja, oferecer à sociedade o direito à memória e ao exercício da cidadania.

Historicamente, os acervos pessoais recebidos por estas instituições foram tratados comumente pela biblioteconomia. As técnicas arquivísticas de organização

de acervo ainda principiavam-se e a biblioteconomia já tinha um escopo bem definido. Em muitas instituições de memória, como o AEL, a documentação textual foi processada de forma isolada, assim como o material bibliográfico. Em alguns casos, depositada em uma “reserva” técnica à espera de profissionais que os processem ou a partir de demandas da comunidade acadêmica e público externo interessados na temática. Isso levou a resultados desfavoráveis, como a descaracterização do conjunto documental e do propósito primeiro do doador.

Camargo (1999) menciona que os centros de documentação e memória tiveram papel ímpar no tocante a geração de informação e organização de fontes para pesquisa. É o caso da Unicamp e do AEL que assumiram, pioneiramente, a responsabilidade de preservar parte do patrimônio documental do país.

Como centro de documentação, o AEL, ao longo de sua trajetória, ampliou as temáticas e diversificou suas fontes documentais, ao incorporar acervos relativos aos movimentos sociais, à repressão política, história cultural, entre outros. Em se tratando de arquivos pessoais, os doadores, alguns em vida, outros representados pelas famílias, avaliam a instituição como possibilidade única de perpetuar a memória do doador e em contrapartida esperam o processamento e divulgação do material doado. O desafio das instituições e dos profissionais de arquivos é organizar e dispor, em curto espaço de tempo, essas fontes de pesquisa.

Munidos de técnicas, normas, padrões e ferramentas tecnológicas, os profissionais envolvidos no tratamento

documental utilizam a biografia do produtor para contextualizar e manter a lógica dos documentos sem individualizá-los e alcançar os objetivos da descrição documental, considerando também o tratamento do material de apoio - bibliográficos ou não - pois sem este procedimento os leitores destes acervos podem se sentir como um estrangeiro, por não compreender a informação organizada.

A importância da organização da informação, independente do suporte que se encontra, proporciona uma ampla recuperação do acervo e o contexto de produção do documento. Explorando as ferramentas e sistemas de catalogação e de descrição arquivística, por exemplo, pode-se amplificar o conteúdo do acervo. Como é o caso de uma publicação do grupo Triângulo Rosa, Boletim Informativo Triângulo Rosa n. 11, de fev. 1988, mantido hoje no conjunto documental João Antônio Mascarenhas, que traz artigos de discussões do grupo e algumas preocupações de primeira ordem, que se catalogado sem considerar seu contexto no conjunto como um todo, individualmente, sem os devidos registros, autorias, notas, marginálias, não contemplariam a riqueza da publicação. Outro exemplo encontrado no acervo do titular são dois números das publicações estrangeiras *Man* e *Gay Journal*, editadas em francês e alemão respectivamente, que por não estarem catalogadas adequadamente, não explicitavam o motivo da guarda destes exemplares pelo titular, a saber: reportagens sobre o Lampião da Esquina, do qual o titular foi um dos fundadores da publicação. Tais exemplos demonstram o perfil dos documentos arquivísticos, pois, não devem ser

tratados de forma individual como faz a biblioteconomia. Sem uma catalogação detalhada, podem-se perder informações essenciais para a pesquisa.

Esta forma de tratamento da informação nem sempre é realizada pelas unidades de informação, porém, se realizada possibilitaria à sociedade do conhecimento resultados surpreendentes: novos conhecimentos, novas pesquisas, novos caminhos, novos comportamentos e atitudes.

Neste sentido, o AEL vem considerando as relações interdisciplinares dos profissionais que trabalham na organização dos conjuntos documentais, observando que sempre há dilemas e dúvidas no processo de organização. O conjunto documental João Mascarenhas, apesar das diferentes características - suporte, forma, formato, gênero, espécie e tipo - é tratado em conjunto pelos seus profissionais com objetivo de proporcionar aos usuários estabelecerem relações e conexões que o titular mantinha em sua vida privada.

Outro recurso informacional disponível para o acesso e preservação da informação é a digitalização ou reformatação de suportes para garantir seu acesso remotamente. Este processo proporciona flexibilização e autonomia ao usuário, ao ultrapassar os limites geográficos e temporais, assim como pode compor o repositório institucional.

Finalizado o trabalho do conjunto documental João Antônio Mascarenhas, o inventário estará disponível online. No entanto, devido a alteração de titularidade de João Mascarenhas em substituição a nomeação Triângulo Rosa, fica a questão: como apresentaremos aos

pesquisadores e consultantes do AEL a nova titularidade, já que buscam na instituição o acervo do Triângulo Rosa?

Considera-se necessário estabelecer algumas estratégias como, por exemplo, utilizar-se de remissivas toda vez que os técnicos do AEL divulgarem o acervo de João Mascarenhas como titular, nos instrumentos de pesquisa, no site da instituição, nas mídias sociais etc., assim como quando participarem de simpósios e encontros, produzirem artigos científicos para divulgar este conjunto. Outra possibilidade é destacar na ficha de descrição no campo específico história arquivística, a mudança de titularidade, justificando o motivo. Faz-se necessário treinar o próprio corpo técnico da instituição no atendimento ao usuário.

Algumas outras possibilidades também seriam viáveis como: potencializar os estudos sobre o acervo; fortalecer e ampliar as trocas acadêmicas, bem como ampliar a rede de modo a integrar outros pesquisadores, como a parceria já estabelecida com James Green, professor de história da América Latina da Universidade de Brown - USA e militante do movimento homossexual.

Com o intuito de difundir a titularidade deste conjunto documental e de outros, realizou-se ações e parcerias institucionais para difundi-los, a saber: exposição Histórias da Sexualidade no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) em 2017; produção acadêmica sobre o movimento homossexual, em especial de João Mascarenhas no II Congresso de Permanências dos Bolsistas SAE; bem como a produção de novos produtos institucionais, como o já esgotado Cadernos AEL nº 18/19 de 2003, hoje em meio digital [8].

Ademais, espera-se processar os demais conjuntos documentais existentes no AEL sobre a temática e produzir instrumentos de pesquisa com o intuito de divulgar e motivar novas pesquisas na área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A história é testemunha que presencia a passagem do tempo. Ela ilumina a realidade, vitaliza a memória, dá rumo, orientação na vida diária, e nos traz informações sobre a antiguidade”

Marcus Tullius Cícero - Cônsul da
República Romana

‘Arquivar’ registros que testemunham um tempo, para quem? Preservar, catalogar e dispor para quê? São questões que estão subjacentes a qualquer instituição de memória que visa fortalecer a cidadania e garantir a memória social expressa tanto no patrimônio material como imaterial. É por meio desta memória que os indivíduos de uma determinada sociedade se reconhecem como parte do coletivo.

Como uma instituição de memória, desde a sua fundação, o AEL preocupa-se em receber acervos documentais que registram o dia a dia de homens e organizações que ousaram pensar diferente da estrutura social vigente. Mais de 100 fundos e coleções rememoram as conquistas, as lutas e seus conflitos nestes últimos cento e trinta anos do Brasil republicano.

Dentre esta gama de acervos selecionou-se o acervo pessoal de João Mascarenhas, que não tinha sido processado e organizado arquivisticamente, contando apenas com uma listagem do material, sem qualquer padrão, que reduzia as possibilidades de pesquisa que este acervo ensejava. Vale mencionar que da recepção da documentação até a difusão por acesso remoto, o trabalho dos profissionais de arquivo é circunstanciado, exigindo muitas vezes destes profissionais estudos e pesquisas para contextualizar o acervo e torná-lo compreensível ao usuário. Preciosidades encontradas no acervo de Mascarenhas, como algumas já citadas e consideradas raras, podem elucidar outras leituras dos acontecimentos históricos. Neste sentido, destaca-se o quão importante são os cuidados de conservação, da construção do conhecimento e do saber técnico dos profissionais que processam estes acervos.

Observa-se nos registros da literatura que o início dos anos 1990 foi marcado pelo avanço e pelas inovações tecnológicas; assistimos a popularização da Internet - a rede mundial de computadores - com o desenvolvimento do navegador ou *browser* World Wide Web (www) pelo cientista, físico e professor britânico Tim Berners-Lee. Este novo cenário acabou por revolucionar tanto a produção da informação quanto sua disseminação, instigando os profissionais da informação a usufruir destes novos conceitos e ferramentas.

A sociedade e especificamente as instituições experienciaram uma nova forma de se relacionarem com a informação. Arquivos, centros de documentação, bibliotecas, entre outras, tinham então uma nova realidade.

A pesquisa em fontes primárias, realizada presencialmente, por meio de inventários ou demais instrumentos de pesquisa impressos foi, concomitantemente e gradualmente substituída por catálogos online e repositórios institucionais com recursos de recuperação dos dados bibliográficos e acesso aos documentos na íntegra; o que tornou o processo de pesquisa muito mais ágil.

Tradicionalmente o AEL atua nesta linha e, em 1995, iniciou um projeto de informatização de seu acervo. Segundo Araújo e Batalha (1999) o projeto “previa a implantação de um banco de dados e o desenvolvimento de um banco de imagens com o propósito de tornar disponível em rede nosso importante acervo de fotografias”. O projeto denominado Sistema Unificado de Arquivos da Unicamp (SUARQH) surgiu e foi desenvolvido pelo Centro de Computação da Unicamp (CCUEC), tendo em vista a dificuldade de encontrar um *software* que atendesse às necessidades e especificidades da área. No mesmo propósito, abrangendo o tratamento automatizado de todo seu acervo, em 2003, em parceria com os arquivos históricos da Unicamp, surge o Pesquisarqh, também desenvolvido pelo CCUEC, um sistema para descrição dos conjuntos documentais baseado na norma ISAD-G. O escopo do projeto contemplava seis módulos, no entanto, o desenvolvimento permaneceu somente no primeiro. O sistema ainda é utilizado nos arquivos da Unicamp, mas, com algumas falhas e limitações. Atualmente o AEL participa da discussão para estabelecer diretrizes sobre o repositório digital e a substituição do sistema

informatizado institucional de acervos permanentes da Unicamp.

Na sociedade do conhecimento, onde cada indivíduo se torna autor, os arquivos precisam inovar no gerenciamento dos conjuntos documentais, o que requer constante atenção e atualização tecnológica e profissional. Cabe ainda ao corpo técnico e instituições arquivísticas refletir e reformular os processos de organização dos acervos pessoais a fim de aperfeiçoar o atendimento ao seu usuário.

NOTAS

- [1] Jules Michelet, chefe da seção histórica do Arquivo Nacional, de 1831 a 1852, publicou entre 1822 e 1844 os seis primeiros volumes de sua famosa História de França. Foi professor de história moderna na École Normale e no Collège de France.
- [2] <https://www.ael.ifch.unicamp.br/>
- [3] Agradecemos em especial à Lívia Cristina Corrêa e Tainá Guimarães Paschoal, profissionais de organização de arquivos que atuam na organização deste conjunto documental, e pela contribuição na revisão e sugestões deste trabalho. Agradecemos também o auxílio dos bolsistas SAE: Fátima Moreira Lopes e Damião Silva Santos.
- [4] <https://cpdoc.fgv.br/>
- [5] <http://www.fapesp.br/5631>
- [6] Apresentados no Catálogo online de Teses e Dissertações do AEL, de 2018. https://www.ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/public-files/catalogo-teses-dissertacoes/catalogo_teses_2018_final.pdf
- [7] Há aproximadamente um ano mudamos a forma de catalogação das publicações impressas e seriadas. Utilizamos agora o software Sophia, que é o sistema do SBU/Unicamp.
- [8] <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/issue/view/149>.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; BATALHA, Cláudio H.M. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1999. Cap. 5, p. 65-77.

BELÉM, Lúgia. **Entrevista realizadas em 1999 por Lúgia Belém para o curso Especialização e Organização em Arquivos**, do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP). Campinas: [s.n.], 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto n. 4.073**, de 3 de jan. 2002. Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Arquivos. **Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003**. Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional. Disponível em: <http://conarq.gov.br/resolucoes-do-conarq/525-resolucao-17.html>. Acesso em: 19 set. 2019.

BRASIL. Congresso Nacional. [Lei de acesso à informação]. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm. Acesso em: 19 set. 2019.

CÂMARA, Cristina. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. n.9, p. 373-396. 2015.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2007.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da. **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1999. Cap. 4, p. 49-63.

CORDÃO, Vinícius Ferreira Ribeiro. As capas do Okzinho e o modelo hierárquico de homossexualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 11, 2017, São Paulo. **Encontro** [...]: [s.n.], 2017. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/11o-encontro-2017/qt-2013-historia-do-jornalismo/as-capas-do-okzinho-e-o-modelo-hierarquico-de-homossexualidade/at_download/file. Acesso em: 20 set. 2019.

GALLAS, Ana Kelma Cunha; OLIVEIRA, Yakowenko Guerra de. O surgimento da imprensa alternativa gay no Brasil: o caso do jornal *O Snob*. In: ENCONTRO NORDESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 2., 2012, Piauí. **Encontro [...]** Piauí: [s.n.], 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/nordeste/2o-encontro-2012/gt-7-2013-historia-da-midia-alternativa/o-surgimento-da-imprensa-alternativa-gay-no-brasil-o-caso-do-jornal-o-snob/at_download/file.. Acesso em: 20 set. 2019.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v.10, n.18/19, p.289-313, 2003.

PROJETO SAH - PESQUISARQH da UNICAMP. Campinas: [s.L.], 2005. Disponível em: <https://www.unicamp.br/sahu/projeto.pdf>. Acesso em: 12.09.2019.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado. Imprensa Oficial, 2003.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Existimos!** Contra o silêncio e esquecimento - pela preservação e difusão dos conjuntos documentais do AEL. Projeto apresentado ao Programa Iberoarquívicos, XX Convocatória de Apoio a Projetos Arquivísticos, 2018.

ARQUIVOS PESSOAIS DE CIENTISTAS: A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO FUNDO PESSOAL DE LAURO TRAVASSOS FILHO

JULIANA CABRAL DA SILVA
SUZANA CESAR GOUVEIA FERNANDES

O CENTRO DE MEMÓRIA DO INSTITUTO BUTANTAN E O FUNDO PESSOAL DE LAURO TRAVASSOS FILHO

O Instituto Butantan foi fundado no início do século XX para atender uma demanda da época, um surto de peste bubônica que atingia São Paulo e prejudicava a economia cafeeira por trazer empecilhos para a imigração na região portuária de Santos. Osvaldo Cruz, Adolfo Lutz e Vital Brazil foram incumbidos da missão de identificar a doença e, após as primeiras considerações sobre sua transmissão, desenvolver soro anti bubônico. Coube a Lutz e Brazil a investigação dos primeiros casos identificados e, por aspiração pessoal, Vital Brazil, foi além da produção de soro anti bubônico, se destacando também como pioneiro na produção de soro antiofídico. Desde este episódio, o Instituto Butantan tem se dedicado a três pilares

fundamentais: produção de imunobiológicos, pesquisa e a difusão e educação científica (IBAÑEZ, 2005).

O Centro de Memória do Instituto Butantan é o órgão responsável pela gestão do acervo museológico e arquivístico institucional, realizando ações de preservação e difusão de seu patrimônio e história: O acervo arquivístico do Centro de Memória é composto por documentos relacionados a história do Instituto Butantan, organizados em fundos institucionais - Fundo Instituto Butantan e Fundo Grupo Escola Rural - e fundos pessoais de cientistas e funcionários do Instituto Butantan.

A pesquisa científica no Instituto Butantan está relacionada a diversos campos da biologia, incluindo a entomologia e a parasitologia. Nessas áreas, especificamente, destaca-se o nome de Lauro Travassos Filho (1918-1989), que ocupou a Seção de Parasitologia do Instituto Butantan como chefe e pesquisador científico entre os anos de 1969 até 1988.

Constava no Fundo Instituto Butantan documentos relacionados estritamente a pessoa de Lauro Travassos Filho, nas esferas profissional e pessoal. Além disso, esses documentos ultrapassam as competências do Instituto Butantan pois envolvem outros órgãos em que Travassos teve atuação profissional. Sendo assim, respeitando os princípios arquivísticos da proveniência e da organicidade, criou-se, no Centro de Memória, o Fundo Pessoal de Lauro Travassos Filho.

Neste artigo, iremos trazer um relato da experiência na organização arquivística do Fundo Pessoal de Lauro Travassos Filho, que resultou em procedimentos técnicos e

teóricos, sobretudo na especificidade do processamento de documentos originários da atuação científica e familiar.

A organização arquivística do Fundo Pessoal de Lauro Travassos Filho foi feita por meio de três etapas: identificação do órgão produtor dos documentos - biografia de Lauro Travassos Filho, identificação documental e plano de classificação dos documentos.

O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DOS DOCUMENTOS

Um fundo arquivístico é o conjunto de documentos produzidos (elaboração, recepção e guarda) por uma pessoa física ou jurídica no decorrer de suas atividades e funções. Por isso, é essencial reconhecer o contexto de produção dos documentos, a história do organismo produtor, evidenciando as atividades e funções por ele desenvolvidas (GONÇALVES, 1998).

SANTOS (2010) esclarece que nos arquivos de cientistas é essencial:

compreender a gênese e as características dos documentos de arquivo produzidos pela atividades científica (...), bem como estabelecer uma relação direta com seus aspectos organizacionais, garantido, assim, uma abordagem arquivística ancorada nos elementos constitutivos do arquivo, isto é, no conjunto dos documentos e das relações orgânicas existentes entre eles desde a origem. (SANTOS, 2010, p. 122)

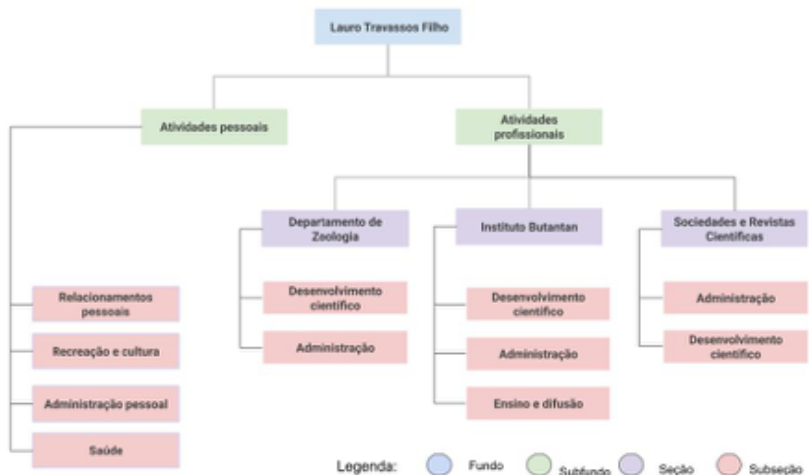
Com base nesta premissa e pela ausência de bibliografia especializada sobre Lauro Travassos Filho, buscamos, através dos próprios documentos do fundo

arquivístico, indícios para traçar a trajetória profissional de Travassos.

Lauro Pereira Travassos Filho, nascido no Rio de Janeiro, viveu entre os anos de 1918 e 1989. Seu pai, Lauro Pereira Travassos, foi um pesquisador reconhecido pelos estudos de helmintologia na Fundação Oswaldo Cruz. Assim como seu pai, Lauro Travassos Filho também seguiu a carreira científica. cursou paralelamente os cursos de biologia e medicina, porém, ao longo de sua vida profissional, a biologia foi mais representativa, pela sua atuação como Entomologista.

No campo da entomologia Lauro Travassos trabalhou no Departamento de Zoologia da Secretaria de São Paulo, entre os anos de 1939 até 1969. Nesta instituição, Travassos ocupou as funções de Biólogo, chefe da Estação Biológica de Boracéia e chefe do Serviço de Invertebrados. A entomologia é o ramo da biologia que trabalha especialmente com os insetos, e as expedições de coleta de espécimes são essenciais para o pesquisador entomologista. Travassos, em suas expedições científicas, realizou a coleta de espécimes da ordem Lepidoptera e Mantodea, e com isso acrescentou 30.000 exemplares entomológicos para a Coleção do Departamento de Zoologia, atual Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo.

Em 1969 Travassos, a convite de Jandyra Planet do Amaral, então diretora do Instituto Butantan, assume a chefia da Seção de Parasitologia do Instituto Butantan. Em 1977 é aprovado no concurso para Pesquisador Científico, permanecendo até o ano de 1988 na instituição.



Em sua carreira científica destacam-se a contribuição sobre casos de dimorfismo e dicromatismo sexual, dados sobre as etapas evolutivas de classificação bionômica para o controle biológico, combate a vetores, insetos parasitos, ácaros, insetos agressivos e larvas urticantes.

Além disso, Lauro Travassos Filho foi professor de Taxonomia de Insetos na Faculdade de Agronomia Luiz de Queiróz/USP, durante os anos de 1972 a 1977. A botânica também era um tema de seu interesse, e por isso frequentou o Instituto Botânico, foi membro da Sociedade Brasileira de Floricultura e da Revista *Flores do Brasil*, onde publicou artigos relacionados à entomologia e sobre o cultivo de plantas.

Lauro Travassos Filho também foi membro de diversas outras sociedades, dentre elas: Academia Brasileira de Ciências, Clube Zoológico do Brasil, Sociedade de Biologia, Sociedade Brasileira de Entomologia e editor das Revistas *Studia Entomológica* e *Brasileira de Entomologia*.

Publicou ao todo 76 trabalhos, entre artigos científicos e de divulgação científica.

Os documentos do Fundo Lauro Travassos Filho são datados entre os anos de 1928 a 1987 e foram produzidas no contexto de atividades pessoais e profissionais. Na esfera científica e profissional, a grande maioria dos documentos refletem as atividades de Lauro Travassos Filho como sócio do Clube Zoológico do Brasil, como Biólogo e chefe da Estação de Boracéia, Biólogo e chefe da Seção de Parasitologia do Instituto Butantan e nas atividades de editor das revistas *Flores do Brasil* e *Studia Entomológica*. Configuram-se como documentos administrativos e relativos à produção científica.

Segundo SILVA e TRANCOSO (2015), geralmente nos arquivos pessoais de cientistas a maioria dos documentos configuram-se como documentos próprios das atividades da ciência e tecnologia, enquanto que nos documentos relativos à esfera pessoal, família, amizade, lazer e crença, são raros nesse tipo de arquivo. No entanto, apesar da maioria dos documentos do Fundo Pessoal de Lauro Travassos Filho trazerem registros característicos do desenvolvimento da ciência, os documentos pessoais também são significativos.

Como a ciência se faz no ambiente do laboratório, é aí também o lugar da produção e conservação de documentos, entendidos como os testemunhos das práticas científicas. Os documentos relativos à esfera pessoal configuram-se como documentos legais ou financeiros, documentos sobre saúde, documentos de atividades culturais e documentos de relacionamentos pessoais. Os documentos de relacionamentos pessoais,

sobretudo as correspondências, derivam de relações familiares e de relações de amizade. Em muitos casos, se confundem ou são simultaneamente alusivos à esfera profissional e pessoal pois, concomitantemente ao processo de desenvolvimento científico estabelecido pela comunicação mediante carta, também há a existência de laços de amizade entre os sujeitos.

A sistematização das atividades desenvolvidas por Lauro Travassos Filho permitiram compreender o contexto geral da produção documental, contribuindo com a organização arquivística do Fundo Lauro Travassos Filho e possibilitando a construção de um plano de classificação.

IDENTIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O Fundo Pessoal de Lauro Travassos Filho é composto por documentos do gênero textual e iconográfico. Na organização arquivística foram identificados todos os documentos do gênero textual totalizando 980 documentos. Os documentos foram descritos individualmente a fim de distingui-los dos demais e para inseri-los em seu conjunto (SMIT, 2013)

A identificação é um dos procedimentos mais importantes na organização arquivística, e a análise tipológica tem como norte a gênese documental, levando em conta a contextualização dos documentos (BELLOTTO, 2002). Na identificação dos documentos encontramos uma variedade de espécies e tipos documentais (Quadro 1). Para fazer a análise tipológica consideramos critérios na nomeação dos documentos a partir das características dos

documentos, físicas (suporte, formato, dimensão) e substantivas (estrutura do texto, conteúdo e funcionalidade).

A elaboração e a utilização de glossários terminológicos para a nomeação das espécies documentais é essencial para definir um vocabulário controlado, capaz de traduzir a funcionalidade dos documentos e que tenha o caráter de universalidade, sendo do entendimento de todos os profissionais da área.

Na descrição básica do conteúdo documental, encontramos diversos assuntos: acadêmicos, científicos, familiares, políticos, administrativos. A descrição dos documentos possibilita o rastreamento de informações a fim de atender aos usuário do Centro de Memória do Instituto Butantan, levando em consideração que na descrição o valor secundário do documento é colocado em evidência. (BELLOTTO, 2004)

Silva e Trancoso corroboram com essa concepção, esclarecendo a importância do procedimento arquivístico de nomeação dos documentos para os pesquisadores, dizendo que:

os pesquisadores de história da ciência, quando se deparam com um instrumento de busca bem elaborado, com informações sobre o contexto de produção dos documentos, percebem o quanto de trabalho poupado o instrumento lhe permitiu. A descrição documental fica engrandecida com a identificação e a correta nomeação dos documentos. Para tal, é fundamental a elaboração de um glossário com a definição dos termos, que pode ser consultado tanto por arquivistas - para a própria atividade de identificação, descrição e

classificação – como por pesquisadores, que terão a facilidade de reconhecer e compreender o que representa cada tipo documental. (SILVA, TRANCOSO, 2015, p. 861)

Espécies/Formatos Tipos Documentais	
Agenda (agenda de telefones)	Caderno destinado a registrar datas, assuntos, compromissos, endereços e contatos.
Alvará (Alvará de posse de arma)	Autorização expressa por autoridade competente para a realização de ato ou evento validado por período definido.
Anotação	Registro informal com diversos propósitos.
Artigo (Artigo científico, artigo de divulgação científica, artigo de jornal)	Texto não literário abordando um ou mais assuntos específicos para fim de publicação.
Ata (Ata de reunião, ata de congresso)	Resumo de uma reunião ou evento.
Atestado (Atestado de credenciamento, atestado de participação, atestado de rendimentos)	Manifestação de uma situação ou condição de uma pessoa, feita por pessoa qualificada.
Balancete	Cálculo financeiro de uma instituição.
Bilhete (Bilhete em resposta, bilhete de solicitação, bilhete de despedida)	Comunicação informal, podendo ter linguagem coloquial e abreviada expressa em suporte variado.
Boletim (Boletim informativo)	Texto informativo destinado à circulação interna ou divulgação pública.
Bula de medicamento	Texto informativo com dados de medicamento: composição, dosagem, contraindicações e indicações.
Caderno (Caderno de notas de caixa, caderno de cartas expedidas)	Conjunto de páginas em branco destinada ao registro.

Carta	Comunicação com assuntos variados entre particulares ou de um particular para uma autoridade pública.
Cartão (Cartão com mensagem, cartão comercial, cartão de aniversário, cartão de natal, cartão de recebimento, cartão postal)	Meio de comunicação em suporte de papel espesso em formato pequeno ou médio destinado a mensagens curtas.
Catálogo (Catálogo de escola e institutos)	Conjunto de informações ordenada sobre um determinado assunto.
Cédula de identidade	Cartão emitido por órgão qualificado com registro geral, nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, fotografia e assinatura do portador.
Certificado (Certificado de participação)	Declaração emitida por instituição comprovando alguma atividade ou situação por meio da realidade ou de outros registros.
Cheque	Folha contendo dados bancários para o titular de uma conta realizar saques ou pagamentos, em benefício próprio ou destinado a outra pessoa.
Circular (Circular de comunicação, circular de solicitação)	Comunicação destinada a várias pessoas com o mesmo conteúdo, estrutura similar à carta.
Código (Código do Clube Zoológico, código de caça)	Conjunto de regras e preceitos.
Comunicado (Comunicado de reunião)	Mensagem dirigida a alguém ou para o conhecimento do público.
Contrato (Contrato de transporte, contrato de compra e venda, contrato de locação)	Acordo firmado entre duas ou mais pessoas jurídicas ou físicas em que se estabelece direitos e/ou obrigações
Convite (Convite de inauguração, convite de lançamento de livro, convite de reunião, convite de casamento)	Convocação para um evento ou lugar em data marcada.
Declaração (Declaração de autorização, declaração de pagamento, declaração serviço, declaração de doação)	Manifestação de opinião, resolução ou observação emitida por pessoa física ou por autoridade competente.

Decreto (Decreto de contratação)	Ato emitido pelos poderes legislativo, judiciário ou executivo com força de obrigatoriedade.
Demonstrativo (Demonstrativo de pagamento)	Representação dos elementos de um valor a ser recebido ou pago.
Diário (Diário de experimento, diário de laboratório)	Caderno destinado à anotação diária de eventos ou situações.
Discurso (Discurso de homenagem)	Comunicação solene sobre determinado assunto expressada para um grupo de pessoas.
Dossiê (Dossiê de trabalho científico, dossiê financeiro, dossiê avaliativo)	Conjunto de documentos de variedade diversa com um objetivo específico.
Edital (Edital de inscrição)	Comunicação publicada por autoridade competente na imprensa oficial ou colocada a público.
Envelope de carta	Invólucro para carta no qual é registrado o endereço do remetente e destinatário.
Errata	Correções de uma publicação percebidos depois de sua impressão.
Etiqueta (Etiqueta comercial)	Adesivo contendo registro para se aplicar a um objeto.
Exame (Exame médico)	Instrumento de avaliação de uma situação ou condição.
Fatura (Fatura de compra)	Relação de mercadorias ou serviços expedidos, informando a quantidade, característica do produto e valor.
Ficha (Ficha de cadastro, ficha de descrição de espécie, ficha catalográfica, ficha do serviço de profilaxia da malária, ficha de empréstimo de livros)	Folha com formato e campos padronizados para o registro de informações sucintas.
Formulário (Formulário para registro de porte de arma)	Folha padronizada com campos para o registro de informações

Folheto (Folheto de produto, folheto de ação educativa, folheto de tratamento de doenças, folheto de evento)	Propaganda de evento, produto, serviço ou instituição.
Gráfico	Representação e desenho técnico de resultado de pesquisa.
Ilustração	Imagem de representação de objetos, pessoas, paisagens.
Informe (Informe de pagamento, Informe técnico)	Descrição de fato da realidade.
Instrução (Instrução de concessão de bolsa, instrução para registro e porte de arma)	Orientação sobre procedimentos para a execução de determinado fim.
Jornal	Publicação diária noticiando fatos e informações.
Livro (Livro científico, Livro caixa)	Conjunto de folhas impressas ou brancas encadernadas.
Manual (Manual de exercícios físicos)	Publicação com normas e procedimentos para serem seguidos no cumprimento das rotinas e atividades de um órgão ou de uma área.
Memorando (Memorando informativo)	Comunicação institucional interna utilizada em assuntos cotidianos.
Nota (Nota de pedido, Nota de pedido, nota de venda)	Comprovante de compra, venda ou recebimento.
Ofício (Ofício de agradecimento, Ofício de solicitação, Ofício informativo, Ofício de convocação, Ofício de aprovação de auxílio, Ofício de prestação de contas, Ofício de relatório de atividade, Ofício de autorização)	Comunicação própria do serviço público, em caráter oficial.
Orçamento	Cálculo de receita e despesa.
Ordem do dia	Determinação das atividades a serem desenvolvidas em um dia ou em uma reunião.

Parecer	Apreciação técnica ou científica sobre um ato, motivando tomadas de decisão.
Plano (Plano de pesquisa, Plano de curso)	Perspectiva de ações a serem realizadas com um objetivo específico.
Portaria	Ato expedido por autoridade em que é estabelecido normas administrativas, instruções ou situações funcionais.
Procuração	Documento autorizando uma pessoa praticar ações em nome de outra.
Provérbio bíblico	Texto curto advindo da religião cristã com o intuito de educar ou aconselhar.
Quadrinhos	História disposta em pequenos quadros composto por texto e imagens.
Rascunho (Rascunho de carta)	Texto preparatório do original, contendo rasuras, correções ou eliminações.
Receita (Receita médica)	Prescrição de medicamentos por profissional competente para uso.
Recibo (Recibo de venda, Recibo de serviço, Recibo de pagamento, Recibo de depósito)	Manifestação do recebimento de alguma coisa ou quantia.
Recorte/clip (Recorte de reportagem, Recorte de propaganda, Recorte de livro)	Fragmento de jornal, revista ou livro.
Relatório (Relatório de viagem, Relatório de pesquisa, Relatório financeiro, Relatório de congresso)	Manifestação de ações, de gastos, de ocorrências com o objetivo de prestar contas ou preservar informações.
Requerimento (Requerimento de anulação, Requerimento de abertura de inquérito)	Solicitação à uma autoridade pública sobre algo lhe julgue justo ou legal.
Requisição (Requisição de material)	Solicitação de ação com autorização legal.
Retificação (Retificação de imposto de renda)	Correção de algo que está errado ou inadequado.
Revista (Revista científica, Revista de divulgação científica)	Publicação periódica em formato de folhas reunidas e encadenadas.

Tabela (Tabela conta dias, Tabela de preços)	Quadro usado para sistematizar informações.
Slide	Lâminas, transparências ou folhas de apresentação para serem projetadas.
Telegrama	Notícia ou mensagem veiculada por telégrafo.
Termo (Termo de concessão de bolsas, Termo de concessão de auxílio)	Declaração veiculada em processo ou livro próprio, assinalando um ato administrativo ou contratual.
Teste (Teste avaliativo)	Verificação da qualidade, comportamento ou natureza de alguma coisa.

Quadro 1: Espécies e tipos documentais.

Fonte: Elaborado pelo autor

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

A classificação documental ou quadro de arranjo é o processo arquivístico de agrupamento de documentos singulares em unidades significativas. É o processo de dividir documentos em grupos distintos, de acordo com características comuns e características diferenciadoras (SOUSA, 2003) O sistema de arranjo deve respeitar os princípios arquivísticos da proveniência e da organicidade, isto é, os documentos gerados por um organismo devem ser mantidos em um mesmo fundo e a organização em classes deve se basear nos conhecimentos das atividades e funções documentais do organismo produtor, mantendo assim a integridade das informações advindas dos conjuntos documentais. Os documentos de um fundo podem ser compostos por gêneros e suportes heterogêneos, devendo ser fisicamente separados, para

preservar sua integridade, mas devem ser feitas as referências do fundo que pertencem (PAES, 1986).

Esse modo de organização preserva o contexto de produção dos documentos, possibilitando o entendimento da natureza e dos significados dos documentos enquanto produto de uma organização ou pessoa. De outro modo, a organização documental por temas ou assuntos tornaria o sistema de arranjo artificial perdendo as informações das circunstâncias de criação dos documentos e a razão de ser do documento. Há ainda que considerar que desta forma a organização arquivística se constitui como disciplina e ciência ao estabelecer uma universalidade na forma de tratamento documental, facilitando a localização dos documentos e a recuperação das informações. (BELLOTTO, 2004)

A proposta de plano de classificação foi desenvolvida com base nos resultados dos dois primeiros objetivos, a identificação documental e o reconhecimento do órgão produtor, pois a classificação deve ser o reflexo das atividades do organismo produtor. A classificação documental objetiva tratar a massa documental desorganizada, em relação à tipologia e à ordem cronológica. Na sistematização dos dados do órgão produtor reconhecemos as funções primordiais exercidas por ele, em sua vida pessoal e profissional, a fim de discernir as atividades-fim (atividades fundamentais de um organismo) e as atividades-meio (atividades que servem como suporte). Nesse sentido, o enquadramento dessas atividades e funções evidenciam uma lógica de autonomia ou subordinação das atividades, permitindo o desenvolvimento do plano de classificação (GONÇALVES,

1998). Optamos em fazer a classificação pelo critério institucional e funcional para não perder os vínculos documentais entendidos como a proveniência e a organicidade, levando em consideração que Lauro Travassos Filho teve atuação em mais de uma instituição.

Assim, como primeiro nível temos o Fundo (1) Lauro Travassos Filho que compreende o conjunto documental produzido e acumulado pelo cientista no desempenho de suas atividades. Em segundo nível, colocamos como Subfundos (1.1) Atividades Pessoais e (1.2) Profissionais, no entendimento em que essa é a primeira divisão do Fundo. Nos documentos das Atividades Pessoais (Quadro 2) encontramos quatro funções, gerando as Subseções, entendidas como uma sequência de documentos da mesma tipologia, do mesmo assunto ou da mesma função: (1.1.1) Relacionamentos Pessoais, (1.1.2) Recreação e Cultura, (1.1.3) Administração Pessoal e (1.1.4) Saúde. Dentro das atividades profissionais, localizamos as organizações em que Travassos atuou, Seções (1.2.1) Departamento de Zoologia, (1.2.2) Instituto Butantan, (1.2.3) Sociedades e Revistas Científicas em que Travassos teve atuação. Por fim, no último nível as funções exercidas em cada instituição. No entendimento de que Travassos exerceu concomitantemente cargos de chefia e de pesquisador, os documentos relacionados ao Desenvolvimento Científico, Administração, Ensino e Difusão são considerados atividades-fim, e portanto conjuntos documentais independentes entre si (Quadro 3).

O quadro de arranjo é uma operação intelectual e prática, já que propõe uma organização física dos documentos em sistemas de armazenamento (estantes,

caixas, pastas) auxiliando na localização e recuperação de dados, baseados em sua forma, função, origem e conteúdo (PAES, 1986). Os documentos anteriormente avulsos e desordenados recebem no tratamento arquivístico, o sentido enquanto conjunto, com vínculos com outros documentos, de acordo com a organicidade e a função documental. Assim, vislumbramos na Tabela 5 as espécies e tipos documentais reunidas em Subseções, representando as finalidades documentais.

Figura 1: Plano de Classificação do Fundo Lauro Travassos Filho.
 Fonte: Elaborado pelo autor.

1.1 Atividades pessoais			
1.1.1 Relacionamentos pessoais	1.1.2 Recreação e cultura	1.1.3 Administração pessoal	1.1.4 Saúde
Carta	Folheto	Atestado de rendimentos	Bula
Envelope de carta	Quadrinhos	Cédula de identidade	Receituário
Cartão postal	Provérbio bíblico	Certificado	Exame médico
Cartão de natal	Cartão com versos religiosos	Demonstrativo de pagamento	
Bilhete	Cartão com mensagem	Ficha com dados pessoais	

Convite	Artigo de jornal	Recibo	
Agenda de telefones	Nota de pedido	Nota fiscal	
Cartão de aniversário	Discurso	Formulário bancário	
Telegrama	Livro	Procuração	
Etiqueta	Tabela conta dias	Decreto	
Cartão comercial	Manual de exercício físico	Cheque	
Rascunho	Texto literário	Retificação	
	Ilustração	Contrato	
	Boletim		
	Anotação		

Quadro 2: Plano de Classificação do Fundo Lauro Travassos Filho. Seção Atividades Pessoais. Fonte: Elaborado pelo autor.

1.2 Atividades profissionais		
1.2.1.1 Desenvolvimento científico	1.2.1.2 Administração	1.2.1.3 Ensino e Difusão
1.2.1.1.1 Pesquisa e desenvolvimento	1.2.1.2.1 Documentos financeiros	
Artigo científico	Recibo	Atestado de credenciamento
Anotação	Nota fiscal	Atestado de participação
Boletim	Lista de empréstimo	Artigo de divulgação científica
Ficha de descrição de espécie	Fatura	Teste
Folheto	Relação de sócios	Programação de curso
Revista científica	Relação de vendas	
Referências bibliográficas	Balancete	
Livro	Livro caixa	
Rascunho	Caderno de notas de caixa	
Lista de artigos	Orçamento	
Relatório de viagem científica	Tabela de preços	
Plano de pesquisa	Dossiê financeiro	
Catálogo	1.2.1.2.2 Documentos legais	
Relatório	Contrato	
Diário de experimento	Requerimento	
Errata	Alvará	
Gráficos	Editais	

Diário de laboratório	Parecer	
Dossiê de trabalho científico	Declaração	
Bilhete	1.2.1.2.3 Documentos normativos	
Ficha	Circular	
Carta	Instrução	
Ofício	Portaria	
1.2.1.1.2 Administração de pesquisa	Ordem do dia	
Relação de venda	Lista de presença	
Ficha de recebimento	1.2.1.2.4 Documentos de reunião	
Recibo	Comunicado de reunião	
Nota fiscal	Ata	
Contrato	Correspondências	
Declaração	Ofício	
Instrução	Convite	
Termo	Memorando	
Informe	Carta	
Requisição		
Nota de recebimento		

Quadro 3: Plano de classificação do Fundo Lauro Travassos Filho. Seção Atividades Profissionais. Fonte: Elaborado pelo autor.

A classificação auxilia na preservação da integridade física dos documentos e na recuperação dos dados, opera como instrumento organizador e de controle pela unidade custodiadora, além de servir como canal de comunicação, pois não há acesso sem organização (SOUSA, 2003; SMIT, 2013).

OS DOCUMENTOS DE CIENTISTA

Os documentos do Fundo Pessoal de Lauro Travassos Filho são testemunhos do ofício do mesmo como pesquisador entomologista vinculado às instituições de pesquisa (Departamento de Zoologia, Instituto Butantan e Sociedades Científicas).

Os historiadores da ciência não se interessam apenas pelas fontes que demonstram os resultados e os produtos da pesquisa, mas também pelos documentos que evidenciam todos os fatores que acarretam no desenvolvimento científico:

A história da ciência busca conhecer os apoios e patrocínios recebidos, a estrutura institucional que propiciou as pesquisas, os profissionais envolvidos e as dificuldades enfrentadas para seu desenvolvimento. Relevantes também são o estudo da história institucional e o papel dos funcionários e das equipes para a realização das atividades institucionais. (SILVA, M. C. S.; TRANCOSO, M. C., 2015, p. 850)

São os diversos documentos produzidos na rotina do laboratório que registram a prática científica. Os dossiês de trabalho científico são fontes fundamentais para a história

da ciência, pois reúnem todo o material intelectual utilizado na produção científica (rascunhos, anotações, relatórios, fotografias, separatas, diário de campo, referências bibliográficas e versões dos artigos científicos antes da publicação).

Camargo, sobre isso, acrescenta que:

as instituições de custódia manifestam nítida preferência pelos documentos remanescentes dos estágios anteriores e das versões da obra: esboços, minutas, rascunhos, originais, matrizes, negativos etc. A suposição de que tais documentos possam oferecer indícios da gênese e do desenvolvimento dos processos de criação, conhecimento e tomada de decisões passa então a justificar a cisão entre o que se julga extremamente relevante para a pesquisa (a obra e suas formas) e o que é secundário, a ponto de ser descartado. (CAMARGO, 2009, p. 29)

No Fundo Lauro Travassos Filho estão salvaguardados dossiês e artigos científicos referentes a produção intelectual de Travassos. As correspondências, que são o grosso da massa documental, também são uma fonte muito rica em termos de informação, trazem elementos sobre o modo de se fazer ciência na época. Por meio da comunicação entre cartas, Travassos e outros pesquisadores trocavam informações científicas, estabeleciam colaborações, solicitavam materiais, espécimes de insetos e bibliografias. Esses documentos evidenciam que a ciência se faz de forma coletiva e cumulativa (KUHN, 1997). Além destas redes de colaboração científica, nas cartas também notamos os laços de amizade que, em meio aos assuntos científicos

presentes, se misturam com os assuntos pessoais e familiares.

Em uma realidade pré-informática, a carta foi um importante vetor para a ciência, pela circulação de ideias e pelas redes de colaboração científica. Era por meio das cartas que os pesquisadores trocavam referências bibliográficas, solicitavam cópias de artigos e livros. As cartas enviadas por Lauro Travassos Filho eram, em sua maioria datilografadas, e as cópias ficavam em seu poder. Por isso, no referente Fundo, há tanto as cartas recebidas como as cópias enviadas.

Na organização arquivística promovemos a valorização desses documentos, que agora sistematizados e identificados estão mais acessíveis para o público consulente que busca no Centro de Memória fontes para a memória e a história da ciência, da saúde ou do Instituto Butantan.

O preenchimento de planilha com a identificação e descrição de aproximadamente mil documentos do Fundo Lauro Travassos Filho é uma importante ferramenta para a recuperação das informações e a localização dos documentos. A ação de nomear os documentos permite a compreensão de sua funcionalidade original, sendo reflexo de uma atividade geradora.

O conhecimento sobre a entidade produtora dos documentos, a pessoa de Lauro Travassos Filho, possibilita uma compreensão global da massa documental do Fundo e dos significados no contexto de produção dos documentos.

O Plano de Classificação elaborado em respeito à proveniência e a funcionalidade dos documentos, agrupa

documentos em conjuntos significativos, e preserva as informações sobre a estrutura administrativa em que esses documentos foram produzidos, pois os documentos só tem sentido enquanto parte de um conjunto documental.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L. Arquivística: objetos, princípios e rumos. São Paulo, ARQ-SP (Série Scripta 1), 2002.

_____. Arquivos permanentes: tratamento documental. 2°. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. *Como fazer análise diplomática e tipológica de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto como fazer, 8)

CAMARGO, Ana Maria Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Mineiro*, 2009.

GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documentos de arquivos. Arquivo do Estado, 1998 (Projeto como fazer 02)

IBAÑEZ, N.; WEN, F. H., FERNANDES, S. C. G. Instituto Butantan: História Institucional, desenho metodológico para uma periodização preliminar. *Cadernos de História da Ciência - Instituto Butantan - vol. 1, 2005* p. 115-144.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.

PAES, M. L. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

SANTOS, P. R. E. dos. Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral; Faperj, 2010.

SILVA, M. C. S.; TRANCOSO, M. C; Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.3, jul.-set. 2015, p. 849-861

SILVA, M. C. S. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documento*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007. 211f.

SMIT, J. W. *Recuperação, acesso e uso dos documentos arquivísticos*, Ci. Inf. Brasília, DF, v. 42, n.1, p. 11-23, jan./abr., 2013.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

BIBLIOTECAS PESSOAIS: PROPOSTA PARA UMA EXPOSIÇÃO

DINA ELISABETE ULIANA
ELLY ROZO FERRARI

O intuito deste ensaio é relatar alguns aspectos que se mostraram extremamente desafiadores no tratamento técnico com acervos pessoais que, no nosso caso em particular, pertenceu a um docente da Universidade de São Paulo.

Valendo como nota introdutória, o que aqui estamos chamando de acervos pessoais, é a área de entrecruzamento de conjuntos que, a depender do item que se esteja trabalhando, transita nos campos da biblioteconomia mas também no da arquivologia.

Dotados de uma complexidade e heterogeneidade ímpar, os acervos pessoais se distinguem dos institucionais propriamente ditos, pelo seu processo de acumulação, ou seja:

“é a relação específica que une entidade produtora (o indivíduo) e arquivo (conjunto de documentos acumulados em situações distintas, em diversos períodos, submetidos ou não a seleções, descartes e ordenamentos). Trata-se não de descurar das relações que conectam atividades desempenhadas e registros documentais, e sim de atentar para a relação que cada titular mantém com seus papéis, de

levar em consideração os usos que deram aos documentos uma vez guardados, os atributos que lhes foram conferidos, capazes de explicar configurações, ordens 'desordens', marcas etc., todos eloquentes para o documentalista interessado em 'interpretar' o arquivo a fim de poder organizá-lo da forma mais consequente." (HEYMANN:2012, p.63)

Desta maneira, conjuntos pessoais, quando da sua incorporação aos acervos das instituições, sempre dependerão dos encaminhamentos de gestão existentes na época de sua entrada, podendo ficar em lugares excêntricos de guarda. Entretanto, tivemos a grande oportunidade de repensar endogenamente a maneira de guarda dessas coleções pessoais na área da Biblioteca de uma unidade de ensino, dado que acervos docentes também passaram a ser recebidos, contendo tanto conjunto de livros como de documentos da docência.

Para contextualizarmos essa experiência, faz-se necessário conhecer um pouco do histórico da FAU e sua relação com a formação daquilo que deveria vir a ser um centro de documentação de pesquisa em Arquitetura e Urbanismo.

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) - originou-se do curso de engenheiro-arquiteto da Escola Politécnica da USP. Fundada por Luis Inácio de Anhaia Mello, que se tornou seu primeiro diretor, a FAU iniciou suas atividades em 1948 no edifício Vila Penteado na Rua Maranhão, 88, em Higienópolis, local onde foi instalada a sua Biblioteca. Com a transferência, na década de 1960, do curso de Graduação e da Biblioteca para o campus da Cidade

Universitária, o edifício da Rua Maranhão passou a abrigar o curso de Pós-Graduação e grupos de pesquisa da Faculdade.

Em 1974 o professor Nestor Goulart Reis Filho, então diretor da Faculdade adquiriu os acervos das firmas:

- Assessoria em Planejamento (ASPLAN S. A.) empresa de planejamento territorial e econômico, de Plínio de Arruda Sampaio e Hélio Bicudo. Faziam parte deste acervo: projetos e relatórios sobre planejamento territorial, principalmente do ponto de vista econômico-financeiro, além de livros da área e de cultura geral;

- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), firma pioneira no estado de São Paulo na área de Planejamento. Os cerca de 1500 livros, cobriam diversas áreas o conhecimento como planejamento, história, ciências aplicadas, filosofia, religião, ciências sociais, incluindo estatística, política, economia, educação, sociologia e urbanização, administração pública, folclore, comércio e comunicações. Esse acervo foi selecionado *"pela equipe da SAGMACS, com orientação do Padre Lebret, o que nos permite contar com critérios ponderados, de validade internacional e ao mesmo tempo objetivos para com os problemas dos países em desenvolvimento;"* (REIS FILHO, 1974)

A finalidade dessa aquisição era iniciar um Centro de Documentação em Planejamento Urbano, como subsídio aos grupos de pesquisa, cursos de especialização e de pós-graduação implantados no prédio da FAU-Pós-Graduação. Além desses acervos a Biblioteca recebeu

outras doações de coleções pessoais entre as quais se destaca o acervo do Prof. Anhaia Mello.

“Como homem público e administrador possuía larga experiência e espírito inovador, tendo sido prefeito do município de São Paulo em 1930/31, e secretário da Viação e Obras Públicas do Estado no governo de Fernando Costa. Foi também diretor da Escola Politécnica em 1930, diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP em 1940, e vice-reitor da Universidade de São Paulo em 1950, da qual era Doutor Honoris Causa.” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2002, p.88).

Esta coleção abarca desde temas do planejamento territorial, arquitetura, artes até as ciências sociais.

Destacam-se também as doações do professor da UnB Eustáquio de Toledo, na sua maioria sobre conforto, Enoch da Rocha Lima sobre obras referentes a artes, e Ualfrido Del Carlo sobre acústica.

A essa coleção nuclear, incorporou-se o acervo de teses e dissertações defendidas na Faculdade, do qual a Biblioteca é a depositária, a bibliografia básica do curso de pós-graduação, trabalhos programados e de disciplinas. Estas coleções estão portanto fisicamente dispersas no acervo geral da Biblioteca obedecendo a uma classificação por assuntos.

BIBLIOTECAS PESSOAIS

A forma de incorporar a doação de bibliotecas pessoais passou por uma reavaliação por parte da equipe de bibliotecários tendo em vista a revisão da estrutura de Bibliotecas proposta pela Diretoria Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi-USP), que possibilita que a administração de coleções e acervos históricos da Instituição sejam feitas pela Biblioteca. Esta mudança nos leva a refletir sobre a importância de manter as bibliotecas particulares como coleções, sem que seus volumes sejam dispersos pelo acervo bibliográfico existente, pois reconhecemos que manter a unidade desse conjunto de livros e documentos permite novas leituras sobre a construção do pensamento desses arquitetos e professores.

A primeira providência foi levantar as bases conceituais que norteiam os princípios da arquivística: proveniência, organicidade, unicidade, integridade e cumulatividade (SANTOS; LUZ; AGUIAR, 2016.), para que pudéssemos pensar a docência como atividade que produz acervos, e como utilizá-los numa complementação no processamento de uma coleção, valorizando entre outras coisas, a ordem original de guarda feita pelo proprietário da coleção, as relações existentes entre os títulos e a manutenção de títulos de áreas diferentes daquelas de atuação do proprietário, mas que possibilitam outras leituras sobre sua a personalidade.

Quando transferimos essas bibliotecas pessoais para um acervo de uma biblioteca universitária, a leitura

possível é também essa, de se compreender a formação do pensamento desse doador.

Joseph Nicholson quando trata da incorporação de acervos pessoais em uma biblioteca (NICHOLSON, 2010) descreve o cuidado de se preservar as ligações que permitam reconstruir o percurso intelectual trilhado pelo dono do acervo. Ao preservarmos o conjunto dos títulos, identificamos suas relações com outros intelectuais por meio das dedicatórias contidas nos livros, podendo acompanhar suas ideias pelas anotações nas margens dos textos, entre outras informações. Na USP já temos alguns exemplos de bibliotecas particulares que foram conservadas, como é o caso da biblioteca pessoal de Mário de Andrade (no Instituto de Estudos Brasileiros - IEB). Essa coleção permite que os pesquisadores possam avaliar:

"Todas essas dimensões assinaladas podem ter suas raízes descobertas na biblioteca de Mário, onde o processo de formação de um pensamento moderno e o exercício incansável da escritura deixaram marcas explícitas. (...) a análise de cunho genético das obras pode ultrapassar a crítica das influências, a constatação das fontes, ao se empenhar na recuperação de sinais da eclosão ou na verificação de amálgamas operados pelo ato criador, tangíveis na biblioteca, isto é, nas leituras de um escritor, de um filósofo, de um cientista, de um artista plástico ou de um cineasta." (LOPEZ, 2002. p.46)

A Biblioteca da Pós-Graduação tem recebido em doação acervos de arquitetos e ex-professores e, ao adotarmos a partir de 2010 a política de manter intacto o conjunto dos livros doados, ao invés de incorporá-los pelo

assunto ao acervo geral como era feito até então, buscamos oferecer aos pesquisadores essa mesma oportunidade de reconstruir o percurso intelectual do doador. Quando a doação é de um ex-professor, torna-se mais interessante a possibilidade desse resgate, pois podemos traçar a relação existente entre os títulos que compõem o acervo com a sua atuação como docente, acompanhando o desenvolvimento de disciplinas e do ensino da arquitetura e urbanismo dentro da Instituição.

COLEÇÕES PESSOAIS RECEBIDAS PELA BIBLIOTECA DA PÓS-GRADUAÇÃO

Analisando essa questão do ponto de vista do bibliotecário, os desafios que encontramos são os de tratar esse acervo e torná-lo disponível para o público sem que o mesmo perca a sua unidade. Discussões sobre as técnicas a serem utilizadas para o processamento dessas coleções podem ser acompanhadas em estudos como o do já citado Joseph Nicholson, que busca identificar padrões de processamento que possam ser adotados nesses casos.

Geralmente as coleções que recebemos nos chegam pelas mãos de familiares, como espólio do doador. Nesses casos, o acervo necessita, na maioria das vezes, de um trabalho de higienização para que possa ser iniciado o inventário e catalogação dos volumes, uma vez que nem sempre uma lista com os títulos doados acompanha a doação.

As informações sobre a origem das coleções são identificadas no Banco de Dados da USP (Dedalus) em campo próprio, utilizado para registrar anotações sobre os

antigos proprietários das coleções, e também podemos usar o campo para informar a existência de anotações nas margens das obras. Tais campos são chamados “Notas” sendo essas informações padronizadas, pois vão se tornar um novo ponto de acesso aos títulos, sendo necessário o uso de campos controlados para registrá-las.

A Biblioteca de Pós-Graduação recebeu nos últimos quatro anos, entre outras doações, a biblioteca particular do engenheiro civil, professor da Escola Politécnica e um dos propugnadores do CREA, Alexandre Serpa Albuquerque e seu filho o engenheiro-arquiteto João Serpa Albuquerque com mais de 700 obras.

Recebemos também a doação de parte do acervo do Prof. Cid Guimarães (titular do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo), com cerca de 1.700 volumes voltados para as questões de planejamento urbano e arquitetura hospitalar.

Outro importante acervo que nos foi doado é o do Prof. Dr. José Cláudio Gomes, professor aposentado da FAU, da área de Desenho Urbano, ele decidiu passar para a biblioteca da FAU sua coleção particular com cerca de 5.000 títulos. Esse material já recebeu uma pré-catalogação para identificação do acervo e também se tomou o cuidado de manter a mesma ordem dos livros que aquela organizada pelo doador. Nessa coleção pudemos identificar um núcleo importante de livros sobre história das cidades brasileiras - principalmente sobre as cidades históricas mineiras - e uma das mais completas coleções sobre o arquiteto Frank Lloyd Wright.

A BIBLIOTECA PROF. JOSÉ CLÁUDIO GOMES

Quando o Prof. José Cláudio Gomes decidiu doar em 2010 sua biblioteca pessoal para a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, optou-se por adotar como política de tratamento deste acervo o mesmo que algumas bibliotecas da Universidade já faziam, ou seja, manter o conjunto de livros em separado como uma maneira de conservar a organização proposta pelo doador. Essa opção alterava a política adotada até então pela Biblioteca da FAUUSP que era a de incorporar os livros por ordem de classificação de assunto ao acervo já existente. Nesses casos, a única forma de recuperar o conjunto era o registro no tombamento do nome do doador. A adoção de uma nova prática implicou em mudanças físicas no arranjo dos livros na biblioteca, com a criação de uma sala especial para a guarda dessas coleções. No caso de Cláudio Gomes, como fomos procurados por ele e pudemos fazer a pré-catalogação dos títulos ainda em sua casa, tivemos o cuidado de documentar como o acervo achava-se organizado e repetir a mesma sequência na Biblioteca. Podemos identificar a importância de preservar a organização original nesse texto de SEGAWA (2011):

"...Com maior ou menor felicidade - ou sorte - alguns acervos pessoais são preservados em instituições abertas à consulta pública. A Biblioteca como vestígio intelectual é o objeto de desejo da "bibliotecagem". A circulação de ideias é um processo rico e diversificado que, no campo da investigação na área de História da Arquitetura e Urbanismo, pode ajudar a desvendar os percursos de pensamentos, conceitos e realizações com matizes comuns,

mas não necessariamente com resultados e efeitos semelhantes. Mapear esses itinerários intelectuais passa pelo reconhecimento de alguns vetores deste processo. Ao longo da História humana, e particularmente do final do século 19 até hoje, os livros tem desempenhado fundamental papel na disseminação de informações, conhecimentos, representações e convicções, cujo alcance está a merecer desvendamento em estudos de casos..." (SEGAWWA, 2011. p.79)

Para destacar essa coleção também no cadastramento do Banco de Dados Dedalus, colocamos no campo específico a informação com o nome do doador. Dessa maneira, o pesquisador pode também fazer a busca pelo Banco de Dados já especificando que deseja recuperar apenas os livros que pertencem a essa coleção.

Com a aprovação pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária em 2012 do projeto "Bibliotecas de Arquitetos: incorporação de acervos pessoais a Biblioteca de Pós-Graduação FAUUSP" [1], que contemplou a higienização, acondicionamento e processamento desses livros (e também da coleção Alexandre Albuquerque e Cid Guimarães), pudemos fazer todo o tratamento e acondicionamento para garantir a preservação das três coleções que passaram por higienização mecânica e aqueles que apresentavam mais fragilidade receberam acondicionamento preventivo.

Surgida a necessidade de compartilhar todos os processos desse projeto para o público que frequenta a Vila Penteado, foi pensada uma exposição que mostrasse todas as etapas do tratamento das coleções recebidas para as comemorações dos 40 anos de criação da

Biblioteca da pós-graduação, para isso, escolhemos o acervo de Claudio Gomes.

ALÉM DO SILÊNCIO DA ÁREA DE CONSULTA

Tendo como ponto de referência a coleção Frank Lloyd Wright de Claudio Gomes, efetuou-se um recorte em que constam não só volumes considerados especiais mas, principalmente, aqueles que de alguma maneira continham elementos que singularizavam essa coleção e que testemunham a atividade de pesquisador do titular. Essas obras, então, formaram uma pequena mostra no saguão de entrada da biblioteca - junto a imagens e textos explicativos de todo o processo do projeto, mais o objetivo da curadoria e a programação das atividades de extroversão decorrentes.

Escolher o saguão nobre como espaço de convivência e de fruição dessa coleção, só contribui e atualiza a vocação histórica do prédio em ações culturais de grande importância e, considerando a relevância deste edifício tombado [2], (a Biblioteca está instalada em seis salas que passaram por um processo de restauro concluído em novembro de 2002 e, além dessas salas, mais duas salas anexas), só potencializa o local onde se encontra parte de uma das mais importantes bibliotecas universitárias de arquitetura da América Latina e Caribe, localizada em plena área central da cidade, inserida num entorno também significativo pelo grande complexo cultural existente.

Uma política de extensão cultural, em ambientes acadêmicos, desenvolve-se tendo a comunidade como

público alvo e, seu principal objetivo, é a inserção dessa comunidade no protagonismo fruidor dos acervos constituídos pela universidade que atualiza e dinamiza as relações da universidade com a própria cidade, uma vez que:

“Após a instalação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, em 1948, o prédio da ‘Vila Penteado’ tornou-se o polo central de um conjunto de programas culturais, sem similar na USP. No velho prédio da Rua Maranhão realizavam-se exposições de filmes de arte e ciclos de conferências sobre a evolução do cinema, programas musicais de vanguarda, conferências sobre arquitetura e artes plásticas em geral e exposições de obras de arte. Eram programas que indicavam o alto nível de atividade intelectual dos corpos docente e discente da Faculdade.” (REIS FILHO, 2012, p.195.)

Assim, ao se revigorar uma prática já consolidada pela FAUUSP com a inserção do acervo da Biblioteca e suas coleções especiais, foi possível trazer para além das questões específicas de cunho cultural e patrimonial - pela própria imponência do prédio e sua história e sua inclusão nos estilos construídos em São Paulo [3] -, uma história desconhecida para a grande maioria: a da própria Instituição apresentada pelos olhares resultantes das pesquisas elaboradas pelas áreas técnicas especializadas da Universidade.

Dentro deste universo, o mais desafiador foi construir um núcleo cujo pensamento complexo contextualizasse em transdisciplinaridade as áreas consolidadas separadamente da biblioteconomia, arquivologia dialogicamente com um acervo/coleção pessoal dentro de

uma instituição. Assim todas as dificuldades inerentes da existência de acervos privados em acervos públicos, como da produção individual em detrimentos da acadêmica e pública e da atividade de gestor em contraposição à sua escolha teórica, corroborou para que a realização do projeto expositivo tivesse que ser adiado em função do início de obras de restauração no edifício.

Buscamos traçar um meio de organizar o trabalho técnico especializado em acervos docentes que, como se mostrou depois em outros acervos, teve a necessidade de interrelacionar os livros com os planos de aula e documentos de outras esferas, como a da prática docente e seus derivados didáticos, para que não houvesse a possibilidade de rejeição/descarte de informações que se mostrassem irreparáveis posteriormente.

Nesse sentido, práticas que pertencem à arquivologia foram sendo incorporadas de maneira a complementar a documentação estritamente bibliotecária como a topografia dos títulos na ordenação pessoal, metodologia de recolha, biografia do titular em concomitância com o histórico da instituição, quadro síntese da atividade docente, entre outros aspectos, que se tornaram a base da curadoria conceitual e expográfica desse projeto.

DA EXPOSIÇÃO

“O programa de exposição da ‘Vila Penteadó’ nasceu de dois projetos desenvolvidos na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, durante o período de 1972 a 1976. O

primeiro deles era a constituição de um grupo de profissionais para a realização de trabalhos de apoio à Comissão de Atividades Extracurriculares (CAEC), com o objetivo de possibilitar o planejamento e execução de projetos de exposições, ciclos de conferência, seminários e demais atividades culturais, inerentes ou complementares ao trabalho de pesquisa e ensino da Faculdade, em todos os seus níveis. (...) O segundo tipo de projeto consistia na obtenção de documentos para informar o processo de tombamento do edifício da 'Vila Penteado', pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), do qual participavam vários professores do Departamento de História da FAU." (REIS FILHO, 2012, p.193).

Se pudermos colocar a nossa atenção ao fato que os museus e seus acervos na sua miríade de artefatos, obras de arte, livros e códices, manuscritos e documentos, fotografias, obras sonoras e audiovisuais, objetos das mais diversas naturezas, vieram para a Universidade na década de 60 do século XX, incorporaremos nesse novo estatuto, uma nova visibilidade: a do trabalho técnico especializado.

Nesse sentido, o sistema de informação e cultura em centros de referências e museus, começaram a estudar maneiras de gerenciamento compartilhado entre área anteriormente separadas, bem como uma atuação mais fortemente sentida nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. Essa nova atitude já esteve em pauta em duas apresentações: "Gerenciamento compartilhado: a experiência da biblioteca e do arquivo do MAC-USP" de 2002; e "Centro de Referência em Arte Contemporânea: uma proposta de trabalho e a experiência do arquivo e da

biblioteca do Museu de Arte Contemporânea da USP” de 1999.

Também as ações pensadas para uma exposição não podem prescindir de documentação em todas as suas etapas, estando intimamente e intrinsecamente unidas desde sua criação para a constituição do pensamento curatorial, sua materialização expográfica até a recepção do público.

Trazer o aspecto arquivístico necessário para complementação do entendimento de uma coleção especial de um acervo pessoal, só atesta o hibridismo que as instituições que trabalham com cultura e informação são constituídas e definidas pela contemporaneidade.

“Com a gradual transformação dos gabinetes de curiosidades em instituições públicas, os arquivos, as bibliotecas e os museus passam, então a ser os depositários oficiais dessas coleções, cuja a estrutura de recebimento resultará em ordenação e disciplinarização desses conjuntos concomitantes com das pesquisas científicas. A própria função depositária se transforma ao longo do tempo, modifica o entendimento de um objeto dentro de uma coleção. A noção de unidade, multiplicidade, autenticidade e veracidade são revistas, estendendo-se aos documentos, produções e publicações.” (FERRARI, 2010, p. 50)

DOS LIVROS, DOS OBJETOS E DOS DOCUMENTOS

Os livros quando deslocados de sua estante para uma área expositiva, ressignificam-se na qualidade de “objetos-

documentos” (BARBUY,2002) [4], isto é, passam a ser vistos também como objetos portadores de informações - além das dadas por si próprio como obra produzida pelo autor - apresentando-se tanto como documento histórico da trajetória da instituição como da trajetória do colecionador.

Assim, o livro se torna algo além dele mesmo, podendo ser explorado como suporte e como possuidor de conteúdos além de seus escritos - conjunto constituído pela informação de como o leitor-colecionador consome e produz novos conhecimentos gerando, assim, infinitas outras possibilidades interpretativas dentro de novos contextos muitas vezes nunca relacionados afinal, o livro não existe isolado de seu contexto e dos diversos tempos que o acompanham. Acrescente-se a isso, a questão da marginalia, que traz o pensamento do titular nos seus comentários em diálogo com o autor da obra, elementos tão preciosos para a compreensão do pensamento do doador. Essa ação, que curiosamente é proibida em uma biblioteca pública de consulta geral, torna-se objeto de estudo no acervo de uma biblioteca privada, como observou ANCONA (2002)

O poder dos leitores não se esgota em sua capacidade de reunir informações, ordenar e catalogar, mas em seu dom de interpretar, associar e transformar suas leituras. (MANGUEL, 2006, p 83.)

Por outro lado, a transformação da biblioteca privada em pública, faz com que as histórias se misturem, pois

novos dados são acrescentados a essa coleção original: como a data em que o doador comprou e a data em que foi doado; a relação que o doador estabelece com a sua obra, e que passa a ter relação com a Biblioteca geral e com o cruzamento da história pessoal com a institucional.

Ao selecionar do conjunto do acervo doado os elementos que passam a propor novas leituras sobre o doador, tendo como partida a coleção que ele construiu ao longo de sua vida e que pode revelar parte de seus interesses intelectuais e afetivos, podemos atingir um público diferenciado do pesquisador da área, abrindo a Biblioteca para novas experiências de interação com o público em geral. E, finalmente, o tratamento dessas coleções transforma-se portanto num conjunto híbrido de biblioteca e arquivo pela sua própria constituição orgânica.

“Nas coleções públicas e particulares, mesmo que haja maneiras diferentes de classificá-las, como por exemplo fez Benjamin (públicas, particulares e particulares contemporâneas), a coleta está sempre ligada a sua época (e intenção) em que foi formada, em seus contextos históricos, social, econômico e antropológico. Qualquer que seja a natureza da coleção, todos os objetos e obras perdem seu valor para ganhar o de troca.” (FERRARI, 2010, p.49)

Como primeira experiência, consideramos a exposição como “uma linguagem, na medida que se constitui em ‘uma expressão *inteligível da realidade*’ e que ela “afirma, informa, comunica, registra, questiona. Uma exposição estabelece e subverte.” (RUSSIO, 1986) e que fará parte da política cultura institucional que tem sua significação

construída e desconstruída, num evento histórico e social.” (GREENBERG, 2010, p.13)

Nesse sentido, uma coleção tem como origem sua reunião

“(…)ao sabor dos caprichos de um colecionador, dos avatares de uma comunidade, do curso das guerras e do tempo, do descaso, do cuidado, das imponderabilidades da sobrevivência, da triagem aleatória dos catadores de papel - e séculos podem transcorrer até que a congregação adquira feição identificável de uma biblioteca. (MANGUEL: 2006, p.141)

(…)

Toda biblioteca é autobiográfica. (Idem, p.162)

O que torna toda biblioteca um reflexo de seu proprietário não é apenas a seleção de títulos, mas a trama de associações implícita na seleção. Nossa experiência elabora outras experiências, nossa memória elabora outras memórias. Nossos livros dependem de outros livros, que os modificam e enriquecem, que lhes dão uma cronologia ao arrepio dos dicionários de literatura. “(Ibidem, p.163)

E,

“Tal como Warburg a imaginava, uma biblioteca era sobretudo uma acumulação de associações, cada associação gerando uma nova imagem ou um novo texto, até que as associações devolvessem o leitor à primeira página. Para Warburg, toda biblioteca é circular.” (MANGUEL: 2006, p.170)

E por que não?

NOTAS

- [1] Este projeto foi coordenado por Maria José Polletti, que na época era a bibliotecária-chefe da Biblioteca de Pós-Graduação da FAU Maranhão.
- [2] Tombada pelos órgãos Condephaat por meio da Resolução de tombamento de 27/02/1978, e Conpresp por meio da Resolução de tombamento ex officio n.5/91, de 05/04/1991.
- [3] "A 'Vila Penteadó' constitui um patrimônio cultural do Estado e da cidade de São Paulo, sendo um dos últimos exemplares remanescentes da *art nouveau* e de residências de grandes proprietários de fazendas de café e empresários ligados ao início da industrialização, nos fins do século XIX e no início do século XX. É também um exemplar de importância excepcional, do patrimônio histórico e da vida cultural da cidade." (REIS FILHO, 2012, p.195).
- [4] Tal como conceitua objetos tridimensionais em museus

REFERÊNCIAS

- BARBUY, Heloisa. Os museus e seus acervos: sistemas de documentação em desenvolvimento. In: Integrar - 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e **Museus**. São Paulo: Imprensa Oficial SP, 2002. p. 67-78.
- FERRARI, Elly Ap. Roza V.P. **Escritura de uma exposição**: diálogos de uma educadora e acervos pessoais. 2010. 62 p.Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2010.
- GREENBERG, Reesa; FERGUSON, Bruce W.; NAIRNE, Sandy,. Introduction.. In: **Thinking about exhibitions**. Londres e Nova York, Routledge, 1966. p. 2.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa: FAPERJ, 2012.
- KARPINSCKI, Silvana. ULIANA, Dina E. Centro de referência em arte contemporânea uma proposta de trabalho e a experiência do Arquivo e da Biblioteca do Museu de Arte Contemporânea da USP. In: SEMANA DOS MUSEUS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2. **Anais...** São Paulo, 1999. p.145-7.
- LOPEZ, Telê Ancona. A Biblioteca de Mario de Andrade: Seara e celeiro da criação. In: ZULAR, Roberto, org. **Criação em processo**: ensaios de crítica genética. São Paulo: Iluminuras, 2002. p.46.
- MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NICHOLSON, Joseph. Making Personal Libraries More Public: A Study of the Technical Processing of Personal Libraries in ARL Institutions. A Journal of Rare Books, Manuscripts, and Cultural **Heritage**, vol.11, no. 2, p. 106-133, Fall 2010.

OBRIST, Hans Ulrich. **Uma breve história da curadoria**. São Paulo: BEI Comunicação, 2010.

POLLETTI, Maria José; SANTOS, Paola De Marco; ULIANA, Dina Elisabete. Biblioteca de arquitetos a incorporação de coleções pessoais ao acervo da Biblioteca de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da USP. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO,2: Belo Horizonte). **Resumos**. Belo Horizonte, 2011. p. 66

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Ofício GD/347** [ao reitor da USP]. São Paulo, 1974.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Pesquisa para o tombamento e a exposição de 1976. In: MARTINS, Maria Lucia R. R. (org). **Vila Penteadó 1902-2012: pós-graduação 40 anos**. São Paulo: FAUUSP, 2012. p.193-203.

RUSSIO, 1986 Exposição: texto museológico e o contexto cultural. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (coord). ARAÚJO, Marcelo Mattos (colab). COUTINHO, Maria Inês Lopes (colab). **Waldisa Rússio** Camargo Guarnieri textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Governo do Estado de São Paulo, 2010. 2 v.

SANTOS, Cibele A.C.M.; LUZ, Charley S.; AGUIAR, Francisco, L. Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários. In: SILVA, Fernando M.; PALLETA, Francisco C. Tópicos de fundamentos e formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. São Paulo: ECA-USP, 2016. P.100-120. Disponível em:

< https://www.academia.edu/30729558/Livro_T%C3%B3picos_para_o_Ensino_de_Biblioteconomia_Volume_1_ECA_USP?auto=download > Acesso em: 11/Nov/2019.

SEGAWA, Hugo M. Bisblotecar: intromissão nas bibliotecas alheias. In: CASTRIOTA, Leonardo B. (org.) **Arquitetura e documentação**. Belo Horizonte: IEDS; São Paulo: Annablume, 2011. p.77-88.

ULIANA, Dina E.; KARPINSCKI, Silvana. Gerenciamento compartilhado a experiência da Biblioteca e do Arquivo do MAC-USP. In: Integrar. Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus, 1. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 651-653.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Vila Penteadó100 anos**. São Paulo: FAU/USP, 2002. 171 p.

III PERSPECTIVAS

A AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

ALICE VERIDIANA DE SOUSA

A reflexão proposta no artigo em tela compõe pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos – PPGMA da Fundação Casa de Rui Barbosa – FCRB, especificamente na linha de pesquisa “Práticas críticas em acervos: difusão, acesso, uso e apropriação do patrimônio documental material e imaterial”. A mesma desenvolveu-se e foi motivada com o intuito de atender de forma específica uma demanda de natureza tanto profissional quanto institucional.

O tema *A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior* propõe pensar as implicações decorrentes da aquisição de acervos privados por estas instituições. Tal pensar se dá a partir do entendimento de que a recepção de um patrimônio arquivístico não pode ser considerada trivial, nem executada de forma ingênua, diante da função social que representa sua custódia. Esse ato, portanto, requer a elaboração e a adoção de normas, procedimentos e

direcionamentos que auxiliem tanto o processo de aquisição quanto a sua permanência, preservação e meios de disponibilização ao público.

Por este motivo, foi constante a preocupação para que a pesquisa fosse direcionada não somente para profissionais de arquivo, mas também ao corpo técnico e gestores, atores estes que, de alguma forma, deparam-se com situação de recepção de patrimônios dessa natureza, em especial nas universidades públicas.

O estudo que teve como campo empírico a aquisição de um arquivo pessoal pela UNIRIO, parte da perspectiva de refletir sobre essa dinâmica do custodiar um acervo, não só a curto, como também em longo prazo, assim como sublinhar o comprometimento social trazido por esta missão. Dessa forma o objetivo da pesquisa foi evidenciar, com base na análise da experiência obtida pela universidade, a importância de procedimentos específicos para auxiliar a aquisição de um arquivo de natureza pessoal, uma vez que esse ato se configura em demandas contínuas na rotina institucional. Procuramos, nesse aspecto, ressaltar a necessidade de planejamento e procedimentos específicos para que seja viabilizado, de forma plena, o diálogo entre a sociedade e patrimônio adquirido.

A pesquisa, caracterizada como um estudo de caso, buscou – diante da identificação de um fazer que não se encontra bem estruturado e que interfere, de certa forma, na capacidade de execução de determinado compromisso e ainda no cotidiano institucional – observar, analisar, pensar criticamente, aprender com a realidade e propor soluções. A partir disso, seus objetivos específicos foram:

- apresentar o titular por meio de sua biografia, descrevendo as características de seu arquivo, ressaltando sua importância simbólica;
- mostrar que o tratamento arquivístico é importante e indispensável requisito para a difusão, realização de atividades científicas e acadêmicas e a plena apropriação do acervo pelo usuário. E, com isso, procura apontar metodologia adequada para tratá-lo, tendo em vista sua natureza, os pressupostos teóricos e as características documentais que mais sobressaem;
- contextualizar a diferença entre arquivos públicos e privados, e apontar a relação destes com as instituições públicas, analisando, para isso, as questões oriundas dos campos jurídico e normativo, quando se dá o processo de apropriação de um acervo privado;
- analisar casos de aquisição e custódia de arquivos privados em instituições análogas à UNIRIO;
- analisar o processo histórico de entrada dos arquivos privados em instituições de ensino e a importância destes para o desenvolvimento do ensino e pesquisa;
- apontar a necessidade de investimento em políticas de aquisição, considerando as características próprias das instituições de ensino, de modo a garantir os usos do patrimônio adquirido, e considerando, para isso, o comprometimento e as demandas acrescidas à instituição pela entrada de tal patrimônio; e, por fim,
- apresentar uma minuta de diretriz para aquisição de arquivos pessoais pela UNIRIO com vistas a subsidiar e orientar esse ato.

Como forma de proporcionar um entendimento coeso das questões abordadas, a pesquisa se apoiou em três pilares:

1. Arquivo pessoal: como legado/processo de aquisição/tratamento técnico;
2. Relação do patrimônio documental com o Estado;
3. As universidades públicas no contexto de custodiadoras de arquivos privados.

Desta maneira, com os estudos e as reflexões desenvolvidos, procuramos buscar entendimento de cunho teórico/prático para lidar com a aquisição de acervos privados de natureza pessoal e as implicações trazidas por este, visando seu pleno uso.

ARQUIVO PESSOAL: UM LEGADO DOCUMENTAL

O campo empírico da pesquisa trata da aquisição, pela UNIRIO, do arquivo pessoal de seu ex-reitor Guilherme Figueiredo, realizado por meio de doação no ano de 2014, por iniciativa de seus herdeiros. O titular foi escritor e dramaturgo, publicitário, formado em Letras e Direito, e teve extensa carreira na docência e no campo do Teatro. Nascido em Campinas, em 1915, viveu a maior parte de sua vida no estado do Rio de Janeiro, onde faleceu em 1997. Atuou como docente no campo das Letras e do Teatro, tendo lecionado a disciplina História do Teatro, no Conservatório Nacional de Teatro. Exerceu o cargo de reitor da UNIRIO entre os anos de 1977 e 1988. Desse modo, sua relação com a universidade já se entrecruzava desde seu vínculo com a Escola Nacional de Teatro, que

veio a integrar a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara - FEFIEG e a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro - FEFIERJ, que posteriormente, em 5 de junho de 1979, por meio da Lei nº 6.655, foi transformado em UNIRIO. Ficou conhecido também devido ao seu vínculo familiar com o último presidente militar no Brasil, João Batista Figueiredo, de quem era irmão.

Foi como dramaturgo que Guilherme Figueiredo se tornou conhecido e conquistou projeção nacional e internacional. Neste campo, repercutiram de modo exponencial dois de seus muitos trabalhos. O primeiro, a peça *A raposa e as uvas* (1952), foi sua obra mais conhecida e de maior repercussão, tanto no Brasil quanto no exterior. Ela foi encenada em diversas partes do mundo, como, por exemplo, na China, no Japão e na então União Soviética, além de Bulgária, Romênia, Hungria, Espanha, França e Peru, entre muitos outros países. Outra peça sua de grande sucesso foi *Um Deus dormiu lá em casa* (1952). Esta última, dirigida por Bibi Ferreira, lançou profissionalmente Tônia Carrero e Paulo Autran. Por estes trabalhos, em especial, o titular recebeu significativas premiações e condecorações.

As características pessoais, profissionais, políticas, culturais e sociais que contornam a biografia de Guilherme Figueiredo fazem com que seu acervo seja carregado de possibilidades de abordagens analíticas.

Tal fato reforça a percepção de que os arquivos pessoais carregam informações que dialogam com variadas circunstâncias e contextos sociais. Por meio de seus registros, eles cristalizam as atividades de

determinado indivíduo, que podem se dar ante ao contexto de obrigações profissionais, governamentais, da vida íntima, dos compromissos familiares e sociais. Além de atenderem a algum objetivo específico, carregam discursos que, consciente ou inconscientemente, ratificam a condição da pessoa como sujeito social dentro de um determinado tempo e lugar. Inseridos “no escopo do processo de construção social da memória” (PANISSET; SOBRAL, 2016, p. 21), estes podem contribuir para a memória coletiva, social, oferecendo possibilidades para que sejam compreendidos os valores da sociedade em determinada época.

Os recursos informacionais, advindos tanto dos arquivos pessoais, como também de arquivos constituídos em diferentes contextos de atividades institucionais e administrativas, podem promover conhecimento de caráter multidisciplinar, o que os torna possível dialogar com diversas áreas do campo do saber como, por exemplo, sociologia, psicologia, arte, história e ciências políticas, sociais e tecnológicas, dentre outras.

É nesse contexto que consideramos a importância do acervo arquivístico de Guilherme Figueiredo, agora inserido no rol dos patrimônios da UNIRIO a serem preservados. Este se faz relevante não apenas para a memória sócio-política e cultural do país, mas também para o estudo tanto do ensino do Teatro como também da história da própria instituição receptora. Nessa linha, pensando as múltiplas propriedades dos arquivos pessoais para o estudo das sociedades, Lucia Oliveira aponta que,

Os arquivos pessoais e os documentos ali presentes são influenciados e influenciam os saberes e os discursos produzidos em determinada época. Tais documentos são mais que simples indícios, registros ou instrumentos; são possibilidades de várias construções. Uma carta traduz sensibilidades e evidencia hábitos, costumes, maneiras de ser, de sentir e de viver, mecanismos sociais de determinado tempo e lugar, ou seja, sociabilidades. Essa perspectiva nos leva a afirmar que os arquivos são evidências das atividades, processos e funções que os geraram, aspectos estes que articulam a memória social, conferindo-lhe movimento, dinamizando-a. (OLIVEIRA, 2017, p. 4).

No sentido do reconhecimento do potencial cultural e informacional dos arquivos privados para pesquisas acadêmicas, além da história, memória social e coletiva, e a identidade local e global, mais recentemente estes estão sendo objeto de crescente interesse e investimento por parte do Estado. Esse avanço é demonstrado por leis mais específicas para sua proteção, que, no caso do Brasil, datam do final do século XX e início do século XXI (Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991; Decreto 4.073 de 03 de janeiro de 2002). É também na segunda metade do século XX que estes começam a ser chancelados como fonte para a produção científica e histórica, até mesmo para a comunidade da área dos arquivos, como aponta Letícia Borges Nedel,

O despertar do interesse de pesquisa sobre arquivos pessoais no Brasil teve a história política contemporânea como principal fonte de inspiração. Esse interesse foi

tensionado pela conjuntura repressiva do início da década de 1970, época em que acadêmicos e arquivistas, vivamente mobilizados em favor da preservação da memória documental do país, realizaram os primeiros congressos brasileiros de arquivologia e criaram os primeiros centros de documentação ligados à pesquisa no país. (NEDEL, 2013, p. 151).

Luciana Heymann (2012, p. 23), referindo-se ao reconhecimento e valorização dos arquivos privados na idade moderna, observa que, desde os desenvolvimentos trazidos pela concepção historiográfica da Escola dos Annales [1], o arquivo passou a ser entendido como agente na construção de “fatos” e “verdades”, como lócus de produção e não simplesmente de guarda do conhecimento, emprestando credibilidade à pesquisa e a produção de conhecimento científico. Nesse bojo, o potencial informacional e cultural – para fins não só administrativos e probatórios, mas também para gerenciamento do conhecimento e desenvolvimento de novos estudos e saberes – passa a estabelecer outros contornos para o arquivo privado e o projeta, de mero repositório, para protagonista do desenvolvimento social e intelectual.

Assim, cabe aos órgãos que mantêm acervos desta natureza em sua custódia atentarem para a singular contribuição que estes podem proporcionar à sociedade. Faz-se essencial disponibilizá-los, em cumprimento à sua função científica, cultural e social. Para tanto, não basta apenas oficializar a transmissão de propriedade, mas, também, prover meios para que o acervo produza os efeitos que justificaram sua proteção e custódia.

AQUISIÇÃO DE ARQUIVOS E UNIVERSIDADES PÚBLICAS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Não é novidade a custódia de patrimônio arquivístico documental, tanto no que concerne aos arquivos pessoais quanto aqueles de outras naturezas, nas instituições de ensino superior. A preservação de arquivos privados nestas instituições tem origem no contexto de desenvolvimento de seus Centros de Documentação. Foi a partir dessa mediação que se estabeleceu uma relação direta entre o espaço universitário, a sociedade e a preservação de importantes acervos. Dessa forma, garantiu-se o desenvolvimento de pesquisas que abordavam temas como identidade local, cultura, processos de reivindicações sociais e democráticas, estudos históricos etc.

A participação das universidades nesse processo é destacada em oportunidades distintas por autores como Célia Reis Camargo, em *Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas* (1998); Paulo Knauss, em *Usos do passado, arquivos e universidade* (2009); Márcia Teixeira Cavalcanti, na tese de doutorado *Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de "novas" memórias às margens do regime de informação* (2014); e Heloisa de Faria Cruz, em *Direito à memória e patrimônio documental* (2016). Tais trabalhos resgatam a trajetória e a participação das universidades na preservação do patrimônio documental arquivístico. Nessa direção, Heloisa de Faria Cruz relata:

[...] os anos de 1970 e 1980 registram um movimento lento, mas crescente, de reconhecimento da importância do patrimônio documental e de alargamento dos critérios sobre sua avaliação e preservação, tanto nas áreas acadêmicas como nas de políticas públicas. (CRUZ, 2016, p. 41).

Fato é que, graças a esse movimento relatado pela autora, verifica-se que considerável capital informacional importante no campo de diversas disciplinas pôde ser preservado. A criação de espaços com a finalidade de custodiar o patrimônio documental nas universidades se colocou como de extrema importância para a proteção e manutenção destes, como aponta a autora.

Movimento a ser destacado no decorrer daquelas décadas, e que assegurou a preservação de muitos dos principais acervos dos movimentos de resistência atuantes no período, é o de criação de inúmeros Centros ou Núcleos de Documentação, Pesquisa e Memória Social na área acadêmica. Articulados à promoção da pesquisa na área das Ciências Humanas, particularmente ligados à área da pesquisa histórica e sediados, em sua maioria, nas universidades, e em outros locais voltados para a pesquisa acadêmica, tais Centros tiveram papel destacado na identificação, no acolhimento e na preservação daqueles acervos. (CRUZ, 2016, p. 42).

Nessa direção, observamos que o ato de adquirir e custodiar um patrimônio arquivístico por uma instituição pública não é um fazer trivial. O processo de aquisição, que tem início no reconhecimento da importância do

acervo até a mudança de propriedade, somente é concluído de forma plena quando ocorre de fato a disponibilização do acervo para público. A “vida” do acervo após a aquisição implicará à instituição custodiante novas demandas, tanto na rotina de trabalho como administrativas, para manter e promover os acervos arquivísticos de forma ideal. Tudo isso com vistas a atender não só uma demanda de usuário, do público, mas também daqueles que doaram o acervo.

O trabalho com arquivos sejam eles originalmente públicos ou públicos porque foram patrimonializados e incorporados a alguma instituição governamental, é sempre uma atividade estratégica, política, cultural e de cunho social. É importante que ações e decisões que os afetem estejam fundamentadas em normas, procedimentos e capacidade institucional (profissionais especializados, espaço e recursos materiais adequados). Primordialmente devem estar amparados por planejamento, necessário e adequado, no momento de adquirir um patrimônio desta natureza.

Desta forma, considerando a realidade das universidades públicas, é imperativo pensarmos nos capitais informacionais que nelas se estabelecem em meio a dificuldades estruturais e econômicas [2], dada a grande contribuição que seus acervos podem oferecer ao desenvolvimento de pesquisas. Para isto, porém, é necessário que se alcancem melhores práticas no que concerne à custódia destes e aos resultados esperados.

Nesse contexto, esses espaços foram, e ainda hoje, são definidos na maioria das vezes a partir da concepção de lugares de memória, dentro de uma perspectiva em que

os mesmos se davam como resultados de articulações de indivíduos, grupos, acontecimentos ou movimentos que marcaram uma época, um tempo que não é mais o de hoje, porém, que pode ser revisitado, acionado a partir do patrimônio preservado. Ainda no que se refere à entrada e ao agrupamento desses acervos na universidade, cabe pensar que - para além da preocupação com a nomenclatura desse espaço, que pode ser intitulado, de acordo com o projeto institucional idealizado, de centro de memória, centro de pesquisa ou arquivo histórico - mais urgente é a relação destes com a sua missão, devendo estarem ainda em consonância com a realidade administrativa e orçamentária.

A exemplo de órgãos que hoje são referência em lidar com arquivos pessoais - como o Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, a Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB, a Academia Brasileira de Letras - ABL, a Fundação Nacional de Artes - Funarte, a Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo - IEB/USP, dentre outros - as instituições de ensino têm se destacado como detentoras de relevantes acervos documentais, construindo, dessa forma, um aparato cultural de natureza arquivística que tem contribuído também como fontes primárias para a produção de conhecimento. Instituições de ensino - como a Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ e a Universidade de São Paulo - USP, por exemplo - têm, em sua trajetória institucional, assumido a custódia de acervos documentais de múltiplas proveniências. Uma

característica comum entre elas é a custódia tanto de arquivos privados, de pessoas físicas, como também jurídicas/institucionais, em um espaço de datas-limites que vão desde o século XIX até o XXI.

Contudo, essa atividade deve vir acompanhada de um aperfeiçoamento e planejamento, necessários a segurança do acervo e ao seu bom aproveitamento. Nesse aspecto, esses arquivos – reconhecidos como fonte de desenvolvimento de pesquisa, presentes em instituições que não são finalisticamente de guarda – mereceram a atenção de Lúcia Maria Velloso de Oliveira. No artigo *Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais* (2012), a autora aponta este tema como questão central e enfatiza a necessidade de definições de políticas para a entrada desses acervos nas instituições, uma vez que a ausência normativa impacta diretamente em sua preservação e disseminação. A vista disso, Lúcia Oliveira *et al.* expressa preocupação com as formas de se conduzir a aquisição e custódia desses arquivos pessoais ao apontar que,

A questão da aquisição dos acervos arquivísticos deveria ocupar um lugar central na agenda das instituições com a responsabilidade de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico, na medida em que relaciona explicitamente duas ações importantes para as instituições: o crescimento do acervo e a sua preservação. Observamos, contudo, que essa relação ainda ocupa um lugar obscuro no âmbito da estratégia e das ações institucionais. (OLIVEIRA *et al.*, 2012, p. 13).

Ao tomar a decisão de ampliar seu capital informacional por meio do recebimento de documentos de arquivos de natureza privada, a administração deve ter em mente que estará transitando por um novo território, onde competências, práticas e desafios estarão impostos, uma vez que ocorrem “aquisições fora do processo de gestão de documentos” (OLIVEIRA, 2012, p. 118).

Portanto, como forma de nortear os caminhos por este território, uma instituição deve ter respostas para as seguintes questões, quando confrontada com a possibilidade de aquisição de arquivo extra institucional: a) A aquisição ocorrerá de modo extraordinário, ou seja, de forma única e exclusiva, ou existe a possibilidade ou pretensão de receber outros acervos?; b) Por quê recebê-lo? Qual o objetivo? Para quem servirá?; c) Como adquirir?; d) As competências em relação ao processo de aquisição, custódia e planejamento para ampliação de acervos dessa natureza estão claras e definidas?; e) Existem planos de curto, médio e longo prazos que viabilizem a criação de uma infraestrutura física (espaço, mobiliário e equipamentos), bem como a organização, preservação e ampliação do acesso público aos acervos sob guarda da instituição?

Tais respostas devem estar bem claras, independentemente de a aquisição ocorrer de forma sistemática ou extraordinária. Tais questões, se bem definidas, contribuem sobremaneira para o sucesso dos efeitos esperados em relação ao acervo custodiado. Nesse processo, considerando não ser a universidade um órgão com finalidade de captação e custódia de acervos privados, nos parece, que, como forma de auxiliar os

recebimentos de acervos, o usuário deve ser o interesse central dos gestores. Lúcia Oliveira nos coloca algumas questões que podem auxiliar no momento de considerar o perfil do acervo a ser custodiado. São elas:

Quem é o usuário? Quais são seus interesses? O que ele pesquisa em nossas instituições? Quais serviços ele demanda? Estas e outras perguntas mais devem fazer parte de um programa continuado de acompanhamento do uso dos arquivos, de forma que seus indicadores possam orientar um conjunto de medidas; entre elas, a própria política institucional de aquisição. (OLIVEIRA, 2012, p. 119).

Logo, tornam-se necessárias definições de procedimentos que atendam a ampliação informacional relativa a arquivos pessoais, uma vez que tal ato é passível de interesses, por vezes, antagônicos.

É, portanto, a instrumentalização normativa institucional, onde se define com clareza “por que, para quem e como”, que oferecerá subsídios para a aquisição de arquivos pessoais no espaço universitário. Isso contribui para evitar a perpetuação de inconstâncias e fragilidades que podem marcar as negociações para captação de um acervo até a condução de sua presença na instituição. E resulta, ainda, em melhor qualidade nos serviços de preservação, atendimento ao usuário e disseminação das informações. Não é raro acontecer de o acesso ao arquivo ficar dificultado pela ausência de procedimentos e planejamentos internos do órgão responsável pelo acervo.

Com isso, é necessário que (re)conheçamos como tem se dado internamente tal realidade. É essencial uma visão gerencial que objetivamente possibilite ver com clareza a

configuração desses patrimônios no órgão custodiante. Isso significa, portanto, no caso de universidade pública, estar clara (no que diz respeito a esses patrimônios) sua adequação à estrutura institucional, e se esta condiz com o resultado que se espera de suas atividades.

Cabe-nos pensar que não atentarmos para tais aspectos também pode ser indicativo de um problema a ser resolvido, visto que a falta de definição, de clareza e de estruturação desses espaços interfere também na delegação de responsabilidades em torno da gestão do acervo.

A aquisição de acervos privados nas universidades públicas é uma realidade. Porém, é possível identificar, por meio dos relatos das pesquisas analisadas, que as mesmas não contam efetivamente com diretrizes ou políticas de aquisição de acervos arquivísticos que levem em consideração suas características e que subsidiem esse ato administrativo. Este panorama é certificado, de modo pontual, por Catarina Heraldia, Alessandra Germano e Francisco Guelfi, que, ao falarem respectivamente do patrimônio documental da UFRJ, UFJF e USP, ressaltam a existência de uma prática memorialista importante, já consolidada nessas instituições, porém não normatizada. Nesse sentido, os autores apontam a necessidade de normas que contribuam para melhor gestão e proteção destes.

Nesse contexto, Alessandra de Carvalho Germano, em *Diretrizes para aquisição de arquivos: uma contribuição à política de arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora*, aborda a necessidade de políticas de aquisição de acervos desta instituição. Ela chama a atenção, em sua

pesquisa, para a necessidade de uma diretriz para aquisição de arquivos.

A segunda pesquisa observada, desenvolvida por Catarina Heralda Ribeiro da Silveira (2013) e intitulada *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos*, foi desenvolvida no âmbito do mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Nela, discute-se se os procedimentos adotados pelos Centros de Memória da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC/RJ e UFRJ, por ela analisados, “estão em consonância com as Políticas de Preservação do Patrimônio Documental no Brasil” (SILVEIRA, 2013, p. 9).

Já a pesquisa de José Francisco Guelfi Campos, intitulada *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo* (2014), desenvolvida no âmbito da Universidade de São Paulo-USP, foi relevante em nossa reflexão, uma vez que interage com as mesmas preocupações relacionadas a procedimentos para aquisição. O trabalho destaca os usos do acervo, a eficácia de seu retorno social, uma vez mantidos pelo erário público, e a necessidade de uma estrutura administrativa, na qual estes acervos, após sua entrada na instituição, se encontrem inseridos oficialmente. Campos investiga a questão de ameaça de perda dos registros de pesquisa, assim como a opacidade a que estão submetidos devido à “falta de investimento sistemático” e a ausência de uma “política memorial compatível com a importância da universidade” (CAMPOS, 2014, p. 134).

Cabe destacar que a análise das práticas adotadas por instituições tradicionalmente de guarda, e ainda de seus instrumentos normativos, foi fundamental para compreender os contornos institucionais envolvidos no processo de aquisição de um patrimônio arquivístico. De fato, ajudou a compreender que a custódia de acervos, que passaram a atender interesses que não aqueles imediatos do produtor, mas que se caracterizam agora como produto social, científico e cultura, impõe a necessidade de equacionar questões de cunho administrativo, jurídico, logístico e técnico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve a intenção de propor uma reflexão, na qual problematiza o processo de aquisição. Buscou, dessa forma, não só salientar a pertinência em se adquirir um patrimônio documental, como também abordar questões relativas à logística, à administração e aos atos procedimentais e normativos que circunstanciam o processo, e que devem ser conhecidos e compreendidos com vista ao pleno êxito em tudo que envolve a custódia de um acervo.

Empreende esforços em esclarecer que a aquisição desses acervos não se dá somente no âmbito, pura e simplesmente, do ato de assinatura de um documento que transfere sua propriedade, e, tampouco, em seu alojamento em um espaço. Importa compreender que a aquisição de um arquivo pessoal desencadeia ações contínuas que se dão em diferentes fases, etapas e perspectivas. A eficácia e segurança dessa custódia requer

instrumentos técnicos e normativos que produzam e auxiliem ações visando a contribuir para o alcance da finalidade que levou o acervo a merecer reconhecimento social e cultural.

Assim sendo, procurou-se, nos caminhos até aqui percorridos, destacar a importância dos arquivos pessoais e a participação das instituições de ensino superior na preservação de informações advindas de patrimônios arquivísticos, propiciando esses espaços de memória no momento de redemocratização nacional do Brasil. Constatamos que as universidades contribuíram singularmente para que relevantes conjuntos documentais fossem protegidos, tornando-se assim fontes para pesquisa da história nacional e garantia de direitos humanos e sociais.

Contudo vale lembrar que a custódia de um acervo privado se torna um empreendimento caro, desafiador e arriscado, ao considerar a realidade das universidades públicas no país, o que exige dessas instituições indispensáveis ponderações no momento de decidir pelo recebimento ou não de um arquivo de natureza privada e pessoal.

Buscou-se dessa forma propiciar um material de auxílio para os atores e agentes públicos, que atuam nas universidades, no que tange tomadas de decisões envolvendo a aquisição de arquivos pessoais. Apontamos assim, questões que envolvem a recepção de um acervo e a importância dos instrumentos normativos e procedimentais como norteadores de seus atos, de modo seguro e transparente.

Tal necessidade se dá ao constatarmos que a aquisição se torna um ato permanente e sistemático, após a entrada do acervo na instituição. Logo, para a condução satisfatória de todo o processo, é bom que este esteja apoiado por diretriz, específica, que lhe subsidie.

Por fim, sem pretensão de ser conclusiva, tanto este artigo, como a citada pesquisa, busca contribuir na direção de possíveis e futuros estudos de políticas institucionais, que visem às melhores práticas na aquisição e arquivos pessoais por instituições que não tenham essa atividade como finalística. Nesse sentido, como produto final, apresentou uma proposta de diretriz para aquisição destes pela UNIRIO [3].

NOTAS

[1] A *Escola dos Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX, onde foram propostas algumas modificações no fazer e no saber histórico, criando novas metodologias que ampliavam as possibilidades da pesquisa histórica.

[2] Falhas de responsabilidades e no apoio do Estado por vezes comprometem a sobrevivência desses equipamentos culturais e científicos. O incêndio ocorrido no Museu Nacional, em 02 de setembro de 2018, refletiu perdas tanto para o Arquivo Histórico do museu, como para os documentos correntes produzidos e acumulados em função das atividades dos pesquisadores que ali desenvolviam suas atividades. O MN era responsável por um vasto acervo advindo, sobretudo, da sua função originária de servir e resguardar o desenvolvimento de pesquisas. Para isto, porém, é necessário que se alcancem melhores práticas no que concerne à custódia destes e aos resultados esperados.

[3] Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/9805>. Acesso em: 08. ago 2019.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, José Francisco Guelfi. A lei, a ética e a divulgação dos arquivos pessoais. In: OLIVEIRA, Lúcia M. Velloso de; PANISSET, Bianca T. C.; Oliveira, Isabel Cristina B. de (orgs.). *II Encontro de Arquivos Pessoais e Cultura: O direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 271-284.

CAMPOS, José Francisco Guelfi. *Preservando a memória da ciência brasileira: os arquivos pessoais de professores e pesquisadores da Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-11122014-190123/pt-br.php>. Acesso em: 21 maio 2017.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP:FAPESP, 1999. p. 49-63.

CAVALCANTI, Marcia Teixeira. *Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de "novas" memórias*. Rio de Janeiro, 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro (Escola de Comunicação). Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842>. Acesso em: 21 ago. 2019.

CRUZ, Heloisa de Faria. *Direito à memória e patrimônio documental*. 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388>. Acesso em: 03 jul. 2018.

Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. - Publicações Técnicas; n. 51 Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf. Acesso em: 11 jul. 2017.

GERMANO, Alessandra de Carvalho. *Diretrizes para aquisição de arquivos: uma contribuição à política de arquivos da Universidade Federal de Juiz de Fora*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2015.2/germano-alessandra-de-carvalho-diretrizespara-aquisicao-de-arquivos-uma-contribuicao-a-politica-de-arquivos-da-universidade-federalde-juiz-de-fora/at_download/file. Acesso em: 20 out. 2017.

HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa/FAPERJ, 2012.

JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/main/download/62325/28d71e5b0601a36d55a9a464a9c7094f>. Acesso em: 15 maio 2018.

KNAUSS, Paulo. *Usos do passado, arquivos e universidade*. 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/viewFile/7326/4728>. Acesso em: 20 abr. 2017.

NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consulta: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU,

Joëlle; HEYMANN, Luciana (org.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2013.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (org.). *A Coleção Família Barbosa de Oliveira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa/7letras. 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais*. São Paulo. 2010. Tese Doutorado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP). Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-14062011-134720/pt-br.php> Acesso em: 21 ago. 2019.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. Política de aquisição: uma reflexão em torno das questões que orientam o processo de ampliação dos acervos institucionais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de (orgs.). *Política de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012. Disponível em: http://site.mast.br/encontro_arquivos_cientificos/pdf/quinto_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf. Acesso em: 25 fev. 2018.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; SOBRAL, Camilla Campoi de. O arquivo pessoal como lugar relevante para a formação da memória social: o caso dos documentos de Domingos Lourenço Lacombe. In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (orgs.). *Arquivos pessoais e cultura: o direito à memória e à intimidade*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Controle de acervos. In: *Segurança de acervos culturais*. Rio de Janeiro: Editora Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2012, p. 13-32.

SILVEIRA, Catarina Heralda Ribeiro da. *Patrimônio documental e políticas públicas: o que reflete a literatura, o que se inscreve nos documentos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/356>. Acesso em: 15 jan. 2018.

SOUSA, Alice Veridiana. *A UNIRIO e o arquivo pessoal de Guilherme Figueiredo: a aquisição de acervos arquivísticos privados por instituições públicas de ensino superior*. Rio de Janeiro, 2019. 167 f. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/9805>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ARQUIVOS PESSOAIS SOB A ÓTICA DOS PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO

BRUNA PIMENTEL LOPES
GEORGETE MEDLEG RODRIGUES

As cartas que mando para você são suas. Se eu morrer amanhã não quero que você as publique. Nem depois da morte de nós dois [1]. Esse é um dos trechos das várias cartas que Mário de Andrade (1893-1945) enviou ao escritor Manuel Bandeira (1886-1968).

De modo geral, as correspondências são entregues seladas, fechadas e assinadas, reforçando seu aspecto pessoal, confidencial e secreto. Assim como esses registros, a maioria dos documentos que compõem os arquivos pessoais são avessos à publicidade. Essa necessidade de sigilo, defendida por Mário de Andrade, também foi corroborada quando o escritor determinou o prazo para divulgação de suas correspondências, que, segundo suas orientações, deveriam permanecer fechadas ao público por, no mínimo, cinquenta anos após a sua morte (ALVARENGA, 1974). Segundo Vasconcellos (2012) o respeito e a ética em relação à publicação das cartas foram seguidos pela maioria de seus amigos, tal como Pedro Nava (1903-1984), que as doou lacradas ao Arquivo-

Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

Mais recentemente, o acesso aos documentos pessoais custodiados por instituições públicas foi alvo de algumas discussões. A título de exemplo, temos uma das cartas enviadas por Mário de Andrade a Manuel Bandeira, custodiada pelo arquivo da FCRB desde a década de 1970. A correspondência tratava de aspectos íntimos de sua vida e a divulgação foi possível apenas mediante um pedido realizado pela Lei de Acesso à Informação (LAI), pois, de acordo com a FCRB, a família de Mário de Andrade era contrária à difusão do documento.

O caso traz-nos algumas evidências. Há, atualmente, um aumento crescente na conscientização sobre o valor histórico e científico dos registros que compõem os arquivos públicos e privados. Além disso, os arquivos pessoais, sobretudo aqueles que se encontram sob custódia de arquivos, bibliotecas e museus ligados ao Poder Público, têm sido tratados a partir dos princípios relacionados à inviolabilidade da intimidade, da vida privada e da honra, mas, também, do direito de acesso à informação - ambos previstos na Constituição Federal (CF) de 1988.

A consulta aos documentos que integram os arquivos pessoais e as novas perspectivas que são apresentadas a partir dessas práticas estão sendo cada vez mais noticiadas pela mídia. Manchetes como "Arquivo digital dá nova dimensão à vida de Segall" (2013) [2]; "Universidade dos EUA abre arquivo pessoal de Gabriel García Márquez" (2015) [3]; " Casa de Rui Barbosa libera acesso a

documentos secretos de Pedro Nava" (2017) [4], apontam que o acesso a esses registros tem sido ampliado.

Entretanto, no Brasil, há alguns indícios de que a consulta e uso dessas documentações têm sido realizados conforme acordos pactuados entre o proprietário dos acervos e a instituição que pretende custodiá-los, tal como é apontado por Lopes (2018). Os bastidores desse processo, em especial os conflitos entre os aspectos público e privado, podem ser observados a partir dos processos de institucionalização - momento em que os documentos, constituídos dentro de uma realidade íntima, são deslocados para o espaço público.

Nesse contexto, *institucionalizar* refere-se aos procedimentos relacionados à transferência, jurídica e física, desses documentos para as entidades que, conforme Duarte (2018, p. 10), dedicam-se "ao acúmulo e tratamento de documentos pessoais com a finalidade de disponibilizá-los ao acesso público, seja para assumir a forma de fontes de pesquisa acadêmicas, seja para assumir a forma de patrimônio documental coletivo".

Nessa perspectiva, este artigo, é parte de uma pesquisa de doutorado em andamento em Ciência da Informação, retomando, igualmente, aspectos de uma dissertação de mestrado já concluída. A investigação busca sistematizar os pontos de divergência e convergência entre os sentimentos e percepções relacionadas à institucionalização dos arquivos pessoais, ou seja, pretende-se analisar os papéis dos diferentes atores envolvidos nesse processo - do produtor do arquivo pessoal à entidade que se propõe a custodiá-lo. Com base numa revisão de literatura objetiva-se, por fim, apresentar

os aspectos teóricos que concernem à aquisição e ao acesso aos arquivos pessoais, especialmente aqueles custodiados por instituições públicas.

DA PRODUÇÃO AO ACESSO AOS ARQUIVOS PESSOAIS

Ao tratar da importância dos arquivos pessoais para a pesquisa científica Bellotto (2006) explica que o produtor do arquivo utiliza seus registros para realizar atividades profissionais, cívicas e pessoais, que no âmbito da Arquivologia se convencionou denominar de “valor primário” dos documentos de arquivo. A partir do momento em que esses documentos deixam de cumprir esse papel para o produtor, evidencia-se o seu “valor secundário”, tornando-se de interesse para pesquisadores e sociedade em geral.

De acordo com Silva (2017, p. 9) os arquivos pessoais não são tratados como fontes exclusivamente por seu caráter informacional, “mas também pelas informações sobre o modo de vida [do titular], os usos e costumes, a personalidade, a forma de conduzir seus interesses pessoais, sua visão de mundo, dentre tantas outras possibilidades” (SILVA, 2017, p. 9).

Na mesma direção de Silva, Bellotto (2006) observa que é justamente por esses aspectos - o interesse científico, artístico e social - que instituições como arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação devem se interessar pelo seu recolhimento [5]. Segundo a autora, para que esse processo aconteça de maneira eficaz, é necessário que haja:

- 1) A sensibilização das famílias detentoras de arquivos privados e o conseqüente recolhimento à entidade apta a identificar, ordenar, descrever os documentos, propondo-se a realizar todo um trabalho de disseminação da informação;
- 2) A capacidade técnico-científico-intelectual de seu pessoal especializado. De outra forma, malgrado o recolhimento, teríamos tão-só a custódia e a preservação dos arquivos privados. Poderíamos ter até um certo trato documental, mas não teríamos estabelecido o processo informacional. O elo entre a informação contida no documento e o pesquisador nela interessado é dado pelo arquivista, por meio de instrumentos de pesquisa, conseqüentes da análise documentária (BELLOTTO, 2006, p. 268).

Na mesma linha de Bellotto, quanto à necessidade de tratamento especializado, Duarte (2013) afirma que a institucionalização de arquivos pessoais compreende "tratamentos técnicos, pesquisas específicas, identificação e estruturação da documentação, serviços e produtos derivados em consonância com as características institucionais" (DUARTE, 2013, p. 41). Oliveira (2012), por sua vez, afirma que essa atividade deve ser realizada conforme a missão e os objetivos da instituição que se propõe a custodiá-los, baseando-se nas características individuais do conjunto documental, ou seja, em sua natureza e restrições.

Duarte (2013) entende que a institucionalização desses arquivos envolve, sobretudo, uma transferência física e jurídica relacionada à mudança dos documentos e aos trâmites burocráticos. Dentro dessa perspectiva, a cessão

ou a venda do arquivo pessoal pressupõe a assinatura de um contrato a fim de que os direitos e deveres do detentor do arquivo e da entidade custodiadora estejam assegurados conforme a legislação vigente (BELLOTTO, 2006). Maciel e Borges (2012) entendem que:

As instituições que coletam arquivos pessoais com o objetivo de preservá-los e torná-los disponíveis ao público devem, igualmente, também no âmbito dessa missão, planejar as atividades de organização e as formas de divulgação de seu acervo. O reconhecimento da importância dos arquivos ocorre inicialmente com a formalização da doação (assinatura do Termo de Doação) e se justifica para possibilitar o acesso (MACIEL; BORGES, 2012, p. 120).

Ao tratarem dos processos de doação de arquivo pessoais, Borges e Murguia (2014) ressaltam que “a efetivação da doação está vinculada a um acordo selado entre as partes envolvidas em instrumento jurídico próprio, no caso, o contrato” (BORGES; MURGUIA, 2014, p. 24). O Termo de Doação [6] tornou-se uma espécie de contrato utilizado por instituições públicas ao adquirirem arquivos pessoais. Trata-se de um documento firmado segundo a organização e a orientação jurídica de cada entidade, além dos acordos celebrados durante a transferência dos documentos e as resoluções estabelecidas entre o doador e a instituição.

Oliveira, Macêdo e Sobral (2017) observam também que a elaboração de políticas de aquisição de arquivos pessoais tem sido debatida no âmbito da Arquivologia, porém, “a relação direta da aquisição com as questões de

acesso e intimidade ainda carecem de maiores aprofundamentos” (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a institucionalização de arquivos pessoais pressupõe um equilíbrio entre as políticas institucionais e as necessidades dos detentores do acervo, tal como pode ser observado na Figura 1:

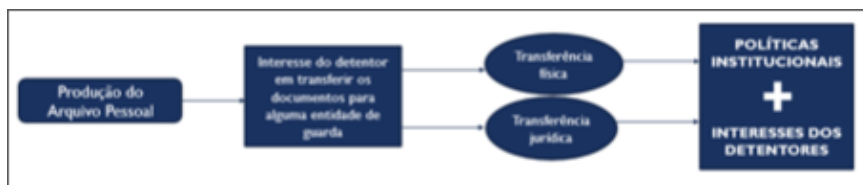


Figura 1 - Processo de institucionalização do arquivo pessoal
Fonte: Elaborado pelas autoras.

É importante ressaltar que a aquisição de arquivos pessoais por entidades que possam tratá-los e divulgá-los não é realizada a partir de uma prévia determinação, como no caso dos arquivos públicos. A institucionalização depende do interesse dos detentores em transferir os seus documentos para essas instituições, ou seja, “embora tais arquivos não sejam comumente frutos do recolhimento, como ocorre com os arquivos institucionais, são incorporados ao acervo de uma instituição de custódia, por meio de processos formais que garantem sua preservação e organização” (MACIEL; BORGES, 2012, p. 119).

Sob o ponto de vista dos detentores, institucionalizar o acervo pessoal é uma forma de preservar as memórias e

atuação do titular do arquivo. Portanto, é necessário que a entidade que se propõe a custodiá-lo demonstre ser "merecedora" do conjunto documental, tendo conhecimento sobre "a história do titular do arquivo, das instituições em que trabalhou, ou ajudou a criar ou a fortalecer, bem como sua inserção no meio científico" (LISBOA, 2012, p. 16).

Nesse processo é importante que os documentos não sejam superestimados pelos herdeiros e/ou titulares do arquivo ou que determinados registros não sejam disponibilizados ao público considerando a existência de informações que possam comprometer a imagem do seu produtor (BELLOTTO, 2006). Além disso, é necessário que os arquivos não sejam fragmentados, ou seja, que as partes que o compõem não sejam adquiridas por diferentes instituições (SILVA; MELO, 2016). Sobre esse aspecto Heymann (1997) afirma que:

Muitas vezes há uma dispersão do material acumulado pelo titular entre seu cônjuge, descendentes ou outros, envolvendo até disputas acerca dos "legítimos" herdeiros. Isso leva ao fracionamento dos fundos, e até a doações de parcelas para instituições diferentes. Tais instituições podem não ser comunicadas de tal fracionamento. Quando sabem do fato, podem não ter interesse em explicitá-lo exatamente para não terem de dividir o capital adquirido. Tal situação, além de gerar a perda irreversível da organicidade original do conjunto, acarreta problemas para o pesquisador que equivocadamente tomar uma parte pelo todo (HEYMANN, 1997, p. 49).

Algumas das razões que justificam a dispersão de documentos de um mesmo fundo entre instituições diferentes são apontadas por Silva e Melo (2016):

- A família doadora, por exemplo, pode decidir ofertar partes da documentação para diferentes instituições de guarda, que, de algum modo, tiveram alguma relação com o titular.
- O conjunto documental pode ser fragmentado ao ser vendido. Cada instituição compradora se apropria dos documentos que lhe pareçam mais interessantes e que tenham a ver com seus próprios conjuntos documentais, sem considerar a dispersão do conjunto original.
- Há também casos em que nunca houve realmente um controle da unidade do conjunto do produtor, já fragmentada entre parentes, amigos, secretárias, e, com o falecimento do titular, sua documentação se dispersa entre várias pessoas e instituições.
- É comum também que muitos documentos se percam ao longo de sua trajetória. Parte da documentação, retirada do conjunto documental, é guardada por algum parente em local impróprio, e a documentação se deteriora, tornando impossível a restituição do conjunto documental (SILVA; MELO, 2016, p. 98-99).

A preocupação excessiva com aspectos relacionados ao sigilo e à intimidade do produtor do fundo arquivístico também motivam a entrega parcial dos documentos às instituições custodiadoras, uma vez que há uma concepção de que apenas registros que concernem ao trabalho e às atividades profissionais do titular são de interesse para o público. Os documentos pessoais, por sua vez, geralmente, não são transferidos, o que demanda um trabalho de conscientização dos detentores a fim de que

eles compreendam a importância da integridade do conjunto pois os documentos que os constituem atestam tanto a vida pessoal quanto profissional do titular do arquivo (SANTOS, 2012). Nesse sentido:

É importante atentar, aqui, para o papel das famílias no processo de constituição e de monumentalização do arquivo de um ancestral. Não é raro que filhos ou netos se encarreguem de agrupar ou mesmo de organizar - realizando seleções, muitas vezes - os documentos deixados por seus pais e avós, com vistas a constituir uma memória documental que registre a trajetória de seu ancestral. A doação do arquivo a uma instituição de memória, nesse contexto, funciona como garantia de preservação e publicização dessa memória, tendo seu sentido associado, de maneira geral, a um coroamento da atuação pública do titular (HEYMANN, 2004, p. 6).

Para Lisboa (2012) a institucionalização dos arquivos pessoais reafirma o posicionamento desses acervos como lugares de memória [7], assumindo o papel de outros bens simbólicos ao permitir rememoração de fatos e acontecimentos passados. Apesar disso, Borges e Murguía (2014, p. 27) dissertam que tanto a produção quanto a aquisição de um arquivo pessoal demonstram a parcialidade dessas atividades, pois, muitas vezes, "há a interferência do produtor, dos limites e imposições de critérios por parte da instituição". Nessa perspectiva, Heymann ressalta que:

A transferência de conjuntos de natureza privada para o espaço público implica, portanto, negociações, seja no caso da doação a uma instituição arquivística já existente, pública

ou privada, seja no caso da fundação de uma instituição com o propósito de abrigar o acervo. [...]. No caso da entrega dos documentos a uma instituição já existente, a passagem do domínio privado ao público implica o oferecimento do arquivo e sua aceitação no mercado de bens culturais, gesto que será tão mais legitimador do seu capital simbólico quanto mais prestígio tiver a instituição de guarda. Ou os documentos podem ter sua doação ou compra solicitadas por uma instituição, evidenciando-se assim o capital de que o próprio arquivo é dotado. Neste caso, opera-se uma valorização que vai do arquivo à instituição, já que possuir determinados conjuntos documentais confere prestígio, funcionando como elemento de legitimação institucional (HEYMANN, 2010, p. 111-112).

Heymann (2012) também afirma que “em tais investimentos estão em jogo não apenas as condições que permitem a criação de uma instituição de memória, mas também as estratégias de valorização e comemoração que, continuamente, tomam os arquivos como objeto” (HEYMANN, 2012, p. 78). Segundo a autora, ao analisar esses acervos como fonte de informação é necessário, portanto, considerar o caminho que foi percorrido, ou seja, as alterações que podem ter sido realizadas no conjunto documental - adequações, acréscimo, expurgos -, bem como o seu local de destino, isto é, uma instituição pública ou privada que, em alguns casos, pode ter o próprio nome do titular e evidenciar a associação entre ambos.

Borges (2014) acrescenta que o processo de institucionalização dos arquivos pessoais não é neutro pois a própria entrada do arquivo na entidade custodiadora o

transforma. Segundo Marques (2015), durante essa mudança, os arquivos pessoais são profundamente modificados, seja do ponto de vista topológico e/ou nomológico [8]:

Em termos topológicos, de uma nova domiciliação, no que concerne à acomodação física dos materiais num lugar, numa outra residência; em sentido nomológico, no que tange aos princípios e leis de organização dos arquivos, de seus comandos (MARQUES, 2015, p. 33).

Desse modo, a passagem dos arquivos pessoais para o domínio público pode significar a alteração do seu *status* jurídico, mas não a sua natureza, pois ainda que esses registros tenham sido produzidos no contexto da intimidade, a sua gênese e o seu caráter privado não foram modificados (OLIVEIRA, MACÊDO; SOBRAL, 2017).

Nos casos em que os arquivos pessoais são adquiridos por instituições públicas, esses acervos passam a constituir o patrimônio da União e, conseqüentemente, adquirem *status* público (BORGES, 2014). Para Marques (2015), a partir desse momento, os documentos devem estar disponíveis para consulta e pesquisa - especialmente quando as entidades de guarda são mantidas com os recursos do Estado:

Uma vez institucionalizado, exteriorizado um lugar de consignaçoão, na institucionalizaçoão mesma do arquivo do escritor se inscreve uma lei e se autoriza um direito com seus limites. Direito que se desdobra nos direitos dos cidadãos, das famílias ou do Estado, nos direitos de propriedade ou de acesso, de publicaçoão ou reproduçoão, com suas conexões com o secreto e o não secreto, o

público e o privado, e com própria classificação e organização, requerendo tarefas tanto manuais quanto intelectuais (MARQUES, 2015, p. 37).

Podemos considerar que há uma forte tensão entre os interesses particulares da família, dos herdeiros e dos representantes legais do titular, os desejos das instituições de guarda, bem como do Estado e da sociedade, subsidiadas, nesse último caso, pela acessibilidade aos documentos do arquivo pessoal. Conforme exposto por Duarte (2013), a problemática em torno do processo de institucionalização dos arquivos pessoais e os aspectos que envolvem sua condição com fonte é um pouco mais delicada, uma vez que, independentemente das razões que motivaram os detentores dos arquivos a realizarem a transferência de custódia do acervo, após o ingresso do arquivo na entidade custodiadora, o conjunto documental deve ser disponibilizado e utilizado de forma coletiva. Porém, ressalta o autor:

Ao mesmo tempo em que essa situação pode ser entendida como o sustento das práticas preservacionistas e custodiais para arquivos pessoais, também pode ser entendida como uma problemática desconfigurante [sic] da documentação privada [...].

A consequência desta problemática será sentida no momento da disseminação e das condições de acesso à documentação, ao ponto em que estas são submissas às legislações de direitos públicos e privados que conferem poder à restrição de acesso a informações de ordem privada (DUARTE, 2013, p. 44).

De acordo com Costa (1998) os herdeiros e familiares possuem liberdade para restringir o acesso aos arquivos conhecidos publicamente, mas que ainda se encontram num ambiente doméstico, por exemplo. Embora os dispositivos legais favoreçam um ambiente de sigilo e restrição de acesso aos documentos pessoais custodiados por instituições arquivísticas, a sua transferência para o âmbito público, tendo em vista a relevância para a pesquisa histórica, deve permitir o efetivo desempenho do seu papel social [9].

Muitas vezes os detentores dos arquivos pessoais não abdicam totalmente dos seus direitos, tendo em vista os elementos íntimos que a documentação pode conter. Assim, “os herdeiros podem julgar como um registro estritamente privado, e que sua divulgação pública poderia constranger a imagem social do titular” (DUARTE, 2013, p. 45). Trata-se, desse modo, de uma problemática que envolve os detentores dos acervos, o titular e a instituição, pois o entendimento equivocado deste trâmite é, nestes casos, proporcional às condições de acesso ao arquivo, às possibilidades de sigilo e à proteção aos documentos (DUARTE, 2013).

Fica evidente, portanto, que “o processo de institucionalização do arquivo ocorre a partir de decisões tomadas por indivíduos que ocupam lugares distintos e de suas contribuições ao longo da aquisição, desde o produtor até o doador final” (BORGES, 2014, p. 47):

O ingresso dos arquivos pessoais em instituições de preservação e acesso não é só devido ao reconhecimento da importância para a sociedade dos documentos que reúne, mas também do desejo dos herdeiros e sucessores

do titular do arquivo em preservar o conjunto de documentos, e, por seu meio, imortalizar o seu titular. E, igualmente, do interesse de instituições em investir na preservação, organização e difusão desses conjuntos. Cada uma das partes envolvidas possui objetivos específicos e desempenha funções relacionadas a eles (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017, p. 190).

Do ponto de vista jurídico e tendo em vista o contexto brasileiro, o acesso aos arquivos pessoais, particularmente os acervos de escritores, está regulamentado por alguns dispositivos legais: Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/91) – foram revogados os artigos referentes ao acesso –, Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.160/98) e, mais recentemente, pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11) e pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18), esta última tratando especialmente da difusão de dados pessoais na internet, bem como a Constituição Federal, que prevê tanto o direito à privacidade quanto o direito de acesso à informação, legislações que não foram tratados de maneira mais detalhada neste artigo, mas que podem ser consultados em Lopes (2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma diversidade de instituições – arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação – que tem adquirido arquivos pessoais e esse caráter variado se reflete no modo como ocorre a sua aquisição. Portanto, o panorama traçado pelo estudo, sinaliza a necessidade de novos debates em busca de uma política comum de aquisição

para esses acervos. Por outro lado, como bem observado por um dos pareceristas desse artigo, poder-se-ia, igualmente, refletir se a adoção de uma diretriz comum para a aquisição de arquivos pessoais seria desejável - e factível-, em se tratando de instituições de custódia com perfis e interesses distintos. O outro caminho, ainda no sentido apontado pelo parecerista, seria o de se pensar em que medida a pluralidade de políticas e procedimentos de aquisição enriqueceria a discussão sobre o tema. Algo a ser considerado em nossa pesquisa em andamento.

É possível considerar que *institucionalizar* arquivos pessoais, principalmente aqueles transferidos para entidades públicas, significa a subordinação desses documentos às legislações do Direito público e privado, bem como às normativas institucionais. É nesse momento, mais especificamente a partir dos acordos pactuados entre o proprietário e a entidade, que são delimitadas as restrições de acesso e uso a esses documentos, ou seja, esse ambiente de negociação interfere no modo em que o arquivo pessoal é divulgado e utilizado pela sociedade.

Torna-se necessário, por fim, novos estudos relacionados aos modos de aquisição e acesso aplicados às várias tipologias de arquivos pessoais, tais como de cientistas, políticos e artistas, além de investigar como outros países, especificamente instituições públicas estrangeiras, têm realizado a institucionalização e normatizado o acesso aos arquivos pessoais.

NOTAS

- [1] Trecho retirado do livro "Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas" de Matildes Demétrio dos Santos (1998).
- [2] Mais informações disponíveis em: https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo_arquivo-digital-da-nova-dimensao-a-vida-de-segall,8945,0.htm . Acesso em: 23 set. 2019.
- [3] Mais informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2015/10/universidade-dos-eua-abre-arquivo-pessoal-de-gabriel-garcia-marquez.html> . Acesso em: 23 set. 2019.
- [4] Mais informações disponíveis em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/04/1873709-casa-de-rui-barbosa-libera-acesso-a-documentos-secretos-de-pedro-nava.shtml> . Acesso em: 23 set. 2019.
- [5] Precisando que, *stricto sensu*, a ação de recolhimento ocorre apenas quando se trata da entrada de documentos públicos em arquivos permanentes ou da passagem dos documentos do arquivo intermediário para o arquivo permanente (ARQUIVO NACIONAL, 2005).
- [6] De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, refere-se ao "instrumento legal particular que define e formaliza uma doação a arquivo" (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 161).
- [7] Trata-se de um conceito proposto por Pierre Nora (1993) e diz respeito a todos objetos de caráter material ou abstrato, revestido de aspectos simbólicos e/ou funcionais que permitem a cristalização da memória e, conseqüentemente, a sua transmissão e rememoração por um indivíduo ou um grupo de pessoas.
- [8] Referem-se aos dois princípios da economia do arquivo, analisados por Jacques Derrida (2001) no livro "Mal de arquivo: uma impressão Freudiana".
- [9] A publicação do artigo do qual extraímos a citação é anterior à promulgação da Lei de Acesso à Informação, em 2011, que em seu artigo 7º determina que "O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado" (BRASIL, 2011). Segundo Duarte (2013), "enquanto custodiados por entidades que recebem subsídios públicos, estes arquivos pessoais são inclusos no propósito de acesso", porém a "permanência do arquivo na casa dos familiares ainda corresponde à realidade" (DUARTE, 2013, p. 44).

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem a leitura atenta e cuidadosa dos pareceristas que contribuíram para o aperfeiçoamento do presente artigo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, O. **Mário de Andrade, um pouco**. São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ): José Olympio,

1974. xiv, 136 p.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORGES, R. S. A institucionalização de arquivos pessoais na Fiocruz: o processo de aquisição dos arquivos de Cláudio Amaral e Virgínia Portocarrero. Niterói, RJ: UFF / PPGCI, 2014. (Dissertação) Mestrado em Ciência da Informação.

BORGES, R. S.; MURGUIA, E. I. O processo de aquisição de arquivos pessoais na Fundação Oswaldo **Cruz**. In: ENANCIB, 2014, Belo Horizonte (MG). Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação: além das nuvens, expandindo as fronteiras da Ciência da Informação (15: 2014: Belo Horizonte, MG). Belo Horizonte: ECI UFMG, 2014.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 26 set. 2019.

BRASIL. **Lei 9.160, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1998]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em 26. set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 26. set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 26 set. 2019.

COSTA, C. M. L. Intimidade versus interesse público: a problemática dos arquivos. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 189-200, 1998.

DERRIDA, J. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, R. C. **Arquivos pessoais**: institucionalizações e trajetórias. 2018. 224f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2018.

DUARTE, R. C. **A patrimonialização do arquivo pessoal**: análise dos registros Memória do Mundo do Brasil, da UNESCO. 2013. 222 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo.

HEYMANN, L. Q. **Cinquenta anos sem Vargas**: reflexões acerca da construção de um legado. In: XXVIII Encontro Anual da Anpocs, 2004, Caxambú. Anais do XXVIII Encontro Anual da Anpocs, 2004.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 41-66, 1997.

HEYMANN, L. Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

HEYMANN, L. Q. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (Orgs.). **Documento**: gênese e contexto de uso. Niterói: EDUFF, 2010. p. 111-122.

LISBOA, A. O livro, a parede e os arquivos pessoais. In: SILVA, M. C.; SANTOS, P. E. **Arquivos pessoais**: história, preservação e memória da ciência. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

LOPES, B. P. **Arquivos pessoais de escritores no Brasil**: estudo comparativo das formas de aquisição e

acesso em instituições públicas. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MACIEL, L. R.; BORGES, R. S. Metodologia de organização de arquivos pessoais: o fundo Virgínia Maria

Niemeyer Portocarrero, enfermeira da FEB. In: SILVA, M. C. S. M.; SANTOS, P. R. E. (Orgs.) **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da Ciência**. Rio de Janeiro: AAB, 2012.

MARQUES, R. **Arquivos literários: teorias, histórias, desafios**. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V.; MACÊDO, P. L. P.; SOBRAL, C. C. de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. **Revista do Arquivo**, São Paulo, n. 4, p. 1-13, 2017.

SANTOS, M. D. dos. **Ao sol carta é farol: a correspondência de Mário de Andrade e outros missivistas**. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.

SILVA, E. P.; MELO, M. T. A dispersão de fundos de arquivos pessoais. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 91, 2016.

SILVA, M. C. S. M. E. Presentación: os arquivos pessoais e os desafios para os arquivistas. In: GARCIA, N.; SILVA, M. C. S. M. (Org.). **Archivos personales: experiencias de organización y gestión**. Córdoba: Editorial de la Red de Archiveros Graduados de Córdoba, 2017.

VASCONCELLOS, E. As cartas que mando para você são suas. **Arquivo e Administração**, v. 11, p. 33-48, 2012.

OS ARQUIVOS PESSOAIS DO ARQUIVO NACIONAL: UMA ANÁLISE DE SEUS PRODUTORES

KALILA DE OLIVEIRA BASSANETTI
PATRICIA LADEIRA PENNA MACÊDO

Arquivos pessoais podem ser entendidos como um conjunto de documentos que representam não apenas a trajetória de um indivíduo ou família, mas também um retrato da sociedade em determinado contexto. São fontes valiosas de informação para os mais diversos interesses e, apesar de existirem há muitos anos, foram deixados em segundo plano no desenvolvimento da Arquivologia, mais focada nos documentos de caráter público.

Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos no âmbito dos arquivos pessoais costumam, em geral, priorizar como tema elementos em torno de sua organização e tratamento, assuntos esses tradicionais na Arquivologia que, ao longo dos anos, buscou dar maior ênfase à técnica e não necessariamente à teoria. Esse distanciamento teórico, atualmente minimizado, demonstra a necessidade de estudos voltados para além de questões reconhecidas como de ordem prática. Assim, faz-se necessário conhecer e pensar também os próprios produtores de arquivos.

Portanto, o presente trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa que teve início em 2017, na

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com o título *Arquivo pessoal e patrimônio documental: a representatividade como problema*. O projeto conta atualmente com uma coordenadora, duas bolsistas e uma colaboradora [1], e tem a intenção de identificar os arquivos pessoais custodiados por instituições públicas e privadas da cidade do Rio de Janeiro.

Partindo do pressuposto de que os arquivos representam a história, a cultura e a identidade do país, abrangendo seus diversos processos históricos, busca-se, com esse projeto, incentivar o recolhimento de fundos de forma que o patrimônio documental brasileiro seja capaz de representar os diversos segmentos que compõem nossa sociedade. Nesta primeira etapa, o Arquivo Nacional foi a instituição escolhida como campo por entendermos que este, enquanto o órgão central e máximo referente a arquivos no país, precisa ser modelo e desenvolvedor de políticas nos mais diferentes estágios de tratamento documental, inclusive a aquisição.

Pretende-se, portanto, com essa pesquisa, conhecer os produtores, seu lugar social e os grupos atualmente representados pelos arquivos pessoais, de forma a apontar lacunas que precisam ser revistas e repensadas no que tange às políticas de aquisição institucionais.

Vale ressaltar que os resultados aqui apresentados foram analisados a partir dos dados disponibilizados através do SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) [2]. Como metodologia de identificação, foram consideradas as seguintes informações: o número de acervos por tipo de produtor, a data e sua forma de

entrada do arquivo na instituição, o gênero, a data e a região do nascimento dos produtores, além de informações sobre formação superior e ocupação. Essas informações são de grande importância para nossas análises e para o reconhecimento dos arquivos pessoais custodiados atualmente no Arquivo Nacional.

ESTUDO, PRÁTICA E TEORIA

Arquivos pessoais são geralmente definidos como conjuntos de documentos produzidos, recebidos e/ou mantidos por pessoa física ao longo de sua vida, em razão de suas atividades profissionais e função social. Eles são entendidos como parte da categoria de *arquivos privados* [3] e possuem documentos determinados por questões sociais e históricas, capazes de traduzir os modos de se viver. Funcionam, assim, como uma espécie de espelho da sociedade, representando seus segmentos, arranjos políticos e modelos de comunicação e de convivência.

Conforme Catherine Hobbs, "documentos criados por indivíduos não deveriam ser vistos apenas como documentos rotineiros e descartáveis, mas como documentos de valor permanente que, por si só, originam-se da experiência de vida e das circunstâncias" (HOBBS, 2016, p. 319). Nesse sentido, arquivos pessoais despertam diversos tipos de interesses, sejam eles sociais, científicos, artísticos etc., e podem servir como fontes de pesquisa para disciplinas como História, Sociologia e Antropologia, por exemplo.

Estes documentos de indivíduos, produzidos na esfera íntima, são capazes de dizer algo maior, que é reflexo e produto social, sendo, por sua vez, impossível compreender tais conjuntos sem que haja a interpretação do contexto no qual eles foram produzidos. E mais: sem a relação entre o documento produzido e seu contexto, uma vez que esses arquivos funcionam como a memória de seus produtores e, conseqüentemente, da sociedade na qual eles foram gerados.

A documentação que os compõe não nasce isolada. Ela surge de uma conjuntura social, política, filosófica, religiosa ou econômica, produto das relações sociais, econômicas e afetivas do produtor do arquivo que, em seu processo individual de registrar suas ações no contexto social em que vive, contribui para a construção da memória coletiva.

Apesar de atualmente reconhecermos a importância desses fundos para a nossa própria história ao longo do desenvolvimento da Arquivologia, conforme mencionamos na introdução deste artigo, esta não era uma realidade, uma vez que se percebe que os arquivos pessoais não constam como protagonistas da teoria arquivística, que se desenvolveu mais inclinada à esfera pública.

Ainda que haja registros da presença de 'documentos pessoais' desde a Antiguidade e a Idade Média – em sua maioria, títulos de propriedade e registros de rendas oriundas de impostos públicos –, os 'arquivos pessoais' foram mencionados tardiamente nos manuais dedicados aos arquivos. (HEYMANN, 2012, p. 50).

De fato, recentemente, dentro do campo arquivístico, compreende-se que a ascensão da relevância dos arquivos

peçoais trouxe preocupações pertinentes à disciplina, como o reconhecimento do caráter orgânico e instrumental dos arquivos acumulados por pessoas. Percebe-se, assim, como eventos e trabalhos com temáticas sobre arquivos pessoais estão sendo organizados e publicados atualmente, e nos permitem aprofundar a questão sobre estes documentos.

No entanto, percebe-se também que as temáticas relacionadas à organização e ao tratamento destes arquivos ainda são maioria. Estudos de caso sobre as formas de arranjo, descrição, acondicionamento e acesso estão entre os mais desenvolvidos e divulgados para estes acervos, relegando ao segundo plano as discussões que tenham como objetivo mapear, identificar e quantificar os arquivos pessoais custodiados em instituições de pesquisa, ou seja, pouco se sabe sobre os arquivos e seus produtores.

Teorizar sobre os arquivos pessoais implica afirmar que estes, enquanto parte do escopo teórico da Arquivologia, precisam ser conhecidos, entendidos e trabalhados em sua essência. Resulta também em construir um esforço de reflexão para além de vertentes consideradas mais práticas e funcionais, que são, por excelência, características atreladas à própria essência da Arquivologia.

Vale ressaltar que nosso objetivo não é diminuir os trabalhos relacionados à esfera "prática", ou dizer que estes não são fruto de pesquisas e um vasto esforço teórico. Antes disso, gostaríamos de confirmar a importância desses e demais trabalhos que busquem entender, compreender e teorizar sobre arquivos pessoais.

Nesse sentido, a necessidade de se conhecer os fundos pessoais custodiados por instituições arquivísticas também deve ser uma preocupação por parte da agenda de pesquisa da área. Atualmente não localizamos, na bibliografia disponível, um guia de fundos ou uma obra que apresente de forma quantitativa e descritiva quais são os arquivos pessoais presentes em instituições de custódia brasileiras.

O ARQUIVO NACIONAL E OS ARQUIVOS PESSOAIS

Em termos de políticas de arquivo, estas existem, segundo José Maria Jardim, para responder a problemas no campo dos arquivos, como acesso, preservação e difusão. Seriam, assim, um

conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativos, legais, científicos, culturais, tecnológicos, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2006, p. 10).

Consideradas parte de uma política arquivística, as políticas de aquisição deveriam ocupar um lugar central na agenda das instituições, com a responsabilidade de preservar e dar acesso ao patrimônio arquivístico. Isso se dá principalmente por serem os arquivos construções sociais, servindo em diversos momentos como instrumentos de poder, que servem tanto para a

manutenção do mesmo quanto para controlar o esquecimento e as lembranças do passado.

A importância de se conhecer os produtores de arquivos pessoais está na busca por entender e também traçar um perfil dos arquivos que compõem nosso patrimônio, de forma a saber se as políticas de aquisição atualmente desenvolvidas estão mais abrangentes e conscientes. Neste sentido, Richard Cox pontua que

arquivos não são perfeitos, costumam ser tachados de elitistas e parciais em relação a certos grupos ou tipos de pessoas. Às vezes, são comparados a condomínios fechados e exclusivos pelos que estão de fora, especialmente pela parte da população que não recebeu qualquer orientação sobre a missão dos arquivos por meio de uma formação universitária em algum setor que depende da pesquisa em fontes de arquivo. Deveríamos cultivar o desejo de devolver uma espécie de poder arquivístico ao povo. (COX, 2017, p. 443).

Assim, optamos por iniciar nossa pesquisa no Arquivo Nacional, a partir do estudo das características referentes ao produtor do arquivo e dos documentos que constituem o acervo. Esse conhecimento é a base para o desenvolvimento de políticas que dizem respeito aos arquivos pessoais, especialmente as políticas de aquisição.

O Arquivo Nacional foi fundado em 1838, e era chamado de Arquivo Público do Império. Inicialmente, ficou estabelecido na Secretaria de Estado dos Negócios do Império e tinha por finalidade guardar os documentos públicos. Atualmente, a instituição está subordinada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública e “guarda, preserva, dá acesso e divulga documentos públicos,

produzidos, em sua maior parte, pelo Poder Executivo Federal, mas também provenientes dos poderes Legislativo e Judiciário; e documentos privados, de pessoas físicas e jurídicas” (ARQUIVO NACIONAL, 2019a).

A política de aquisição do Arquivo Nacional foi formalmente definida em março de 2018, sendo elaborada por um grupo de trabalho durante um período de 60 dias. Esta política foi instituída pela portaria nº 058 de 13 de março de 2018 e é interessante destacar seu Art. 2º, que dispõe sobre as diretrizes e critérios para aquisição de arquivos e coleções de natureza privada:

- Doação como forma de entrada;
- Relevância para a história e a cultura do país, contribuindo para a contextualização de distintos processos e períodos históricos;
- Pertinência dos documentos ao conjunto em que estejam inseridos, buscando observar o princípio da organicidade, nos casos dos arquivos;
- Caráter original dos documentos ou suas cópias substitutivas; e
- Estado de conservação dos documentos, que devem estar legíveis e/ou passíveis de recuperação. (ARQUIVO NACIONAL, 2018).

Cabe destacar que este documento prevê a existência de uma comissão permanente para aquisição de arquivos e coleções de natureza privada, a qual delibera a respeito do tema. A portaria informa que esta comissão é formada por membros “servidores representantes das coordenações-gerais de Processamento e Preservação do Acervo e de Acesso e Difusão Documental” (ARQUIVO NACIONAL, 2018). Dentre as tarefas atribuídas a este

grupo, cabe fazer proposições para novas aquisições, bem como revisar de modo regular este instrumento político.

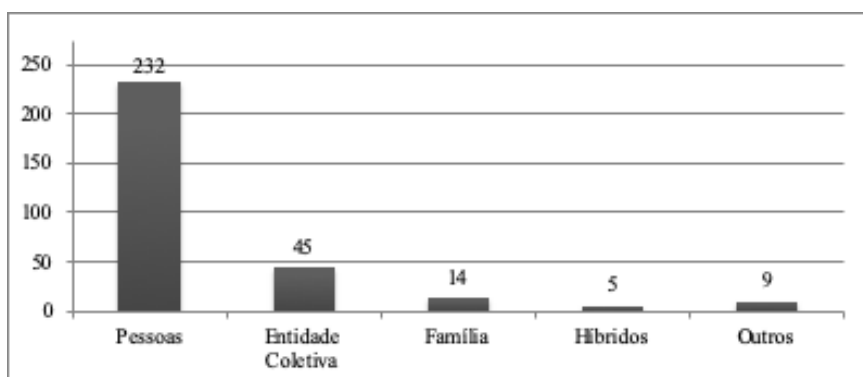
É importante destacar, nesse momento, que a existência de uma política formal, institucionalizada e implementada no Arquivo Nacional é algo muito recente se comparada à longa trajetória desta instituição. Inclusive, esse fato pode ser o responsável pela falta de um padrão de recolhimento e pelas lacunas localizadas no acervo pessoal custodiado pela instituição.

De fato, como nos apontam Terry Cook e Joan Schwartz (2004), é preciso ter em mente que arquivos e arquivistas interferem na construção da memória coletiva e da identidade nacional, e na forma como apreendemos indivíduos, grupos e sociedades. Nesse sentido, não podemos negligenciar o poder dos arquivistas em interferir sobre a memória, refutando qualquer naturalização dos documentos arquivísticos como fontes neutras, depósitos de toda informação necessária e passível de comprovação.

Quando falamos em representatividade e reconhecimento, precisamos levar em conta que arquivos são construções, e que, em diversos momentos, funcionam como instrumentos de poder, que servem tanto para a manutenção do mesmo quanto para controlar o esquecimento e as lembranças do passado. Rousseau e Couture reforçam esse entendimento de que, “ao longo das épocas e dos regimes, os documentos serviram para o exercício do poder, para o reconhecimento dos direitos, para o registro da memória e para sua utilização futura” (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 32).

O Arquivo Nacional reúne 305 fundos/coleções privados, de acordo com informações de seu *website* [4] (ARQUIVO NACIONAL, 2019b). Através do SIAN, é possível ter mais informações a respeito desses fundos/coleções, constituídos essencialmente por documentos de pessoas, famílias e entidades coletivas.

Como é possível observar no Quadro 1, a maior categoria refere-se a arquivos de pessoas, representando mais de 75% do total. Em seguida, temos os arquivos de entidades coletivas, de família e os conjuntos híbridos. Por fim, o que não foi possível caracterizar nessas categorias, chamou-se de *outros* [5].

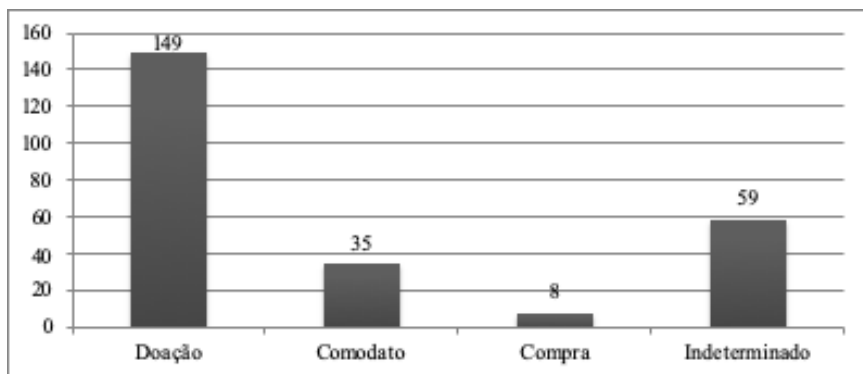


Quadro 1 – Número de acervos privados por tipo
Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do SIAN.

Para este trabalho, apenas analisaremos os arquivos pessoais, ou seja, os que estão nas categorias *pessoas*, *família* e *híbridos*, o que totaliza 251 fundos/coleções, que somam 279 indivíduos, visto que em alguns casos o fundo/coleção possui mais de um produtor. Deles, conseguimos obter dados relativos a gênero, data de nascimento, região

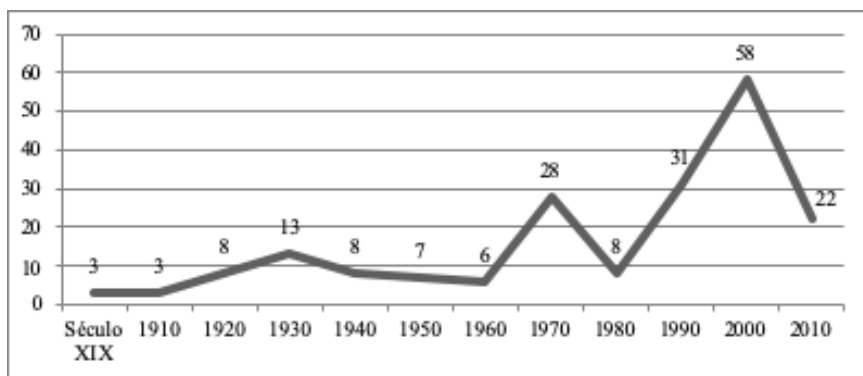
de nascimento e informações mais imprecisas sobre a formação superior e a ocupação.

Foram também tabulados dados relativos à forma e ao ano de entrada do acervo na instituição, como é possível visualizar nos quadros 2 e 3.



Quadro 2 – Forma de entrada dos arquivos pessoais [6]
Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do SIAN.

No quadro acima, observa-se as formas de entrada destes acervos no Arquivo Nacional. A principal delas é a doação, que corresponde à ampla maioria das aquisições. Por sua vez, há um número significativo de comodato, sendo esta a segunda forma de entrada mais utilizada. Vale ressaltar que esse elevado número se deve ao fato de que o Museu de Arte Moderna enviou ao Arquivo Nacional um amplo acervo de matrizes de filmes nacionais para que pudessem receber um tratamento mais adequado, sendo este contrato feito em forma de comodato.

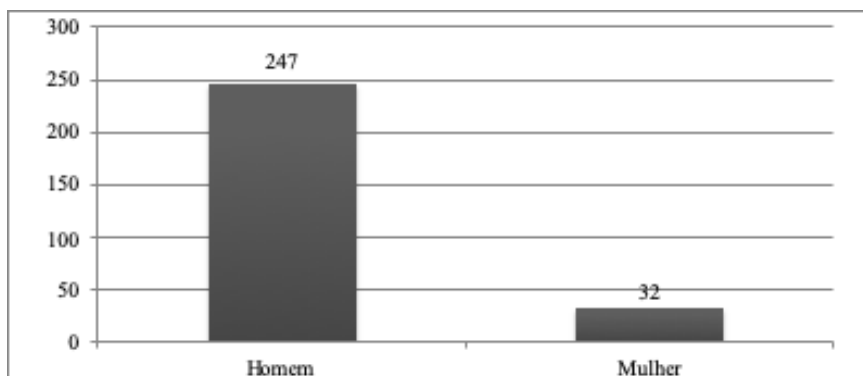


Quadro 3 – Data de entrada dos arquivos pessoais por década [7]

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do SIAN.

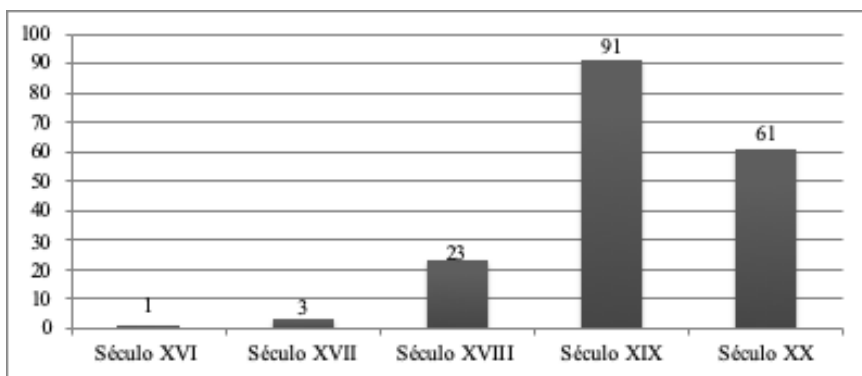
No Quadro 3, analisamos a data de entrada dos arquivos na instituição. Pode-se assim perceber que o fluxo de entrada foi baixo até a década de 1960, havendo um aumento na década de 1970, seguido de nova queda na de 1980, uma realidade que modifica-se consideravelmente nas décadas seguintes, onde se destaca um aumento considerável nos anos 1990 e 2000. Vale ressaltar que esse crescimento coincide com o aumento do uso de arquivos pessoais como fontes de pesquisa, principalmente como potenciais possibilidades de narrativas.

É curioso notar, no entanto, a queda de aquisições nos anos 2010. Nesse caso, pode-se associar este fato à própria realidade do Arquivo Nacional, que, ao longo dos últimos anos, passa por problemas de ordem política, financeira e de gestão.



Quadro 4 – Gênero dos produtores de arquivos pessoais
Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do SIAN.

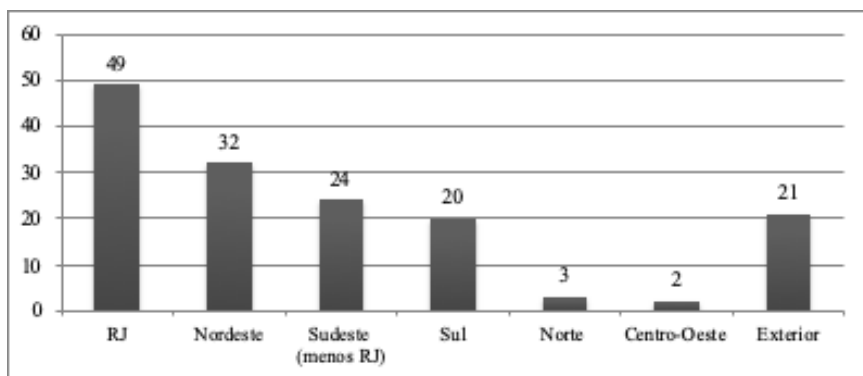
Já no Quadro 4, apresentamos informações referentes ao gênero dos produtores, sendo o acervo composto por cerca de 90% de arquivos de homens. Percebe-se que, em se tratando do órgão máximo de arquivos do país, este deveria ser representativo do todo da sociedade brasileira, sendo esta uma discrepância significativa. Cabe ressaltar que, destas 32 mulheres, 7 são acervos que vieram do Museu de Arte Moderna, ou seja, são cineastas, produtoras e diretoras, cujos acervos envolvem essencialmente filmes.



Quadro 5 – Data de nascimento dos produtores de arquivos pessoais [8]

Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do SIAN.

O Quadro 5 trata da data de nascimento dos produtores de arquivos pessoais, o que é importante para entendermos o contexto histórico no qual a maioria dos produtores está inserida. Percebe-se que a maior parte delas é do século XIX, seguido pelo século XX.



Quadro 6 – Região de nascimento dos produtores de arquivos pessoais [9]. Fonte: elaborado pelas autoras a partir de dados do SIAN.

Os arquivos pessoais nos ajudam a ter uma noção da vida do indivíduo. Sendo assim, o Quadro 6 nos traz informações referentes à região de nascimento dos produtores de arquivos pessoais. Neste caso, o maior número se refere a pessoas nascidas no Rio de Janeiro, seguido pela Região Nordeste e outros estados do sudeste. Quanto aos nascidos no exterior, uma parte considerável imigrou para o Brasil, e há representantes de pelo menos 10 países.

Por mais que seja natural que haja mais fluminenses, pelo fato de o Arquivo Nacional estar sediado no Rio de Janeiro, é de se questionar se não seria desejável que houvesse mais representatividade de pessoas de outras regiões. Cabe ressaltar também que, analisando suas biografias, algumas dessas pessoas nasceram em outros lugares, mas vieram para o Rio de Janeiro estudar ou trabalhar, estabelecendo-se neste local por boa parte de

sua vida, de forma que seus acervos representariam também, em maior parte, a sociedade fluminense.

Além de analisar gênero, período e região de nascimento, também seria desejável analisar a classe social dos produtores. No entanto, uma vez que não há dados referentes à renda, uma forma de termos uma ideia a respeito disso é observando a formação e a ocupação destas pessoas. Estes dados, no entanto, são mais difíceis de serem interpretados, uma vez que alguns produtores podem vir a ter mais de uma formação e mais de uma ocupação, então, por vezes, a informação está duplicada e até triplicada, de modo que dificulta a visualização gráfica.

No entanto, ao analisar as biografias disponíveis no SIAN, percebe-se que os produtores de arquivos possuem, em grande parte, formação em cursos considerados tradicionais, com predominância de Direito, Engenharia e Medicina. Em termos de ocupação, também se constata uma espécie de “elitização” na profissão, sendo as três ocupações mais encontradas as relacionadas ao Estado (militares, políticos e funcionários públicos [10] em geral). Em contraposição, ainda que em número bastante reduzido, foram identificados militantes de movimentos sociais, mais especificamente dos movimentos negro, feminista e político.

Assim, mesmo com a falta de informações disponíveis no SIAN, é possível ter uma noção do perfil dos produtores destes arquivos pessoais, sendo a questão da predominância de arquivos de homens a característica mais evidente. Outra informação refere-se aos dados disponíveis que sugerem que os arquivos doados são

majoritariamente de produtores nascidos nos séculos XIX e XX, no Rio de Janeiro e pertencentes à elite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que buscamos demonstrar nesse trabalho é que conhecer o produtor, seu lugar social e os grupos atualmente representados pelos arquivos privados custodiados pelo Arquivo Nacional representa uma importante ferramenta para o desenvolvimento de políticas de aquisição que tornem o acervo mais representativo. Os produtores são, como visto, reconhecidos como fonte para a história, instrumentos para o reconhecimento social, produção da memória e fortalecimento da identidade. Mesmo reconhecendo que, historicamente, o percurso histórico da sociedade e da Arquivologia envolve uma sub-representação de minorias, seria interessante que o Arquivo Nacional agisse de maneira mais enfática para ampliar a diversidade dos arquivos custodiados pela instituição.

O entendimento da memória como um processo social – onde cada grupo ou comunidade reconstrói suas ações no tempo a partir da utilização de veículos ou artefatos da memória presentes em bibliotecas, arquivos, museus, monumentos, edificações, entre outros – precisa estar no horizonte das pesquisas sobre os arquivos pessoais. Arquivos estes que são singulares por traduzirem um modo de viver determinado por questões sociais e históricas, funcionando como espelho da sociedade.

A matriz pública da Arquivologia remete à sua própria história, que nasce preocupada inicialmente com os

documentos produzidos e acumulados por órgãos administrativos, cuja guarda deveria essencialmente atender à função de prova e servir como fonte de informação; só recentemente se reconheceu os arquivos pessoais como parte de seu escopo teórico e preocupação. No entanto, faz-se necessário atualmente também pensar em questões próprias do conhecimento sobre produtores desses conjuntos pessoais, reconhecer seus lugares de fala, os grupos e também os silêncios que representam.

Sendo assim, ao analisar os acervos pessoais do Arquivo Nacional, enquanto principal instituição no que diz respeito à custódia da história da nação, percebe-se que este ainda está fechado em algo mais restrito, com pouca representatividade de minorias. Isso é perceptível tanto no que diz respeito à própria constituição de seus acervos já custodiados, como nos seus instrumentos e políticas reguladores de novas aquisições. Acrescenta-se que sua própria política de aquisição de acervos privados não faz menção a questões de representatividade, ou de como isso poderia ser aperfeiçoado nos acervos custodiados pela instituição.

Traçar e analisar o perfil dos acervos custodiados permite uma gama de ações. É possível, por exemplo, atuar no sentido de reparar desigualdades históricas, visto que há uma representatividade muito baixa de toda a pluralidade de indivíduos que caracteriza a sociedade, especialmente a brasileira. Para isso, também é necessário repensar políticas de aquisição, para que sejam mais inclusivas.

Assim, torna-se necessário um envolvimento da comunidade arquivística em torno de pesquisas e debates produtivos, no intuito de trazer a teoria para os arquivos pessoais, assim como já foi e é realizado para os demais tipos de arquivos. No entanto, devem ser pensadas e discutidas não apenas as questões referentes à sua organização e custódia, mas também ao mapeamento, identificação e quantificação destes arquivos.

NOTAS

[1] Respectivamente: Profª Drª Patricia Ladeira Penna Macêdo, Kalila de Oliveira Bassanetti (IC – Unirio), Rafaella de Souza Serafim (PIBEX – Unirio) e Ana Dulce Andrade de Moraes Coutinho.

[2] Nossa pesquisa só apresenta os arquivos que se encontravam na base até setembro de 2019.

[3] O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística é sucinto em sua definição de arquivo pessoal. Segundo ele, este seria o “Arquivo(1) de pessoa física” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34), enquanto o arquivo privado seria o “arquivo(1) de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular” (*ibidem*, p. 35).

[4] Conforme pesquisa realizada no SIAN até setembro de 2019.

[5] Os arquivos de entidades coletivas incluem empresas, associações e outras organizações. A categoria família engloba membros de uma mesma família, onde eventualmente os produtores estão identificados individualmente, mas, por outras vezes, não. Foram considerados híbridos os conjuntos que contêm tanto a categoria pessoa como a entidade coletiva. Por fim, outros são fundos ou coleções que não apresentam um produtor definido, que têm como título “partituras musicais” e “sermões”, por exemplo.

[6] 54 arquivos não apresentavam a informação referente à sua entrada na instituição. Este é um número considerável, tendo sido inclusive uma problemática nesta pesquisa, que buscou trabalhar apenas com as informações disponíveis no SIAN. Além destes, há outros 5 acervos em que a forma de entrada consta como “captura” e “recolhimento”.

[7] A data de entrada não estava disponível para 56 arquivos.

[8] A data de nascimento não estava disponível para 100 produtores.

[9] A região de nascimento não estava disponível para 128 produtores.

[10] Por funcionários públicos foram considerados os cargos judiciários e outras profissões, como *cobrador de selos reais* e *diretor do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Portaria n. 058, de 13 de março de 2018 – Institui a Política de Aquisição de Acervos Privados do Arquivo Nacional. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/Portaria_058.pdf. Acesso em: 7 set. 2019.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Perguntas frequentes. 2019a. Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/perguntas-frequentes>. Acesso em: 10 set. 2019.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Acervos privados. 2019b. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/br/?option=com_content&view=article&id=739. Acesso em: 7 set. 2019.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. In: **Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, São Paulo, 2004.
- COX, Richard. J. **Arquivos pessoais**: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- HEYMANN, Luciana. Q. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.
- HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípio, atores e processos. **Arquivo e Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2006.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Glossário. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

A PRESENÇA – OU A AUSÊNCIA – FEMININA NOS ARQUIVOS PESSOAIS E COLEÇÕES DA SEÇÃO DE MANUSCRITOS, FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL.

LUCIANE SIMÕES MEDEIROS

Este artigo tem como objetivo analisar a presença de mulheres como produtoras de arquivos pessoais e colecionadoras de manuscritos no acervo da Seção de Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional, por meio das informações sistematizadas no guia de coleções. Como introdução, cabe contextualizar a criação do acervo manuscrito como unidade dentro da Biblioteca, suas características e sua relação com a escrita de uma história nacional. Em seguida interessa-nos analisar o perfil dessas mulheres – área de atuação profissional –, analisar os assuntos indexados no guia e localizar a entrada destes acervos numa linha temporal.

Arquivos e bibliotecas são instituições de memória que guardam especificidades e similitudes. Assim como os museus, ao longo dos séculos, as fronteiras fluidas entre estas instituições foram sendo redesenhadas a partir das diferentes momentos históricos. A revolução francesa foi um destes pontos de inflexão na história destas instituições: até o século XVIII as bibliotecas tendiam a adquirir outros tipos de documentos além de livros (ALMEIDA, 2016). No século XIX, houve um movimento de

institucionalização dos arquivos e bibliotecas que concorreu para definir fronteiras.

No Brasil, o processo de institucionalização foi marcado pelas particularidades da formação do estado nacional: uma colônia que se tornou Reino Unido a Portugal, em 1815, e então um estado independente, sob o signo da monarquia de origem portuguesa, em 1822.

A Biblioteca dos reis de Portugal aportou no Brasil em 1810, quando se tornou “Pública e Imperial da Corte”. Em seu primeiro estatuto, de 1821, a Biblioteca foi descrita como a “alfaia preciosa da coroa portuguesa”, que tinha como missão fundamental a conservação do seu acervo, do qual faziam parte os livros e os manuscritos dos reis. Já Arquivo Público Imperial, criado em 1838, tinha como missão guardar as leis de todas as câmaras do império (GABLER, 2013). Seu raio de ação estava ligado à administração do recém criado estado brasileiro.

Entre a Biblioteca, responsável por coletar e salvaguardar documentos manuscritos, e o Arquivo, responsável por coligir as leis do Império, criou-se ao longo deste processo de institucionalização uma zona fronteira: a dos arquivos pessoais, por vezes incorporados aos acervos de seções de manuscritos de bibliotecas, onde foram objetos de tratamento técnico concebido para livros (HEYMANN, 2012). Essa realidade, contudo, não foi exclusividade brasileira. Cook nos fala da experiência de outros países como EUA e Austrália, por exemplo, onde os arquivos pessoais foram apartados dos arquivos institucionais e deram origem à tradições arquivísticas particulares, que se materializam inclusive na nomenclatura adotada para os acervos (COOK, 1998).

Na Biblioteca Nacional, os arquivos pessoais, compreendidos à luz do saber biblioteconômico que se estruturou ao longo dos séculos XIX e XX, foram tradicionalmente tratados como coleções de manuscritos, submetidos a cortes cronológicos, temáticos e geográficos, de modo a operar a transformação do item documental em fonte para a pesquisa [1].

Assumindo para ambos a marca da intencionalidade, compreendermos aqui os arquivos pessoais como arquivos de pessoas físicas (DIBRATE, 2005), constructos sociais, artefatos produzidos por diferentes fontes de investimento, resultante da ação de produtores, organizadores e custodiadores (HEYMANN, 2012) e como coleção, os conjuntos documentais com característica comuns, reunidos intencionalmente (DIBRATE, 2005).

A SEÇÃO DE MANUSCRIPTOS E A ESCRITA DA HISTÓRIA NACIONAL

O acervo da Fundação Biblioteca Nacional, tributário da Real Biblioteca dos Reis de Portugal, demandou adequações para aclimação à nova realidade da corte nos trópicos. Inicialmente instalado na Ordem do Carmo, foi posteriormente transferido para sede própria à rua do Passeio, no centro do Rio de Janeiro. Ali, sob a gestão do historiador Benjamin Franklin Ramiz Galvão (1870-1882), a então Biblioteca Imperial experimentou um processo de modernização que, entre outras novidades trazidas da Europa, criou as seções de acervo especializado, assim organizadas: 1ª seção de Impressos, 2ª seção de Manuscritos e a 3ª de estampas. Outra inovação

importante para a instituição foi o aparecimento dos Anais da Biblioteca Nacional, veículo que tinha como proposta servir de canal de comunicação entre a BN e seu público - erudito pressunha-se - bem como entre instituições pares, tornando público os trabalhos ali desenvolvidos e os "tesouros" que custodiava.

À seção de Manuscritos correspondeu o acervo manuscrito oriundo da real biblioteca, que compreendia livros manuscritos, códices, mapas e documentos textuais manuscritos coletados na Europa, na segunda metade do século XVIII e no Brasil, já na primeira metade do século XIX. A reforma de Ramiz Galvão pressunha profissionais qualificados à frente dos trabalhos. A Seção de Manuscritos ficou a cargo de José Alexandre Teixeira de Mello, seguido de Alfredo do Valle Cabral, peças fundamentais que lançaram as bases dos trabalhos na seção de Manuscritos (CALDEIRA, 2018).

Na introdução do volume IV dos Anais, publicado em 1878, Teixeira de Mello apresentou o projeto de publicação dos catálogos da seção de Manuscritos. Traçou, a guisa de introdução, um breve histórico do que considerou os principais acervos incorporados, discorreu sobre os critérios utilizados para a organização do acervo manuscrito e sobre os modernos manuais de biblioteconomia que subsidiaram o plano de trabalho apresentado. A organização proposta estruturava-se da seguinte forma: códices relativos ao Brasil, códices estrangeiros ao Brasil, documentos referentes ao Brasil em geral, seguidos das capitâneas: Amazonas e Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio

de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goyaz, Matto Grosso; Questões de limites; “Papéis relativos a brasileiros” e “Chartas e autógraphos de brasileiros notáveis e de estrangeiros de qualidade que estiveram no Brasil ou que dele se ocuparam”. Sobre estas últimas duas categorias, nos diz Teixeira de Mello que são referentes a personagens “notáveis” da política, ciências e literatura.

A marca de uma biblioteca de reis aclimatada para um império nos trópicos, modernizada por força de um projeto de nação que se construía no Brasil, se fez representar no desenvolvimento do acervo manuscrito. Passaram a ser incorporados arquivos pessoais e coleções de documentos de homens públicos, que versavam em grande parte, sobre as fronteiras naturais do país, sobre ciência, literatura, história do Brasil, em consonância com o plano de trabalho de Teixeira de Mello e com o verniz modernizador da gestão Ramiz Galvão.

Atualmente, o acervo da Seção de Manuscritos é composto de aproximadamente um milhão de itens documentais, disponíveis para pesquisa a partir de pesquisa em base de dados e fichas catalográficas. Marcado de forma indelével pelo fato de ser uma seção no interior de uma biblioteca, com a finalidade de coletar documentos para a escrita da historia nacional, o acervo de Manuscritos traz como legado o hibridismo e a singularidade de seu processamento técnico, um ponto de confluência entre os saberes biblioteconômico e arquivístico, movimento que se verificou principalmente entre a década de 1990 aos dias atuais.

Ao longo dos mais de cem anos as aquisições de acervo, por compra e doação, dialogaram em alguma medida com o plano de trabalho fundador da seção de Manuscritos. Interessa-nos conhecer como e quais as mulheres que foram consideradas “notáveis” em seu campo de atuação que justificasse a incorporação de seu acervo e sua relação com a produção, coleção e doação de acervos para a Biblioteca Nacional tendo como objeto de análise o guia de coleções.

O GUIA DE COLEÇÕES DA SEÇÃO DE MANUSCRITOS EM NÚMEROS

Publicado em 2018, o guia de coleções é a materialização de um projeto antigo da Seção de Manuscritos, que data da década de 1940 [2]. Sistematizado a partir da literatura cinzenta produzida pelo corpo técnico da seção e após anos de pesquisa coletiva, o guia foi padronizado segundo as orientações da Norma Brasileira de Descrição Arquivística para a descrição de fundos (ALMEIDA, 2000). Em nota explicativa, a organizadora reconhece a conceituação que define e diferencia os fundos arquivísticos e as coleções, mas assume a nomenclatura de coleção para todos os conjuntos documentais no instrumento de pesquisa (PEREZ, 2018).

Dessa forma, as informações foram sistematizadas sob os seguintes comandos: data cronológica, dimensão, produtor, história administrativa/biográfica, história arquivística, procedência, conteúdo, instrumentos de pesquisa, localização física, localização de cópias, sistema de arranjo, idiomas, assuntos, secundárias, acervos

relacionados, nota de publicação, área de guarda e estágio de tratamento. Para análise proposta foram considerados os campos: produtor, história administrativa/biográfica, procedência e assuntos. Com isto, intenta-se identificar quem são os produtores/colecionadores do acervo, qual sua profissão/área de atuação, quem mediou a aquisição, o ano de entrada na instituição e sob quais assuntos o acervo foi indexado neste instrumento de pesquisa.

O guia elenca 225 conjuntos documentais entre fundos arquivísticos públicos, privados institucionais e pessoais, bem como coleções de documentos em sua forma original, tal como foram doadas/compradas, mas também as coleções factícias que foram organizadas artificialmente na seção ao longo dos anos, em que predominou a abordagem biblioteconômica e histórico-geográfico de tratamento do acervo. Um aspecto que deve ser considerado é a linha de continuidade entre o plano de trabalho estipulado por Teixeira de Mello em fins do século XIX e as coleções geográficas que foram desenvolvidas subsequentemente ao longo do século XX.

Uma primeira triagem, portanto, que se faz necessária: entre arquivos públicos, privados institucionais, pessoais, coleções de documentos manuscritos e as coleções geográfico/factícias. Considerando como objeto deste estudo os arquivos pessoais e coleções de manuscritos (produzidos por colecionadores e não pela instituição), temos a seguinte proporção: de 225 conjuntos documentais, 65 são arquivos institucionais (públicos ou privados) ou coleções factícias definidas por critério histórico-geográfico e 160 são arquivos pessoais e coleções de manuscritos. Portanto, quando tratamos

destes acervos estão representados 71 por cento dos conjuntos documentais da Seção de Manuscritos.

Considerando o universo de 160 acervos - arquivos pessoais e coleções de manuscritos - temos a seguinte distribuição entre gênero: 139 conjuntos documentais têm homens como titulares/colecionadores e apenas 21 têm mulheres nesta posição. Deste seleto grupo, 9 mulheres nomeiam o acervo, mas não são as responsáveis pela produção ou coleção do conteúdo. O percentual fica assim distribuído: tomando os 160 conjuntos como universo, 87% foram produzido/colecionado por homens, 13% por mulheres.

O quadro abaixo leva em consideração a atuação profissional em razão do gênero do produtor/colecionador. Foram consideradas todas as profissões/atuações informadas no guia. Seguem os resultados:

	Profissão/ mulheres	Ocorrências	Profissão/ homens	Ocorrências
1	Não informado	5	Jornalista	33
2	Escritora	4	Professor	27
3	Desenhista	3	Escritor	22
4	Professora	3	Político	20
5	Ilustradora	2	Historiador	14
6	Poetisa	2	Militar	13
7	Ensaísta	1	Poeta	13
8	Fotógrafa	1	Diplomata	12

9	Médica	1	Médico	11
10	Mecenas de arte	1	Bibliófilo	9

Quadro 1 - Ocorrência de profissões de titulares/colecionadores por gênero. Fonte: elaborado pela autora.

Ao se cruzar os dados da proporção entre homens e mulheres com a atuação profissional temos um retrato parcial do perfil do titular/colecionador da seção de Manuscritos: um acervo formado majoritariamente por homens, cuja atuação profissional está ancorada nos tradicionais círculos de sociabilidade em torno dos jornais, literatura e política.

No que se refere às mulheres, chama a atenção, além do número diminuto de acervos, o fato de a maior ocorrência ser exatamente a ausência de informação sobre a atuação profissional. Além da baixa representatividade, há escassas informações sobre a titular/colecionadora e nestes casos a mulher foi apresentada a partir de suas relações familiares e conjugais.

O grupo imediatamente seguinte é formado, à semelhança do grupo masculino, de profissionais do mundo das letras, com atuação em artes e de uma médica - trata-se da psiquiatra Nise da Silveira (1905-1999).

Outro fator elucidativo para nossa análise é pensar na aquisição em correlação com o tempo. O gráfico abaixo relaciona a entrada do acervo na seção de Manuscritos por década:



Quadro 02 - Entrada de acervo por gênero e década

Fonte: elaborado pela autora

As primeiras ocorrências, em 1891, dizem respeito ao acervo colecionado pelo imperador D. Pedro II e doado à Biblioteca Nacional, onde recebeu por vontade do doador o nome de Coleção D. Thereza Cristina Maria e parte, o nome de sua mãe, Coleção Imperatriz Leopoldina.

Quarenta e sete anos separam a primeira entrada de acervo de mulheres da segunda, já na década de 1930 - o acervo de Maria Graham, escritora, pintora, desenhista e ilustradora, amiga pessoal da família imperial, educadora da princesa Maria da Glória. A própria sociedade brasileira experimentava mudanças, que se verificariam de alcance, com a revolução de 1930. Para além do conteúdo analisado, cumpre notar que o primeiro século da Biblioteca Nacional no Brasil foi marcado pela atuação exclusiva de homens. As primeiras mulheres somente entraram na instituição a partir da década de 1930, com a

formação e contratação de bibliotecárias, oriundas do curso de biblioteconomia da BN.

Na década de 1950 houve uma aquisição pontual - Maria Lucia Álvares de Azevedo, irmã do poeta Manoel Antônio Álvares de Azevedo, em 1854 - mas foi sem dúvida na década de 1990 que se estabeleceu um ponto fora da curva. Ainda que em menor escala, após os anos 1990 os arquivos e coleções de mulheres continuaram afluindo à seção de Manuscritos.

Às informações de gênero, profissão/atuação, período de aquisição pela instituição, é importante agregar a maneira como o conteúdo foi representado no instrumento de pesquisa analisado - o guia de coleções. A tabela a seguir ilustra as maiores ocorrências de temas indexados no guia, independente do gênero:

	Assunto	Ocorrência
1	Brasil - história	57
2	Literatura	43
3	Escravidão	12
4	Portugal – história	9
5	Brasil – política e governo	8
6	Paraguai, guerra do – 1864-1870	7
7	Autógrafo	6
8	Botânica	6
9	Teatro	5

10	História	5
----	----------	---

Quadro 03 - Indexação dos acervos por ocorrência de assunto
 Fonte: elaborado pela autora

O quadro acima, quando analisado à luz do projeto originalmente concebido para a Seção de Manuscritos, representa a força e as raízes profundas de sua implementação. Duas áreas de conhecimento predominam: história do Brasil e literatura. Curiosamente, a terceira incidência é o assunto escravidão, aspecto estruturante da sociedade brasileira, que não foi contemplado no plano de trabalho para organização do acervo durante o império, mas que se fez representar no conteúdo dos conjuntos documentais.

Seguidos dos temas Portugal - história, Brasil - política e governo, Guerra do Paraguai (1864-1870), autógrafos, botânica, teatro e história, o conteúdo dos arquivos pessoais e coleções coaduna-se em certa medida com a projeção de Teixeira de Mello.

MAS QUAIS SÃO OS ACERVOS FEMININOS E QUEM SÃO ESSAS MULHERES?

Os arquivos pessoais e coleções de manuscritos foram abaixo relacionados, por ordem de entrada na Biblioteca Nacional:

Ano	Acervo
1891	Imperatriz Leopoldina, D. Tereza Maria Cristina
1928	Maria Graham
1954	Maria Lucia Álvares de Azevedo
1967	Beatrix Reynal
1988	Firmina Cerqueira
1989	Olga Savary
1992	Agnes Guimarães Rosa, Ester Kosovski, Hygia Calmon Ferreira, Maria Lucia do Pazo Ferreira, Marialia Veloso Pinto
1993	Clarice Lispector, Regina Vater
1994	Maria Werneck de Castro
1996	Yedda Macedo Soares, Carolina Maria de Jesus
1999	Blanche Ribeiro Gomes
2000	Leonor Pereira de Mello
2004	Amelia Lacombe
2016	Nise da Silveira

Quadro 04: Ano de entrada de acervos de mulheres na Seção de Manuscritos. Fonte: elaborado pela autora.

Quando analisados os acervos de mulheres, na Seção de Manuscritos, duas características ficam patentes: o reduzido número em relação aos produzidos por homens e a relação com o universo das letras e artes. Porém há ainda outro aspecto a ser considerado: a relação de

parentesco da mulher que nomina o acervo e o protagonismo do homem com quem se relaciona o conteúdo.

Dos acervos acima referenciados, nove são nominados por mulheres cujo conteúdo é reflexo de suas próprias atividades: Maria Graham, Olga Savary, Clarice Lispector, Maria Werneck de Castro, Leonor Pereira de Mello, Nise da Silveira, Beatriz Reynal, Firmina Cerqueira e Carolina Maria de Jesus - o único produzido por uma mulher preta dentro deste conjunto.

Os demais acervos - 12 conjuntos documentais - são nominados por mulheres e tem como conteúdo a produção de um homem, com quem tem relações de parentesco, casamento ou integram seu círculo de sociabilidade. As coleções D. Thereza Cristina Maria e Imperatriz Leopoldina, conforme dito, são formadas por documentos provenientes da coleção particular de D. Pedro II, de quem eram respectivamente esposa e mãe. Maria Lucia Álvares de Azevedo doou as cartas que trocou com seu irmão, o poeta Álvares de Azevedo. Agnes Guimarães Rosa, da mesma forma, doou a correspondência que trocou com seu pai, o escritor João Guimarães Rosa. Sobre este mesmo autor versa a coleção de Hygia Calmon Ferreira. Já outro escritor, Carlos Drummond de Andrade, é o objeto de três outras coleções: Ester Kosovski, Maria Lucia do Pazo Ferreira e Regina Vater. Fecham o grupo Yedda Macedo Soares que doou as cartas que trocou com seu pai, o engenheiro e político brasileiro Edmundo de Macedo Soares e Blanche Ribeiro Gomes, casada com Roberto Ribeiro Gomes, cujas atividades estão refletidas no acervo.

Ao analisar os arquivos pessoais e coleções de manuscritos de mulheres na Seção de Manuscritos temos, portanto, um quadro de números contundentes: tais acervos representam 13% dos arquivos pessoais e coleções, que correspondem a 21 conjuntos documentais. Destes, 9 acervos espelham a produção própria, 12 espelham a produção de homens com os quais se relacionam.

Estes dados podem e devem ser pensados à contraluz: a presença de mulheres nos arquivos pessoais e coleções na seção de Manuscritos nos diz muito sobre sua ausência nos circuitos de produção e captação de acervos, que tem como consequência o seu silenciamento como sujeito da história e da memória institucionalizada e salvaguardada em arquivos e instituições afins.

A seção de Manuscritos, criada sob o signo positivista da escrita da história nacional, calcada em documentos textuais, viu eu acervo crescer por diferentes aquisições que, vimos, tem historicidade. Tem também a marca da formação social brasileira, com cortes de raça, gênero e classe. Para Marc Bloch:

Os documentos não surgem aqui ou ali por efeito qual misterioso decretos dos deuses. Sua presença ou ausência em arquivos, bibliotecas, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise e os problemas que sua transmissão coloca [...] tocam eles mesmo no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações (BLOCH, 2001, P. 82)

Analisar os contextos por trás da aquisição dos arquivos e coleções, portanto, é fundamental para se compreender os mecanismos que determinaram a composição do acervo manuscritos, por arquivos e coleções majoritariamente produzida por homens, relegando a mulher a uma sub-representação ou mesmo à ausência total - caso da mulher indígena, por exemplo.

A historiadora Michele Perrot, em seu estudo sobre mulheres, operários e prisioneiros na historiografia francesa, afirma que:

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou mental ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a humanidade. [...] Assim também os materiais que esses historiadores utilizam são produtos de homens que tem o monopólio do texto e da coisa públicas. [...] A carência de fontes diretas constitui um tremendo ocultamento (PERROT, 2017, p. 197-198)

Pensar o acervo a partir da perspectiva da presença da mulher lança luz sobre aspectos que precisam ser pensados pelo profissional da informação por que implicam em um compromisso com a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Nesse sentido, cabe ao arquivista e ao documentalista assumir seu papel de “construtores ativos da memória social” diante de arquivos e coleções que nada tem de neutros ou despolitizados e refletir sobre quem estamos

memorializando. (COOK, 1998, p. 141). Ou quem estamos silenciando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Seção de Manuscritos teve seu acervo formado a partir do acervo manuscrito da Real Biblioteca dos Reis de Portugal e das incorporações de documentos efetuadas ao longo de sua presença no Rio de Janeiro. Criada na gestão de Ramiz Galvão (1870-1882), a Seção tinha como escopo a captação e salvaguarda de manuscritos referentes à escrita da história, literatura, ciência e fronteiras nacionais. Segundo o plano de classificação de J.A. Teixeira de Mello, o acervo deveria ser organizado a partir de critérios histórico e geográfico, mas também deveria contemplar os homens notáveis que se destacavam na história da nação.

Este plano de classificação, bem como a reforma a e figura de Ramiz Galvão, exerceram influência sobre as aquisições e o processamento técnico da seção de Manuscritos. Nos anos seguintes, os acervos incorporados refletiam em alguma medida os critérios históricos e geográficos, bem como a ideia de “homens notáveis” em suas áreas de atuação.

Vimos que os primeiros acervos nominados por mulheres estavam diretamente relacionados com a família imperial: Imperatriz Leopoldina, D. Thereza Cristina Maria e Maria Graham. Quase cinquenta anos separaram a entrada destes acervos ao de Maria Lucia Álvares de Azevedo, que simbolicamente tinha sua relevância atrelada à figura de seu irmão, o poeta romântico. Mais trinta anos seriam necessários para a captação do acervo de Firmina

Cerqueira, produzido pela titular em suas atividades como presidente da Associação de Nossa Senhora do Brasil, participante do 36º Congresso Eucarístico Nacional. A este, seguiu-se o de Beatrix Reynal, em 1967, em que pese a influência do artista Oswaldo Goeldi, de quem era herdou parte do acervo que compunha seu arquivo pessoal.

Se a década de 1990 representou um crescimento do acervo da Seção de Manuscritos, com a entrada de acervos de mulheres, podemos dizer que a representatividade foi parcial uma vez que dos dez acervos captados nesta década oito tinham seus conteúdos relacionados a atividades desempenhadas por homens.

Além de ser um movimento relativamente recente, a incorporação de acervos de mulheres captou acervos de um círculo bastante restrito de mulheres, em geral ligada ao mundo da literatura e das artes visuais, de cenários urbanos e espaços privilegiados. Destaque-se aqui a presença singular de Carolina Maria de Jesus, única mulher preta do grupo.

A Biblioteca Nacional experimentou as transformações políticas e sociais o longo de dois séculos no Brasil. A presença e a ausência de acervos produzidos por mulheres, representativos do protagonismo feminino na história do país, deve ser objeto de reflexão para a construção de uma política de desenvolvimento de coleções que garanta maior representatividade e equidade na composição de acervos.

A problematização da composição do acervo da Seção de Manuscritos, localizando-o no tempo e em circunstâncias históricas contribui para a desnaturalização do processo de aquisição e para lançarmos um outro olhar

sobre conjuntos documentais que foram coletados com a missão de representar a história e a memória nacional. Esta problematização em sua relação com os arquivos pessoais foi objeto de análise de Camargo, que nos diz:

Só se costuma atribuir valor permanente aos arquivos de pessoas que alcançaram alguma expressão ou proeminência no mundo da política, da ciência, das artes, do direito, da filosofia ou da literatura. Como evitar, nesse caso, escolhas pautadas pelos cânones vigentes, voltadas para nomes que desfrutam de visibilidade acadêmica ou social? Até que ponto tais escolhas, por mais que seus agentes admitam a transitoriedade dos valores em que se baseiam, limitam o campo de pesquisa que a instituição de custódia pretende cobrir? As indagações são pertinentes quando se trata de políticas de aquisição, pois das respostas que se deem a elas depende a representatividade do acervo como um todo e, em alguns casos, a configuração e o tratamento dos fundos que o integram. (CAMARGO, 2009)

Reflexo da desigualdade de gênero na sociedade brasileira, a presença e a ausência de acervos documentais - arquivos pessoais ou coleções de manuscritos - na Seção de Manuscritos levanta outras questões para os profissionais da informação no que diz respeito à aquisição de acervos, processamento técnico e impacto na produção de conhecimento. Tanto os arquivistas como os bibliotecários devem ter em mente os desafios de dialogar e responder às mudanças sociais de seu tempo, concorrendo para a conformação de uma sociedade mais plural, democrática e inclusiva.

NOTAS

- [1] Cabe ressaltar, no entanto, que atualmente a formação de uma equipe multidisciplinar garante o reconhecimento do estatuto de arquivo dos arquivos pessoais, com características próprias que os distinguem das coleções de manuscritos.
- [2] A referência mais antiga que se tem conhecimento é um relatório do historiador e então Diretor de Referência Especializada José Honório Rodrigues ao diretor-geral da BN em que cita a sugestão de um grupo norte-americano em visita à Biblioteca Nacional de sistematizar um guia com todas as coleções da seção de Manuscritos (Coleção Biblioteca Nacional, Seção de Manuscrito: RODRIGUES, José Honório, 1913-1987. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Rubens Borba Alves de Moraes, solicitando que se acrescente no Regimento da BN a catalogação e classificação das obras manuscritas, estampas e cartas cartográficas pela própria divisão de obras raras e publicações. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 01/07/1946. 02 doc. (6 p.), Original. Localização: Manuscritos - 65,5,003 n° 002.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de Almeida. Bibliotecas, arquivos e museus: convergências. Revista Conhecimento em Ação. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, jan./jul.2016.
- ALMEIDA, Maria do Rosário Guimarães. Literatura cinzenta: teoria e prática. São Luís: UFMA; Fundação Sôsândrade, 2000.
- CALDEIRA, Ana Paula. O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: EDIPUCRS; Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro. Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p. 26-39, jul./dez. 2009.
- Estatutos da Real Biblioteca. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1821. 8p., Imp. Orig., 39,0 X 26,0 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss636313/mss636313.pdf. Acesso em: 13 set. 2019
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo moderno. Estudos históricos, n. 21, 1998. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>
- GABLER, Louise. O Arquivo Público do Império como lugar de memória: administração de Joaquim Pires Machado Portela (1873-1898). Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, 2013.
- GUIMARÃES, Manuel Salgado. Historiografia e nação no Brasil, 1838-1857. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2011.

PEREZ, Eliane (org). Guia de Coleções da Divisão de Manuscritos. Rio de Janeiro: FBN, 2018. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/miscelanea/2019/20190312_guia4980.pdf

PERROT, Michele. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

RODRIGUES, José Honório, 1913-1987. Ofício ao diretor da Biblioteca Nacional, Rubens Borba Alves de Moraes, solicitando que se acrescente no Regimento da BN a catalogação e classificação das obras manuscritas, estampas e cartas cartográficas pela própria divisão de obras raras e publicações. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 01/07/1946. 02 doc. (6 p.), Original. Localização: Manuscritos - 65,5,003 nº002.

ARQUIVOS DE FAMÍLIA E TEATRO

ELIZABETH R. AZEVEDO

A década dos anos 80 no Brasil ficou marcada como o período no qual ocorreram mudanças nos paradigmas que vinham balizando até então as pesquisas históricas. A historiografia registra que, depois de um período de hegemonia do pensamento estruturalista de diferentes matizes, no qual o sujeito histórico se dissolvera no coletivo (fosse ele político, social ou antropológico), o indivíduo voltou a ter voz nos estudos históricos. Evidentemente, esse ressurgimento não se deu como uma retomada tal e qual de como as figuras históricas, heróis ou facínoras, já tinham sido apresentados ao longo dos séculos. Homens e mulheres não eram mais apenas matéria de curiosidade, às vezes um pouco mórbida, e quase sempre escandalosa, de trajetórias de vidas. Nem eram tampouco, espécimes exemplares, cujas lições ficavam à disposição da sociedade. Esses mesmos indivíduos surgiram renovados, não só pelo que fazem ou fizeram, mas como passavam a ser vistos pelos historiadores [1].

A presença do indivíduo no discurso dessa nova história, se não criou, com certeza fez crescer de maneira exponencial o interesse pelos arquivos pessoais. Esta

vertente da arquivologia, até então periférica, ganhou destaque e demandou uma reflexão teórico-metodológica inédita [2].

Na Europa e nos Estados Unidos, havia já uma tradição de preservação de conjuntos documentais relativos a figuras de destaque em diversas áreas da atividade humana. Podiam ser grandes empresários, políticos e cientistas importantes, artistas renomados, valorizados, sobretudo, a partir do ponto de vista da escrita da história de uma nação. Tais documentos de acervos pessoais e familiares, foram sendo depositados sobretudo em bibliotecas e museus, sob a denominação de *manuscripts* ou *personal papers*. Do ponto de vista organizacional, foram encarados como coleções (pelo entendimento, corrente então, de que a aleatoriedade presidiria à acumulação do material [3]).

Christine Nougaret em *Les archives privées, éléments du patrimoine national?* (2006. Apud OLIVEIRA, 2012, pp.687-696) identifica o interesse histórico que tais conjuntos despertaram a partir de meados do século XIX na França, enquanto patrimônio nacional. Contudo, foi apenas a partir de 1856, quase cem anos após a queda do Antigo Regime, o Archive National de France (ANF) abriu uma subsérie de arquivos privados. Ainda assim, a autora supõe que o ANF estaria mais interessado nos documentos públicos que pudessem estar em meio às documentações pessoais [4]. Quinze arquivos privados foram então incorporados ao acervo da instituição. Apenas no fim do século XIX e ao longo do XX, os arquivos pessoais despertaram interesse e passaram a ser vistos como patrimônio nacional, dignos de receber proteção

pública para sua organização, disponibilização e ações de preservação.

Pouco depois que a França se debruçava sobre a organização de seus arquivos pessoais, a Inglaterra promoveu um inventário nacional sobre a mesma questão. Foram localizados, basicamente, *papers* da aristocracia (lordes Cecil Hatfield, Kenyon ou Carlisle, entre outros), que ainda não estavam sob custódia do poder público. Um esforço combinado entre diversas instituições foi feito para manter a documentação no Reino Unido e dar-lhe maior visibilidade e prestígio [5].

Portanto, arquivos pessoais e/ou de famílias começaram a ser vistos como de interesse público e, ainda que de maneira indireta, a estarem sujeitos às legislações que regem a preservação do patrimônio cultural e artístico em diversas partes do mundo.

No Brasil, arquivos pessoais começaram a ser institucionalizados desde o fim do século XIX, com o recolhimento de documentação ao Arquivo Nacional (AN), criado em 1838, que em 1893 abriu uma “seção histórica” que recebia “coleções”. Hoje, o AN conta com pouco mais de trezentos conjuntos documentais privados [6], a maioria de indivíduos, sendo 24 de “família”, como as Ferrez e Guinle, provavelmente as mais conhecidas.

No início do século XX, a Fundação Casa de Rui Barbosa, de 1928, marcou importante etapa na preservação de acervos pessoais ao ser instituída pelo Governo Federal com a compra da casa e do acervo de seu titular. Hoje a FCRB abriga muitos outros arquivos além daquele do titular, organizados em “acervos históricos”, em fundos e coleções e “acervos literários” [7].

Bibliotecas e museus criados no século XIX passaram, a partir do século XX, a contar com fundos ou coleções pessoais. Apenas para mencionar um, cite-se o Museu da República (de 1896) com 26 coleções pessoais e uma de família (Família Passos [8]). A partir de 1901, novas instituições acolheram igualmente documentação de caráter pessoal, como a Casa Oswaldo Cruz (da Fundação Oswaldo Cruz, 1908) com 110 coleções pessoais, o Museu Republicano em Itu (MR), fundado em 1923, contando com papéis de ex-presidentes da República como Prudente de Moraes e Washington Luis. De 1940 é a inauguração do Museu Imperial, em Petrópolis, que recebeu o acervo do Castelo D'Eu, em 1948, com documentos relativos à família real e imperial [9] e, depois, vários outros conjuntos privados.

No âmbito do Estado de São Paulo, no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), estão presentes arquivos pessoais de ex-governadores [10], secretários de Estado e até de algumas figuras ligadas à história teatral paulista como Maria Della Costa e Maria José de Carvalho.

O Museu Paulista (“do Ipiranga”) pertencente à Universidade de São Paulo [11], foi fundado em 1895 como instituição dedicada às ciências naturais, a partir da coleção do antigo museu privado do Coronel Sertório. Com o tempo, o acervo de história natural foi transferido e a instituição passou a dedicar-se à história paulista, com destaque para as documentações como as de Militão de Azevedo e Santos Dumont.

Na verdade, a Universidade de São Paulo se destaca na conservação de arquivos pessoais desde a criação do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) em 1962 [13], por

iniciativa do historiador Sérgio Buarque de Holanda e a partir da documentação do escritor Mário de Andrade. A esse conjunto inicial, vieram juntar-se inúmeros outros de grande valor para o conhecimento histórico da produção intelectual e artística nacionais. O IEB é exemplar nesse sentido. Foi pensado originalmente para ser o repositório de fundos e coleções pessoais, numa iniciativa original no momento de sua fundação. Hoje preserva mais de 150 conjuntos [14].

Instituição especificamente dedicada à área artística a se consolidar na segunda metade do século XX foi a Fundação Nacional de Artes (Funarte) [15]. Embora se possa traçar a trajetória de seu acervo (abrigado no CEDOC da instituição) no que se refere à área teatral desde o governo Vargas, ele se constituía, sobretudo, dos arquivos administrativos da própria entidade [16]. Os arquivos pessoais de indivíduos ligados às artes cênicas passaram a fazer parte do acervo principalmente nas décadas de 1970 e 1980, mediante uma campanha de recolhimento: o Projeto *Memória do Teatro Brasileiro*, lançado em 1976 [17].

De maneira geral, nos anos de 1990 [18], vários centros de pesquisa e preservação surgiram dedicados a abrigar acervos pessoais, sendo que alguns deles foram construídos em torno de uma figura de importância maior, que geralmente dá nome à instituição, retomando a perspectiva da Casa de Rui Barbosa. Citem-se o Centro de Documentação Alexandre Eulálio, na Unicamp (ainda de 1984), o Centro Florestan Fernandes (1995), na Universidade Federal de São Carlos, o Instituto Paulo Freire

(1992), a Fundação Perseu Abramo (1996) e a Fundação Mario Covas (2001), por exemplo.

Destaque-se dentre estes o Instituto Fernando Henrique Cardoso, de 2004, com amplo espectro de atividades, inclusive no que se refere ao estudo das questões arquivísticas. O IFHC reúne ao acervo do ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso e os de outros membros de sua família [19], como o da professora Ruth Cardoso (sua esposa), de Joaquim Ignácio Baptista Cardoso (seu avô) e de Leônidas Cardoso (seu pai). No entanto, tais documentos não são entendidos como um arquivo familiar e são tratados separadamente.

Pelo exposto até aqui, vemos que, inicialmente, acervos pessoais, com raras exceções (caso da Fundação Casa de Rui Barbosa, ou o IEB), foram sendo recebidos por instituições que não tinham sido criadas com a perspectiva de abrigar, especificamente, arquivos de indivíduos, mas que, pelos temas escolhidos para a formação desses acervos, acabaram atraindo documentação de figuras de destaque em cada área respectivamente. Só recentemente, a partir de mudanças na perspectiva historiográfica, passou-se a intensificar a formação e consolidação de repositórios de arquivos pessoais dos mais variados setores da vida nacional.

No caso do teatro, não foi muito diferente. Com exceção da Funarte, como foi visto, até os anos 2000, a documentação relativa a figuras mais antigas que atuaram de diversas maneiras, mas, principalmente, como dramaturgos, estava, e ainda está, dispersa por bibliotecas, museus e arquivos os mais variados, por vezes sem relação direta com o meio teatral, caso da Fundação Casa de Rui

Barbosa [20]. Só recentemente, passou-se a combinar a presença de acervos pessoais e especialização na área teatral. Disso resultou a criação de institutos ou fundações em torno de um só artista de teatro, como o Instituto Gianni Ratto, a Sociedade Cultural Flávio Império, o Instituto Osmar Rodrigues Cruz e o Instituto Augusto Boal [21]. Todos eles enfrentando grandes dificuldades para se manter em atividade, dependendo quase que exclusivamente da administração de familiares.

Diante desse quadro, foi criado na Universidade de São Paulo no início dos anos 2000 um Centro de Documentação Teatral (CDT), ligado ao Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA). A missão do centro é similar ao da Funarte ou do IEB, isto é, receber, preservar e disponibilizar documentação relativa ao mundo da cena a partir de acervos privados, pessoais, familiares e/ou institucionais [22].

Foi a partir dos estudos e da prática levados a cabo no CDT que se colocou a questão central deste artigo, ou seja, a possibilidade e a conveniência de se pensar em termos de arquivos “familiares” na organização dos acervos de entidades custodiadoras (especializadas ou não) de conjuntos documentais teatrais.

Até aqui nos dedicamos a identificar rapidamente a presença de arquivos pessoais em diversas entidades custodiadoras e em diversos momentos da história brasileira. Mencionamos, também rapidamente, a existência de arquivos de família nas entidades citadas. Passemos agora tratar com mais detalhes esse aspecto.

Se a bibliografia sobre o tratamento de arquivos pessoais é recente, e até escassa, se comparada aos tratados e estudos que se debruçaram sobre os arquivos públicos, o que dizer de estudos que se atenham à questão dos arquivos familiares? O que se encontra na maioria dos trabalhos consultados é tomarem-se os arquivos familiares analogamente aos pessoais (individuais [23]). Assim, sempre se lê: “os arquivos pessoais e familiares...” como uma extensão natural dos segundos sobre os primeiros e que não apresentariam questões específicas em termos teóricos-metodológicos. Talvez por isso mesmo poucos sejam os estudos encontrados a respeito da organização de arquivos de famílias especificamente [24]. O que existe refere-se ao tratamento, arranjo e potencialidade de estudo de arquivos da nobreza, sendo, portanto, em sua grande maioria, estudos europeus [25]. Tais arquivos, pode-se bem imaginar, têm (ou tiveram) importância essencial na manutenção e prova de direitos, sobre propriedades, títulos e privilégios, muitos deles assegurados pela linhagem de sangue.

A conservação desses arquivos centenários oferece hoje um campo imenso de interesse histórico fora do âmbito das questões meramente familiares e adquiriram relevância pública. Pensemos, por exemplo, no patrimônio arquitetônico, hoje quase todo tombado, parte da história de arquiteturas nacionais, e mesmo mundial. Muitos domínios transferiram-se, ao longo do século XX, para a esfera governamental, dado seu imenso custo de manutenção. Naturalmente, com eles, os acervos familiares privados passaram a ser públicos e geridos por arquivos municipais, regionais ou nacionais. Para ficarmos apenas

na esfera da lusitanidade, mencione-se a recente iniciativa da Universidade Nova de Lisboa [26] com a criação de um portal de Arquivos de Família/Arquivos de Comunidades [27].

No Brasil, muito mais raros são tais arquivos. Em quase todas as instituições mencionadas acima eles são minoria, quando existem. Em termos de reflexão teórica sobre o assunto, a produção é ainda mais limitada. Como exemplo de um trabalho excepcional por seu recorte pode-se citar a dissertação de mestrado de Eneida Santana Baumann para a Universidade Federal da Bahia, *O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea* [28]. A pesquisa foi motivada justamente pela deficiência de bibliografia sobre o tema e configura-se, portanto, em relevante contribuição para os estudos da área.

A inexpressividade de pesquisas no campo da arquivologia em relação aos arquivos de família, tanto em nível internacional quanto nacional, somados ao desejo de proporcionar visibilidade a esse conjunto documental, foram determinantes para a construção dos objetivos desta pesquisa (BAUMANN, 2011, p.18).

O arquivo Calmon refere-se à família de banqueiros baianos, ex-proprietários do Banco Econômico [29]. A documentação dos membros da família, segundo a autora, estava depositada no “Memorial Econômico” [30].

A dificuldade central na área dos arquivos de família é sua distinção e definição em relação a um arquivo pessoal (único), na medida em que, na maior parte das vezes, estes são entregues às instituições de guarda por algum descendente do titular, que preservou documentação

dessa figura e, muitas vezes, também sobre outros membros da família que já se encontravam acumuladas pelo titular. A identificação por “gerações” é claramente percebida nesse processo.

O fato de um conjunto de documentos ter sido acumulado, preservado e/ou transmitido por um membro da família de uma determinada geração, não anula a organicidade intrínseca que liga cada documento ao contexto de produção/acumulação do sujeito produtor/acumulador. Sejam quantos forem os indivíduos presentes em um arquivo familiar permanecem os princípios da procedência e da contextualização.

No arquivo do dramaturgo e ator brasileiro Gianfrancesco Guarnieri, por exemplo, entregue ao CDT por seu filho Luís Cláudio, depois do falecimento de sua mãe, segunda esposa de G. Guarnieri, encontram-se alguns documentos relativos a seu pai, o maestro Edoardo de Guarnieri, sua mãe, a harpista Elsa Martinenghi e várias fotos de seus filhos, inclusive do próprio Luís Cláudio. Então, houve uma acumulação coletiva familiar concentrada, nesse caso, no arquivo de Gianfrancesco.

Além disso, pouco depois, um dos netos de Guarnieri, Francisco, encaminhou ao CDT o acervo de sua avó, Cecília Thompson, primeira esposa de Gianfrancesco, no qual além da documentação da própria Cecília (antiga atriz do Teatro de Arena, jornalista e tradutora) encontram-se documentos comuns ao ex-casal, além de itens que pertenceram à mãe do dramaturgo (inclusive de seus netos, filhos da segunda esposa de Gianfrancesco).

A questão que se coloca então é: como seria possível relacionar a documentação presente no arquivo G.

Guarnieri com a de Cecília Thompson, a de seus filhos, a de Edoardo de Guarnieri ou ainda de Elsa? Será que a mera consanguinidade/afinidade justifica o tratamento da documentação de maneira “relacional”?

Talvez a quase inexistência, ou existência precária de arquivos familiares no Brasil, explique-se, pelo fato de que eles, a rigor, eram vistos como documentação de domínios, herdades, propriedades enfim, como não se encontram no país e que, mesmo na Europa, deixaram de existir de forma tradicional (íntegra, sem divisão entre herdeiros além do primogênito). Nessa perspectiva, a existência de arquivos familiares estaria fixada no tempo e no espaço, não encontrando sentido na contemporaneidade.

Por outro lado, novos arquivistas portugueses e europeus passaram a entender que os arquivos de família persistiram mesmo que com características diferentes e precisavam ser organizados em conjunto mantendo o relacionamento entre suas partes.

Em primeiro lugar, procuraram redefinir o termo “família” e sua concepção, organização e modificação ao longo dos séculos. É conhecido o processo de nucleação da família a partir do século XVIII e a compreensão contemporânea de que também constituem famílias as relações entre indivíduos do mesmo sexo e aqueles que não registraram na forma legal vigente sua relação. A expressão dos afetos passou assim a deter um lugar privilegiado na identificação das relações familiares.

De todo modo, existem definições de caráter estruturante que identificam permanências no fenômeno familiar que nos permitem tomá-lo como base para a

organização de seus registros ao longo dos anos. Salvador Minuchin, terapeuta argentino, citado por Baumann, define a família,

(...) como um conjunto invisível de exigências funcionais que organiza a interação entre membros da mesma, considerando-a, igualmente como um sistema (...) no interior da família, os indivíduos podem construir subsistemas, podendo estes ser formados pela geração, sexo, interesse e/ou função, havendo diferentes níveis de poder, e onde os comportamentos de um membro afetam e influenciam os outros membros (MINUCHIN, Apud, BAUMANN, 2011, p.27)

Outras definições vão paralelas a esta, sempre reforçando o traço de *sistema* formado por membros de uma mesma família através de laços de sangue ou afinidade, atividades e interesses comuns. A autora referenda ainda a ideia de que arquivos familiares podem ser fonte de pesquisa para diversas áreas das ciências, das biológicas às humanas. No nosso caso, importa abordar os arquivos familiares como fonte de pesquisa para a história da arte teatral no país. Por isso, gostaria de chamar a atenção para o fato de que no teatro a presença de famílias foi parte da estrutura artística em vigor durante muito tempo (como se verá adiante) [31], sendo importante tentar recuperar as relações entre os diversos indivíduos em várias gerações formadores desses compostos familiares e de dar a ver, através de seus arquivos, as relações estabelecidas entre eles, os compartilhamentos, as divisões de trabalho, as complementaridades, a produção artística, bem como as

disjunções eventuais. Isto é, grande parte das atividades teatrais, a formação artística, as companhias, as empresas, estiveram durante muito tempo assentadas nas relações familiares. Parece-nos que esse fato deveria ser levado em consideração quando do recebimento e organização de arquivos de “gente de teatro”.

Nada impede que tal procedimento se dê sob a égide da mais rigorosa conceituação arquivística, respeitando-se o princípio da proveniência [32], podendo-se partir para uma descrição que, sem contradizer tal postulado, agregue a ele uma correlação de sentido que esclareça ainda mais a produção e função dos documentos.

Segundo Ariane Ducrot (1998, p.154), é possível, e mesmo imprescindível, manter o princípio da proveniência no tratamento da documentação [33] seja no caso de indivíduos ou famílias. A diferença entre os dois tipos de arquivos se dá quanto à *extensão* do fundo, marcando os limites entre o conjunto de um indivíduo e os de sua família. A autora apresenta duas possibilidades de arranjo dos fundos: a *maximalista*, que entende o conjunto como único englobando os conjuntos documentais dos diversos indivíduos que compõem determinada família, e a *minimalista*, na qual cada indivíduo constitui um fundo distinto [34].

Na perspectiva da autora, a melhor opção é a *maximalista*, na medida em que se respeita a individualidade de cada um, contudo construindo-se uma hierarquia entre eles.

Neste caso, teremos um fundo (familiar) composto por subfundos [35] (individuais). O mesmo sucede quando o ramo mais velho de uma família se extingue e seus arquivos

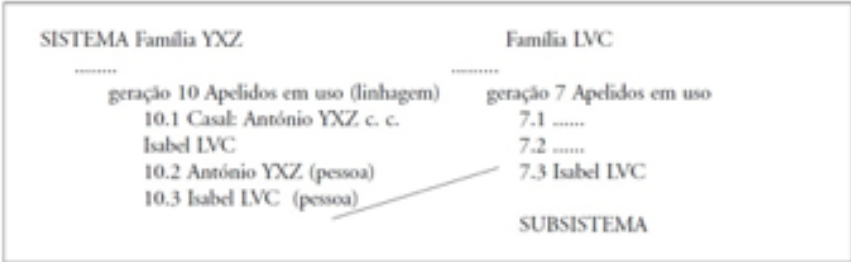
são recolhidos pelo ramo mais novo: os arquivos do ramo extinto devem guardar sua individualidade no seio daqueles que os recolhem (Idem, p.155). Adiante, retoma o assunto dizendo que quando o fundo tiver sido construído por uma família, faz-se a distinção entre o que se refere ao conjunto da família e o que provém de cada um dos seus membros. Reagrupam-se então os dossiês de mesma natureza, respeitando-se, ou restabelecendo-se, a ordem original sempre que possível. (DUCROT, 1998, p.162-3)

Ao tratar da questão da acumulação de documentos de diversos membros da uma família por um indivíduo em especial, Terry Cook compara a questão ao caso de um sacerdote que em um mesmo livro tenha registrado ao longo de sua vida suas atividades em diversas paróquias. *Assim, as circunstâncias jurídicas de sua produção fazem deles parte de diversos fundos paroquiais, analogamente a um arquivo de família em que filhos podem transferir para um arquivo não só os seus documentos privados, mas os de seus pais, avós e irmãos* (COOK, 2017,p.41).

O temor de se obscurecer o liame de procedência entre produtor/acumulador e os documentos leva certos teóricos a darem preferência ao procedimento minimalista, estabelecendo fundos individuais separados onde o princípio da procedência ficaria claramente evidenciado. Na verdade, o problema é, como lembra Cook que *como lidar com a parte sem perder de vista o todo é, resumidamente, o dilema de todo arranjo e descrição arquivísticos (...)* (COOK, 2017, p.48)

Uma solução possível é apresentada por Malheiro da Silva (2004, p.71), o *modelo sistêmico*, a partir de uma perspectiva *maximalista*, na qual se identificam os ramos

familiares, as gerações e os indivíduos presentes até em arquivos bastante complexos. O quadro abaixo ilustra o funcionamento de tal sistema.



Quadro 1 - Modelo Sistêmico
 Fonte: Malheiro da Silva (2004, p.71)

De qualquer modo, na cada descrição de cada conjunto é necessário manter o mesmo procedimento adotado pela contextualização documental, como indicado no exemplo da Fundação Fernando Henrique Cardoso: No processo de descrição, optou-se por uma abordagem individualizada dos documentos. Os critérios universais de acesso e classificação adotados preservam a organicidade deles, ligando-os às atividades que lhes deram origem de modo a demarcar as circunstâncias e o contexto que justificaram sua acumulação e guarda [36].

A questão é que a estrutura do universo teatral, até pelo menos meados do século XX e talvez mesmo depois, nos leva a ter que enfrentar tais questões para tentar dar conta da forma pela qual os arquivos teatrais são formados (em consonância com as práticas das atividades cênicas) e transmitidos [37]. É claro que seria possível pensar em

outras atividades humanas que também se transmitiam por herança familiar. Aquelas dependentes de conhecimento de técnicas artesanais, de prática manual, de capitais familiares são as mais óbvias. No universo do teatro de tempos mais remotos, atores e atrizes poderiam ser considerados artesãos especializados, cujo fazer se transmitia, pois, de pais/mães para filhos/filhas. Já os dramaturgos eram vistos como “poetas”, intelectuais [38]. Aliás, é difícil encontrar famílias de “dramaturgos”. O caso de Dumas, pai, e Dumas, filho, ou de Oduvaldo Viana (pai) e Oduvaldo Viana Filho (Vianinha) são bastante incomuns.

Então, quando falamos aqui de famílias de *gente de teatro*, nos referindo quase que exclusivamente aos indivíduos que se dedicaram ao fazer material da cena, ainda que em ofícios distintos: atuação, cenografia, figurino, dança, direção etc., muito embora, seja possível que alguns dentre eles tenham também se dedicado à esporadicamente à dramaturgia.

Além disso, o fenômeno dos recorrentes relacionamentos familiares no meio teatral despertou a atenção de um cronista já no início do século XX, que em 1919 (assinando-se *Bibi Peroba*), no *Jornal de Theatro & Sport* [39], dedicou-se a registrar um curioso inventário dos parentescos existentes entre os artistas teatrais de sua época e mesmo de períodos precedentes. Assim, por exemplo,

Luiz Montani, mestre e compositor de bailados deixou quatro filhos: Jesuína, Pedro, Augusto e Ângelo. Iniciados na profissão de bailarinos, trabalharam em companhias organizadas pelo progenitor.

Jesuína fez-se atriz e conseguiu ser a primeira ingênua da cena brasileira. Pedro e Augusto fizeram parte de várias companhias dramáticas. E Ângelo de mímico e dançarino transferiu-se para o comércio.

Jesuína Montani casou-se com Manoel De Giovanni, excelente artista dramático. Desse casal nasceram duas atrizes, Gabriela e Olímpia. Jesuína Montani casou-se, em segundas núpcias, com o ator genérico Peregrino Lemos de Menezes.

Augusto Montani casou-se com a atriz Balbina, com a qual teve a Olímpia. Ângelo Montani foi casado com a atriz Elisa dos Santos.

Gabriela Montani De Giovanni era esposa do excelente galã cômico João Carlos Colás, do qual está separada. (...) (*Theatro & Sport*, 1919) [40]

Vale ainda lembrar, que nesse universo, original por sua estrutura familiar marcante, a presença feminina é destacada. Até mesmo mais do que na música, a necessidade de se formar atrizes era imprescindível para a arte teatral [41]. O fato é que as mulheres estão presentes há muito tempo como profissionais no mundo teatral. Disso decorre, para voltarmos à questão dos arquivos familiares, que no caso de conjuntos de *gente de teatro*, a documentação vinda de mulheres é grande, presentes não só enquanto mães, esposas ou filhas, mas como profissionais: atrizes, diretoras, figurinistas, tradutoras, donas de companhias.

Outra peculiaridade das famílias de teatro é que há, com muita frequência, uma interação entre elas como aponta o artigo de *Peroba*. Explica-se o fato por um lado diante do preconceito que pesava sobre a profissão, principalmente sobre o elemento feminino como é bem

sabido. Levou tempo para que as atrizes, e suas filhas, obtivessem o respeito social merecido. Tal preconceito induzia a um certo fechamento sobre si mesmo do mundo teatral em termos de relações familiares. Não são raras as histórias de mulheres e homens que tiveram que afastar-se de suas famílias de origem por passarem a fazer parte do mundo da cena e, nesse novo universo, buscassem refazer os laços familiares perdidos.

Além disso, a vida “errante” de companhias em contínuo deslocamento pelo país ou mesmo fora dele, dificultava a convivência familiar em moldes mais tradicionais.

Toda essa situação começou a transformar-se, nos parece, a partir do momento em que dois elementos se combinaram. Em primeiro lugar, no caso do Brasil, a formação teatral passou a ser oferecida por entidades não familiares. Isto é, começou a haver maior possibilidade de se aprender a arte do teatro por meio do ensino formal [42], que não dependia do conhecimento e convivência com elementos já integrados à profissão. Em segundo lugar, o preconceito sobre o trabalho artístico de atores e atrizes diminuiu sensivelmente, ainda que permaneça associado à ideia de instabilidade financeira.

Quanto tais mudanças afetaram a composição das famílias do meio teatral atual? Difícil dizer. Mas ainda se mantém uma certa coesão profissional na formação familiar, dado ao ritmo e às formas de trabalho que marcam a classe, como o trabalho noturno, em finais de semana, etc.

Em resumo, diante da constituição do meio artístico teatral, com suas conformações sociais, e familiares

especialmente, entendemos que é importante refletir sobre as questões que remetem à organização de arquivos familiares de modo a ser essa uma possibilidade atraente para que se consiga identificar de maneira efetiva e clara a documentação produzida/acumulada por diversas gerações de uma mesma família dedicadas a uma mesma atividade profissional, mas nem sempre materializada em uma atividade empresarial regular e duradoura [43].

NOTAS

[1] Houve uma renovação e revalorização das biografias individuais ou mesmo coletivas.

[2] Em todo este artigo, estaremos nos referindo a arquivos de terceira idade, ou seja, permanentes ou históricos.

[3] Não entraremos aqui na questão da enorme (senão infinita) variedade da tipologia documental possível de estar presente em acervos pessoais, nem no tema da “necessidade” ou organicidade que marcaria importante diferença entre arquivos públicos institucionais, ou mesmo de entidades privadas, por oposição à suposta “desobrigação” dos arquivos pessoais. Não entendemos que os arquivos privados estejam livres de algum nível de obrigatoriedade de guarda de determinados tipos de documentos (para prova de direitos de seus titulares). Afinal, todos temos que manter uma série de documentos que não são descartados senão depois de nossa morte, ou nem então, em função das questões de heranças por exemplo. De todo modo, há, evidentemente, um espaço maior para a acumulação de itens (além dos documentos propriamente ditos, como no caso da realia) por questões sentimentais, de interesse profissional, ou até por vaidade (como sugere Aritière em seu conhecido texto *Arquivar a própria vida*), do que na prática arquivística estabelecida para entidades jurídicas públicas ou privadas.

[4] Fora por essa época, em 1841, que Nathalis de Wailly estabeleceu o princípio da proveniência, diante da prática do ANF de inserir os documentos recém-chegados em arranjos segundo sua temática e não sua origem.

[5] Estados Unidos e Canadá também realizaram um censo inicial (no século XIX ou XX) para mapear a existência de arquivos pessoais ou familiares em seus territórios.

[6] Incluem-se aqui também documentação de entidades privadas.

- [7] Para a área do Teatro são interessantes os de: Machado de Assis, José de Alencar, Álvaro Moreyra, Eugênia Moreyra, Bastos Tigre, Salvador de Mendonça, Bráulio Pedroso, Caio Fernando Abreu, Cornélio Pena, Guilherme de Figueiredo, Graça Aranha, por exemplo.
- [8] Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, e Oliveira Passos (seu filho), projetista do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.
- [9] Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, e Oliveira Passos (seu filho), projetista do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.
- [10] Washington Luís, Altino Arantes, Júlio Prestes, Armando Sales de Oliveira, José Carlos de Macedo Soares e Adhemar de Barros.
- [11] Desde 1963.
- [12] Fotógrafo e ator do século XIX.
- [13] O IEB divide-se em três áreas: Biblioteca, Arquivo e Coleção (museu). Originalmente, existia uma biblioteca, que se encarregava de manter documentação pessoal, tendo sido criado aí uma subdivisão de arquivo em 1968. Com o grande crescimento do número de doações de caráter documental, em 1974, foi criada uma área autônoma de arquivo. Também estão presentes coleções temáticas.
- [14] Nenhum deles, entretanto, se refere a famílias.
- [15] A Fundação Nacional de Artes (Funarte) foi criada pelo Governo Federal em 1975, dedicada às atividades ligadas às músicas popular e erudita e às artes plásticas e visuais. Em 1990, foi extinta, juntamente com Instituto Nacional do Folclore (INF), a Fundação Nacional de Artes Cênicas (criada em 1987, a partir do Instituto Nacional de Artes Cênicas - INACEN - criado em 1981, que tinha sido instituído em substituição ao Serviço Nacional de Teatro, de 1937) e a Fundação Nacional de Cinema (FNC). No mesmo ano, todas as atividades foram reunidas no Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC). A partir de 1994, a Funarte voltou a existir, substituindo o IBAC.
- [16] Independentemente da mudança de nome ao longo dos anos.
- [17] O propósito geral do projeto era substituir o antigo Museu do SNT, transformando-o em Divisão de Documentação, composto pelo “acervo teatral (de material diverso) e um banco de peças”. Vale registrar que o material recolhido no *Projeto Memória* não recebeu tratamento arquivístico (respeitoso do princípio da proveniência), tendo sido dispersado segundo uma lógica calcada na tipologia documental. Apenas a partir de 2013, retomou-se a prática da organização arquivística para os documentos existentes, mediante a penosa reconstituição das “coleções” e dos “fundos”. Ver: CANTANHEDE, C. e FONTANA, F. Projeto Memória das Artes Cênicas: um breve histórico de um acervo das artes cênicas e algumas considerações metodológicas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Anais... São Paulo: ANPUH - Associação Nacional de História, 2013.

[18] Uma iniciativa institucional anterior, dos anos de 1970, foi a criação do Museu da Imagem e do Som, que conta com acervos pessoais como o da musicista Dinorah de Carvalho.

[19] Além dos acervos de membros da família, há documentação dos ex-ministros Paulo Renato de Souza e Sérgio Motta.

[20] Até porque, em muitos casos, a atividade teatral desses indivíduos não era a única exercida por eles. Às vezes, nem mesmo a principal. Nos séculos XIX e começo do XX, muitos eram também jornalistas, romancistas, funcionários públicos até. Lembremos, apenas como exemplo, de Machado de Assis.

[21] O arquivo pessoal de Augusto Boal já chegou a motivar uma dissertação de mestrado na FGV, [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13717/DISSERTA%
c3%87%c3%83O_Patr%c3%adciaFran%c3%a7a.pdf?
sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13717/DISSERTA%c3%87%c3%83O_Patr%c3%adciaFran%c3%a7a.pdf?sequence=1&isAllowed=y).

<http://augustoboal.com.br/o-instituto-augusto-boal/>

<http://www.flavioimperio.com.br/projeto/512278>

<http://institutoosmarrodriguescruz.blogspot.com/>

Contudo, outros arquivos pessoais continuaram a ser encaminhados a instituições de guarda não especializadas em teatro. Nesse caso estão os arquivos dos dois dos mais importantes críticos teatrais brasileiros, Décio de Almeida Prado, cujo acervo está no Instituto Moreira Salles (IMS) e Sábato Magaldi, que teve seu arquivo enviado para a Biblioteca Central da Universidade Federal de Minas Gerais.

[22] Diferentemente, no entanto, de seus congêneres, que se dedicam a conservação de material textual, iconográfico quase que exclusivamente, o CDT preserva todo tipo de documentação referente ao mundo do teatro, incluindo exemplares de figurino e cenografia.

[23] Ou “singulares”, como chamados em Portugal.

[24] Uma feliz exceção a essa regra é o trabalho de Pedro de Abreu Peixoto sobre a ISAD(G) e os arquivos de família (ver bibliografia).

[25] Nos Estados Unidos, a partir do século XIX criaram-se as Sociedades Históricas *que recolheram papéis manuscritos de personagens de destaque para a história americana, visando o acesso aos mesmos por parte dos genealogistas e historiadores* (Oliveira, 2012, p.28). Também nos EUA, como na França e Reino Unido, houve um mapeamento dessa documentação em âmbito nacional feito pela Biblioteca do Congresso, ela própria custodiadora de várias “coleções”. Lembremos ainda as fundações mantidas pelas ricas famílias do país como os Ford, Rockefeller e Kennedy.

[26] Ver: <http://fcsh.unl.pt/arqfam/> . Sem deixar de mencionar a Torre do Tombo, que possui diversos fundos de famílias, de “casas”, de condes, marqueses e morgados.

[27] Ver em: <http://fcsh.unl.pt/arqfam/> .

[28] Salvador, 2011.

[29] O Banco Econômico foi fundado em 1843 e chegou a ser um dos maiores do país. Em 1995, sofreu intervenção por parte do Banco Central e entrou em processo de liquidação que perdura até hoje.

[30] O que é possível encontrar como referência a essa instituição é a indicação do Museu Eugênio Teixeira Leal/Memorial Banco Econômico, pertencente à Fundação Econômico Miguel Calmon, existente desde meados de 1990, situado em um belo sobrado próximo ao Largo do Pelourinho.

Como metodologia, a pesquisadora achou necessário completar as indicações de áreas de descrição existente na Nobrade com informações de caráter biográfico e geracional. A partir dessa junção, realizou-se a interação das duas bases de dados para recuperação dos documentos, como um quadro orgânico-funcional.

[31] O mesmo se dá com outro ramo das artes cênicas, os circos. De fato, as empresas circenses são conhecidas pelos nomes familiares (até mais que no teatro). Basta lembrar a título de exemplo dos Seyssel, Garcia ou Stankowish, entre muitos outros nacionais e estrangeiros. Contudo, talvez fosse mais correto pensar para estes casos em um arquivo da empresa no lugar de um arquivo de família.

[32] Segundo os critérios estabelecidos ainda no século XIX por Natalis de Wailly e desenvolvidos por Michel Duchein: um fundo é um conjunto que se basta a si mesmo, cuja unidade não pode ser quebrada e que, para que uma entidade seja considerada como produtora de um fundo é necessário e suficiente que possua 'uma existência jurídica e um nível de competência próprios'. Esse é o caso de todas as pessoas e, portanto, seus arquivos constituem um fundo. (Ducrot, 1998, p.155)

[33] Ainda que para o caso de centros de documentação, como o nosso, Ducrot (Idem, p.157) entenda que não há obrigatoriedade de se seguir as normas arquivísticas, chamando os conjuntos documentais de "documentação": *recebem e conservam, ou que criam e classificam dossiês de documentação em torno de temas escolhidos e segundo métodos de trabalho radicalmente diferentes daqueles dos arquivistas;* posição da qual pessoalmente discordo. (grifo nosso)

[34] Ambas as noções são apresentadas por Terry Cook relativamente à determinação de diferentes níveis de hierarquia em instituições. (COOK, 2017, p.35)

[35] Cook, falando a respeito da organização de arquivos públicos (e de grande envergadura), aponta para a perigosa possibilidade de se ter que criar sub-sub-fundos, sub-sub-sub-fundos... até chegar-se ao produtor de determinado documento. Isso é especialmente verdade quando cada um desses subníveis ou sub-subníveis está em constante transformação, misturando-se, dividindo-se, desaparecendo. Raramente é possível estabilizar

uma situação tão fluida, de modo a determinar um único fundo, subfundo ou sub-subfundo para os documentos (COOK, 2017,p.38).

[36] <https://fundacaoofhc.org.br/acervo/guias-dos-arquivos>.

[37] Não iremos entrar aqui na questão dos casos em que alguns arquivos estão separados entre mais de uma instituição, tendo sido doados em épocas diferentes por titulares ou herdeiros distintos. Ex: o acervo da atriz e empresária Maria Della Costa. Nem tampouco na da possibilidade de um arquivo ser doado ao longo de vários anos, aos poucos, ainda que à mesma instituição. Refletiremos, idealmente, sobre uma doação completa de vários indivíduos de uma mesma família a uma única instituição custodiadora.

[38] A separação entre produção intelectual e prática material é clara. Lembremos como curiosidade que na Enciclopédia de Diderot (ele próprio um dramaturgo) há um volume para os poetas dramáticos e outro, separado, para as artes da cena.

[39] *Jornal de Theatro & Sport*. Ano VI, números 229, 230 a 236, 238 a 240, 242 a 243, entre março e julho de 1919.

[40] A matéria se estende por mais de 10 números.

[41] Ainda que durante algum tempo, em certos lugares, Portugal incluído, apenas homens subissem à cena e que cantores *castrati* procurassem substituir o elemento feminino no palco. A prática nunca foi determinante na Itália e na França, ou mesmo no Brasil.

[42] A primeira escola oficial de teatro no país surgiu em São Paulo, em 1906. Trata-se do Conservatório Dramático e Musical de São Paulo. A seguir, vieram o Conservatório do Rio de Janeiro e, em 1948, a Escola de Arte Dramática (EAD), também em São Paulo. As escolas de nível superior surgiram a partir da década de 1950, na Bahia, e depois na USP, em 1966.

[43] Há diversos exemplos de famílias que criaram companhias teatrais que duraram algum tempo, mas depois se desfizeram, ainda que seus membros continuassem trabalhando em conjunto em outras empresas ou montagens independentes. Como exemplo importante, veja-se as descrições feitas no Guia da Funarte dos arquivos teatrais no qual constam a Família Fróes e a Família Oduvaldo Vianna, bem como Fernanda Montenegro e Fernando Torres, João Silva Jr. e Vina de Souza, Luiz Iglesias e Eva Todor, Marisca e Pinto Filho, todos casais de artistas.

REFERÊNCIAS

ABBIATECI, Camille. Les fonds Copeau-Dasté aux Archives Municipales de Beaume. BARAU, Denys. In: **Quelles mémoires pour le théâtre ?** Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 2009, p.55-63.

_____. Présentation des archives de la Comédie de Saint-Étienne. In : BARAU, Denys. **Quelles mémoires pour le théâtre ?** Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 2009, p.65-78.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista Estudos Históricos**. Vol. 21, 1998, p.9-34.

BARAU, Denys. **Quelles mémoires pour le théâtre ?** Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 2009,

BAUMANN, Eneida Santana. **O arquivo da família Calmon à luz da arquivologia contemporânea**. 2011. 151p. (Mestrado) Unidade Federal da Bahia - Ciência da Informação, Salvador.

CANTANHEDE, C.; FONTANA, F. Projeto Memória das Artes Cênicas: um breve histórico de um acervo das artes cênicas e algumas considerações metodológicas. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 27, 2013, Natal. Anais... São Paulo: ANPUH - Associação Nacional de História, 2013.

COLEÇÃO DO JORNAL DE **THEATRO & SPORT**. Rio de Janeiro: S. ed., 1919.

COOK, Terry. O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência em era pós-colonial. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.

http://www.arquivonacional.gov.br/images/virtuemart/product/Terry%20Cook%20publicacao_tecnica%20593.pdf

DOLLINGER, Sonia. Jacques Copeau entre memória individuelle et mémoire collective. In : BARAU, Denys. **Quelles mémoires pour le théâtre?** Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 2009, p.15-23.

DUCHEIN, Michel. O respeito de fundos em arquivo: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**, vol. 10-14, n.2, 1986, p.10-16.

DUCROT, Ariane. A classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Revista Estudos Históricos**, vol. 11, n. 21 (1998), p.151-168.

MAIA, Sara Raquel Maciel da Silva. O arquivo da família Vasconcelos. **Páginas a&b**, s.3, n.º especial (2016), p.152-156.

MINUCHIN, S. **Famílias funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes médicas, 1990.

NOUGARET, Christine. Les archives privées em France: deux siècles d'expérience de l'administration des archives. In : ROSA, Maria de Lurdes (org.), **Arquivos de família, séculos XIII-XX : que presente, que futuro ?** Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-mar, Caminhos Romanos, 2012, pp. 687-696.

NÓVOA, Rita Luís Sampaio da. O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI. 2016. 476 páginas. (Doutorado) - Universidade Nova, Lisboa (PT), março.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e Pesquisa:** em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Mobilie, 2012.

PEIXOTO, Pedro de Abreu. A aplicação das ISAD(G) aos arquivos de família. Porto: **Páginas a&b** (4), 2000. p.55-70.

RODRIGUES, Abel. Os arquivos pessoais e familiares em Portugal entre dous paradigmas: da teoria à pratica. **Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego:** Arquivos privados de pessoas e famílias. Unha Ollada á Fundación Penzol. Vigo, 2017. Separata, p.30-50.

SILVA, Armando B.Malheiro da. Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. In: **Revista da Faculdade de Letras:** Ciências e Técnicas do Património. Porto, 2004, série 1, vol. III, pp. 55-84.

O TEATRO, OS ARQUIVOS PESSOAIS E OS REGISTROS DOS PROCESSOS DE CRIAÇÃO

FABIANA SIQUEIRA FONTANA
CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT

A produção e acumulação documental decorrentes de trajetórias individuais, na constituição de arquivos, já não é assunto novo no contexto nacional. Pesquisadores, de diversas áreas, se dedicam a pensar não apenas o uso como também os desafios que cercam a preservação de conjuntos de tal natureza. No entanto, não é raro encontrar discursos que reforçam a necessária atenção a conceitos e princípios que consolidam a Arquivologia como ciência no enfrentamento das atividades devidas na lida com os arquivos pessoais. Nesse sentido, nota-se ainda o lugar periférico que os arquivos pessoais ocupam como objeto no interior da disciplina.

Para a compreensão do exposto, convém lembrar, primeiramente, a ausência dos arquivos pessoais em obras consideradas pilares da teoria arquivística clássica e moderna, fundamentais na edificação da Arquivologia, enquanto ciência autônoma, a partir do século XIX (HOBBS, 2016). O fato relaciona-se com o próprio surgimento da disciplina estar diretamente ligado ao advento dos arquivos públicos; a definição da

Arquivologia como área do saber decorre da “centralização dos arquivos, principalmente a partir dos arquivos franceses no Arquivo Nacional” (SCHMIDT, 2015, p. 46). É quando, inclusive, surge “a concepção de arquivo como um ramo especializado do serviço público, ou seja, o arquivo como instituição com funções e serviços específicos [...]” (Ibid., p. 88).

É apenas em meados dos anos 1970 que os arquivos pessoais passaram a se tornar objeto de interesse dos arquivistas (HOBBS, 2016). É época que, no Brasil, tornam-se inclusive tema de um manual de procedimentos técnicos específico, elaborado no interior do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - o CPDOC/FGV (HEYMANN, 2012). Percebe-se que a emergência dos arquivos pessoais na Arquivologia ocorre concomitantemente à eclosão dos documentos digitais e o aparecimento da Arquivologia contemporânea. Sendo assim, o fenômeno é, por vezes, ressaltado como consequência da revisitação do estatuto científico da Arquivologia em decorrência da crise ocasionada pela interferência da informática na produção documental (ABREU, 2016).

Para além das componentes históricas que explicam a marginalidade dos arquivos pessoais no seio da Arquivologia, muito do constrangimento que esses conjuntos documentais causam aos especialistas da área advém da ideia que a produção documental é intencional quando se trata dos registros oriundos da trajetória de um indivíduo. Nesse sentido, não só os processos que envolvem a constituição desses conjuntos como também a elaboração dos documentos são vistos como atitudes

tomadas de maneira deliberada. Silva (2015, p.182), por exemplo, atesta que os “documentos produzidos na esfera pessoal, diferentemente da institucional, não necessariamente precisam seguir fórmulas rígidas de confecção, nem seguir normativas de guarda e descarte”. Logo, a formação “dos arquivos pessoais permite ao seu produtor uma liberdade de acumulação, de organização e de seleção”; os critérios, quando existem, “podem ser de acordo com o entendimento, o gosto ou as necessidades pessoais de seu produtor, pois é a necessidade individual que prevalece no âmbito doméstico”. (Ibid., idem).

Tal compreensão atinge diretamente alguns atributos essenciais quanto se discute a especificidade de um arquivo, enquanto conjunto documental, e um documento de arquivo, como registro. O primeiro deles é a naturalidade (HEYMANN, 2013). Delmas (2010) enxerga nela a distinção essencial de um documento de arquivo de qualquer outro: a necessidade. O outro é a imparcialidade; essa “refere-se ao fato de tais documentos não serem produzidos em razão de outros interesses que não os ditados por sua estrita e imediata funcionalidade.” (CAMARGO, 2009, p. 36).

As dúvidas, que se impõem quando se trata dessas características no âmbito dos documentos pessoais, se dão não só pelas razões expostas quanto à vontade, liberdade e autonomia do produtor do arquivo quando um indivíduo, mas também porque as ações, na esfera de uma vida, são, geralmente, explicadas a partir de ideias como intenção, experiência e psicologia (HOBBS, 2016). Consequentemente, muitos profissionais pressupõem que os documentos de arquivos pessoais sejam “refratários a

um tratamento convencional” por estarem “eivados de subjetividade”, visto que a constituição desses se caracteriza de um modo distinto dos arquivos produzidos por entidades inseridas no âmbito da cultura organizacional (CAMARGO; GOULART, 2007, p. 42).

Entretanto, é possível verificar a presença da naturalidade e imparcialidade no âmbito dos arquivos pessoais quando a discussão se centra no contexto de produção. Como explicita Camargo (2009), é através dele que se distingue a função probatória que define os documentos de arquivo. Tratar do assunto é a nossa pretensão neste trabalho, ao tomar o teatro como campo de observação, e os documentos oriundos da criação artística como objetos de análise. Acreditamos que o debate sobre os arquivos pessoais ganha uma radicalidade ímpar nesse terreno, visto a área ser comumente entendida como o domínio da expressão do sujeito. Contudo, é possível perceber, no teatro, práticas e saberes que refratam a liberdade e autonomia que, muitas vezes, conduzem as discussões tanto sobre a arte quanto sobre os arquivos pessoais.

Antes de iniciarmos com a discussão, convém informar que este trabalho é resultado do nosso envolvimento junto aos arquivos pessoais custodiados pelo Centro de Documentação e Informação da Fundação Nacional de Artes (Cedoc/Funarte), no Rio de Janeiro [1]. É, portanto, na observação deste material que está justificada a maioria das considerações a serem realizadas sobre arquivos pessoais de artistas de teatro. O Centro não é só uma das mais importantes entidades custodiadoras da memória documental das artes no país, como também seu

acervo foi amplamente constituído pela doação de documentos pessoais, ainda que nem sempre preservados de acordo com sua proveniência (FUNARTE, 2016).

OS ARQUIVOS PESSOAIS, O ARTISTA E O ESPETÁCULO

Quando se trata dos acervos custodiados por entidades dedicadas à preservação da memória documental do teatro no Brasil, não é difícil encontrarmos em seu interior arquivos pessoais ou mesmo registros originários de conjuntos documentais acumulados por artistas. Ilustra o fato não só a história do já referido acervo do Cedoc/Funarte, como também, nos últimos anos, a criação de institutos ancorados na preservação e/ou difusão do papelório de personalidades expoentes na cena nacional. Nesse sentido, é possível lembrar a fundação do Arquivo Afonso Pereira, na Paraíba, em 1998 (NUNES, 2012), do Instituto Augusto Boal, em 2010, do Acervo Gouvêa-Vaneau, na capital paulista, entre os anos de 2012-2013 (GOUVÊA, 2015), e do Instituto Martim Gonçalves, em 2017 (SANTANA, 2017).

Se tal prática tem despertado cautela quanto à proteção do patrimônio documental do nosso teatro em alguns pesquisadores, no que ela representa de desafios em termos de custódia (AZEVEDO, 2017; FONTANA, 2019), ela denota o protagonismo do indivíduo no âmbito da produção documental no que se refere à memória do teatro brasileiro. Como consequência, é na distinção do titular dos arquivos pessoais que se justifica muitas vezes a salvaguarda desse material enquanto patrimônio, pois ele

é visto como suporte para a manutenção do próprio legado deixado por artistas ícones do desenvolvimento cultural no país. É o que se verifica nas considerações que apresentam o Instituto Augusto Boal e explicam sua missão:

O Instituto Augusto Boal foi fundado em 2010 com o objetivo de divulgar e dar continuidade à obra do dramaturgo brasileiro, conhecido como criador do “Teatro do Oprimido”. Uma das principais atividades da entidade consiste em preservar, organizar e digitalizar o acervo de documentos produzidos e conservados por Boal durante sua vida. São textos, correspondências, fotografias, recortes de jornais, registros de montagens teatrais e oficinas realizadas em diversos países, além de fitas de áudio e vídeo cuja catalogação e digitalização têm como propósito colocar o acervo à disposição de pesquisadores e demais pessoas interessadas em questões relativas a teatro e sociedade. O Instituto Augusto Boal tem ainda como objetivo estimular a publicação de textos teóricos assim como de textos inéditos de Boal e possibilitar a montagem dos seus textos dramáticos [2].

Fica fácil, portanto, de imaginar que grande parte do patrimônio documental das artes cênicas, porque formado por documentos pessoais, parece constituir-se de peças que são, como coloca Hobbs (2018, p. 267), “criações do eu”, já que estamos diante de registros da ação não só de pessoas, mas pessoas que são, geralmente, consideradas livres, porque fazem da expressão de sua subjetividade não apenas a razão de suas vidas assim como sua profissão.

Todavia, esse entendimento quanto à ação do artista ofusca alguns dos preceitos fundamentais na

compreensão do teatro como linguagem artística; os quais, em última instância, fornecem as pistas necessárias para a identificação dos contextos de produção documental dos registros presentes em grande parte dos arquivos pessoais dessa gente do teatro. Trata-se, então, de esclarecer, primeiramente, que o teatro ultrapassa o indivíduo porque, como atividade social, é uma experiência estética organizada justamente por ser coletiva.

À revelia da diversidade de fenômenos e princípios que distinguem o teatro como arte de tradição milenar, ele depende, para sua existência como acontecimento, da instalação de uma situação de convivência entre pessoas que se estabelece no momento de sua realização (BIET; TRIAU, 2006). Desse modo um dos fatores que servem para distingui-lo de outras manifestações culturais - como o cinema, a televisão, o rádio e até mesmo a literatura - é seu aspecto de convívio; a condição de sua existência está na possibilidade de “reunião, de corpo presente, sem intermediação tecnológica, de artistas, técnicos e espectadores [...]” (DUBATTI, 2016, p. 31).

O evento que consiste no estabelecimento do teatro como acontecimento é a apresentação do espetáculo - obra, portanto, que o fundamenta como expressão estética. É o espetáculo a razão principal das ações dos artistas de teatro, e, conseqüentemente, um dos contextos de produção documental mais recorrente nos seus arquivos pessoais [3]. A criação da cena teatral, na observação de suas dinâmicas de preparação e realização, corresponde, muitas vezes, às “situações concretas de produção e acumulação dos documentos, isto é, as

circunstâncias que lhes deram origem” (CAMARGO, GOULART, 2007, P. 23). Sendo assim, é no espetáculo que precisamos, comumente, nos atentar frente à conclusão de Harper, ao tratar de aspectos da preservação dos arquivos de cientistas: “Não acredito que o arquivista precise entender a ciência. O que o arquivista precisa entender é a maneira como o cientista trabalha e a consequente documentação produzida. O arquivista precisa conhecer o processo, não o conteúdo.” (HARPER, 2006, p. 62-63 apud SILVA, 2015, p. 202).

É essencial esclarecer que o espetáculo, sendo o fato teatral por excelência, individualiza um texto teatral; ou seja, é a sua montagem que possibilita a existência de uma peça como uma obra de teatro. A consideração ganha contorno preciso se observamos traços do arquivo do dramaturgo Ernani Fornari. Um de seus maiores sucessos, *laiá Boneca*, corresponde a uma categoria, para fins de classificação, que se desdobra em grupos menores de documentos. Esses levam, então, o nome dos grupos e companhias que encenaram a obra de Fornari:

3.0 *laiá boneca* (1938-1961)

3.1 Companhia Brasileira de Comédias (1938-1951)

3.2 Instituto La-Fayette (1942)

3.3 Grêmio Artístico Bandeirantes (1943)

3.4 Teatro do Trabalhador Brasileiro - Serviço de Recreação Operária (1948-1949)

3.5 Eva e os seus artistas (1947 - 1952)

3.6 Grupo dos 16 - Amadores de Teatro (1952 - 1956) [4]

Em torno das montagens da peça de Fornari foram acumulados espécies e tipos de documentos diversos,

consequência de ter o dramaturgo juntado registros das apresentações de sua obra no palco. Afinal, é lá, em última instância, que o teatro acontece.

Está no espetáculo ainda a origem de muitos documentos que representam fatos não consolidados, mas que mesmo assim se distinguem como ação quando se atenta ao processo de criação no qual se deu o surgimento do registro. É o caso de um desenho da artista plástica Lygia Clark, encontrado no interior do arquivo de Paschoal Carlos Magno. O documento corresponde ao esboço de um cenário projetado para a peça *13 degraus para baixo*, de Lúcio Fiuza, montada em 1953, no Teatro Duse - edifício teatral construído na casa de Paschoal Carlos Magno. O documento só pôde ser identificado a partir de notícias publicadas em jornais que compunham o mesmo fundo; essas davam conta de lançar o espetáculo informando aspectos de sua criação, como a participação da artista plástica. O projeto de Lygia Clark, no entanto, não se efetivou, foi Celso Borges quem, depois, assinou a função de cenógrafo. Porém, a contextualização do documento foi dada pelo que havia sido planejado e, de certo modo, efetivado como ato, mesmo que não sobrado como indício direto da peça apresentada.

O desenho de Clark ilustra uma condição do fazer artístico importante de ser observada quando se trata da produção documental decorrente da prática teatral. O processo de criação não é uma trajetória linear e exata; o percurso pelo qual se fabrica um espetáculo se dá por seleção e permanência de traços presentes na "obra terminada", como "também, e, sobretudo, por eliminação, por supressão e atenuação dos traços" (FÉRAL, 2013, p.

571). É o que, de alguma forma, chama atenção Hobbs (2018, p. 266) ao distinguir as anotações de escritores como material arquivístico: “As anotações são também uma prova de que uma obra de ficção ou poesia não surge em sua forma acabada no papel e que muitos textos estão em constante edição e reedição”. Nota-se, com isso, que, enquanto contexto de produção documental, o processo de criação do espetáculo excede a própria obra que dele resulta.

Os casos discutidos anteriormente são também emblemáticos de uma condição que distingue os arquivos de artistas da cena, de forma majoritária: seus conjuntos guardam muito mais do que resquícios das trajetórias profissionais de seus titulares. Primeiro, sendo o teatro uma arte coletiva, que comunga esforços de diversas pessoas na criação da mesma obra, encontram-se em muitos fundos dessa natureza registros originários da ação de vários indivíduos. Depois, o fenômeno se explica porque os artistas de teatro não trabalham sozinhos, eles se articulam na formação de grupos ou companhias - organizações sociais em torno das quais, em grande parte, se define a responsabilidade pelo espetáculo.

Entretanto, no contexto nacional, tais coletividades estão alicerçadas, geralmente, em um indivíduo, ou até mesmo em parcerias de naturezas jurídicas de formatos múltiplos, com graus de formalização e tempo de duração dos mais distintos e variados. Isso mostra que o próprio conceito de coletividade, implícito na ideia do que seja uma companhia ou um grupo teatral, é, na realidade, frágil quando se repara na formação ou manutenção desses agrupamentos sociais. No teatro, não é comum encontrar

um ajuntamento fixo e permanente de pessoas na formação de organizações que durem muito tempo (SAVONA, 2004 apud FONTANA, 2017).

O fenômeno se torna ainda mais complexo, porque algumas dessas organizações tiveram, por algum momento, sediadas em edifícios teatrais gerenciados por aqueles que respondiam pelos grupos teatrais ou empresas. Isso impõe mais um elemento à equação que anteriormente vinha sendo alinhavada a partir da relação indivíduo(s) e organização social artística: o espaço físico. É o que reflete parte da descrição do fundo de Aurimar Rocha, ator, diretor e dramaturgo:

Grande parte deste arquivo diz respeito a duas funções de Aurimar Rocha que não podem ser separadas: a administração do Teatro de Bolso e o comando de sua companhia de teatro, na qual ele atuou também como diretor e ator, [e] a qual viria a receber diversas denominações ao longo dos anos. Apesar de os espetáculos de Aurimar Rocha não terem se apresentado apenas no Teatro de Bolso, excursionando algumas vezes para São Paulo e cidades do Sul do país, é impossível separar as atividades da companhia de teatro de Aurimar Rocha das atividades desenvolvidas na sua casa de espetáculo. Da mesma forma, o seu papel de autor está diretamente relacionado a essas outras duas dimensões da sua atuação no âmbito do teatro, ainda que algumas de suas peças tenham sido montadas por outros conjuntos teatrais. (FUNARTE, 2016, p. 32-3)

Porém, a luta por espaço físico na constituição de uma sede, ou mesmo a permanência dos artistas num mesmo edifício teatral, são dificuldades que caracterizam as

dinâmicas de produção do campo, por todo o século XX, no Brasil; elas, então, possibilitam entender o motivo de muito dos acervos teatrais terem origem em documentos pessoais. Hoje, organizações artísticas que se dedicam à preservação de seus próprios registros dependem de um espaço físico que ampare a custódia do material. O grupo Galpão é um exemplo, já que criou o Centro de Documentação do CPTM/Galpão Cine Horto, no seu centro cultural, localizado em Belo Horizonte; além da salvaguarda dos registros de criação do grupo, no espaço foi instituída uma biblioteca especializada (RAMOS, 2014).

Quanto aos laços que definem os agrupamentos sociais no seio da qual se realizam os espetáculos, vale recuperar, aqui, uma observação que, inclusive, define algumas titularidades dos arquivos pessoais dos artistas de teatro. Alguns conjuntos, como de Eva Tudor e Luíz Iglésias, Maria Della Costa e Sandro Polônio, Fernanda Montenegro e Fernando Torres, têm mais de um produtor, sendo o arquivo pessoal o arquivo do casal. Isso “revela interseções indissociáveis entre a esfera profissional e pessoal na constituição de carreiras e empreendimentos que tinham e mantinham suas raízes em elos familiares.” (FONTANA, 2017, p. 19).

Tais ligações apontam não apenas para a indistinção, sempre ressaltada quando se fala de arquivos pessoais, das dimensões público e privada da vida humana (HOBBS, 2016), mas para um aspecto na organização social do trabalho frequente de ser encontrado no teatro brasileiro, do século passado. Não era incomum um casal, formado por uma atriz principal e um empresário, constituírem a base de formação de uma companhia teatral - ele

responsável pela administração de um empreendimento no qual a esposa encabeçava as produções artísticas. Logo, os arquivos pessoais de artistas de teatro apresentam, muitas vezes, características de arquivos familiares e arquivos profissionais (ABBIATECCI, 2009), visto que a “imbricação estreita dos percursos individuais de cada um dos membros da família e de seus itinerários profissionais - notadamente no que concernem os itinerários artísticos - explica que a distinção não seja sempre pertinente” (Ibid., p. 58, tradução nossa).

No que tange os fundos, anteriormente, recuperados como exemplos, neles encontram-se registros de criação, produzidos, então, no interior de organizações artísticas edificadas em torno do casal. O arquivo de Maria Della Costa-Sandro Polônio é formado, majoritariamente, por registros de criação, produção e divulgação do Teatro Popular de Arte/Companhia Maria Della Costa. Nota-se, então, que tratar dos arquivos pessoais dos artistas de teatro é se aproximar de um paradoxo interessante, já que as entidades produtoras de documentos oriundos da preparação de um espetáculo extrapolam o indivíduo, ainda que devam ser discutidas como contextos de produção documental em arquivos pessoais.

O TEATRO, SEUS OFÍCIOS E OS REGISTROS DO PROCESSO CRIATIVO

Entender o espetáculo como contexto de produção documental nos arquivos pessoais é discutir não só as circunstâncias que geram o registro, como ainda admitir que os documentos oriundos do processo criativo, peças

desses conjuntos, têm um caráter pragmático - sua existência revela um uso conectado às ações inseridas no âmbito da criação da cena teatral. É do que trata Thomasseau (2001) ao analisar o cunho de instrumento dos manuscritos derivados da encenação, o qual pode ser estendido a todo e qualquer documento resultante do processo criativo. Para explicitar a natureza utilitária desses documentos, ele ressalta que tal categoria de registro não pode ser pensada como um documento transitório, um rascunho, por exemplo, visto que esses manuscritos nunca terão um estado final. Sua fixação, enquanto obra, se concretiza apenas na cena teatral. Desse modo, Thomasseau escancara a espontaneidade que fundamenta a produção desses documentos, o que, inclusive, possibilita o reconhecimento da naturalidade e da imparcialidade dos registros gerados em virtude da criação do espetáculo, condição essencial para seu entendimento como documentos de arquivo.

Para explorar melhor tal conclusão é preciso perceber que os atos, que estão na base da produção documental atrelada ao espetáculo, são decorrentes de atividades que caracterizam ofícios teatrais. Esses explicam ainda a existência de espécies e tipos documentais, comumente, gerados em virtude da preparação da cena teatral; realidade que contrasta com algumas considerações, a exemplo da realizada por Plichart (2009, p. 15, tradução nossa), quanto à origem de um documento fruto do processo de criação: "sua existência depende dos hábitos de trabalho de cada um".

Segundo Zavadski (2015), os ofícios constituem grupos profissionais definidos de modo que seu reconhecimento

se dá através da distinção de competências, autoridades, procedimentos e noções partilhados pelo campo, na preparação da cena teatral. Os ofícios são determinados por “corpus de atividades” resultantes de um processo de consolidação dos fazeres em torno de ocupações distintas (Ibid. p. 50, tradução nossa). Dessa forma, é preciso reconhecer os ofícios como aquilo que organiza a prática teatral. Essa atitude, no seio da preservação do patrimônio documental do teatro, corresponde ainda à transposição de uma conduta comum quando estamos no terreno das artes como um todo: a “individualização dos percursos” - uma forma de análise e narrativa acerca da prática artística concentrada mais na capacidade das pessoas do que no conteúdo dos ofícios exercidos no interior do processo criativo (Ibid., p. 51).

Pelo exposto acima é possível fazer uma correspondência direta entre a noção de ofício e o conceito de função, preceito tão caro no seio da Arquivologia. Segundo Schellenberg (2006, p. 84), a função é a “responsabilidade atribuída a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado”, e pode ser “subdividida em diversas “atividades””. As atividades são “uma série de ações, levadas a efeito no desempenho de uma função específica”, desdobram-se, portanto, em “diversas operações ou atos específicos” (Ibid., idem).

As funções e os ofícios teatrais, fundamentais na análise das espécies e tipos documentais identificáveis no seio da memória documental do teatro brasileiro, revelam que, no âmbito dos documentos pessoais de artistas, originários da preparação do espetáculo, a individualidade do sujeito

está expressa, em grande parte dos casos, apenas no que varia quanto às informações presentes no conteúdo de um documento. O formato, a razão da origem e o universo de assuntos dos registros de criação são aspectos de considerável estabilidade e, conseqüente, recorrência nos arquivos pessoais dos artistas da cena. O que quer dizer que os documentos oriundos dos processos criativos, no âmbito das artes cênicas, são representativos da ação de um artista no desempenho de uma função, de seu ofício.

Um tipo documental fácil de ser reconhecido e que é, portanto, bastante emblemático das considerações travadas em torno da relação entre os ofícios teatrais e os documentos pessoais, oriundos do processo criativo, é o croqui de cenário. De gênero iconográfico, ele revela “[a]quilo que, no palco, figura o quadro ou a moldura da ação através de meios pictóricos, plásticos e arquitetônicos etc.” (PAVIS, 2007, p. 42). Ainda que, por vezes, de elaboração requintada, eles são documentos que servem para a materialização, em termos de imagem, das ideias do artista responsável em conceber o espaço onde se dará a cena. O fato do croqui corresponder a um desenho é resultado da necessidade de comunicação entre os artistas envolvidos na preparação do mesmo espetáculo, o que denota seu propósito, imediato, como documento de arquivo. Nesse exemplo, fica fácil de reconhecer a fórmula base de tipo documental: “o tipo denota forma e uso” (HILL apud BELLOTTO, 2014, p. 353).

No Brasil, no que se refere à constituição dos acervos teatrais, é interessante perceber que a maioria dos croquis de cenário, ou mesmo de figurino, que compõem os arquivos pessoais datam de meados do século XX em

diante. Mesmo que atentos aos alertas de Heymann (1997) - quanto ao fato de nenhum arquivo pessoal retratar a realidade de forma direta, dadas às vicissitudes e ingerências que tais conjuntos sofrem no seu processo de formação -, o fenômeno coaduna com o que os estudiosos revelam sobre as dinâmicas que cercam a institucionalização da cenografia como função técnica e estética no nosso país.

Fora o teatro de Revista, e demais gêneros do teatro musicado, era comum, até a época anteriormente mencionada, as peças de teatro declamado serem ambientadas nos chamados “gabinetes”: sala de estar, salão ou escritório, em geral com uma varanda contígua. Sendo assim, a construção dos espaços ficcionais, na edificação do cenário, era realizada com objetos e mobiliários que as companhias já possuíam como acervo. O mesmo ocorria com os trajes; os artistas se vestiam com uma indumentária retirada do seu próprio guarda-roupa. (DRAGO, 2014; PRADO, 1988). Os espaços cênicos aparecerem, até então, apenas rascunhados em outros registros como anotações; essas correspondem a ilustrações que integram documentos de autoria do responsável por transpor o texto para o palco, o ensaiador. Tais esquemas, que visavam apenas à organização de um ambiente ficcional no palco comum a todas as comédias de costumes, auxiliavam na marcação de posição e movimentação dos atores - orquestração de responsabilidade desse antigo profissional.

No Brasil, a passagem de uma anotação para um tipo documental, no que refere à criação dos espaços cênicos dos espetáculos, é um fato que acompanha o próprio

desenvolvimento do ofício do cenógrafo no interior do campo. A legislação que dispõe sobre a prática teatral é um bom indício disso. De acordo com a Lei nº 18.527, de 10 de dezembro de 1928, um dos primeiros dispositivos legais que regulamenta o trabalho artístico, no Brasil, cenógrafos compunham, antigamente, a categoria de auxiliares numa empresa teatral. Como prestador de serviço, sua função estava equiparada a de regente da orquestra, músicos, figurantes, contrarregras, bilheteiros, porteiros, encarregados de guarda-roupa, eletricitas, maquinistas, carpinteiros, etc. Artistas eram aqueles que participavam da execução da cena: atores, cantores, dançarinos, acrobatas, coristas, etc. [5] Apenas, no interior do teatro brasileiro moderno, contexto histórico instituído a partir do final da década de 1930, que aparece a necessidade da cenografia, e do cenógrafo, como a conhecemos atualmente: aquela que corresponde à criação de espaços cênicos específicos para cada espetáculo montado. Essa alteração no estatuto da cenografia acompanha uma mudança significativa na orientação do teatro, em termos do que seja a cena teatral e, portanto, de como ela deve ser concebida. Assim, não é fora desse aspecto do desenvolvimento do nosso teatro, que se deve encontrar a explicação de que, quando se trata, por exemplo, do acervo do Cedoc/Funarte, são expressivos os registros oriundos da trajetória de Tomás Santa Rosa, Pernambuco de Oliveira, Joel de Carvalho e Luiz Carlos Ripper, cenógrafos que tem suas carreiras consolidadas a partir dos anos 1940.

Ainda que os croquis de cenário e figurino sejam os tipos documentais mais rapidamente distinguidos no que

tange os registros de criação teatral, há muitos outros que, apesar de uma aparente informalidade, quando analisados à luz dos ofícios teatrais, se mostram também de considerável estabilidade. É o caso dos cadernos de encenação.

Geralmente, eles se situam no “encontro do texto e do espaço”, na criação da cena teatral (THOMASSEAU, 2001, p. 04, tradução nossa). Como instrumento, o que caracteriza esses documentos é a existência de marcas manuscritas realizadas em peças datiloscritas ou até publicadas como livros. Alvos de inúmeras pesquisas, no seio dos estudos teatrais, esses registros são formados por características específicas, independentes da pessoa que as elaborou, denotando assim uma função, a do diretor teatral. As atividades identificáveis nesses documentos, em vista da análise dos rabiscos efetuados nos textos teatrais, correspondem a de condução dos “jogos dos atores (movimentos, gestos, mímicas, dicção)”, mais tudo que existe enquanto “interações com [...] o cenário, a luz, os figurinos, a música, e todos os outros componentes da representação” (KAGHAT, 2014, p. 15, tradução nossa).

Confeccionado no período de ensaios, os cadernos de encenação são resultado da “elaboração de um sistema de transcrição que permite descrever sistemas significantes, a cada momento da representação teatral, de maneira que o leitor da partitura possa “ver” no âmbito da cena” os aspectos da representação (Ibid., idem). Convém esclarecer, que esse leitor é o próprio autor do documento, ou colegas envolvidos na criação do espetáculo - os quais utilizam o registro no processo de

criação do espetáculo, ou, às vezes, na remontagem da obra.

A análise tipológica esquadrihada acima vale, no entanto, para os cadernos de encenação elaborados, principalmente, no século XX. Na atualidade, muitos registros decorrentes dessa função não têm mais como suporte o texto teatral. Se, antes, os espetáculos tinham na eleição desse o seu ponto de partida, hoje, a criação da cena não está mais, necessariamente, veiculada a uma obra escrita num tempo que precede o da preparação do espetáculo. Uma alteração tão significativa na forma do caderno de encenação pode sugerir o anúncio de outro tipo documental, dadas às transformações que ocorrem na organização do campo teatral em termos dos ofícios que o constituem. Sendo assim, a historicidade que marca os ofícios teatrais é essencial de ser percebida, no âmbito da preservação do patrimônio documental do teatro, porque incide diretamente no surgimento, desaparecimento e alterações que definem e redefinem, constantemente, espécies e tipos documentais presentes nos arquivos pessoais dos artistas.

As reflexões tecidas em torno dos ofícios teatrais e sua relação com as espécies e tipos documentais dos registros de criação servem para reafirmar a necessidade de investigações que ultrapassem a trajetória do artista, titular do conjunto, na preservação dos arquivos pessoais, principalmente quando se trata da identificação dos documentos que os formam. Do mesmo modo, vale frisar que as pesquisas sobre tipologias documentais em arquivos pessoais devem levar em conta a área de atuação do titular, pois, quando se atenta para elas, percebe-se que

“os documentos produzidos guardam alguma semelhança entre si e são oriundos de alguma atividade mais ou menos homogênea.” (TROTTA, 2016, p. 136).

CONCLUSÃO

Desenvolver, aqui, a discussão sobre arquivos pessoais de artistas de teatro, com foco nos documentos oriundos dos processos de criação, em vista de conceitos caros à Arquivologia - contexto de produção, função e tipo documental - foi uma estratégia a fim de definir um posicionamento frente a duas orientações antagônicas que cercam o debate sobre a preservação desses conjuntos. A

primeira é de responsabilidade de teóricos que concordam que as práticas de procedimento técnico aplicadas a arquivos de instituições podem ser integralmente aplicadas aos arquivos pessoais; a segunda é postulada por aqueles que ainda vislumbram espaços para novas explorações e conseqüentemente afastamentos de tais métodos. (HOBBS, 2016, p. 314).

Dessa forma, ao buscar distinguir os registros de criação, que são grande parte dos documentos pessoais de artistas, como documentos de arquivo, salientamos a defesa de noções e preceitos arquivísticos na consolidação de boas práticas no âmbito da salvaguarda da memória documental do teatro. Porém, é preciso admitir que o emprego dos conceitos que embalam a Arquivologia como ciência, na definição dos procedimentos técnicos, não parece ser possível se as particularidades que

envolvem as dinâmicas de produção documental das distintas áreas do saber e dos diversos campos que resultam da atividade humana não forem observadas.

Mais do que definir um meio de caminho entre as abordagens apontadas por Hobbs, se trata de mostrar que, no caso dos arquivos pessoais, só é possível se ater aos princípios arquivísticos no tratamento desses conjuntos se o processamento técnico for entendido e vivido em vista da interdisciplinaridade que, segundo Belloto (2014), os distingue. Reconhecer esse pressuposto incide drasticamente na formação das equipes destinadas a pensar e exercer a custódia dos arquivos pessoais, como também no reconhecimento da pesquisa histórica sobre um determinado terreno como atividade fundamental daquele que trabalha na preservação dos arquivos pessoais.

NOTAS

[1] A experiência profissional no Cedoc/Funarte foi, primeiramente, ponto de partida para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado na Universidade Federal Fluminense, Quem são essas pessoas? - arquivos pessoais inseridos no âmbito do teatro, à luz da teoria arquivística (FONTANA, 2017). Nesse sentido, nele, estão sistematizados, originalmente, parte das discussões, aqui, desenvolvidas.

[2] Disponível em: <<http://augustoboal.com.br/>>. Acesso em: 21 set. 2019.

[3] Convém esclarecer que a atenção dada aqui ao espetáculo como contexto de produção documental, nos arquivos dos artistas, não significa a sua distinção como a única razão na gênese dos documentos pessoais que integram os acervos teatrais. Muitas outras atividades, que não a criação da cena teatral, explicam os registros presentes nesses conjuntos, como: o envolvimento com órgão e instituições de cultura, viagens de formação, produção de turnês, a docência, etc. Sobre o tema, ver: Fontana (2017).

[4] Aspecto do inventário do Arquivo Ernani Fornari. Cedoc/Funarte. O mesmo ocorre, com intensidades diferentes quanto à quantidade de registros acumulados, em torno de Nada, Sinha moça chorou e Veranico de maio/Os pais julgam.

[5] Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18527-10-dezembro-1928-503251-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2019.

REFERÊNCIAS

ABBIATECI, C. Le fonds Copeau-Dasté aux Archives Municipales de Beaune. In: BARAU, D. (Org.). **Quelles mémoires pour le théâtre?** . Saint-Étienne: Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2009, p. 55-63.

ABREU, J. P. L. de. Arquivos pessoais e teoria arquivística: considerações a partir da trajetória do conceito de arquivo. In: CAMPOS, José Francisco Guelfi (Org.). **Arquivos privados**: abordagens plurais. São Paulo: ARQ-SP, 2016. p. 24-36.

AZEVEDO, E. R. Preservação de documentos para a história do teatro brasileiro: teoria e prática. **Sala Preta**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 151-163, 2017.

BELLOTTO, H. L.. **Arquivos**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BIET, C.; TRIAU, C. **Qu'est-ce que le théâtre?**. Paris: Éditions Gallimard, 2006.

CAMARGO, A. M. de A. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n. 2, p.26-39, jul-dez. 2009.

CAMARGO, A. M. de A; GOULART, S. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DRAGO, N. D. **A Cenografia de Santa Rosa**: Espaço e Modernidade. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2014.

DUBATTI, J. **O teatro dos mortos**: introdução a uma filosofia do teatro. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

FÉRAL, J. A Fabricação do Teatro: questões e paradoxos. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 566-581, maio/ago. 2013.

FONTANA, Fabiana. O desejo de guardar e as tarefas de proteger e disponibilizar: notas para a consolidação do patrimônio documental do teatro no Brasil. **Revistas Aspas**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 63-77, 2019.

_____. O que existe de permanente no reino do efêmero - os arquivos pessoais e o patrimônio documental do teatro. **Revista Sala Preta**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-25, 2017.

_____. **Quem são essas pessoas?** - Arquivos pessoais inseridos no âmbito do teatro, à luz da teoria arquivística. 2017. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso

(Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

FUNARTE. Arquivos e coleções privados Cedoc/Funarte: Guia Geral. Rio de Janeiro: Funarte, 2016.

GOUVÊA, Célia. Retorno renovado – A constituição do acervo Gouvêa-Vaneau. **Dança**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 27-38, jul./dez. 2015.

HEYMANN, L. Q. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 67-76.

_____. **O lugar do arquivo**: a construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa / FAPERJ, 2012.

_____. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso de Filinto Müller. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 41-66, p. 1997.

HOBBS, C. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, L.; NEDEL, L. (Org.). **Pensar os arquivos**: uma antologia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 261-274.

_____. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, T.; MACNEILL, H. (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 303-341.

KAGHAT, F. **Les traces du spectacle**: noter la mise en scène. Grã-Bretanha: [s.n.], 2014.

NUNES, Flávia Barros Fernandes. Difusão cultural no Arquivo Afonso Pereira: o Teatro do Estudante da Paraíba e sua construção expográfica. 2012. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia)- Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PAVIS, P. **Dicionário de teatro**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PRADO, D. de A. **O teatro brasileiro moderno**: 1930-1980. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

PLICHART, Eve. **Archiver les documents d'un théâtre dans l'environnement numérique**: Le cas du Théâtre national de l'Odéon. 2009. 153 f. Mémoire (Pour obtenir le Titre professionnel "Chef de projet en ingénierie documentaire" INTD Niveau I). Conservatoire National des Arts e Meiers - Institut National des Techniques de La Documentation, Paris, 2009.

RAMOS, L. B. Centro de Pesquisa e Memória do Teatro: uma trajetória singular em torno da memória e da potencialização da informação. In: GALPÃO CINE HORTO. **Galpão Cine Horto**: uma experiência de ação cultural. Belo Horizonte: Edições CPMT, 2014, p. 175-198.

SANTANA, J. A criação do Instituto Martim Gonçalves e como documentos não surgem (ou são preservados) pela vontade dos deuses. **Sala Preta**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 100-113, 2017.

SHELLENBERG, Theodore. R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Os arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais. In: GRANATO, Marcus (Org.). **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015, p. 177-203.

THOMASSEAU, J. Les manuscrits de la mise en scène. **L'Annuaire théâtral**, n. 29, p. 101-122, printemps 2001.

TROTTA, Luís Felipe Dias. **O arquivo de Leon Eliachar**: analisar tipologia do arquivo de um escritor. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ZAVADSKI, Carole. La singularité du travail - Métiers et compétences du spectacle vivant. **Théâtre Public**, Paris, n° 217, p. 49-53, juillet-septembre 2015.

CARTAS DE INTELLECTUAIS: O ARQUIVO PESSOAL DE PLÍNIO BARRETO

ANA LUÍZA MELLO SANTIAGO DE ANDRADE

“é que desejo, cada vez mais, fugir à notoriedade”.

Plínio Barreto [1]

A frase acima é uma resposta e um desejo. Uma resposta de Plínio Barreto ao amigo e colega Amadeu Amaral, que o questionou sobre a possibilidade de aceitar um convite para compor a Academia de Letras (de São Paulo, imagine-se). Como justificativa ele responde que prefere fugir à notoriedade e que, mesmo a sua nomeação para redator chefe do jornal *O Estado de S. Paulo* foi feita contra a sua vontade. Em certo momento da missiva Barreto define estar convencido de que “para um homem do meu feitio, com as minhas ideias e com os meus hábitos, só guarda uma existência retirada e, senão obscura, sem grande relevo. Fora do círculo da família e dos amigos, já não me sinto bem.” (Arquivo IEB, Coleção Plínio Barreto, código de referência PB-C-CA-01). Esses excertos compõem uma carta enviada por Barreto a Amaral em 26 de abril de 1929. Dois anos antes ele havia assumido o posto de redator-chefe de um dos principais jornais diários do país.

O desejo aparente em permanecer anônimo, discreto e distante da notoriedade em nada condiz com a forma como vemos seu nome no presente: Plínio Barreto dá nome a uma rua de São Paulo, a uma escola na mesma cidade, e suas cartas chegaram ao Instituto de Estudos Brasileiros, que formam a coleção Plínio Barreto. São 1702 correspondências - ativas, passivas e de terceiros - que dão a ler traços de sua vida privada, mas também, e principalmente, de articulações políticas referentes à esfera pública, entre os primeiros anos do século XX e a década de 1950, os anos finais de sua vida.

Plínio Barreto nasceu em Campinas, em 20 de junho de 1882. Construiu uma relação de amizade com Francisco Escobar, político e intelectual muito próximo de Euclides da Cunha. Foi o autor de *Os Sertões* que levou Barreto para o trabalho no *Estadão*, onde começou como revisor. Intui-se que a amizade com Escobar - com quem a troca de correspondências era frequente - ou foi ocasionada pela proximidade de Euclides da Cunha ou foi a indicação de Escobar que o levou ao jornalista consagrado. Fato é que no final do século XIX Barreto já trabalhava com a imprensa periódica paulistana. Logo em seguida iniciou os estudos na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde colou grau em 28 de dezembro de 1902 [2], tornando-se advogado, atividade que exerceu também por toda a sua vida.

O jornal *O Estado de S. Paulo* e a Faculdade de Direito eram espaços privilegiados para a formação de redes de sociabilidades, solidariedade e amizades. Plínio Barreto foi, portanto, um *homem de letras*. As duas atividades eram, à época, complementares: o direito garantia trânsito e

domínio da coisa pública, e o jornalismo apresentava-se como espaço privilegiado para a militância e a defesa de ideais, prática então frequente como assinalou Miceli (2001) ao caracterizar esses intelectuais de polígrafos. Um detalhe aqui é importante destacar: de acordo com Jorge Caldeira, biógrafo de Júlio Mesquita, o escritório de advocacia de Barreto localizava-se na sala ao lado da redação do jornal, de onde Mesquita cotidianamente escrevia suas colunas (CALDEIRA, 2015, p.23).

A longa apresentação de Barreto e suas funções cumpre um propósito específico: justificar a importância do estudo de seu arquivo pessoal e, mais ainda, responder à questão central que norteia este texto: como definir a coleção de Plínio Barreto, homem de letras em exercício de funções públicas, articulador político e intelectual, como um arquivo pessoal?

A citação da carta que abre este artigo é emblemática. Ela mostra uma vontade de permanecer no anonimato. Talvez, naquele longínquo 1929, Plínio Barreto não tivesse mesmo a intenção de se tornar um sujeito afamado. Mas, a Revolução de 1930 mexeu nas estruturas, tanto do poder como da vida de Barreto. Em 1930 Hastínfilo de Moura é enviado para organizar São Paulo e monta um secretariado, nomeando membros do Partido Democrático. Coube a Barreto o cargo de secretário de Justiça e Segurança Pública. Esse cargo fez com que, por poucos dias, entre 6 e 25 de novembro, Barreto assumisse o posto de governador provisório do estado, fruto de uma dança de cadeiras muito própria daquele período conturbado.

Em 1932 participou ativamente do Movimento Constitucionalista: seus discursos transmitidos via rádio no Instituto dos Advogados de São Paulo, por ele presidido, conclamavam à participação popular. No mesmo ano foi preso - e logo solto - pelo Governo de Getúlio Vargas. No pleito de 1945 candidatou-se ao cargo eletivo de deputado federal por São Paulo, consagrando-se vencedor. Atuou como parlamentar entre 1946 e 1951, ocupando espaço, inclusive, na Assembleia Nacional Constituinte. Em junho de 1958, pouco antes de falecer, foi eleito por unanimidade para a Academia Paulista de Letras, mas não chegou a tomar posse da cadeira. O que se percebe é que, entre 1929, ano da carta a Amadeu Amaral, e 1958, ano de falecimento de Barreto, sua vida tomou um outro rumo: uma vida pública e de grande notoriedade, contrária ao que ele ensejava para Amaral. Toda essa atuação pública, e os nomes que assinam cartas a ele endereçadas, levaram, certamente, à doação de uma coleção de cartas, primeiro para a Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes e posteriormente para o Instituto de Estudos Brasileiros.

As cartas de Plínio Barreto foram doadas ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo em 2006, conforme consta no site oficial. Marco Antonio de Moraes pesquisou o arquivo e, em 2009, André da Costa Cabral, sob orientação de Moraes, finaliza sua dissertação intitulada *Escritores brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto*. O trabalho é um importante estudo sobre parte do material que compõe o arquivo pessoal de Barreto, sistematizando dados e promovendo uma análise da atuação do jornalista na

crítica literária brasileira. Sobre essa função também escreveu Antonio Cândido, que assim o definiu: “Não é um teórico nem um erudito, não é um esteta nem um novo retórico; é um crítico” (CÂNDIDO, 1958, s/p).

Seja como crítico literário, seja como cronista ou jornalista, seja como advogado, Plínio Barreto *apareceu* e seu nome nada tem de anônimo nas esferas políticas e culturais do século XX. Mas, então, como atestar seu arquivo como *privado* se, em boa parte de suas correspondências, está se tratando da coisa pública? É preciso, portanto, olhar para as cartas com mais atenção.

UM ARQUIVO DE CARTAS DE INTELLECTUAIS: DO PRIVADO AO PÚBLICO

O arquivo pessoal de Plínio Barreto é um desafio ao pesquisador. Composto por 1702 correspondências, decifrá-lo é tarefa difícil e instigante. Difícil pela quantidade, pelo acesso e pela caligrafia. Mas instigante porque ali, entre papéis timbrados, marcas do texto, cartas escritas à mão e datilografadas apresentam ao leitor nomes de destaque do mundo jurídico, político e jornalístico da primeira metade do século XX. Para trabalhar com este arquivo foi preciso, em primeiro momento, estabelecer recortes. Optou-se deliberadamente por trabalhar *apenas* com as correspondências referentes ao período marcado na História do Brasil como Era Vargas. O recorte se justifica: foi neste período que Barreto começou a atuar com mais evidência em articulações políticas, notadamente pelo fim

da Primeira República e pelo início de um governo que pouco privilegiava os paulistas que até então dominavam o cenário político nacional. Foi neste período também que presidiu o Instituto dos Advogados de São Paulo, e que se mobilizou em prol do Movimento de 1932. O cerco de Vargas aos paulistas levou Júlio de Mesquita Filho ao exílio, e a censura ao *Estadão*. Por essas razões aqui expostas privilegiou-se o recorte temporal de 1930 a 1945, entendendo que neste período houve uma intensa articulação política que pode ser vislumbrada através de vértices de um triângulo formado pela imprensa periódica - via *Estadão* -, pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, e pela esfera política estadual e nacional. Neste triângulo Barreto encontrava-se no centro, como importante articulador e mediador.

Enviar e receber cartas constituía-se em uma ação cotidiana. Meio de comunicação expressivo ao longo de todo o século XX, enviar cartas era atitude comum. Infere-se daí que, para que 1702 correspondências de Barreto chegassem ao presente, muitas outras ficaram para trás.

Assim, uma primeira análise que se faz não é sobre as cartas presentes na coleção, mas sim das ausências. A mais notória delas: não há, dentre as mais de mil cartas, nenhuma missiva de Barreto a Júlio Mesquita ou a Júlio de Mesquita Filho, nem de algum deles a Barreto. Essa informação coletada da inexistência leva a uma reflexão: será que no cotidiano do trabalho jornalístico ou no seio das articulações políticas não houvesse uma correspondência entre figuras tão próximas? E nos tempos em que viajavam, como se correspondiam? E durante o exílio de Júlio de Mesquita Filho?

Não há nenhuma troca de cartas entre Barreto e algum membro da família Mesquita. Essa ausência leva a uma provável resposta: um arquivo - pessoal ou não - é resultado direto de escolhas, seleções, recortes. Portanto, essas cartas que compõem o arquivo pessoal de Plínio Barreto são somente partes destinadas ao público. As ausências assim, mostram o cuidado necessário ao lidar com os arquivos do privado. Assim, não indicam a distância entre Barreto e Mesquita Filho, nem a inexistência de relações entre eles, mas sim um cuidado em, talvez, não tornar o conteúdo das cartas público.

Ao selecionar peças para compor um arquivo pessoal, que usualmente passam pelo crivo familiar, há a intenção de consagrar um lugar em dada memória partilhada, coletiva. É uma construção subjetiva de um indivíduo, marcada pela objetividade da seleção. Essa linha de raciocínio faria sentido se fosse sabido as condições de acumulação das cartas que compõem o arquivo de Plínio Barreto. No entanto, tal monta somente veio a público através da doação das cartas à Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes. A doação, neste caso, não se deu por meio da família do jornalista, mas sim por meio da viúva de Péricles da Silva Pinheiro, jornalista e colega de Barreto na redação do jornal *O Estado de S. Paulo*. Portanto, neste caso, mais difícil é inferir as intencionalidades em torno da salvaguarda do material e, especialmente, em torno da doação do material ao IEB. Neste sentido não é possível afirmar que houve, por parte de Barreto, uma intenção em torná-las públicas e, portanto, por meio delas, fomentar uma determinada memória sobre sua trajetória de vida.

O que é possível notar, a partir da leitura das cartas, é que elas são resultado de uma atividade prática, objetiva. A comunicação à época se dava por meio deste tipo de correspondência e há o resultado de uma ação advinda tanto do cotidiano familiar, como do cotidiano de trabalho de um homem que transitava entre a atividade intelectual e a atividade política, estas sim entrelaçadas em sua existência. O arquivo é composto, em sua maioria, por correspondência passiva. Cartas recebidas por ele em suas funções, seja como jornalista, como advogado, como político, como amigo ou como pai de família. Os nomes que com ele se correspondem, esses sim, podem ser aqui pensados: são homens, em sua maioria, participantes da vida pública de São Paulo e do país. Nomes de destaque no mundo jurídico, político e intelectual. Por isso, há certo protocolo na escrita (MALATIAN, 2009, p. 197)

Nelas um jogo sutil se estabelece entre o público e o privado, o íntimo e o ostensivo. Longe de serem espontâneas, as cartas ocultam e revelam seus autores conforme regras de boas maneiras e de apresentação de si, numa imagem pessoal decodificada.

A leitura das correspondências presentes no arquivo de Plínio Barreto possibilita perscrutar redes de relações pessoais e políticas, intencionalidade de ações, posicionamentos e vontades. O conteúdo das cartas, que ora mostram a proximidade entre os correspondentes, ora a formalidade na relação dá a ler, de certa maneira, as relações de um tempo passado. Mas, ainda assim, os silêncios também comunicam: as ausências, os dizeres em entrelinhas, os códigos, apelidos e jogos de palavras

também falam ao historiador interessado pelos arquivos pessoais.

Ainda na tentativa de estabelecer se um arquivo pessoal de um homem público pode ser, efetivamente, considerado um arquivo pessoal - porque mais do que seus interesses e relações privadas, as cartas mostram suas redes sociais, sua orientação política, sua atividade pública - é possível traçar mais uma reflexão. Malatian (2009, p. 202) afirma que, se há seleções, se há supressões da vida privada do conteúdo de um fundo, ou se o acesso ao historiador é parcial, tem-se uma perda de riqueza de um arquivo privado e, assim, ele "tende a se transformar em arquivo público, revelando apenas o mais banal, o mais conveniente ou o mais decupável". É certo que o historiador precisa olhar de forma crítica para um arquivo pessoal e que, em muitos casos, há um desejo de controlar ou mesmo forjar uma memória sobre si ao reunir documentos em vida. Mas há, também, a reunião de documentos por outros tantos fatores.

O caso de Plínio Barreto é bastante emblemático neste sentido: seu arquivo pessoal não foi doado pela família e boa parte das correspondências (a grande maioria) não foram escritas por ele. Talvez a intenção de guardar tais cartas tivesse a intenção de comprovar seu trânsito político e social, tendo em vista os nomes de destaque na esfera pública que com ele se correspondiam. Possivelmente tais cartas foram guardadas compreendendo esses correspondentes como pessoas de destaque na sociedade, e, por isso, a importância de cartas por eles escritas. E aí, neste sentido, concorda-se com a autora que afirma que "as cartas escritas por pessoas com inserção

pública destacada são produzidas e conservadas com conhecimento de sua importância enquanto fontes biográficas". (MALATIAN, 2009, p.202). Entre os correspondentes de Plínio Barreto destacam-se diversos nomes: Antonio Define, José Carlos Macedo Soares, Vicente Ráo, J. M. Azevedo Marques, Armando Prado, Henrique Lessa, Reinaldo Porchat, Vergueiro Steidel, Henrique Smith Bayma, Goffredo da Silva Telles Jr, Pedro Toledo, entre tantos outros. Notório é perceber que boa parte dos correspondentes eram do meio jurídico e boa parte deles acabou, após a morte, homenageada com nomes de ruas, praças e parques ou na cidade de São Paulo ou em outras cidades do Estado, demonstrando essa vida pública expressiva.

As reflexões aqui traçadas não vislumbram o conteúdo das cartas em si, mas sim os elementos desse arquivo que nos possibilitem pensar sobre suas características. Como se trata de um montante de cartas reunidos por um intelectual com certa projeção política pode-se inferir que há uma intencionalidade na guarda dessas cartas. Ainda que se compreenda que houve, nos documentos reunidos, um certo privilégio a um núcleo documental, a saber, as cartas trocadas com pessoas de notória expressão intelectual e política. Neste sentido é possível perceber que, por vezes, "donatários e doadores privilegiem certos núcleos documentais em detrimento de outros, numa visão hierarquizada de sua importância" (CAMARGO, 2009, p.29). Isso fica bastante visível ao ler as cartas e perceber que não há correspondências com familiares, e pouco da vida privada de Plínio Barreto se apresenta no conteúdo dessas cartas. Possivelmente o mais próximo da

personalidade são as missivas de Escobar. Há ali convite para batizado dos filhos, conversas sobre doenças e por vezes sobre sentimentos e sensibilidades. Mas, mesmo essas cartas são também permeadas de atividades intelectuais, discussão de livros ou peças jurídicas e debates de toda ordem profissional. E é exatamente por essa característica que se faz necessário que o historiador frente aos arquivos pessoais tenha em vista a funcionalidade daqueles documentos no tempo em que foi escrito.

Refletir sobre as construções de si, sobre os traços autobiográficos em arquivos pessoais é atitude fundamental para o historiador que se dedica a esses arquivos específicos da vida íntima e privada. Do ato de guardar, as pulsões e paixões que as escritas apresentam, ao ato de doar há uma extensa discussão. No entanto, no caso do arquivo de Plínio Barreto isso se torna complexo: porque pouco há dos seus interesses, paixões e dramas pessoais e porque a doação a um arquivo público não foi efetivada pela família ou por sua determinação. Assim, cabe a nós historiadores compreender que essas cartas foram produzidas por uma funcionalidade cotidiana, muito própria do período em questão: a caligrafia escrita às pressas, os papéis de rascunho ou cartões de visita, entre tanta outras pistas guardadas na materialidade das cartas nos apontam para isso. Para Ana Maria de Almeida Camargo

Poder-se-ia afirmar que os documentos de arquivo desfrutam, assim, de uma dupla condição: são sempre parciais em relação ao ente produtor, isto é, são partes

constitutivas de sua lógica interna; e são, simultaneamente, imparciais em relação ao pesquisador, isto é, não são partes constitutivas da lógica da pesquisa. Essas características somam-se a outra, igualmente importante para a compreensão dos arquivos pessoais: sua natureza essencialmente instrumental. Se os arquivos não fossem meios, não lograriam possuir a capacidade de refletir as diferentes atividades de que participam. Supor que todo arquivo, porque pessoal, tem uma dimensão autobiográfica, eivada de distorções e conscientemente produzida, é ignorar a condição probatória que emana das atividades ménagères. O contrário é verdadeiro: se o arquivo pessoal fosse atividade finalística, empenhada na construção de determinada imagem, deixaria de ser arquivo. (CAMARGO, 2009, p.35 - 36)

É certo que muitos são os arquivos pessoais que guardam uma dimensão autobiográfica. É certo também que, ao guardar cartas recebidas de pessoas com certa notabilidade na vida política e intelectual brasileira há uma intencionalidade de construção de si, tanto por parte de Plínio Barreto como por parte dos familiares e amigos, portadores de seu arquivo. No entanto, não só de traços biográficos é constituído este arquivo pessoal. Pela especificidade de sua organização, de seu conteúdo e de sua trajetória é possível compreender que o fim previsto por Barreto não era, em si, a formação de um arquivo pessoal, mas sim, resultado de suas ações e articulações cotidianas, ou seja, é resultado de seu fazer prático. Neste sentido, é possível estabelecer o arquivo de Barreto como um arquivo pessoal, conforme explica Heloisa Bellotto (2006, p. 256):

São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas, etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento.

Foram produzidos por indivíduos, guardados por outro, e estão ligados, neste caso tanto à vida familiar e civil, quanto à vida profissional, política e intelectual de Barreto, e trazem dados especialmente sobre a vida social, política e cultural do período que compreende a vida adulta de Plínio Barreto: desde os primeiros anos do século XX até 1958. Como intelectual mediador, sua atividade cotidiana tanto se referia aos afazeres privados como, pelo que é possível ler nas cartas, às articulações políticas e culturais. Para Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen estes intelectuais mediadores são “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (GOMES; HANSEN, 2016, p.10), e assim, por essa prática específica, é possível compreender a constituição de seu arquivo.

UMA BREVE INCURSÃO PELO ARQUIVO: CARTAS DE 1932

Trabalhar em um arquivo pessoal composto de mais de mil e setecentas peças demanda tempo e organização. Por isto, neste primeiro momento de pesquisa, optou-se por analisar as cartas do período que compreende o Governo Vargas.

Redator-chefe do jornal *O Estado de S. Paulo* à época e braço direito de Júlio de Mesquita: essas características bastam para compreender, em um primeiro momento, a posição política em relação a Getúlio Vargas por parte de Barreto. Ex-aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo, envolveu-se diretamente na luta paulista contra o governo estabelecido por meio de golpe de Estado. Uma mirada às cartas do período mostra a defesa contundente do lado dos paulistas e da luta constitucionalista.

Uma primeira observação se faz necessária: ao tomar contato com as cartas que compõem o arquivo pessoal de Plínio Barreto foi preciso, em um primeiro momento, organizar informações. Antes de ler o conteúdo e analisá-lo, a seleção foi fundamental. O catálogo on-line do Instituto de Estudos Brasileiros [3] traz informações preciosas que permitem o início do trabalho de pesquisa antes mesmo do contato com as fontes. Por meio dele foi possível conhecer o conteúdo, um breve resumo das cartas, que apontam o que contém em cada uma delas, para assim facilitar a escolha das prioridades da pesquisa, conforme a questão norteadora do historiador.

No caso aqui relatado a intencionalidade da pesquisa [4] é investigar, a partir da correspondência presente no arquivo de Plínio Barreto, a articulação política mantida entre o *Grupo do Estadão*, os ex-alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e a presença e atuação desses indivíduos na política estadual e nacional. Entende-se, portanto, que Barreto exerceu papel fundamental na articulação política do *Grupo do Estadão* e por isso tem-se como foco a formação de redes de sociabilidades e solidariedades intelectuais, que estiveram presentes não apenas no jornalismo, mas, também, na vida política do país, e neste sentido Barreto configura-se como um ator social que pode ser considerado peça chave para compreender certas tramas da vida política brasileira no período em questão. Entende-se que estas redes em torno do *Estadão* mobilizaram importantes forças políticas e estiveram à frente de projetos significativos do país, especialmente promovendo um modelo liberal de Estado, que possivelmente articulavam-se em três espaços: a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o jornal *O Estado de S. Paulo* e os cargos públicos da burocracia de Estado.

Nesta primeira etapa de pesquisa foram escolhidas, a partir do catálogo on-line do IEB/USP, as cartas que diziam respeito a articulações e debates políticos do período, a partir da sua descrição. E, partindo daí, foi possível construir tabelas, buscando organizar os correspondentes de Barreto, se eram ou não vinculados à Faculdade de Direito, e sobre qual assunto tratavam nas cartas. Foram selecionadas duzentas e cinquenta cartas do período, dentre as correspondências ativas e passivas, e transcritas

setenta e oito. Dessas 250, ao menos 70 foram escritas por ex-alunos da Faculdade de Direito, formados em diferentes períodos. Para isso utilizou-se do site de ex-alunos da instituição - Arcadas - para conferência dos nomes e turmas, a fim de traçar essas redes de sociabilidade, solidariedade e amizade [5].

Transitando pelo mundo do jornalismo e do direito, certamente era comum o diálogo com colegas da área. A República no Brasil foi bastante fundamentada pelos bacharéis, marcado assim uma cultura política do início do século XX, que guarda ainda resquícios deste período até os dias de hoje. Assim, a presença de correspondências de homens do mundo do direito no arquivo de Barreto não é, de fato, surpreendente. É fruto de atividade corriqueira e cotidiana do advogado e jornalista.

No entanto, ao entrar em contato com as cartas percebe-se, em seus pormenores, a riqueza de informações que guardam. 1932 foi um ano bastante conturbado politicamente, especialmente para o grupo de bacharéis paulistanos. Organizando uma frente de resistência ao governo de Getúlio Vargas colocaram a constituição como demanda social que reunia diversos atores em torno da sua luta. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling resumem bem o contexto:

Em 1º de outubro de 1932, São Paulo assinou a rendição. Num gesto característico, Vargas primeiro acertou as contas: prendeu os rebeldes, expulsou oficiais do Exército, cassou os direitos civis dos principais implicados no levante, despachou para o exílio as lideranças políticas e militares do estado, mandou reorganizar a Força Pública e reduzi-la ao status de órgão policial. A elite paulista estava derrotada.

Sem muito alarde, Vargas também consolidou sua aliança com os militares, cimentada em torno de duas promessas de médio e longo prazo: reequipar o Exército e criar uma indústria bélica nacional. Depois disso, negociou com os derrotados: nomeou um interventor civil - e paulista - para o estado, instruiu o Banco do Brasil a assumir os bônus de guerra emitidos pelos bancos de São Paulo e confirmou a convocação para a Assembleia Constituinte, fixando o calendário eleitoral para 3 de maio de 1933. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.365-366)

Dias depois da rendição os envolvidos no levante foram perseguidos e muitos foram presos. Em carta datada de 14 de outubro de 1932, Antão de Sousa Moraes, também advogado e intelectual, escreve a Barreto dizendo que esteve em sua casa consolando Cecy, sua esposa, tentando mostra-la, inclusive, um lado positivo da prisão ao destacar que o fato afastaria qualquer suspeita quanto ao lado que Barreto tomara durante o Movimento de 1932 e termina a carta dizendo que os seus fiéis continuariam a acompanhá-lo e apoiá-lo. (Arquivo IEB, Coleção Plínio Barreto, código de referência PB- PB-C-CP-0908)

Antonio Define também escreve a Plínio Barreto, em 24 de outubro do mesmo ano. A carta é marcada por mais intimidade: ao que é dado a ler, Define também participou ativamente do levante. Ele inicia a correspondência dizendo que desde que soube da prisão de Barreto queria escrever a ele, mas depois de setenta dias e do fim trágico do movimento faltou-lhe ânimo. Diz que não é possível perder "a esperança de ver realizado o sonho de S. Paulo", ou seja, ver o Brasil seguindo um regime de leis. Ainda presta solidariedade afirmando estar disponível, caso seja

útil, tendo em vista que tanto Barreto como “todos os amigos e companheiros de amargura” mereciam sua atenção. Finaliza a carta enviando abraço “a todos os amigos e companheiros de infortúnio” (Arquivo IEB, Coleção Plínio Barreto, código de referência PB-C-CP-0366). A cultura política da primeira república foi marcada pelo bacharel, que, de acordo com Adorno “acabou por constituir-se, portanto, em sua figura central porque mediadora entre interesses privados e interesses públicos, entre o estamento patrimonial e os grupos sociais locais” (ADORNO, 1988, p. 78). E neste sentido a Academia de São Paulo funcionou como “espaço *par excellence* do bacharelismo liberal” (ADORNO, 1988, p. 91). e foi responsável pela “profissionalização de bacharéis que se dispersaram pela vida pública, nas carreiras políticas, nas artes e no jornalismo” (ADORNO, 1988, p. 137), como é o caso de Barreto e tantos de seus correspondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivo pessoal de Plínio Barreto levanta questões importantes para uma reflexão no campo da História: é uma mistura de vida pública com vida privada, e as cartas ali presentes dão a ler pistas esparsas de um cotidiano familiar, mas também, e principalmente, o cotidiano de suas atividades profissionais, tanto no jornalismo, como na advocacia. Esse fazer cotidiano introduz-nos em articulações e posicionamentos políticos. Essa imbricação dos interesses privados na coisa pública é marca evidente

no início da República no Brasil, e a Primeira República foi um tempo de poder desses bacharéis liberais. Quando há um certo rompimento com tais grupos, via Getúlio Vargas, as mobilizações por parte dos paulistanos clamam por constituição, aos moldes do que eles *sonhavam* para o país, como bem aponta a missiva de Antonio Define. Por isso, a partir das cartas reunidas no arquivo de Barreto pode-se perceber que esses “intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

No início do século XX era difícil estabelecer uma separação nítida entre a vida política e a vida intelectual, tanto que os letrados, porcentagem restrita população, exerciam diversos cargos e atividades. Este foi o caso também de Plínio Barreto, que atuou, simultaneamente, como advogado, jornalista e político. Ocupou importantes cargos não só no jornal *O Estado de S. Paulo* como também na vida pública do estado e do país, mantendo, ao mesmo tempo, seu escritório de advocacia. Essa atuação em diversas frentes não poderia ser remetida apenas às necessidades impostas pela sobrevivência, antes remete para a sua inserção na esfera pública, espaços de tomada de decisões que importavam não apenas para Barreto enquanto indivíduo, mas que remetiam ao grupo político no qual se inseria. Angela de Castro Gomes destaca que “uma das premissas de reflexão é que, no Brasil de fim do século XIX e das primeiras décadas do século XX, não é consistente (empírica e

teoricamente) assumir uma clara separação entre campo intelectual e político.” (GOMES, 2009, p. 26).

Neste arquivo pessoal, portanto, a correspondência ganha protagonismo, e possibilita perceber intenções, articulações e as redes de sociabilidade e solidariedade políticas. A correspondência é um tipo documental importante, pois põe aquele que escreve na relação com outros e, neste caso, auxilia a construir uma rede, afastando a ideia de um indivíduo isolado, e assim “A prática epistolar de um indivíduo só existe em função de um outro, para quem se enuncia uma fala e de quem se aguarda uma resposta.” (VENANCIO, p.23 - 24). Para Marcos Antonio de Moraes, o estudo sobre correspondências se constitui em um campo fértil, mas é também marcado por complexidades, no qual se deve atentar para as pistas sobre uma formação subjetiva, elaborada entre a trajetória individual e a coletividade. Para Moraes

Esse campo fértil de pesquisa para diversas áreas do conhecimento esconde contudo, armadilhas, para as quais o estudioso da epistolografia deve estar sempre atento. Afinal, é preciso considerar preliminarmente que a carta propicia a formulação de *personae*, pois o sujeito molda-se como “personagem” em face do interlocutor. Essa invenção de si (*mise-enscène*), da qual o remetente pode ter maior ou menor grau de consciência, forja sempre estratégias de sedução. Tornando ainda mais complexa a natureza do gênero epistolográfico, deve-se considerar que a carta encontra-se ancorada em um ponto da trajetória de vida do sujeito. Em vista disso, uma idéia solidamente defendida em certo momento poderá ser reformulada ao longo da

correspondência, modificando-se até atingir propósito diametralmente oposto. Nesse ambiente movediço, a verdade que a carta eventualmente contém - a do sujeito em determinada instância, premido por intenções e desejos - é datada, cambiante e preñe de idiossincrasias (MORAES, 2007, p.65).

Adentrar, pois, neste ambiente movediço, envolve a atividade historiadora de levantar perguntas. Se, em primeiro momento, a reflexão apontou para uma vontade de Barreto em guardar a si mesmo e, com isso, construir a si publicamente, em uma mirada mais cuidadosa percebe-se a constituição de um arquivo referente a uma atividade cotidiana. Não por isso ele deixa de ser mais ou menos rico: as cartas de intelectuais e políticos apresentam possibilidades concretas de compreensão da vida política, social, cultural e econômica de um determinado contexto. Um exemplo dessas tantas possibilidades é a carta recebida por Plínio Barreto, enviada por Amílcar Mendes Gonçalves, também ex-aluno da Faculdade de Direito - em 25 de dezembro de 1945.

Amílcar aponta a tristeza pela derrota do Brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, na eleição, que se opunha a Eurico Gaspar Dutra, do PSD, o candidato de Vargas. No entanto, parabeniza Barreto afirmando que, por conta de sua eleição tiveram ao menos um consolo e que "foi com verdadeiro entusiasmo que sufragamos o seu nome, e tivemos o prazer de ser acompanhados nessa escolha por não poucos parentes e amigos". Ao finalizar a carta Gonçalves ainda aconselha: "Continue, meu caro Plínio, na sua magistral e sutilíssima pregação democrática" (Arquivo IEB, Coleção Plínio Barreto, código de referência PB-C-

CP-0574). O inimigo antidemocrático é Vargas, e os verdadeiros democratas continuavam do lado paulista, mesmo em 1945. A carta de Amílcar Gonçalves pode representar a expectativa paulistana e coloca Barreto na cena pública, o oposto do que ele ensinava - fugir da notoriedade - em 1929.

NOTAS

- [1] Arquivo IEB, Coleção Plínio Barreto, código de referência PB-C-CA-01.
- [2] As listas de formandos de todas as turmas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco estão disponíveis no site da associação de ex-alunos. Através dela foi possível localizar a turma de Barreto (número 71) e seus colegas. Disponível em: http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php?q=turma&qvalue=71&grad=#result_busca Acesso em 14 de outubro de 2018.
- [3] Disponível em http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDocumentos.asp#. Acesso em 26 de setembro de 2019.
- [4] A pesquisa está em desenvolvimento na forma de estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGH/ UDESC), sob supervisão da professora Maria Teresa Santos Cunha. O projeto em andamento intitula-se "*Da redação ao poder público: jornalismo e política no arquivo pessoal de Plínio Barreto (1930 - 1945)*".
- [5] O site dos ex-alunos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco disponibiliza informações das turmas, com data de colação de grau dos bacharéis. Disponível em: http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php Acesso em 26 de setembro de 2019.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BELLOTTO, Heloísa Liberali. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CABRAL, Andre da Costa. **Escritores Brasileiros na correspondência passiva do crítico literário Plínio Barreto**. [Dissertação de mestrado]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-04022010-143643/pt-br.php> Acesso em 2 de outubro de 2018.
- CALDEIRA, Jorge. Júlio Mesquita e seu tempo. Ed. Mameluco, 2015.

CAMARGO, Ana Maria Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. v.45, fsc. 2. Belo Horizonte, 2009.

CANDIDO, Antonio. "DUAS NOTAS" E "PREFÁCIO DE UM LIVRO". **Machado Assis Linha**, São Paulo , v. 10, n. 21, p. 3-15, Aug. 2017 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-68212017000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Sept. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-6821201710211>.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. O Bravo Matutino: Imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena. Arautos do Liberalismo: imprensa paulista 1920 - 1945. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

GOMES, Angela Maria; HANSEN, Patricia Santos. Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tânia Regina. **O Historiador e Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAYER, Jorge Miguel. Plínio Barreto. In: **Dicionário Histórico-biográfico CPDOC**. Rio de Janeiro, FGV-CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barreto-plinio> Acesso em 14 de setembro de 2018.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MORAES, Marcos Antonio. A epistolografia de Mário de Andrade: memória da criação. In: **Revista Patrimônio e Memória**, v. 3, n.1. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VENÂNCIO, Gisele. Presente de Papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 28, p. 23-47, fev. 2001. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2146/1285>>. Acesso em: 29 Mai. 2018.

OS DOCUMENTOS DE D. LUÍS DE ALMEIDA, 2º MARQUÊS DO LAVRADIO – SÉCULO XVIII: UM ARQUIVO PESSOAL ENTRE FRONTEIRAS ARQUIVÍSTICAS

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO

A história de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio, se une ao contexto do império ultramarino luso-brasileiro quando ele cruza o Atlântico em fevereiro de 1768, deixando Portugal e navegando rumo a Bahia, onde seria governador-geral da capitania. Meses depois, por ordem do rei D. José I, novamente lançou-se ao mar e seguiu viagem para o Rio de Janeiro como encarregado pelo principal cargo da administração colonial na América, vice-rei do Estado do Brasil, tomando posse em novembro de 1769 e conservando-se no Rio por mais de uma década.[1]

Como representante do rei e sendo governador em uma estrutura política que funcionava em meio a distâncias oceânicas, a prática de escrita de cartas foi uma constante no cotidiano de Lavradio. A prática epistolar pessoal e de governo preencheram os dias de D. Luís no Brasil, intercalando-se longos momentos dedicados à leitura e a composição. A correspondência de Lavradio reúne fontes imprescindíveis para se analisar o governo e a cultura escrita do império luso-brasileiro, no Setecentos, sobretudo, porque a cultura política moderna estava

intimamente vinculada aos desdobramentos da escrita nos seus múltiplos aspectos: produção, uso, circulação e conservação. D. Luís de Almeida foi o autor intelectual de uma vasta quantidade de cartas, com as quais governou e manteve suas relações pessoais e públicas, governando entre os imbricados espaços da vida privada e pública no século XVIII. Neste sentido, este texto tem como objetivo problematizar a *prática de arquivamento* mantida por D. Luís de Almeida, na vida pessoal e pública, assim como, os desdobramentos da dispersão de seu arquivo. Deste modo, a partir do estudo dos documentos referentes a D. Luís de Almeida este texto apresenta a perspectiva analítica de *Fundo 2º Marquês do Lavradio* como uma forma de se compreender e defender a constituição de um arquivo pessoal em meio às fronteiras arquivísticas.

O processo de colonização implantado por Portugal nos marcos da Modernidade desenvolveu estratégias administrativas que incluíam de modo imperante a escrita e, como consequência, a necessidade de se ponderar sobre sua conservação [2]. José Diego e Julia Diego, citando o pesquisador português Antonio Manuel Hespanha, apontam uma diferenciação, a partir do início da idade moderna, entre a prática jurídica tradicional (rústica e oral) e estatal (culto e escrita) – “desde este punto de vista la existencia de un archivo, la guarda de escrituras, de pruebas, y el posible recurso a las mismas es un poderoso mecanismo de poder en manos del monarca” (DIEGO; DIEGO, 1998, p. 475) [3]. Com isso, o uso da escrita permitiu aos reis não apenas a perspectiva de prova documental, mas como um meio de sobrepor a forma jurídica à rústica (DIEGO; DIEGO, 1998, p. 475),

dando a materialidade da palavra um decisivo valor simbólico de *verdade*. Assim, o período moderno foi marcado pela organização de arquivos reais, indicando o interesse informativo e probatório da escrita, conforme argumenta Fernando Bouza. Mas estes não foram os únicos depósitos documentais, conforme indica o autor, “al mismo tiempo, se fueron fundando cada vez más archivos municipales, nobiliários, monásticos o, simplemente, de particulares” (Bouza, 1997, p. 12).

A partir desta breve incursão pela relação das monarquias ibéricas com os arquivos, ou seja, com os arquivos do rei, passamos a problematizar os arquivos familiares. No Antigo Regime os arquivos nobiliárquicos formaram-se como “instrumento de gestión del patrimonio familiar, como garantía de derechos estamentales y jurisdiccionales, y finalmente como custodio de la historia del linaje, de su antigüedad, honra, pureza y fama” (GONZÁLEZ, 2002, p. 494). Segundo Rosa Maria Martínez, em diálogo com pesquisadores do tema, a ideia de arquivo de família ainda passa pela imprecisão terminológica, variando entre: arquivo privado, familiar, nobiliárquico, pessoal e particular, fazendo uma importante ressalva, tratando-se do Antigo Regime, “en rigor hay que esperar a que surja la privacidad, a mediados del siglo XVIII, para poder hablar de archivos privados” (MARTÍNEZ, 2002, p. 395). Muitos arquivos de família perderam sua organicidade original e passaram por distintas fases de fragmentação, decorrentes de ações como heranças e partilhas, sendo que a partir do século XIX acentuaram-se os processos de venda, doação e troca custodial. Assim, compreendemos os arquivos de família

na Idade Moderna como um espaço de mobilidade, estruturado entre as frágeis fronteiras da vida pessoal e pública da sociedade moderna. Dentro deste contexto analítico, inserimos as problematizações quanto ao arquivo pessoal de Lavradio, a partir de uma perspectiva de análise que se inicia com a necessidade de se compreender as práticas de arquivamento empreendidas por D. Luís de Almeida.

Em Portugal os estudos dos arquivos familiares, a partir do início do século XXI, incluem questões não apenas voltadas à guarda, à organização do acervo ou aos quadros de classificação funcional-temáticos, mas incorporam um decisivo debate, no que se refere aos usos sociais dos arquivos, como apontou a historiadora e arquivista portuguesa Maria de Lurdes Rosa. As discussões interdisciplinares, especialmente entre História e Arquivística, têm gerado um caloroso debate sobre a proposta pós-moderna de olhar o arquivo como construção social. Em evento ocorrido em 2014 no Brasil, envolvendo parte dos principais pesquisadores do tema, ficou evidente o quanto a questão do arquivo e, em especial, dos arquivos pessoais, pensados através de seus usos sociais e sua historicidade ainda é uma área em construção [4]. Estabelecer um diálogo entre os arquivos familiares (pessoais) e públicos, na esfera da história luso-brasileira, de modo interatlântico e interdisciplinar, articulando pressupostos da história social, cultural e política, configura-se como uma importante contribuição com a historiografia do período. Assim, mesmo que a consulta de arquivos familiares para se estudar o império luso-brasileiro não seja uma novidade, as questões que

essa pesquisa levanta propõem reflexões que consideram as implicações dos usos do arquivo no tempo como fatores que devem implicar na forma como analisamos historicamente os documentos.

As secretarias de governo das capitâneas de norte a sul da América portuguesa produziram e receberam quantidades exorbitantes de papel, em um sistema de governo no qual a circulação das notícias acontecia exclusivamente por papel, gerando o que Josemar Henrique de Melo indicou como “os primeiros sistemas de arquivo produzidos no período colonial” (MELO, 2013. p. 136). Utilizando a classificação de arquivo corrente, Josemar Melo apontou que os documentos produzidos eram organizados em ordem cronológica e copiados em livros de registro (p. 142). A conservação da documentação produzida era uma realidade da burocracia da política colonial. No entanto, na maioria das capitâneas e de outros centros administrativos coloniais, a gestão que os papéis recebiam no arquivo corrente não necessariamente se desdobrou em arquivos permanentes. Neste sentido, verifica-se certa fragilidade em relação à conservação de tais documentos. Por exemplo, boa parte do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, preserva parcelas do que foi enviado para Portugal e as parcelas do que foi recebido em território colonial ficaram marcadas por distintos processos de conservação e destruição. Neste ponto, volta-se a destacar que tais processos estavam relacionados às fronteiras pouco definidas entre o que eram os arquivos de governo e de particulares.

D. Luís de Almeida durante sua administração no Rio de Janeiro manteve duas secretarias: uma de governo e outra

particular. As ocupações ligadas à escrita eram divididas entre estes funcionários de acordo com o grau de confiança que mantinha com eles, pois os secretários da secretaria de governo eram funcionários do rei a serviço do governador. Neste sentido, cabe considerar que as práticas auto reguladoras do sistema colonial, nas quais os funcionários vigiavam-se entre si, o ofício de secretário era uma peça chave da burocracia. A manutenção de duas secretarias permitia ao vice-rei um certo controle sobre as informações que circulavam em seu governo e das quais dependia para governar, já que pela secretaria particular não passavam apenas os papéis de ordem pessoal. Assim, para se estudar a prática de arquivamento de D. Luís de Almeida é apropriado compreender o arquivamento das secretarias, questão que se relaciona às indefinições dos espaços privados e públicos do período moderno, permeados pelas vicissitudes de interesses particulares, locais e centrais.

A história dos arquivos familiares portugueses e a mobilidade de tais acervos, nos últimos anos, como apontamos acima, vem sendo objeto de estudo de diferentes áreas do saber. Portanto, para se estudar as práticas de arquivamento do marquês de Lavradio foi necessário considerar o arquivo da família. O desmembramento de um arquivo familiar é gerado por questões de herança e suas conseqüentes partilhas, assim como, pode ser guardado ou colocado a venda “en forma de piezas sueltas o lotes” (MARTÍNEZ, 2002, p. 40). Desta forma, refletir sobre os regimes de arquivamento praticados por D. Luís de Almeida compreende problematizar não apenas o gesto de arquivar do titular,

mas também a historicidade dos fragmentos que hoje estão custodiados por instituições de guarda documental em ambos os lados do Atlântico. Desvendar tais práticas nos coloca diante das fronteiras dos arquivos pessoais e públicos.

A PRÁTICA DE ARQUIVAMENTO DE D. LUÍS DE ALMEIDA: UM ARQUIVO PESSOAL ENTRE FRONTEIRAS ARQUIVÍSTICAS

Para começar a análise da prática de arquivamento de D. Luís de Almeida e a importância que a família Lavradio facultou a tais documentos, no passar dos anos, precisamos considerar que a grande preocupação do vice-rei restringiu-se, na maioria das vezes, ao âmbito da correspondência ativa, ou seja, a enviada e não a recebida. Esse aspecto caracteriza o arquivo pessoal de D. Luís de Almeida, pois foram estes os documentos que majoritariamente seguiram em seus baús, em forma de livros copiadores, rascunhos, minutas, borrões, quando em agosto de 1779 chegou a Lisboa depois de 11 anos vivendo na América. A composição do arquivo pessoal de D. Luís de Almeida nestes termos aponta algumas problematizações: existia uma preocupação com o efeito de prova de ação, já que cada documento nasce dentro de uma perspectiva de ação que justifica sua produção? Ou seria uma preocupação defensiva diante de sua comunicação - pessoal e de governo - pautada por uma sociedade de privilégios, que cresciam ou diminuíam depois das experiências de governo no ultramar? Acreditamos que o vice-rei tenha também guardado

algumas das centenas de cartas que recebeu, entretanto, o que possui destaque e posterior valor monetário e simbólico dentro do arquivo da família é a correspondência ativa, pois se tratava da escrita do membro “ilustre” dos Almeida.

O que estamos tratando como a prática de arquivamento de D. Luís de Almeida e seus possíveis desdobramentos representa a história da produção e da preservação da correspondência ativa do vice-rei, produzida e conservada durante o período em que foi titular de sua casa nobiliárquica e que depois foi passada aos cuidados do próximo titular e assim sucessivamente [5]. Esse acervo documental é formado por uma heterogeneidade de tipologias e materialidades, marcadas, atualmente, por uma expressiva dispersão custodial. Portanto, não estamos falando de um arquivo e/ou *corpus* que ocupa um único lugar físico, mas estamos diante do resultado de complexos procedimentos geracionais nas suas relações com os documentos produzidos por uma casa nobiliárquica, durante o Antigo Regime e quando, posteriormente, estas configurações sociais foram dissolvidas.

A hipótese de prática de arquivamento de D. Luís de Almeida, enquanto organicidade do titular, sustenta-se através do modo como ele, junto de seus secretários particulares, gerenciou e conservou a informação que sua administração produziu, sobretudo as cartas de ofício e de amizade que enviou para o reino, para outras partes do império, assim como, as que circularam no Brasil, enviadas aos governadores e/ou militares. Os registros, conhecidos também como livros de copiador, são exemplos deste

processo de conservação da informação e são os principais elementos da prática de arquivamento de D. Luís.

No decorrer desta pesquisa identificamos aproximadamente onze instituições que guardam correspondência e outros documentos relacionados ao 2º marquês do Lavradio ocupando as funções de governador da capitania da Bahia, vice-rei do Brasil, outros cargos na corte portuguesa e como administrador da casa nobiliárquica, durante o período em que foi titular, assim como outros documentos pessoais [6]. No entanto, nem todos estes documentos se inscrevem naquilo que estamos denominando como prática de arquivamento de D. Luís de Almeida, considerando que cada um desses acervos é marcado por características singulares. Ainda é preciso destacar que outras instituições podem conservar documentos originais e/ou referentes a D. Luís, e que não contam no nosso levantamento, já que apenas no período em que esteve no Brasil manteve comunicação por escrito com mais de 200 correspondentes. Por isso, dentro das definições da tradição documental os documentos que interessam ao nosso debate são os pré-originais [7] e os pós-originais [8] por terem sua existência relacionada à diferentes sentidos de conservação praticados por D. Luís e seus secretários particulares. Apenas como exceção, dentro dos classificados como originais, interessa os mantidos pelo Arquivo Histórico Ultramarino - por ser a instituição que guarda muitos dos documentos da do império português.

Para compreender o que definimos como prática de arquivamento de D. Luís de Almeida é necessário conhecer

a historicidade destas instituições que citamos acima no que se refere às práticas de arquivar que elas representam. Das onze instituições, apenas cinco [9] guardam documentos que passaram pelo ato de arquivar de D. Luís, sendo que no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e na Biblioteca Nacional em Lisboa encontramos documentos com características mistas: documentos derivados da prática de arquivamento do vice-rei, assim como, provenientes das instituições burocráticas da administração do império luso-brasileiro.

Como forma de esclarecer e diferenciar o que denominamos como prática de arquivamento de D. Luís - o que caracterizaria o seu arquivo pessoal - daquilo que foi conservado independente de sua vontade, vamos expor brevemente sobre a diferença entre os documentos custodiados no Arquivo Histórico Ultramarino dos presentes na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - BBM. As cartas ativas e originais - muitas vezes em 1º e 2º via - de D. Luís de Almeida presentes no AHU foram enviadas aos secretários de estado do rei e preservadas pelas políticas de gestão documental do Conselho Ultramarino e dos respectivos órgãos administrativos portugueses no passar no tempo. Deste modo, a preservação dessa correspondência não guarda nenhuma relação com atitudes do vice-rei em relação às suas práticas de arquivamento. Diferente da cópia de mais de 200 cartas ativas de Lavradio presentes no códice custodiado pela BBM, que é o resultado do arquivamento de D. Luís enquanto governava o Estado do Brasil, considerando que ao retornar a Lisboa levou na bagagem

este copiadador, que deveria e/ou poderia ter permanecido na secretaria de governo do Rio de Janeiro.

Pode-se pensar que os documentos organicamente produzidos por D. Luís foram destinados às onze instituições que citamos acima depois que deixaram de ser usados pelo fluxo administrativo de seu governo. Entretanto, com o que já foi exposto, é possível afirmar que a historicidade destes documentos não obedeceu apenas a uma *ordem arquivística*, mas, sobretudo, a uma *ordem histórica* que conecta o gesto de arquivar a um regime de práticas situadas em um tempo e espaço determinados. O gesto de guarda possui uma historicidade antes de passar por um ordenamento arquivístico, ou seja, o regime de práticas que envolve o arquivamento. O arquivo pode partir de duas ordens: uma histórica e outra arquivística - questão encarada pelo pesquisador Adi Ophir (OPHIR, 2011, p. 74). Para o autor, cabe ao historiador questionar as *ordens dos arquivos* antes de produzir o conhecimento histórico (p. 91). Portanto, na elaboração do discurso histórico é imprescindível que ponderações sejam formuladas quanto à constituição dos arquivos.

Para governar o vice-rei precisou escrever, o que gerou como consequência sua prática de arquivamento, pois o *movimento* que produzia e enviava as cartas, era também o mesmo que as arquivava, quando para cada carta enviada, o vice-rei fez uma cópia em um livro de registro, organizados cronologicamente, por circularidade social - cartas de amizade e cartas de ofício - e por destinatários. Já as outras tipologias documentais que tramitavam na secretaria do Estado do Brasil eram registradas obedecendo critérios cronológicos, temáticos e de função:

cartas e ordens régias recebidas, patentes e provisões de justiça e fazenda, ofícios, bandos, dentro outros. Com esta visualidade dos trâmites da secretaria fica mais claro compreender por que o gesto de arquivamento de D. Luís de Almeida estava mais ligado aos documentos que produzia do que com os que recebia, sem desconsiderar o que já indicamos anteriormente sobre esta questão.

Do modo como pensamos a prática de arquivamento de D. Luís o sentido de arquivo que estamos trabalhando ultrapassa e/ou confronta alguns dos princípios da arquivística, ao pensar o arquivo além da guarda, mas também como um espaço de criação. Arquivo como local onde se estabelecem tecnologias de poder, conforme destacou Ann Laura Stoler ao analisar arquivos coloniais junto da arte de governar. A pesquisadora aponta que a conceituação de etnografia colonial deve partir das questões voltadas à produção de arquivos, pois estes se configuram como uma potente tecnologia de governo, muito mais que categorias arquivísticas (STOLER, 2010, p. 479-480).

A PRÁTICA DE ARQUIVAMENTO DE D. LUÍS DE ALMEIDA: A DISPERSÃO DOS DOCUMENTOS

A diversidade custodial dos papéis de D. Luís de Almeida é definida nesta pesquisa como *dispersão* diante da necessidade de se problematizar a historicidade de cada fragmento em meio aos gestos do produtor e de seus descendentes, ou seja, a *dispersão* dos documentos está relacionada à composição e diversidade do arquivo nobiliárquico e não às entidades produtoras do

documento. Deste modo, quando falamos em prática de arquivamento da correspondência de D. Luís de Almeida é basilar considerar sempre a materialidade do documento e não apenas o texto, pois em relação à prática apresentam diferenças. Uma carta original arquivada no AHU não pertence ao que chamamos de arquivo pessoal do vice-rei, mas o mesmo texto, em outra materialidade, ou seja, em outra tradição documental (rascunho, cópia, borrão), apreende o gesto de arquivar de D. Luís, acompanhado pela decisão de recolher tais rascunhos e cópias a sua guarda, de modo que os registros - livros copiadores - ajudam a visualizar suas escolhas frente à prática de arquivamento. Embora a composição de livros de registro fosse uma incumbência das secretarias de governo, nem todos os copiadores produzidos, ou que deveriam ser, nos três séculos do império ultramarino luso-brasileiro foram preservados. Portanto, se ao retornar a Lisboa Lavradio tivesse encaminhado integralmente os papéis que levou consigo a alguma instituição de guarda documental da corte e hoje pertencessem a uma das onze instituições que citamos ainda assim se poderia perscrutar o sentido de prática de arquivamento. Entretanto, ao recolher para o espaço familiar o titular concretizou o sentido de sua prática de arquivamento.

Quando reforçamos a argumentação de considerar a prática de arquivamento do vice-rei voltada, sobretudo, à correspondência ativa, não estaríamos novamente contrariando princípios de definição arquivística? Já que as missivas enviadas fariam parte dos arquivos dos destinatários e não do remetente. Contudo, é o que acontece, pois quando falamos da conservação das cartas

enviadas, estamos falando das cópias e dos rascunhos, ou seja, do texto e não da materialidade, sem que isso impeça que consideremos a prática de Lavradio dentro de uma perspectiva de arquivo pessoal. Para Cláudia Beatriz Heynemann, em diálogo com outros pesquisadores, é preciso considerar o “fato de que os princípios arquivísticos tal como a história, a literatura e a filosofia, não são imutáveis, pertencem a um tempo e são suscetíveis de reinterpretações pelas gerações seguintes”. (HEYNEMANN, 2009. p. 66) [10]. Assim, dentro dos gestos que resultaram na dispersão da conservação dos documentos de Lavradio, podemos falar de arquivos pessoais e institucionais. Para a pesquisadora Luciana Heymann é importante que se entenda os documentos pessoais não como o resultado natural de trajetórias individuais, mas de trajetórias coletivas (HEYMANN, 2013, p. 75). Para a autora “investimentos pessoais, imagem pública e visões de mundo se objetivam nos arquivos pessoais e nos usos que seus titulares ou seus herdeiros lhes conferem” - perspectiva que permite entender o arquivo “além das tradicionais associações entre *trajetória* e *documentos*” (p. 75). Mesmo que a autora esteja fazendo referência à arquivos pessoais a partir do século XIX, tal reflexão colabora com nossa argumentação por trazer a dimensão dos usos dos arquivos pessoais.

Os fragmentos do arquivo pessoal e familiar de Lavradio, dispersos nas cinco instituições que definimos como as que custodiam documentos provenientes diretamente da prática de arquivamento de D. Luís de Almeida, estão integrados por características de ordem geral e específicas e formam uma interposição de *arquivos*.

D. Luís de Almeida conservou documentos de diversas tipologias documentais, mas, sobretudo, preocupou-se em guardar o texto da correspondência ativa de ordem *privada* e de *função* (cargo administrativo) - gesto interligado à uma esfera maior de conservação documental, ou seja, os arquivos familiares de casas nobiliárquicas portuguesas.

FUNDO 2º MARQUÊS DO LAVRADIO (F2ML): POSSIBILIDADE INTERPRETATIVA

D. Luís de Almeida, quando titular da casa Lavradio [11], era o responsável pelo arquivo da casa, assim como por seu arquivo privado. A pesquisadora Rosa Maria Martínez, concorda com as definições de Vicente Pons Alós quando destaca a questão da linhagem relacionada aos sentidos dos arquivos familiares nobiliárquicos, afirmando que estes reúnem “fondos agrupados y transmitidos por un linaje en función de su historia, actividades, propiedades y cargos ocupados por una familia, pertenezcan éstos a la nobleza o no; constituyen el resultado de la trayectoria de una o varias personas, de una o distintas generaciones” (MARTÍNEZ, 2002, p. 397). Portanto, conforme indicou a autora, uma característica essencial dos arquivos de família é que são “archivos de archivos” (MARTÍNEZ, 2002, p. 397). Cabia ao titular da casa cuidá-lo: “mientras que en el Antiguo Régimen el vínculo parental, asentado en el linaje y/o el mayorazgo, próprio de la familia extensa, aseguraban la continuidad del archivo familiar ligado al lugar de residência” (MARTÍNEZ, 2002, p. 396). Portanto, a prática

de arquivamento de D. Luís de Almeida era também o resultado de um *regime de práticas* de guarda documental que se sobrepunham: o arquivo da Família Almeida (Casa Avintes/Lavradio) e o arquivo do 2º marquês do Lavradio (que quando titular era o responsável pelo arquivo da família) estruturado como um arquivo pessoal reunindo documentos de ordem particular e de função. Desta maneira, temos uma importante questão de método: como classificar e/ou nomear a prática de arquivamento dentro dos princípios da arquivística? Ou ainda: a prática de arquivamento de D. Luís constitui-se como um arquivo ou como um fundo? A partir das problemáticas levantadas por esta pesquisa, compreendemos que formam as duas coisas: um arquivo e um fundo. Se pensamos como indicou Rosa Maria Martínez que os arquivos das casas nobiliárquicas são arquivos de arquivos, caberia a definição de arquivo do 2º marquês do Lavradio. Entretanto, considerando a dispersão do acervo e a variedade das instituições que detém a guarda - arquivos, bibliotecas e institutos - este tipo de classificação poderia gerar confusões. Neste sentido, a prática de arquivamento pessoal de D. Luís de Almeida pode ser compreendida a partir do sentido de fundo, o que denominamos como *Fundo 2º marquês do Lavradio - F2ML*.

Segundo a terminologia arquivística o fundo é um "conjunto de documentos de uma mesma proveniência" (Arquivo Nacional, 2004, p. 87), podendo ser aberto quando "podem ser acrescentados novos documentos em função do fato de a entidade produtora continuar em atividade", ou fechados quando "em função de a entidade produtora não se encontrar mais em

atividade, não recebe acréscimos de documentos” (p. 88). Além disso, um fundo difere de uma coleção que é um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (p. 44). Portanto, a coleção não possui o vínculo orgânico que é inerente ao sentido de fundo, o que assegura nossa classificação. Em relação ao sentido de aberto e fechado, o F-2ML aceita as duas definições, pois embora a entidade produtora - D. Luís de Almeida - não produza evidentemente mais documentos, o fundo permanece aberto considerando que não podemos controlar a custódia de documentos em mãos de descendentes e/ou terceiros, ou seja, fora das instituições que identificamos ao longo da pesquisa e citamos neste texto. Assim, entre a dubiedade de fundo aberto/fechado, cabe ainda a definição de fundo *lacunar* - o que permite manter a integridade, embora com a presença de lacunas [12], e ainda fundo *reconstituído* (DUCROT, 1998. p. 161), já que em meio a dispersão busca-se sua reconstituição - que em nosso caso é *virtual* e não material. Entretanto, ainda temos que resolver a questão da dispersão custodial.

A arquivística pós-moderna vem reavaliando alguns de seus conceitos. Atualmente, existe um investimento na ideia de Fundo como abstração, pois para se alcançar/identificar/confirmar a proveniência de um conjunto de documentos, ele não precisa ter um arranjo físico comum, mas um coerente instrumento de pesquisa que conecte as partes. Desta forma, o F-2ML é íntegro em sua origem e proveniência, embora materialmente fragmentado, ou seja, disperso. Ainda que, segundo Heloisa Bellotto, o conceito de *dispersão* seja uma aberração dentro da teoria

arquivística, quando praticada pelos responsáveis pela classificação dos arquivos (2014. p. 90-92) [13] a dispersão do F-2ML é o resultado de distintas disposições alheias ao titular: doação, compra, venda, partilha de herança, etc. [14] A localização dos fragmentos do F-2ML abrange instituições de custódia documental de natureza diversa: arquivos, institutos e bibliotecas, públicas e privadas, variedade que não afeta a classificação de fundo como o resultado da prática de arquivamento do titular. Portanto, ao se estudar cada um dos fragmentos do F-2ML não temos a intenção de propor termos diferentes aos que foram atribuídos pelas instituições de guarda, que embora seja uma questão fora de nosso alcance, não facultaria pertinência. Além disso, nem prevemos propostas de deslocamentos dos *corpora* - questão totalmente fora de nosso alcance -, sobretudo, porque a atribuição de *virtualidade* ao conceito de fundo resolve muito bem este aspecto.

A integridade do F-2ML também tem o respaldo do vínculo arquivístico dos documentos, conforme os preceitos da arquivologia, ao definir tal vínculo como a relação orgânica com o produtor e entre si. Pode-se no F-2ML identificar a origem dos documentos no contexto de sua gênese, “ficando claro dentro de qual função/atividade ele surgiu, para quê e como” (BELLOTTO, 2014, p. 82). Ao ressaltar o princípio da proveniência dentro do F-2ML destacamos o valor de prova e de testemunho dos documentos que o compõe - o documento surgiu de um ato. Para isso é preciso entender que o valor de prova é diferente do valor de informação, pois com esta conceituação a arquivística está destacando a prova do ato

e não o sentido de verdade. Ou seja, o valor de prova está ligado à informação do documento, aos atos que resultaram em sua produção [15]. Os documentos do F-2ML partem de uma gênese comum que inclusive mantém o vínculo de organicidade (função, competências e atividades que geraram o documento), embora fisicamente separados. Portanto, é fundamental concluir que o F-2ML precisa ser entendido a partir da entidade produtora e conservadora originalmente: o 2º marquês do Lavradio. Neste aspecto ainda poderíamos incluir, como se trata na maioria de documentos atrelados às funções ocupadas no Brasil, as entidades produtoras: secretaria de governo da capitania da Bahia e a secretaria de governo do Estado do Brasil. No entanto, embora produtoras, não tiveram gerência sobre o arquivamento, quando D. Luís regressou com os documentos para Lisboa. Por outro lado, as indeterminações entre os espaços público e privado também dificultam a marcação das unidades produtoras. Portanto, o F-2ML parte sempre da ideia de a principal entidade produtora ser o próprio D. Luís, sendo que este fundo só existe em decorrência da prática de arquivamento do titular.

Com a descrição e o estudo dos fragmentos do F-2ML, dentro das lógicas de classificação oferecidas pelas instituições que os custodiam, será possível visualizar (sem alterar as descrições de onde estão custodiados os documentos) o F-2ML *virtualmente*. Nesta etapa, as instituições de guarda passam para um segundo plano, para que se destaque as lógicas de produção e a prática de arquivamento de D. Luís de Almeida, na tentativa de se *religar* elementos analíticos que o desmembramento físico

invisibilizou ou tornou pouco visível. Não temos a intenção de chegar à ordem original de conservação atribuída pelo titular e/ou dentro do arquivo da casa Avintes/Lavradio, mas tornar mais compreensível os sentidos de proveniência de cada um dos grupos documentais que integram o fundo.

Para finalizar, salientamos que se encontra em andamento a produção de um *instrumento de pesquisa* que permitirá, dentro da defesa de integridade do F-2ML, que se compreenda os caminhos e descaminhos da produção e conservação destes documentos, ou seja, as *ordens históricas e arquivísticas* da prática de arquivamento de D. Luís de Almeida, formadora de um arquivo pessoal mantido entre fronteiras arquivísticas. Com isso, espera-se que seja possível contribuir com a problematização e com o aprofundamento de antigas e novas questões sobre os meandros dos modos de governar e da cultura escrita no século XVIII.

NOTAS

[1] Este texto tem origem na pesquisa desenvolvida no âmbito do projeto de pós-doutorado intitulado “O vice-rei 2º marquês do Lavradio entre as práticas de governar, escrever e arquivar cartas. Dossiê Lavradio: cartas ativas - análise e edição” desenvolvido de novembro de 2013 a outubro de 2015, na UNICAMP, com a supervisão da Profa. Leila Mezan Algranti e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

[2] Algumas destas questões, com acréscimos, foram parcialmente discutidas no capítulo publicado na coletânea organizada por Lúcia de Oliveira e Eliane Vasconcellos, conferir bibliografia.

[3] A obra de Hespanha usada por Diego e Diego é *La gracia del derecho. Economía de la cultura en la Edad Moderna* (Madrid: 1993, p. 17-60).

[4] Seminário internacional Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar, Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 11 a 13 de novembro de 2014. Neste evento, apresentamos a palestra “Arquivo Lavradio: um estudo da correspondência do vice-rei marquês do Lavradio entre práticas de escrita e de arquivamento (século XVIII)”.

[5] O arquivo familiar casa Avintes/Lavradio foi iniciado com a criação da casa nobiliárquica no século XVII, possuindo a seguinte extensão temporal: 1664-1910, sendo que a data limite faz referência ao ano de proclamação da república em Portugal, que resultou no fim das casas nobiliárquicas e dos morgadios, encerrando a produção destes arquivos familiares de acordo com sua lógica de origem, mas não o acréscimo de documentos dentro de novas conjunturas políticas e sociais.

[6] AHU/PT: Arquivo Histórico Ultramarino - Portugal; APESP: Arquivo Público do Estado de São Paulo; IEB/USP: Instituto de Estudos Brasileiro - Universidade de São Paulo; BN/PT: Biblioteca Nacional - Portugal; ACL: Academia de Ciências de Lisboa; AN: Arquivo Nacional - Brasil; BBM/USP: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Universidade de São Paulo; BAj/PT: Biblioteca da Ajuda - Portugal; AHPL/PT: Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa - Portugal; ANTT/PT: Arquivo Nacional Torre do Tombo - Portugal e BN/BR: Biblioteca Nacional - Brasil.

[7] Os pré-originais são: o rascunho (sujeito a alteração) e a minuta (forma diminuta, abreviada do original. Original sem os sinais de validação). Conferir: Bellotto, 2002.

[8] Os pós-originais são as cópias que podem ser: autografas (mesmo autor do original), heterógrafas (outra autoridade validou o documento), simples (livre, sem controle, prevalece o texto), autorizada (possui o mesmo efeito do original), além dos livros de registro de documentos recebidos e enviados. Conferir: Bellotto, 2002.

[9] BN/PT: Biblioteca Nacional - Portugal; Arquivo Nacional - Brasil; BBM/USP: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - Universidade de São Paulo; AHPL/PT: Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa - Portugal; e ACL - Academia de Ciências de Lisboa.

[10] A autora está dialogando com Terry Cook (1998) que por sua vez debate com Oddo Bucci (1992), conferir o texto HEYNEMANN, 2009.

[11] Período em que foi titular da Casa Lavradio: 1761 a 1790.

[12] Segundo a pesquisadora Ariane Ducrot “o problema das lacunas se coloca com particular agudeza no caso dos arquivos privados, cujos fundos são menos protegidos e mais sujeitos à fragmentação que os arquivos públicos. Alguns documentos são extraviados, outros vendidos” definição que se encaixa nas particularidades do que denominamos como Fundo 2º marquês do Lavradio. (DUCROT, 1998. p. 161).

[13] Este livro é uma coletânea de obras publicadas pela professora Heloísa ao longo de sua carreira. Portanto, o texto referido foi apresentado em uma conferência em 1996. Depois, com acréscimos e atualização bibliográfica, em 2011, foi encaminhado ao curso de Arquivologia da UFPB.

[14] Esta pesquisa realizou um minucioso estudo para compreender como os documentos de D. Luís de Almeida passaram a integrar os acervos das onze instituições que identificamos acima e somente a partir deste trabalho foi possível afirmar que destas apenas cinco guardam documentos provenientes da prática de arquivamento de Lavradio. A pesquisa analisou catálogos de leilões, documentos institucionais, notícias de compra e venda de documentos no final do século XIX e início do século XX em revistas do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), etc. Os detalhamentos e considerações desta parte da investigação não integra este texto - o que extrapolaria os objetivos específicos desta apresentação e o limite de páginas.

[15] Tais apontamentos estão sendo elaborados em diálogo com BELLOTTO, 2014.

REFERÊNCIAS

Arquivo Nacional. Subsídios para um dicionário brasileiro de Terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2014.

Bellotto, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Constituição, dispersão e reintegração de fundos. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2014.

BOUZA, Fernando. Del escribano a la biblioteca. Madrid: Síntesis, 1997.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Sentir, Escrever e Governar: A prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779). São Paulo: Alameda, 2013.

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Arquivo Lavradio: um estudo da correspondência do vice-rei marquês do Lavradio entre práticas de escrita e de arquivamento (século XVIII) In: OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de, e VASCONCELLOS, Eliane. **Arquivos pessoais e cultura: uma abordagem interdisciplinar**. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, p. 133-150.

DIEGO, José Luis Rodríguez de. La outra documentación escrita. El archivo de Simancas en el siglo XVI. **IV Jornadas científicas sobre documentación de Castilla e Indias en siglo XVI**. s/d. Disponível em: <http://www.ucm.es/data/cont/docs/446-2013-08-22-12%20otra.pdf>

DIEGO, José Luis Rodríguez de; DIEGO, Julia T. Rodríguez de. Un archivo no solo para el rey. Significado social del proyecto simanquino en el siglo XVI. **Congreso Internacional "Felipe II (1598-1998), Europa dividida, la monarquía católica de Felipe II**. Universidad Autónoma de Madrid, 20-23 abril 1998. vol. 4, 1998, p. 463-476.

DUCROT, Ariane. Classificação dos arquivos pessoais e familiares. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 11, n. 21, p. 151-168, 1998.

GONZÁLEZ, Carlos Mas. Cuadros de clasificación de archivos nobiliarios. La iniciativa de la sección nobleza del Archivo Histórico Nacional. In: SÁEZ, Carlos (org). Libros y documentos em la Alta edad Media. Los libros de derecho, Los archivos familiares. **Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Cultura Escrita**. Vol. II. Madrid: Biblioteca Litterae - Calambur, 2002.

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle e HEYMANN, Luciana. **Arquivos Pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FAPERJ /Ed. FGV, 2013.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. A história e os arquivos: anotações à margem dos documentos. **Ponto de Acesso** (UFBA), v. 3, p. 60-71, 2009.

MARTÍNEZ, Rosa María. Los archivos familiares. Planteamiento general y cuestiones para el debate. In: SÁEZ, Carlos (org). **Libros y documentos em la Alta edad Media. Los libros de derecho, Los archivos familiares**. Actas del VI CIH de la Cultura Escrita. Vol. II. Madrid: Biblioteca Litterae - Calambur, 2002.

MELO, Josemar Henrique de. Os acervos coloniais e os secretários de governo das capitânias: o início dos arquivos no Brasil. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v. 41 n. 1, p.134-147 jan./abr., 2013.

OPHIR, Adi. Das ordens no arquivo. In: SALOMON, Marlon. (org.) **Saber dos Arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.

PONS ALÓS, Vicente. Los archivos familiares: realidad y prospectiva desde la óptica del historiador. In: **Actas del I Simposium sobre los archivos familiares en España: estado de la cuestión**. Santander: Asociación para la defensa del Patrimonio Bibliográfico y Documental de Cantabria, 1996.

STOLER, Ann Laura. Archivos coloniales y el arte de gobernar. **Revista Colombiana de Antropología**. Volumen 46 (2), julio-diciembre 2010, p. 465-496.

ARQUIVOS PESSOAIS DE UM EX-COMBATENTE DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-39): REGISTROS DE UMA TRAJETÓRIA DE SOBREVIVÊNCIA E RESISTÊNCIA

GENY BRILLAS TOMANIK

Fui um menino muito sofrido pela fome e quase pela miséria, um jovem que não teve tempo ou oportunidade de desfrutar a juventude, um homem que teve grande parte da sua vida "dirigida" pelas circunstâncias, e praticamente dono de si mesmo, a partir da minha chegada ao Brasil em 1951. (BRILLAS, 1995, p. 5)

Este trabalho objetiva apresentar os arquivos pessoais de Pedro Brillas (1919-2006) [1], ex-combatente da Guerra Civil Espanhola (1936-39), compostos de diários, memórias e apontamentos autobiográficos, redigidos a partir de 1936, com apenas 17 anos de idade. Esses textos recuperam experiências e a trajetória de uma pessoa comum, a partir do conflito bélico, estratégias que utilizou para sobreviver, as guerras que enfrentou, como protagonista e testemunha, e as resistências que abraçou.

O jovem voluntariou-se nas forças populares antifranquistas, logo no início do conflito civil, e mesmo

sem ainda conhecer o ideário anarquista, afirma em suas memórias que era simpatizante. Relatou com detalhes o dia da deflagração nas ruas em Barcelona do que se acreditava ser uma “revolução”, segundo os seus irmãos mais velhos:

[sic] O dia 18 de julho de 1936 era um domingo, um bonito dia de sol de verão, bom para praia. [...] Pela madrugada, já com o sol iluminando o céu, fomos acordados por explosões e tiros. Toda a família levantou às pressas e preocupados da cama.

A cada momento aumentava o barulho das explosões e dos tiros, e cada vez mais perto. Já não eram só tiros isolados de revólver ou fuzis, senão que também de metralhadoras e canhões. [...] Francamente, eu ignorava o que na realidade estava acontecendo, mas meus irmãos falavam que era revolução. [...] Daí meus irmãos, ao escutarem os disparos e as explosões (canhonaços), falarem de que se tratava da revolução, ignorando, porém, naquele momento, de quem era a iniciativa da “Revolução”, se das forças populares ou da direita.

Há apenas um mês eu tinha completado os 17 anos. Ainda era um adolescente, com muitos sonhos. Apenas começava a desfrutar da parte boa da vida. (BRILLAS, 1996, p. 1-4)

Na realidade o domingo citado, foi dia 19 de setembro, um dia ensolarado, e muito quente, sendo que o conflito civil se iniciou naquele fim de semana de 1936. No fragmento acima nota-se, não apenas a contextualização do evento histórico, bem como a subjetividade do autor.

A trajetória de vida de Pedro Brillas iniciou-se em Barcelona, onde viveu a infância e adolescência. Ele combateu na Guerra Civil Espanhola entre 1936 até dezembro de 1938, próximo ao fim do conflito, quando foi ferido por um estilhaço de granada na cabeça; salvou-se

por apenas um centímetro; após várias transferências em hospitais no norte da Espanha foi liberado por sua conta e risco; integrou-se ao êxodo massivo espanhol rumo à França (*La Retirada*). Ao atravessar a fronteira francesa no dia 8 de fevereiro de 1939 tornou-se refugiado de guerra, conforme atestado por documentação pessoal francesa. Foi levado e detido em um campo de concentração francês, junto a milhares de espanhóis, onde passou fome, frio, humilhações, doenças e pragas; quando finalmente pôde deixar o local, após sete meses, soube que se iniciava a Segunda Guerra Mundial.

Testemunhou e vivenciou outra guerra, mais longa, na França e na Alemanha, onde sobreviveu a diversos bombardeios, até o último, no dia 15 de abril de 1945, na cidade de Hagen [2], quando se salvou por pouco, junto à sua então namorada alemã, com quem estava apaixonado. Todavia, a união de alemães com estrangeiros era proibida pelo regime nazista devido à eugenia - a busca pela "raça pura" desejada por Hitler.

Obrigado a deixar o país pelas forças aliadas americanas, ao término da guerra, e impedido de retornar à Espanha, devido ao regime franquista, permaneceu no pós-guerra em Paris, onde nasceu seu filho, fruto do casamento com a alemã Käthe Maria. Diante do temor de outro conflito bélico, já com família constituída e outra filha em gestação, decidiram emigrar para um país mais seguro, com esperanças renovadas, no ano de 1951 para a cidade de São Paulo, Brasil, subsidiados pela *International Refugee Organization* (IRO / OIR), entidade apoiada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Aqui fixaram raízes como imigrantes permanentes.

Pedro nasceu em 1919, em Barcelona, filho caçula de uma família operária de sete filhos, e com apenas três meses de vida ficou órfão de pai. A carência da figura paterna foi um dos motivos para que ele se tornasse um memorialista, pois desejava relatar aos seus descendentes as suas experiências, lutas e trajetória de vida, e diferentemente dele, suprir esta lacuna, segundo deixou registrado. Além do mais, ele buscou a “constituição de si” (FOUCAULT, 2006) por intermédio da sua autobiografia [3] constituída ao longo de 70 anos, a partir da deflagração da Guerra Civil Espanhola em 1936, até 2006, ano do seu falecimento.

Seus manuscritos refletem suas sensibilidades, subjetividades, acertos e erros, paixões e desavenças, crenças e boatos, alegrias e tristezas, transpõem fronteiras entre o público e o privado, (ARFUCH, 2010), e ainda trazem à visibilidade as experiências e deslocamentos coletivos durante e no pós-guerra dos republicanos espanhóis da sua geração.

CORPUS DOCUMENTAL E A RELEVÂNCIA DA ESCRITA DE SI

A Guerra Civil Espanhola foi o gatilho inicial para que o combatente iniciasse as suas memórias, ocorrência incomum para um jovem de 17 anos. Fato evidenciado em um dos seus manuscritos:

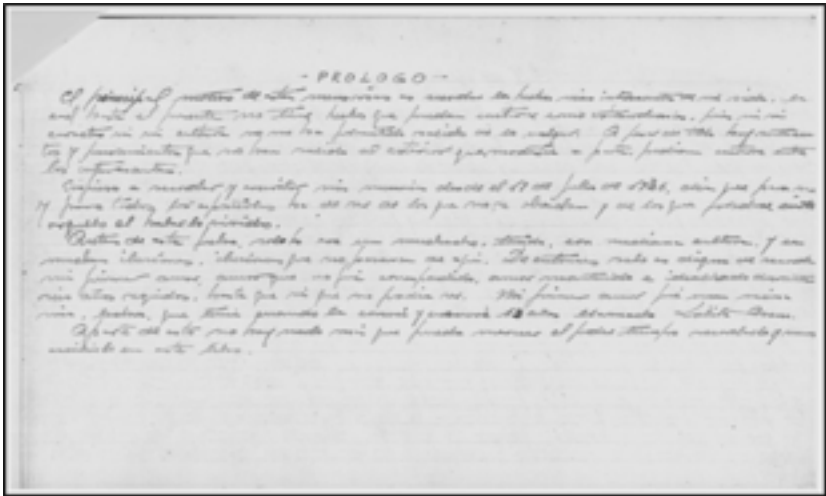


Figura 1 - Prólogo Mis Memórias (BRILLAS, 24 janeiro 1938, p. 1).

PRÓLOGO -

A principal razão para essas memórias é lembrar os fatos mais interessantes da minha vida, os quais até agora não podem ser considerados extraordinários, pois nem meu caráter nem minha cultura me permitiram sair do vulgar. Apesar disso, modéstia à parte, existem sentimentos e pensamentos que poderiam ser contados entre os interessantes.

Começo a lembrar e a escrever minhas memórias a partir do dia 19 de julho de 1936, um dia que para mim e para todos os espanhóis deve ser daqueles que não se esquece e que produz um certo orgulho de ter vivido. (BRILLAS, 1938, p. 1, tradução nossa)

O manuscrito em epígrafe, extraído das memórias de Pedro Brillas, foi redigido em Barcelona, quando o autor

estaria de licença dos combates, na casa da família. Porém, não foram finalizados naquela brochura, pois ele retornou aos campos de batalha, e nunca mais para o convívio familiar na Espanha.

Conflitos bélicos são eventos inesquecíveis na memória individual e coletiva, mesmo que frequentemente busque-se esquecê-los e silenciá-los, por serem dramáticos e sofridos - ou seja, essas lembranças permanecem na “memória subterrânea”, em um silêncio autoimposto (POLLACK, 1989). Alguns registram em anotações pessoais as experiências de tais episódios e/ou as relatam no círculo familiar e de amigos. Pedro Brillas foi um dos protagonistas da Guerra Civil Espanhola que não apenas escreveu e relatou oralmente suas “lembranças de velho” (BOSI, 1994), bem como preservou (LEJEUNE, 1997), arquivou (ARTIÉRES, 1998; 2013) e atualizou as suas memórias (POLLACK, 1992), por várias décadas. Essas memórias fizeram parte da sua identidade e seus escritos eram uma espécie de exercício na sua busca por compreender, e talvez mesmo, aceitar as experiências cotidianas e incomuns da sua trajetória de vida.

O amplo arquivo pessoal de Pedro Brillas é composto de diários, memórias, apontamentos avulsos, esquemas e fotografias. Além disso, ele tinha por hábito anotar datas, feitos, viagens, eventos, registros contábeis os assim denominados *hupomnemata* (FOUCAULT, 2006) para consulta e posterior escrita de si, devidamente conservados e arquivados durante décadas. Ou seja,

Vemos o quanto o ato de anotar e, mais ainda, o de inscrever é aqui determinante: o essencial está nessa atividade, que consiste, ao mesmo tempo, em extrair um

fato do real, em construí-lo como acontecimento, inscrevendo-o numa lista, e em conservar esse documento. Essa verdadeira base de dados sobre uma existência da segunda metade do século XX é também a soma de milhares de gestos mínimos de escrita. (ARTIÈRES, 2013, p. 47)

Entre os seus diversos apontamentos, sua autobiografia é constituída por um diário escrito na frente de batalha e na retaguarda da Guerra Civil Espanhola na Catalunha, na região do Rio Segre sob o título "*Apuntes sobre mi tercera campaña contra el fascismo*", de 7 de abril de 1938 até 9 de julho de 1938 - com 128 páginas numeradas pelo próprio autor -, além de fragmentos de outros diários, a exemplo das 14 páginas (Figura a seguir) sem título escritas na mesma região e ano (em setembro). Presume-se que o autobiógrafo os tenha levado à sua casa em Barcelona por ocasião da última licença, recuperando-os décadas depois, em visita à terra natal nos anos de 1960, pois os demais foram perdidos durante as guerras, de acordo com os registros.



Figura 2 - Diário da frente de batalha do Rio Segre, Guerra Civil Espanhola

Com a ajuda de um familiar espanhol de Pedro foi possível transcrever, mesmo com muita dificuldade, quase a totalidade desses fragmentos, a seguir um excerto:

A atividade guerreira foi reduzida a um bombardeio de nossas aeronaves nas linhas facciosas da barragem de Camarasa. Os facciosos fizeram com que alimentassem o fogo antiaéreo, apesar de os aviões terem feito seu trabalho. Isso ocorreu pouco antes do almoço. O resto do dia sem notícias.

03/09/1938

Adicional: Pela manhã, foi notada a presença da aviação. O inimigo disparou vários obuses sobre nossas linhas.

Ademais, o dia foi tranquilo (05/09/1938). (BRILLAS, 1938, s/p., tradução nossa)

Ao acervo pessoal somam-se, ainda, 23 cadernos manuscritos, alguns deles seriados (1.240 páginas), outros avulsos, redigidos pelo autor a partir de 1938, em Barcelona, Espanha, a exemplo de "*Mis Memorias*". Os distintos registros, de diversas datas, foram redigidos em espanhol, francês e português/ "portunhol", entre eles textos datilografados em português, em espaço simples, por Pedro Brillas no fim da vida, sem data inicial, presumidamente iniciados em 1999 e finalizados em 2006, somando 337 páginas. Essa pregressa produção de si foi sistematizada pelo autor em ordem cronológica, conforme o desenrolar dos acontecimentos, sendo o período retratado da sua trajetória de vida, entre os anos 1919 e 1971, em capítulos, intitulados, e páginas numeradas, cuja organização foi respeitada e adotada ao ser referenciada. Nota-se, portanto, a intencionalidade do memorialista em facilitar a leitura e o acesso ao realizar a classificação do seu acervo (MENNE-HARITZ, 2001).

Neste sentido, cabe salientar que "para a produção de documento é necessário um registro: intencional e controlado, esse registro pode ser tipificado, organizado, classificado, descrito, disponibilizado e indexado" (TOGNOLI; BARROS, 2011, p. 70) e deve-se considerar ainda que um texto é um "produto consciente... não há documentos neutros, objetivos, desinteressados, "inocentes"(BELLOTTO, 1998, p. 204)., e ainda:

Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o

público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Nada é objetivo. Tudo é moldado, apresentado, representado, reapresentado, simbolizado, significado, assinado, construído pelo orador, fotógrafo, escritor, com um propósito definido. (COOK, 2012, p. 128).

Ou seja, mesmo que a princípio, os seus diários da frente de batalha tenham sido uma espécie de diálogo solitário, para enfrentar a solidão, o distanciamento do lar, a nostalgia dos entes queridos, e o medo da morte; em dado momento, Pedro adquiriu o hábito da escrita de si, e por meio deste os seus textos passaram a objetivar a constituição de si (FOUCAULT, 2006), e a de deixar as suas memórias como legado para os seus familiares, conforme registrou. Com tal finalidade, o autor nos últimos anos de vida reconstruiu seus escritos, datilografando-os em sua velha máquina de escrever alemã *Olympia*, classificou-os e organizou-os intencionalmente, ou seja, adquiriram estatuto de documento.

Cabe esclarecer que o acervo pessoal em pauta se encontra ainda disponível em domínio privado, no estado de São Paulo. Cogitou-se a sua doação ao *Museu Memorial de l'Exili*, na Espanha, porém descartou-se tal ideia, considerando que a maioria dos textos foi redigida em "portunhol", pouco compreensível ao público visitante e aos pesquisadores daquela instituição.

Ao rico e vasto arquivo pessoal (ARTIÉRES, 1998, 2013; TRAVANCAS, 2013) de Pedro somam-se também o seu epistolário, composto de 667 missivas (recebidas e enviadas), pois além de ser um memorialista, passou a ser também um assíduo correspondente, talvez com o desejo

de não perder os “laços de união” (MATOS, 2016) com os entes queridos no exterior. As missivas também se enquadram nos citados “escritos ordinários” (CHARTIER, 1991) - redigidos por populares e pela elite - e permitem uma linguagem mais fluida e informal, com vícios de linguagem e erros ortográficos, pois não há censura do leitor.

Em diversos momentos da escrita de si, Pedro cita que escrevia “cartas e o seu diário e memórias”, durante a Guerra Civil Espanhola; o êxodo espanhol massivo para a França em fevereiro de 1939; no seu confinamento forçado durante 220 dias naquele país no *Camp d’Argèles* [4], (de 08/02/1939 a 15/09/1939); o trabalho nas *Compagnies des Travailleurs Étrangers* (Companhia de Trabalhadores Estrangeiros), primeiro sob vigilância do exército francês, e depois do exército alemão, durante a ocupação nazista na França; na Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial; e finalmente, já na cidade de São Paulo, como imigrante.

Curiosamente, a seguir, o autor traça a trajetória dos seus escritos e nota-se a relevância atribuída pelo memorialista a eles, como se fosse uma das suas metas de vida, e a sua esperança de que pudesse finalizá-los até a sua morte:

Convém esclarecer, que desde que saí de casa aos 17 anos para alistar-me como voluntário na guerra civil espanhola, **que iniciei a escrever**, porém vários foram perdidos, o primeiro no front da Catalunha, quando fui ferido por uma granada, perdendo todos os meus pertences. Recomecei um outro, no campo de concentração em Argelès sur Mer, nos Pirineus franceses. Este foi perdido, na fronteira belga

em um avanço dos alemães, com destino à França. Recomecei um outro, ainda na 13. Cia. de Trabalhadores Espanhóis, até que em um bombardeio em abril de 1945, o prédio dos Berzen, foi destruído após um ataque dos aliados, perdendo também meus pertences, salvando a vida por milagre, juntamente com Maria e sua irmã Edith. O prédio de 6 andares, desmoronou, ao explodirem várias bombas ao mesmo tempo. Como estávamos no porão, com outras 3 mulheres e um homem, escapamos também do incêndio que se produziu logo após. Tenho recomeçado outros, sem, contudo, terminar nenhum, talvez somente após minha morte. (BRILLAS, ca. entre 1999 e 2006, p. 6)

Considerando que:

Acumular testemunhos materiais do vivido é pretexto para organizar, ao longo de uma vida, o seu arquivo pessoal e render-se ao ato (auto)biográfico, à escrita de si, desejo irresistível de narrar-se “historicamente”, de inventar/inventariar uma vida para ser lembrada” (CARVALHO, 2013, p. 190).

Neste sentido supõe-se que este foi o objetivo de Pedro ao dedicar tantas décadas à escrita do eu, entre paradas e retomadas, ao longo de 70 anos.

A extensa autobiografia multifacetada de Pedro é constituída de diários, memórias, lembranças, anotações, além de cartões postais e cartas. Antes do advento das mídias eletrônicas contemporâneas, considera-se que o intercâmbio epistolar entre conhecidos, amigos e familiares tenha sido um meio relevante para os imigrantes e refugiados/exilados transporem fronteiras, já a bordo de embarcações:

O momento da separação e a distância física de casa, e ainda o sentimento de distanciamento ao chegar ao país anfitrião desencadeiam o impulso decisivo de pegar caneta, papel e enfrentar a escrita. Muitas vezes, as trocas epistolares com parentes já começam a bordo dos navios que vão para o Novo Mundo, ou no momento da partida, física e mental, daqueles que deixam o contexto familiar e social. (CAFFARENA, 2012, p. 18, tradução nossa)

Observou-se em algumas cartas de Pedro e em outras recebidas por ele, que há momentos de letargia, ou dificuldade na escrita diante do papel em branco. Embora haja o desejo de manter os laços com pessoas distantes, as tarefas cotidianas, a falta de tempo, o desenraizamento do contexto familiar e social da terra natal e a distância, e mesmo os mecanismos de defesa (KAPLAN; SADOCK, 1993) para evitar a nostalgia, dificultam a correspondência para o imigrante.

Em uma carta enviada ao casal de amigos Mariano/Marina, surge a reflexão do desafio de enfrentar o papel em branco e sobre o ato da escrita - uma espécie de "metaescrita", como uma obrigação moral em relação ao leitor devido aos laços afetivos:

Não sei exatamente por que, é cada vez mais difícil ter a inspiração que preciso para escrever. Somente a força do afeto e carinho que tenho por certas pessoas, como você, por exemplo, me dá o incentivo necessário para sentar à mesa e à frente da máquina de escrever para que o teclado preencha o papel em branco. Nesses momentos, talvez por causa da música clássica que estou ouvindo (Sinfonia 40 em sol menor de Mozart) [5] e outras músicas, de Verdi etc.,

sinto-me disposto a cumprir a obrigação, ou melhor dizer, o prazer, de lhe escrever. (BRILLAS, 1991, s/p., tradução nossa)

As cartas, cartões e telegramas permitem a comunicação com o destinatário e objetivam informar, desabafar, lembrar, consolar, festejar, ou seja, é um *tête-à-tête* (FOUCAULT, 1992) um ato terapêutico, ao expor intimidades, aflições, dúvidas, tristezas e alegrias, assegurando um compartilhamento desses momentos e sensibilidades com o leitor, como se ele fosse um companheiro presente:

A escrita epistolar pode ser entendida como um ato terapêutico, catártico, para quem escreve e para quem lê. O ato de escrever para si e para os outros atenua as angústias da solidão, desempenhando o papel de um companheiro, ao qual quem escreve se expõe, dando uma “prova de sinceridade”. (GOMES, 2004, p. 19)

Nesse contexto, cabe destacar que a partir do momento em que o escrevente envia sua carta ao destinatário, em tese, a correspondência passa a ser sua, passando a ele a responsabilidade da sua guarda e do seu destino. Cômico dessa premissa, Pedro passou a fazer cópia carbonada dessas cartas enviadas, e fazia anotações manuscritas, algumas peculiares, como “*respondida em ligação telefônica em ...*”. Surpreende essa constatação:

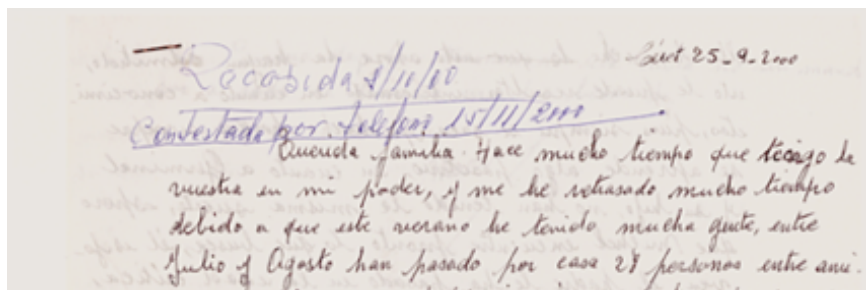


Figura 3 - Carta recebida por Pedro Brillas, 2000. Acervo pessoal.

Na contemporaneidade, os escritos de populares ganharam visibilidade e relevância nas pesquisas acadêmicas; porém, anteriormente eram utilizados pela historiografia apenas como fontes alternativas ou complementares. (CASTILLO GÓMEZ, 2001) Todavia, a busca por novos corpos documentais e novas perspectivas possibilitou o uso dessas escrituras, pouco acessíveis em arquivos públicos, mas preservadas em ambientes domésticos, em gavetas ou malas, como é o caso do acervo pessoal de Pedro Brillas, que inclui o intercâmbio epistolar.

Desde meados da Época Moderna, que os populares exercitaram a escritura frente à necessidade de enfrentar as exigências burocráticas do Estado Moderno, o que coincidiu com certa difusão dos processos de alfabetização e escolarização. Apesar de reconhecerem-se as relações entre a aceleração dos processos de alfabetização/escolarização e o aumento das escrituras populares, indiscutivelmente, o maior fator para tal expansão foi a necessidade de comunicação gerada pelas guerras (Primeira Grande Guerra) e pelos deslocamentos. (MATOS, 2016, p. 188, tradução nossa)

Esses arquivos epistolares privados configuram um patrimônio documental da escritura e memória popular, elucidam histórias pregressas e possibilitam aos pesquisadores o acesso a estratégias de sobrevivência, mobilidade social, adversidades no cotidiano, relacionamentos afetivos, experiências “vividas” e “percebidas”, (THOMPSON, 1978), lutas e resistências pessoais e coletivas. O imigrante é um observador privilegiado, cujas escrituras retratam não apenas os deslocamentos e/imigratórios; simultaneamente, são um produto e consequência direta dessas experiências (SIERRA BLAS, 2004). Ou seja, retratam vivências pessoais e coletivas, cotidianas e incomuns, abrangem questões de fórum íntimo e público, além de revelar as redes de acolhimento, a sociabilidade e a hospitalidade na sociedade receptora. Ademais,

Mas a escrita não estava presente apenas nesses diários, mas desde o primeiro dia do exílio, milhares de espanhóis escreveram cartas para se comunicar com seus parentes, pedir ajuda, procurar seus entes queridos etc. (ADÁMEZ CASTRO, 2012, s/p., tradução nossa)

A comunicação à distância entre o escrevente e o destinatário busca transpor fronteiras, barreiras físicas e subjetivas, silêncios, ocultamentos e a solidão e pode ser rude, ofensiva, violenta, vigorosa, ou mesmo, antagonicamente amena, afetuosa, amorosa e fraterna. O papel aceita tudo, sem a censura prévia do leitor, mas as

palavras escritas passam, porém, pelo crivo da autocensura e normas de conduta. Todavia, possuem uma reverberação maior do que as palavras proferidas, pois não se dissipam, a menos que o leitor assim o desejar. Ou seja, exceto quando o escrevente mantém uma cópia em seu poder – como o fez o memorialista inúmeras vezes –, a partir do envio da carta, esta não lhe pertence mais, e sim ao seu receptor, que possui o arbítrio de conservá-la, compartilhá-la ou descartá-la. Por esse motivo foi extremamente difícil recuperar algumas cartas antigas de Pedro enviadas a familiares, pois praticamente quase todas as correspondências destinadas aos seus irmãos foram descartadas, após o falecimento deles.

A escrita de si é uma forma de produção de memória que merece ser guardada e lembrada, no caso da correspondência, o encarregado dos procedimentos de manutenção e arquivamento dos documentos é o “outro”, a quem se destina a carta e que passa a ser seu proprietário. (GOMES, 2004, p. 19)

Em uma das correspondências enviadas a uma prima na Argentina, Pedro faz uma retrospectiva da sua trajetória:

Hoje é domingo de Páscoa, o dia em que em minha juventude, quando morei em Barcelona, há mais de 57 anos, minha família o celebrava com muita devoção. A Guerra Civil Espanhola, da qual participei como voluntário ao lado das forças populares (vermelhas, como diziam os fascistas) e logo depois estourou a Segunda Guerra Mundial, na qual eu também estive involuntariamente envolvido e que resultou na minha deportação como

trabalhador para a Alemanha, onde conheci Maria (16/2/1943), que mais tarde se tornou minha companheira e esposa. A consequência de tudo isso e nosso retorno à França em 1945 é que, desde então, o dia de Páscoa, para nós se tornou um domingo a mais [...]. (BRILLAS, 1991, s/p., tradução nossa)

Embora estivesse separado pelo Atlântico e fronteiras, informava uns aos outros, inclusive antigos militantes da resistência antifranquistas, relatando acerca do estado de saúde e outras questões. À distância, Pedro procurava estimular os laços entre os familiares e amigos, mesmo os próximos entre si:

De Aguayo, também já há algum tempo que recebemos alguma notícia. Em sua última carta, ele reclamou que todos os dias tinha mais dificuldade de se mexer e até de escrever. (BRILLAS, 1991, s/ p., tradução nossa)

Recebemos notícias de Marina, parceira de Aguayo. Nosso amigo e parceiro está indo de mal a pior. Ele foi internado em uma casa de repouso (residência) para que Marina pudesse se recuperar um pouco do estresse. Ela disse que Gomez também foi internado em uma "residência". (BRILLAS, 1994, s/ p., tradução nossa)

Desde suas últimas notícias diretas, dois de nossos companheiros que tiveram um ótimo desempenho em nossa organização no exílio faleceram. Refiro-me a Aguayo, e mais recentemente a Gomez. Pouco a pouco, os velhos militantes estão partindo e os que ainda restam não temos mais a vitalidade necessária para participar ativamente a favor da melhoria da humanidade. (BRILLAS, 1995, s/ p., tradução nossa)

Infelizmente, as boas notícias são poucas. Há uma semana, me ligaram de B. Aires, para nos informar que nossa irmã Pepita havia falecido de um ataque cardíaco. Parece que foi algo muito rápido, que não deu tempo para assistência médica. (BRILLAS, 1997, s/ p., tradução nossa)

[sic] De B. Aires, as últimas notícias são do dia de Natal, quando eu telefonei para R. Os argentinos são muito preguiçosos para escrever. Eles estão bem (de acordo com a situação no país, que não é muito boa). Por enquanto, toda a família de R. trabalha. Há perspectivas de casamento em breve. A filha L., está se preparando. (BRILLAS, 1998, s/ p., tradução nossa)

Ademais da cuidadosa organização dos seus escritos, Pedro possuía a habilidade de dar “cor e vida” aos seus textos, levando o leitor a entender o contexto e, por vezes, a imaginar o cenário, talento reconhecido pelo seu amigo Aguayo:

Acuso o recebimento de suas duas últimas cartas. Por intermédio dela percebemos que sua vida está indo bem. Pedro, você é um bom colorista em suas cartas e, através delas, nos dá um bom panorama de como é sua vida e a de seus familiares, ao mesmo tempo em que descreve em detalhes como foi sua mudança de endereço, bem como da vida, ao passar para a condição de aposentado. (AGUAYO, 1985, s/ p., tradução nossa)

Além disso, destaca-se o relato de Pedro sobre a escrita das suas memórias, uma das suas motivações, e sobretudo a difícil tarefa da escritura:

Curiosamente, seus filhos pedem a você, assim como os meus, me pedem há tempos para escrever "nossas memórias", porém, por enquanto, me falta a inspiração necessária.

Na verdade, desde que saí de casa em setembro de 1936, para participar como miliciano, em nossa guerra civil, iniciei vários "diários", os primeiros que perdi como resultado de um bombardeio aéreo que destruiu a casa em que vivia a minha então namorada, Maria e seus pais, e mais tarde, em momentos diferentes em que me senti inspirado iniciei outros, espalhados pelas várias gavetas do meu apartamento atual, que começaram, continuaram por algum tempo e depois foram esquecidas por falta de inspiração. De minha parte, tenho a "intenção" de "um dia" recapitular os vários diários e produzir minhas memórias, porque considero que meus filhos e netos merecem saber mais detalhadamente quem foi Pedro Brillas Togores, se um dia estiverem interessados em conhecer. (BRILLAS, 1994, s/ p., tradução nossa)

A correspondência de cartas pessoais inscreve-se também, aos assim denominados, 'escritos ordinários' (CHARTIER, 1991; CASTILLO GÓMEZ, 2001) que conquistaram relevância para os estudos historiográficos, por dar voz a pessoas anônimas, antes ignoradas por não dominarem a norma culta da língua. Entretanto, ganharam mérito por suas peculiaridades e por retratarem o cotidiano (CERTEAU, 1994), a vida social, *habitus* (ELIAS, 1997), religiões, festividades, conflitos armados, resistências, além de subjetividades, entre outras temáticas e acontecimentos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Não se deve esquecer de que os arquivos são do povo, para o povo e pelo povo (KETELAAR, 1992), além disso considera-se fundamental que os acervos pessoais sejam potencializados como fontes de pesquisa em temáticas inovadoras ou utilizadas sob um novo viés. Constituem um fértil e vasto campo para pesquisas e reflexões multidisciplinares, muito em voga em estudos historiográficos, nas ciências sociais, e entre outras áreas do conhecimento acadêmico. Embora possa haver intencionalidade do sujeito ou de outros atores envolvidos no seu círculo familiar, social ou mesmo profissional na organização dos acervos, estes representam uma relevante fonte de consulta e de investigações.

Esses acervos privados podem ser constituídos de um conjunto de coleções, escrituras, documentos, fotografias, bens pessoais, guardados, classificados e organizados ou não, por pessoas comuns, ou pessoas célebres e da elite. Os escritos de populares, geralmente guardados em gavetas ou em baús, permanecem em sua maioria ocultos ou esquecidos, às vezes por décadas, ou no aguardo de alguém que se interesse por eles para simples leitura, ou mesmo pesquisas. Este é o caso do acervo pessoal de Pedro Brillas.

Além de ter (re)construído a escrita de si durante 70 anos de sua vida, o autobiógrafo foi um zeloso guarda-memória e arquivou a sua própria vida. E este foi o seu legado para a família, como deixou registrado. E ainda em um dos seus cadernos escreveu uma dedicatória nomeando os seus familiares próximos e mais distantes, e

dedicou também “a todos aqueles que por mim tenham se interessado.” (BRILLAS, 1995, p. 1). Ou seja, houve a sua expressa intenção de constituir um acervo pessoal e socializar o conteúdo da sua autobiografia, sendo que em diversos momentos nota-se um “pacto biográfico” (LEJEUNE, 2008) entre o autor e o leitor, quando Pedro lhe dirige a palavra.

Os seus relatos retratam não apenas a trajetória de sua vida, como a de muitos espanhóis antifranquistas da sua geração, os seus deslocamentos, experiências comuns e incomuns, subjetividades, questões da vida privada e pública, que possibilitam a aproximação de contextos históricos vivenciados coletivamente, além de trazerem um colorido e singularidade a essas vivências. Esse é o diferencial do seu arquivo pessoal.

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu - e, por isso dá vida - às conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. (ALBERTI, 2003, p. 1)

NOTAS

[1] Esta documentação e alguns excertos aqui apresentados integram a tese de doutorado em História Social da autora, intitulada “Memórias, deslocamentos, lutas e experiências de um exilado espanhol: Pedro Brillas (1919-2006)”.

[2] Nesse dia, Pedro Brillas perdeu a maior parte dos seus escritos durante um dos maiores bombardeios das forças aliadas na cidade de Hagen, Vestefália, que atingiu com bombas incendiárias o edifício à rua Königstrasse, 19 (os arquivos pessoais contém fotografias da rua destruída pelos bombardeios), onde residia a família da sua futura esposa, Käthe Maria.

[3] Pode-se definir autobiografia como o conjunto de escritos autoreferenciais que relatam sobre a trajetória, experiências e sensibilidades do autor. Além disso, a memória de si ainda engloba a coleção de objetos, como fotografias, esquemas, desenhos, documentos pessoais e oficiais, entre outros bens, que testemunham a história do

indivíduo e dos grupos aos quais se integrou, constituindo um “teatro da memória” (GOMES, 2004), que possibilita a sua preservação por um período maior do que a vida humana.

[4] Campo de concentração, conhecido também como campo de internamento situado na costa da região de Roussillon, na França, próximo à fronteira espanhola, destinado aos “refugiados e imigrantes indesejáveis” de diversas nacionalidades, sobretudo espanhóis. Após intenso bombardeio franquista e da *Luftwaffe* (força aérea alemã de Hitler) sobre a população civil espanhola durante o conflito bélico hispânico, próximo ao fim da guerra, houve um êxodo republicano massivo, conhecido como *La Retirada*, rumo à fronteira francesa. Após dias de incertezas, as fronteiras foram abertas para receber os refugiados espanhóis, entre eles o jovem de 19 anos, Pedro Brillas. Para retê-los e excluí-los do convívio na sociedade francesa foram improvisados pelas autoridades esses campos, sem nenhuma infraestrutura. Não havia abrigo coberto, tampouco latrinas e água potável. Inicialmente, alguns enterravam-se nas areias da praia d’Argèles, para se proteger do frio em pleno inverno, no mês de fevereiro de 1939.

[5] Pedro apreciava a música clássica, cujo gosto pode ter sido despertado quando ele era criança e atuava como “lanterninha” durante apresentações de música clássica e de óperas/operetas em Barcelona.

REFERÊNCIAS

ADÁMEZ CASTRO, Guadalupe. La escritura necesaria: el uso de la correspondencia a través de las memorias y las autobiografías de los exiliados españoles. In: IBARRA, Alejandra (Ed.). **No es país para jóvenes**. III Encuentro de Jóvenes Investigadores de la Asociación de Historia Contemporánea. Universidad del País Vasco/Instituto de Historia Social Valentín de Foronda, 2012.

ALBERTI, Verena. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003, p.1.

ARFUCH, Leonor. **El espacio biográfico**: dilemas de la subjetividad contemporánea. 1ª. ed., 3ª. reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico**: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, nº. 21, 1998.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. Arquivos pessoais. In: TRAVANCAS, I.; ROUCHOU, J.; HEYMANN, L. (Orgs.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.47.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, 1998, p. 201-207.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAFFARENA, Fabio. Introducción. In: CAFFARENA, Fabio; MARTÍN, Laura M. **Escrituras migrantes: una mirada ítalo-española**. Genova: Franco Angeli, 2012.

CARVALHO, Maria da Conceição. In: TRAVANCAS, Isabel Siqueira; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. **Escritura y clases subalternas: una mirada española**. Oñartzun: Sendoa, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vol.1 - Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Avant-propos. In: CHARTIER, Roger (Dir.). **La correspondence, les usages de la lettre au XIXe siècle**. S.l.: Flayard, 1991.

COOK, Terry. Arquivologia e Pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. Informação Arquivística, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em:
<http://www.aajerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9/20>. Acesso em 22 nov. 2019.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Tradução de António F. Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens/Vega, 1992.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: MOTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos**. V - Ética, sexualidade e política. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Aufran Dourado Barbosa. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

GOMES, Angela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J. **Compêndio de Psiquiatria: Ciências Comportamentais**. 6ª. ed. Tradução de Dayse Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KETELAAR, Eric. Archives of the People, by the People, for the People. South Africa Archives Journal, v. 34, p. 5-16, 1992.

LEJEUNE, Philippe. O guarda-memória. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.10, nº. 19, 1997.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Union Ties: Letters, Correspondence and Exchanged Messages Among Spanish E-/Immigrants (São Paulo, Brazil). In: ÁLVAREZ GILA, Óscar; ANGULO MORALES, Alberto. (Dirs.). **From the Records of my deepest memory**: Personal Sources and the Study of European Migration, 18th – 20th centuries. Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua, 2016.

MENNE-HARITZ, Angelika. Access – the reformulation of an archival paradigm. Archivalscience, v. 1, n. 1, p. 57-82, 2001.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, nº. 10, 1992.

SIERRA BLAS, Verónica. Puentes de papel: apuntes sobre las escrituras de la emigración. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 10, nº. 22, jul./dez. 2004, p.93-119.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato. As implicações teóricas dos Arquivos Pessoais: Elementos Conceituais. **PontodeAcesso**, Salvador, V.5, n.1, p. 66-84, abr 2011.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Outras fontes utilizadas

Autobiografia

Pedro Brillas. Arquivos Pessoais. Coleção de Memórias, Diários, Apontamentos, Cartas, Documentos, Fotografias. São Paulo, Barcelona, Aragoão, Catalunha, Paris, diversas datas.

CAMINHOS E DESVIOS: AS EXPECTATIVAS E O RELATO DE UMA (POSSÍVEL) EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM O ARQUIVO DE UM HISTORIADOR CATARINENSE.

KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ

O início de um projeto de pesquisa sempre se abre para um imenso horizonte de expectativas. Ao longo de seu desenvolvimento, no entanto, esse projeto eventualmente vai adquirindo novos contornos que podem ser o fruto, por exemplo, do descobrimento de novas fontes ou pela própria emergência de alguns obstáculos. As reflexões trazidas no relato que se segue dizem respeito às experiências - e, também, expectativas e "desvios" - de uma pesquisa de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Tal pesquisa, que já se encontra em seu momento de conclusão, teve como principal proposta investigar a historiografia catarinense tomando como objeto a trajetória do historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. A partir da análise e interpretação das diferentes produções historiográficas e relações estabelecidas por este homem, a tese buscou compreender o lugar da trajetória deste intelectual na historiografia do estado e, de certa forma, também no cenário historiográfico nacional.

O personagem foco da investigação vivenciou e participou de momentos chave da produção historiográfica em Santa Catarina, tanto no campo universitário, quanto no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, o que o coloca numa posição de relevância no panorama historiográfico do estado. Sendo assim, seguindo os rastros e indícios deixados por este "homem de letras", pretendeu-se problematizar os percursos tomados pelos estudos históricos catarinenses e pela própria história oral, campo que no Brasil durante os seus primeiros passos tinha em Corrêa uma de suas principais referências [1]. Para tanto, a pesquisa esteve teoricamente fundamentada em discussões propostas pela História do Tempo Presente e História Intelectual, especialmente em trabalhos que se lançaram a pensar os percursos de determinados sujeitos da história recente, não com o objetivo de fazer o relato cronológico de uma vida, mas tendo em vista apreender como se caracterizam num dado momento histórico os procedimentos e entendimentos acerca da sua produção científica. Ou seja, ao longo do análise optou-se por uma metodologia que problematizasse tal intelectual e seus trabalhos também como portadores de determinada historicidade.

AS EXPECTATIVAS

Após definidos os objetivos do trabalho era momento de lançar-se ao arquivo e, como coloca Arlette Farge (2009, p.119), iniciar "uma errância por meio das palavras de outro". Assim, as posturas metodológicas a serem tomadas

nesse momento inicial visavam analisar uma gama diferenciada de indícios, que testemunharam momentos da vida de Corrêa, suas relações pessoais e profissionais, e seus interesses: bilhetes, recortes de jornal, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, certificados, comprovantes, recibos, bem como os livros de sua biblioteca pessoal. O processo de análise também previa a observação de suas produções acadêmicas e outros documentos concebidos nos espaços da Universidade Federal de Santa Catarina que pudessem contribuir com o desenvolvimento dessa reflexão. Ainda entravam nesse panorama as fontes orais, narrativas nas quais Corrêa foi interlocutor, e também entrevistas com sujeitos que mantiveram algum tipo de contato com este historiador. A partir da interpretação destas fontes a pesquisa objetivava demonstrar a complexidade de uma trajetória individual, que não se encerra em si mesma, mas que é reverberação, da mesma forma que, reverbera num panorama histórico e historiográfico ampliado.

Logo, depois de esboçadas quais eram as expectativas iniciais que atravessavam a pesquisa, é notável a percepção de que o acesso ao arquivo pessoal desse historiador seria peça importante no desenrolar da problemática proposta na tese. No entanto, alguns obstáculos foram emergindo ao longo do caminho, contratempos que não são exclusivos da pesquisa aqui relatada, mas que permeiam as discussões que tangenciam em grande medida os processos que tornam tais arquivos disponíveis à consulta e, que posteriormente, podem da mesma forma elegê-los objetos científicos. Dentro deste cenário destaca-se que, enquanto no

passado os elementos que compunham o que denominamos como um “arquivo pessoal” eram comumente mais valorizados pelos próprios familiares ou pessoas próximas ao titular e “acumulador” de tais conjuntos documentais, atualmente se percebe que os arquivos pessoais se colocam como fontes e objetos de análise cada vez mais frequentes não só na historiografia, mas também em áreas como a antropologia, sociologia e, claro, arquivística (Travancas; Rouchou; Heymann, 2013, *passim*).

Em relação à História, pode-se relacionar este crescimento ao lugar que o “indivíduo”, ou melhor, que as “trajetórias individuais” ocupam na pesquisa histórica atualmente. Deixando para a trás um passado historiográfico onde a biografia e o estudo de trajetórias era diretamente relacionado a uma história tradicional e “positivista” as pesquisas atuais buscam pensar o estudo de percursos individuais como itinerários dinâmicos e detentores de historicidade (Travancas; Rouchou; Heymann, 2013, *passim*).

Todavia, apesar dessa flagrante maior inserção dos arquivos pessoais em pesquisas nas mais diversas áreas, é preciso se ter em conta, sobretudo quando lida-se com objetos da história do tempo presente que o trabalho com os ego-documentos, tão presentes nos arquivos pessoais, não envolvem somente aspectos metodológicos como a “crítica documental”, mas também associam-se a dilemas éticos no que tange, em especial, a relação entre o pesquisador e aqueles que salvaguardam tal documentação, na maioria das vezes pessoas próximas ao personagem ao qual o arquivo esta vinculado e que, em

alguns casos, almejam a construção e perpetuação de memórias particulares – e frequentemente positivadas – sobre o titular do arquivo. Aqueles que salvaguardam o arquivo tem também suas próprias expectativas. Sendo assim, quais seriam os limites e possibilidades que se fecham e abrem aos pesquisadores que lidam com estes conjuntos? Como lidar com os outros aspectos que transversalizam estas compilações documentais, tais quais: a relação com os responsáveis pela salvaguarda, o processo de acesso ao arquivo e a produção intelectual advinda da pesquisa? Perguntas nem sempre fáceis de serem respondidas.

No presente relato de experiência é relevante apontar algumas questões que envolvem as próprias expectativas da pesquisadora em relação ao trabalho ainda no seu momento inicial: o processo de elaboração do projeto de pesquisa e os primeiros contatos com a família do personagem que aqui é pesquisado. Por não se tratar de uma documentação ainda catalogada de forma a ser colocada disponível para consulta, as primeiras dificuldades de acesso emergiram, pois após a morte de Corrêa, com vistas a mudança de endereço da própria viúva – aquela que é a responsável pela salvaguarda do arquivo desse historiador – parte da documentação referente a este arquivo pessoal e pequena parte de sua biblioteca foi transferida para um novo endereço, enquanto a maioria da documentação relacionada a sua vida pessoal e profissional permaneceu na antiga residência (ou foi descartada). A este quadro, soma-se a reticência da responsável pela salvaguarda em permitir o

acesso ao arquivo, criando diversos empecilhos a sua consulta.

Frente a este cenário emergiram inúmeros questionamentos que se ligam tanto à liberdade do ofício historiador, quanto ao posicionamento ético de uma pesquisadora, pois nos contatos que foram mantidos com a viúva de Corrêa, bem como com outras pessoas a ele relacionadas, surgiram com freqüência discursos que se direcionaram para o desejo de promover e perpetuar determinada memória acerca deste personagem. Uma memória muito próxima àquela disseminada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, instituição à qual Corrêa pertenceu e foi presidente, na qual se busca erigir um passado de “grandes homens”, a partir de um movimento em direção à fabricação de narrativas individuais bem sucedidas, das glórias e feitos de seus integrantes.

Pensando um pouco sobre a noção de ética que perpassa o trabalho de pesquisa histórica, sem que se entre numa longa discussão, vale realçar que a ética é também um conceito histórico e relativo, ou seja, está histórica e socialmente situado num determinado tempo e espaço, tem portanto sua própria historicidade. Sendo assim, podem ser transferidos a este substantivo uma infinidade de definições, significados e aplicações, os quais, também se transmutam ao longo do tempo. Todavia, de uma maneira geral, Saldanha (1998, passim) define a ética como um conjunto das diversas “normas” que vigoram nas comunidades humanas. Uma conceituação que almeja conciliar um entendimento mais “universal” de que todos os grupos humanos possuem ética e uma

postura mais “histórica” que distingue os significados e a forma como as condutas éticas se desenvolvem em diferentes temporalidades e locais. Ainda nesse sentido, o filósofo australiano Peter Singer (1998, *passim*) sugere que os valores éticos são universalizáveis e que uma ação entendida como “verdadeiramente ética” é aquela que não recai apenas sobre os interesses daqueles que receberão diretamente os “benefícios” desta ação. Uma ação ética, portanto, é aquela que pensa no sentido de um bem comum e não foca nos interesses individuais. Contudo, evidencia-se que não se pode aprender a ter uma postura “ética” a partir de uma cartilha, ou seja, a partir de um sistema de normas simples e práticas, pois, como destacado anteriormente, tais posturas possuem sua própria historicidade.

Com base nessa ótica, refletindo sobre o ofício historiador e a escrita da história, pode-se pensar acerca do impacto de nossas escolhas metodológicas e teóricas, bem como, da relação que estabelecemos com aqueles que estão de certa forma “alheios” ao trabalho historiográfico, mas que fazem parte deste, mesmo que muitas vezes tentemos negar, a partir de uma postura que se diz científica. É preciso se ter em mente também a reverberação dos resultados de nossas investigações nas famílias, comunidades e instituições que tangenciam o processo de pesquisa e que terão acesso ao que por nós é produzido. Pensando nesses dilemas “éticos”, emerge a problemática do historiador do Tempo Presente e dos “usos” que este faz do passado.

E tal questão não se refere somente aos “arquivos sensíveis”. Lidar historicamente, claro, com fontes históricas

referentes a períodos de forte violência e repressão como as ditaduras latino-americanas, bem como, referentes ao genocídio perpetrado durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, exigem do pesquisador uma grande dose de ética e profissionalismo, tanto por conta daqueles que podem ser atingidos pelo discurso produzido pelo historiador, quanto pelo “desejo de verdade” que subscreve todo o processo de escrita da história. A lida com estas fontes frente as peculiaridades referentes a História do Tempo Presente pode trazer importantes conseqüências epistemológicas, difíceis de serem mensuradas. Na História do Tempo Presente, tanto o sujeito quanto o objeto de sua pesquisa se encontram compartilhando uma mesma contemporaneidade, como testemunhas de um passado que ainda não está “terminado”. Sendo assim, como afirma Carlos Fico (2012, p.44) é bastante evidente “a pressão dos contemporâneos ou a coação pela verdade, isto é, a possibilidade desse conhecimento histórico ser confrontado pelo testemunho dos que viveram os fenômenos que busca narrar e/ou explicar”.

Tal pressão, aqui quer se destacar, não é vivida somente por aqueles que tratam de temas como o período ditatorial brasileiro - caso do historiador Carlos Fico -, mas está presente também, por exemplo, no trabalho daqueles e daquelas que lidam com arquivos pessoais e trajetórias individuais, caso da pesquisa que aqui se toma como norte para a reflexão. Como se posicionar “eticamente” perante tal dilema, levando em conta aqueles que serão eventualmente “atingidos” pelo discurso produzido e os procedimentos teóricos e metodológicos que envolvem a

produção desse discurso? Embates que podem ser levados até mesmo ao campo judicial.

CAMINHOS E DESVIOS

Frente ao desafio de construir uma narrativa historiográfica pautada em fontes e discussões teórico-metodológicas tão caras ao mundo acadêmico, as quais muitas vezes trazem à cena questões que poderiam desagradar a família do personagem que é o foco da pesquisa de tese, foi necessário que alguns desvios fossem efetuados e, assim, o projeto de pesquisa adquiriu novos contornos. Nessa esteira, emerge em destaque a possibilidade de acessar e utilizar a documentação do arquivo pessoal de Corrêa. Uma oportunidade que foi de certa forma empalidecendo e sendo inviabilizada tanto pelo receio da viúva em abrir as portas de sua antiga casa, quanto pela expectativa que a mesma criou sobre a escrita de uma possível narrativa histórica acerca de seu marido, uma narrativa laudatória, que exaltasse o legado de Corrêa.

Como se posicionar em relação a este cenário? Devemos nos render as expectativas do familiares somente para insistir e assim possivelmente ter acesso a esse arquivo? Ou quem sabe desistir do projeto de pesquisa? Como elaborar um trabalho pautando-se naquilo que consiste o ofício do historiador, que se orienta por suas fontes e metodologia? Após levantadas algumas questões éticas e outras temáticas relativas a lida com arquivos pessoais, é momento de tentar relatar como a pesquisa prosseguiu a partir de alguns pequenos desvios sem que no entanto se perdesse de vista o seu objetivo principal:

pensar Corrêa e a sua obra a partir das relações que este personagem estabeleceu.

Sendo assim, tendo em mente a necessidade de manter a “autonomia” da pesquisadora, sem atingir de maneira negativa a família do personagem pesquisado, a primeira medida foi o direcionamento da pesquisa para aspectos mais “publicizados” da trajetória desse historiador. Ou seja, a sua atuação na esfera pública. Sendo assim, o arcabouço documental a ser consultado e interrogado se afastou um pouco da esfera privada e adentrou as produções por ele elaboradas, bem como, a documentação disponível em espaços abertos ao público como o Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC), a Academia Catarinense de Letras (ACL) e o Arquivo Central da Universidade Federal de Santa Catarina.

O francês Marc Bloch ajuda a pensar a conjuntura que aqui se desenrolou quando aborda as relações que estão imbricadas no binômio historiador/ documento:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. (BLOCH, 2001, p.83)

Por esse ângulo, a possível existência de questões sensíveis a própria família de Corrêa incorrem também no trabalho que tinha-se a expectativa de que pudesse ser realizado. É preciso levar em consideração a memória acerca deste historiador que seus entes desejam preservar, perpetrar e repassar “através da gerações”, como afirma Bloch. Vale ainda lembrar que aqui não se deseja justificar a escolha da família em reservar o acesso, mas tentar compreender os mecanismos que fizeram emergir esse zelo em relação a documentação de Corrêa e como poderia uma pesquisadora se posicionar metodologicamente e eticamente perante ao quadro que se apresenta. E ainda, não se trata de contrapor essa memória familiar àquela que é produzida pelo discurso histórico, mas sim, de tentar observar onde possivelmente elas estão imbricadas. Uma atitude que, por exemplo, gera para Carlos Fico (2012, p.49) a seguinte indagação: “Essa atitude compreensiva poderia comprometer a objetividade do conhecimento histórico?”. Que ele imediatamente responde, baseado em Dominick LaCapra, afirmando que pouca reflexão há sobre o tema, mas que o pesquisador deve exercer uma atitude de empatia, sempre levando em conta que ele não deve almejar ser o “porta-voz” daqueles aos quais seu tema está ligado, colocando-se como hábil a falar em seu(s) nome(s).

Portanto, é nesse cenário de pressão de determinadas memórias sobre seu ofício que os historiadores são convocados a repensar suas responsabilidades perante as demandas de “fidelidade memorial”. Atentando para uma possível “sacralização da memória”, uma operação oposta

àquela da postura crítica que se exige de um pesquisador ou pesquisadora frente ao seu arcabouço de fontes, objetos e temas. Nesse sentido, um afastamento consciente parece ser uma posição profícua, pois tenta conciliar a empatia em relação àqueles sujeitos, instituições, grupos ou testemunhas que circundam a pesquisa, bem como o papel do historiador como um produtor de discursos históricos. Assim, o sujeito que elabora a pesquisa se distancia, no entanto, sempre entendendo o seu lugar e papel nesse processo.

Nessa dinâmica o principal “desvio” operado durante o processo da presente pesquisa esteve relacionado principalmente a duas dentre as instituições já aqui mencionadas: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e a Academia Catarinense de Letras, ambas responsáveis por uma prática de arquivamento que parece situar-se no limiar do que poderia ser caracterizado como um arquivo institucional ou um arquivo pessoal. Foi assim que primeiramente saltaram aos olhos a documentação acondicionada em algumas caixas e pastas alojados nestas dependências.

Agregadas à variada documentação estão disponíveis aos pesquisadores diversas pastas onde estão salvaguardadas documentações relativas aos integrantes do Instituto e da Academia. Cada membro vinculado a essas instituições possui uma “pasta”, na qual podem ser encontrados vestígios referentes a sua trajetória, principalmente profissional, como convites para eventos ou lançamentos de livros, recortes de jornal, fotografias, telegramas, revistas, pequenas publicações em forma de livro, cópias e rascunhos de discursos proferidos pelo

titulares desses conjuntos documentais, cópias de e-mails, bilhetes, etc. Estes documentos, por sua vez, suscitaram questionamentos acerca da sua existência e do seu status frente às diversas disciplinas que lançam a eles múltiplos olhares: apesar de estarem abrigados nessas duas instituições eles (os documentos) permitiu entrever traços relativos ao mundo privado, a vida pessoal de Corrêa, o qual teria também participado desse arquivamento. Emergiu assim a pergunta: seria esse um arquivo pessoal?

A despeito desses dossiês estarem ligados a figuras específicas, as quais provavelmente também tenham operado na construção desse conjunto, se percebem traços bem aparentes da interferência de terceiros neste arquivamento - situação possível de conjecturar pois estão depositados nestes dossiês alguns documentos de datas posteriores à morte de seus titulares. Além disso, o lugar de onde emerge este processo de arquivamento não é um espaço que está exclusivamente voltado às figuras destes titulares, ou seja, não se trata de um arquivo que visa preservar "somente" a memória dos homens e mulheres vinculados a estas instituições, mas se trata de um lugar que se posicionam como locais de pesquisa, onde esta prática de criar "pastas pessoais" é comum e acontece com a maioria daqueles e daquelas que foram, ou ainda são, associados ao IHGSC e ACL.

Assim sendo poder-se-ia perguntar: é a presença maior ou menor de documentos de caráter público que torna um arquivo pessoal ou público? Será que um pessoa "ordinária" também não tem documentos "públicos" no seu arquivo pessoal? Um estudante da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por exemplo não teria

documentos emitidos por esta instituição, ou por outras instituições públicas, pelas quais de alguma forma tenha tido contato? Tais documentos podem fazer parte deste arquivo em especial porque tal estudante em algum momento de sua trajetória se relacionou com essas instituições públicas, por esse ângulo é importante ressaltar que o que dá sentido ao conjunto documental é o próprio acumulador (o estudante), e não a quantidade de documentos da UDESC ou de qualquer outra instituição com a qual ele tenha se relacionado e que podem ser encontradas no acervo por ele salvaguardado.

Portanto, apesar dos traços da vida privada que invadem esse processo de salvaguarda, segundo Ana Maria de Almeida Camargo (2009, p.37) tais dossiês não podem ser considerados arquivos pessoais, pois a sua constituição parte de uma iniciativa das instituições que os abrigam. Como um conjunto de documentos cada arquivo se relaciona primordialmente pela instituição ou pessoa que o produziu e que reuniu os elementos que a ele pertencem. Portanto, a partir dessa lógica o que indica a formação de um “arquivo pessoal” é a própria relação que o seu titular mantém com a sua documentação, ou seja, o seu desejo de guardar ou descartar.

Apesar de não poderem ser propriamente caracterizados como arquivos pessoais, os dossiês aqui mencionados foram peças importantes para que os desvios operados no processo de pesquisa pudesse também contar com alguns elementos da vida privada de Corrêa. Por abrigarem documentação deste caráter (pessoal), ao longo do processo de crítica documental foi importante também compreender os conjuntos de

natureza pessoal, mesmo que abrigados por uma instituição, não apenas como produtos “naturais” de determinadas trajetórias individuais. Questões como os investimentos pessoais de cada titular, o desejo de promover determinada imagem perante o público e as próprias visões de mundo, assim como regimes políticos, processos históricos ou até mesmo eventos de uma história familiar, tangenciam e se objetivam na formação dos arquivos institucionais e pessoais, bem como, se objetivam nos usos que seus titulares ou aqueles que ficam responsáveis pela sua preservação lhe concedem. Tais questões, em suma, fornecem diferentes maneiras de compreensão dos arquivos, maneiras de pensá-los que vão além daquelas que legam aos documentos e conjuntos documentais apenas o *status* de fonte histórica.

Os arquivos aqui mencionados carregam esses elementos - tanto aquele que se desejou consultar, quanto aqueles que foram efetivamente examinados. Portanto, poder-se-ia pensar um pouco sobre qual o investimento da viúva na preservação de certa memória sobre este historiador, mesmo na ausência ou no “silêncio” que se instala na interdição do acesso a essa documentação. Esse silêncio também pode portar significados. Como afirma Jacques Derrida (2001), o “esquecimento” também é parte constituinte do arquivo.

Por sua vez, ao estabelecermos um paralelo com os dossiês preservados no IHGSC e ACL, sugere-se que esta acumulação está marcada pela projeção de um “devir histórico” e uma tentativa de “monumentalização” dos personagens ligados ao Instituto e à Academia, já que estes espaços, especialmente o IHGSC, tem como um de

seus objetivos principais o acesso a pesquisadores. Sendo assim, é importante ter atenção ao trabalho seletivo realizado por aqueles que em diferentes temporalidades produziram tal arquivamento. Estas “pastas” parecem fazer as vezes de “testemunhos” e, também, ser parte de um projeto institucional que busca “interditar” o esquecimento da atuação de seus membros – ainda que a organização e situação de conservação destas seja bastante questionável, apesar da atual preocupação com a digitalização de toda a documentação.

Entre obstáculos e desvios a pesquisa permitiu mais que simplesmente analisar o que o arquivo pessoal de Corrêa possivelmente abriga, a impossibilidade de consultá-lo acabou por fazer emergir indagações num primeiro momento não pensadas. Questionamentos que se referem, por exemplo, aos debates que tangenciam os processos de preservação de determinadas memórias e dos usos do passado que perpassam as expectativas subjacentes aos projetos de pesquisa – em especial no campo da história –, e que também estão vinculados as próprias práticas de arquivamento. Cook e Schwartz assim afirmam: “os arquivos têm o poder de privilegiar e marginalizar. Eles podem ser uma ferramenta de hegemonia; eles podem ser uma ferramenta de resistência. [...] Esses espaços são o locus onde o presente tem o poder de controlar o que o futuro conhecerá do passado.” [2] (COOK; SCHWARTZ, 2002, p. 13).

Tomando emprestados os pensamentos de Cook e Schwartz, afirma-se portanto que o arquivo também pode ser um lugar estratégico de legitimação de narrativas e práticas sociais, nos quais podem ser visualizadas a

construção de valores e identidades, pois eles são portadores de significados advindos de determinados conflitos ou convergências de interesses. Sendo assim, entende-se que tal caráter social do arquivo (pessoal ou não) está também ligado ao trabalho do arquivista, das instituições, ou até mesmo das famílias e pessoas portadores das tutelas desses conjuntos documentais e, a postura destes personagens, por sua vez, pode reverberar nos caminhos que percorremos em nossas pesquisas.

NOTAS

[1] Para mais informações sobre o pioneirismo de Corrêa no campo da história oral ver: SANTHIAGO, Ricardo. Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, um pioneiro da história oral no Brasil. **História Oral**, v. 18, n. 1, p. 221-239, jan./jun. 2015.

[2] Tradução minha. No original, "archives have the power to privilege and to marginalize. They can be a tool of hegemony; they can be a tool of resistance. [...] These spaces are the loci of power of the present to control what the future will know of the past." (COOK; SCHWARTZ, 2002, p. 13).

REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou, o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v.45, n.2, p.26-39, jul.-dez. 2009.

COOK, Terry, SCHWARTZ, Joan M. Archives, Records, and Power: The Making of Modern Memory. **Archives Science**, Dordrecht, v. 2, n 1-2, p 1-19.

DERRIDA, Jacques. Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 2001.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 28, n.47, p.45-59, jun. 2012.

SALDANHA, Nelson. **Ética e história**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

A PESQUISA EM ARQUIVOS COMO FONTE DE ORIGINALIDADE

MARCEL VILLEMOR JOFILY DE LIMA

A comunicação a seguir pretende se debruçar sobre o percurso da pesquisa que resultou na apresentação de uma dissertação de mestrado defendida no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo em agosto de 2018. O trabalho proposto empreendeu uma extensa investigação documental acerca da figura de Paulo da Silva Prado, conhecido por seus negócios no ramo da cafeicultura e pela atuação como mecenas, com destaque para sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922. A relevância dessa comunicação reside no fato de que o acervo de Paulo Prado não é algo estruturado, portanto, não se encontra concentrado em determinada instituição. Dessa forma, um longo caminho foi percorrido para a coleta de documentos sobre o autor, seguindo a ideia de rastrear e reunir documentos ainda não trabalhados.

A importância da pesquisa documental em diversos acervos e as dificuldades de trabalhar em cima do que podemos chamar de um acervo fragmentado concede a essa comunicação um interessante relato acerca da importância da pesquisa em arquivos e, por que não, do trabalho do arquivista. Sendo assim, essa comunicação

pretende muito mais apresentar a experiência, quase amadora, de uma pesquisa documental do que realizar alguma discussão de ordem teórica. O pesquisador, estreado na arte da pesquisa arquivística, se reconhece em uma passagem de Carlos Bacellar no artigo “Uso e mau uso dos arquivos” presente no livro *Fontes Históricas* organizado por Carla Pinsky. Diz Bacellar que:

O abnegado historiador encanta-se ao ler os testemunhos de pessoas do passado, ao perceber seus pontos de vista, seus sofrimentos, suas lutas cotidianas. Com o passar dos dias, ganha-se familiaridade, ou mesmo certa intimidade, com escrivães ou personagens que se repetem nos papéis. Sente-se o peso das restrições da sociedade, ou o peso da miséria, ou a má sorte de alguém, e deseja-se ler mais documentos para acompanhar aquela história de vida, o seu desenrolar. (BACELLAR, 2005, p.24)

OS ARQUIVOS E A AMPLIAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

O processo de pesquisa teve por objetivo a busca de elementos que permitissem observar o processo de construção da principal obra de Paulo Prado, o livro *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. Um levantamento inicial reuniu diversas produções feitas acerca da obra e do autor. Entre artigos, dissertações e algumas poucas teses de doutoramento, dois livros se destacam por sua abrangência e boa sistematização. O mais antigo foi publicado por Carlos Eduardo Ornelas Berriel em 2000 e tem como título *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Mais recentemente, em 2014, Thaís Chang

Waldman transformou sua dissertação de mestrado na obra *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições*. O primeiro se destaca por um enfoque concentrado na obra de Prado enquanto o último por uma análise da rede de sociabilidade do autor.

Diante de tal bibliografia, que não pode ser considerada extensa uma vez que há uma escassez em fontes documentais sobre Paulo Prado, a pesquisa se viu limitada à possibilidade de uma simples revisão do material já trabalhado. Nessa altura, a busca por novos materiais foi imperativa para que o trabalho final pudesse ser considerado, de fato, original. Iniciou-se, assim, um processo que pouco a pouco foi trazendo novas chaves de entendimento. Aqui pretende-se destrinchar tal processo, que, por fim, apresenta a importância da pesquisa em arquivos de modo instigante.

PELO CAMINHO DOS ARQUIVOS

A busca por documentos em arquivos, como já dito anteriormente, era algo totalmente novo para o autor da pesquisa. Entre dificuldades e êxitos, o caminho traçado foi conduzindo a pesquisa para novas perguntas e, por conseguinte, para novas buscas. A fragmentação do que poderia ser um acervo de Paulo Prado parecia, no começo, um entrave que, com um pouco de sorte, foi se resolvendo. A pesquisa de Waldman, por exemplo, cita a suspensão de alguns anos do atendimento ao público da sala de obras raras (responsável pela guarda da biblioteca de Paulo Prado) da Biblioteca Municipal Mário de Andrade

como um dos entraves enfrentados. Para essa pesquisa, o acesso à família foi um ponto delicado. O passado de famílias com sobrenomes de prestígio, por vezes, evoca emoções complexas. Ainda assim, nada que impedisse uma relação de cordialidade.

O primeiro lugar visitado foi a Biblioteca Municipal Mário de Andrade. A sala de obras raras da biblioteca leva o nome de Paulo Prado e essa coincidência não parece ser de todo aleatória. Um ano após a morte de Prado, em 1944, sua biblioteca pessoal foi doada para a instituição municipal. Dentre as obras, uma série de livros considerados raros encontram-se disponíveis. O contato com o material que Prado lia foi de suma importância para compreender seus interesses, ainda que não tenha sido possível encontrar nenhum tipo de marginália ou anotações. Dentre uma enormidade de livros sobre o Brasil, principalmente livros de viajantes estrangeiros que por aqui passaram durante a colônia e o reinado, Prado possuía muitos livros de sua época, como obras de Lênin, Trotsky e de Marcel Proust. Muito chamou atenção a presença de livros ligados ao romantismo e de outros que sugerem algum pessimismo como, por exemplo, *The Anatomy of melancholy* de Robert Burton. Esses dois aspectos são chave para a compreensão do pensamento de Prado. O romantismo figura como um capítulo em *Retrato do Brasil*. Já o pessimismo está presente no tom adotado pelo autor em sua obra.

A grande revelação foi possível graças à bibliotecária Joana de Andrade, que por três semanas auxiliou muito essa pesquisa: a descoberta de 81 cadernos de anotações que haviam sido doados juntamente com os livros. Tais

cadernos, que deveriam fazer parte de um possível acervo pessoal de Paulo Prado, revelaram uma relação que podemos definir como acadêmica entre Paulo Prado e Capistrano de Abreu. Em sua maioria, são cadernos de cópias realizadas na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, sendo que alguns contêm cópias de manuscritos antigos do século XVI e outros artigos de jornais da época do Império. A maior parte dos cadernos foram copiados para Capistrano, que cedia a Prado como parte de sua orientação acadêmica, mas também foram encontrados cadernos copiados a pedido do próprio Paulo Prado. As escassas informações sobre os cadernos, que em sua grande maioria não estão datados, foram obtidas com algumas poucas observações escritas pelos próprios copistas entre alguns textos copiados.

Seguiu-se então um rudimentar processo de descrição desse material. Era necessário compreender, minimamente, o conteúdo daqueles cadernos. Dessa forma, foi possível observar a dependência da obra de Prado dos materiais tidos como importantes por Capistrano. Conforme apontado na dissertação, foi possível cruzar o conteúdo dos cadernos com temáticas e citações da obra de Prado. A correspondência trocada pelos dois, presente em grande parte na obra *Correspondência de Capistrano de Abreu* e organizada por José Honório Rodrigues, menciona em diversas missivas o trânsito desse material.

O segundo momento de contato da pesquisa com a documentação de acervos foi a descoberta de cartas inéditas escritas por Paulo Prado. Raríssimas cartas de Prado já eram conhecidas por outras pesquisas, nenhuma

endereçada a Capistrano de Abreu como as 19 missivas a que se teve acesso. A correspondência encontra-se no acervo do historiador cearense no Instituto do Ceará. Graças a muita presteza dos responsáveis pelo arquivo, foi possível o envio das digitalizações de todas as missivas. Um ganho sem tamanho para a pesquisa, pois a análise das cartas de Paulo Prado entremeadas pelas cartas de Capistrano, presentes em José Honório Rodrigues, permitiu observar o franco funcionamento da dinâmica relação de Prado e do historiador cearense. É possível compreender como se organizava o ininterrupto trabalho de cópias coordenado por Capistrano e financiado por Prado. Também é notório como Capistrano pode se utilizar de algumas posições sociais de Paulo Prado. Quando o último assumiu a diretoria da *Revista do Brasil*, o historiador cearense promoveu, por meio dele, a divulgação e reunião de seus, ditos, discípulos, formando uma ampla rede acadêmica.

O que podemos chamar de outro “fragmento” do acervo encontra-se em posse da família Silva Prado. Mais uma vez, foi possível observar a importância da construção de um acervo de forma profissional e estruturada. Com eles, muitas fotos e álbuns de retratos, agendas de contatos telefônicos - uma preciosidade do século XX - e diversas histórias de família. Uma sacola plástica trazia um amontoado de papéis. Para minha surpresa, eram, em sua maioria, cartas escritas por Capistrano de Abreu. A maior parte delas já havia sido transcrita por José Honório Rodrigues em obra citada anteriormente. Para a sorte da pesquisa, em meio à correspondência, foi possível identificar 12 missivas que não haviam sido incluídas por

Rodrigues. O trabalho de análise das mesmas se deu por meio de fotos tiradas de cada documento visualizado na casa da família Silva Prado.

Cabe aqui uma breve digressão sobre a necessidade de políticas públicas acerca da preservação de acervos pessoais. O papel da família na conservação de um acervo é fundamental para a preservação da memória. É necessária a criação de algum tipo de programa de incentivo por parte das instituições especializadas em arquivos para que tais materiais sejam doados. Muitas famílias não doam, pois, em alguns casos, desconhecem os meios para fazê-la e, em sua maioria, não percebem o valor histórico de tal material. A conservação desse tipo de memória é de grande relevância para a pesquisa histórica, principalmente em um momento em que a subversão dos fatos é uma realidade e, na maior parte das vezes, tem o intuito de construir falsas narrativas.

A quarta etapa da busca por documentos históricos foi no arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. No acervo de Mário de Andrade, com quem Paulo Prado nutria uma boa amizade, foram relacionadas 14 cartas que já haviam sido analisadas por outros trabalhos. Em outro acervo, do jornalista Plínio Barreto, uma carta enviada por Paulo Prado foi encontrada. Nela, Prado agradece e comenta sobre a resenha acerca de *Retrato do Brasil* feita pelo próprio Barreto e publicada no jornal *O Estado de São Paulo*. Outros documentos, como postais, também foram encontrados.

O último estágio da procura por documentos, talvez um dos mais importantes pela versatilidade das informações que ali podiam ser encontradas, foram os acervos digitais

de jornais. O acervo do jornal Estado de São Paulo e da hemeroteca da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro permitiram à pesquisa acessar detalhes da trajetória de Paulo Prado de modo a possibilitar inferências e observações das hipóteses levantadas pelo trabalho. Dentro disso, o processo de digitalização desse material tem um papel chave, pois instrumentaliza a pesquisa no que diz respeito à seleção de dados e informações. Com isso, é possível vasculhar rapidamente páginas e páginas de jornais em busca de um nome ou uma data. Por exemplo, no jornal paulista, todas as entradas sobre Paulo da Silva Prado foram verificadas. O resultado, para além dos artigos publicados pelo próprio autor no jornal – esses já conhecidos, apresentou a publicação de um artigo de nome “O Romantismo”, que viria a ser o quarto capítulo de seu livro *Retrato do Brasil*.

Na hemeroteca da Biblioteca Nacional, as buscas se concentraram em dois periódicos de destaque para a época, o *Jornal do Commercio* e o *Correio Paulistano*. O primeiro foi escolhido pois Paulo Prado o citava em várias cartas que enviara a Capistrano de Abreu. Por duas vezes distintas, o nome de Prado foi tema de artigo no *Jornal do Commercio*. A primeira vez por sua atuação na negociação de um convênio entre o governo francês e o Brasil. O artigo é atribuído a Epiácio Pessoa, então presidente do país. A segunda vez que Prado figura no jornal é por ser o destinatário de uma crítica acerca de seu artigo de nome “Bandeiras”. Já o periódico *Correio Paulistano* foi escolhido pois, em buscas na própria hemeroteca, revelou-se que Prado teria integrado sua redação por um breve período no ano de 1890. Posteriormente, na década de 1910, o

autor publica uma série de textos por meio de um pseudônimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, a pesquisa acadêmica se construiu em volta da sistematização de todo esses fragmentos encontrados nas mais distintas fontes arquivísticas. Algumas organizadas de modo profissional, como o arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, outras que talvez estejam em lugares com finalidades incompatíveis, como a coleção de cadernos esquecidos dentro de uma biblioteca de obras raras, e ainda, algumas em posse de famílias que não possuem a dimensão da importância histórica de tais documentos.

Tal sistematização permitiu observar, com mais precisão, a dependência de Paulo Prado para com Capistrano Abreu em termos de pesquisa histórica, assim como o papel que Prado desenvolveu como mecenas de toda uma rede de intelectuais e acadêmicos liderados pelo historiador cearense. E, por que não, observar melhor a interação de Paulo Prado com sua própria posição social de homem de negócios de uma família de grande prestígio político em um momento de tantas indagações acerca do que poderia ser o Brasil. Dessa forma, é importante observar que a originalidade nessa pesquisa foi um resultado direto do empreendimento de uma extensa pesquisa em arquivos.

Por fim, vale pontuar a importância da adequação dos arquivos a meios digitais. Em uma era digital e altamente

conectada, a implementação de tecnologia como ferramenta facilitadora do acesso a arquivos é fundamental. Muito dessa pesquisa se deu graças às digitalizações de periódicos pela hemeroteca da Biblioteca Nacional. Atualmente, com os acervos mais importantes do país concentrados em poucas capitais, os acessos poderão ser limitados pela redução no investimento em pesquisa. Dessa forma, a questão da digitalização de arquivos se torna a estratégia mais imperativa.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 23-81.

BERRIEL, Carlos Ornelas. **Tietê, Tejo, Sena**: a obra de Paulo Prado. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

PRADO, Paulo da Silva. **Paulística etc**. Carlos Augusto Calil (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. Carlos Augusto Calil (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

RODRIGUES, José Honório. (Org.) **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3v, 1997.

WALDMAN, Thaís Chang. **Moderno Bandeirante**: Paulo Prado entre espaços e tradições. São Paulo: Editora Alameda, 2014.

FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: COMO TORNOU-SE UM ACADÊMICO

MARIA LUCIA MENDES DE CARVALHO

No Brasil de hoje é importante que a juventude tenha conhecimento sobre brasileiros ilustres como Josué de Castro (1908-1973), que na década de 1930 dizia que neste país muitos tinham “mal de fome e não de raça”, assim como Francisco Pompêo do Amaral (1907-1990), também médico, e que durante toda a sua vida estudou, pesquisou e publicou sobre a alimentação racional para vencer a desnutrição do povo brasileiro. Pompêo do Amaral propôs e dirigiu o primeiro curso no campo da alimentação no país, criado na Superintendência do Ensino Profissional, em São Paulo, em 1939.

Nestes tempos de resistência, é necessário que os jovens saibam quem foi Francisco Pompêo do Amaral. Dessa forma, este artigo traz um recorte temporal na trajetória social e profissional desse médico, jornalista, cientista, escritor e professor, a fim de apresentar como Pompêo do Amaral tornou-se um acadêmico. Destaca-se a relevância e a contribuição para a pesquisa histórica no campo da alimentação e nutrição no Brasil, do arquivo pessoal da farmacêutica e nutricionista Debble Smaíra Pasotti (1909 - 2008), doado pela família a pedido da

pesquisadora, em fevereiro de 2009. Pelo fato desta professora ter colecionado documentos pessoais e profissionais dela e desse médico, como livros de autoria de Pompêo do Amaral, trabalhos, fotografias e certificados de congressos, trabalhos e relatórios datilografados e corrigidos por Pompêo do Amaral, demonstrando conhecer o valor do seu acervo que, embora ainda necessitando ser classificado e organizado para catalogação, de acordo com as normas arquivística, tem sido divulgado em tese de doutorado, em pesquisa de pós-doutoramento e em trabalhos científicos, buscando sua salvaguarda (CARVALHO, 2013, 2015, 2017). Segundo Paulo R. Elia dos Santos (2012, p. 27):

“Nesse momento, as fontes documentais de arquivos passaram a ser objeto de atenção de pesquisadores que destacaram a importância da compreensão das relações existentes entre o contexto nacional e social, e o significado da ciência, a cada momento determinado. Os estudos voltados para trajetórias institucionais e/ou pessoais ganhavam nova dimensão na medida em que estabeleciam vínculos essenciais entre a ciência, a política e a sociedade. A procura de fontes documentais por historiadores da ciência só obteve sucesso, em grande parte, na medida em que sua agenda de pesquisas encontrou convergência com iniciativas de valorização de acervos documentais produzidos por instituições e pessoas com trajetórias expressivas no campo da ciência.”

Debble Smaíra foi contratada como professora de “Economia Doméstica e Química Alimentar”, em 1941. Posteriormente, passou a ser responsável por atividades

do componente curricular de “Fisiologia da Nutrição” e, em 1953, era chefe da Seção de Pesquisas e Ensino da Alimentação, no Serviço de Alimentação e Higiene Escolar do Departamento de Ensino Profissional, dirigido por Pompêo do Amaral (CARVALHO, 2016).

Há dez anos, pesquisas são realizadas sobre a origem e a evolução do curso de “Auxiliares em Alimentação ou Dietistas”, com aula inaugural em 17 de maio de 1939, no Instituto Profissional Feminino da capital, atual Escola Técnica Estadual Carlos de Campos, e que foi ministrada por Francisco Pompêo do Amaral. Essa escola técnica dispõe de um centro de memória onde se encontra o documento da Aula Inaugural (POMPÊO, 1939), mas não as obras escritas por Pompêo do Amaral e premiadas pela Academia Nacional de Medicina, em 1955 e 1956. Encontrei-as ao ter acesso ao arquivo pessoal da professora Debbble Smaíra Pasotti, em 2009 (Figuras 1 e 2).





Figuras 1 e 2: Livros premiados pela Academia Nacional de Medicina, em 1955 e 1956. Fonte: Arquivo pessoal Debbie Smaíra Pasotti, em 2019.

Em 05 de fevereiro de 2011, visitei o jornalista Fernando Rossetti em sua residência, a fim de conhecer o arquivo pessoal de Francisco Pompêo do Amaral, de posse do seu neto. Nessa data, acessei e emprestei uma encadernação com artigos publicados em revistas científicas de Pompêo do Amaral. Os artigos eram do início da década de 1940, referentes a estudos e pesquisas sobre a alimentação do povo brasileiro, enfatizando a importância do milho na produção de pães, em substituição à importação de trigo, assim como artigos sobre fraudes na produção industrial de alimentos e sobre melhorias para produção e comercialização do leite e seus derivados. Estes foram publicados em sua maioria na Revista Brasileira Agrícola, e foi de grande valia para a

minha pesquisa de doutoramento na Faculdade de Engenharia Agrícola/ UNICAMP (CARVALHO, 2013). Quatro anos depois, em 01 de fevereiro de 2015, recebi o arquivo pessoal de Francisco Pompêo do Amaral, como doação de Fernando Rossetti. Neste artigo, descrevo sobre o recebimento desse arquivo.

Em 2010, fui apresentar um trabalho no XV Congresso Brasileiro de História da Medicina, sobre Francisco Pompêo do Amaral, na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, visitei a Biblioteca de Obras Raras, buscando pelas suas obras premiadas nessa academia, e fui informada da existência do Arquivo na instituição. Em 16 de maio de 2011, retornei a esse arquivo e encontrei um currículo desse médico, datado de 04 de agosto de 1963, e encaminhado à academia nacional para participar como membro correspondente nacional (Figura 3).



Figura 3: Pasta de documentos de Francisco Pompêo do Amaral.
Fonte: Arquivo da Academia Nacional de Medicina, em 2010.

Este documento foi fundamental para desvendar a sua trajetória profissional e social como médico, jornalista, escritor, cientista e professor no campo da alimentação e nutrição no país.

FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: DE ESTUDANTE A MÉDICO

Natural de Piracicaba, São Paulo, Francisco Pompêo do Amaral nasceu em 09 de novembro de 1907. Era filho de Cândida Sampaio do Amaral e de Abelardo Pompêo do

Amaral [1], que era funcionário do Instituto Agrônomo de Campinas, e que, neste ano, estava lecionando na Escola Agrícola Luis de Queiroz, nessa cidade. Quando criança, Francisco Pompêo do Amaral morou em Campinas com mais duas irmãs, Pérola e Maria Gertrudes. Estudou no Colégio Culto a Ciências e frequentou o Clube Regatas, participando de competições esportivas. Em 1925, foi campeão brasileiro de atletismo, defendendo o clube Regatas em 5.000 metros. Francisco Pompêo do Amaral, para “curar-se de bronquite dedicou-se ao atletismo, sarou e foi campeão nacional” [2]. Nessa época, era conhecido por “chicuta” (CARVALHO, 2013).

Em 1927, ingressou na Faculdade de Medicina de São Paulo e começou a atuar também como jornalista. Ainda estudante, Francisco Pompêo do Amaral trabalhou na campanha de profilaxia da febre amarela, levada a efeito pelo Serviço Sanitário do Estado de São Paulo em 1929, e, durante a Revolução Constitucionalista, serviu como médico no Regimento Esportivo, por designação das autoridades competentes (POMPÊO DO AMARAL, 1963, p.4-6).

Sua tese de doutoramento “O domínio extra-diabético da insulinothérapie com aplicação particularizada á therapeutica cardiovascular” foi defendida em 27 de março de 1933, na cadeira de Clínica Médica da Faculdade de Medicina de São Paulo, aprovada com “distincção” (POMPÊO DO AMARAL, 1957). Essa tese de doutoramento dedicada à sua esposa, à memória da mãe, ao pai, aos sogros e aos amigos, foi impressa pela Typographia Rossolillo de São Paulo, com 104 páginas, e adquirida pela autora, higienizada e encadernada pela

Livraria Coleções, localizada na Av. Conselheiro Nébias 754, cj. 2715, Boqueirão, Santos/ SP, em 28 de abril de 2015 (Figura 4).

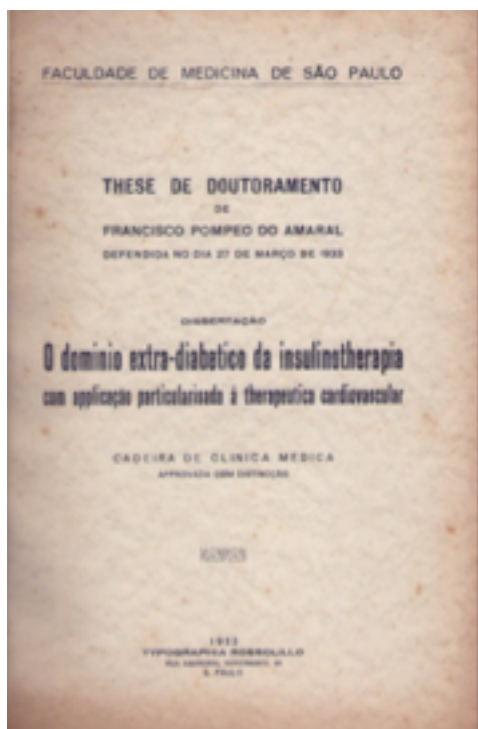


Figura 4: Documento adquirido da Livraria Coleções, em 28/04/2015.
Fonte: Arquivo próprio, em 2019.

Francisco Pompêo do Amaral formou-se médico em 13 de julho de 1933, como endocrinologista, pela Faculdade de Medicina de São Paulo, hoje, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Desde então, foi sócio efetivo da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de

Medicina da Universidade de São Paulo. Nesse mesmo ano, foi integrado ao Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo e comissionado junto à Cruzada Pró-Infância, no período de 1933 a 1934.

Foi nessa instituição que Francisco Pompêo do Amaral fez suas pesquisas, atuando como médico, orientando as atividades das crianças no Parque Pedro II, onde realizavam práticas de exercícios físicos. Em 1933, organizou um fichário institucional, incluindo as condições de vida dessas crianças, que foi apresentado como tese “Considerações em torno do problema da educação física da infância em idade escolar no Estado de São Paulo”, na Conferência Nacional de Proteção à Infância, realizada no Rio de Janeiro, em 1933, e, posteriormente, publicado no Anuário de Higiene (MOTT, 2003, p.32).

FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: DE MÉDICO A PROFESSOR

Como professor, Francisco Pompêo do Amaral iniciou sua carreira no curso de “Instructures de Gymnástica”, em São Paulo, ao ser contratado em 1934. Esse curso deu origem ao primeiro curso de Educação Física na Universidade de São Paulo (MASSUCATO e BARBANTI, 1999, p. 8). Nessa temática, realizou pesquisas e publicou em revistas científicas.

Pompêo do Amaral continuou realizando pesquisas e, em 05 de dezembro de 1936, participou do 2º Congresso Interno da Associação Paulista de Medicina, na Escola

Paulista de Medicina, como congressista na seção de medicina, apresentando a tese "Os carboidratos no regime dos cardíacos". Em 13 de dezembro de 1938, a pedido do Departamento de Educação Física, foi transferido para trabalhar no Centro de Saúde da Penha, como médico-sanitarista, e prestou serviços à Inspetoria de Higiene do Trabalho (POMPÊO DO AMARAL, 1963, p. 3).

Como professor, foi contratado como médico chefe da Superintendência do Ensino Profissional do Estado de São Paulo, em janeiro de 1939 (LAURINDO, 1962), sugerindo a criação do primeiro curso de formação de técnicos em alimentação no país. Este curso foi formalizado pelo Decreto Estadual nº 10.033, de três de março do corrente ano, com a aprovação dos programas dos cursos de Educação Doméstica e Dietética para Donas de Casa e de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação (POMPÊO DO AMARAL, 1939a). Segundo Pompêo do Amaral (1963, p. 13):

"Convidado pelo Secretário da Educação e da Saúde Pública assumiu, a 2 de janeiro de 1939, o cargo de médico-chefe da Superintendência do Ensino Profissional. Cuidou, então, de organizar imediatamente os cursos de formação de técnicas em dietética (antes, Curso de Formação de Auxiliares em Alimentação, e, hoje, Curso de Formação de Dietistas), de acordo com as idéias que tinha exposto no artigo 'UMA CLASSE DE PROFISSIONAIS DE QUE A NAÇÃO CARECE', publicada pela 'Folha da Manhã', de São Paulo, em 15-VII-1938, e pela (Folha de Minas), de Belo Horizonte, em 5-XI-1938 - bem como no prefácio, de sua autoria, do livro 'Noções sobre Química Alimentar', de lavra da Profa. Celina de Moraes Passos, editado pela Cia.

Editôra Nacional, em 1938 (pags. 7 a 16) e ainda cursos de divulgação teórico-práticos de conhecimentos de dietética e arte culinária 'Cursos de Dietética para Donas de Casa'. Inaugurados solenemente, em 17 de maio de 1939, com aula que esteve a seu cargo, foram tais cursos, no gênero, os primeiros instalados no país e constituíram poderosa sugestão para a imediata criação de outros."

No Instituto Profissional Feminino, durante a sessão solene da instalação dos cursos de Dietética, estiveram presentes na mesa de abertura o governador do Estado de São Paulo, Dr. Adhemar de Barros, a primeira dama, Sra. Leonor Mendes de Barros, o secretário, Sr. Alvaro Guião, o professor Carlo Foa, da Universidade de Milão, o Dr. Geraldo de Paula Souza, o professor Horácio da Silveira, o major Theophilo Ferraz Filho, o professor Josué de Castro, Raimundo Duprat e o Dr. Francisco Pompêo do Amaral, segundo reportagem do jornal Correio Paulistano, de 18 de maio de 1939, localizada no acervo do Centro de Memória da Etec Carlos de Campos. No discurso de abertura dos cursos de Dietética, o Sr. Alvaro Guião disse:

"[...] é um prazer e um contentamento fazer parte do vosso governo. Vós fundastes com sabedoria o Instituto de Alimentação, dirigido pelo cientista notável e proficiente organizador que é Paula Souza [3], primeiro Instituto no gênero do Brasil. Vós inauguraes hoje o curso de dietistas, complemento daquelle instituto, visando a formação de technicos em nutrição, primeiro também no gênero no Brasil e que é dirigido por dois emitentes servidores do Estado, patriotas, sinceros, abnegados, cujo devotamento ao bem público commove e entusiasma: Horácio Silveira e Pompêo do Amaral. E aqui está também, convidado por vós

para comparecer a esta aula inaugural, o grande pioneiro dessa cruzada de nutrição racional, o eminente professor pernambucano, illustre por todos os títulos e por todos os valores - Josué de Castro [...]" (CARVALHO, 2013, p. 88)

Ainda em 1939, Pompêo do Amaral publicou o livro "Comer para Viver", localizado no arquivo pessoal de Debble Smaíra Pasotti, e a sua leitura indicou que este foi produzido com a finalidade de divulgar conhecimentos à população de modo a permitir alimentar-se racionalmente, propondo a criação de clínicas de nutrição para escolares, afirmando que, em vários países, esta ação tinha proporcionado bons resultados. Em 1941, esse médico, professor e diretor do curso de "Auxiliares em Alimentação ou Dietistas", apresentou no I Congresso Nacional de Saúde Escolar, duas comunicações, uma foi referente à Educação Alimentar e a outra sobre o Refeitório Modelo do Instituto Profissional Feminino, o que demonstra que ele estava pondo em prática o seu ideário referente à nova profissão (POMPÊO DO AMARAL, 1963, p. 3).

FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL: DE PROFESSOR A ACADÊMICO

Em 04 de julho de 1939, Francisco Pompêo do Amaral apresentou a comunicação "Os cursos de dietética da Superintendência do Ensino Profissional de São Paulo" à Seção de Higiene e Medicina Tropical da Associação Paulista de Medicina. Nesse ano, candidatou-se a vaga na Seção de Medicina Geral da Sociedade de Medicina e

Cirurgia de São Paulo, e conseguiu tornar-se um dos trinta acadêmicos, apresentando a tese "As manifestações frustas da carência do fator vitamínico B1" (POMPÊO DO AMARAL, 1963, p. 9). Durante a sua posse como novo titular na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o do Dr. João Alves de Meira, em seu discurso, desvela sobre o perfil de Francisco Pompêo do Amaral (MEIRA, 1939, p. 218-9):

"Tres annos no mesmo labor quotidiano transformaram em amizade sincera, que o tempo só tem fortalecido, a sympathia mutua que nos approximára. Deste convívio em que Você soube se impor pelo seu valor e pelos seus dotes Moraes e intellectuaes pude aquilatar da sua firmeza de character, da rectidão de suas attitudes, dá inteireza de seu proceder, da robustez de suas convicções e de tantas outras qualidades que formam o seu espírito e a sua personalidade. Foi por isso que com jubilo recebi a honrosa designação do exmo. snr. Presidente para transmitir em nome da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo os votos de boa vinda a esta casa. Conquistando como Você vem de fazer o diploma de sócio titular da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo, vence mais uma etapa na sua carreira profissional á qual, sou testemunha, empresta a maior dedicação e exerce com todo entusiasmo. Você realmente faz parte dessa phalange de luctadores que, exclusivamente a custa do esforço pessoal, sem medir sacrificios, scientes de um dever a cumprir e de um ideal a realizar, vae aos poucos assistindo o reconhecimento dos seus próprios méritos. Você deve sentir-se feliz assim e nós, os seus amigos, igualmente nos alegamos. Desde cedo, Você soube orientar a sua formação medica de accordo com o optimismo que é uma das características de seu espírito, com a confiança que nutre pelas cousas da profissão, dedicando-se ao estudo dos estados

pathologicos em que quase sempre o medico está armado para vencer e em que o espectro da Morte é a mais das vezes afastado. E destes sucessivos resultados felizes o animo do vencedor se reforça, sua fé se incrementa, cresce a coragem para lutar pela confiança na sicencia que domina. E assim Você prossegue também reconfortado na esperança de outras victorias. Especializando-se na medicina esportiva e no estudo da nutrição, do metabolismo e da endocrinologia. Você, procurou, ao mesmo tempo que satisfazer a natural inclinação do seu temperamento, cumprir os verdadeiros aneios da medicina - aqui, ensinando a manter a saúde pela physiocultura, ali, restaurado pela alimentação adequada [...]”.

Em 27 de janeiro de 1944, foi-lhe conferido o diploma de titular da Sociedade de Gastroenterologia e Nutrição de São Paulo, à qual prestou serviços, participando de comissão de julgamento de prêmio. No II Congresso Médico Paulista, realizado pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, entre 1º e 7 de março de 1945, Francisco Pompêo do Amaral foi membro da Comissão Social e de Propaganda, sendo responsável pela secretaria das sessões em que se discutiram os “Temas de Nutrição e Protologia”, participando dos debates e apresentando o trabalho “Considerações sobre a alimentação dos enfermos”, no dia 5 de março, publicado nos anais do evento, volume II, ps. 122 a 126. Pompêo do Amaral também cooperou nas Jornadas Comemorativas do Cinquentenário da Fundação da Liga Paulista Contra a Tuberculose, que ocorreram no período de 17 a 24 de julho de 1949 (POMPÊO DO AMARAL, 1963, p. 3).

Um documento localizado no arquivo pessoal desse médico indica que este ministrou o curso de Aspectos Sociais do Problema da Alimentação, na Academia de Medicina de São Paulo [4], em 1955, proferindo quinze aulas, recebendo um certificado em 15 de dezembro.

Francisco Pompêo do Amaral passou à condição de membro emérito da Academia de Medicina de São Paulo, em 27 de agosto de 1954 e, no ano social 1955-56, foi presidente da Seção de Medicina Social e fez parte da Comissão de Redação da "Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo", publicação mensal editada sob os auspícios da Academia de Medicina de São Paulo. Em 1957, proferiu dez aulas no curso de Patologia da Nutrição e Dietoterapia, na Academia de Medicina de São Paulo, recebendo o certificado em novembro. No ano seguinte, Francisco Pompêo do Amaral, ministrou a palestra "Serviços de Fornecimento de Alimentação em Hospitais - Formação de Técnicos Indispensáveis", no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, promovida pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e de Pesquisas Hospitalares.

Enquanto médico e professor, Francisco Pompêo do Amaral, para atender ao público e servir de campo de prática para suas alunas do curso de Formação de Dietistas [5], organizou, na Policlínica de São Paulo, um Dispensário de Higiene Alimentar e Terapêutica das Moléstias na Nutrição, que funcionou com bastante êxito, sob a sua direção, no período de 05 de abril de 1955 a 13 de fevereiro de 1958. Segundo esse médico, estiveram aos seus cuidados, nesse Dispensário, 637 pacientes e, no período de 1939 a 1958, formaram-se 543 dietistas no

Departamento do Ensino Técnico do Estado de São Paulo (POMPÊO DO AMARAL, 1963. p. 11).

Devido ao arquivo pessoal de Debbie Smaíra Pasotti, com o acesso às obras premiadas de Francisco Pompêo do Amaral pela Academia Nacional de Medicina, foi possível identificar os artigos científicos publicados e citados nessas obras por esse médico, tendo alguns deles sido obtidos na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

A tabela 1 apresenta artigos que Francisco Pompêo do Amaral publicou em revistas médicas referentes ao seu campo de atuação, no período de 1933 a 1973, principalmente, na Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

ARQUIVO PESSOAL DE FRANCISCO POMPÊO DO AMARAL

Os arquivos pessoais de Francisco Pompêo do Amaral de posse da família, de colaboradora ou de instituição como a Academia Nacional de Medicina, contribuíram para traçar a sua trajetória profissional e social enquanto acadêmico paulista e nacional de medicina.

Segundo as arquivistas Lucia Maria Velloso de Oliveira e Eliane Vasconcellos (2015, p. 9),

Os arquivos pessoais, na Arquivologia, não ocupam um lugar central nas discussões ou na produção de conhecimento da área. Tradicionalmente, as principais discussões ou mesmo a construção dos fundamentos

teóricos se baseiam no cenário administrativo institucional e público. Entretanto, esses arquivos pessoais têm sido objeto de interesse de custódia por parte de museus, bibliotecas, centros de pesquisa e de documentação, que identificam coleções relevantes para o desenvolvimento de suas atividades institucionais e para a sociedade. O maior interesse pela pesquisa em história social e em literatura nas últimas quatro décadas impulsiona a Arquivologia no sentido de responder à demanda que se coloca em relação às instituições detentoras desses acervos, em termos de uso e de seus usuários. É possível observar que a área passa a incorporar gradualmente trabalhos de pesquisa sobre os arquivos pessoais. A singularidade da discussão em torno dos arquivos pessoais convoca os pesquisadores ao acesso a esse conjunto de coleções e arquivos que trazem em si a marca da vida íntima. Esses conjuntos documentais singulares, em sua pessoalidade, simbolizam também a conexão dos seus produtores com a sociedade, assim como representam os diferentes segmentos e setores dessa sociedade em um determinado período histórico. Toda essa construção se dá sob um traço cultural e, dialeticamente, contribui para a construção e o acesso a um determinado patrimônio cultural.

Ano	Título	Revista
1933	A propósito das críticas ao emprego da insulino-glicoseterapia das cardiopatias e alguns resultados obtidos com a técnica de Liethinios e Gomez	São Paulo Médico, ano V, vol. I, abr., p. 297 – 310
1938	O ressurgimento da Educação Physica	Educação Physica, Rio de Janeiro, n.16, mar
1939	As manifestações frustadas de carência do fator vitamínico B1. Seu aspecto clínico. A terapêutica e profilaxia de tais estados	Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia, vol. XXXVIII, n° 3 e 4, p. 183 a 212 e p. 271 a 284

1939	Discurso de posse na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 16 de agosto	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vol. 23, nº 7 e 8, julho e agosto, p- 220 a 227
1942	O problema do leite em São Paulo	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo. vol. II, nº 1 e 2, jan.- fev., p. 1- 22, nº 11 e 12, nov.-dez., p. 300 – 316
1943	A substituição da manteiga considerada sob o ponto de vista nutritivo	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, jul-ago.
1944	Alimentação e nutrição: importância da alimentação, para o indivíduo e para a coletividade	Revista Gazeta Clínica, São Paulo, jan-dez, ano XLII, nº 1 a 12, p. 7 - 9
1944	A alimentação da população no momento que atravessamos.	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, julho e agosto, p. 27- 38
1945	A Faculdade de tipo norte-americano, que agora temos	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, julho e agosto, p. 240- 243.
1948	O Leite	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vol. VIII, nº 2 e 3, fev. e mar., p. 57-103 e p. 107-127
1951	O Bócio endêmico e o uso obrigatório de sal iodado	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Vol. XI. Nº 3, março.
1951	Variações das condições da alimentação da população paulistana, no curso do último decênio	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Vol. XI. Nº 7, julho, p. 25-42.
1951	Endemia de amebíase em São Paulo	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, XI. Nº 9, setembro, p. 45-54.
1951	Considerações à margem do problema da alimentação de nosso povo. Sobre o pretensão enriquecimento de muitos alimentos e o empobrecimento do leite	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Vol. XI. Nº 12. Dezembro. p. 17-32.
1955	Evolução do custo da alimentação em São Paulo, a partir de 1941	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Notícia em vol. XV, nº 3, mar., p. 150

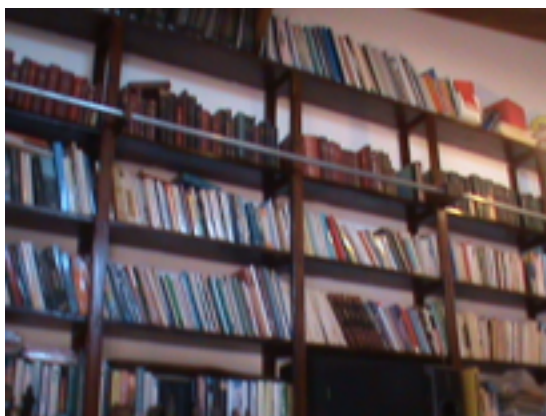
1955	Uniformização dos cursos de formação de técnicos em alimentação	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vol. XV, nº 5, mai., p. 272-274.
1956	A desatida questão do metabolismo basal do homem dos trópicos	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vol. XVI, nº 5, mai., p. 235-248.
1958	O sentido da campanha em favor do uso do feijão soja na alimentação humana	Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vol. XVIII, nº 2, fev., p. 89 – 102.
1967	Clínica das doenças da nutrição e dietoterapia – IV. Diretrizes do exame dos pacientes em clínica especializada. Exames de laboratório. Provas Funcionais	Revista Brasileira de Medicina, abr, vol. 24, nº 4, p. 268-273.
1973	O alimento do futuro	Boletim da Academia Nacional de Medicina. Rio de Janeiro, v.145, p. 133-143.

Tabela 1: Artigos de Francisco Pompêo do Amaral publicados em revistas científicas na área médica, localizados em bibliotecas ou arquivos institucionais (1933 a 1973).

O arquivo pessoal do médico Francisco Pompêo do Amaral ficou de posse do seu neto, o jornalista e cientista social Fernando Rossetti Ferreira, filho de Sérgio Henrique Ferreira, médico e professor aposentado da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, e neto da diretora Zenith Freire, farmacêutica que atuou na educação profissional. Essa doação à pesquisadora aconteceu em 01 de fevereiro de 2015, quando esta recebeu, em sua residência, esse acervo bibliográfico composto de cinco caixas de livros a serem inventariados. Nessa data, Fernando Rossetti assinou uma carta de cessão à professora-pesquisadora, para que essa pudesse disponibilizar a guarda desse acervo bibliográfico ao Centro de Memória da Educação Profissional e

Tecnológica Institucional ou a outras instituições de acervos escolares para ter a sua guarda.

Deste acervo bibliográfico, parte estava de posse de Fernando Rossetti, e outra parte, da biblioteca de Francisco Pompêo do Amaral, que faleceu em São Paulo, em 9 de outubro de 1990, foi doada à Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FAEPA), pela família, nos anos de 1999, 2000 e 2002. Durante a visita para conhecer a biblioteca pessoal de Francisco Pompêo do Amaral, em 05 de fevereiro de 2011, a pesquisadora fotografou seus livros e uma foto desse médico ao lado de sua segunda esposa, Zenith Freire, na década de 1940 (Figuras 5 e 6).





Figuras 5 e 6: Biblioteca pessoal de Francisco Pompêo do Amaral, com seus livros na penúltima prateleira, na residência de Fernando Rossetti; e fotografia desse médico, no Instituto Profissional Feminino, ao lado de Zenith Freire, à direita, e da diretora Laia Pereira Bueno e da professora Debble Smaíra, à esquerda, na década de 1940.

A Figura 5 mostra os livros que constam deste acervo, que a pesquisadora recebeu e organizou, mantendo-os na ordem das caixas recebidas, para elaborar a ata de recebimento desse acervo, encaminhada à família, em 05 de fevereiro de 2015, e que estão contabilizadas a seguir:

Caixa 1: 21 livros;

Caixa 2: 24 livros + 8 Revistas Brasiliense;

Caixa 3: 31 livros (e mais uma agenda de 1997 e um dicionário de francês, em dois volumes, no nome de Fernando Rossetti);

Caixa 4: 24 livros + 6 Revistas Brasiliense Nº28/40/43/46/47/51 + Revista Síntese, 1964 nº21; e

Caixa 5: 39 livros + tese de doutorado do filho Sérgio Henrique Ferreira com dedicatória a Pompêo do Amaral de 1964.

Durante a contabilização dos livros deste acervo bibliográfico, observou-se que, na maioria, são referentes a sociologia ou história: no Brasil, na América Latina, nos Estados Unidos e na União Soviética. Alguns são do campo da alimentação e nutrição, outros são romances, livros de filosofia, livros didáticos de biologia e química (alguns de seu pai, o médico Abelardo Pompeu do Amaral) e uma coleção encadernada da Revista Brasiliense (que contém 12 artigos de Francisco Pompêo do Amaral, que foi um dos fundadores da Revista Brasiliense). A esse acervo incluem-se os 12 livros e os 10 documentos pessoais que estavam com a pesquisadora, como certificados de participação em congressos, desde 05 de fevereiro de 2011, quando visitou pela primeira vez o arquivo pessoal de Francisco Pompêo do Amaral. Este acervo bibliográfico contém 166 livros que precisam ser inventariados e catalogados para difusão.

CONCLUINDO

Pode-se dizer que os arquivos pessoais de professores contribuem para a história da educação e da ciência, e para elucidar sobre o patrimônio cultural histórico-educativo ou da ciência e tecnologia localizados em instituições escolares ou privadas. Esses arquivos pessoais de professores geralmente trazem papéis pessoais e de família, como documentos de estado civil, documentos relativos a escolaridade e formação de carreira como nomeações, atribuições, cadernos de notas de aulas e de cursos, fotografias, livros e papéis nas funções públicas e privadas exercidas, entre outros documentos.

O arquivo pessoal da professora Debbble Smaíra Pasotti, já descrito em um artigo (CARVALHO, 2016), possibilitou o acesso às obras premiadas de Francisco Pompêo do Amaral pela Academia Nacional de Medicina, em 1955 e em 1956, permitindo identificar os artigos científicos publicados e citados nessas obras por esse médico, possibilitando ter acesso a alguns deles localizados na Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Entre esses artigos, o do discurso de posse de Francisco Pompêo do Amaral, como acadêmico na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, atual Academia Paulista de Medicina, pronunciado pelo médico João Alves Meira, em 1939.

No entanto, pode-se afirmar que o próprio Francisco Pompêo do Amaral contribuiu para desvendar a sua trajetória enquanto médico, jornalista, professor e cientista, ao elaborar o documento “Trabalhos e títulos do Doutor Francisco Pompêo do Amaral”, de 04 de agosto de 1963, localizado no Arquivo da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Esse documento foi encaminhado por esse médico, na época, com a intenção de concorrer a membro correspondente nacional da academia. Em 16 de maio de 2011, encontrou-se, além desse currículo de agosto de 1963, uma ficha de inscrição de Francisco Pompêo do Amaral a membro correspondente nacional na Academia Nacional de Medicina de 1960, e informando que este foi empossado em 30 de junho de 1969, nessa função.

A despeito de tudo isso, em 1986, Francisco Pompêo do Amaral publicou pela Editora Alfa Omega o seu último livro, "Discriminação e Mistificação em Alimentação", que deu resposta a questões polêmicas sobre o emprego da soja na alimentação humana. Francisco Pompêo do Amaral faleceu em São Paulo, em 09 de outubro de 1990, no Hospital do Servidor Público.

Francisco Pompêo do Amaral, ilustre cidadão brasileiro e patriota, nos deixou um legado enquanto médico, professor, jornalista, cientista e escritor, e conhecer a sua obra é fundamental para resgatar a importância de São Paulo na construção de políticas públicas no campo da alimentação e nutrição.

NOTAS

[1] Abelardo Pompeu do Amaral (1865 - 1945) nasceu em Campinas, era filho de Francisco Emilio Pompeu do Amaral e de Gertrudes Egydio Pompeu do Amaral. Estudou no Colégio Culto a Ciências e, aos 19 anos, seguiu para a Europa para estudar Medicina. Esse médico, formado pela Universidade de Genebra, foi colaborador de diversos jornais com o pseudônimo de "Cincinatus". Como pesquisador foi autor do livro "Cultura Prática e racional do cafeeiro" e um dos Fundadores do Centro de Ciências, Letras e Artes em Campinas. Em 1954, por meio da Lei n. 1085, de 11 de março, passa a ser nome de rua em sua cidade. Fonte: Centro de Memória da UNICAMP, em 2010. Em 1888, foi contratado como químico auxiliar na Estação Agronômica de Campinas, e era especialista renomado na cultura de café. (MELONI, 2004, p. 151, in CARVALHO, 2013, p. 87)

[2] Escritos sem autoria n. 2083 sobre a Rua Francisco Pompêo do Amaral. Fonte: Centro de Memória da UNICAMP, em 2010. (CARVALHO, 2013, p. 87)

[3] O Secretário da Educação referia-se ao Centro de Estudos sobre Alimentação, criado pelo Decreto Estadual N° 9.906, de 06 de janeiro de 1939, em São Paulo (CARVALHO, 2013, p. 88).

[4] Como médico Pompêo do Amaral esteve engajado com as atividades da Academia de Medicina de São Paulo, sucessora da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada em março de 1895, com a finalidade de preservar a tradição, a história e o progresso da Medicina e das ciências afins, e com a Associação Paulista de Medicina. (CARVALHO, 2013, p. 94)

[5] O desmembramento do curso de Formação de Mestras de Educação Doméstica e Auxiliares em Alimentação ocorreu em 09 de outubro de 1953, passando a "Formação de Professoras de Educação Doméstica e Trabalhos Manuais" e de "Formação de Dietistas", por meio da Lei Estadual Nº 2.318, resultado do Projeto de Lei Nº 697/1952, do ex-deputado Arnaldo Laurindo. (LAURINDO, 1962, v.1, p. 306)

[6] Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FAEPA), recebeu da família de Francisco Pompêo do Amaral parte do seu acervo bibliográfico <www.faepe.br/Biblioteca-historia-medicina/Default.asp?ID=3> Acesso 6 set. 2019.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no **Brasil**: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza. 486p. Tese (Doutorado em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2013.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Francisco Pompêo do Amaral: médico, jornalista, professor e escritor científico no campo da alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Intelêctus**, ano XIV, n.1, 2015, p. 103-126.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Contribuição de Debbble Smaíra Pasotti para a Pesquisa Histórica no campo da alimentação e Nutrição no Brasil. In: MENEZES, Maria Cristina. Patrimônio Histórico-Educativo: Como não se envolver? Desafios Iberoamericanos: o patrimônio Histórico-Educativo em Rede. Campinas: CIVILIS/UNICAMP-RIDPHE/URSP, 2016, p. 553-83.

CARVALHO, Maria Lucia Mendes de. Patrimônio Cultural da Química e da Dietética no Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos (SP): Catálogo de pesquisa sobre a arquitetura escolar, artefatos e suas possibilidades de musealização. São Paulo: Centro Paula Souza, 2017, 144p.

LAURINDO, Arnaldo. **50 Anos de Ensino Profissional**. Estado de São Paulo. 1911 - 1961. Editora Gráfica Irmãos Andrioli S.A., em São Paulo. 1962.

MASSUCATO, J. G. BARBANTI, V. J. 1999. Histórico da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. **Revista Paul. Educação Física**, São Paulo, v. 13, p. 7-12, dezembro.

MEIRA, João Alves. Discurso na posse de Francisco Pompêo do Amaral na Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Boletim da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, vol. 23, jul.-ago., n. 7-8, p. 218-220, 1939.

MELONI, Reginaldo Alberto. **Ciência e Produção Agrícola**. A Imperial Estação Agronômica de Campinas, 1887-1897. Séries Teses. 1ª Edição São Paulo: Humanitas, 2004.

MOTT, M. L. Estudos Bibliográficos e Filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byington. **Revista Niterói**, v. 3, n.2, p. 21-41, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. VASCONCELLOS, Eliane. **Arquivos pessoais e cultura**: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015, 348p.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **Aula Inaugural**. Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa, 1939.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **Os Cursos de Dietética**. Organizados e Inaugurados na Superintendência do Ensino Profissional. 1ª Edição. Santos: Edição do Instituto D. Escolástica Rosa, 1939a.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **Comer para viver**. Alimentos, Princípios Imediatos e Sais Minerais. Trabalho da Secção de Alimentação e Nutrição da Superintendência do Ensino Profissional. Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, São Paulo. 1939b.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **O Leite**. Problema Nacional. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro. 1957.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **O Problema da Alimentação**. Aspectos Médico-Higiênico-Sociais. Prêmio Academia Nacional de 1956. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora. 1963.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. **Trabalhos e títulos do Doutor Francisco Pompêo do Amaral, para concorrer a membro correspondente nacional**, de 04 de agosto de 1963. Acervo do Arquivo da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro/RJ, em 16 mai. 2011.

POMPÊO DO AMARAL, Francisco. Discriminação e Mistificação em Alimentação. A FAO, A OMS, etc. contra os povos subdesenvolvidos!". Editora Alfa-Omega, São Paulo.1986.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivos de Cientistas**. Gênese documental e procedimentos de organização. Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo: ARQ-SP, 2012, 128p.

O @PERSONA.ARQ E SEU PAPEL NA DIFUSÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

RAFAELLA DE SOUZA SERAFIM
PATRICIA LADEIRA PENNA MACÊDO

A rapidez no acesso à informação e na difusão do conhecimento permite novas abordagens sobre os processos informacionais. Como resultado desse contexto, caracterizado por mudanças nas formas de comunicação, pelo avanço do meio tecnológico e pelo crescimento do ciberespaço, têm sido observados novos paradigmas relacionados a diversas áreas. No campo dos arquivos, a internet, apesar de facilitar o acesso aos documentos, tem levantado questões quanto à autenticidade e à preservação dos acervos.

O autor Richard Cox (2017) salienta que o avanço do ciberespaço, além de transformar o contexto informacional, também implica em mudanças no suporte. Para ele, em certa época, a informação estava associada a expressões físicas ou materiais, porém, no contexto atual, ela está associada a computadores e internet. Esses suportes facilitam a produção de documentos pessoais essenciais, como as certidões de quitação eleitoral ou os

comprovantes de transações bancárias que, atualmente, são emitidos de forma totalmente *online*.

Considera-se que os documentos pessoais refletem a memória de seus produtores e da sociedade na qual foram criados, representam as relações sociais, econômicas e afetivas do titular do arquivo, e contribuem no que tange à construção da memória coletiva. Ao reconhecer sua importância e o impacto causado pelo meio tecnológico sobre a produção desses arquivos, o arquivista tem a oportunidade de propor estratégias que auxiliem na sua gestão e preservação.

Um dos objetivos centrais do presente artigo é apontar o uso das redes sociais como veículo para a conscientização dos indivíduos sobre a importância dos arquivos pessoais. Entende-se que, no contexto das novas mídias, responsáveis pela difusão da informação, o alcance e o papel exercido por essas ferramentas no dia a dia dos indivíduos é indiscutível, tornando a conexão entre as áreas favorável para o compartilhamento das informações.

Nesse sentido, considerando que as redes sociais exercem um papel protagonista e que são cada vez mais utilizadas como principal meio para se obter informações, criamos o perfil online *@persona.arq*, com o objetivo de orientar o cidadão comum para a importância dos documentos pessoais no âmbito da construção da memória e da identidade social.

Portanto, para aqueles que trabalham com arquivos, faz-se necessária e essencial a reflexão sobre essa nova realidade informacional, bem como os desafios por ela apresentados. Essa perspectiva influencia, inclusive, a própria razão de ser dos profissionais arquivistas, que

deixam de se reconhecer como “guardiães de papéis”, para tornarem-se personagens estratégicos no âmbito da difusão e da preservação do patrimônio documental.

NOVA REALIDADE DOS ARQUIVOS PESSOAIS

O reconhecimento dos documentos pessoais enquanto arquivos com capacidade de servir a demandas históricas e sociais, para além das relacionadas ao âmbito privado pessoal, ocorre no século XIX e sob grande influência das chamadas *sociedades históricas* [1].

O fato da acumulação dos documentos pessoais ser caracterizada como espontânea e natural, dificultou o reconhecimento destes enquanto arquivos e foco dos estudos teóricos da Arquivologia. A vontade – expressa na decisão do titular do arquivo por guardar um ingresso de cinema, sua correspondência, diários e outros itens diversos, somente com o intuito de revisitar, daqui a alguns meses ou anos, aqueles eventos – acaba por tornar desafiador o conceito clássico de arquivos, reconhecidos enquanto conjunto de documentos probatórios, produzidos a partir de uma determinada atividade.

No entanto, embora diferente dos arquivos institucionais, os pessoais também se configuram como provas. Sue Mckemmish (2018) defende que é igualmente importante investigar o fenômeno do colecionamento de arquivos pessoais como um dos parâmetros institucionais para se preservar a memória de uma sociedade. A autora ressalta a necessidade de refletir sobre até que ponto esses arquivos podem cumprir o papel de transformar as

provas *de mim* em provas *de nós*. Nessa perspectiva, os arquivos pessoais adotam características do tempo e do espaço nos quais são produzidos, devendo ser valorizados por sua importância para o contexto histórico.

Mesmo que estes documentos não estejam diretamente relacionados ou condicionados a rígidos padrões governamentais ou institucionais, eles refletem o contexto sociocultural e histórico no qual foram criados, e por isso exercem um papel importante para construção da memória social.

Atualmente, para além da discussão se arquivos pessoais são parte do foco e do escopo da Arquivologia, debate-se a necessidade de se pensar e trabalhar com os “novos espaços de arquivamento” dos documentos pessoais, ou seja, aquilo que a mesma Sue Mckemmish denomina de “arquivo pessoal e público *online*” (MCKEMMISH, 2013, p. 31-32). Essa realidade exige um novo papel do arquivista, uma vez que reconhecer e articular as mudanças radicais na sociedade e a influência delas na teoria e prática arquivística é o que caracteriza os melhores teóricos da área, segundo afirma Terry Cook (1997, p. 20).

Desafios novos exigem um esforço e um repensar das formas tradicionais de arquivamento e tratamento dos arquivos, e trabalhar com arquivos pessoais no contexto atual é refletir sobre o universo tecnológico que tem um impacto cada vez mais significativo na produção documental.

Corroborando o pensamento de Terry Cook, o arquivista Richard Cox (2017) relata que as transformações sociais ocorridas por intermédio do meio tecnológico são

inevitáveis; o avanço das tecnologias e do ciberespaço é marca característica da nossa época e impulsiona mudanças em todas as áreas do conhecimento. Atualmente, com pouco esforço é possível pensar em uma atividade diária onde se produza arquivos digitais.

A maior parte das publicações sobre pesquisas e métodos práticos de trabalho com a internet não considera o ciberespaço como um domínio arquivístico. Naturalmente, existem muitas coisas na internet que não têm quase nada a ver com essa noção do universo documental, mas os profissionais dos arquivos não deveriam usar isso como desculpa para ignorar a rede mundial. Esta tem sido analisada predominantemente sob a ótica dos bibliotecários e dos especialistas da tecnologia da informação, cujos pontos de vista costumam ser muito diferentes do que pensam os arquivistas. (COX, 2017, p. 372).

No contexto social, onde os indivíduos dependem cada vez mais das novas tecnologias, é essencial refletir sobre o papel dos arquivos e dos arquivistas como agentes capazes de entender e de agir sobre os novos paradigmas da informação. Os arquivistas que coordenam e atuam em instituições de custódia ou na área acadêmica precisam estar conectados com a realidade presente. Enquanto profissionais que entendem os arquivos pessoais como documentos relevantes para a construção da memória e da identidade social, espera-se que eles possam desenvolver estratégias para conscientizar não apenas seus pares, mas a sociedade como um todo, sobre a importância desses novos formatos documentais.

Dentro dessa perspectiva, foi desenvolvido o perfil *@persona.arq* no *Instagram*, que objetiva capacitar e conscientizar os indivíduos sobre os arquivos pessoais. O uso dessa ferramenta visa auxiliar no diálogo entre o cidadão comum e a área arquivística.

O @PERSONA.ARQ

Para os arquivos pessoais, a revolução no meio digital tem um impacto significativo. Em geral, esse tipo documental está vinculado à produção individual e particular. Atualmente, os documentos físicos – como as cartas, diários e fotografias encontradas nas caixas de lembranças ou gavetas de avós zelosas – vêm sendo substituídos por uma produção totalmente digital. Os *blogues*, os textos nas redes sociais e as fotos criadas digitalmente configuram um tipo desconhecido de documento. Essas novas características apontam que os acervos arquivísticos estão passando por transformações em sua natureza e em seu suporte, o que torna urgente a necessidade de reflexão e elaboração de novas estratégias para sua gestão.

Neil Beagrie (2005 *apud* COX, 2017, p. 52) salienta que as pessoas são capazes de criar, recuperar e armazenar uma quantidade cada vez maior de informações digitais sobre si ou para si, e, à medida que os acervos pessoais saem do formato de papel ou seus análogos e adotam formas híbridas e cada vez mais digitais, começam a surgir acumulações pessoais digitais. Grande parte dessa

acumulação resulta das redes de interação no ambiente digital.

As redes sociais passaram a ter importância crucial na comunicação nos últimos anos. De acordo com o relatório *Digital 2019: "Brazil"*, elaborado pelas empresas *We Are Digital* (do ramo de consultoria) e *Hootsuite* (especializada em gestão de marcas), atualmente há cerca de 140 milhões de usuários de redes sociais no Brasil, um crescimento de 7,7% (ou 10 milhões de usuários) desde 2018. O relatório também identificou que os usuários gastam em média 3h34min por dia em redes sociais, além de que, do total, 71% utilizam o *Instagram*.

O *Instagram*, rede social escolhida para o *@persona.arq*, foi lançado em 2010 e atualmente é um dos aplicativos que registram o crescimento mais rápido no uso diário, conforme relatório da empresa de auditoria e consultoria *Deloitte* (2018, p. 16). Essa rede permite compartilhar vídeos, fotos e utilizar *hashtags* para encontrar e disseminar conteúdo. A escolha da ferramenta para abrigar o nosso perfil foi fundamentada nos dados mencionados anteriormente e também pelo fato de que ela, diferentemente de outras redes sociais como o *Facebook*, nos oferece informações acerca do perfil do usuário, como região, idade e o nível de interação com o conteúdo produzido na página.

Nesse sentido, a difusão de conhecimento arquivístico no ciberespaço, contribui para aproximar e conscientizar os cidadãos. Os documentos de arquivo, por serem registros da sociedade, são necessários à vida civil, pessoal e profissional de seus integrantes, portanto, é imprescindível, que as instituições arquivísticas dêem cada

vez mais atenção à emergência de um novo tipo de usuário, que busca acesso ao arquivo como forma de conquistar espaço no discurso histórico a partir de uma revisão das interpretações existentes sobre o passado. Reivindicações estas que, segundo Luciana Heymann, “têm como objetivo, muitas vezes, reparar o silêncio e a invisibilidade que marcaram a trajetória dessas coletividades” (HEYMANN, 2010, p. 120).

De fato, percebe-se como, atualmente, muitas instituições [2] passaram a utilizar esses canais para interagir com o público, já que, devido ao alcance das redes de compartilhamentos, é possível atingir com facilidade um número de usuários maior do que seria possível apenas por meio dos canais formais de divulgação.

Quanto mais “seguidores/curtidas” um perfil [...] tiver, maior será o alcance e a probabilidade de maiores compartilhamentos da publicação. O compartilhamento feito por um outro ator poderá suscitar um interesse de outros atores, fazendo com que seja possível aumentar a quantidade de “seguidores/curtidas/amizades” no perfil das instituições e, conseqüentemente, seu alcance. (PEREIRA, 2016, p. 100).

Através das postagens produzidas pelo perfil *@persona.arq*, buscamos oferecer informações para que os usuários e potenciais produtores de arquivos pessoais possam reconhecer a importância de seus documentos e, com isso, buscar meios seguros para sua preservação. Questão essa ratificada por Richard J. Cox:

[...] Em lugar de tentar atrair a atenção de um público ocupado com um milhão de outras coisas, os arquivistas têm hoje a chance de se relacionar com um número crescente de indivíduos que buscam orientações sobre a seleção, organização e preservação de documentos de valor duradouro. Para que isso seja possível, esses profissionais devem alterar sua missão e suas prioridades práticas, mas os resultados possíveis podem ser sem precedentes em termos de apoio a sociedade e de melhorias do perfil profissional. (COX, 201, p. 25).

Criado em março de 2019, o *@persona.arq* visa conscientizar o indivíduo comum sobre a importância da preservação dos arquivos pessoais. Em forma de *posts*, divulgamos conhecimentos sobre a prática da auto-gestão documental; além disso, incentivamos o pensar crítico sobre a construção de narrativas mais amplas e diversificadas para os acervos.

O conteúdo difundido na página do *@persona.arq* é organizado por linhas de postagens previamente definidas e continuamente abordadas ao menos uma vez a cada mês. Os três eixos temáticos principais são: a difusão, a autogestão e a pesquisa. Fora desse arco principal, abordam-se conteúdos que versam sobre temas transversais aos arquivos pessoais, como: teoria, cinema, arte, literatura, datas comemorativas, curiosidades etc. Essa diversidade temática visa estabelecer o diálogo entre os arquivos pessoais e questões significativas do cotidiano social.

Por essas características, o perfil em questão enquadra-se no que atualmente é considerado por "difusão", esta que é uma função arquivística que visa disseminar

informação por meio de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos.

De acordo com Heloisa Bellotto, a difusão pode ser de cunho editorial, educativo e cultural, sendo a primeira relacionada a publicações cujo conteúdo abarque o acervo documental. A segunda envolve os serviços de assistência educativa, onde a autora considera que “nos modernos métodos didáticos não foram incluídos os usos possíveis da documentação de arquivo” (BELLOTTO, 2006, p. 230). Por fim, ao serviço de difusão cultural competem:

duas vias contrárias de ação: a que lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo (BELLOTTO, 2006, p. 228).

Assim, realizar atividades estratégicas de divulgação, disseminação, transmissão e disponibilização de informações exige um entendimento amplo de canais de comunicação, os quais estão se tornando cada vez mais numerosos.

Torna-se necessária uma atenção a três elementos na difusão: o usuário da informação, o conteúdo a ser difundido e o uso de tecnologias de informação e comunicação. Para atingir uma difusão ampla de forma eficaz e efetiva, acreditamos que seja preciso uma abordagem interdisciplinar, levando em conta algumas temáticas específicas: acessibilidade e transparência, marketing aplicado a serviços e produtos de informação, estudo de usuários, comportamento informacional,

mediação da informação e literacia informacional. (ROCKEMBACH, 2015, p. 105).

A rapidez das atualizações e a facilidade de uso das ferramentas digitais geram uma espécie de frenesi para os indivíduos investidos em criar documentos pessoais. Por essa lógica, o arquivista tem o papel de auxiliar aqueles que almejam garantir a segurança e a confiabilidade desses documentos. Mais do que auxiliar os profissionais e estudantes da área de Arquivologia, o conteúdo de auto-gestão produzido pelo *@persona.arq* prioriza a capacitação do cidadão comum.

Através de dicas práticas, orientamos os leitores para uma auto-gestão mais consciente dos seus arquivos. Ressaltamos a importância do armazenamento adequado dos documentos, independente do formato. Nesse âmbito, salientamos a importância que os arquivos digitais ocupam no dia a dia e os riscos que as constantes mudanças tecnológicas representam para quem acha que salvar tudo *online* garante a perenidade.

Segundo Richard J. Cox, os arquivistas precisam acrescentar à sua pauta profissional a formação de cidadãos para um conhecimento básico de como cuidar de seus próprios documentos históricos.

O atual interesse pelo arquivo pessoal representa uma excelente oportunidade para os arquivistas reimaginarem e comunicarem melhor sua missão na sociedade por meio da assistência a pessoas que já tenham desenvolvido algum interesse na empresa arquivística. Precisamos que alguns arquivistas criem publicações, sites e outros materiais de treinamento que ajudem parte do público. (COX, 2017. p. 25)

Conforme o ponto de vista do autor, no universo documental atual, não é mais admissível o papel passivo dos arquivistas, onde estes esperam de forma despretensiosa o recolhimento ou a “chegada” de arquivos às instituições de custódia. Para o autor, uma orientação específica deve ser elaborada, difundida e incentivada pelos arquivistas junto aos produtores ainda no momento da custódia. Portanto, uma atitude mais proativa por parte dos profissionais seria uma possível solução para o futuro dos documentos de arquivos pessoais, principalmente aqueles produzidos pelo cidadão comum.

Embora, no âmbito de sua política, o perfil tenha como objetivo principal conscientizar o indivíduo comum para a importância dos arquivos pessoais, o nosso terceiro tópico principal, as novas pesquisas, volta-se majoritariamente para o público acadêmico. Nossa intenção é divulgar trabalhos, teses, artigos e dissertações que abordem questões atuais. Com isso, almejamos salientar e enriquecer as discussões que vêm sendo produzidas no âmbito da academia. Ao transpor a barreira dos *sites* institucionais, esses trabalhos têm a possibilidade de alcançar um público maior, gerar mais discussões e, conseqüentemente, enriquecer o campo teórico.

Entende-se ainda que a construção de uma Arquivologia de cunho sociocultural envolve não apenas o trabalho de difusão dos arquivos na sociedade, mas também a participação das detentoras do tesouro documental: as instituições arquivistas. Por muito tempo, essas instituições priorizaram arquivos de uma minoria, e,

por isso, é interesse da página divulgar acervos pouco conhecidos.

Incentivamos a doação de acervos pessoais de indivíduos comuns que estão de fora das tradicionais e reconhecidas esferas de recolhimento (arquivos pessoais de cientistas, literatos, políticos etc). Para isso, oferecemos informações sobre locais que recebem acervos pessoais, e também depoimentos daqueles que doaram seus respectivos documentos. Nessa linha, optamos por criar o *#arquivodomes*, onde selecionamos um homenageado pouco conhecido que tenha seu acervo custodiado, e abordamos os aspectos biográficos, de guarda e gestão. O *Arquivo do mês* ajuda o público a entender melhor a configuração que esses acervos assumem quando doados a uma determinada instituição.

Para obter os resultados sobre a relevância do que vem sendo produzido, nos baseamos na interação dos usuários no próprio perfil, já que o próprio *Instagram* disponibiliza ferramentas para avaliação e alcance das postagens. Considera-se também a interação dos usuários com o conteúdo, já que recebemos um número considerável de mensagens e comentários. Por meio desses dados, observamos, por exemplo, um maior interesse dos leitores pela linha que chamamos de “novas pesquisas”, como abordada anteriormente, que objetiva divulgar os trabalhos recentes de arquivos pessoais.

As informações do perfil nos permitem, assim, elaborar estratégias de difusão de acervos de forma mais atual, e, como diz Moisés Rockembach, “numa Arquivologia emergente e conectada ao seu tempo” (ROCKEMBACH, 2015, p. 113). Por meio do *@persona.arq*, procura-se

dinamizar as formas de transmitir o conhecimento acerca dos arquivos pessoais. Tendo em vista que os avanços tecnológicos influenciam os hábitos individuais, ao produzir conteúdo voltado para o conhecimento e a autogestão do arquivo, o profissional arquivista se torna parte ativa na difusão do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arquivos pessoais, reconhecidos tardiamente pela Arquivologia, apresentam lacunas teóricas em razão de ainda hoje apresentarem uma produção teórica em desenvolvimento. No que tange aos arquivos pessoais produzidos em ambientes digitais, esse tema torna-se ainda mais silenciado e cercado por dúvidas e incertezas. Por isso, para além de incentivar estudos e conhecimento, o perfil desenvolvido tem a função de orientar os usuários para a gestão dos seus documentos de arquivo, sejam eles produzidos em formato de papel ou digital. Busca-se fornecer ferramentas e estratégias próprias da Arquivologia para o tratamento e preservação para o público em geral, por meio de uma linguagem clara, didática e com material de fácil acesso.

Ao longo do presente artigo, evidenciamos mudanças paradigmáticas que foram fundamentais para a compreensão dos arquivos pessoais no contexto atual. Consideramos que esses documentos, por não possuírem as características que a teoria entende como necessárias para um documento de arquivo, ficaram por muitos anos negligenciados. Entretanto, salientamos seu valor para a

construção da memória e da identidade, e, por esse motivo, sua criação e salvaguarda devem ser incentivadas e direcionadas, visando a conscientização dos indivíduos para sua importância.

Apontamos também a necessidade do profissional arquivista exercer um papel proativo, que entenda que as demandas do campo arquivístico e principalmente dos arquivos pessoais já não são as mesmas. Agir sobre esse contexto, onde as novas tecnologias têm um papel fundamental na criação dos documentos, é estar consciente de que a *práxis* arquivística não é feita sempre da mesma forma. Pensar o profissional de arquivo como um simples "*guardião de papéis*" é diminuir sua importância para o campo e conseqüentemente para a sociedade.

NOTAS

[1] Fundadas no final do século XIX por historiadores, essas associações privadas assumem a responsabilidade rejeitada pelos arquivos públicos na preservação de arquivos privados e pessoais, muitas das quais com escopo que compreende a história local e regional. In: DUARTE, R. C. *Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias*. UNESP. Marília, 2018.

[2] O Arquivo Nacional, a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Moreira Sales e a Fundação de Biblioteca Nacional são exemplos de instituições com grande alcance de público nas redes sociais.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

COX, Richard. **Arquivos pessoais**: um novo campo profissional: leituras, reflexões e reconsiderações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DELOITTE. **Global Mobile Consumer Survey 2018 - Brasil**. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/technology-media>

telecommunications/Global-Mobile-Consumer-Survey-2018-Deloitte-Brasil.pdf. Acesso em: 19 ago. 2019.

DUARTE, Renato Crivelli. **Arquivos pessoais**: institucionalizações e trajetórias. UNESP. Marília, 2018.

HEYMANN, Luciana Quillet. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (orgs.). **Documento**: gênese e contexto de uso. Niterói: EDUFF, 2010, p. 111-122.

HOBBS, Catherine. Vislumbrando o pessoal: reconstruindo traços de vida individual. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (orgs.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: editora UFMG, 2016.

IBGE. **PNAD Contínua TIC 2017**: Internet chega a três em cada quatro domicílios do país. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Acesso em: 14 out. 2019.

MCKEMMISH, Sue. Provas de mim...Novas considerações. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joelle, HEYMANN, Luciana (orgs.). **Arquivos pessoais**: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 17-44.

NEIL, Beagrie. Plenty of room at the botttom? Libraries and Collections. **D-lin Magazine**, m. 11, June 2005.

PEREIRA, Diogo Baptista. **Diretrizes para o uso das redes sociais pelas instituições arquivísticas brasileiras**. Produto técnico-científico, requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, submetido ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2016/pereira-diogo-baptista-diretrizes-para-o-uso-das-redes-sociais-pelas-instituicoes-arquivisticas-brasileiras-1/view>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 98-118, jan./jun. 2015.

WE ARE SOCIAL; HOOTSUITE. **Digital 2019**: Brazil. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2019-brazil>. Acesso em: 18 ago. 2019.

TIPOLOGIA DOCUMENTAL EM ARQUIVOS PESSOAIS: O ACERVO JOAQUIM IGNACIO BAPTISTA CARDOSO

RENATO DE MATTOS

Nos últimos anos, o estudo dos tipos documentais vem ocupando um lugar de destaque na literatura arquivística como um instrumento capaz de auxiliar os profissionais da área empenhados nas tarefas de identificação, classificação, avaliação e descrição dos documentos de arquivo. Com efeito, a relevância do emprego da tipologia documental na execução das diferentes funções arquivísticas, conforme assinala Heloísa Bellotto (2008), reside nas contribuições que o seu instrumental metodológico oferece aos esforços de apreensão da lógica orgânica dos conjuntos de documentos.

Compreendida como a “ampliação da Diplomática em direção à gênese documental” (Bellotto, 2002:19), a análise tipológica tem como objeto o tipo de documento, configuração que assume a espécie documental aliada à sua função. Nesse sentido, com base na tradição inaugurada na década de 1980 pelo Grupo de Arquivistas Municipais de Madri, a identificação dos tipos documentais constitui tarefa que exige conhecimentos oriundos tanto da Diplomática quanto dos procedimentos jurídico-administrativos que normalizam a estrutura do documento,

bem como a atividade por ele comprovada ou viabilizada (Heredia Herrera, 2006).

Por seu turno, se a identificação dos tipos documentais dotados de fórmulas e estruturas regulamentadas amplamente conhecidas já é por si complexa, a identificação de documentos comumente presentes em arquivos pessoais, os quais, em função de sua natureza informal não exprimem “relações jurídicas institucionalmente necessárias e consagradas” (Camargo, 2015:15), constitui tarefa ainda mais desafiadora. No entanto, a informalidade característica dos documentos de arquivos pessoais que, em grande medida, fogem aos padrões normatizados de produção, não constitui impeditivo para a análise tipológica de documentos produzidos no âmbito das atividades pessoais e profissionais de qualquer indivíduo. Pelo contrário, o caráter discricionário dos documentos de arquivos pessoais reforça a validade da tipologia documental enquanto ferramenta eficiente no imprescindível trabalho de recuperação do nexos existente entre o documento e o seu contexto de produção.

Nesse sentido, a fim de demonstrar a pertinência do estudo dos tipos documentais no âmbito dos arquivos pessoais, as reflexões a seguir tomam por base a experiência do tratamento arquivístico da documentação produzida e acumulada por Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, custodiada pela Fundação Fernando Henrique Cardoso. Como será possível observar nas próximas páginas, a escolha do referido arquivo enquanto objeto de análise se justifica tanto por sua complexidade quanto pelo fato de seu tratamento ter sido orientado em

conformidade à metodologia proposta por Ana Maria Camargo e Silvana Goulart (2007) e que atualmente se distingue como uma importante referência nos trabalhos desenvolvidos nos arquivos pessoais.

DE HERANÇA FAMILIAR A PATRIMÔNIO CULTURAL: PERCURSOS DO ARQUIVO DE JOAQUIM IGNACIO BAPTISTA CARDOSO

Após o falecimento de Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, a documentação produzida e acumulada ao longo de sua vida foi cuidadosamente preservada por Leonídia Cardoso, com quem foi casado desde 1886 e que sempre o acompanhou nos constantes deslocamentos que a lide militar lhe exigira. Com o passar dos anos, foi incumbida a Leônidas Fernandes Cardoso, um dos 16 filhos do casal, a guarda dos documentos, até que, finalmente, foi transferida aos cuidados do neto Fernando Henrique Cardoso.

Ao assumir a presidência da República em janeiro de 1995, Fernando Henrique Cardoso transportou para Brasília o arquivo de seu avô, Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, e de seu pai, Leônidas Fernandes Cardoso, juntamente com os documentos que havia gerado durante o exercício de suas funções como sociólogo, professor universitário, senador e ministro da Fazenda e das Relações Exteriores. Em conformidade à Lei nº 8.394, de 30 de janeiro de 1991, uma vez investido do cargo de Presidente, os documentos pessoais de Fernando Henrique Cardoso, bem como aqueles produzidos por

seus familiares e que estavam sob sua responsabilidade, passaram a ser considerados “de interesse público (...) de propriedade privada (...) e parte do patrimônio cultural da Nação (...) a ser preservado”. Na exposição de motivos que acompanhou o texto preliminar da Lei nº 8.394, o jurista Saulo Ramos assinalou a possibilidade dos documentos privados produzidos e acumulados por colaboradores e familiares dos ocupantes da presidência do país serem dotados de interesse público:

É forçoso reconhecer algumas dificuldades na concretização do texto do anteprojeto, destacando-se a tênue fronteira entre o “oficial” e o “particular”, o “público” e o “privado”, quando se trata do cidadão investido na Presidência da República, circunstância que se reflete na sua documentação passada, presente e futura, e se estende, até mesmo, às de seus colaboradores e familiares (Camargo e Goulart, 2007: 13).

Guindado à condição de “patrimônio cultural brasileiro”, a documentação conservada por Fernando Henrique Cardoso - incluindo o arquivo de Joaquim Ignácio Baptista Cardoso - passou a integrar, nos termos da referida Lei, o acervo documental privado do presidente da República. Assim, após o término do mandato presidencial, a organização e a preservação dos documentos ficaram sob a responsabilidade da Fundação Fernando Henrique Cardoso, sociedade civil de direito privado criada em 2004 com o objetivo de conservar e disponibilizar os arquivos do ex-presidente e de sua esposa, Ruth Vilaça Correia Leite Cardoso, assim como de outras figuras públicas ligadas ao casal, de modo a

contribuir com a pesquisa e a difusão do conhecimento sobre a história contemporânea do Brasil.

Após a transferência da documentação para a sede da Fundação FHC, deu-se início ao trabalho técnico de organização e descrição com base na metodologia desenvolvida por Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart, e que foi consolidada, em 2007, na obra *Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais*. Inicialmente aplicada aos documentos de Fernando Henrique Cardoso, a orientação metodológica formulada pelas autoras foi igualmente seguida na organização e no processo descritivo dos demais arquivos pessoais que integram o Acervo da Fundação FHC, quais sejam, os arquivos de Joaquim Ignacio Batista Cardoso, Leônidas Fernandes Cardoso, Ruth Cardoso, Sergio Motta e Paulo Renato Costa Souza.

O INDIVÍDUO EM SEU CONTEXTO

“Quando” e “como” são as perguntas que sempre ocorrem ao profissional da área de arquivo na tentativa de caracterizar a produção de documento, considerados individualmente ou em conjunto. Por mais que se desdobrem em outras, tais perguntas traduzem, de fato e de maneira perfeita, as operações típicas a que são submetidos os documentos de arquivo, ativos e inativos, para permitir os efeitos de ordem prática a que se destinam, isto é, o cumprimento de determinadas ações para as quais servem de veículo e a comprovação de que tais ações foram praticadas. (Camargo e Goulart, 2007: 21)

De acordo com a metodologia proposta por Camargo e Goulart (2007), a descrição dos documentos que integram um arquivo pessoal pressupõe a percepção de sua totalidade enquanto “conjunto indissociável, cujas parcelas só têm sentido se consideradas em suas mútuas articulações e quando se reconhecem seus nexos com as atividades e funções de que se originaram” (Camargo e Goulart, 2007: 35-36). Sob essa perspectiva, o “esforço de contextualização” dos arquivos pessoais - assinalado pelas autoras enquanto operação-chave da metodologia arquivística em vistas à manutenção da organicidade da documentação - prevê o minucioso exame das atividades e dos eventos que o seu titular exerceu e participou ao longo de sua vida. Assim, reconhecendo que o estudo biográfico de Joaquim Ignacio Baptista Cardoso foi imprescindível no complexo trabalho de identificação dos liames existentes entre o documento e a atividade por ele viabilizada ou comprovada, antes de examinarmos a experiência do emprego da tipologia documental em seu arquivo, é forçoso apresentar, ainda que em linhas gerais, a sua trajetória de vida em suas diferentes esferas.

Nascido em 1860 na cidade de Goiás, à época capital da província homônima, Baptista Cardoso descendia de uma família de importantes políticos e militares da região. Seu avô, Manoel Cardoso de Campos, havia se destacado na Guarda Nacional com a patente de capitão, enquanto seu pai, o brigadeiro honorário do Exército Imperial

Felicíssimo do Espírito Santo, foi um dos líderes do Partido Conservador goiano, atuando como deputado, senador e presidente da província por duas vezes (Bento, 2001: 101).

Aos quinze anos, Baptista Cardoso sentou praça no Exército como soldado voluntário, alcançando o posto de sargento quartel-mestre, destacando-se, assim, como o sargento mais graduado do 20º Batalhão de Cavalaria. Pouco tempo depois se mudou para o Rio de Janeiro com o objetivo de cursar a Escola Militar da Corte, onde obteve a patente de alferes. Nos anos finais do Império brasileiro, ocupou diferentes funções em unidades militares nas províncias do Rio Grande do Sul e do Paraná, retornando para a Corte do Rio de Janeiro semanas antes da proclamação da República. Na madrugada do dia 15 de novembro de 1889, o alferes Baptista Cardoso estava à frente do 1º Regimento de Cavalaria do Rio de Janeiro, participando junto com seus subordinados nas movimentações que culminaram na instauração da República. No dia seguinte, sob as ordens do major Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, acompanhou o grupo de militares responsáveis pela entrega da ordem de exílio ao então deposto imperador d. Pedro II (Bento, 2001).

Em reconhecimento aos serviços prestados em prol da causa republicana, Joaquim Ignacio Baptista Cardoso foi promovido em 1890 ao posto de tenente. Desfrutando da posição de homem de confiança do governo do presidente Deodoro da Fonseca, foi comissionado subcomandante do Corpo de Cavalaria da Brigada Policial

do Distrito Policial, distinguindo-se no “controle à greve de carroceiros e cocheiros do Rio de Janeiro” e “por haver evitado incidentes entre as sociedades carnavalescas rivais” da cidade (Bento, 2001: 104).

A partir de então, Baptista Cardoso foi encarregado do comando de unidades militares espalhadas pelo país. Em 1892, foi transferido para a capital paulista depois de ser comissionado comandante do Corpo de Cavalaria da Polícia de São Paulo. Em seguida, marchou para os estados do Paraná e Rio Grande do Sul, onde tomou parte na Revolta Federalista (1893-1895). Retornando ao Rio de Janeiro em 1894, foi designado ajudante-de-campo do então ministro da Guerra marechal Bibiano Sérgio Macedo da Fontoura Costallat, participando ativamente dos embates travados durante a Segunda Revolta da Armada (1892-1894).

Nos anos que se seguiram, Baptista Cardoso assumiu diferentes tarefas longe da capital federal, percorrendo até o início da década de 1920 os estados de Goiás, Pernambuco e Pará. Em 1921, assumiu o posto de comandante da 1ª Circunscrição Militar de Mato Grosso. No ano seguinte, foi acusado de envolver-se na conspiração tenentista que culminou no episódio conhecido como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana. Acusado de conspiração, Baptista Cardoso, que na ocasião ocupava o posto de general, foi conduzido até o Rio de Janeiro, permanecendo preso por ordens diretas do ministro da Guerra João Pandiá Calógeras e do

presidente Arthur Bernardes. Depois de 100 dias encarcerado, foi posto em liberdade e reformado após quase 40 anos de carreira no Exército. Pouco meses depois, em junho de 1924, faleceu no Rio de Janeiro, sendo promovido postumamente a marechal (Bento, 2001: 109).

Como efeito, a extensa trajetória militar de Joaquim Ignacio Baptista Cardoso se reflete em parcela significativa do universo de cerca de 1.400 documentos textuais e 50 iconográficos que compõem o seu arquivo. Além de telegramas, cartas e bilhetes trocados com companheiros de caserna, a esfera profissional do titular do arquivo pode ser atestada em espécies típicas do exercício das diferentes atribuições que assumiu no Exército, a exemplo das ordens-do-dia, conjunto de determinações e instruções divulgadas diariamente por comandante militar, assim como as fés-de-ofício, relato circunstanciado da vida funcional de determinada pessoa, desde o início de sua carreira.

Por sua vez, para além da documentação produzida e acumulada durante o exercício de suas funções militares, o arquivo de Baptista Cardoso reúne importantes registros relativos à esfera familiar de seu titular, dentre os quais se destacam cartas, cartões, bilhetes e telegramas. Acrescenta-se, ainda, a ativa atuação de Baptista Cardoso no cenário político da época - notadamente a sua participação na criação em 1917 da Liga Pernambucana Contra o Analfabetismo e o apoio dado em 1921 ao

candidato à presidência Nilo Peçanha - igualmente refletida em espécies como prospectos, notícias e cartas abertas veiculadas em importantes periódicos da época.

Tanto as relações familiares quanto a longa e ativa trajetória militar e política de Joaquim Ignacio Baptista Cardoso reforçam a riqueza e o caráter multifacetado de seu arquivo. De fato, o desafio que a descrição da documentação impôs à equipe de arquivistas não se limitou à identificação de espécies e de tipos documentais dotados de fórmulas e estruturas regulamentadas entre as últimas décadas do século XIX e o início do XX, mas principalmente na nomeação dos documentos discricionários distintos daqueles que serviram de base para a elaboração da metodologia desenvolvida a partir da experiência do tratamento arquivístico dos demais arquivos custodiados pela Fundação Fernando Henrique Cardoso.

Em função de suas especificidades, o tratamento do arquivo pessoal de Baptista Cardoso exigiu pesquisas específicas para subsidiar a descrição de documentos produzidos majoritariamente por instituições militares em fins do século XIX até as décadas iniciais da República. Nesse sentido, além da elaboração de uma biografia pormenorizada e de um glossário de termos militares, a apreensão das circunstâncias que presidiram a produção dos documentos do arquivo de Baptista Cardoso demandou o estudo prévio dos regulamentos internos e da legislação relativa às atribuições e à estrutura

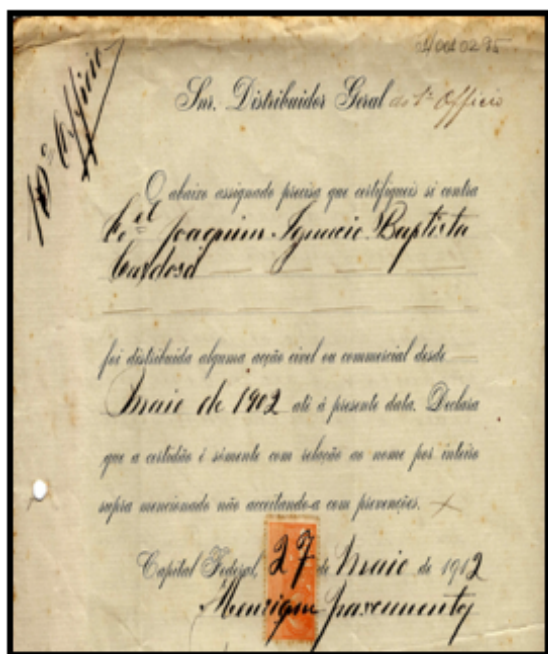
institucional das Forças Armadas entre as décadas de 1890 e 1920, bem como a consulta de guias militares e dicionários de vexilologia militar.

DOCUMENTOS EM SEU CONTEXTO: TIPOS
DOCUMENTAIS NO ARQUIVO JOAQUIM IGNACIO
BAPTISTA CARDOSO

A tarefa de nomear adequadamente documentos cujas especificidades em seus formatos, suportes e técnicas de registro escapam, por vezes, aos padrões normatizados de produção exige a identificação adequada da relação existente entre o item documental e o seu respectivo contexto de produção. Referindo-se aos desafios enfrentados por arquivistas no estabelecimento de tipos de documentos não oriundos de atividades jurídico-administrativas, Sonia Rodriguez (2015: 166) assinalou a importância da elaboração de pesquisas direcionadas enquanto procedimento essencial para a identificação das funções e atividades que deram origem aos documentos encontrados em arquivos pessoais.

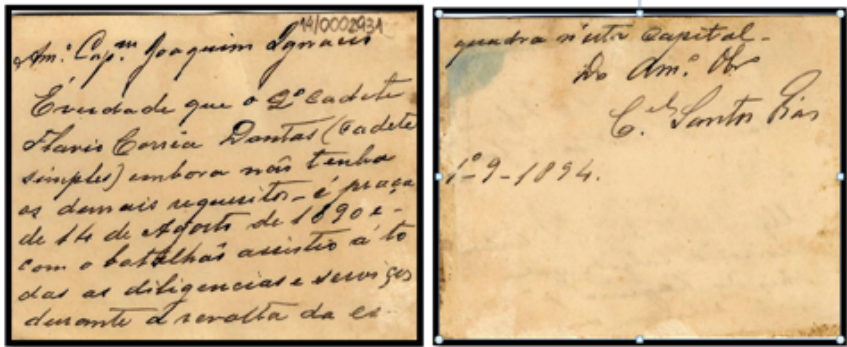
Nesse sentido, ao frisar que “o princípio que sempre norteou a área [da Arquivologia], e que a sustentou como disciplina, foi o de manter os documentos em estreita relação com as atividades de origem”, Camargo (2015: 293) demonstrou que “uma das maneiras mais eficientes de preservar este elo de origem é nomeá-lo adequadamente, a partir da espécie por meio da qual se exerce determinada função”. Ainda segundo a autora, em

que pese a liberdade com que foi produzida, e independentemente dos variados formato, suportes e técnicas de registro a espécie necessariamente obedecerá “a uma estrutura ou fórmula que, uma vez nomeada e atrelada a certa função, configura o tipo documental” (Camargo, 2015: 293). É o que podemos observar nos exemplos extraídos do arquivo de Baptista Cardoso reproduzidos a seguir:



Atestado de antecedentes (Rio de Janeiro -RJ, 27/05/1912)

Fonte: Arquivo JIBC



Atestado de boa conduta (Rio de Janeiro - RJ , 01/09/1894)

Fonte: Arquivo JIBC

Apesar das especificidades em seus respectivos formatos, os documentos acima possuem em comum o fato de serem exemplos de uma mesma espécie, esta definida por Camargo e Bellotto (1996: 76) como a "configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas". Assim, a despeito da estrutura convencional do primeiro documento e de o segundo documento ser em formato cartão, ambos são atestados, ou seja, documentos testemunhais de assentamento em que se consta a declaração assinada por autoridade governamental, civil, militar, eclesiástica ou notarial "a favor de uma pessoa e confeccionado a seu pedido" (Bellotto, 2002: 48). Por sua vez, o exame do contexto de produção permite-nos verificar que as atividades e funções dos documentos são distintas e que, portanto, cada um deles corresponde a um tipo documental próprio. Assim, enquanto o primeiro configura um atestado de antecedentes expedido pelo

ministério da Guerra a pedido de Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, o segundo documento se distingue como um atestado de boa conduta assinado pelo coronel Manuel Eufrásio dos Santos Dias, em que asseverava as qualidades do cadete Flávio Correa Dantas ao tenente Baptista Cardoso.

No exemplo a seguir, observa-se a aparente sobreposição de duas espécies distintas em um só documento. Em um formulário timbrado com o brasão de armas da República e a unidade militar (4ª Brigada de Infantaria) responsável pelo seu preenchimento, deparamo-nos com uma notícia extraída de um periódico não identificado foi colada. Notam-se ainda alguns comentários manuscritos assinados por Felicíssimo do Espírito Santo Cardoso, filho de Baptista Cardoso. Examinados em conjunto e respeitada a estrita funcionalidade do documento, constata-se a sua nomenclatura adequada: bilhete de análise política. Ou seja, uma mensagem informal, caracterizada por utilizar conteúdo abreviado e suporte de dimensões reduzidas (Camargo, 2014: 5), cuja função/atividade é a análise do cenário político nacional feita a partir da notícia encaminhada pelo signatário.



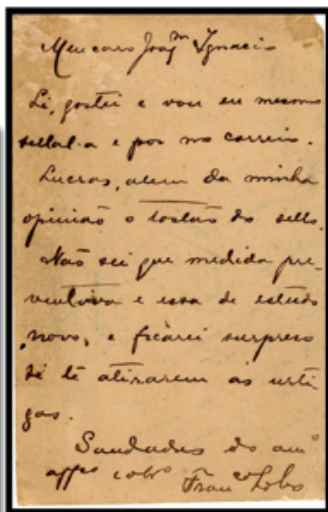
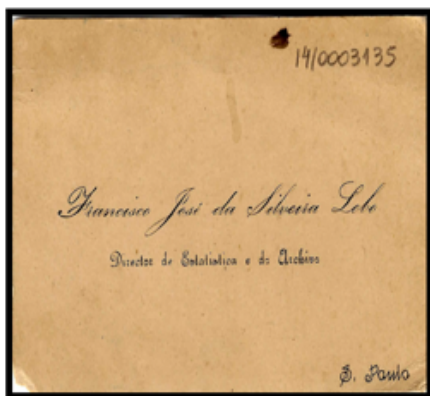
Bilhete de análise política (Caçapava - SP, 1916)
Fonte: Arquivo JIBC

Com efeito, a identificação da função responsável pela produção do documento impõe-se como operação essencial ao arquivista na tarefa de compreender os tipos documentais, notadamente aqueles cujas características são pouco convencionais aos olhos dos arquivistas acostumados com a rigidez das estruturas jurídico-administrativas comuns ao universo das imposições

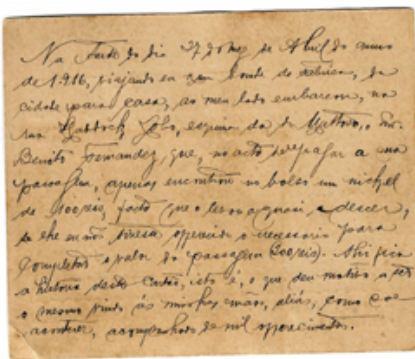
jurídicas consagradas. Conforme sublinhou Camargo e Goulart (2007: 23-24):

Quando se trata de arquivos institucionais, essas circunstâncias coincidem com as atividades e funções do organismo e assumem o caráter de rotinas cujo cumprimento, obediente a normas e tradições, está previsto no âmbito de suas competências e encargos. [...] No âmbito dos arquivos pessoais, no entanto, as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo são tênues e imprecisas. O uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que, à semelhança do que ocorre na abordagem dos documentos instituições, é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias,

Assim, como podemos observar nos exemplos a seguir, a identificação das atividades imediatamente responsáveis pela produção dos documentos assume relevância ainda maior quando nos deparamos com uma situação recorrente durante o tratamento dos arquivos pessoais: a atribuição de novas funções às espécies originalmente produzidas para cumprir outros propósitos, mas que, pelos usos conferidos pelo produtor, passam a ter um novo significado.



Cartão de cumprimentos (São Paulo - SP, 1892)
Fonte: Arquivo JIBC



Cartão de agradecimento (Rio de Janeiro - RJ, 27/04/1916)
Fonte: Arquivo JIBC

Analisando uma das faces dos cartões acima, depreende-se que ambos configuram um cartão de visita, documento não-diplomático, informativo, em que constam registradas a identificação pessoal do seu titular e a “qualificação profissional e vínculo com uma ou mais instituições” (Camargo, 2014: 7). Temos, portanto, um cartão com as informações profissionais do tenente-coronel Francisco José da Silveira Lobo, diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado de São Paulo, e outro cartão ainda mais detalhado sobre Benito Fernandez e seu estabelecimento comercial. Provavelmente, caso fossem estas as únicas informações consignadas nos cartões, a contextualização circunstanciada desses documentos no âmbito das atividades realizadas por Joaquim Ignacio Baptista Cardoso seria, no mínimo, limitada. No entanto, no verso dos cartões acima, encontram-se mensagens manuscritas redigidas pelos seus respectivos portadores que oferecem as pistas necessárias para a compreensão da função exercida pelos documentos nas atividades e funções cumprida exercidas pelo titular do arquivo.

No caso do cartão assinado por Silveira Lobo, as informações contextuais indicadas permitem nomear o documento como sendo um cartão de cumprimentos remetido à Baptista Cardoso à época em que comandou o Corpo de Cavalaria da Polícia de São Paulo. Já no segundo cartão, nota-se o registro de um curioso relato que elucida os motivos que levaram Baptista Cardoso a conservá-lo. Conforme a mensagem datada de 1916, o militar estava em um bonde quando, ao verificar que Benito Fernandez estava prestes a ser expulso por não ter meio de pagar a

passagem, decidiu intervir na situação, pagando o valor devido pelo sapateiro. Como gesto de gratidão, o sapateiro Fernandez registrou o ocorrido, atribuindo uma nova função ao cartão de visita que carregava na ocasião, transformando-o em um cartão de agradecimento, o que determinou a sua conservação no arquivo de Joaquim Ignácio Baptista Cardoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exame das especificidades do arquivo pessoal de Baptista Cardoso e da experiência do tratamento empreendido pela equipe de arquivistas da Fundação Fernando Henrique Cardoso, constata-se que o caráter discricionário dos documentos produzidos no âmbito das atividades pessoais e profissionais de qualquer indivíduo não constitui impeditivo para o emprego da análise tipológica. Ademais, o estudo dos tipos de documentos que resultaram da atuação de Baptista Cardoso nas diferentes esferas de sua vida (familiar, militar e política) demonstra que, apesar da profusão de documentos de diferentes gêneros dotados dos mais variados tipos de formato, suportes e técnicas de registro, a sua nomeação adequada não prescinde da recuperação do seu contexto funcional. Nesse sentido, a fixação das atividades e funções atribuídas às espécies assume importância crucial para que, assim, seja possível compreender os documentos produzidos e acumulados por pessoas físicas enquanto “documentos de arquivo, no sentido pleno do termo, já que assumem a função probatória e de

informação confiável, que todo documento de arquivo possui” (Delmas, 2010: 73).

NOTAS

[1] De acordo com Bellotto (2002: 67), a espécie formulário pode ser definida como “folha contendo dados fixos impressos e espaços a serem acrescentados com os dados variáveis, usada para registrar informações sintéticas”.

[2] Conforme o Glossário de termos utilizados na descrição do Acervo Fernando Henrique Cardoso, a espécie notícia é compreendida como “relato de fatos ou acontecimentos atuais cuja divulgação se supõe de interesse para a comunidade” (Camargo, 2014: 15).

[N. do organizador] Este texto corresponde a trabalho apresentado no II Encontro “Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas”, realizado em São Paulo, em dezembro de 2017.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística**: reconhecendo e utilizando o documento de arquivo. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2002.

_____. Diplomática e tipologia documental em arquivos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

BENTO, Cláudio Moreira. Raízes familiares no Exército do presidente Fernando Henrique Cardoso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, ano 162, n. 410, p. 101-119, jan./mar. 2001.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros (Núcleo Regional de São Paulo), 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

_____. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, V. 2, 26-39, 2009.

_____. **Glossário de termos utilizados na descrição do Acervo.** São Paulo: Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2014.

_____. Sobre espécies e tipos documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). **Dar nome aos documentos:** da teoria à prática. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 14-30.

_____. Síntese dos principais temas e discussões. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). **Dar nome aos documentos:** da teoria à prática. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 286-294.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

HEREDIA HERRERA, Antonia. En torno al tipo documental. **Boletín de la Anabad**, v. 56, n. 3, p. 13-35, 2006.

MATTOS, Renato de. A difícil tarefa de dar nome aos documentos. **Acervo:** revista do Arquivo Nacional, v. 30, p. 74-88, 2017.

_____; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Tipologia de documentos discricionários: a análise dos glossários de espécies e tipos documentais do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e da Fundação Fernando Henrique Cardoso. In: BORGES, Maria Manuel; CASADO, Elias Sanz. (Orgs.). **A ciência aberta:** o contributo da Ciência da Informação. Atas do VIII Encontro Ibérico EDICIC. Coimbra: Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017, p. 1415-1424.

RODRIGUEZ, Sonia Maria Troitiño. Atribuir nomes a tipos, séries e unidades documentais. In: ARDAILLON, Danielle (Org.). **Dar nome aos documentos:** da teoria à prática. São Paulo: Fundação FHC, 2015, p. 158-181.

SOBRE O ORGANIZADOR

JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS

Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, vice-coordenador do curso de graduação em Arquivologia. É doutor e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo e graduado em História pela mesma universidade. Trabalha com arquivos desde 2008, tendo integrado e coordenado diversos projetos de organização, descrição e elaboração de instrumentos de pesquisa de arquivos pessoais. Realizou estágio de aperfeiçoamento no Archivo Histórico de la Nobleza (Espanha) e foi coordenador do Setor de Arquivo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da USP. Vem publicando trabalhos sobre os temas de seu interesse - arquivos pessoais, descrição documental, diplomática e tipologia documental - no Brasil e no exterior. Coordena, desde 2015, a organização do *Encontro "Arquivos Pessoais: experiências, reflexões, perspectivas"*.

SOBRE OS AUTORES

ADRIANA ANGELITA DA CONCEIÇÃO

Possui licenciatura e bacharelado em História realizados na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e na mesma instituição defendeu sua dissertação de mestrado, com bolsa do CNPq. Realizou doutorado na Universidade de São Paulo - USP, com apoio da FAPESP. Foi investigadora visitante do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, em 2008, e do Seminário Interdisciplinar de Estudos sobre Cultura Escrita da Universidad de Alcalá, em 2010. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Cultura Escrita e Ensino de História, atua nos seguintes temas: história da cultura escrita, acervos, preservação, arquivos, prática de escrita de cartas, manuais de escrita de cartas, ensino de História, educação do campo e soberania alimentar. Foi professora visitante do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH/UFAM), entre 2012 e 2013. Concluiu seu estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, com financiamento da FAPESP em 2015. Atualmente, é professora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no departamento de Educação do Campo, no Centro de Ciências da Educação - CED e credenciada ao Programa de Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA/UFSC).

ADRIANO DE CASTRO MEYER

Formou-se em Música pela UFRGS e atuou profissionalmente em diversas orquestras do país. Foi por 10 anos o responsável pelo Arquivo da Orquestra Sinfônica da Universidade de São Paulo, inteiramente reestruturado sob sua coordenação. Atualmente é funcionário do Serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, onde dedica especial atenção aos documentos relacionados às atividades musicais dos acervos ali custodiados.

ALICE VERIDIANA DE SOUSA

Mestre em Memória e Acervos pelo Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (2019). Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (2007); Especialização em Gestão Pública pela Faculdade Brasileira de Educação e Cultura - FABEC (2010). Trabalha como arquivista da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, onde exerce a função de supervisora da Unidade de Arquivo Setorial do Instituto Biomédico - IB. Foi coordenadora do Projeto de Diagnóstico das Unidades de Arquivo e Protocolo da UNIRIO. Tem experiência na área de gestão de documentos, com ênfase em documentos públicos. Através de concurso público foi servidora no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI entre 12/2014 e 07/2016 , exercendo o cargo de Analista de Planejamento - Especialidade Arquivologia.

ANA LUÍZA MELLO SANTIAGO DE ANDRADE

Graduada e mestra em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina e Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Atua como professora colaboradora na Universidade do Estado de Santa Catarina. Pesquisa sobre os temas: história dos intelectuais, imprensa e jornalismo, arquivos pessoais, história do tempo presente e história da alimentação. Membro do Grupo de Pesquisa "Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação".

BÁRBARA MOREIRA SILVA DE BARROS

Mestra em Memória e Acervos, com pós-graduação em Política da Informação e Organização do Conhecimento (UFRJ) e graduação em Arquivologia (UNIRIO). Arquivista, servidora pública municipal.

BRUNA PIMENTEL LOPES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - PPGCINF/UnB. Analista de Informações, Cultura e Desporto da Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo, SP.

CAROLINE CANTANHEDE LOPES

Graduada em História pela UERJ, documentalista do CEDOC/FUNARTE desde 2006.

CLARISSA MOREIRA DOS SANTOS SCHMIDT

Bacharel em Ciências Sociais e Arquivologia, mestre em História Social e doutora em Ciência da Informação. Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFF. Atua, também, como professora do Programa de Pós-graduação e Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da UNIRIO.

CLEICE DE SOUZA MENEZES

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), nessa mesma instituição graduou-se em Arquivologia em 2015. Defendeu em 2012 a dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e se formou (bacharelado e licenciatura) no Curso de História pela Universidade Federal Fluminense (2008).

DANIELLE DANTAS DE SOUSA

Possui graduação em biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1997 e especialização em gestão em desenvolvimento gerencial pela Universidade Estadual de Campinas, em 2014. Atuou em cargos administrativos nas bibliotecas da Unicamp e atualmente na seção de processamento técnico do Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH-Unicamp.

DINA ELISABETE ULIANA

Formada em Biblioteconomia e Documentação (1981) e Jornalismo (1986) pela ECA-USP, com especialização em Gestão Arquivística (2019 FESP). Foi diretora das bibliotecas do MAC- USP (1991-2000) e FAU USP (2007-2016). Atualmente trabalha na Biblioteca do IEB-USP.

ELISABETE MARIN RIBAS

Possui graduação em Letras e mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada, ambos pela FFLCH-USP. Tem Especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros-USP, instituição em que atualmente trabalha, compondo a equipe técnica do Serviço de Arquivo. Na área de organização de acervos, atua com documentação permanente e acervos pessoais. Atualmente dedica-se à pesquisas envolvendo a classificação de acervos pessoais de casais; técnicas e políticas para a guarda de arquivos pessoais de cidadãos comuns e a valorização da salvaguarda de arquivos das "minorias" (mulheres, negros, povos indígenas, homossexuais, travestis e transgêneros, entre outros), que apesar de somados serem a maioria da população, em instituições ditas como oficiais, representam um número muito pequeno de arquivos pessoais preservados. Os principais temas de reflexão partem dos arquivos pessoais como ferramenta de empoderamento e a relação entre memória e poder.

ELIZABETH FERREIRA CARDOSO RIBEIRO AZEVEDO

Bacharel em História pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora pelo Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e pós-doutora pela Universidade de Lisboa. Desde 2003, é professora de Teatro Brasileiro e História do Teatro no

Departamento de Artes Cênicas da ECA USP e coordenadora do Centro de Documentação Teatral - CDT, onde dirige o projeto Inventário da Cena Paulistana: antigos teatros de São Paulo. É autora dos livros Um Palco Sob as Arcadas, sobre o teatro em São Paulo no século XIX (Annablume 2000) e Recursos Estilísticos na obra de Jorge Andrade (EDUSP 2014), além de capítulos, artigos e ensaios publicados em obras coletivas, revistas e anais de congressos. É coeditora da Revista Sala Preta.

ELLY ROZO FERRARI

Doutora pela Faculdade de Educação da USP (2010); mestre pela Escola de Artes e Comunicação da USP(1999); e graduada em artes pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo (1980). Possui especialização em Organização de Arquivos pelo Instituto de Estudos Brasileiros da USP (2005) e especialização em Didática do Ensino Superior pela UFRRJ (1982) tendo sido responsável pela implantação da área de ações educativas e desenvolvimento de programas pedagógicos. Atualmente está lotada no Serviço de Coleção de Artes Visuais do Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

FABIANA SIQUEIRA FONTANA

Bacharel em Artes Cênicas e Arquivologia, mestre em Teatro e doutora Artes Cênicas. Professora do Departamento de Artes Cênicas da Universidade Federal de Santa Maria.

GABRIEL ANDRADE MAGALHÃES DO VABO

Professor e pesquisador com ampla formação - Escola Técnica de Música Villa Lobos (2009); Graduação Tecnológica em Turismo e Hotelaria pela Universidade Estácio de Sá (2006); Bacharel e

Licenciado em História pela Universidade Federal Fluminense (2014) e Pós -Graduado em Sociologia pela Universidade Estácio de Sá. Lecionou como professor de Educação Musical, História e Sociologia no Colégio Nossa Senhora das Mercês em Nova Friburgo. Também mantém pesquisas em História Local, com foco em Nova Friburgo e cidades vizinhas. Outra corrente de pesquisa e trabalho que desenvolve é no campo da restauração em suportes de papel.

GENY BRILLAS TOMANIK

Doutora em História Social pela Universidade Católica de São Paulo, com investigação e livro publicado sob o título de "Memórias, Deslocamentos, Lutas e Experiências de um exilado espanhol: Pedro Brillas (1919-2006)". Mestrado em Hospitalidade, na área de Turismo, na Universidade Anhembi Morumbi (UAM), com pesquisa e livro publicado sobre o Lazer e Turismo no Observatório Abrahão de Moraes (IAG/USP), e capítulos de livros. Interessa-se por pesquisas sobre o deslocamento e exílio dos republicanos espanhóis; escrita de si/memórias; turismo e lazer sustentáveis.

GEORGETE MEDLEG RODRIGUES

Doutora em História pela Université de Paris (Paris IV - Sorbonne). Professora do Curso de Graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB.

JULIANA AMORIM DE SOUZA

Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010), mestre em História, Política e Bens Culturais pela FGV - CPDOC (2015), pós-graduanda em Literatura Brasileira pela

UERJ (início em 2019). Atualmente é arquivista coordenadora do Arquivo dos Acadêmicos da Academia Brasileira de Letras (ABL), possui experiência em arquivos permanentes, arquivos pessoais e pesquisa na área de literatura brasileira.

JULIANA CABRAL DA SILVA

Graduada em História e especialista em História, Museologia e Divulgação da Ciência e da Saúde. Desenvolveu pesquisa em acervos museológicos e arquivístico, pelo Museu Paulista e Instituto Butantan.

KALILA DE OLIVEIRA BASSANETTI

Possui graduação em Relações Internacionais pela Universidade La Salle - Canoas (2012). Atualmente é estudante de arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista do projeto “Repressão e Memória: análise das políticas de aquisição para arquivos pessoais” sob a orientação da Profa. Dra. Patricia Ladeira Penna Macêdo.

KARLA SIMONE WILLEMANN SCHÜTZ

Possui graduação (licenciatura e bacharelado) em História (2013) e mestrado (2015) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História (UDESC) com área de concentração em História do Tempo Presente, na linha de pesquisa Políticas de memória e narrativas históricas. Participa do Grupo de Pesquisa Culturas Escolares, História e Tempo Presente (CEHTP) e do Grupo de Estudos História, Cultura Escrita e Leitura (GEHCEL) vinculados ao Laboratório de Patrimônio Cultural (LapPac - UDESC). Tem experiência no campo da história oral, com ênfase em pesquisas que pensam a trajetória deste campo no Brasil. Recentemente realiza pesquisa de doutorado acerca da

trajetória intelectual do historiador catarinense Carlos Humberto Pederneiras Corrêa. Atualmente é bolsista CAPES-DS.

LORENA DOS SANTOS SILVA

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (2018). Atuou como bolsista PIBIC/UFF no projeto Classificação de documentos de arquivo nos cursos de graduação em Arquivologia do Brasil - perspectivas de um código disciplinar, sob orientação da Prof^a Dr^a Clarissa Moreira dos Santos Schmidt. Atualmente estuda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, a nível de Mestrado. Também cursa graduação em Biblioteconomia e Documentação na Universidade Federal Fluminense.

LUCIANE SIMÕES MEDEIROS

Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO - 2014) e graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - 2006). Possui duas especializações Lato Sensu, em História do Brasil, pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2009) e em História da África e do Negro no Brasil, pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ - 2012). Atua como chefe da Divisão de Manuscritos desde 2015, técnico em documentação I, da Fundação Biblioteca Nacional, coordenando equipe multidisciplinar, com profissionais das seguintes áreas: história, arquivologia e biblioteconomia. Atualmente coordena dois projetos de extensão em parceria com Universidades públicas: Projeto Documentos Biográficos: um retrato do Império, em conjunto com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Conselho Nacional de Arquivos, e o projeto Revisão da catalogação da coleção Pedro de Angelis, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Membro suplente da Comissão Técnica de Avaliação de Arquivos Privados de Interesse Público e Social, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ)

MARCEL VILLEMOR JOFILY DE LIMA

Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Filosofia no programa “Culturas e Identidades Brasileiras” do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP).

MARIA LUCIA MENDES DE CARVALHO

Pós-doutoranda em Museologia e Patrimônio pelo MAST/UNIRIO (2017), Doutora pela FEAGRI/UNICAMP (2013). Coordenadora de projetos e do Grupo de Pesquisas em Memórias e História da Educação Profissional e Tecnológica do Centro Paula Souza.

PATRICIA LADEIRA PENNA MACÊDO

Professora Adjunta do curso de Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ/UNIRIO). Pesquisadora do grupo de pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS). Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Possui graduação em História e Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua principalmente nos seguintes temas: Arquivologia, arquivos pessoais e teoria arquivística.

PEDRO JOSÉ DE CARVALHO NETO

Estudante de história na Universidade de São Paulo, participou de trabalhos na área de arquivos na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM-USP), no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e na Fundação Fernando Henrique Cardoso.

RAFAELLA DE SOUZA SERAFIM

Possui graduação em História pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - 2017. Atualmente Graduanda do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora do projeto de extensão: "Preservando lembranças e construindo histórias: o arquivo pessoal e seu papel social" sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia Ladeira Penna Macêdo.

RENATA GERAISSATI CASTRO DE ALMEIDA

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

RENATO DE MATTOS

Professor Adjunto do Departamento de Ciência da Informação (GCI) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

SILVIA ROSANA MODENA MARTINI

Possui graduação em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1987), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1995) e doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2011). É professora universitária a 25 anos. Atualmente leciona na Faculdade Municipal Professor Franco Montoro e atua como socióloga no Arquivo Edgard

Leuenroth (AEL), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Supervisiona a Seção de Processos Técnicos e Atendimento. Tem experiência na área de Ciências Sociais, Metodologia do Trabalho Científico e Arquivística, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, lbope, memória, arquivos e centros de documentação e organizações sociais. Foi editora da Cadernos AEL, revista do Arquivo Edgard Leuenroth, de agosto de 2012 a abril de 2015.

SUZANA CESAR GOUVEIA FERNANDES

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Atualmente ocupa cargo de Pesquisador Científico - PqC IV do Instituto Butantan, onde atua como Diretora do Centro de Memória. Tem experiência na área de História, com ênfase em História das Ciências, Patrimônio e acervos científicos.

VITOR SEREJO FERREIRA BATISTA

Formado em Administração de empresas, pela Universidade LaSalle (2006/2010: Niterói-RJ), Direção de Cinema pela Escola Audiovisual Darcy Ribeiro (2010/2012: Rio de Janeiro- RJ), atualmente cursando Faculdade de Arquivologia na Universidade Federal Fluminense/UFF (2017- em andamento). Áreas de interesse: História dos arquivos, Fundamentos arquivísticos, Memória e Arquivos Pessoais.

